

**GRANDES OPÇÕES
DO PLANO
E ORÇAMENTO 2018**

Município de Braga



BRAGA
Município

BRAGA

Cidade autêntica

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2018

Praça do Município
4700-435 Braga

www.cm-braga.pt
municipe@cm-braga.pt

Esta página ficou propositadamente em branco.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	2
ÍNDICE DE FIGURAS	4
LISTA DE ABREVIATURAS	6
I. ENQUADRAMENTO GERAL.....	7
1.1. INTRODUÇÃO	7
1.2. CONTEXTO MACROECONÓMICO	8
1.3. ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2018: IMPLICAÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS	10
1.4. ESTRATÉGIA E PRIORIDADES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BRAGA.....	13
II. ORÇAMENTO PARA 2018	19
2.1. RESUMO DO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA.....	19
2.2. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	22
2.3. ANÁLISE DO ORÇAMENTO DA RECEITA.....	23
2.3.1. Receitas Fiscais.....	23
2.3.2. Receitas não fiscais – correntes	25
2.3.3. Receitas não fiscais – Capital.....	28
2.4. ANÁLISE DO ORÇAMENTO DA DESPESA.....	31
2.4.1. Despesas Correntes.....	31
2.4.2. Despesas Capital.....	38
2.5. INDICADORES DE RECEITA E DESPESA.....	42
III. GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2018.....	44
3.1. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	45
IV. NOTAS FINAIS.....	48
4.1. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	48
4.2. ENTIDADES PARTICIPADAS.....	48
V. ANEXOS	49
1. RESUMO DO ORÇAMENTO PARA 2018	50
2. ORÇAMENTO PARA 2018 – RECEITAS E DESPESAS	52
3. MAPA DAS DESPESAS DESAGREGADO POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	83
4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2018	88
5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2018	104
6. ATIVIDADES MAIS RELEVANTES PARA 2018	112

7. PLANO DE INVESTIMENTOS NAS FREGUESIAS POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS 2018-2021	123
8. PREVISÃO DOS ENCARGOS E RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MLP.....	140
9. MAPA DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO	142
10. MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS	144
11. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	146
12. NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA 2018.....	152
13. MAPA DE PESSOAL PARA 2018	172
14. ORÇAMENTOS MUNICIPAIS.....	317

ÍNDICE DE FIGURAS

Quadro 1 - Orçamento para o ano de 2018	19
Quadro 2 - Análise comparativa do orçamento municipal.....	20
Quadro 3 - Saldo global efetivo	21
Quadro 4 - Regra de equilíbrio orçamental (artigo 40.º e 83.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) .	23
Quadro 5 – Impostos diretos.....	24
Quadro 6 - Impostos indiretos.....	25
Quadro 7 - Taxas, multas e outras penalidades	25
Quadro 8 - Receitas não fiscais – correntes	26
Quadro 9 - Rendimentos de propriedade	26
Quadro 10 - Transferências correntes.....	27
Quadro 11 - Venda de bens e serviços	27
Quadro 12 - Outras receitas correntes.....	28
Quadro 13 – Receitas não fiscais – capital.	29
Quadro 14 - Receita consignada.....	29
Quadro 15 – Estrutura da despesa corrente	31
Quadro 16- Despesas com o pessoal.....	32
Quadro 17 - Aquisição de bens.....	34
Quadro 18 - Aquisição de serviços	35
Quadro 19 - Juros e outros encargos	36
Quadro 20 - Transferências correntes.....	37
Quadro 21 - Subsídios.....	37
Quadro 22 – Estrutura da despesa de capital	38
Quadro 23 - Transferências de capital.....	40
Quadro 24 - Indicadores financeiros	42
Quadro 25 - Indicadores orçamentais/financeiros.....	43
Quadro 26 - Grandes Opções do Plano para 2018.	44
Quadro 27 - Grandes Opções do Plano – PPI	45
Gráfico 1 - Evolução orçamental no quadriénio 2015-2018.....	21
Gráfico 2 - Saldo Corrente	22
Gráfico 3 - Impostos diretos - variação homóloga	24
Gráfico 4 – Distribuição da receita corrente	28
Gráfico 5 - Estrutura das receitas de capital.....	30
Gráfico 6 - Distribuição da despesa corrente	38

Gráfico 7 - Distribuição da despesa de capital	41
Gráfico 8 - Dívida bancária de MLP	43
Gráfico 9 – GOP's- Funções Sociais.....	46
Gráfico 10 - GOP's - Funções Económicas	47
Gráfico 11 - GOP's - Funções Gerais	47

LISTA DE ABREVIATURAS

AMR – Atividades Mais Relevantes

FAM – Fundo de Apoio Municipal

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

FSM – Fundo Social Municipal

GOP`s – Grandes Opções do Plano

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT – Impostos Municipal sobre Transmissões Onerosas

IUC – Imposto Único de Circulação

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade Pública

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais

I. ENQUADRAMENTO GERAL

1.1. INTRODUÇÃO

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro estabelece respetivamente, o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais bem como as competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, tendo como princípio basilar a satisfação das necessidades das comunidades locais e o desenvolvimento do território.

Para o efeito, a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, consagra, no seu artigo 6.º, o princípio da autonomia financeira, consubstanciando que: “A autonomia financeira das autarquias locais assenta, nomeadamente, nos seguintes poderes dos seus órgãos:

- a) Elaborar, aprovar e modificar as opções do plano, orçamentos e outros documentos previsionais, bem como elaborar e aprovar os correspondentes documentos de prestação de contas;
- b) Gerir o seu património, bem como aquele que lhes seja afeto;
- c) Exercer os poderes tributários que legalmente lhes estejam atribuídos;
- d) Liquidar, arrecadar, cobrar e dispor das receitas que por lei lhes sejam destinadas;
- e) Ordenar e processar as despesas legalmente autorizadas;
- f) Aceder ao crédito, nas situações previstas na lei.”

Para a prossecução desse princípio, a elaboração e aprovação dos documentos previsionais, constituído pelo Orçamento e Grandes Opções do Plano, assume relevância especial, na medida que traduzem o planeamento e a programação de atividades, e representam não só o cumprimento de um imperativo legal como também a necessidade de definir prioridades face aos recursos disponíveis.

Desta feita, tratando-se de documentos coincidentes com o início dum mandato autárquico, arrogam os compromissos assumidos no mandato anterior e traduzem já prioridades e objetivos assumidos, não só para o corrente ano, mas para o mandato que agora se inicia, em diferentes setores vitais ao desenvolvimento, como a gestão e administração municipal, o planeamento e ordenamento do território, o desenvolvimento económico, a rede viária, transportes e acessibilidades, o urbanismo e património, o ambiente e qualidade de vida, a educação, a cultura, desporto e juventude, a habitação, a ação social, a saúde, a proteção civil, a segurança e o turismo.

Ora, numa gestão estratégica, prospetiva e moderna, além das metas e objetivos, é essencial a avaliação dos recursos humanos e financeiros. Assim, face aos recursos disponíveis, importa, delimitar percursos, definir prioridades de modo partilhado, assegurar um cronograma dos tempos de execução de forma a não comprometer regras fundamentais de equilíbrio, sustentabilidade e rigor.

1.2. CONTEXTO MACROECONÓMICO

Em 2017, a economia portuguesa manteve o processo, iniciado em meados de 2013, de recuperação económica de forma gradual. Com efeito, no primeiro semestre de 2017, a economia portuguesa cresceu a um ritmo claramente superior à média europeia e ao observado na última década, sendo que este dinamismo foi transversal à generalidade dos setores de atividade.

Esta evolução ficou a dever-se ao dinamismo assinalável do investimento e das exportações tendo o consumo privado mantido um crescimento moderado e o consumo público registado, em termos homólogos, uma diminuição de 0,5%.

Com efeito, tal como verificado nos últimos anos, na primeira metade de 2017, continuou a observar-se um crescimento robusto das exportações, destacando-se o crescimento das exportações de serviços, com especial destaque, para as exportações de turismo, que apresentaram no primeiro semestre a mais elevada taxa de crescimento das duas últimas décadas.

No que concerne ao investimento, o primeiro semestre foi caracterizado por um crescimento particularmente forte em material de transporte e em máquinas e equipamento, sendo igualmente de destacar a aceleração do investimento em construção, que representou um importante contributo para o crescimento do PIB no primeiro semestre.

No mercado de trabalho, a população ativa aumentou no primeiro semestre de 2017, em particular nos escalões etários mais elevados, o que contrasta com a queda observada desde 2010. Segundo o Inquérito Trimestral ao Emprego do INE, nos primeiros sete meses de 2017, o emprego aumentou 3,3%, em termos homólogos (2,7 p.p. acima da variação do primeiro semestre de 2016). O sector que mais aumentou o nível de emprego foi o da construção,

tendo registado um crescimento de 8% (mais 3,4 p.p. do que em igual período do ano passado).

Importa, por outro lado, sublinhar que em 2017, a evolução da economia portuguesa beneficiou de um enquadramento internacional particularmente favorável, sendo de destacar os seguintes fatores: (i) aceleração da procura externa, (ii) melhoria generalizada nas condições monetárias e financeiras, fruto do conjunto alargado de medidas de política monetária adotadas pelo Banco Central Europeu (BCE), e, por fim, (iii) baixas pressões inflacionistas, quer internas quer externas.

As atuais projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para a aceleração do crescimento da economia mundial para 2018, como reflexo, essencialmente, da melhoria das economias emergentes, sendo que o ritmo de crescimento das economias avançadas deverá desacelerar ligeiramente.

Assim, em 2018, os países emergentes e em desenvolvimento devem manter o seu papel de motor da economia mundial, destacando-se o conjunto dos países asiáticos em desenvolvimento. Desta forma, prevê-se que a Índia tenha um crescimento mais robusto enquanto a China continue a abrandar prosseguindo o ajustamento e a correção de estrangulamentos estruturais e de desequilíbrios internos e externos da sua economia. Relativamente à Rússia e Brasil a retoma económica será mais moderada em face do nível relativamente baixo do preço das matérias-primas.

Por outro lado, nas economias avançadas, prevê-se a uma melhoria do crescimento dos EUA, um abrandamento no Japão, e uma desaceleração da economia Europeia em face de um crescimento menos forte do Reino Unido.

No que diz respeito à área do euro, as previsões para 2018 apontam para uma desaceleração do crescimento que continuará a ser apoiado por uma moderada procura interna. A procura externa tenderá a ser mais contida, em parte, devido à previsão da deterioração do fluxo de importações do Reino Unido. O investimento deverá registar uma recuperação moderada apoiado pela aceleração do rendimento disponível nominal e por taxas hipotecárias muito baixas. A retoma do investimento empresarial deverá persistir devido às expectativas favoráveis quanto à produção e da melhoria esperada das condições de financiamento de empréstimos bancários.

Em suma, à área do euro, perspectiva-se, para 2018, uma desaceleração do crescimento que continuará a ser apoiado por uma procura interna suportada pelas condições de financiamento favoráveis, com taxas de juro baixas, e pela melhoria do mercado de trabalho.

Em Portugal, para 2018, as projeções macroeconómicas desenvolvidas pelo Governo Português e vertidas no Orçamento do Estado, preveem que:

- O PIB deverá registar um crescimento de 2,2%, desacelerando face a 2017, por via de um menor contributo da procura interna, enquanto a procura externa líquida deverá apresentar um contributo nulo.

- A taxa de desemprego deverá situar-se em 8,6%, aproximando-se do nível de desemprego estrutural.

- A inflação medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) deverá fixar-se nos 1,4% em 2018, mais 0,2 p.p. do que em 2017, evolução que reflete o equilíbrio de pressões internas (descongelamento das carreias na administração pública e aumento do salário mínimo nacional) e externas (estabilização dos preços das commodities nos mercados internacionais).

Em 2018, a estratégia de consolidação orçamental adotada permitirá alcançar um défice orçamental de 1% do PIB, o que consubstancia uma redução de 0,4 p.p. do PIB face ao valor estimado para 2017. Esta evolução resulta da redução da despesa total em 0,3 p.p. do PIB aliada a um aumento da receita em 0,1 p.p.

1.3. ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2018: IMPLICAÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

No que se refere à Administração Local, a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2018 (PLOE2018), volta a permitir que os municípios que não se encontrem em situação de saneamento ou rutura financeira possam livremente recrutar trabalhadores, assim como aumentar o seu número.

Os municípios que se encontrem em situação de saneamento ou rutura financeira estão impedidos de proceder à abertura de procedimentos concursais, à exceção dos que decorrem da aplicação do PREVPAP. No entanto, em situações excecionais, devidamente fundamentadas, a assembleia municipal pode autorizar a abertura dos procedimentos concursais.

De igual modo, a PLOE2018, volta a definir um conjunto de normas e restrições relativamente aos valores gastos pelos municípios com contratos de aquisição de serviços que, em 2018, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2017.

Mantém-se a obrigatoriedade das entidades do subsector da administração local reduzirem no mínimo 10% os seus pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2017.

Relativamente ao cálculo dos Fundos Disponíveis, a PLOE2018 volta a prever para as entidades do subsector local um regime similar ao previsto no OE2017 no que respeita quer ao período considerado para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis (6 meses) quer ao limite (85%) da média da receita efetiva cobrada nos dois últimos anos nos períodos homólogos, deduzida dos montantes de receita com carácter pontual ou extraordinário, para os municípios que em 31 de Dezembro de 2017 se encontrem com pagamentos em atraso.

Tal como em 2017, a PLOE2018 vem determinar que a assunção de compromissos que excedam os fundos disponíveis não impede a apresentação de candidaturas a projetos com financiamento. Julgamos que, ao não especificar de que se trata de financiamento ao abrigo do Portugal 2020, entendemos que o Governo pretende abranger todas as candidaturas, designadamente as candidaturas no âmbito do Cooperação Técnica e Financeira.

Ainda ao nível dos Fundos Disponíveis a PLOE2018 inclui uma novidade, ao prever que sejam excluídos do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, os municípios que, a 31 de dezembro de 2017, cumpram o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, sendo esta a situação de enquadramento do Município de Braga. Importa sublinhar que a exclusão mencionada produz efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento do referido limite da dívida total.

A PLOE2018, prevê que sejam excluídas do âmbito de aplicação do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, as despesas urgentes e inadiáveis a efetuar pelos municípios quando resultantes de incêndios ou catástrofes naturais e cujo valor, isolada ou cumulativamente, não exceda o montante de € 100 000.

A PLOE2018, mantém a possibilidade dos municípios cuja dívida total prevista no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, seja inferior a 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, poderem, no ano de 2018, contrair empréstimos a médio e longo prazo para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos ou contratos em vigor a 31 de dezembro de 2017.

A PLOE2018 continua a prever que as despesas assumidas por uma Autarquia Local – em resultado de acordo com a Administração Central - referentes à contrapartida nacional de projetos co-financiados por fundos europeus não relevam para o cumprimento das obrigações legais previstas na Lei n.º 73/2013 relativamente ao limite da dívida, assim como quanto ao apuramento dos pagamentos em atraso e cálculo dos fundos disponíveis, como das obrigações previstas de redução de pagamentos em atraso no âmbito da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto.

Ao nível do saldo orçamental, a PLOE2018 prevê que na revisão orçamental para integração do saldo de gerência da execução orçamental, este último releva na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir.

A PLOE2018 mantém, como regra, a impossibilidade de, nos documentos previsionais para 2019, a orçamentação de receitas resultantes de venda de imóveis ser superior à média das receitas efetivamente arrecadas neste tipo de vendas nos últimos 36 meses. Mantém ainda como exceção à regra a possibilidade de se prever receita superior à média referida sempre que o município demonstre a existência de contrato já celebrado para a venda de imóveis.

O Governo veio prever na PLOE2018 a possibilidade de em 2018, os municípios utilizarem até 60% da margem de endividamento disponível no início do ano para utilização exclusiva na aquisição de bens objeto de contrato de locação com opção de compra, desde que o encargo mensal do empréstimo seja de valor inferior ao encargo mensal resultante do contrato de locação vigente.

De igual modo, em 2018, a PLOE2018 prevê que, a percentagem a que se refere a alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, pode ser alargada até 30% por efeito, exclusivamente, de empréstimos para financiamento de operações de reabilitação urbana.

Por fim, na PLOE2018 é reforçado o método da capitação para o pagamento das autarquias locais, serviços municipalizados e empresas locais ao Serviço Nacional de Saúde/Serviço Regional de Saúde resultante da prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos respetivos trabalhadores.

1.4. ESTRATÉGIA E PRIORIDADES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BRAGA

Numa gestão estratégica, prospetiva e transparente, os Documentos Previsionais, Orçamento e Grandes Opções do Plano, assumem importância fulcral no funcionamento dos organismos públicos. São estes instrumentos de planeamento e gestão que definem e tornam públicos os objetivos e metas para o mandato autárquico nas diferentes áreas de intervenção, de acordo com o quadro de atribuições e competências acometidas às autarquias locais e, em face dos recursos disponíveis, delimitam percursos, definem prioridades e asseguram, de forma responsável, um cronograma de execução no sentido de não comprometer regras fundamentais de equilíbrio, coerência, sustentabilidade e rigor.

Importa, ainda mencionar que, para além dos princípios orientadores dos orçamentos, a elaboração destes Documentos Previsionais atendeu ao enquadramento macroeconómico nacional e internacional, na medida em que os cenários que se antevêm poderiam condicionar em alguns aspetos essenciais subjacentes à execução deste Orçamento e Grandes Opções do Plano, nomeadamente a retração do investimento público e do consumo privado.

Por outro lado, o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018, incorporam um conjunto de investimentos e objetivos, trabalhados, estruturados e clarificados, alguns dos quais de complexidade elevada que, por vicissitudes várias, apenas no presente momento reúnem as condições técnicas, legais e financeiras (finalmente com o arranque da execução do Portugal 2020) tendentes à sua concretização.

Assim, o Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Braga para 2018, continuam, transversalmente, alicerçados em 4 linhas estratégicas:

- i. Rigor na execução da despesa pública:** Continuação da revisão da despesa pública através de melhores e mais eficientes políticas de gestão.

- ii. **Melhoria na gestão dos recursos do Município:** Implementação de uma gestão mais eficiente e exigente com maior proximidade com o cidadão, uma nova abordagem aos processos de relação com o cidadão, colocando a tónica na valorização dos trabalhadores.
- iii. **Prossecução do Programa Municipal de Modernização:** Objetivo transversal à programação orçamental de todos os Pelouros.
- iv. **Plano estratégico de investimento:** Definição de prioridades de investimento e sempre que possível suportados financeiramente na obtenção de fundos comunitários.

Para 2018, o orçamento do Município de Braga totaliza o montante de 122,9 milhões de euros, e contempla, em relação ao ano transato, um aumento da despesa corrente em cerca de 10 milhões de euros, e um aumento da despesa de capital de cerca de 12 milhões de euros, em resultado, essencialmente, do aumento no investimento em áreas fundamentais para o desenvolvimento económico e social do concelho, designadamente, Requalificação do Parque Exposições de Braga e do Mercado Municipal, Requalificação do Parque Escolar, Eixo Desportivo da Rodovia, Pousada para a Juventude, Mobilidade, etc.

Este orçamento municipal volta a reforçar os laços de **solidariedade e partilha de esforços entre a Câmara Municipal, Freguesias, Associações e Coletividades do concelho**, sendo prova desse espírito de colaboração, os Acordos de Execução e de Delegação de Competências estabelecido com as Freguesias, os Contratos Programa para a Promoção do Desporto e Cultura, e o Programa Anual de Apoio às Coletividades e Associações do Concelho.

O Orçamento para 2018, reflete, de igual modo, um compromisso sério no sentido de continuar a política de **reestruturação dos serviços municipais** de forma a dotar o município dos meios técnicos e humanos necessários ao desempenho para a prestação de um serviço público de qualidade. Neste âmbito, ainda há um importante caminho a percorrer.

Globalmente, o Orçamento para 2018 será fundamental para o **desenvolvimento de Braga, na medida que incorpora a implementação de diversos projetos estruturantes**, alavancados na correspondente participação comunitária, **que certamente irão marcar a vida da comunidade nos próximos anos.**

Em termos de estratégia orçamental, o Orçamento para 2018 é sustentado nas seguintes opções:

- Em relação ao **Imposto Municipal sobre Imóveis**, a previsão efetuada está e linha com as opções assumidas e aprovadas pela Assembleia Municipal que estabeleceu uma taxa 0.35% para os prédios urbanos reavaliados à luz do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, bem como pela introdução de uma minoração de 10 % a aplicar nos imóveis destinados a habitação própria e permanente quando o número de dependentes que compõem o agregado familiar, a 31 de Dezembro, for igual ou superior a dois. De igual modo, encontra-se também refletida uma minoração de 20 % para edifícios reabilitados para habitação e uma redução de 50% a prédios urbanos arrendados cujos contratos tenham sido celebrados ao abrigo do programa 'Encaixa-te'. Desta feita, para 2018, e de acordo com a execução alcançada em 2017, a previsão aponta para um aumento 1,1 milhões de euros face ao período anterior.

- No que se refere à previsão da **Derrama para 2018**, e tendo em consideração a necessidade de continuar a reforçar as medidas de dinamização económica, a previsão reflete a opção de isentar as empresas que tenham lucro tributável sujeito e não isento do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, com um volume de negócios inferior a 150 mil euros (PME). Às empresas que apresentem um volume de negócios superior a 150 mil euros, a taxa aplicada é de 1,5%. No exercício 2018, e de acordo com a execução registada, optou-se por uma previsão revista em alta na ordem os 400 mil euros.

- Por outro lado, relativamente ao **Imposto Único de Circulação**, e face à média de cobrança dos últimos 24 meses, no Orçamento para 2018 procedeu-se a um aumento na ordem 600 mil euros.

- Atendendo ao atual contexto de recuperação económica, o valor inscrito em orçamento para 2018, prevê, para o **Imposto Municipal sobre Transmissão de Imóveis**, face à média dos últimos 24 meses, e em sintonia com a dinamização da atividade imobiliária, um crescimento de 3,1 milhão de euros.

- Ao nível dos **Impostos Diretos**, a previsão efetuada teve como linha de orientação a média da receita cobrada nos últimos 24 meses, aumentou-se a previsão em cerca de 429 mil euros.

- No que concerne às **transferências** foram consideradas as importâncias fixadas em protocolos ou contratos programa com efetiva atribuição ou aprovação, as candidaturas

aprovadas ou em análise, bem como com base nas transferências previstas na proposta do Orçamento de Estado para 2018.

De sublinhar que, em sede das transferências do Orçamento de Estado, regista-se, por um lado, uma diminuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) em cerca de 515 mil euros, por outro, um aumento na Participação no IRS, em 559 mil euros, apesar de o município ter assumido uma nova redução de 0,15%, cifrando-se, em 2017, nos 4,4%. Relativamente ao Fundo Social Municipal (FSM), o valor previsto para 2018 é igual ao registado em 2017.

- Na **venda de bens de investimento**, e ainda que o conjunto de terrenos e edifícios titulados pelo município detenham potencial de alienação, as mais recentes leis de orçamento de estado têm apresentado regras previsionais adicionais nesta matéria, de modo que os municípios estão vedados à previsão de valor superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses. À luz destes normativos, o município tem registado previsões com tendência decrescente, este ano menos cerca de 32 mil euros.

- Por fim, ao nível da **venda de bens e prestação de serviços** e restantes rubricas de receita, a sua previsão foi sustentada nas regras previsionais definidas no POCAL.

- Ao nível da **despesa**, a elaboração do orçamento municipal encontra-se influenciado pela necessidade de precaver as (i) reposições salariais, preconizadas na Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2018, (ii) o aumento do salário mínimo nacional, (iii) a regularização e integração dos contratos precários, e por fim, (iv) o correspondente ajustamento em termos de encargos sociais, contemplando, em termos absolutos, um aumento das **despesas com pessoal** em cerca de 2,8 milhões de euros.

- Relativamente às **despesas com a Aquisição de Bens e Serviços**, o Orçamento para 2018, dado o alargamento das competências e da atividade municipal nas áreas social, cultural, educativa e desportiva, incorpora um aumento de cerca de 7,4 milhões de euros. Por outro lado, importa sublinhar que em 2018 o Município de Braga assumirá um conjunto alargado de atividades relacionadas com a dinamização desportiva inerentes à Cidade Europeia do Desporto, bem como, pelo desenvolvimento de iniciativas decorrentes da preparação da candidatura a Capital Europeia da Cultura em 2027, bem como, a concretização de diversas iniciativas relacionadas com Braga Cidade Criativa da UNESCO, na categoria Media Arts, um

projeto que pretende aprofundar o cruzamento entre a arte e tecnologia reforçando Braga como referência nas Media Arts em Portugal.

De igual modo, em 2018, verifica-se um outro fator de índole extraordinário e que condicionou a previsão da dotação da rubrica de aquisição de serviços, que se prende com a necessidade de alugar as infraestruturas necessárias para a instalação do mercado provisório.

- Com a aprovação do Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal, que regulamenta o **Fundo de Apoio Municipal**, fundo de cariz mutualista entre o Estado e os municípios, prevê em si mesmo os mecanismos necessários para contribuir, de forma permanente e estrutural, para a resolução dos constrangimentos financeiros que alguns municípios enfrentam, associando obrigações de ajustamento a uma monitorização e controlo das contas municipais, por parte da Administração Central. Note-se porém, que atendendo à sua situação financeira equilibrada, o Município de Braga posicionar-se-á nesta medida mais como um contribuinte líquido, do que propriamente um beneficiário. Para 2018, volta a estar prevista uma participação no montante de 557 mil euros.

- Ainda ao nível dos **Ativos Financeiros**, para 2018, está também prevista a comparticipação do Município de Braga, no montante de 70 mil euros, no Fundo de Eficiência Energética.

- Por fim, no que concerne à **despesa de investimento**, as verbas aplicadas destinam-se essencialmente aos seguintes investimentos públicos: Requalificação de Edifícios Escolares (Centro Escolar de S. Lázaro, Merelim S. Pedro, Gualtar e Esporões), Reabilitação do Eixo Desportivo da Rodovia, Requalificação e Reabilitação do Mercado Municipal, Requalificação do Parque de Exposições de Braga e Requalificação dos espaços exteriores do Bairro de St. Tecla.

Por fim, é conveniente sublinhar que, estrategicamente, foram abertos alguns projetos no Plano Plurianual de Investimentos com o objetivo de potenciar a sua inclusão no novo quadro comunitário de apoio, Portugal 2020, sendo que a sua concretização estará, na maioria das situações, dependente da submissão e aprovação da respetiva componente comunitária.

Não é demais realçar que estes documentos contaram com o envolvimento e participação dos Vereadores, dirigentes, e traduzem o resultado da partilha de opções estratégicas e

ações prioritárias efetuada com os Executivos das Juntas de Freguesia e outras entidades do concelho.

Como nota final, consideramos oportuno mencionar que no dia 1 de janeiro de 2018, entra em vigor o novo referencial contabilístico para as administrações públicas, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que vem uniformizar os procedimentos entre todos os setores da administração pública, aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

Assim, aprovado o Orçamento Municipal de 2018 em POCAL, pelos órgãos competentes, resultará a necessidade de se efetuar um ajustamento a 1/1/2018 em sede de execução, ou seja, de acordo com a DGAL, entende-se que o orçamento deverá ser elaborado em POCAL e apenas em sede de execução é que se adotará o SNC-AP. Assim, entende-se que, independentemente do momento em que a aprovação dos documentos previsionais tenha ocorrido, os mesmos não terão que ser novamente submetidos à Assembleia Municipal para aprovação, uma vez que se trata de uma mera conversão técnica, podendo, no entanto, ir para conhecimento.

II. ORÇAMENTO PARA 2018

2.1. RESUMO DO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA

O ano de 2018 contempla um orçamento no valor de 122.923.702 euros, o que representa, relativamente ao ano anterior, um acréscimo de cerca de 21.618.702 euros.

Em termos de receita corrente, prevê-se a arrecadação de 96.039.774 euros, correspondentes a 78% do valor total orçado, e de 26.883.928 euros de receita de capital. A despesa corrente representa 61% do orçamento, ascendendo a 74.426.754 euros, verificando-se um aumento de cerca de 10 milhões de euros em relação ao ano transato. Relativamente à despesa de capital, estima-se uma execução de 48.496.948 euros, que representa 39% do orçamento para 2018. Comparativamente com o ano anterior, regista um aumento de cerca de 11,6 milhões de euros. Esta variação fica a dever-se: 1) ao aumento no investimento, conforme se poderá verificar da análise ao Plano de Investimento Plurianual do município; 2) ao aumento dos ativos financeiros, em 278 249€ relativos ao Fundo de Apoio Municipal.

Orçamento para 2018						(unid: euro)
Receitas	Valor	%	Despesas	Valor	%	
Impostos diretos	46 306 000	38%	Assembleia Municipal	67 000	0%	
Impostos indiretos	2 292 350	2%	Despesas com o pessoal	29 945 370	24%	
Taxas, multas e outras penalidades	2 336 000	2%	Aquisição de bens e serviços	23 266 450	19%	
Rendimentos da propriedade	10 791 354	9%	Juros e outros encargos	127 000	0%	
Transferências correntes	32 215 220	26%	Transferências correntes	19 180 534	16%	
Venda de Bens e serviços correntes	1 734 850	1%	Subsídios	164 400	0%	
Outras receitas correntes	364 000	0%	Outras despesas correntes	1 676 000	1%	
Total das Receitas Correntes	96 039 774	78%	Total das Despesas Correntes	74 426 754	61%	
Venda de bens de investimento	24 400	0%	Aquisição de bens de capital	34 636 950	28%	
Transferências de capital	26 727 478	22%	Transferências de Capital	6 874 000	6%	
Ativos Financeiros	82 050	0%	Ativos Financeiros	626 498	1%	
Passivos Financeiros	0	0%	Passivos financeiros	6 349 500	5%	
Outras receitas de capital	40 000	0%	Outras despesas de capital	10 000	0%	
Rep. não abatidas nos pagamentos	10 000	0%				
Total das Receitas Capital	26 883 928	22%	Total das Despesas de Capital	48 496 948	39%	
Total das Receitas	122 923 702	100%	Total das Despesas	122 923 702	100%	

Quadro 1 - Orçamento para o ano de 2018

Tal como mencionado anteriormente, e como é possível verificar no quadro que se apresenta de seguida, o orçamento para 2018 teve um aumento de 21.618.702 euros, face ao ano 2017. Este incremento é justificado fundamentalmente pela variação positiva verificada na receita de capital, proveniente de fundos comunitários, assim como pelo aumento da arrecadação de receita relativa a impostos diretos e, nomeadamente, o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas, como consequência da atual dinamização económica.

Assim, as despesas correntes registaram um aumento de cerca de 10 milhões de euros e as despesas de capital de 11,6 milhões euros. Esta última é, aliás, uma tendência verificada no quadriénio 2015-2018, como se comprova com a análise do gráfico abaixo.

(Un.: euro)

Rubricas	2017	2018	Varição
Receitas correntes	86 425 232	96 039 774	9 614 542
Receitas de capital	14 879 768	26 883 928	12 004 160
Total de receitas	101 305 000,00	122 923 702,00	21 618 702,00

Rubricas	2017	2018	Varição
Despesas correntes	64 421 221	74 426 754	10 005 533
Despesas de capital	36 883 779	48 496 948	11 613 169
Total das despesas	101 305 000,00	122 923 702,00	21 618 702,00

Quadro 2 - Análise comparativa do orçamento municipal

Fruto de um esforço de racionalização dos recursos municipais, o gráfico que se segue reflete uma diminuição das despesas correntes no quadriénio, que tem permitido aumentar gradualmente o investimento municipal, particularmente mais evidente nos dois últimos anos. No entanto, em 2018 não foi possível manter a tendência evidenciada nos últimos anos, em resultado 1) do aumento das despesas com o pessoal, fruto das disposições legais; 2) aumento nas aquisições de bens e serviços, derivado da assunção de diversas iniciativas de índole desportiva e cultural, que permitirão promover a cidade de Braga num contexto internacional.

Por outro lado, ao nível da receita, assiste-se a partir de 2015, a um ligeiro aumento das receitas de capital, explicáveis pela abertura do novo quadro comunitário, Portugal 2020, tendo sido mantido um comportamento relativamente constante em termos de receitas correntes, com exceção no ano de 2018, em resultado da dinamização da atividade económica, atestada pela execução do orçamento de 2017 nestas rubricas.

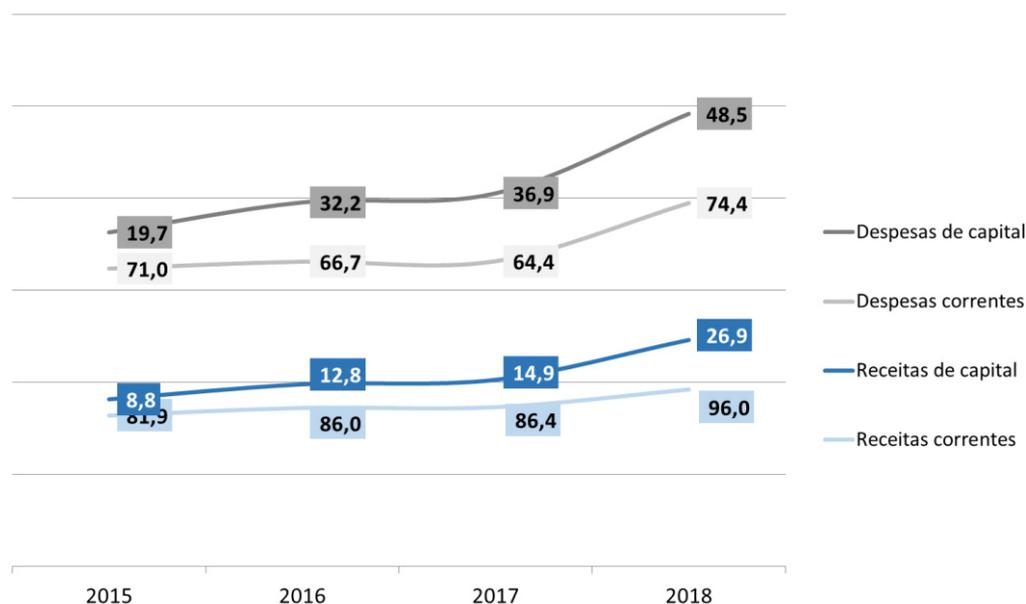


Gráfico 1 - Evolução orçamental no quadriénio 2015-2018.

Ainda comparativamente com o período homólogo, verifica-se um aumento do saldo global efetivo em cerca de 838 mil euros, isto é, se às receitas e despesas orçadas excluirmos os ativos e passivos financeiros, o saldo é superior ao ano transato em cerca de 14%. Este aumento fica a dever-se a um acréscimo da despesa de capital efetiva (11,3M€) em razão inferior ao da receita efetiva (12,6M€). A obtenção sucessiva de saldos globais positivos tem permitido a amortização regular e equilibrada dos passivos financeiros.

(Unid: euro)

Rubricas	2017	2018	Variação
Receitas correntes	86.425.232	96.039.774	9.614.542
Receitas de capital efetivas*	14.247.718	26.801.878	12.554.160
Receita efetiva	100.672.950	122.841.652	22.168.702
Despesas correntes	64.421.221	74.426.754	10.005.533
Despesas de capital efetivas*	30.195.530	41.520.950	11.325.420
Despesa efetiva	94.616.751	115.947.704	21.330.953
Saldo Corrente	22.004.011	21.613.020	- 390.991
Saldo de Capital	- 15.947.812	- 14.719.072	1.228.740
Saldo global efetivo	6.056.199	6.893.948	837.749

* Não inclui ativos e passivos financeiros

Quadro 3 - Saldo global efetivo

2.2. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

No que diz respeito ao equilíbrio orçamental, e tendo em linha de consideração as regras previstas no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), onde as receitas correntes devem ser superiores às despesas correntes, verificamos que o saldo superavitário ascende, em 2018, aos **21.613.020 euros** (inferior em 391 mil euros em relação ao ano anterior), o qual financiará no mesmo montante as despesas de capital, incluindo a amortização da dívida, tal como se demonstra no gráfico abaixo.

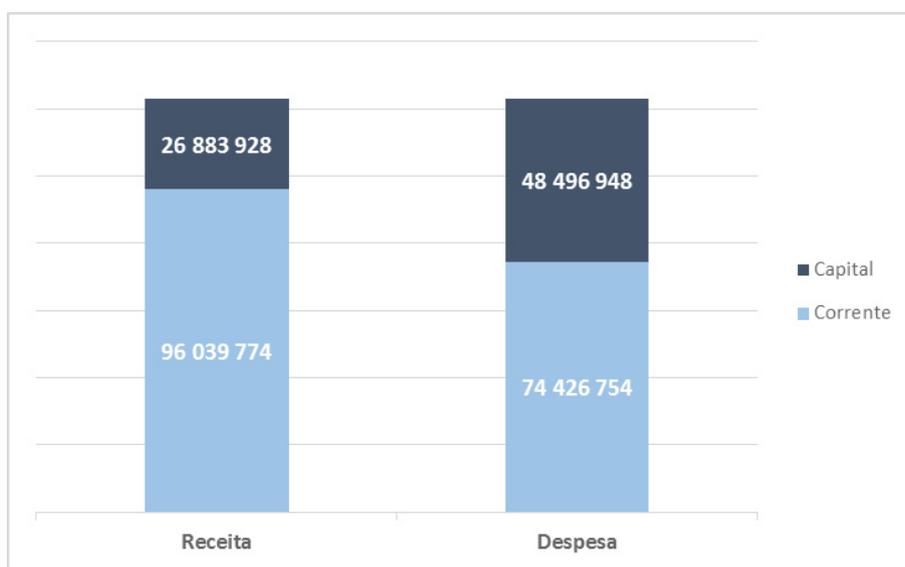


Gráfico 2 - Saldo Corrente

De igual modo, tal como é possível verificar pelo quadro seguinte, foram cumpridas as novas regras do equilíbrio orçamental contempladas no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), mais restritivas em relação às previstas no POCAL, sendo que o saldo corrente, abatido da amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo existentes, gera um *superavit* de cerca de **15.273.403 euros**, que permitirá financiar o investimento a realizar pela autarquia numa lógica de estabilidade orçamental e equidade intergeracional, princípios fundamentais que devem nortear a atividade financeira das autarquias locais.

(Un.: euro)	
Descrição	Valor
(a) Receita corrente bruta prevista	96.039.774
(b) Despesa corrente prevista	74.426.754
(c) = (a) - (b) Saldo Corrente	21.613.020
(d) Amortização média dos EMLP	6.339.617
(e) = (c) - (d) Excedente anual	15.273.403

Quadro 4 - Regra de equilíbrio orçamental (artigo 40.º e 83.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

2.3. ANÁLISE DO ORÇAMENTO DA RECEITA

Sendo o orçamento e os restantes documentos previsionais do município verdadeiros instrumentos de gestão da atividade financeira, onde se preveem todas as receitas que se pretendem arrecadar e as despesas a realizar no exercício económico e seguintes, foram elaborados de acordo com as regras previsionais e princípios fundamentais previstos no POCAL e demais legislação aplicável. Segue-se uma breve explicação dos valores inscritos no orçamento da receita.

2.3.1. Receitas Fiscais

Dando cumprimento aos princípios do rigor, equilíbrio, transparência e estabilidade orçamental, foram previstas as receitas municipais com base nos seguintes critérios: média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses; execução orçamental; e, evolução da atividade económica.

Da análise das variações registadas nas receitas provenientes de **impostos diretos**, da qual se estima uma cobrança total de 46,3 milhões de euros, destaca-se o aumento da previsão do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas, cujo valor em 2018 ascende a 11,1 milhões de euros, mais 3,1 milhões de euros que no ano anterior e justificáveis pelo aceleração da atividade económica, sustentada já na execução orçamental de 2017. De igual modo, assiste-se a uma variação positiva de 1,1 milhões de euros, por comparação com o ano transato, do Imposto Municipal sobre Imóveis, 600 mil e 400 mil euros do Imposto Único de Circulação e Derrama, respetivamente.

Impostos Diretos

(Unid: euro)

Designação	2017	2018	Variação
Imposto municipal sobre imóveis	23 600 000	24 700 000	1 100 000
Imposto único de circulação	4 400 000	5 000 000	600 000
Imp. mun. transm. onerosas de imóveis	8 000 000	11 100 000	3 100 000
Derrama	5 100 000	5 500 000	400 000
Contribuição Autárquica	1 000	1 000	0
Sisa	15 000	5 000	-10 000
Total	41 116 000	46 306 000	5 190 000

Quadro 5 – Impostos diretos

Relativamente aos restantes impostos, a previsão apresentada resulta da média da arrecadação da receita dos últimos 24 meses e da execução orçamental verificada aquando da elaboração deste documento.

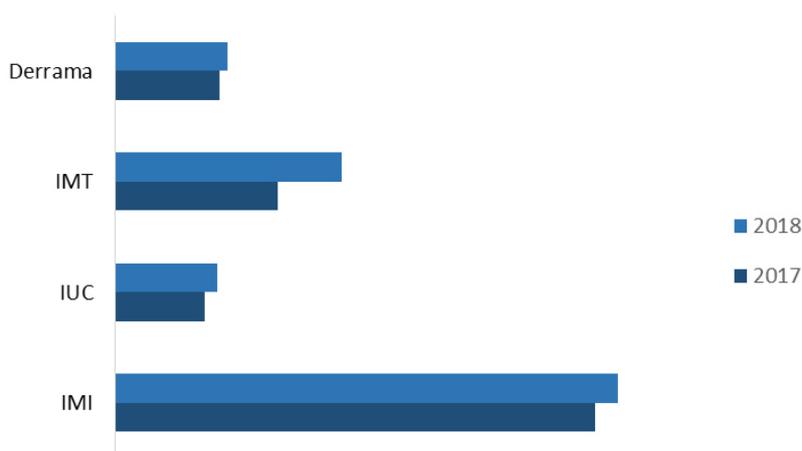


Gráfico 3 - Impostos diretos - variação homóloga

Os **impostos pagos por empresas** representam no orçamento de 2018 2% do total da receita. Comparativamente com o exercício anterior, verifica-se um ligeiro acréscimo de 429 mil euros. Para a previsão deste capítulo contribuem positivamente as rubricas de loteamentos e obras (+350.000€) e a ocupação da via pública (+30.000€). Comportamento diferente apresentam os impostos relativos à taxa de depósito de ficha técnica (-27,5%) e as restantes rubricas do capítulo 02 (-63,3%).

Impostos Indiretos		(Unid:euro)	
Designação	2017	2018	Variação
Mercados e Feiras	30 000	34 000	4 000
Loteamento e Obras	550 000	900 000	350 000
Ocupação da Via Pública	620 000	650 000	30 000
Publicidade	300 000	300 000	0
Taxa M. Direitos Passagem	80 000	80 000	0
T. Dep. Ficha téc. Habitação	10 000	7 250	-2 750
Outros	270 000	320 000	50 000
Restantes rubricas do capítulo 02	3 000	1 100	-1 900
Total	1 863 000	2 292 350	429 350

Quadro 6 - Impostos indiretos

O capítulo de **taxas, multas e outras penalidades** apresenta, em valor absoluto, um aumento de 843 mil euros, em relação ao ano de 2017. A previsão efetuada aponta para 2.336.000 euros, representando assim cerca de 2% do total do orçamento.

Taxas, Multas e Outras Penalidades		(Unid:euro)	
Designação	2017	2018	Variação
Mercados e Feiras	155 000	140 000	-15 000
Loteamento e Obras	690 000	910 000	220 000
Ocupação da Via Pública	200 000	150 000	-50 000
Outras	38 000	80 000	42 000
Coimas e pen. Contra- ordenações	400 000	1 051 000	651 000
Restantes rubricas do capítulo 04	10 000	5 000	-5 000
Total	1 493 000	2 336 000	843 000

Quadro 7 - Taxas, multas e outras penalidades

Sumariamente, em 2018, a receita fiscal, composta pelos impostos diretos, indiretos e taxas, multas e outras penalidades, é representativa de 53% da receita corrente e de 41% do valor total orçado e assume um aumento de cerca de 6,5 milhões de euros face a 2017.

2.3.2. Receitas não fiscais – correntes

De seguida apresentam-se as restantes receitas correntes de carácter não fiscal para o ano de 2018, com as respetivas variações face ao ano anterior.

(Unid: euro)

Designação	2017	2018	Variação
Rendimentos da propriedade	7 875 000	10 791 354	2 916 354
Transferências correntes	31 390 663	32 215 220	824 557
Venda de Bens e serviços correntes	1 862 000	1 734 850	-127 150
Outras receitas correntes	710 569	364 000	-346 569
Total	41 838 232	45 105 424	3 267 192

Quadro 8 - Receitas não fiscais – correntes

O capítulo 05 da receita – **rendimentos de propriedade** – que, em 2018, ascende a 10,8 milhões de euros, inclui, para além do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a EDP – Serviço Universal, os dividendos da empresa municipal AGERE, EM, reconhecidos nos ativos do município, conforme se demonstra no quadro 9.

(Unid: euro)

Designação	2017	2018	Variação
Empresas Públicas Municipais e Interm.	5 015 000	8 031 354	3 016 354
Rendas	2 700 000	2 700 000	0
Restantes rubricas do capítulo 05	160 000	60 000	-100 000
Total	7 875 000	10 791 354	2 916 354

Quadro 9 - Rendimentos de propriedade

Este capítulo assume, face a 2017, um aumento de cerca de 37%, isto é, mais 2,9 milhões de euros que no ano anterior, fruto da acumulação de dividendos.

Avançando de seguida para o capítulo das **transferências correntes** e começando pelas provenientes do orçamento de estado, foram previstos os valores que constam da proposta da lei para 2018. A este nível regista-se, por um lado, uma diminuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) em cerca de 515 mil euros, por outro, um aumento na Participação no IRS, em 7,6%, apesar de o município ter assumido uma redução de 0,15% na participação deste imposto das famílias do concelho. Relativamente ao Fundo Social Municipal (FSM), o valor previsto para 2018 é igual ao registado em 2017.

Merecem igual destaque as receitas provenientes de protocolos com o Ministério da Educação, no âmbito do pré-escolar, generalização do fornecimento das refeições escolares e das atividades de enriquecimento curricular, bem como do contrato de delegação de competências no âmbito

da gestão do pessoal não docente, que totalizam 10.010.000 euros. Da análise ao valor remanescente das **transferências correntes** refira-se a participação comunitária em projetos co-financiados, que assiste a um aumento de 780 mil euros, designadamente pela apresentação de candidaturas no âmbito dos estágios profissionais PEPAL, centros para a qualificação e ensino profissional, Braga Integra, PIICIE, ações de língua portuguesa, entre outros.

(Unid: euro)

Designação	2017	2018	Variação
Fundo de Equilíbrio Financeiro	10 113 467	9 598 935	-514 532
Fundo Social Municipal	3 263 835	3 263 835	0
Participação Fixa no IRS	7 335 361	7 894 450	559 089
Estado - DGESTE (Direção-Geral dos Estab. Escolares)	3 550 000	2 550 000	-1 000 000
Estado - outras	6 460 000	7 460 000	1 000 000
Participação comunitárias em projetos co-financiados	420 000	1 200 000	780 000
Serviços e Fundos autónomos	247 000	247 000	0
Restantes rubricas do capítulo 06	1 000	1 000	0
Total	31 390 663	32 215 220	824 557

Quadro 10 - Transferências correntes

A receita proveniente da **venda de bens e serviços correntes** assume uma ponderação de cerca de 1% no orçamento total de 2018, com um valor absoluto de 1.734.850 euros e em linha com o valor previsto para 2017, ajustado das respetivas execuções, como se demonstra no quadro abaixo.

Venda de bens e serviços correntes

(Unid: euro)

Designação	2017	2018	Variação
Venda de bens	35 000	135 000	100 000
Serviços desportivos	285 000	250 000	-35 000
Cemitérios	200 000	165 000	-35 000
Parques de estacionamento	400 000	320 000	-80 000
Parques de campismo	150 000	100 000	-50 000
Serviços esp. aut. locais - Outros	370 000	371 850	1 850
Rendas	350 000	326 000	-24 000
Restantes rubricas do capítulo 07	72 000	67 000	-5 000
Total	1 862 000	1 734 850	-127 150

Quadro 11 - Venda de bens e serviços

O capítulo das **outras receitas correntes** comporta aos valores relativos a indemnizações por danos provocadas no património autárquico, reembolso de IVA e outras receitas não enquadráveis nas rubricas anteriores. Apresenta-se abaixo a variação em relação ao período homólogo.

(Unid: euro)

Designação	2017	2018	Varição
Indemnizações	7 000	10 000	3 000
Diversas	703 569	354 000	-349 569
Total	710 569	364 000	-346 569

Quadro 12 - Outras receitas correntes

Por fim, ilustra-se a distribuição da receita corrente pelos diversos capítulos, com os respetivos pesos relativos.

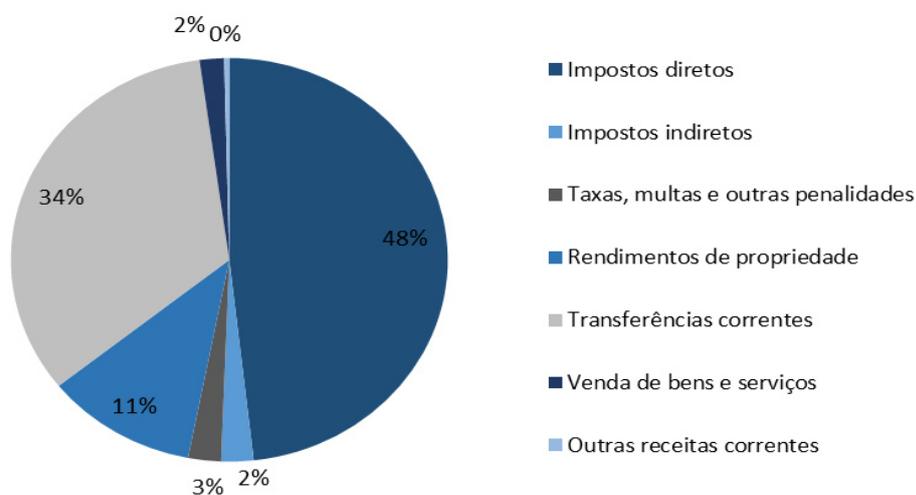


Gráfico 4 – Distribuição da receita corrente

2.3.3. Receitas não fiscais – Capital

As **receitas de capital**, com um valor absoluto de 26,9 milhões de euros e distribuídas pelos diversos capítulos, como se apresenta no quadro abaixo, regista um aumento de cerca de 13 milhões de euros, isto é, cerca de 92% face ao ano anterior. Para este acréscimo contribuem

sobretudo as transferências de capital e, mais concretamente, as verbas relativas a fundos comunitários (+ 13 milhões de euros, que ano anterior).

(Unid: euro)			
Designação	2017	2018	Variação
Venda de bens de investimento	56 000	24 400	-31 600
Transferências de capital	13 743 718	26 727 478	12 983 760
Ativos financeiros	182 050	82 050	-100 000
Passivos Financeiros	0	0	0
Outras receitas de Capital	3 000	40 000	37 000
Reposições não abatidas nos pagamentos	5 000	10 000	5 000
Total	13 989 768	26 883 928	12 894 160

Quadro 13 – Receitas não fiscais – capital.

Relativamente às **ventas de bens de investimento**, e ainda que o conjunto de terrenos e edifícios titulados pelo município detenham potencial de alienação, as mais recentes leis de orçamento de estado têm apresentado regras previsionais adicionais nesta matéria, de modo que os municípios estão vedados à previsão de valor superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses. À luz destes normativos, o município tem registado previsões com tendência decrescente, este ano menos cerca de 32 mil euros.

Seguem-se as **transferências de capital**, no valor de 26.727.478 euros, cuja representatividade ascende a 22% do orçamento para 2018. Aqui se incluem as verbas relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, de capital, no valor de 1.066.548 euros, e as relativas à receita consignada, com proveniência de fundos comunitários, fruto das operações que se prevê financiar nos quadros comunitários PEDU – Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano – e FEDER/Portugal 2020, assim distribuídos:

FEDER/PEDU/PORTUGAL 2020		(Unid: euro)
Designação	Valor	
PARU	11 831 294	
PAMUS	6 488 900	
PAICD	537 950	
Infraestruturas educação	2 346 329	
Outras candidaturas	5 196 457	
Total	26 400 930	

Quadro 14 - Receita consignada.

Para estes valores concorrem alguns dos projetos de investimento incluídos no Plano Plurianual de Investimentos para 2018, com especial destaque para a Requalificação do Parque de Exposições de Braga, a Requalificação e Reabilitação do Mercado Municipal, Requalificação da Margem Esquerda do Rio Cávado, Reabilitação do Espaço Público no Bairro de Santa Tecla, Requalificação dos centros escolares do concelho, projetos diversos na área da mobilidade, entre outros.

Ainda no que respeita à receita de capital, e avançando para o capítulo de **ativos financeiros**, para o ano de 2018, estão previstas receitas no valor de cerca de 82 mil euros relativas à venda da participação na Escola Profissional de Braga.

O gráfico seguinte apresenta o peso de cada agrupamento na receita de capital no total do orçamento de capital do município, sendo de sublinhar a importância relativa das transferências de capital.

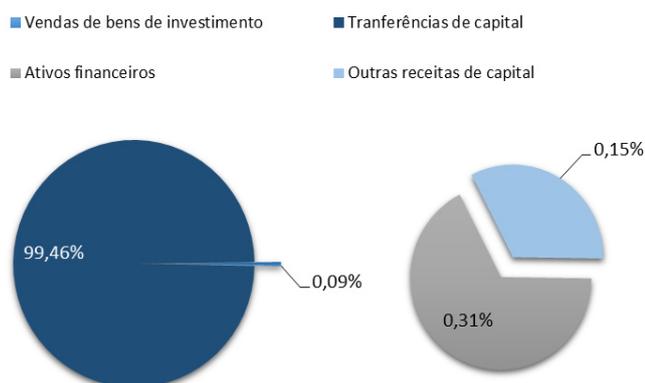


Gráfico 5 - Estrutura das receitas de capital

2.4. ANÁLISE DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Para o ano de 2018 é previsto um volume de despesa de 122.923.702 euros, repartidos em despesa corrente no valor de 74.426.754 euros e despesa de capital de 48.496.948 euros, representando um acréscimo global de 21,3% face ao ano de 2017.

Encargos com a Assembleia Municipal:

Dando cumprimentos às disposições legais em vigor, são inscritas no orçamento municipal, em rubricas específicas da despesa, os encargos resultantes do pagamento de senhas de presença, ajudas de custo e despesas de representação, resultando numa dotação de 67.000 euros.

2.4.1. Despesas Correntes

A despesa corrente municipal apresenta um aumento em relação ao orçado em 2017 em 10 milhões de euros. Contribuem para esta variação: 1) um aumento de 7,4 milhões de euros na aquisição de bens e serviços (+46,5%), justificáveis, entre outros, pelas atividades de dinamização desportiva inerentes à Cidade Europeia do Desporto, pelo desenvolvimento de projetos de consultoria no âmbito da mobilidade e gestão do tráfego e pela instalação do mercado municipal provisório no decurso da respetiva empreitada; 2) pelo incremento de cerca de 2,8 milhões de euros na rubrica de despesas com o pessoal, fruto das recentes alterações legislativas na Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2018 e melhor especificadas no ponto de análise respetivo.

	(un.: euro)		
Rubricas	2017	2018	Variação
Despesas com pessoal	27 191 538	30 005 370	2 813 832
Aquisição de bens e serviços	15 887 483	23 273 450	7 385 967
Juros e outros encargos	154 100	127 000	-27 100
Transferências correntes	19 201 900	19 180 534	-21 366
Subsídios	500 200	164 400	-335 800
Outras despesas correntes	1 486 000	1 676 000	190 000
Total das Despesas Correntes	64 421 221	74 426 754	10 005 533

Quadro 15 – Estrutura da despesa corrente

Despesa com o pessoal

As **despesas com o pessoal** previstas para o exercício de 2018 são de 30 milhões de euros (24% do total orçado), registando-se um acréscimo de 2 813 832 euros, face ao orçamentado em 2017.

Ressalve-se que os aumentos registados se devem, entre outros: 1) novos recrutamentos, designadamente para a polícia municipal, bombeiros sapadores e assistentes operacionais para a atividade educativa; 2) reposições salariais, em resultado das alterações preconizadas na redação da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2018; 3) regularização e integração dos precários; 4) e, atualização do salário mínimo nacional.

Importa sublinhar que em resultado da ausência de regulamentação final, os valores apresentados encontram-se sustentados em pressupostos que, em face das negociações a realizar entre o Governo e os parceiros sociais, poderão sofrer alterações.

Sublinhamos que as despesas relativas aos contratos emprego de inserção (CEI) continuam a ser classificadas na rubrica dos programas ocupacionais, do agrupamento 04 - transferências correntes -, conforme orientação da direção geral que tutela as autarquias locais (DGAL).

(un.:euro)

Designação	2017	2018	Varição
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	260 000	350 000	90 000
Pessoal quadros- regime contrato indiv. Trabalho			
Pessoal em funções	12 660 000	13 600 000	940 000
Recrutamento de pessoal para novos postos trabalho	177 500	800 800	623 300
Pessoal contratado a termo			
Pessoal em funções	15 400	15 400	0
Recrutamento de pessoal para novos postos trabalho	55 700	500	-55 200
Pessoal aguardando aposentação	84 000	144 000	60 000
Pessoal em qualquer outra situação	1 420 000	2 090 000	670 000
Representação	155 000	184 000	29 000
Subsídio refeição	1 452 000	1 645 000	193 000
Subsídio de férias e de Natal	3 230 000	2 960 000	-270 000
Remunerações por doença e maternidade/ paternidade	341 000	610 000	269 000
Abonos variáveis ou eventuais	713 400	703 700	-9 700
Encargos com a saúde	1 079 532	836 000	-243 532
Subsídio familiar a crianças e jovens	190 500	223 000	32 500
Caixa Geral Aposentações	3 400 000	3 470 000	70 000
Segurança Social dos func. Públicos	1 130 000	1 350 398	220 398
Restantes rubricas do agrupamento 01	827 506	1 022 572	195 066
Total	27 191 538	30 005 370	2 813 832

Quadro 16- Despesas com o pessoal

Por fim, e dando cumprimento aos normativos legais em vigor anexa-se a este relatório o mapa de pessoal para o ano de 2018.

Aquisição de bens e serviços

Dado o alargamento das competências e da atividade municipal nas áreas social, cultural, educativa e desportiva, regista-se um aumento da despesa com aquisição de bens e serviços para o ano de 2018, no montante de cerca de 7,4 milhões de euros.

Efetuando uma análise mais detalhada à rubrica de **aquisição de bens**, verifica-se que o acréscimo registado é suportado essencialmente pelo aumento de 332 mil euros na rubrica de combustíveis e lubrificantes, assim como na rubrica de material de educação, cultura e recreio, com um aumento de 185 mil euros.

A análise destes valores deverá ser acompanhada com a leitura de um dos elementos integrantes das Grandes Opções do Plano, as Atividades Mais Relevantes (AMR), para o ano de 2018 que integra os documentos previsionais do município.

A título de exemplo, veja-se que o montante inscrito na rubrica de “material de educação, cultura e recreio” visa satisfazer as atividades mais relevantes de aquisição de manuais e materiais escolares (projeto 2017/21, ação 2) e aquisição de material desportivo (projeto 2017/29, ação 19, sub-ação 11), assim como se dotou a rubrica de “outros bens” de modo a permitir a execução da atividade de aquisição de fruta escolar (projeto 2017/12, ação 4) e a participação na vacinação contra RotaVírus (no valor de 115.000 euros), enquanto atividade de relevo na área da saúde.

De forma a melhor evidenciar o conteúdo deste agrupamento da despesa, apresenta-se de seguida a discriminação comparativa da **aquisição de bens**.

(un.: euro)

Designação	2017	2018	Variação
Matérias- primas e subsidiárias	200 000	20 500	-179 500
Combustíveis e lubrificantes	312 000	643 500	331 500
Munições, explosivos e artificios	300	300	0
Limpeza e higiene	58 300	61 200	2 900
Vestuário e artigos pessoais	186 500	215 200	28 700
Material de escritório	57 500	66 500	9 000
Produtos químicos e farmacêuticos	72 900	68 200	-4 700
Material de consumo clínico	14 700	23 300	8 600
Material de transporte – peças	64 800	80 300	15 500
Outro material – peças	120 200	141 300	21 100
Prémios, condecorações e ofertas	62 100	101 600	39 500
Ferramentas e utensílios	39 850	49 300	9 450
Livros e documentação técnica	40 400	21 400	-19 000
Artigos honoríficos e de decoração	1 300	400	-900
Material de educação, cultura e recreio	155 200	340 600	185 400
Outros bens	1 568 500	1 634 250	65 750
Total	2 954 550	3 467 850	513 300

Quadro 17 - Aquisição de bens

Mantendo a metodologia anteriormente apresentada, dotaram-se as rubricas de **aquisição de serviços** com valores que permitam a execução das GOP's para 2018, nomeadamente:

- os encargos relativos a **conservação de bens** (+133 mil euros), para pequenas reparações e manutenção de máquinas e viaturas, edifícios escolares, culturais e demais edifícios municipais,
- **trabalhos especializados** (+316 mil euros), no âmbito da gestão e manutenção das infraestruturas tecnológicas, vigilância das piscinas municipais, entre outros,
- **locação de outros bens** (+1,1M€), cujo valor reflete essencialmente a parceria com a Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, SA (SGEB). Parte da dotação necessária para a execução da parceria no ano de 2018 encontra-se prevista como não definida no AMR do município, eventualmente reforçada aquando da revisão orçamental para aplicação do saldo de gerência. Esta variação resulta, de igual modo, pela locação de bens associados à instalação do Mercado Municipal Provisório.
- **Outros serviços** (+3,4M€), fruto da já referida dinamização de atividades de caráter desportivo, no âmbito da capital Europeia da Juventude. Refira-se também que, em 2018, o município irá adquirir serviços para a preparação da candidatura à Braga Capital Europeia da Cultura 2027, bem como a concretização relacionadas com a

Braga Cidade Criativa da UNESCO em *Media Arts*, dinamização da atividade económica e do turismo e outras atividades para a coesão social.

(un.: euro)

Designação	2017	2018	Variação
Encargos das instalações	1 722 100	2 300 000	577 900
Limpeza e higiene	37 668	56 700	19 032
Conservação de bens	530 500	663 500	133 000
Locação de edifícios	57 108	140 000	82 892
Locação de material de transporte	85 000	35 000	-50 000
Locação de outros bens	3 495 671	4 605 000	1 109 329
Comunicações	267 000	250 000	-17 000
Transportes	447 425	687 100	239 675
Representação dos serviços	3 100	2 300	-800
Seguros	107 100	108 600	1 500
Deslocações e estadas	53 000	216 500	163 500
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	312 529	956 100	643 571
Formação	97 000	59 000	-38 000
Seminários, exposições e similares	1 700	800	-900
Publicidade	23 089	110 200	87 111
Vigilância e segurança	84 100	155 100	71 000
Assistência técnica	70 550	141 200	70 650
Outros trabalhos especializados	740 293	1 056 000	315 707
Encargos de cobrança de receitas	750 000	800 000	50 000
Outros serviços	4 048 000	7 462 500	3 414 500
Total	12 932 933	19 805 600	6 872 667

Quadro 18 - Aquisição de serviços

Por fim, sublinhamos que as dotações orçamentais para **aquisição de bens e serviços** consideraram todos os contratos de fornecimentos e/ou serviços de execução contínua, em curso e/ou a celebrar, com os respetivos cronogramas financeiros e planos de pagamento. Assim, foram respeitados os cabimentos e compromissos assumidos e não faturados a transitar. Por outro lado, para as despesas obrigatórias, das quais não existe quantificação global, foi efetuada uma análise dos encargos mensais dos últimos exercícios.

Juros e Outros Encargos

Para o ano de 2018, foram orçados 127.000 euros para **juros e outros encargos** decorrentes de empréstimos já contratualizados pelo município, considerando a evolução do indexante aplicável à data atual. Para os juros de locação financeira foi efetuada uma avaliação semelhante. Este agrupamento da despesa representa menos de 1% do orçamento municipal

e apresenta uma diminuição de cerca de 27 mil euros face ao ano anterior, como consequência da diminuição das taxas de juros da zona euro.

(un.: euro)

Designação	2017	2018	Variação
Empréstimos de curto prazo	1 000	10 000	9 000
Empréstimos de médio e longo prazo	123 000	105 000	-18 000
Locação Financeira			
Material de transporte	30 000	10 000	-20 000
Outros encargos financeiros	100	2 000	1 900
Total	154 100	127 000	-27 100

Quadro 19 - Juros e outros encargos

Anexo a este relatório apresenta-se o mapa com encargos com o serviço da dívida.

Transferências correntes

Este agrupamento económico compreende as importâncias transferidas para quaisquer outros organismos ou entidades, tendo em vista o financiamento de despesas correntes, para apoiar eventos de interesse local ou para o desenvolvimento de atividades de natureza cultural, social e desportiva, bem como as transferências para freguesias relativas aos contratos de execução.

Esta componente do orçamento foi dotada com o montante de 19,2 milhões de euros e representa cerca de 16% do orçamento para 2018. Comparativamente com o exercício anterior, regista-se uma diminuição de cerca de 21 mil euros.

Em relação às **transferências para a administração local**, destinam-se 4,6 milhões de euros para as **freguesias** (+186 mil euros face a 2017), designadamente para apoio ao funcionamento do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo de ensino básico, em termos de ação social escolar, nos termos definidos pelo Ministério da Educação. Incluem-se também nesta rubrica os acordos de execução, em resultado da delegação de competências previstas no artigo 132.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ainda no que respeita a **transferências correntes** ressalte-se o valor atribuído às famílias (1,4M€), destinados ao apoio ao emprego, através dos programas ocupacionais (180 mil euros) e outros apoios no âmbito da ação social, designadamente o RADA (Regime de Apoio

Direto ao Arrendamento), em articulação com a empresa municipal Bragahabit, EM e o remanescente no âmbito da educação.

As **instituições sem fins lucrativos** vêem a sua dotação aumentar em cerca 1,4 milhões de euros. Nesta rubrica contempla-se os valores relativos ao orçamento participativo que, no ano de 2018 ascende a 1.092.000 euros, distribuídos pelo projeto Cidadania e Participação, refletido na Funções Sociais das Grandes Opções do Plano.

(un.: euro)

Designação	2017	2018	Variação
Empresas públicas municipais e intermunicipais	10 102 000	7 639 334	-2 462 666
Administração local			
Freguesias	4 436 000	4 622 000	186 000
Associações	60 000	120 000	60 000
Outros	442 500	1 081 000	638 500
Instituições sem fins lucrativos	2 931 000	4 328 000	1 397 000
Famílias			
Programas ocupacionais	530 000	180 000	-350 000
Outros	700 300	1 210 200	509 900
Restantes rubricas do agrupamento 04	100	0	-100
Total	19 201 900	19 180 534	-21 366

Quadro 20 - Transferências correntes

Subsídios

Ao nível da componente **subsídios** estão previstos para o orçamento de 2018 cerca de 164 mil euros (menos de 1% do orçamento total), registando-se uma diminuição de cerca de 336 mil euros em relação ao ano transato. Este agrupamento é dotado para subsidiar os transportes escolares dos alunos, por intermédio da empresa municipal Transportes Urbanos de Braga, EM.

(un.: euro)

Designação	2017	2018	Variação
Empresas públicas municipais e intermunicipais	500 100	164 300	-335 800
Restantes rubricas do agrupamento 05	100	100	0
Total	500 200	164 400	-335 800

Quadro 21 - Subsídios

Outras despesas correntes

Este agrupamento, de carácter residual, compreende as despesas correntes não enquadráveis nos agrupamentos anteriores, desagregadas pelas seguintes rubricas:

- Impostos e taxas - 86 mil euros
- Restituições de cobranças de impostos – 600.200 mil euros
- IVA pago - 10 mil euros
- Outras – 925.300 mil euros

O gráfico seguinte apresenta o peso de cada agrupamento da despesa corrente no total do orçamento corrente do município.

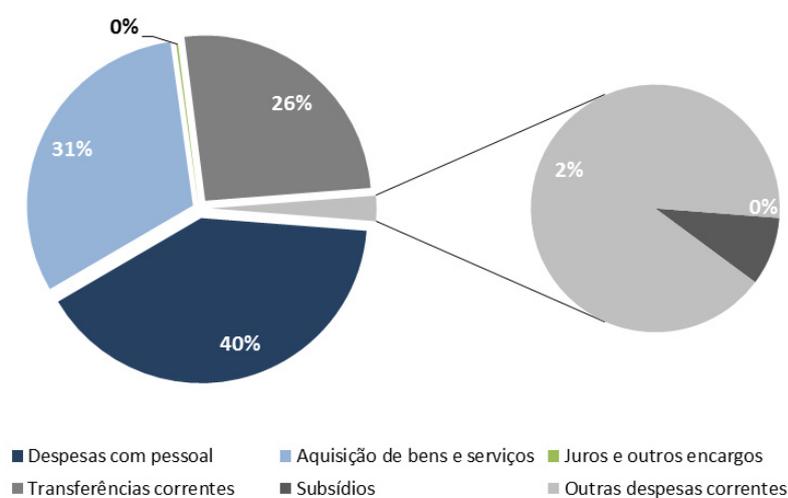


Gráfico 6 - Distribuição da despesa corrente

2.4.2. Despesas Capital

A despesa de capital ascende, em 2018, a 48.496.948 euros, mais 11,6 milhões de euros que no ano anterior, e é representativa de cerca de 39% do orçamento. Apresentando um aumento em todas as rubricas que compõem este agrupamento, com maior expressão na aquisição de bens de capital (+12M€).

Rubricas	(un.: euro)		
	2017	2018	Varição
Aquisição de bens de capital	22 595 530	34 636 950	12 041 420
Transferências de capital	7 600 000	6 874 000	-726 000
Ativos Financeiros	348 249	626 498	278 249
Passivos Financeiros	6 340 000	6 349 500	9 500
Outras despesas de capital	0	10 000	10 000
Total das Despesas de Capital	36 883 779	48 496 948	11 613 169

Quadro 22 – Estrutura da despesa de capital

Aquisição de Bens de Capital

Para fazer face ao investimento a efetuar no concelho, constante no Plano Plurianual de Investimentos para 2018, foram orçados cerca de 34,6 milhões de euros em **aquisição de bens de capital**. Este capítulo absorve cerca de 28% do orçamento, sendo este um dado expressivo da política do município em promover estratégias que reforcem o investimento, quer em infraestruturas, quer na beneficiação e requalificação do património municipal que contribuem para a formação de capital fixo.

O atual contexto económico, social e político deve ser enfrentado pelo Município de Braga com medidas de recuperação da economia que incluam a valorização da imagem dos produtos e serviços regionais, que estimulem o aumento da produção e da competitividade das empresas da região, em particular as de pequena e média dimensão (PME), e que fomentem, em estreita ligação com a Universidade, estratégias empresariais sustentadas na diferenciação, inovação e internacionalização.

Desta feita, é fundamental realçar o investimento a realizar em áreas fundamentais para o desenvolvimento económico e social do concelho, designadamente, a Requalificação do Parque Exposições de Braga, a Requalificação e Reabilitação do Mercado Municipal, a Requalificação de espaços públicos no Bairro de Santa Tecla, a Reabilitação do Eixo Desportivo da Rodovia, o Centro Europeu da Juventude/Pousada da Juventude, a Requalificação do Parque Escolar e, por fim, o avanço dos projetos relacionados com a mobilidade.

Para uma melhor análise da distribuição e afetação das verbas, aconselha-se a leitura do próximo ponto deste documento, bem como a análise do Plano Plurianual de Investimentos – PPI apresentado em anexo.

Transferências de Capital

Neste agrupamento encontram-se previstas as participações destinadas a financiar despesas de investimento de instituições e coletividades. Assim, está inscrita uma dotação orçamental que ascende aos 6,2 milhões de euros e representa cerca de 6% do total do orçamento municipal. Este agrupamento regista uma diminuição de 1,4 milhões de euros, em resultado do aumento das transferências para as freguesias sob a forma de apoio financeiro

(+1,6M€) e uma diminuição das transferências sob a forma de delegações de competências (-3M€), como consequência da elevada taxa de execução financeira evidenciada em 2017 e, por outro lado, da reprogramação das obras em curso.

(un.:euro)

Designação	2017	2018	Varição
Freguesias			
Obras e melhoramentos nas freguesias	600 000	2 200 000	1 600 000
Obras e melhoramentos nas freguesias por delegação de competências	7 000 000	4 000 000	-3 000 000
Associações de municípios	0	0	0
Total	7 600 000	6 200 000	-1 400 000

Quadro 23 - Transferências de capital

Ativos Financeiros

Este agrupamento do orçamento incluiu ações e participações adquiridas pelo município bem como empréstimos concedidos. Assim, no orçamento de 2018 está inserido o valor relativo à realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor de 556.498 euros e o Fundo de Eficiência Energética no valor de 70.000 euros.

Passivos Financeiros

O serviço da dívida, que inclui não somente a amortização de capital, mas também os juros, representam cerca de 5% do orçamento municipal. No agrupamento adstrito aos passivos financeiros previu-se 6,3 milhões de euros destinados à amortização do capital em dívida dos empréstimos já contratualizados pelo município. Assumindo que o município faz pagamentos sob a forma de prestação fixa, e dado que o indexante inerente aos juros tem vindo a assumir uma trajetória decrescente, parte do valor da prestação tem sido utilizado como amortização extraordinária.

O gráfico seguinte apresenta o peso de cada agrupamento da despesa de capital no total do orçamento de capital do município.

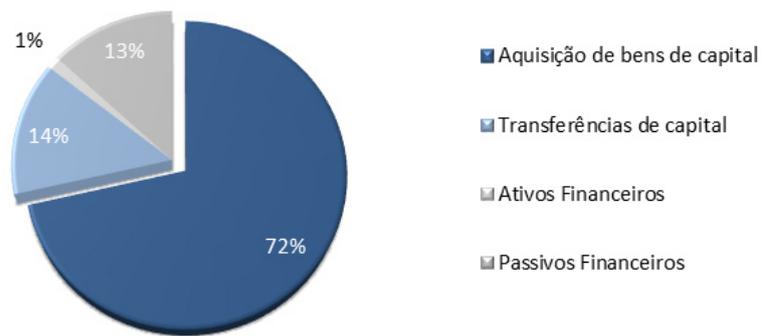


Gráfico 7 - Distribuição da despesa de capital

2.5. INDICADORES DE RECEITA E DESPESA

Finalmente, para aferir da evolução do desempenho financeiro do Município, apresentam-se alguns indicadores de receita e de despesa.

(Un.: euro)

Designação	2017	2018	Variação	%
Dívida de MLP no final do período	29 156 205	22 806 766	-6 349 439	-28%
Despesa corrente primária	64 267 121	74 299 754	10 032 633	14%
Despesa primária	94 810 900	116 447 202	21 636 302	19%
Saldo global primário	5 862 050	6 394 450	532 400	-8%
Saldo global efetivo	5 707 950	6 267 450	559 500	9%

Quadro 24 - Indicadores financeiros

Da análise destes indicadores podemos concluir que para 2018 a dívida de médio e longo prazo esperada regista uma diminuição de 28% face a 2017, sendo que em termos absolutos significa cerca de 6,3 milhões de euros.

A despesa corrente primária, que resulta da subtração dos juros e outros encargos ao total da despesa corrente, regista um acréscimo de 10 milhões de euros, isto é, cerca de 14%. A despesa primária (= total da despesa – passivos financeiros – juros e encargos) assume comportamento semelhante com um aumento de 21,6 milhões de euros. Estas variações ficam a dever-se ao aumento global da despesa de capital em 11,6 milhões de euros e da despesa corrente em 10 milhões de euros. Os saldos globais, quer o efetivo quer o primário, que não incluem os agrupamentos com componente financeira, demonstram o esforço do Município para libertar os meios financeiros para amortizar a dívida.

Numa perspetiva mais dinâmica e abrangente, e pela análise do quadro a seguir apresentado, verifica-se uma diminuição do peso dos impostos municipais sobre o total das receitas do município. Esta variação é resultante do aumento da receita fiscal, percentualmente inferior ao aumento da receita total. Em sentido contrário, assistimos a um aumento do peso das receitas provenientes de transferências sobre a receita total, em resultado do aumento do volume das transferências, não acompanhado pelo total da receita municipal.

Ao nível dos rácios da despesa merecem particular destaque aqueles que nos dão conta da alteração da estrutura da despesa correntes *versus* capital, onde é visível uma capitalização expressiva da despesa municipal. Esta alteração torna-se mais evidente se atentarmos no quociente entre o investimento e o total da despesa, que cresce de 22,3% para 28,2%.

Designação	2017	2018
Rácios da Receita		
Impostos municipais/Total das receitas	44,0%	41,4%
Venda de bens de investimento/Total das receitas	0,1%	0,0%
Total das receitas próprias/Total das receitas	55,0%	52,0%
Total das transferências/Total das receitas	45,0%	48,0%
Passivos financeiros/Total das receitas	0,0%	0,0%
Rácios da Despesa		
Transferências correntes/Total das despesas	19,0%	15,6%
Transferências de capital/Total das despesas	7,5%	5,6%
Despesa corrente /Total das despesas	63,6%	60,5%
Despesa capital/Total das despesas	36,4%	39,5%
Total de investimento/Total das despesas	22,3%	28,2%
Rácios da Dívida		
Dívida bancária (%variação anual)	-17,0%	-21,8%
Juros financeiros/Receitas correntes	0,2%	0,1%
Amortizações/Despesa total	6,3%	5,2%
Serviço da dívida/Despesa total	6,8%	5,6%
Dívida bancária/Saldo corrente	1,3	1,1

Quadro 25 - Indicadores orçamentais/financeiros

Por fim, a variação da dívida bancária de médio e longo prazo verificará em 2018 um aumento na ordem dos 4,8 pontos percentuais, em virtude de ser expectável uma amortização de dívida superior em cerca de 10 mil euros, face a 2017.

Por seu turno, o peso das amortizações na despesa total apresenta uma ligeira diminuição, em face do aumento da despesa total, mantendo-se o serviço da dívida praticamente estável. O gráfico abaixo demonstra a evolução da dívida bancária de médio e longo prazo no quadriénio 2015/2018.

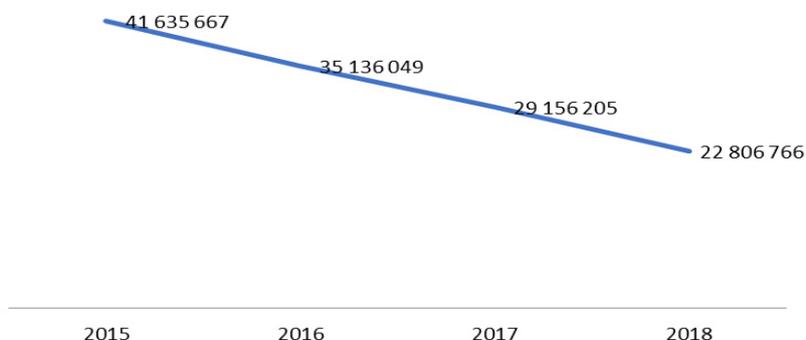


Gráfico 8 - Dívida bancária de MLP

III. GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2018

As despesas municipais identificadas por objetivos, programas, projetos ou atividades e ações (subações) foram integradas nas Grandes Opções do Plano (GOP's) para 2018, subdivididas no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Mapa das Atividades Mais Relevantes (AMR). Estas têm por objetivo a concretização em valor monetário da missão do município de Braga, numa lógica plurianual.

O valor atribuído às GOP's para 2018 ascende a 73 milhões de euros, dos quais 34,6 milhões de euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 38,3 milhões de euros ao conjunto das ações relevantes identificadas nas AMR, como de resto se apresenta no quadro abaixo.

Designação	PPI	PAM	Total	%
1 Funções Gerais da Administração Pública	3 790 950	2 015 510	5 806 460	8%
1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública	3 674 950	1 943 010	5 617 960	8%
1.1.1 Administração Geral	3 674 950	1 943 010	5 617 960	8%
1.2.0 Segurança e Ordem Pública	116 000	72 500	188 500	0%
1.2.1 Proteção civil e luta contra incêndios	106 000	70 000	176 000	0%
1.2.2 Polícia Municipal	10 000	2 500	12 500	0%
2 Funções Sociais	26 939 000	24 018 890	50 957 890	70%
2.1.0 Educação	4 877 500	3 533 120	8 410 620	12%
2.1.1 Ensino não superior	4 877 500	3 533 120	8 410 620	12%
2.2.0 Saúde	0	315 000	315 000	0%
2.3.0 Segurança e Ação social	0	7 783 000	7 783 000	11%
2.3.2 Ação Social	0	7 783 000	7 783 000	11%
2.4.0 Habitação e Serviços Coletivos	14 917 500	1 513 630	16 431 130	23%
2.4.2 Ordenamento do Território	14 502 500	1 330 380	15 832 880	22%
2.4.5 Resíduos Sólidos	0	5 000	5 000	0%
2.4.6 Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	415 000	178 250	593 250	1%
2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	7 144 000	10 874 140	18 018 140	25%
2.5.1 Cultura	455 000	4 275 250	4 730 250	6%
2.5.2 Desporto, Recreio e Lazer	6 689 000	6 598 890	13 287 890	18%
3 Funções Económicas	3 907 000	2 828 334	6 735 334	9%
3.2.0 Indústria e Energia	292 000	1 700 000	1 992 000	3%
3.3.0 Transportes e Comunicações	3 471 000	0	3 471 000	5%
3.3.1 Transportes Rodoviários	3 471 000	0	3 471 000	5%
3.4.0 Comércio e Turismo	144 000	53 000	197 000	0%
3.4.2 Turismo	144 000	53 000	197 000	0%
3.5.0 Outras Funções Económicas	0	1 075 334	1 075 334	1%
4 Outras Funções Económicas	0	9 476 498	9 476 498	13%
4.1.0 Operações da dívida autárquica	0	626 498	626 498	1%
4.2.0 Transferências entre administrações	0	8 850 000	8 850 000	12%
Total	34 636 950	38 339 232	72 976 182	100%

Quadro 26 - Grandes Opções do Plano para 2018.

De sublinhar que nas Atividades Mais Relevantes estão retratadas financeiramente as transferências de capital, bem como as transferências e despesas correntes que assumem maior relevo financeiro no orçamento autárquico.

Assim, as prioridades e opções estratégicas para o ano 2018 estão identificadas no orçamento através de três objetivos estratégicos transversais ao município, a que se acrescentou um residual, que enquadra o programa autárquico sufragado, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades mais Relevantes (AMR) de 2018, a saber:

01- Funções gerais da administração pública

02- Funções sociais

03- Funções económicas

04- Outras funções

3.1. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

O Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2018 reflete todos os projetos e ações que implicam despesas orçamentais destinadas ao investimento, as quais são classificadas na rubrica económica 07 – aquisição de bens de capital. A análise deste documento permite evidenciar projeto a projeto, ação a ação, a sua finalidade, a entidade responsável pela sua execução, a dotação orçada e o período temporal de execução.

(un.: euro)

Designação	2017	%	2018	%	Varição
Funções gerais da administração pública	1 600 300	7%	3 790 950	11%	2 190 650
Serviços Gerais da Administração Pública	1 513 300	6,70%	3 674 950	10,61%	2 161 650
Segurança e Ordem Pública	87 000	0,39%	116 000	0,33%	29 000
Funções sociais	18 676 000	83%	26 939 000	78%	8 263 000
Educação	4 782 000	21,16%	4 877 500	14,08%	95 500
Ordenamento do Território	12 374 000	54,76%	14 502 500	41,87%	2 128 500
Proteção do Meio Ambiente e Cons. da Natureza	170 000	0,75%	415 000	1,20%	245 000
Cultura	70 000	0,31%	455 000	1,31%	385 000
Desporto, Recreio e Lazer	1 280 000	5,66%	6 689 000	19,31%	5 409 000
Funções Económicas	2 319 230	10%	3 907 000	11%	1 587 770
Indústria e Energia	70 000	0,31%	292 000	0,84%	222 000
Transportes e Comunicações	2 249 230	9,95%	3 471 000	10,02%	1 221 770
Turismo	0	0,00%	144 000	0,42%	144 000
Total	22 595 530	100,00%	34 636 950	100,00%	12 041 420

Quadro 27 - Grandes Opções do Plano – PPI

Analisando o quadro acima, verificámos que o sector das **Funções Sociais** é o que detém mais peso relativo no PPI para 2018, com um investimento de 26,9 milhões de euros, que corresponde a 78% do agrupamento de aquisição de bens de capital.

Este aumento do investimento é particularmente mais evidente no **Desporto, Recreio e Lazer**, com um montante previsto de 6,7 milhões de euros, representando um aumento de 5,4 milhões de euros face ao ano anterior, destinados a intervenções de Requalificação do Eixo Desportivo da Rodovia (3,2M€) e Centro Europeu da Juventude/Pousada da Juventude (1,5M€), entre outros.

Segue-se a rubrica **Ordenamento do Território**, com um total previsto de 14,5 milhões de euros (+41,9% que ano anterior), cujos projetos mais relevantes são a Requalificação do Parque de Exposições de Braga (7,4M€), Requalificação e Reabilitação do Mercado Municipal (2,6M€) e Requalificação dos Espaços Públicos no Bairro de Sta. Tecla (1,2M€).

No que diz respeito à **Educação** serão investidos 4,9 milhões de euros, com a requalificação de diversas infraestruturas escolares.

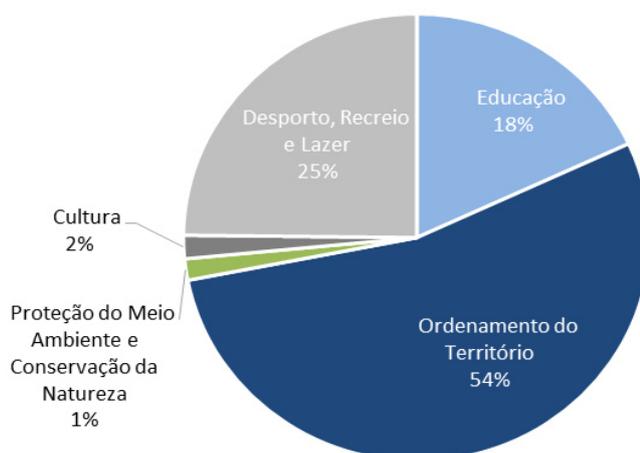


Gráfico 9 – GOP's- Funções Sociais

As **Funções Económicas** apresentam um investimento de 3,9 milhões de euros, dedicados na sua maior parte à requalificação da Av.ª Dr. Francisco Pires Gonçalves (550 mil euros), prolongamento da Rua 25 de Abril e vias secundárias (500 mil euros), reabilitação da Rua Nova de Santa Cruz (150 mil euros), sinalização rodoviária e semaforização (105 mil euros) e

à conservação e reparação da rede viária municipal e sistemas de drenagem de águas pluviais.

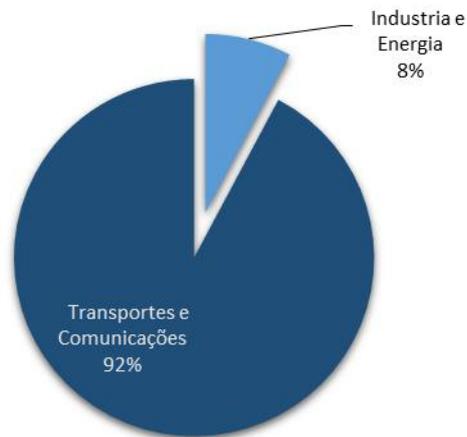


Gráfico 10 - GOP's - Funções Económicas

Para o setor das **Funções Gerais** está previsto um investimento de 3,8 milhões de euros, para aquisição de diversos equipamentos que permitirão melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Município, assim como a conservação dos edifícios municipais.



Gráfico 11 - GOP's - Funções Gerais

IV. NOTAS FINAIS

4.1. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Por forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea a), do n.º 1, artigo 46.º, do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o município de braga faz incluir neste relatório a identificação e descrição das responsabilidades contingentes, no seu anexo 11.

4.2. ENTIDADES PARTICIPADAS

Nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 46.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, o orçamento deverá incluir os orçamentos de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo pelo município, de acordo com o artigo 75.º da mesma lei.

Os orçamentos solicitados às empresas municipais Agere, EM, Bragahabit, EM, InvestBraga, EM, Teatro Circo, SA, EM, e Transportes Urbanos de Braga, EM, encontram-se anexos a este relatório.

Ainda de acordo com a RFALEI, na sua alínea c), do n.º 2, do artigo 46.º, o orçamento municipal inclui, no seu anexo 9, o mapa das entidades participadas, bem como a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente.

IV. ANEXOS

1. RESUMO DO ORÇAMENTO PARA 2018

Câmara Municipal de Braga

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2018

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	96 039 774		Correntes	74 426 754	
Capital	26 883 928		Capital	48 496 948	
Total:		122 923 702	Total:		122 923 702
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		122 923 702	Total Geral:		122 923 702

<p>ORGÃO EXECUTIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>
--

<p>ORGÃO DELIBERATIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>

2. ORÇAMENTO PARA 2018 – RECEITAS E DESPESAS

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
01	Impostos directos	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	24 700 000
010203	Imposto único de circulação	5 000 000
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	11 100 000
010205	Derrama	5 500 000
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	1 000
01020702	Imposto municipal de sisa	5 000
	Total do Capítulo Económico 01:	46 306 000
02	Impostos indirectos	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.locais	
02020601	Mercados e feiras	34 000
02020602	Loteamentos e obras	900 000
02020603	Ocupação da via pública	650 000
02020605	Publicidade	300 000
02020607	Utilização da rede viária municipal	1 100
02020699	Outros	
0202069901	Taxa municipal de direitos de passagem	80 000
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	7 250
0202069999	Outros	320 000
	Total do Capítulo Económico 02:	2 292 350
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012301	Mercados e feiras	140 000
04012302	Loteamentos e obras	910 000
04012303	Ocupação da via pública	150 000
04012305	Caça, uso e porte de arma	1 000
04012399	Outras	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	2 000
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	2 000
0401239999	Outras	80 000
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	700 000
040202	Juros compensatórios	50 000

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	300 000
040299	Multas e penalidades diversas	1 000
	Total do Capítulo Económico 04:	2 336 000
05	Rendimentos da propriedade	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	10 000
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050701	Empresas públicas	8 031 354
0510	Rendas	
051005	Bens de domínio público	2 700 000
051099	Outros	50 000
	Total do Capítulo Económico 05:	10 791 354
06	Transferências correntes	
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
060101	Públicas	
06010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1 000
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	9 598 935
06030102	Fundo Social Municipal	3 263 835
06030103	Participação fixa no IRS	7 894 450
06030199	Outras	
0603019901	DGESTE - Direção-Geral dos Estab. Escolares	2 550 000
0603019999	Outras	7 460 000
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	1 200 000
060307	Serviços e fundos autónomos	
06030701	Serv. Nacional de Bombeiros - INEM	40 000
06030703	Recensea. Eleitoral e Eleições	7 000
06030799	Outras	200 000
	Total do Capítulo Económico 06:	32 215 220
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070106	Produtos agrícolas e pecuários	5 000
070199	Outros	130 000
0702	Serviços	
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020801	Serviços sociais	1 000

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
07020802	Serviços recreativos	1 000
07020803	Serviços culturais	65 000
07020804	Serviços desportivos	250 000
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	2 350
07020904	Trabalhos por conta de particulares	4 500
07020905	Cemitérios	165 000
07020906	Mercados e feiras	55 000
07020907	Parques de estacionamento	320 000
07020908	Parques de campismo	100 000
07020999	Outros	100 000
070299	Outros	
07029999	Outros	210 000
0703	Rendas	
070302	Edifícios	26 000
070399	Outras	300 000
	Total do Capítulo Económico 07:	1 734 850
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	5 000
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	5 000
08019903	IVA reembolsado	2 000
08019904	IVA Inversão da liquidação	2 000
08019999	Diversas	350 000
	Total do Capítulo Económico 08:	364 000
	Total das Receitas Correntes:	96 039 774
09	Venda de bens de investimento	
0901	Terrenos	
090106	Admin.Pública-Admin.local-Continente	15 400
0903	Edifícios	
090306	Admin.Pública-Admin.local-Continente	1 000
0904	Outros bens de investimento	
090406	Admin.Pública-Admin.local-Continente	
09040603	Outros	8 000
	Total do Capítulo Económico 09:	24 400
10	Transferências de capital	

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
1001	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
100102	Privadas	450 000
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 066 548
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	
1003010499	Diversos	5 000
10030199	Outras	5 000
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030709	Diversos	25 200 930
	Total do Capítulo Económico 10:	26 727 478
11	Activos financeiros	
1110	Alienação de partes sociais de empresas	
111001	Venda da participação na EPB	82 050
	Total do Capítulo Económico 11:	82 050
13	Outras receitas de capital	
1301	Outras	
130199	Outras	40 000
	Total do Capítulo Económico 13:	40 000
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	10 000
	Total do Capítulo Económico 15:	10 000
	Total das Receitas de Capital:	26 883 928
	Total do Orçamento da Receita:	122 923 702

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
01	Administração Autárquica	
0101	Assembleia Municipal	
0101 01	Despesas com o pessoal	
0101 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0101 010213	Outros suplementos e prémios	
0101 01021303	Senhas de presença	60 000
	Total do Capítulo Económico 01:	60 000
0101 02	Aquisição de bens e serviços	
0101 0201	Aquisição de bens	
0101 020108	Material de escritório	1 000
0101 020121	Outros bens	1 000
0101 0202	Aquisição de serviços	
0101 020210	Transportes	1 000
0101 020211	Representação dos serviços	1 000
0101 020212	Seguros	1 000
0101 020213	Deslocações e estadas	1 000
0101 020225	Outros serviços	1 000
	Total do Capítulo Económico 02:	7 000
	Total das Despesas Correntes:	67 000
	Total da Divisão Orgânica 0101:	67 000
0102	Câmara Municipal	
0102 01	Despesas com o pessoal	
0102 0101	Remunerações certas e permanentes	
0102 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	350 000
0102 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
0102 01010401	Pessoal em funções	1 050 000
0102 01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	50 800
0102 010106	Pessoal contratado a termo	
0102 01010601	Pessoal em funções	15 000
0102 01010604	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	100
0102 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	30 000
0102 010108	Pessoal aguardando aposentação	15 000
0102 010109	Pessoal em qualquer outra situação	495 000
0102 010111	Representação	60 000
0102 010113	Subsidio de refeição	123 750
0102 010114	Subsidio de férias e de Natal	338 000
0102 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	40 000

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0102 010202	Horas extraordinárias	40 000
0102 010204	Ajudas de custo	25 000
0102 010205	Abono para falhas	2 000
0102 010210	Subsídio de trabalho nocturno	1 000
0102 010213	Outros suplementos e prémios	
0102 01021302	Outros	100
0102 01021303	Senhas de presença	10 000
0102 0103	Segurança social	
0102 010301	Encargos com a saúde	836 000
0102 010302	Outros encargos com a saúde	35 000
0102 010303	Subsídio familiar a criança e jovens	25 000
0102 010304	Outras prestações familiares	3 000
0102 010305	Contribuições para a segurança social	
0102 01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
0102 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	3 470 000
0102 0103050202	Regime Geral	1 350 398
0102 010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	2 000
0102 010308	Outras pensões	2 000
0102 010310	Outras despesas de segurança social	
0102 01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adoção	100
	Total do Capítulo Económico 01:	8 369 248
0102 02	Aquisição de bens e serviços	
0102 0201	Aquisição de bens	
0102 020101	Matérias-primas e subsidiárias	500
0102 020102	Combustíveis e lubrificantes	
0102 02010201	Gasolina	100
0102 02010202	Gasóleo	100
0102 02010299	Outros	200
0102 020103	Munições, explosivos e artifícios	100
0102 020104	Limpeza e higiene	2 500
0102 020107	Vestuário e artigos pessoais	50 000
0102 020108	Material de escritório	9 000
0102 020109	Produtos químicos e farmacêuticos	1 500
0102 020111	Material de consumo clínico	1 000
0102 020112	Material de transporte-Peças	100
0102 020114	Outro material-Peças	9 000

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 020115	Prémios, condecorações e ofertas	25 000
0102 020117	Ferramentas e utensílios	3 000
0102 020118	Livros e documentação técnica	6 000
0102 020119	Artigos honoríficos e de decoração	100
0102 020120	Material de educação, cultura e recreio	21 000
0102 020121	Outros bens	250 000
0102 0202	Aquisição de serviços	
0102 020201	Encargos das instalações	2 300 000
0102 020202	Limpeza e higiene	22 000
0102 020203	Conservação de bens	80 000
0102 020208	Locação de outros bens	255 000
0102 020210	Transportes	138 000
0102 020211	Representação dos serviços	100
0102 020213	Deslocações e estadas	40 000
0102 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	450 000
0102 020216	Seminários, exposições e similares	100
0102 020217	Publicidade	50 000
0102 020218	Vigilância e segurança	70 000
0102 020219	Assistência técnica	55 000
0102 020220	Outros trabalhos especializados	205 000
0102 020225	Outros serviços	2 900 000
	Total do Capítulo Económico 02:	6 944 400
0102 03	Juros e outros encargos	
0102 0301	Juros da dívida pública	
0102 030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0102 03010301	Empréstimos de curto prazo	10 000
0102 03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	105 000
0102 0303	Juros de locação financeira	
0102 030305	Material de transporte	10 000
0102 0306	Outros encargos financeiros	
0102 030601	Outros encargos financeiros	2 000
	Total do Capítulo Económico 03:	127 000
0102 04	Transferências correntes	
0102 0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
0102 040101	Públicas	
0102 04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	344 334
0102 0405	Administração local	

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 040501	Continente	
0102 04050102	Freguesias	2 650 000
0102 04050104	Associações de municípios	120 000
0102 04050108	Outros	280 000
0102 0407	Instituições sem fins lucrativos	
0102 040701	Instituições sem fins lucrativos	436 000
0102 0408	Famílias	
0102 040802	Outras	
0102 04080201	Programas Ocupacionais	9 000
0102 04080202	Outros	555 000
	Total do Capítulo Económico 04:	4 394 334
0102 05	Subsídios	
0102 0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
0102 050101	Públicas	
0102 05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100
0102 05010102	Outras	100
	Total do Capítulo Económico 05:	200
0102 06	Outras despesas correntes	
0102 0602	Diversas	
0102 060201	Impostos e taxas	
0102 06020101	Impostos e taxas pagos pela Autarquia	80 000
0102 06020102	Restituições de impostos ou taxas cobradas	600 000
0102 060203	Outras	
0102 06020301	Outras restituições	50 000
0102 06020302	IVA pago	10 000
0102 06020304	Serviços bancários	500
0102 06020305	Outras	
0102 0602030599	Diversos	50 000
	Total do Capítulo Económico 06:	790 500
	Total das Despesas Correntes:	20 625 682
0102 07	Aquisição de bens de capital	
0102 0701	Investimentos	
0102 070107	Equipamento de informática	521 500
0102 070108	Software informático	941 450
0102 070109	Equipamento administrativo	200 000
0102 070110	Equipamento básico	
0102 07011002	Outro	500 000

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0102 070111	Ferramentas e utensílios	45 000
0102 0702	Locação financeira	
0102 070205	Material de transporte	250 000
	Total do Capítulo Económico 07:	2 457 950
0102 08	Transferências de capital	
0102 0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
0102 080102	Privadas	474 000
0102 0805	Administração local	
0102 080501	Continente	
0102 08050102	Freguesias	
0102 0805010201	Obras e melhoramentos nas freguesias	2 200 000
0102 0805010202	Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação	4 000 000
	Total do Capítulo Económico 08:	6 674 000
0102 09	Activos financeiros	
0102 0907	Acções e outras participações	
0102 090705	Admin.pública-Admin.central-Estado	70 000
0102 0908	Unidades de participação	
0102 090802	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	556 498
	Total do Capítulo Económico 09:	626 498
0102 10	Passivos financeiros	
0102 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
0102 100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0102 10060302	Outros	6 349 500
	Total do Capítulo Económico 10:	6 349 500
0102 11	Outras despesas de capital	
0102 1102	Diversas	
0102 110299	Outras	10 000
	Total do Capítulo Económico 11:	10 000
	Total das Despesas de Capital:	16 117 948
	Total da Divisão Orgânica 0102:	36 743 630
0105	Ação Social	
0105 02	Aquisição de bens e serviços	
0105 0201	Aquisição de bens	
0105 020115	Prémios, condecorações e ofertas	5 000
0105 020121	Outros bens	15 000
0105 0202	Aquisição de serviços	

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0105 020210	Transportes	12 000
0105 020211	Representação dos serviços	1 000
0105 020213	Deslocações e estadas	2 000
0105 020220	Outros trabalhos especializados	2 000
0105 020225	Outros serviços	145 000
	Total do Capítulo Económico 02:	182 000
0105 04	Transferências correntes	
0105 0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
0105 040101	Públicas	
0105 04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	6 441 000
0105 0407	Instituições sem fins lucrativos	
0105 040701	Instituições sem fins lucrativos	215 000
0105 0408	Famílias	
0105 040802	Outras	
0105 04080202	Outros	500 000
	Total do Capítulo Económico 04:	7 156 000
	Total das Despesas Correntes:	7 338 000
0105 08	Transferências de capital	
0105 0807	Instituições sem fins lucrativos	
0105 080701	Instituições sem fins lucrativos	200 000
	Total do Capítulo Económico 08:	200 000
	Total das Despesas de Capital:	200 000
	Total da Divisão Orgânica 0105:	7 538 000
0106	Ambiente, Desenvolvimento Rural e Turismo	
0106 02	Aquisição de bens e serviços	
0106 0201	Aquisição de bens	
0106 020101	Matérias-primas e subsidiárias	20 000
0106 020115	Prémios, condecorações e ofertas	1 500
0106 020121	Outros bens	70 250
0106 0202	Aquisição de serviços	
0106 020210	Transportes	4 000
0106 020225	Outros serviços	135 500
	Total do Capítulo Económico 02:	231 250
0106 04	Transferências correntes	
0106 0407	Instituições sem fins lucrativos	

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0106 040701	Instituições sem fins lucrativos	50 000
	Total do Capítulo Económico 04:	50 000
	Total das Despesas Correntes:	281 250
0106 07	Aquisição de bens de capital	
0106 0701	Investimentos	
0106 070110	Equipamento básico	
0106 07011002	Outro	69 000
	Total do Capítulo Económico 07:	69 000
	Total das Despesas de Capital:	69 000
	Total da Divisão Orgânica 0106:	350 250
	Total do Capítulo Orgânico 01:	44 698 880
02	Gestão Administrativa e Prospetiva	
02 01	Despesas com o pessoal	
02 0101	Remunerações certas e permanentes	
02 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
02 01010401	Pessoal em funções	1 800 000
02 01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	109 000
02 010106	Pessoal contratado a termo	
02 01010601	Pessoal em funções	100
02 01010604	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	100
02 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	30 000
02 010108	Pessoal aguardando aposentação	15 000
02 010109	Pessoal em qualquer outra situação	615 000
02 010111	Representação	40 000
02 010113	Subsidio de refeição	173 750
02 010114	Subsidio de férias e de Natal	436 000
02 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	70 000
02 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02 010202	Horas extraordinárias	25 000
02 010204	Ajudas de custo	8 000
02 010205	Abono para falhas	20 000
02 010210	Subsidio de trabalho nocturno	2 000
02 010211	Subsidio de turno	100
02 010212	Indemnizações por cessação de funções	100
02 010213	Outros suplementos e prémios	
02 01021302	Outros	100
02 0103	Segurança social	

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	010302	Outros encargos com a saúde	35 000
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	30 000
02	010304	Outras prestações familiares	3 000
02	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	2 000
02	010309	Seguros	
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	565 200
02	010310	Outras despesas de segurança social	
02	01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adoção	100
Total do Capítulo Económico 01:			3 979 550
02	02	Aquisição de bens e serviços	
02	0201	Aquisição de bens	
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	
02	02010299	Outros	1 000
02	020104	Limpeza e higiene	25 000
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	40 000
02	020108	Material de escritório	40 000
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	8 000
02	020111	Material de consumo clínico	100
02	020114	Outro material-Peças	3 000
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	100
02	020117	Ferramentas e utensílios	100
02	020118	Livros e documentação técnica	1 000
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	100
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	100
02	020121	Outros bens	25 000
02	0202	Aquisição de serviços	
02	020202	Limpeza e higiene	500
02	020203	Conservação de bens	1 000
02	020204	Locação de edifícios	50 000
02	020209	Comunicações	250 000
02	020210	Transportes	8 000
02	020211	Representação dos serviços	100
02	020212	Seguros	100 300
02	020213	Deslocações e estadas	12 000
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	50 000
02	020215	Formação	50 000
02	020216	Seminários, exposições e similares	500

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	020217	Publicidade	100
02	020218	Vigilância e segurança	50 000
02	020219	Assistência técnica	48 000
02	020220	Outros trabalhos especializados	250 000
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	800 000
02	020225	Outros serviços	150 000
Total do Capítulo Económico 02:			1 964 000
02	04	Transferências correntes	
02	0408	Famílias	
02	040802	Outras	
02	04080201	Programas Ocupacionais	12 500
02	04080202	Outros	100
Total do Capítulo Económico 04:			12 600
02	06	Outras despesas correntes	
02	0602	Diversas	
02	060201	Impostos e taxas	
02	06020102	Restituições de impostos ou taxas cobradas	100
02	060203	Outras	
02	06020305	Outras	
02	0602030599	Diversos	100
Total do Capítulo Económico 06:			200
Total das Despesas Correntes:			5 956 350
Total do Capítulo Orgânico 02:			5 956 350
03		Educação	
03	01	Despesas com o pessoal	
03	0101	Remunerações certas e permanentes	
03	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
03	01010401	Pessoal em funções	4 100 000
03	01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	334 500
03	010106	Pessoal contratado a termo	
03	01010601	Pessoal em funções	100
03	01010604	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	100
03	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	65 120
03	010108	Pessoal aguardando aposentação	10 000
03	010109	Pessoal em qualquer outra situação	53 000

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
03	010111	Representação	3 000
03	010113	Subsidio de refeição	593 750
03	010114	Subsídio de férias e de Natal	776 000
03	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	380 000
03	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
03	010202	Horas extraordinárias	3 000
03	010204	Ajudas de custo	1 000
03	010205	Abono para falhas	15 000
03	010210	Subsídio de trabalho nocturno	1 000
03	010211	Subsídio de turno	100
03	010212	Indemnizações por cessação de funções	25 000
03	010213	Outros suplementos e prémios	
03	01021302	Outros	100
03	0103	Segurança social	
03	010302	Outros encargos com a saúde	20 000
03	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	45 000
03	010304	Outras prestações familiares	3 000
03	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	1 000
03	010309	Seguros	
03	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	100
03	010310	Outras despesas de segurança social	
03	01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adoção	100
Total do Capítulo Económico 01:			6 429 970
03	02	Aquisição de bens e serviços	
03	0201	Aquisição de bens	
03	020102	Combustíveis e lubrificantes	
03	02010201	Gasolina	100
03	02010202	Gasóleo	10 000
03	02010299	Outros	7 000
03	020103	Munições, explosivos e artifícios	100
03	020104	Limpeza e higiene	100
03	020107	Vestuário e artigos pessoais	100
03	020108	Material de escritório	1 500
03	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	100
03	020111	Material de consumo clínico	500
03	020112	Material de transporte-Peças	100
03	020114	Outro material-Peças	19 000

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
03	020115	Prémios, condecorações e ofertas	4 000
03	020117	Ferramentas e utensílios	1 000
03	020118	Livros e documentação técnica	100
03	020119	Artigos honoríficos e de decoração	100
03	020120	Material de educação, cultura e recreio	257 000
03	020121	Outros bens	275 500
03	0202	Aquisição de serviços	
03	020202	Limpeza e higiene	2 000
03	020203	Conservação de bens	40 000
03	020204	Locação de edifícios	9 000
03	020208	Locação de outros bens	150 000
03	020210	Transportes	340 000
03	020211	Representação dos serviços	100
03	020212	Seguros	100
03	020213	Deslocações e estadas	8 000
03	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	50 000
03	020216	Seminários, exposições e similares	100
03	020217	Publicidade	100
03	020218	Vigilância e segurança	100
03	020219	Assistência técnica	100
03	020220	Outros trabalhos especializados	37 000
03	020225	Outros serviços	152 500
Total do Capítulo Económico 02:			1 365 400
03	04	Transferências correntes	
03	0405	Administração local	
03	040501	Continente	
03	04050102	Freguesias	1 972 000
03	04050108	Outros	800 000
03	0407	Instituições sem fins lucrativos	
03	040701	Instituições sem fins lucrativos	45 000
03	0408	Famílias	
03	040802	Outras	
03	04080201	Programas Ocupacionais	27 500
03	04080202	Outros	75 000
Total do Capítulo Económico 04:			2 919 500
03	05	Subsídios	
03	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
03	050101	Públicas	
03	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	164 200
		Total do Capítulo Económico 05:	164 200
03	06	Outras despesas correntes	
03	0602	Diversas	
03	060203	Outras	
03	06020305	Outras	
03	0602030599	Diversos	865 000
		Total do Capítulo Económico 06:	865 000
		Total das Despesas Correntes:	11 744 070
03	07	Aquisição de bens de capital	
03	0701	Investimentos	
03	070103	Edifícios	
03	07010305	Escolas	800 000
03	070107	Equipamento de informática	340 000
03	070110	Equipamento básico	
03	07011002	Outro	490 500
		Total do Capítulo Económico 07:	1 630 500
		Total das Despesas de Capital:	1 630 500
		Total do Capítulo Orgânico 03:	13 374 570
04		Desporto, Juventude e Associativismo	
04	01	Despesas com o pessoal	
04	0101	Remunerações certas e permanentes	
04	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
04	01010401	Pessoal em funções	550 000
04	01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	25 000
04	010106	Pessoal contratado a termo	
04	01010601	Pessoal em funções	100
04	01010604	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	100
04	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	2 952
04	010108	Pessoal aguardando aposentação	2 000
04	010109	Pessoal em qualquer outra situação	53 000
04	010111	Representação	3 000
04	010113	Subsidio de refeição	68 750
04	010114	Subsídio de férias e de Natal	116 000

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
04	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	35 000
04	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
04	010202	Horas extraordinárias	5 000
04	010204	Ajudas de custo	3 000
04	010205	Abono para falhas	10 000
04	010210	Subsídio de trabalho nocturno	5 000
04	010211	Subsídio de turno	100
04	010212	Indemnizações por cessação de funções	100
04	010213	Outros suplementos e prémios	
04	01021302	Outros	100
04	0103	Segurança social	
04	010302	Outros encargos com a saúde	25 000
04	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	10 000
04	010304	Outras prestações familiares	3 000
04	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	1 000
04	010309	Seguros	
04	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	100
04	010310	Outras despesas de segurança social	
04	01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adoção	100
Total do Capítulo Económico 01:			918 402
04	02	Aquisição de bens e serviços	
04	0201	Aquisição de bens	
04	020102	Combustíveis e lubrificantes	
04	02010201	Gasolina	100
04	02010202	Gasóleo	14 000
04	02010299	Outros	70 000
04	020103	Munições, explosivos e artifícios	100
04	020104	Limpeza e higiene	7 000
04	020107	Vestuário e artigos pessoais	1 500
04	020108	Material de escritório	1 500
04	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	30 000
04	020111	Material de consumo clínico	2 600
04	020112	Material de transporte-Peças	100
04	020114	Outro material-Peças	14 000
04	020115	Prémios, condecorações e ofertas	40 000
04	020117	Ferramentas e utensílios	1 000
04	020118	Livros e documentação técnica	100

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
04	020119	Artigos honoríficos e de decoração	100
04	020120	Material de educação, cultura e recreio	51 500
04	020121	Outros bens	250 000
04	0202	Aquisição de serviços	
04	020202	Limpeza e higiene	5 000
04	020203	Conservação de bens	25 000
04	020204	Locação de edifícios	16 000
04	020208	Locação de outros bens	3 300 000
04	020210	Transportes	150 000
04	020212	Seguros	1 200
04	020213	Deslocações e estadas	130 000
04	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	1 000
04	020215	Formação	4 000
04	020216	Seminários, exposições e similares	100
04	020217	Publicidade	60 000
04	020218	Vigilância e segurança	30 000
04	020219	Assistência técnica	100
04	020220	Outros trabalhos especializados	230 000
04	020225	Outros serviços	700 000
		Total do Capítulo Económico 02:	5 136 000
04	04	Transferências correntes	
04	0405	Administração local	
04	040501	Continente	
04	04050108	Outros	1 000
04	0407	Instituições sem fins lucrativos	
04	040701	Instituições sem fins lucrativos	2 482 000
04	0408	Famílias	
04	040802	Outras	
04	04080201	Programas Ocupacionais	12 000
		Total do Capítulo Económico 04:	2 495 000
		Total das Despesas Correntes:	8 549 402
04	07	Aquisição de bens de capital	
04	0701	Investimentos	
04	070103	Edifícios	
04	07010302	Instalações desportivas e recreativas	425 000
04	07010307	Outros	3 680 000
04	070104	Construções diversas	

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
04	07010406	Instalações desportivas e recreativas	234 000
04	070110	Equipamento básico	
04	07011002	Outro	40 000
Total do Capítulo Económico 07:			4 379 000
Total das Despesas de Capital:			4 379 000
Total do Capítulo Orgânico 04:			12 928 402
05		Cultura	
05	01	Despesas com o pessoal	
05	0101	Remunerações certas e permanentes	
05	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
05	01010401	Pessoal em funções	350 000
05	01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	20 000
05	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	14 000
05	010108	Pessoal aguardando aposentação	2 000
05	010109	Pessoal em qualquer outra situação	57 000
05	010111	Representação	3 000
05	010113	Subsidio de refeição	53 750
05	010114	Subsidio de férias e de Natal	96 000
05	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	5 000
05	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
05	010202	Horas extraordinárias	30 000
05	010204	Ajudas de custo	5 000
05	010212	Indemnizações por cessação de funções	100
05	010213	Outros suplementos e prémios	
05	01021302	Outros	100
05	0103	Segurança social	
05	010302	Outros encargos com a saúde	15 000
05	010303	Subsidio familiar a criança e jovens	6 000
05	010304	Outras prestações familiares	2 000
05	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	1 000
05	010309	Seguros	
05	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	100
05	010310	Outras despesas de segurança social	
05	01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adoção	100
Total do Capítulo Económico 01:			660 150
05	02	Aquisição de bens e serviços	

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
05	0201	Aquisição de bens	
05	020102	Combustíveis e lubrificantes	
05	02010299	Outros	100
05	020104	Limpeza e higiene	100
05	020107	Vestuário e artigos pessoais	100
05	020108	Material de escritório	1 000
05	020114	Outro material-Peças	100
05	020115	Prémios, condecorações e ofertas	26 000
05	020117	Ferramentas e utensílios	100
05	020118	Livros e documentação técnica	14 000
05	020120	Material de educação, cultura e recreio	11 000
05	020121	Outros bens	20 000
05	0202	Aquisição de serviços	
05	020202	Limpeza e higiene	100
05	020203	Conservação de bens	10 000
05	020208	Locação de outros bens	200 000
05	020210	Transportes	10 000
05	020212	Seguros	1 000
05	020213	Deslocações e estadas	10 000
05	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	100
05	020218	Vigilância e segurança	5 000
05	020219	Assistência técnica	3 000
05	020220	Outros trabalhos especializados	150 000
05	020225	Outros serviços	2 200 000
Total do Capítulo Económico 02:			2 661 700
05	04	Transferências correntes	
05	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
05	040101	Públicas	
05	04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	854 000
05	0407	Instituições sem fins lucrativos	
05	040701	Instituições sem fins lucrativos	1 100 000
05	0408	Famílias	
05	040802	Outras	
05	04080201	Programas Ocupacionais	12 500
Total do Capítulo Económico 04:			1 966 500
05	06	Outras despesas correntes	
05	0602	Diversas	

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
05	060203	Outras	
05	06020305	Outras	
05	0602030599	Diversos	10 000
Total do Capítulo Económico 06:			10 000
Total das Despesas Correntes:			5 298 350
05	07	Aquisição de bens de capital	
05	0701	Investimentos	
05	070110	Equipamento básico	
05	07011002	Outro	50 000
Total do Capítulo Económico 07:			50 000
Total das Despesas de Capital:			50 000
Total do Capítulo Orgânico 05:			5 348 350
06		Urbanismo, Ordenamento e Planeamento	
06	01	Despesas com o pessoal	
06	0101	Remunerações certas e permanentes	
06	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
06	01010401	Pessoal em funções	1 350 000
06	01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	93 400
06	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	24 000
06	010108	Pessoal aguardando aposentação	10 000
06	010109	Pessoal em qualquer outra situação	345 000
06	010111	Representação	30 000
06	010113	Subsidio de refeição	113 750
06	010114	Subsídio de férias e de Natal	281 300
06	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	40 000
06	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
06	010202	Horas extraordinárias	3 000
06	010204	Ajudas de custo	2 000
06	010205	Abono para falhas	6 000
06	010211	Subsídio de turno	25 000
06	010212	Indemnizações por cessação de funções	100
06	010213	Outros suplementos e prémios	
06	01021302	Outros	100
06	0103	Segurança social	
06	010302	Outros encargos com a saúde	20 000
06	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	10 000

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
06	010304	Outras prestações familiares	3 000
06	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	1 000
06	010309	Seguros	
06	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	100
06	010310	Outras despesas de segurança social	
06	01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adoção	100
Total do Capítulo Económico 01:			2 357 850
06	02	Aquisição de bens e serviços	
06	0201	Aquisição de bens	
06	020102	Combustíveis e lubrificantes	
06	02010299	Outros	5 000
06	020104	Limpeza e higiene	1 000
06	020107	Vestuário e artigos pessoais	500
06	020108	Material de escritório	5 000
06	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	100
06	020111	Material de consumo clínico	100
06	020114	Outro material-Peças	200
06	020117	Ferramentas e utensílios	100
06	020118	Livros e documentação técnica	100
06	020121	Outros bens	10 000
06	0202	Aquisição de serviços	
06	020202	Limpeza e higiene	12 000
06	020203	Conservação de bens	7 000
06	020208	Locação de outros bens	120 000
06	020210	Transportes	4 000
06	020213	Deslocações e estadas	5 000
06	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	370 000
06	020215	Formação	5 000
06	020219	Assistência técnica	10 000
06	020220	Outros trabalhos especializados	120 000
06	020225	Outros serviços	630 000
Total do Capítulo Económico 02:			1 305 100
06	04	Transferências correntes	
06	0408	Famílias	
06	040802	Outras	
06	04080201	Programas Ocupacionais	12 500

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
06	04080202	Outros	80 000
Total do Capítulo Económico 04:			92 500
Total das Despesas Correntes:			3 755 450
06	07	Aquisição de bens de capital	
06	0701	Investimentos	
06	070110	Equipamento básico	
06	07011002	Outro	120 000
06	070115	Outros investimentos	112 000
06	0703	Bens de domínio público	
06	070303	Outras construções e infraestruturas	
06	07030313	Outros	282 000
Total do Capítulo Económico 07:			514 000
Total das Despesas de Capital:			514 000
Total do Capítulo Orgânico 06:			4 269 450
07		Obras e Serviços Municipais	
07	01	Despesas com o pessoal	
07	0101	Remunerações certas e permanentes	
07	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
07	01010401	Pessoal em funções	3 500 000
07	01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	102 000
07	010106	Pessoal contratado a termo	
07	01010601	Pessoal em funções	100
07	01010604	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	100
07	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	12 000
07	010108	Pessoal aguardando aposentação	70 000
07	010109	Pessoal em qualquer outra situação	395 000
07	010111	Representação	35 000
07	010113	Subsidio de refeição	393 750
07	010114	Subsídio de férias e de Natal	679 000
07	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	20 000
07	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
07	010202	Horas extraordinárias	30 000
07	010204	Ajudas de custo	5 000
07	010205	Abono para falhas	10 000
07	010210	Subsídio de trabalho nocturno	5 000
07	010211	Subsídio de turno	100

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
07	010212	Indemnizações por cessação de funções	100
07	010213	Outros suplementos e prémios	
07	01021302	Outros	100
07	0103	Segurança social	
07	010302	Outros encargos com a saúde	60 000
07	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	75 000
07	010304	Outras prestações familiares	5 000
07	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	1 000
07	010309	Seguros	
07	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	100
07	010310	Outras despesas de segurança social	
07	01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adoção	100
Total do Capítulo Económico 01:			5 398 450
07	02	Aquisição de bens e serviços	
07	0201	Aquisição de bens	
07	020102	Combustíveis e lubrificantes	
07	02010201	Gasolina	50 000
07	02010202	Gasóleo	430 000
07	02010299	Outros	50 000
07	020104	Limpeza e higiene	17 000
07	020107	Vestuário e artigos pessoais	20 000
07	020108	Material de escritório	2 000
07	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	20 000
07	020111	Material de consumo clínico	2 000
07	020112	Material de transporte-Peças	70 000
07	020114	Outro material-Peças	90 000
07	020117	Ferramentas e utensílios	40 000
07	020118	Livros e documentação técnica	100
07	020121	Outros bens	700 000
07	0202	Aquisição de serviços	
07	020202	Limpeza e higiene	15 000
07	020203	Conservação de bens	450 000
07	020204	Locação de edifícios	65 000
07	020206	Locação de material de transporte	35 000
07	020208	Locação de outros bens	580 000
07	020210	Transportes	20 000
07	020213	Deslocações e estadas	7 500

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
07	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	35 000
07	020219	Assistência técnica	25 000
07	020220	Outros trabalhos especializados	50 000
07	020225	Outros serviços	430 000
Total do Capítulo Económico 02:			3 203 600
07	04	Transferências correntes	
07	0408	Famílias	
07	040802	Outras	
07	04080201	Programas Ocupacionais	92 000
Total do Capítulo Económico 04:			92 000
07	06	Outras despesas correntes	
07	0602	Diversas	
07	060201	Impostos e taxas	
07	06020102	Restituições de impostos ou taxas cobradas	100
07	060203	Outras	
07	06020305	Outras	
07	0602030599	Diversos	100
Total do Capítulo Económico 06:			200
Total das Despesas Correntes:			8 694 250
07	07	Aquisição de bens de capital	
07	0701	Investimentos	
07	070101	Terrenos	455 000
07	070103	Edifícios	
07	07010301	Instalações de serviços	3 733 000
07	07010302	Instalações desportivas e recreativas	610 000
07	07010305	Escolas	3 247 000
07	07010307	Outros	275 000
07	070104	Construções diversas	
07	07010405	Parques e jardins	1 241 000
07	07010406	Instalações desportivas e recreativas	8 925 000
07	07010409	Sinalização e trânsito	105 000
07	07010412	Cemitérios	105 000
07	070106	Material de transporte	
07	07010602	Outro	200 000
07	070110	Equipamento básico	
07	07011002	Outro	610 000
07	070115	Outros investimentos	42 000

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
07	0703	Bens de domínio público	
07	070303	Outras construções e infraestruturas	
07	07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	3 318 500
07	07030308	Viação rural	1 620 000
07	07030313	Outros	1 010 000
Total do Capítulo Económico 07:			25 496 500
Total das Despesas de Capital:			25 496 500
Total do Capítulo Orgânico 07:			34 190 750
08		Proteção Civil	
08	01	Despesas com o pessoal	
08	0101	Remunerações certas e permanentes	
08	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
08	01010401	Pessoal em funções	900 000
08	01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	66 100
08	010108	Pessoal aguardando aposentação	20 000
08	010109	Pessoal em qualquer outra situação	77 000
08	010111	Representação	10 000
08	010113	Subsidio de refeição	123 750
08	010114	Subsidio de férias e de Natal	237 700
08	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	20 000
08	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
08	010202	Horas extraordinárias	40 000
08	010204	Ajudas de custo	10 000
08	010211	Subsidio de turno	270 000
08	010212	Indemnizações por cessação de funções	100
08	0103	Segurança social	
08	010302	Outros encargos com a saúde	30 000
08	010303	Subsidio familiar a criança e jovens	22 000
08	010304	Outras prestações familiares	3 000
08	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	1 000
08	010309	Seguros	
08	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	100
08	010310	Outras despesas de segurança social	
08	01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adoção	1 000
Total do Capítulo Económico 01:			1 831 750
08	02	Aquisição de bens e serviços	

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
08	0201	Aquisição de bens	
08	020102	Combustíveis e lubrificantes	
08	02010201	Gasolina	500
08	02010202	Gasóleo	1 000
08	02010299	Outros	2 000
08	020104	Limpeza e higiene	7 500
08	020107	Vestuário e artigos pessoais	50 000
08	020108	Material de escritório	3 500
08	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	2 500
08	020111	Material de consumo clínico	7 000
08	020112	Material de transporte-Peças	5 000
08	020114	Outro material-Peças	5 000
08	020117	Ferramentas e utensílios	2 500
08	020121	Outros bens	10 000
08	0202	Aquisição de serviços	
08	020202	Limpeza e higiene	100
08	020203	Conservação de bens	40 000
08	020210	Transportes	100
08	020212	Seguros	5 000
08	020213	Deslocações e estadas	1 000
08	020220	Outros trabalhos especializados	10 000
08	020225	Outros serviços	15 000
Total do Capítulo Económico 02:			167 700
08	04	Transferências correntes	
08	0408	Famílias	
08	040802	Outras	
08	04080201	Programas Ocupacionais	2 000
08	04080202	Outros	100
Total do Capítulo Económico 04:			2 100
08	06	Outras despesas correntes	
08	0602	Diversas	
08	060203	Outras	
08	06020305	Outras	

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
08	0602030599 Diversos	100
	Total do Capítulo Económico 06:	100
	Total das Despesas Correntes:	2 001 650
	Total do Capítulo Orgânico 08:	2 001 650
09	Bombeiros Sapadores	
09	02 Aquisição de bens e serviços	
09	0201 Aquisição de bens	
09	020102 Combustíveis e lubrificantes	
09	02010201 Gasolina	500
09	02010202 Gasóleo	1 000
09	02010299 Outros	500
09	020104 Limpeza e higiene	1 000
09	020107 Vestuário e artigos pessoais	3 000
09	020108 Material de escritório	1 000
09	020109 Produtos químicos e farmacêuticos	5 000
09	020111 Material de consumo clínico	10 000
09	020112 Material de transporte-Peças	5 000
09	020114 Outro material-Peças	1 000
09	020117 Ferramentas e utensílios	1 000
09	020121 Outros bens	5 000
09	0202 Aquisição de serviços	
09	020203 Conservação de bens	5 000
09	020220 Outros trabalhos especializados	1 000
09	020225 Outros serviços	1 000
	Total do Capítulo Económico 02:	41 000
09	06 Outras despesas correntes	
09	0602 Diversas	
09	060201 Impostos e taxas	
09	06020101 Impostos e taxas pagos pela Autarquia	1 000
	Total do Capítulo Económico 06:	1 000
	Total das Despesas Correntes:	42 000
09	07 Aquisição de bens de capital	
09	0701 Investimentos	
09	070106 Material de transporte	
09	07010602 Outro	10 000

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
09	070109	Equipamento administrativo	10 000
09	070110	Equipamento básico	
09	07011002	Outro	10 000
Total do Capítulo Económico 07:			30 000
Total das Despesas de Capital:			30 000
Total do Capítulo Orgânico 09:			72 000
10	Polícia Municipal		
10	02	Aquisição de bens e serviços	
10	0201	Aquisição de bens	
10	020102	Combustíveis e lubrificantes	
10	02010201	Gasolina	100
10	02010202	Gasóleo	100
10	02010299	Outros	100
10	020107	Vestuário e artigos pessoais	50 000
10	020108	Material de escritório	1 000
10	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	1 000
10	020117	Ferramentas e utensílios	500
10	020121	Outros bens	2 500
10	0202	Aquisição de serviços	
10	020203	Conservação de bens	5 500
10	020220	Outros trabalhos especializados	1 000
10	020225	Outros serviços	2 500
Total do Capítulo Económico 02:			64 300
10	06	Outras despesas correntes	
10	0602	Diversas	
10	060201	Impostos e taxas	
10	06020101	Impostos e taxas pagos pela Autarquia	5 000
10	060203	Outras	
10	06020301	Outras restituições	4 000
Total do Capítulo Económico 06:			9 000
Total das Despesas Correntes:			73 300
10	07	Aquisição de bens de capital	
10	0701	Investimentos	
10	070106	Material de transporte	

Câmara Municipal de Braga

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
10 07010602	Outro	10 000
	Total do Capítulo Económico 07:	10 000
	Total das Despesas de Capital:	10 000
	Total do Capítulo Orgânico 10:	83 300
	Total do Orçamento da Despesa:	122 923 702

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

3. MAPA DAS DESPESAS DESAGREGADO POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Câmara Municipal de Braga
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2018)

Económica	Designação	Dotação
01	Despesas com o pessoal	30 005 370,00
0101	Remunerações certas e permanentes	22 577 772,00
010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	350 000,00
010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	14 400 800,00
01010401	Pessoal em funções	13 600 000,00
01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	800 800,00
010106	Pessoal contratado a termo	15 900,00
01010601	Pessoal em funções	15 400,00
01010604	Recrutamento de pessoal para novos postos de traba	500,00
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	178 072,00
010108	Pessoal aguardando aposentação	144 000,00
010109	Pessoal em qualquer outra situação	2 090 000,00
010111	Representação	184 000,00
010113	Subsidio de refeição	1 645 000,00
010114	Subsídio de férias e de Natal	2 960 000,00
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	610 000,00
0102	Abonos variáveis ou eventuais	703 700,00
010202	Horas extraordinárias	176 000,00
010204	Ajudas de custo	59 000,00
010205	Abono para falhas	63 000,00
010210	Subsídio de trabalho nocturno	14 000,00
010211	Subsídio de turno	295 400,00
010212	Indemnizações por cessação de funções	25 600,00
010213	Outros suplementos e prémios	70 700,00
01021302	Outros	700,00
01021303	Senhas de presença	70 000,00
0103	Segurança social	6 723 898,00
010301	Encargos com a saúde	836 000,00
010302	Outros encargos com a saúde	240 000,00
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	223 000,00
010304	Outras prestações familiares	25 000,00
010305	Contribuições para a segurança social	4 820 398,00
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	4 820 398,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	3 470 000,00
0103050202	Regime Geral	1 350 398,00
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	10 000,00
010308	Outras pensões	2 000,00
010309	Seguros	565 800,00
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	565 800,00
010310	Outras despesas de segurança social	1 700,00
01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adoção	1 700,00
02	Aquisição de bens e serviços	23 273 450,00
0201	Aquisição de bens	3 467 850,00
020101	Matérias-primas e subsidiárias	20 500,00
020102	Combustíveis e lubrificantes	643 500,00
02010201	Gasolina	51 400,00
02010202	Gasóleo	456 200,00

Câmara Municipal de Braga
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2018)

Económica	Designação	Dotação
02010299	Outros	135 900,00
020103	Munições, explosivos e artifícios	300,00
020104	Limpeza e higiene	61 200,00
020107	Vestuário e artigos pessoais	215 200,00
020108	Material de escritório	66 500,00
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	68 200,00
020111	Material de consumo clínico	23 300,00
020112	Material de transporte-Peças	80 300,00
020114	Outro material-Peças	141 300,00
020115	Prémios, condecorações e ofertas	101 600,00
020117	Ferramentas e utensílios	49 300,00
020118	Livros e documentação técnica	21 400,00
020119	Artigos honoríficos e de decoração	400,00
020120	Material de educação, cultura e recreio	340 600,00
020121	Outros bens	1 634 250,00
0202	Aquisição de serviços	19 805 600,00
020201	Encargos das instalações	2 300 000,00
020202	Limpeza e higiene	56 700,00
020203	Conservação de bens	663 500,00
020204	Locação de edifícios	140 000,00
020206	Locação de material de transporte	35 000,00
020208	Locação de outros bens	4 605 000,00
020209	Comunicações	250 000,00
020210	Transportes	687 100,00
020211	Representação dos serviços	2 300,00
020212	Seguros	108 600,00
020213	Deslocações e estadas	216 500,00
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	956 100,00
020215	Formação	59 000,00
020216	Seminários, exposições e similares	800,00
020217	Publicidade	110 200,00
020218	Vigilância e segurança	155 100,00
020219	Assistência técnica	141 200,00
020220	Outros trabalhos especializados	1 056 000,00
020224	Encargos de cobrança de receitas	800 000,00
020225	Outros serviços	7 462 500,00
03	Juros e outros encargos	127 000,00
0301	Juros da dívida pública	115 000,00
030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	115 000,00
03010301	Empréstimos de curto prazo	10 000,00
03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	105 000,00
0303	Juros de locação financeira	10 000,00
030305	Material de transporte	10 000,00
0306	Outros encargos financeiros	2 000,00
030601	Outros encargos financeiros	2 000,00
04	Transferências correntes	19 180 534,00
0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	7 639 334,00

Câmara Municipal de Braga
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2018)

Económica	Designação	Dotação
040101	Públicas	7 639 334,00
04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	7 639 334,00
0405	Administração local	5 823 000,00
040501	Continente	5 823 000,00
04050102	Freguesias	4 622 000,00
04050104	Associações de municípios	120 000,00
04050108	Outros	1 081 000,00
0407	Instituições sem fins lucrativos	4 328 000,00
040701	Instituições sem fins lucrativos	4 328 000,00
0408	Famílias	1 390 200,00
040802	Outras	1 390 200,00
04080201	Programas Ocupacionais	180 000,00
04080202	Outros	1 210 200,00
05	Subsídios	164 400,00
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	164 400,00
050101	Públicas	164 400,00
05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	164 300,00
05010102	Outras	100,00
06	Outras despesas correntes	1 676 000,00
0602	Diversas	1 676 000,00
060201	Impostos e taxas	686 200,00
06020101	Impostos e taxas pagos pela Autarquia	86 000,00
06020102	Restituições de impostos ou taxas cobradas	600 200,00
060203	Outras	989 800,00
06020301	Outras restituições	54 000,00
06020302	IVA pago	10 000,00
06020304	Serviços bancários	500,00
06020305	Outras	925 300,00
0602030599	Diversos	925 300,00
	Total das Despesas Correntes:	74 426 754,00
07	Aquisição de bens de capital	34 636 950,00
0701	Investimentos	28 156 450,00
070101	Terrenos	455 000,00
070103	Edifícios	12 770 000,00
07010301	Instalações de serviços	3 733 000,00
07010302	Instalações desportivas e recreativas	1 035 000,00
07010305	Escolas	4 047 000,00
07010307	Outros	3 955 000,00
070104	Construções diversas	10 610 000,00
07010405	Parques e jardins	1 241 000,00
07010406	Instalações desportivas e recreativas	9 159 000,00
07010409	Sinalização e trânsito	105 000,00
07010412	Cemitérios	105 000,00
070106	Material de transporte	220 000,00
07010602	Outro	220 000,00
070107	Equipamento de informática	861 500,00

Câmara Municipal de Braga
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2018)

Económica	Designação	Dotação
070108	Software informático	941 450,00
070109	Equipamento administrativo	210 000,00
070110	Equipamento básico	1 889 500,00
07011002	Outro	1 889 500,00
070111	Ferramentas e utensílios	45 000,00
070115	Outros investimentos	154 000,00
0702	Locação financeira	250 000,00
070205	Material de transporte	250 000,00
0703	Bens de domínio público	6 230 500,00
070303	Outras construções e infraestruturas	6 230 500,00
07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	3 318 500,00
07030308	Viação rural	1 620 000,00
07030313	Outros	1 292 000,00
08	Transferências de capital	6 874 000,00
0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	474 000,00
080102	Privadas	474 000,00
0805	Administração local	6 200 000,00
080501	Continente	6 200 000,00
08050102	Freguesias	6 200 000,00
0805010201	Obras e melhoramentos nas freguesias	2 200 000,00
0805010202	Obras e melhoramentos nas freguesias p/delegação	4 000 000,00
0807	Instituições sem fins lucrativos	200 000,00
080701	Instituições sem fins lucrativos	200 000,00
09	Activos financeiros	626 498,00
0907	Ações e outras participações	70 000,00
090705	Admin.pública-Admin.central-Estado	70 000,00
0908	Unidades de participação	556 498,00
090802	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	556 498,00
10	Passivos financeiros	6 349 500,00
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	6 349 500,00
100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	6 349 500,00
10060302	Outros	6 349 500,00
11	Outras despesas de capital	10 000,00
1102	Diversas	10 000,00
110299	Outras	10 000,00
	Total das Despesas de Capital:	48 496 948,00
	Total do Orçamento da Despesa:	122 923 702,00

4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2018

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		Anos seguintes		
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	
01 FUNÇÕES GERAIS																	
01 111 SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA																	
01 111 111 AQUISIÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIP., MOBILIÁRIO E UTENSÍLIOS																	
01 111 2016/1	1	Hardware	0102 070107	O			01	01/2016	12/2018	0		460 000	460 000			460 000	
01 111 2016/1	2	Software	0102 070108	O			01	01/2016	12/2019	0		840 000	840 000	120 000		960 000	
01 111 2016/1	3	Equipamento administrativo	0102 070109	O			03	01/2016	12/2018	0		200 000	200 000			200 000	
01 111 2016/1	4	Equipamento básico	0102 07011002	O			03	01/2016	12/2018	0		500 000	500 000			500 000	
01 111 2016/1	5	Ferramentas e utensílios	0102 070111	O			03	01/2016	12/2018	0		45 000	45 000			45 000	
01 111 2016/3		AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E VIATURAS															
01 111 2016/3	1	Aquisições e grandes reparações	07 07010602	O			03	01/2016	12/2018	0		200 000	200 000			200 000	
01 111 2016/3	1/2	Pequenas reparações	07 020203	O			03	01/2016	12/2018	0		20 000	20 000			20 000	
01 111 2016/3	1/3	Aquisição de veículos por locação financeira	0102 070205	O			03	01/2016	12/2022	0		250 000	250 000	250 000		1 250 000	
01 111 2016/3	1/4	Aquisição de veículos por locação financeira - juros	0102 030305	O			03	01/2016	12/2022	0		10 000	10 000	10 000	10 000	50 000	
01 111 2016/3	2	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS															
01 111 2016/3	2/1	Grandes reparações	07 07011002	O			03	01/2016	12/2018	0		60 000	60 000			60 000	
01 111 2016/3	2/2	Pequenas reparações	07 020203	O			03	01/2016	12/2018	0		11 000	11 000			11 000	
01 111 2016/11		REPARAÇÕES E BENEFICIAÇÕES DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS															
01 111 2016/11	1	Conservação e beneficiação dos edifícios municipais	07 07010301	E		15	85	02	01/2016	12/2020	0	400 000	400 000	50 000	50 000	500 000	
01 111 2016/11	2	Requalificação do edifício multíusos Dr. Francisco Sanches	07 07010301	E			02	01/2016	12/2020	1		257 000	257 000	1 000 000	900 000	2 157 000	
01 111 2016/11	3	Requalificação do edifício do Pópolo	07 07010301	E			02	01/2018	12/2019			150 000	150 000	600 000		750 000	
01 111 2016/11	4	Requalificação do Horto - Estaleiro Municipal	07 07010301	E			02	01/2018	12/2020			50 000	50 000	500 000	500 000	1 050 000	
01 111 2016/11	5	Centro Municipal de Proteção Civil	07 07010301	E			02	01/2018	12/2020			50 000	50 000	300 000	300 000	650 000	
01 111 2016/11	6	Arquivo Municipal - Requalificação Escola Bairro Nogueira Silva	07 07010301	E			02	01/2018	12/2020			50 000	50 000	500 000	500 000	1 050 000	
01 111 2017/2		PROJETO SAMÁ															
01 111 2017/2	1	Hardware	0102 070107	O		15	85	01	01/2017	12/2018	0	61 500	61 500			61 500	
01 111 2017/2	2	Software	0102 070108	O		15	85	01	01/2017	12/2018	0	101 450	101 450			101 450	
01 111 2017/2	3	Reengenharia de processos	0102 020214	O		15	85	03	01/2017	12/2018	0	48 000	48 000			48 000	
01 111 2017/9		APOIOS DE ÂMBITO GERAL															
01 111 2017/9	1	Transferências correntes - Associações	0102 04050104	O			03	01/2017	12/2020	0		120 000	120 000	15 820	15 820	151 640	
01 111 2017/9	2	Transferências correntes - Outras	0102 04050108	O			03	01/2017	12/2018	0		280 000	280 000			280 000	

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
						AC	AA	FC		Início	Fim			2018		Anos seguintes			
														Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)		2021 (g)
01 FUNÇÕES GERAIS																			
SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA																			
01 111	2017/9	3	Transferências correntes sem fins lucrativos	0102 040701	O				03	01/2017	12/2018	0	200 000	200 000				200 000	
01 111	2017/11		APÓLICES DE SEGUROS																
01 111	2017/11	1	Responsabilidade civil, multiriscos, frota automóvel	02 020212	A				03	01/2017	12/2020	2	100 300	100 300	100 300			300 900	
01 111	2017/11	4	Acidentes de trabalho	02 01030901	A				03	01/2017	12/2020	2	565 100	565 100	565 100			1 695 300	
01 111	2017/20		CONTRATOS DE MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORNECIMENTO																
01 111	2017/20	1	Gestão e manutenção das infraestruturas tecnológicas	02 020220	O				03	01/2017	12/2020	0	40 000	40 000	40 000			120 000	
01 111	2017/20	2	Gestão e manutenção dos sistemas de climatização	07 020219	O				02	01/2017	12/2020	0	10 000	10 000	10 000			30 000	
01 111	2017/20	3	Programa de divulgação e imagem	0102 020225	O				03	01/2017	12/2020	0	150 000	150 000	20 000	20 000		190 000	
01 111	2018/13		Vigilância e Segurança	0102 020218	O				03	01/2018	12/2020		20 000	20 000	20 000			60 000	
01 111	2018/14		PROJETOS, ESTUDOS, CONSULTADORIA E PLANEAMENTO																
01 111	2018/14	1	Plano de Mobilidade e Gestão de Tráfego	06 020214	O				02	01/2018	12/2019		50 000	50 000	30 000			80 000	
01 111	2018/14	2	Estudo da Variante do Cávado	06 020214	O				02	01/2018	12/2019		25 000	25 000	175 000			200 000	
01 111	2018/14	3	Intervenção no Nó Infias	06 020214	O				02	01/2018	12/2019		50 000	50 000	20 000			70 000	
01 111	2018/14	4	Projeto de sinalética direcional	06 020214	O				02	01/2018	12/2019		50 000	50 000	24 000			74 000	
01 111	2018/14	5	Estudo Taxis	06 020214	O				02	01/2018	12/2019		10 000	10 000	10 000			20 000	
01 111	2018/14	6	Consultadoria - Autoridade Municipal de Transportes	06 020214	O				02	01/2018	12/2019		30 000	30 000	30 000			60 000	
01 111	2018/14	7	Consultadoria PI dos Sacros Montes	06 020214	O				02	01/2018	12/2019		50 000	50 000	24 000			74 000	
01 111	2018/14	8	Levantamentos topográficos	06 020214	O				02	01/2018	12/2019		30 000	30 000	30 000			60 000	
01 111	2018/14	9	Consultadoria jurídica e planeamento	06 020214	O				02	01/2018	12/2019		50 000	50 000	50 000			100 000	
01 111	2018/14	10	Projeto Educativo Municipal	03 020214	O				04	01/2018	12/2019		8 610	8 610	8 610			8 610	
01 111	2018/14	11	Projetos de arquitetura	06 020214	O				03	01/2018	12/2019		15 000	15 000	20 000			35 000	
Totais do Programa 111:													5 617 960	5 617 960	4 514 220	3 281 220	260 000	260 000	13 933 400
01 121 PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS																			
01 121	2014/856		Construção do Quartel da Companhia de Bombeiros Sapadores	07 07010301	E				02	01/2014	12/2018	4	76 000	76 000				76 000	
01 121	2016/5		AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS																
01 121	2016/5	1	Equipamento administrativo	09 070109	O				03	01/2016	12/2018		10 000	10 000				10 000	
01 121	2016/5	2	Equipamento básico	09 07011002	O				03	01/2016	12/2018		10 000	10 000				10 000	
01 121	2016/5	3	Equipamento de transporte - aquisição e grandes reparações	09 07010602	O				03	01/2016	12/2018		10 000	10 000				10 000	

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)	
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)						Financiam. não definido (d)
01		FUNÇÕES GERAIS																		
01 121		PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS																		
01 121 2016/5	4	Equipamentos diversos - pequenas reparações	09 020203	O			03	01/2016	12/2018			5 000	5 000					5 000		
01 121 2018/22		Transferência - Associação Florestal do Cávado	0106 040701	A			03	01/2018	12/2018			50 000	50 000					50 000		
01 121 2018/23		Protocolo colaboração "Fazer Bem"	0106 040701	A			03	01/2018	12/2018			15 000	15 000					15 000		
												176 000	176 000					176 000		
01 122		POLICIA MUNICIPAL																		
01 122 2016/6		AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E VIATURAS																		
01 122 2016/6	1	Equipamento de transporte - aquisição e grandes reparações	10 07010602	O			03	01/2016	12/2018			10 000	10 000					10 000		
01 122 2016/6	2	Equipamentos diversos - pequenas reparações	10 020203	O			03	01/2016	12/2018			2 500	2 500					2 500		
												12 500	12 500					12 500		
												0	5 806 460	5 806 460	0	4 514 220	3 281 220	260 000	260 000	14 121 900
02		FUNÇÕES SOCIAIS																		
02 211		EDUCAÇÃO - Ensino não superior																		
02 211 2016/9		AQUISIÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTO ESCOLAR																		
02 211 2016/9	1	Aquisição e reparação de equipamento e mobiliário escolar	03 07011002	O			03	01/2016	12/2018	0		490 500	490 500						490 500	
02 211 2016/9	2	Pequenas reparações	03 020203	O			03	01/2016	12/2018	0		5 000	5 000						5 000	
02 211 2016/9	3	Aquisição de Hardware	03 070107	O			01	01/2016	12/2018			340 000	340 000						340 000	
02 211 2016/10		REQUALIFICAÇÃO, CONSERV. E BENEFICIAÇÃO DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES																		
02 211 2016/10	1	Requalificação da Escola Básica André Soares	07 07010305	E			02	01/2016	12/2018	4		1 000	1 000						1 000	
02 211 2016/10	2	Requalificação da Escola Básica Francisco Sanches	07 07010305	E			02	01/2016	12/2018	4		1 000	1 000						1 000	
02 211 2016/10	3	Requalificação da Secundária de Maximinos	07 07010305	E			15	85	02	01/2017	12/2020	200 000	200 000			1 500 000	610 000		2 310 000	
02 211 2016/10	4	Escola de S. Lázaro	07 07010305	E			15	85	02	01/2016	12/2018	1 214 000	1 214 000						1 214 000	
02 211 2016/10	5	Escola de Merelim S. Pedro	07 07010305	E			15	85	02	01/2016	12/2018	283 000	283 000						283 000	
02 211 2016/10	6	Escola de Gualtar	07 07010305	E			02	01/2016	12/2018			748 000	748 000						748 000	
02 211 2016/10	7	Escola de Esporões	07 07010305	E			02	01/2016	12/2019			740 000	740 000						740 000	
02 211 2016/10	8	Escola EB1 de Nogueira	07 07010305	E			02	01/2016	12/2019			20 000	20 000			980 000			1 000 000	
02 211 2016/10	9	Escola EB1 de Fralão	07 07010305	E			02	01/2016	12/2019			20 000	20 000			780 000			800 000	

Totais do Objetivo 01:

Totais do Programa 121:

Totais do Programa 122:

Grandes Opções do Plano do ano 2018

Obj./Prog.	Projeto	Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
						AC	AA	FC		Início	Fim			2018		2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)
														Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					
02			FUNÇÕES SOCIAIS																	
02 211			EDUCAÇÃO - Ensino não superior																	
02 211	2016/10 10		Escola EB1 - Bairro Económico - integrar J.B. Augusta	07 07010305	E				02	01/2016	12/2019		10 000	10 000		490 000			500 000	
02 211	2016/10 11		Escola EB1 Este de S. Pedro	07 07010305	E				02	01/2016	12/2019		10 000	10 000		29 000			39 000	
02 211	2016/10 99		REPARAÇÕES E BENEFICIAÇÕES DE EDIFÍCIOS ESCOLARES																	
02 211	2016/10 99/1		Grandes reparações e beneficiações	03 07010305	E				03	01/2016	12/2020	0	800 000	800 000		585 000	485 000		1 870 000	
02 211	2016/10 99/2		Pequenas reparações	03 020203	O				03	01/2016	12/2018	0	5 000	5 000					5 000	
02 211	2017/12		APOIO A ATIVIDADES EDUCATIVAS																	
02 211	2017/12 1		Apoio ao funcionamento das escolas	03 04050102	O				03	01/2017	12/2018	0	72 000	72 000					72 000	
02 211	2017/12 2		Refeições e verba pré-escolares - freguesias	03 04050102	O				03	01/2017	12/2018	0	1 900 000	1 900 000					1 900 000	
02 211	2017/12 3		Refeições escolares - outras entidades	03 04050108	O				03	01/2017	12/2018	0	800 000	800 000					800 000	
02 211	2017/12 4		Fruta escolar	03 020121	O				04	01/2017	12/2018	0	100 000	100 000					100 000	
02 211	2017/12 5		Serviço de transportes escolares	03 020210	O				03	01/2017	12/2018	0	120 000	120 000					120 000	
02 211	2017/12 6		Apoio aos transportes escolares	03 05010101	O				03	01/2017	12/2018	0	110 000	110 000					110 000	
02 211	2017/12 7		Apoio a entidades de caráter educativo	03 040701	O				04	01/2017	12/2020	0	45 000	45 000		34 000	32 000		111 000	
02 211	2017/13		DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS																	
02 211	2017/13 1		Aquisição de serviços no âmbito das atividades educativas	03 020225	O				03	01/2017	12/2018	0	30 000	30 000					30 000	
02 211	2017/13 2		Transportes no âmbito das atividades educativas	03 020210	O				03	01/2017	12/2018	0	32 000	32 000					32 000	
02 211	2017/13 3		Aquisição de bens no âmbito das atividades educativas	03 020121	O				04	01/2017	12/2018		100 000	100 000					100 000	
02 211	2017/13 4		Bolsas de Mérito	03 04080202	O				04	01/2017	12/2018		15 000	15 000					15 000	
02 211	2018/15		PIICIE - Equipas Técnicas																	
02 211	2018/15 1		Aquisição de bens	03 020121	O				04	01/2018	12/2020		5 000	5 000		3 500	3 500		12 000	
02 211	2018/15 2		Aquisição de serviços	03 020225	O				04	01/2018	12/2020		5 000	5 000		2 500	2 500		10 000	
02 211	2018/15 3		Deslocações e estadas	03 020213	O				04	01/2018	12/2020		3 000	3 000		3 000	1 800		7 800	
02 211	2018/16		PIICIE - Saber Crescer																	
02 211	2018/16 1		Aquisição de bens	03 020121	O				04	01/2018	12/2020		2 500	2 500		1 200	1 200		4 900	
02 211	2018/16 2		Aquisição de serviços	03 020225	O				04	01/2018	12/2020		5 000	5 000		2 500	2 500		10 000	
02 211	2018/17		CENTRO QUALIFICA																	
02 211	2018/17 1		Equipas Técnicas	03 010107	O				04	01/2018	12/2019		54 120	54 120		31 000			85 120	
02 211	2018/17 2		Aquisição de serviços	03 020225	O				04	01/2018	12/2018		6 000	6 000					6 000	
02 211	2018/18		ESCOLA EDUCAÇÃO RODOMIÁRIA																	

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		Anos seguintes		
													Realiz.	Financiam. não definido (c)	2019 (e)	2020 (f)	
02 FUNÇÕES SOCIAIS																	
02 211 EDUCAÇÃO - Ensino não superior																	
02 211	2018/18 1	Aquisição de bens	03 020121	O			04	01/2018	12/2018			5 000	5 000			5 000	
02 211	2018/18 2	Aquisição de serviços	03 020225	O			04	01/2018	12/2018			13 500	13 500			13 500	
02 211	2018/19	CIDADES AMIGAS DAS CRIANÇAS															
02 211	2018/19 1	Aquisição de bens	03 020121	O			04	01/2018	12/2018			20 000	20 000			20 000	
02 211	2018/19 2	Aquisição de serviços	03 020225	O			04	01/2018	12/2018			80 000	80 000			80 000	
Totais do Programa 211:												8 410 620	8 410 620	4 441 700	1 138 500		13 990 820
02 220 SAÚDE																	
02 220	2017/31	Comparticipação na vacinação contra Rotavírus	04 020121	O			06	01/2017	12/2018	0		115 000	115 000			115 000	
02 220	2017/32	EVENTOS DE PROMOÇÃO À SAÚDE															
02 220	2017/32 1	Aquisição de bens	04 020121	O			06	01/2017	12/2018	0		10 000	10 000			10 000	
02 220	2017/32 2	Aquisição de serviços	04 020225	O			06	01/2017	12/2018	0		50 000	50 000			50 000	
02 220	2017/32 3	Publicidade	04 020217	O			06	01/2017	12/2018	0		3 000	3 000			3 000	
02 220	2017/32 4	Transporte	04 020210	O			06	01/2017	12/2018	0		5 000	5 000			5 000	
02 220	2017/32 5	Locação de bens	04 020208	O			06	01/2017	12/2018	0		10 000	10 000			10 000	
02 220	2017/33	BRAGA A. SORRIR															
02 220	2017/33 1	Transferências correntes	04 040701	O			06	01/2017	12/2018	0		120 000	120 000			120 000	
02 220	2017/33 2	Locação de edifícios	04 020204	O			06	01/2017	12/2018	0		2 000	2 000			2 000	
Totais do Programa 220:												315 000	315 000				315 000
02 232 AÇÃO SOCIAL																	
APOIO À HABITAÇÃO																	
02 232	2017/15	Regime de Apoio Direto ao Arrendamento - RADA	0105 04080202	O			03	01/2017	12/2018	0		500 000	500 000			500 000	
02 232	2017/18	Contrato-Programa com a TUB, EM	0105 04010101	A			03	01/2017	12/2018			5 341 000	5 341 000			5 341 000	
02 232	2017/19	Contrato-Programa com a Bragahabit, EM	0105 04010101	A			03	01/2017	12/2018	0		1 100 000	1 100 000			1 100 000	
02 232	2017/21	AÇÃO SOCIAL ESCOLAR															
02 232	2017/21 1	Comparticipação na aquisição dos manuais escolares	03 04080202	O			03	01/2017	12/2018	0		60 000	60 000			60 000	
02 232	2017/21 2	Aquisição de manuais e materiais escolares	03 020120	O			03	01/2017	12/2018	0		140 000	140 000			140 000	
02 232	2017/21 3	School Bus	03 020210	O			04	01/2017	12/2018			80 000	80 000			80 000	
02 232	2017/21 4	Transporte - Braga Solidária	0105 020210	O			04	01/2017	12/2018			12 000	12 000			12 000	
02 232	2018/24	Transferência de capital - instituições sem fins lucrativos	0105 080701	A			03	01/2018	12/2018			200 000	200 000			200 000	

Grandes Opções do Plano do ano 2018

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		Anos seguintes					
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)		2021 (g)	Outros (h)	
													Total (b)=(c)+(d)							
02 FUNÇÕES SOCIAIS																				
02 232 AÇÃO SOCIAL																				
02 232	2018/25	Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos	0105 040701	A				03	01/2018	12/2018		200 000	200 000			200 000				
02 232	2018/26	Dinamização das atividades para a coesão social																		
02 232	2018/26 1	Aquisição de bens	0105 020121	O				03	01/2018	12/2018		10 000	10 000			10 000				
02 232	2018/26 2	Aquisição de serviços	0105 020225	O				03	01/2018	12/2018		140 000	140 000			140 000				
												7 783 000	7 783 000					7 783 000		
02 242 ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO																				
AQUISIÇÃO E EXPROP. DE TERRENOS PARA URBANIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS																				
02 242	2016/12 1	Aquisição de imóveis	07 07010307	O				03	01/2016	12/2018	0	50 000	50 000			50 000				
02 242	2016/12 2	Aquisição e expropriação de terrenos	07 070101	O				03	01/2016	12/2018	0	205 000	205 000			205 000				
URBANISMO																				
02 242	2017/22 1	Intervenções em espaços públicos	06 07030313	E				02	01/2017	12/2020	0	282 000	282 000	55 000	55 000	392 000				
02 242	2017/22 3	Aquisição de Mobiliário Urbano	06 070115	O				02	01/2017	12/2020	0	112 000	112 000	50 000	50 000	212 000				
02 242	2017/22 4	Modernização do Urbanismo	06 07011002	O	15		85	02	01/2017	12/2018	0	50 000	50 000			50 000				
02 242	2017/22 5	Implementação do laboratório urbano	06 07011002	O				02	01/2017	12/2018		70 000	70 000			70 000				
02 242	2017/22 6	Portal do Urbanismo e manual de boas práticas	06 020225	O	15		85	03	01/2017	12/2018		50 000	50 000			50 000				
02 242	2017/22 7	Bolsas de inovação e projeto	06 04080202	O				03	01/2017	12/2018		80 000	80 000			80 000				
02 242	2017/22 8	Edição de livros	06 020225	O				02	01/2017	12/2018		15 000	15 000			15 000				
02 242	2017/22 9	Laboratório de descarbonização	06 020225	O	15		85	02	01/2017	12/2018		500 000	500 000			500 000				
MOBILIDADE																				
02 242	2017/40 1	Inserção Urbana de rede ciclável	07 07030301	E	15		85	02	01/2017	12/2020	0	200 000	200 000	2 611 000	1 300 000	4 111 000				
02 242	2017/40 2	Eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas	07 07030301	E	15		85	02	01/2017	12/2020	0	250 000	250 000	1 400 000	1 200 000	2 850 000				
02 242	2017/40 3	Inserção Urbana de transporte público na Rodovia	07 07030301	E	15		85	02	01/2017	12/2020	0	200 000	200 000	2 000 000	1 800 000	4 000 000				
02 242	2017/40 4	City-Mobilitet - Rede Urbact III	06 020225	O	15		85	03	01/2017	12/2018	0	6 000	6 000			6 000				
02 242	2017/40 5	Implementação do projeto "Eu passo aqui"	07 07030301	E	15		85	02	01/2017	12/2019		50 000	50 000	50 000		100 000				
REGENERAÇÃO URBANA																				
02 242	2017/41 1	Parque de Exposições de Braga - PEB																		
02 242	2017/41 1/1	Requalificação do Parque de Exposições de Braga - PEB	07 07010406	E	15		85	02	01/2017	12/2018		7 375 000	7 375 000			7 375 000				
02 242	2017/41 1/2	Equipamento para o Parque de Exposições de Braga - PEB	07 07011002	O				02	01/2017	12/2018		350 000	350 000			350 000				
02 242	2017/41 2	Mercado Municipal																		

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
						AC	AA	FC		Início	Fim			2018		2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)
														Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					
02 FUNÇÕES SOCIAIS																				
02 242 ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO																				
02 242	2017/41 2/1		Requalificação e Reabilitação do Mercado Municipal	07 07010301	E	15	85	02	01/2017	12/2019		2 600 000	2 600 000	3 748 165	6 348 165					
02 242	2017/41 2/2		Instalação do Mercado Municipal Provisório	07 020208	O			02	01/2017	12/2019		542 000	542 000	542 000	1 084 000					
02 242	2017/41 3		Requalificação de espaços públicos no Bairro de Santa Tecla	07 07010405	E	15	85	02	01/2017	12/2018	0	1 213 000	1 213 000		1 213 000					
02 242	2017/41 8		Prémio Municipal de arquitetura e Reabilitação Urbana	07 020225	O			02	01/2017	12/2018		57 380	57 380		57 380					
02 242	2017/41 9		Classificação das "Lojas Históricas"	07 020225	O			02	01/2017	12/2018		50 000	50 000		50 000					
02 242	2017/42		VALORIZAÇÃO AMBIENTAL																	
02 242	2017/42 1		Eco Parque das Sete Fontes																	
02 242	2017/42 1/1		Requalificação - Eco Parque das Sete Fontes	07 07030313	E			02	01/2017	12/2018		5 000	5 000		5 000					
02 242	2017/42 1/2		Aquisição e expropriação de terrenos - Eco Parque das Sete Fontes	07 070101	A			02	01/2017	12/2018		1 000 000	200 000	800 000	1 000 000					
02 242	2017/42 2		Requalificação da Margem Esquerda do Rio Cávado - 1.ª fase	07 07030313	E	15	85	02	01/2017	12/2018	1	400 000	400 000		400 000					
02 242	2017/42 3		Plano de Reabilitação do Rio Este	07 07030313	E	15	85	02	01/2017	12/2018	0	150 000	150 000		150 000					
02 242	2017/42 4		Arranjo paisagístico do Parque do Picolo	07 07030301	E			02	01/2017	12/2018		20 000	20 000		20 000					
02 242	2017/42 8		Requalificação das três fontes da Avenida Central	07 07030313	E			02	01/2017	12/2019		20 000	20 000	130 000	150 000					
02 242	2017/42 9		Regularização do Rio Torno/Variante Cávado	07 07030301	E			02	01/2017	12/2019		100 000	100 000	1 100 000	1 200 000					
02 242	2017/42 10		Praia Fluvial do Cavadinho - Crespos	07 07030313	E			02	01/2017	12/2019		50 000	50 000	250 000	300 000					
02 242	2017/42 11		Praia Fluvial de Navarra	07 07030313	E			02	01/2017	12/2019		50 000	50 000	400 000	450 000					
02 242	2017/42 12		Praia Fluvial de Merelim S. Paio - Parque lazer e merendas	07 07030313	E			02	01/2017	12/2019		50 000	50 000	400 000	450 000					
02 242	2017/42 13		Praia Fluvial de Adaufe	07 07030313	E			02	01/2017	12/2019		50 000	50 000	50 000	100 000					
02 242	2017/42 14		Percurso ciclável junto à Ponte Pedrinha Padim da Graça	07 07030313	E			02	01/2017	12/2019		50 000	50 000	50 000	100 000					
02 242	2017/42 15		Parque Urbano das Camélias - arranjos paisagísticos	07 07030301	E			02	01/2017	12/2019		100 000	100 000	254 000	354 000					
02 242	2017/43		REGENERAÇÃO INDUSTRIAL																	
02 242	2017/43 1		Acesso ao Parque Industrial de Sobreposta	07 07030301	E	15	85	02	01/2017	12/2018	0	100 500	100 500		100 500					
02 242	2017/43 2		Renovação do pavimento do Parque Industrial de Padim da Graça	07 07030301	E	15	85	02	01/2017	12/2019	1	50 000	50 000	650 000	700 000					
02 242	2017/43 3		Requalificação do Parque Industrial de Celeiros	07 07030301	E	15	85	02	01/2017	12/2019	0	50 000	50 000	50 000	100 000					
02 242	2017/43 4		Requalificação e Beneficiação das áreas de acolhimento empresarial	07 07030301	E	15	85	02	01/2017	12/2019	0	50 000	50 000	250 000	300 000					
02 242	2018/20		ORGANIZAÇÃO SEM 2018																	
02 242	2018/20 1		Aquisição de bens	07 020121	O			03	01/2018	12/2018		10 000	10 000		10 000					

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		Anos seguintes			
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)		2020 (f)
02 FUNÇÕES SOCIAIS																		
02 242 ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO																		
02 242	2018/20 2	Aquisição de serviços	07 020225	O			03	01/2018	12/2018		20 000	20 000	20 000			20 000		
												Totais do Programa 242:	16 632 880	15 832 880	800 000	14 040 165	4 405 000	35 078 045
02 245 RESÍDUOS SÓLIDOS																		
02 245	2017/34	RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LIMPEZA URBANOS																
02 245	2017/34 1	Contrato-Programa com a AGERE, EM	0102 04010101	O			03	01/2017	12/2018		3 000 000	5 000	2 995 000			3 000 000		
												Totais do Programa 245:	3 000 000	5 000	2 995 000			3 000 000
02 246 PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA I																		
CEMITÉRIOS E TANATÓRIO																		
02 246	2017/23	Expansão e melhoramentos de cemitério municipal	07 07010412	E			02	01/2017	12/2020	0	105 000	105 000	20 000	300 000		425 000		
02 246	2017/24	PARQUES E JARDINS																
02 246	2017/24 4	Intervenções em parques infantis	07 07010405	E			02	01/2017	12/2018	0	28 000	28 000				28 000		
02 246	2017/24 5	Intervenção em jardins	07 07030313	E			02	01/2017	12/2018	0	10 000	10 000				10 000		
02 246	2017/24 7	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA JARDINS E PARQUES INFANTIS																
02 246	2017/24 7/1	Aquisição de equipamentos para jardins e parques infantis	07 07011002	O			02	01/2017	12/2020	0	200 000	200 000	90 000	90 000		380 000		
02 246	2018/28	FLORESTAR BRAGA																
02 246	2018/28 1	Aquisição de serviços	0106 020225	O			03	01/2018	12/2018		3 500	3 500				3 500		
02 246	2018/28 2	Aquisição de bens	0106 020121	O			03	01/2018	12/2018		5 250	5 250				5 250		
02 246	2018/28 3	Transportes	0106 020210	O			03	01/2018	12/2018		1 500	1 500				1 500		
02 246	2018/30	Programa de Valorização Ambiental nas Freguesias	0106 020225	O			03	01/2018	12/2018		20 000	20 000				20 000		
02 246	2018/31	Hortas Urbanas	0106 020225	O			03	01/2018	12/2018		15 000	15 000				15 000		
02 246	2018/32	Limpeza e desobstrução de linhas de água	0106 020225	O			03	01/2018	12/2018		30 000	30 000				30 000		
02 246	2018/33	MONTE DO PICOTO																
02 246	2018/33 1	Aquisição de serviços	0106 020225	O			03	01/2018	12/2018		20 000	20 000				20 000		
02 246	2018/33 2	Aquisição de bens	0106 020121	O			03	01/2018	12/2018		7 500	7 500				7 500		
02 246	2018/34	QUINTA PEDAGÓGICA																
02 246	2018/34 1	Expansão e melhoramentos da Quinta Pedagógica	07 07030313	E			02	01/2018	12/2020	0	50 000	50 000	550 000	300 000		900 000		
02 246	2018/34 2	Aquisição de equipamentos	07 070115	O			02	01/2018	12/2018		22 000	22 000				22 000		
02 246	2018/34 3	Aquisição de bens	0106 020121	O			03	01/2018	12/2018		5 000	5 000				5 000		

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
						AC	AA	FC		Início	Fim			2018		Anos seguintes		
														Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	
02 FUNÇÕES SOCIAIS																		
02 246 PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA I																		
02 246	2018/34	4	Aquisição de serviços	0106 020225	0				03	01/2018	12/2018		15 000	15 000			15 000	
02 246	2018/34	5	Aquisição de matérias-primas	0106 020101	0			03	01/2018	12/2018			20 000	20 000			20 000	
02 246	2018/35		Campanhas de sensibilização ambiental	0106 020121	0			03	01/2018	12/2018			10 000	10 000			10 000	
OUTRAS INICIATIVAS DE CARATÉR AMBIENTAL																		
02 246	2018/37	1	Aquisição de serviços	0106 020225	0			03	01/2018	12/2018			1 500	1 500			1 500	
02 246	2018/37	2	Aquisição de bens	0106 020121	0			03	01/2018	12/2018			20 000	20 000			20 000	
02 246	2018/37	3	Transportes	0106 020210	0			03	01/2018	12/2018			2 500	2 500			2 500	
02 246	2018/37	4	Prémios	0106 020115	0			03	01/2018	12/2018			1 500	1 500			1 500	
Totais do Programa 246:													593 250	593 250	660 000	690 000	1 943 250	
02 251 CULTURA																		
APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS																		
02 251	2017/25	1	Festas de S. João	05 040701	0			05	01/2017	12/2018	0		55 000	55 000			55 000	
02 251	2017/25	2	Solenhades da Semana Santa	05 040701	0			05	01/2017	12/2018	0		45 000	45 000			45 000	
02 251	2017/25	3	Apoio a diversas entidades no âmbito cultural	05 040701	0			05	01/2017	12/2018	0		1 000 000	1 000 000			1 000 000	
02 251	2017/25	4	Contrato-Programa com o Teatro Circo, EM	05 04010101	0			03	01/2017	12/2018	0		854 000	854 000			854 000	
PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO CULTURAL																		
02 251	2017/26	1	Braga Romana - Reviver Bracara Augusta	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		150 000	150 000			150 000	
02 251	2017/26	2	Noite Branca	05 020225	0			03	01/2017	12/2018	0		300 000	300 000			300 000	
02 251	2017/26	3	Feira do Livro	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		60 000	60 000			60 000	
02 251	2017/26	4	MIMARTE - Festival de Teatro de Braga	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		20 000	20 000			20 000	
02 251	2017/26	5	Braga Barroca	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		62 000	62 000			62 000	
02 251	2017/26	6	Vaudeville Rendez-Vous	05 020225	0		15	05	01/2017	12/2018	0		40 000	40 000			40 000	
02 251	2017/26	7	Festival Internacional de Folclore	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		20 000	20 000			20 000	
02 251	2017/26	8	Dias de Festa no Parque	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		30 000	30 000			30 000	
02 251	2017/26	9	Agenda Cultural	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		20 000	20 000			20 000	
02 251	2017/26	10	Festival para Gente Sentada	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		65 000	65 000			65 000	
02 251	2017/26	11	Braga com Jazz	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		25 000	25 000			25 000	
02 251	2017/26	12	B de Dança	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		20 000	20 000			20 000	
02 251	2017/26	13	Braga é Natal	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		162 250	162 250			162 250	
02 251	2017/26	14	Braga Media Arts	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		86 000	86 000			86 000	

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		Anos seguintes			
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	
02		FUNÇÕES SOCIAIS																
02 251		CULTURA																
02 251	2017/26 15	Edição de livros	05 020225	O				02	01/2017	12/2018		25 000	25 000					25 000
02 251	2017/26 16	Braga Capital Europeia da Cultura - preparação da candidatura	05 020225	O				05	01/2017	12/2018		96 000	96 000					96 000
02 251	2017/26 17	Locação de bens	05 020208	O				05	01/2017	12/2018		200 000	200 000					200 000
02 251	2017/26 18	OUTROS EVENTOS CULTURAIS																
02 251	2017/26 18/1	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2017	12/2018	0	900 000	900 000					900 000
02 251	2017/26 18/2	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2017	12/2018	0	14 000	14 000					14 000
02 251	2017/26 18/3	Atribuição de prémios	05 020115	O				05	01/2017	12/2018	0	26 000	26 000					26 000
02 251	2017/27	REQUALIFICAÇÃO, CONSERVAÇÃO E BENEF. DOS EDIFÍCIOS CULTURAIS																
02 251	2017/27 1	Via Nova - Musealização das Ruínas Romanas na Colina da Cidades - Termas Romanas do Alto da Cividade	07 07010307	E				02	01/2017	12/2018	0	20 000	20 000					20 000
02 251	2017/27 2	Musealização da Escola Velha da Sé	07 07010307	E				02	01/2017	12/2020	0	10 000	10 000					110 000
02 251	2017/27 3	Conservação e beneficiação de edifícios e património classificado	07 07010307	E				02	01/2017	12/2020	0	45 000	45 000					150 000
02 251	2017/27 4	Caminhos de S. Tiago	07 07030301	E				02	01/2017	12/2019		130 000	130 000					270 000
02 251	2017/27 5	Musealização da Stª Marta das Cortiças	07 07010307	E				02	01/2017	12/2020		10 000	10 000					110 000
02 251	2017/27 6	Musealização das ruínas de S. António das Travessas	07 07010307	E				02	01/2017	12/2019		10 000	10 000					140 000
02 251	2017/27 7	Insula das Carvalheiras	07 07030313	E				02	01/2017	12/2020		50 000	50 000					2 500 000
02 251	2017/27 8	Requalificação Media Arts Center	07 07010307	E				02	01/2017	12/2020		50 000	50 000					2 000 000
02 251	2017/27 9	Requalificação da Casa dos Crivos	07 07010307	E				02	01/2017	12/2018		20 000	20 000					20 000
02 251	2017/27 10	Requalificação do Museu de Imagem	07 07010307	E				02	01/2017	12/2018		15 000	15 000					15 000
02 251	2017/27 11	Requalificação da Torre de Menagem	07 07010307	E				02	01/2017	12/2018		15 000	15 000					15 000
02 251	2017/27 12	Mercado do Carandá - obras de conservação	07 07010307	E				02	01/2017	12/2019		10 000	10 000					100 000
02 251	2017/27 13	Reabilitação do Parque da Guadalupe	07 07010307	E				02	01/2017	12/2019		10 000	10 000					150 000
02 251	2017/27 14	Requalificação do Largo das Infias e Fonte Setecentista	07 07010307	E				02	01/2017	12/2019		10 000	10 000					75 000
02 251	2018/1	Aquisição e reparação de equipamentos e mobiliário	05 07011002	O				02	01/2018	12/2018		50 000	50 000					50 000
Totais do Programa 251:												4 730 250	4 730 250	2 965 000	2 305 000			10 000 250
02 252		DESPORTO, RECREIO E LAZER																
02 252	2016/13	REQUALIFICAÇÃO, CONSERVAÇÃO E BENEF. DOS EDIFÍCIOS DESPORTIVOS																
02 252	2016/13 1	Requalificação do Pavilhão Flávio Sá Leite	07 07010406	E				02	01/2016	12/2020		50 000	50 000					2 750 000

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		Anos seguintes			
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	
02		FUNÇÕES SOCIAIS																
02 252		DESPORTO, RECREIO E LAZER																
02 252	2016/13 2	Estádio 1.º de Maio - Obras de recuperação estrutural	04 07010406	E	15	85	02	01/2016	12/2021	4	150 000	150 000	1 900 000	4 000 000	4 000 000		10 050 000	
02 252	2016/13 3	Requalificação do Polidesportivo de S. José/S. Vitor	04 07010307	E			02	01/2016	12/2018	0	10 000	10 000					10 000	
02 252	2016/13 4	Reabilitação do Eixo Desportivo da Rodovia (Complexo Desportivo)	04 07010307	E			02	01/2016	12/2019		3 200 000	3 200 000					3 200 000	
02 252	2016/13 5	Parque da Ponte (Estádio, arrios exteriores, infraestruturas urbanísticas e equipamentos desportivos)	04 07010307	E	15	85	02	01/2016	12/2018	0	120 000	120 000					120 000	
02 252	2016/13 6	Centro Europeu da Juventude/Pousada da Juventude	07 07010406	E	15	85	02	01/2016	12/2019		1 500 000	1 500 000					1 500 000	
02 252	2016/13 7	Infraestruturação do edifício GNRatton	04 07010406	E			02	01/2016	12/2018	0	33 000	33 000					33 000	
02 252	2016/13 8	Construção, manutenção, beneficiação e reparação de equipamentos desportivos	04 07010302	E			02	01/2016	12/2020	0	425 000	425 000	100 000	100 000			625 000	
02 252	2016/13 9	Construção do Campo de Tiro de Braga - Clube de Caçadores	04 07010406	E			02	01/2016	12/2018	4	51 000	51 000					51 000	
02 252	2016/13 10	Terminal do aeródromo municipal	07 07010301	E			02	01/2016	12/2018		100 000	100 000					100 000	
02 252	2016/13 11	Pavilhão desportivo/Multusos	07 070101	E			02	01/2016	12/2021		50 000	50 000	150 000	3 800 000	4 000 000		8 000 000	
02 252	2016/13 12	Rua Dr. Francisco Machado Owen - Polidesportivo e equipamentos	07 07010302	E			02	01/2016	12/2019		10 000	10 000	90 000				100 000	
02 252	2016/13 13	Requalificação dos balneários das Camélias - 2.ª fase	07 07010302	E			02	01/2016	12/2019		10 000	10 000	240 000				250 000	
02 252	2016/13 14	Requalificação do Complexo das piscinas de Maximinos	07 07010302	E			02	01/2016	12/2019		50 000	50 000	450 000				500 000	
02 252	2016/13 15	Centro Alto Rendimento de desportos de combate	07 07010302	E			02	01/2016	12/2019		20 000	20 000	580 000				600 000	
02 252	2016/13 16	CONSERVAÇÃO, BENEFICIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS																
02 252	2016/13 16/1	Beneficiação e conservação das piscinas municipais	04 07010307	E			02	01/2016	12/2020	0	350 000	350 000	70 000	70 000			490 000	
02 252	2016/13 16/2	Vigilância e salvamento nas piscinas municipais	04 020220	O			06	01/2016	12/2019	0	186 550	186 550	57 400				243 950	
02 252	2016/13 16/3	Manutenção das piscinas municipais	04 020121	O			06	01/2016	12/2018	0	22 500	22 500					22 500	
02 252	2016/13 16/4	Complexo das piscinas municipais da Rodovia	07 07010302	E			02	01/2016	12/2019		520 000	520 000	520 000				1 040 000	
02 252	2016/13 16/5	Aquisição de equipamento desportivo Piscina Municipal	04 07011002	O			06	01/2016	12/2018		40 000	40 000					40 000	
02 252	2017/28	APOIO A ATIVIDADES DESPORTIVAS																
02 252	2017/28 2	Contratos-Programa de desenvolvimento desportivo	04 040701	O			06	01/2017	12/2018	0	1 200 000	1 200 000					1 200 000	
02 252	2017/28 3	Programa de renovação dos equipamentos desportivos (SGEB)	04 020208	O			06	01/2017	12/2018	0	6 000 000	3 000 000	3 000 000				6 000 000	
02 252	2017/28 4	Outras transferências no âmbito desportivo	04 040701	O			06	01/2017	12/2018	0	50 000	50 000					50 000	
02 252	2017/28 5	Aquisição de serviços	04 020225	O			06	01/2017	12/2018		220 000	220 000					220 000	

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		Anos seguintes		
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	
02		FUNÇÕES SOCIAIS															
02 252		DESPORTO, RECREIO E LAZER															
02 252	2017/28 6	Aquisição de bens	04 020121	0				06	01/2017	12/2018	0	45 000	45 000				45 000
02 252	2017/28 7	Publicidade	04 020217	0				06	01/2017	12/2018	0	20 000	20 000				20 000
02 252	2017/28 8	Transporte	04 020210	0				06	01/2017	12/2018	0	20 000	20 000				20 000
02 252	2017/29	PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DESPORTIVA															
02 252	2017/29 6	FÉRIAS DE VERÃO E FÉRIAS EM GRANDE															
02 252	2017/29 6/1	Transporte	04 020210	0				06	01/2017	12/2018	0	10 000	10 000				10 000
02 252	2017/29 6/2	Aquisição de bens	04 020121	0				06	01/2017	12/2018	0	10 000	10 000				10 000
02 252	2017/29 6/3	Aquisição de serviços	04 020225	0				06	01/2017	12/2018	0	5 000	5 000				5 000
02 252	2017/29 6/4	Publicidade	04 020217	0				06	01/2017	12/2018	0	2 000	2 000				2 000
02 252	2017/29 9	SEMANA DA JUVENTUDE - DIA INTERNACIONAL DA JUVENTUDE															
02 252	2017/29 9/1	Aquisição de bens	04 020121	0				06	01/2017	12/2018	0	5 000	5 000				5 000
02 252	2017/29 9/2	Aquisição de serviços	04 020225	0				06	01/2017	12/2018	0	25 000	25 000				25 000
02 252	2017/29 9/3	Publicidade	04 020217	0				06	01/2017	12/2018	0	2 000	2 000				2 000
02 252	2017/29 15	PROGRAMA OCUPACIONAL JOVENS VERÃO															
02 252	2017/29 15/1	Transferências correntes	04 040701	0				06	01/2017	12/2018	0	20 000	20 000				20 000
02 252	2017/29 15/2	Aquisição de serviços	04 020225	0				06	01/2017	12/2018	0	3 000	3 000				3 000
02 252	2017/29 18	Boosting Social Innovation	04 020225	0			15	85	03	01/2017	12/2018	55 000	55 000				55 000
02 252	2017/29 19	OUTROS EVENTOS DESPORTIVOS															
02 252	2017/29 19/1	Aquisição de bens	04 020121	0				06	01/2017	12/2018	0	30 000	30 000				30 000
02 252	2017/29 19/2	Aquisição de serviços	04 020225	0				06	01/2017	12/2019	0	161 000	161 000	5 000			166 000
02 252	2017/29 19/3	Publicidade	04 020217	0				06	01/2017	12/2018	0	25 000	25 000				25 000
02 252	2017/29 19/4	Transporte	04 020210	0				06	01/2017	12/2018	0	45 000	45 000				45 000
02 252	2017/29 19/5	Atribuição de prémios	04 020115	0				06	01/2017	12/2018	0	40 000	40 000				40 000
02 252	2017/29 19/6	Deslocações e estadas	04 020213	0				06	01/2017	12/2018	0	115 000	115 000				115 000
02 252	2017/29 19/7	Formação	04 020215	0				06	01/2017	12/2018	0	3 000	3 000				3 000
02 252	2017/29 19/8	Locação de bens	04 020208	0				06	01/2017	12/2020	0	3 840	3 840	1 000			5 840
02 252	2017/29 19/9	Vigilância e segurança	04 020218	0				06	01/2017	12/2018	0	30 000	30 000				30 000
02 252	2017/29 19/10	Merchandising	04 020225	0				06	01/2017	12/2018	0	100 000	100 000				100 000
02 252	2017/29 19/11	Aquisição de material desportivo	04 020120	0				06	01/2017	12/2018	0	50 000	50 000				50 000
02 252	2018/21	CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO															
02 252	2018/21 1	Orçamento Participativo	04 040701	0				06	01/2018	12/2018	0	917 000	917 000				917 000

Grandes Opções do Plano do ano 2018

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		Anos seguintes					
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)		2021 (g)	Outros (h)
02																				
FUNÇÕES SOCIAIS																				
02 252		DESPORTO, RECREIO E LAZER																		
02 252	2018/21 2	Tu Decides - Orçamento Participativo Jovem	04 040701	O			06	01/2018	12/2018			75 000	75 000				75 000			
02 252	2018/21 3	Orçamento Participativo Escolar	04 040701	O			06	01/2018	12/2018			100 000	100 000				100 000			
02 252	2018/21 4	Publicidade	04 020217	O			06	01/2018	12/2018			3 000	3 000				3 000			
Totais do Programa 252:												16 287 890	13 287 890	3 000 000	4 863 400	9 971 000	8 000 000	39 122 290		
Totais do Objetivo 02:												0	57 752 890	50 957 890	6 795 000	26 970 265	18 509 500	8 000 000	0	111 232 655
03																				
FUNÇÕES ECONÓMICAS																				
03 320		INDÚSTRIA E ENERGIA																		
03 320	2017/16 1	Iluminação Pública	0102 020225	O			03	01/2017	12/2020	0		2 700 000	1 700 000	1 000 000	2 700 000	2 700 000	8 100 000			
03 320	2017/16 2	Mais Eficiência Energética na Iluminação	07 07030301	E	15	85	02	01/2017	12/2020	0		30 000	30 000	30 000	30 000	30 000	90 000			
03 320	2017/16 3	Remodelação e Requalificação de Redes de Iluminação	07 07030301	E	15	85	02	01/2017	12/2020	0		262 000	262 000	250 000	250 000	250 000	762 000			
Totais do Programa 320:												2 992 000	1 992 000	1 000 000	2 980 000	2 980 000	2 980 000	8 952 000		
03 331																				
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS																				
03 331	2016/24	Remodelação e conservação de pavimentos em vias classificadas e caminhos vicinais, incluindo reconstrução de muros de suporte	07 07030308	E			02	01/2016	12/2020	0		1 300 000	1 300 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	3 300 000			
03 331	2016/64	Sinalização Rodoviária e Semaforização	07 07010409	O			02	01/2016	12/2019	0		105 000	105 000	225 000	225 000	225 000	330 000			
03 331	2016/599	Instalação e reparação de sistemas de drenagem de águas pluviais	07 07030308	E			02	01/2016	12/2020	0		320 000	320 000	275 000	300 000	300 000	895 000			
03 331	2016/880	Reforço estrutural do parque de estacionamento da Cangosta da Palha	07 07030301	E			02	01/2016	12/2018	1		50 000	50 000				50 000			
03 331	2016/998	Repavimentação da EM 565 - Navarra	07 07030301	E			02	01/2016	12/2018	0		257 000	257 000				257 000			
03 331	2016/999	Rua do Pinheiro e Rua da Igreja	07 07030301	E			02	01/2016	12/2018	1		150 000	150 000				150 000			
03 331	2017/1	Sistema de controlo de acessos à Zona Pedonal secundárias	07 070115	E	15	85	02	01/2018	12/2019	0		2 000	2 000				2 000			
03 331	2018/2	Prolongamento da Rua 25 de Abril e vias secundárias	07 07030301	E			02	01/2018	12/2020	0		500 000	500 000	200 000	200 000	200 000	900 000			
03 331	2018/4	Reabilitação do edifício da Central de Camionagem	07 07030301	E	15	85	02	01/2018	12/2019	0		50 000	50 000	450 000	450 000	450 000	500 000			
03 331	2018/5	Repavimentação da Avenida do Estádio	07 07030301	E			02	01/2018	12/2019	0		50 000	50 000	100 000	100 000	100 000	150 000			
03 331	2018/6	Rua de S. Martinho de Tibães - Mire de Tibães	07 07030301	E			02	01/2018	12/2019	0		5 000	5 000	245 000	245 000	245 000	250 000			
03 331	2018/7	Caminho Vicinal - Maconde a Cones - 3.ª fase - Maxirminhos	07 07030301	E			02	01/2018	12/2019	0		2 000	2 000	18 000	18 000	18 000	20 000			

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		Anos seguintes			
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	
03		FUNÇÕES ECONÓMICAS																
03 331		TRANSPORTES RODOVIARIOS																
03 331	2018/8	Caminho Vicinal - Rua do Agreló e Rua da fonte - Nogueira	07 07030301	E			02	01/2018	12/2020	0		5 000	5 000	245 000	250 000		500 000	
03 331	2018/9	Rua Quinta da Armada	07 07030301	E			02	01/2018	12/2019	0		50 000	50 000	300 000			350 000	
03 331	2018/10	Ligação pedonal da Av. Artur Soares ao Estádio	07 07030301	E			02	01/2018	12/2019	0		5 000	5 000	295 000			300 000	
03 331	2018/11	Requalificação da Rua da Costa Gomes	07 07030301	E			02	01/2018	12/2020	0		50 000	50 000	350 000	200 000		600 000	
03 331	2018/27	Avenida Dr. Francisco Pires Gonçalves	07 07030301	E			02	01/2018	12/2018			550 000	550 000				550 000	
												3 471 000	3 471 000	3 883 000	1 950 000		9 304 000	
												Totais do Programa 331:						
03 342		TURISMO																
03 342	2018/12	Parque do Campismo	07 07030313	E	15	85	02	01/2018	12/2020			75 000	75 000	625 000	500 000		1 200 000	
03 342	2018/12 1	Requalificação do Parque do Campismo	0106 07011002	O			02	01/2018	12/2018			51 500	51 500				51 500	
03 342	2018/12 2	Aquisição de Bungalows	0106 07011002	O			02	01/2018	12/2018			17 500	17 500				17 500	
03 342	2018/12 3	Aquisição de equipamentos	0106 07011002	O			03	01/2018	12/2018			5 000	5 000				5 000	
03 342	2018/12 4	Aquisição de serviços	0106 020225	O			03	01/2018	12/2018			5 000	5 000				5 000	
03 342	2018/12 5	Aquisição de bens	0106 020121	O			03	01/2018	12/2018			17 500	17 500				17 500	
03 342	2018/29	Promoção e Dinamização Turística	0106 020225	O			03	01/2018	12/2018			25 500	25 500				25 500	
03 342	2018/29 4	Aquisição de bens										197 000	197 000	625 000	500 000		1 322 000	
03 342	2018/29 5	Aquisição de serviços																
												Totais do Programa 342:						
03 35		OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS																
03 35	2017/4	Contrato programa com a IB - Agência para a dinamização económica, EM	0102 040101	A			03	01/2017	12/2018	0		339 334	339 334				339 334	
03 35	2017/30	Apoio à dinamização do comércio local	0102 040701	O			03	01/2017	12/2018	0		236 000	236 000				236 000	
03 35	2018/36	Aquisição de serviços para a dinamização da atividade económica	0102 020225	O			03	01/2018	12/2018			500 000	500 000				500 000	
												1 075 334	1 075 334				1 075 334	
												Totais do Objetivo 03:						
04		OUTRAS FUNÇÕES																
04 410		OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA																
04 410	2017/3	Fundo Apoio Municipal	0102 090802	A			03	01/2017	12/2021	0		556 498	556 498	556 498	556 498		2 225 992	
												0	7 735 334	6 735 334	1 000 000	5 430 000	20 653 334	

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)	
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)						Financiam. não definido (d)
04		OUTRAS FUNÇÕES																		
04 410		OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA																		
04 410	2017/17	Fundo de eficiência energética	0102 090705	A			03		01/2017	12/2021	0	70 000	70 000	70 000	70 000	70 000	70 000	280 000		
									Totais do Programa 410:			626 498	626 498	626 498	626 498	626 498	626 498	2 505 992		
04 420		TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																		
04 420	2017/5	Transferências correntes - Freguesias - acordos de execução	0102 04050102	A			03		01/2017	12/2018	0	2 500 000	2 500 000					2 500 000		
04 420	2017/6	Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências	0102 0805010202	A			03		01/2017	12/2018	0	4 000 000	4 000 000					4 000 000		
04 420	2017/7	Transferências correntes - Freguesias - Apoio Financeiro	0102 04050102	A			03		01/2017	12/2018	0	150 000	150 000					150 000		
04 420	2017/8	Transferências de capital - Freguesias - Apoio Financeiro	0102 0805010201	A			03		01/2017	12/2018	0	2 200 000	2 200 000					2 200 000		
									Totais do Programa 420:			8 850 000	8 850 000					8 850 000		
									Totais do Objetivo 04:			0	9 476 498	9 476 498	0	626 498	626 498	0	11 355 992	
												0	80 771 182	72 976 182	7 795 000	39 598 983	27 847 218	8 886 498	260 000	157 363 881

Total Geral:

ORGÃO EXECUTIVO
Em _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO
Em _____ de _____

5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2018

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2018			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)	
01 FUNÇÕES GERAIS																						
01 111 SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA																						
01	111	2016/1		AQUISIÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIP., MOBILIÁRIO E UTENSÍLIOS																		
01	111	2016/1	1	Hardware	0102 070107	O				01	01/2016	12/2018	0	460 000	460 000					460 000		
01	111	2016/1	2	Software	0102 070108	O				01	01/2016	12/2019	0	840 000	840 000	120 000				960 000		
01	111	2016/1	3	Equipamento administrativo	0102 070109	O				03	01/2016	12/2018	0	200 000	200 000					200 000		
01	111	2016/1	4	Equipamento básico	0102 07011002	O				03	01/2016	12/2018	0	500 000	500 000					500 000		
01	111	2016/1	5	Ferramentas e utensílios	0102 070111	O				03	01/2016	12/2018	0	45 000	45 000					45 000		
01	111	2016/3		AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E VIATURAS																		
01	111	2016/3	1	VIATURAS																		
01	111	2016/3	1/1	Aquisições e grandes reparações	07 07010602	O				03	01/2016	12/2018	0	200 000	200 000					200 000		
01	111	2016/3	1/3	Aquisição de veículos por locação financeira	0102 070205	O				03	01/2016	12/2022	0	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	1 250 000		
01	111	2016/3	2	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS																		
01	111	2016/3	2/1	Grandes reparações	07 07011002	O				03	01/2016	12/2018	0	60 000	60 000					60 000		
01	111	2016/11		REPARAÇÕES E BENEFICIAÇÕES DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS																		
01	111	2016/11	1	Conservação e beneficiação dos edifícios municipais	07 07010301	E	15	85		02	01/2016	12/2020	0	400 000	400 000	50 000	50 000			500 000		
01	111	2016/11	2	Requalificação do edifício multiusos Dr. Francisco Sanches	07 07010301	E				02	01/2016	12/2020	1	257 000	257 000	1 000 000	900 000			2 157 000		
01	111	2016/11	3	Requalificação do edifício do Pópulo	07 07010301	E				02	01/2018	12/2019		150 000	150 000	600 000				750 000		
01	111	2016/11	4	Requalificação do Horto - Estaleiro Municipal	07 07010301	E				02	01/2018	12/2020		50 000	50 000	500 000	500 000			1 050 000		
01	111	2016/11	5	Centro Municipal de Proteção Civil	07 07010301	E				02	01/2018	12/2020		50 000	50 000	300 000	300 000			650 000		
01	111	2016/11	6	Arquivo Municipal - Requalificação Escola Bairro Nogueira Silva	07 07010301	E				02	01/2018	12/2020		50 000	50 000	500 000	500 000			1 050 000		
01	111	2017/2		PROJETO SAMA																		
01	111	2017/2	1	Hardware	0102 070107	O	15	85		01	01/2017	12/2018	0	61 500	61 500					61 500		
01	111	2017/2	2	Software	0102 070108	O	15	85		01	01/2017	12/2018	0	101 450	101 450					101 450		
Totais do Programa 111:														0	3 674 950	3 674 950	0	3 320 000	2 500 000	250 000	250 000	9 994 950
01 121 PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS																						
01	121	2014/856		Construção do Quartel da Companhia de Bombeiros Sapadores	07 07010301	E				02	01/2014	12/2018	4	76 000	76 000					76 000		
01	121	2016/5		AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS																		
01	121	2016/5	1	Equipamento administrativo	09 070109	O				03	01/2016	12/2018		10 000	10 000					10 000		

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / N.º	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2018			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)		
01				FUNÇÕES GERAIS																			
01	121			PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS																			
01	121	2016/5	2	Equipamento básico	09	07011002	O			03	01/2016	12/2018		10 000	10 000							10 000	
01	121	2016/5	3	Equipamento de transporte - aquisição e grandes reparações	09	07010602	O			03	01/2016	12/2018		10 000	10 000							10 000	
Totais do Programa 121:														0	106 000	106 000	0	0	0	0	0	0	106 000
01	122			POLICIA MUNICIPAL																			
01	122	2016/6		AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E VIATURAS																			
01	122	2016/6	1	Equipamento de transporte - aquisição e grandes reparações	10	07010602	O			03	01/2016	12/2018		10 000	10 000							10 000	
Totais do Programa 122:														0	10 000	10 000	0	0	0	0	0	0	10 000
Totais do Objetivo 01:														0	3 790 950	3 790 950	0	3 320 000	2 500 000	250 000	250 000	10 110 950	
02				FUNÇÕES SOCIAIS																			
02	211			EDUCAÇÃO - Ensino não superior																			
02	211	2016/9		AQUISIÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTO ESCOLAR																			
02	211	2016/9	1	Aquisição e reparação de equipamento e mobiliário escolar	03	07011002	O			03	01/2016	12/2018	0	490 500	490 500							490 500	
02	211	2016/9	3	Aquisição de Hardware	03	070107	O			01	01/2016	12/2018		340 000	340 000							340 000	
02	211	2016/10		REQUALIFICAÇÃO, CONSERV. E BENEFICIAÇÃO DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES																			
02	211	2016/10	1	Requalificação da Escola Básica André Soares	07	07010305	E			02	01/2016	12/2018	4	1 000	1 000							1 000	
02	211	2016/10	2	Requalificação da Escola Básica Francisco Sanches	07	07010305	E			02	01/2016	12/2018	4	1 000	1 000							1 000	
02	211	2016/10	3	Requalificação da Secundária de Maximinos	07	07010305	E	15	85	02	01/2017	12/2020	0	200 000	200 000	1 500 000	610 000					2 310 000	
02	211	2016/10	4	Escola de S. Lázaro	07	07010305	E	15	85	02	01/2016	12/2018		1 214 000	1 214 000							1 214 000	
02	211	2016/10	5	Escola de Merelim S. Pedro	07	07010305	E	15	85	02	01/2016	12/2018		283 000	283 000							283 000	
02	211	2016/10	6	Escola de Gualtar	07	07010305	E			02	01/2016	12/2018		748 000	748 000							748 000	
02	211	2016/10	7	Escola de Esporões	07	07010305	E			02	01/2016	12/2019		740 000	740 000							740 000	
02	211	2016/10	8	Escola EB1 de Nogueira	07	07010305	E			02	01/2016	12/2019		20 000	20 000	980 000						1 000 000	
02	211	2016/10	9	Escola EB1 de Fraião	07	07010305	E			02	01/2016	12/2019		20 000	20 000	780 000						800 000	
02	211	2016/10	10	Escola EB1 - Bairro Económico - integrar Jl B. Augusta	07	07010305	E			02	01/2016	12/2019		10 000	10 000	490 000						500 000	
02	211	2016/10	11	Escola EB1 Este de S. Pedro	07	07010305	E			02	01/2016	12/2019		10 000	10 000	29 000						39 000	
02	211	2016/10	99	REPARAÇÕES E BENEFICIAÇÕES DE EDIFÍCIOS ESCOLARES																			

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2018			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)		
02 FUNÇÕES SOCIAIS																							
02 211 EDUCAÇÃO - Ensino não superior																							
02	211	2016/10	99/1	Grandes reparações e beneficiações	03	07010305	E				03	01/2016	12/2020	0	800 000	800 000		585 000	485 000			1 870 000	
Totais do Programa 211:														0	4 877 500	4 877 500	0	4 364 000	1 095 000	0	0	10 336 500	
02 242 ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO																							
02	242	2016/12		AQUISIÇÃO E EXPROP. DE TERRENOS PARA URBANIZAÇÃO E AQUILIMÓVEIS																			
02	242	2016/12	1	Aquisição de imóveis	07	07010307	O				03	01/2016	12/2018	0	50 000	50 000						50 000	
02	242	2016/12	2	Aquisição e expropriação de terrenos	07	070101	O				03	01/2016	12/2018	0	205 000	205 000						205 000	
02	242	2017/22		URBANISMO																			
02	242	2017/22	1	Intervenções em espaços públicos	06	07030313	E				02	01/2017	12/2020	0	282 000	282 000		55 000	55 000			392 000	
02	242	2017/22	3	Aquisição de Mobiliário Urbano	06	070115	O				02	01/2017	12/2020	0	112 000	112 000		50 000	50 000			212 000	
02	242	2017/22	4	Modernização do Urbanismo	06	07011002	O	15	85		02	01/2017	12/2018	0	50 000	50 000						50 000	
02	242	2017/22	5	Implementação do laboratório urbano	06	07011002	O				02	01/2017	12/2018		70 000	70 000						70 000	
02	242	2017/40		MOBILIDADE																			
02	242	2017/40	1	Inserção Urbana de rede ciclável	07	07030301	E	15	85		02	01/2017	12/2020	0	200 000	200 000		2 611 000	1 300 000			4 111 000	
02	242	2017/40	2	Eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas	07	07030301	E	15	85		02	01/2017	12/2020	0	250 000	250 000		1 400 000	1 200 000			2 850 000	
02	242	2017/40	3	Inserção Urbana de transporte público na Rodovia	07	07030301	E	15	85		02	01/2017	12/2020		200 000	200 000		2 000 000	1 800 000			4 000 000	
02	242	2017/40	5	Implementação do projeto "Eu passo aqui"	07	07030301	E	15	85		02	01/2017	12/2019		50 000	50 000		50 000				100 000	
02	242	2017/41		REGENERAÇÃO URBANA																			
02	242	2017/41	1	Parque de Exposições de Braga - PEB																			
02	242	2017/41	1/1	Requalificação do Parque de Exposições de Braga - PEB	07	07010406	E	15	85		02	01/2017	12/2018		7 375 000	7 375 000						7 375 000	
02	242	2017/41	1/2	Equipamento para o Parque de Exposições de Braga - PEB	07	07011002	O				02	01/2017	12/2018		350 000	350 000						350 000	
02	242	2017/41	2	Mercado Municipal																			
02	242	2017/41	2/1	Requalificação e Reabilitação do Mercado Municipal	07	07010301	E	15	85		02	01/2017	12/2019		2 600 000	2 600 000		3 748 165				6 348 165	
02	242	2017/41	3	Requalificação de espaços públicos no Bairro de Santa Tecla	07	07010405	E	15	85		02	01/2017	12/2018	0	1 213 000	1 213 000						1 213 000	
02	242	2017/42		VALORIZAÇÃO AMBIENTAL																			
02	242	2017/42	1	Eco Parque das Sete Fontes																			
02	242	2017/42	1/1	Requalificação - Eco Parque das Sete Fontes	07	07030313	E				02	01/2017	12/2018		5 000	5 000						5 000	
02	242	2017/42	1/2	Aquisição e expropriação de terrenos - Eco Parque das Sete Fontes	07	070101	A				02	01/2017	12/2018		1 000 000	200 000	800 000					1 000 000	
02	242	2017/42	2	Requalificação da Margem Esquerda do Rio Cávado - 1.ª fase	07	07030313	E	15	85		02	01/2017	12/2018	1	400 000	400 000						400 000	

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
														2018			Anos seguintes				
		Ano / N.º	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim		Realizado (a)	Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	
02 FUNÇÕES SOCIAIS																					
02 242 ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO																					
02	242	2017/42	3	Plano de Reabilitação do Rio Este	07 07030313	E	15	85	02	01/2017	12/2018	0	150 000	150 000					150 000		
02	242	2017/42	4	Arranjo paisagístico do Parque do Picoto	07 07030301	E			02	01/2017	12/2018		20 000	20 000					20 000		
02	242	2017/42	8	Requalificação das três fontes da Avenida Central	07 07030313	E			02	01/2017	12/2019		20 000	20 000		130 000			150 000		
02	242	2017/42	9	Regularização do Rio Torto/Variante Cávado	07 07030301	E			02	01/2017	12/2019		100 000	100 000		1 100 000			1 200 000		
02	242	2017/42	10	Praia Fluvial do Cavadinho - Crespos	07 07030313	E			02	01/2017	12/2019		50 000	50 000		250 000			300 000		
02	242	2017/42	11	Praia Fluvial de Navarra	07 07030313	E			02	01/2017	12/2019		50 000	50 000		400 000			450 000		
02	242	2017/42	12	Praia Fluvial de Merelim S. Paio - Parque lazer e merendas	07 07030313	E			02	01/2017	12/2019		50 000	50 000		400 000			450 000		
02	242	2017/42	13	Praia Fluvial de Adaúfe	07 07030313	E			02	01/2017	12/2019		50 000	50 000		50 000			100 000		
02	242	2017/42	14	Percurso ciclável junto à Ponte Pedrinha	07 07030313	E			02	01/2017	12/2019		50 000	50 000		50 000			100 000		
02	242	2017/42	15	Parque Urbano das Camélias - arranjos paisagísticos	07 07030301	E			02	01/2017	12/2019		100 000	100 000		254 000			354 000		
02 242 2017/43 REGENERAÇÃO INDUSTRIAL																					
02	242	2017/43	1	Acesso ao Parque Industrial de Sobreposta	07 07030301	E	15	85	02	01/2017	12/2018	0	100 500	100 500					100 500		
02	242	2017/43	2	Renovação do pavimento do Parque Industrial de Padim da Graça	07 07030301	E	15	85	02	01/2017	12/2019	1	50 000	50 000		650 000			700 000		
02	242	2017/43	3	Requalificação do Parque Industrial de Celeirós	07 07030301	E	15	85	02	01/2017	12/2019	0	50 000	50 000		50 000			100 000		
02	242	2017/43	4	Requalificação e Beneficiação das áreas de acolhimento empresarial	07 07030301	E	15	85	02	01/2017	12/2019	0	50 000	50 000		250 000			300 000		
Totais do Programa 242:													0	15 302 500	14 502 500	800 000	13 498 165	4 405 000	0	0	33 205 665
02 246 PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA I																					
02 246 2017/23 CEMITÉRIOS E TANATÓRIO																					
02	246	2017/23	2	Expansão e melhoramentos de cemitério municipal	07 07010412	E			02	01/2017	12/2020	0	105 000	105 000		20 000	300 000		425 000		
02 246 2017/24 PARQUES E JARDINS																					
02	246	2017/24	4	Intervenções em parques infantis	07 07010405	E			02	01/2017	12/2018	0	28 000	28 000					28 000		
02	246	2017/24	5	Intervenção em jardins	07 07030313	E			02	01/2017	12/2018	0	10 000	10 000					10 000		
02 246 2017/24 7 AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA JARDINS E PARQUES INFANTIS																					
02	246	2017/24	7/1	Aquisição de equipamentos para jardins e parques infantis	07 07011002	O			02	01/2017	12/2020	0	200 000	200 000		90 000	90 000		380 000		
02 246 2018/34 QUINTA PEDAGÓGICA																					
02	246	2018/34	1	Expansão e melhoramentos da Quinta Pedagógica	07 07030313	E			02	01/2018	12/2020	0	50 000	50 000		550 000	300 000		900 000		
02	246	2018/34	2	Aquisição de equipamentos	07 070115	O			02	01/2018	12/2018		22 000	22 000					22 000		
Totais do Programa 246:													0	415 000	415 000	0	660 000	690 000	0	0	1 765 000

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2018			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)	
02 FUNÇÕES SOCIAIS																						
02 251 CULTURA																						
02	251	2017/27		REQUALIFICAÇÃO, CONSERVAÇÃO E BENEF. DOS EDIFÍCIOS CULTURAIS																		
02	251	2017/27	1	Via Nova - Musealização das Ruínas Romanas na Colina da Cidades - Termas Romanas do Alto da Cidade	07	07010307	E				02	01/2017	12/2018	0	20 000	20 000					20 000	
02	251	2017/27	2	Musealização da Escola Velha da Sé	07	07010307	E				02	01/2017	12/2020	0	10 000	10 000	50 000	50 000			110 000	
02	251	2017/27	3	Conservação e beneficiação de edifícios e património classificado	07	07010307	E				02	01/2017	12/2020	0	45 000	45 000	50 000	55 000			150 000	
02	251	2017/27	4	Caminhos de S. Tiago	07	07030301	E				02	01/2017	12/2019		130 000	130 000	140 000				270 000	
02	251	2017/27	5	Musealização da Stª Marta das Cortiças	07	07010307	E				02	01/2017	12/2020		10 000	10 000	50 000	50 000			110 000	
02	251	2017/27	6	Musealização das ruínas de S. António das Travessas	07	07010307	E				02	01/2017	12/2019		10 000	10 000	130 000				140 000	
02	251	2017/27	7	Ínsula das Carvalheiras	07	07030313	E				02	01/2017	12/2020		50 000	50 000	1 250 000	1 200 000			2 500 000	
02	251	2017/27	8	Requalificação Media Arts Center	07	07010307	E				02	01/2017	12/2020		50 000	50 000	1 000 000	950 000			2 000 000	
02	251	2017/27	9	Requalificação da Casa dos Crivos	07	07010307	E				02	01/2017	12/2018		20 000	20 000					20 000	
02	251	2017/27	10	Requalificação do Museu de Imagem	07	07010307	E				02	01/2017	12/2018		15 000	15 000					15 000	
02	251	2017/27	11	Requalificação da Torre de Menagem	07	07010307	E				02	01/2017	12/2018		15 000	15 000					15 000	
02	251	2017/27	12	Mercado do Carandá - obras de conservação	07	07010307	E				02	01/2017	12/2019		10 000	10 000	90 000				100 000	
02	251	2017/27	13	Reabilitação do Parque da Guadalupe	07	07010307	E				02	01/2017	12/2019		10 000	10 000	140 000				150 000	
02	251	2017/27	14	Requalificação do Largo das Infias e Fonte Setecentista	07	07010307	E				02	01/2017	12/2019		10 000	10 000	65 000				75 000	
02	251	2018/1		Aquisição e reparação de equipamentos e mobiliário	05	07011002	O				02	01/2018	12/2018		50 000	50 000					50 000	
Totais do Programa 251:														0	455 000	455 000	0	2 965 000	2 305 000	0	0	5 725 000
02 252 DESPORTO, RECREIO E LAZER																						
02	252	2016/13		REQUALIFICAÇÃO, CONSERVAÇÃO E BENEF. DOS EDIFÍCIOS DESPORTIVOS																		
02	252	2016/13	1	Requalificação do Pavilhão Flávio Sá Leite	07	07010406	E				02	01/2016	12/2020		50 000	50 000	700 000	2 000 000			2 750 000	
02	252	2016/13	2	Estádio 1.º de Maio - Obras de recuperação estrutural	04	07010406	E	15	85		02	01/2016	12/2021	4	150 000	150 000	1 900 000	4 000 000	4 000 000		10 050 000	
02	252	2016/13	3	Requalificação do Polidesportivo de S. José/S. Vitor	04	07010307	E				02	01/2016	12/2018	0	10 000	10 000					10 000	
02	252	2016/13	4	Reabilitação do Eixo Desportivo da Rodovia (Complexo Desportivo)	04	07010307	E				02	01/2016	12/2019		3 200 000	3 200 000					3 200 000	
02	252	2016/13	5	Parque da Ponte (Estádio, arranjos exteriores, infraestruturas urbanísticas e equipamentos desportivos)	04	07010307	E	15	85		02	01/2016	12/2018	0	120 000	120 000					120 000	
02	252	2016/13	6	Centro Europeu da Juventude/Pousada da Juventude	07	07010406	E	15	85		02	01/2016	12/2019		1 500 000	1 500 000					1 500 000	

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2018			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)	
02				FUNÇÕES SOCIAIS																		
02	252			DESPORTO, RECREIO E LAZER																		
02	252	2016/13	7	Infraestruturação do edifício GNRation	04	07010406	E			02	01/2016	12/2018	0	33 000	33 000							33 000
02	252	2016/13	8	Construção, manutenção, beneficiação e reparação de equipamentos desportivos	04	07010302	E			02	01/2016	12/2020	0	425 000	425 000		100 000	100 000				625 000
02	252	2016/13	9	Construção do Campo de Tiro de Braga - Clube de Caçadores	04	07010406	E			02	01/2016	12/2018	4	51 000	51 000							51 000
02	252	2016/13	10	Terminal do aeródromo municipal	07	07010301	E			02	01/2016	12/2018		100 000	100 000							100 000
02	252	2016/13	11	Pavilhão desportivo/Multiusos	07	070101	E			02	01/2016	12/2021		50 000	50 000		150 000	3 800 000	4 000 000			8 000 000
02	252	2016/13	12	Rua Dr. Francisco Machado Owen - Polidesportivo e equipamentos	07	07010302	E			02	01/2016	12/2019		10 000	10 000		90 000					100 000
02	252	2016/13	13	Requalificação dos balneários das Camélias - 2.ª fase	07	07010302	E			02	01/2016	12/2019		10 000	10 000		240 000					250 000
02	252	2016/13	14	Requalificação do Complexo das piscinas de Maximinos	07	07010302	E			02	01/2016	12/2019		50 000	50 000		450 000					500 000
02	252	2016/13	15	Centro Alto Rendimento de desportos de combate	07	07010302	E			02	01/2016	12/2019		20 000	20 000		580 000					600 000
02	252	2016/13	16	CONSERVAÇÃO, BENEFICIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS																		
02	252	2016/13	16/1	Beneficiação e conservação das piscinas municipais	04	07010307	E			02	01/2016	12/2020	0	350 000	350 000		70 000	70 000				490 000
02	252	2016/13	16/4	Complexo das piscinas municipais da Rodovia	07	07010302	E			02	01/2016	12/2019		520 000	520 000		520 000					1 040 000
02	252	2016/13	16/5	Aquisição de equipamento desportivo Piscina Municipal	04	07011002	O			06	01/2016	12/2018		40 000	40 000							40 000
Totais do Programa 252:														0	6 689 000	6 689 000	0	4 800 000	9 970 000	8 000 000	0	29 459 000
Totais do Objetivo 02:														0	27 739 000	26 939 000	800 000	26 287 165	18 465 000	8 000 000	0	80 491 165
03				FUNÇÕES ECONÓMICAS																		
03	320			INDÚSTRIA E ENERGIA																		
03	320	2017/16		GESTÃO ENERGÉTICA																		
03	320	2017/16	2	Mais Eficiência Energética na Iluminação	07	07030301	E	15	85	02	01/2017	12/2020	0	30 000	30 000		30 000	30 000				90 000
03	320	2017/16	3	Remodelação e Requalificação de Redes de Iluminação	07	07030301	E	15	85	02	01/2017	12/2020	0	262 000	262 000		250 000	250 000				762 000
Totais do Programa 320:														0	292 000	292 000	0	280 000	280 000	0	0	852 000
03	331			TRANSPORTES RODOVIÁRIOS																		
03	331	2016/24		Remodelação e conservação de pavimentos em vias classificadas e caminhos vicinais, incluindo reconstrução de muros de suporte	07	07030308	E			02	01/2016	12/2020	0	1 300 000	1 300 000		1 000 000	1 000 000				3 300 000
03	331	2016/64		Sinalização Rodoviária e Semaforização	07	07010409	O			02	01/2016	12/2019	0	105 000	105 000		225 000					330 000

Câmara Municipal de Braga

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2018			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)		
03 FUNÇÕES ECONÓMICAS																							
03 331 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS																							
03	331	2016/599		Instalação e reparação de sistemas de drenagem de águas pluviais	07	07030308	E				02	01/2016	12/2020	0		320 000	320 000		275 000	300 000			895 000
03	331	2016/880		Reforço estrutural do parque de estacionamento da Cangosta da Palha	07	07030301	E				02	01/2016	12/2018	1		50 000	50 000						50 000
03	331	2016/998		Repavimentação da EM 565 - Navarra	07	07030301	E				02	01/2016	12/2018	0		257 000	257 000						257 000
03	331	2016/999		Reabilitação da Rua Nova de Santa Cruz	07	07030301	E				02	01/2016	12/2018	1		150 000	150 000						150 000
03	331	2017/1		Rua do Pinheiro e Rua da Igreja	07	07030301	E				02	01/2017	12/2018	0		2 000	2 000						2 000
03	331	2018/2		Sistema de controlo de acessos à Zona Pedonal	07	070115	E	15	85		02	01/2018	12/2019			20 000	20 000		180 000				200 000
03	331	2018/3		Prolongamento da Rua 25 de Abril e vias secundárias	07	07030301	E				02	01/2018	12/2020	0		500 000	500 000		200 000	200 000			900 000
03	331	2018/4		Reabilitação do edifício da Central de Camionagem	07	07030301	E	15	85		02	01/2018	12/2019			50 000	50 000		450 000				500 000
03	331	2018/5		Repavimentação da Avenida do Estádio	07	07030301	E				02	01/2018	12/2019	0		50 000	50 000		100 000				150 000
03	331	2018/6		Rua de S. Martinho de Tibães - Mire de Tibães	07	07030301	E				02	01/2018	12/2019	0		5 000	5 000		245 000				250 000
03	331	2018/7		Caminho Vicinal - Maconde a Cones - 3.ª fase - Maximinos	07	07030301	E				02	01/2018	12/2019	0		2 000	2 000		18 000				20 000
03	331	2018/8		Caminho Vicinal - Rua do Agrelo e Rua da fonte - Nogueira	07	07030301	E				02	01/2018	12/2020	0		5 000	5 000		245 000	250 000			500 000
03	331	2018/9		Rua Quinta da Armada	07	07030301	E				02	01/2018	12/2019	0		50 000	50 000		300 000				350 000
03	331	2018/10		Ligação pedonal da Av. Artur Soares ao Estádio	07	07030301	E				02	01/2018	12/2019	0		5 000	5 000		295 000				300 000
03	331	2018/11		Requalificação da Rua da Costa Gomes	07	07030301	E				02	01/2018	12/2020	0		50 000	50 000		350 000	200 000			600 000
03	331	2018/27		Avenida Dr. Francisco Pires Gonçalves	07	07030301	E				02	01/2018	12/2018			550 000	550 000						550 000
Totais do Programa 331:															0	3 471 000	3 471 000	0	3 883 000	1 950 000	0	0	9 304 000
03 342 TURISMO																							
03	342	2018/12		Parque do Campismo																			
03	342	2018/12	1	Requalificação do Parque do Campismo	07	07030313	E	15	85		02	01/2018	12/2020			75 000	75 000		625 000	500 000			1 200 000
03	342	2018/12	2	Aquisição de Bungalows	0106	07011002	O				02	01/2018	12/2018			51 500	51 500						51 500
03	342	2018/12	3	Aquisição de equipamentos	0106	07011002	O				02	01/2018	12/2018			17 500	17 500						17 500
Totais do Programa 342:															0	144 000	144 000	0	625 000	500 000	0	0	1 269 000
Totais do Objetivo 03:															0	3 907 000	3 907 000	0	4 788 000	2 730 000	0	0	11 425 000
Total Geral:															0	35 436 950	34 636 950	800 000	34 395 165	23 695 000	8 250 000	250 000	102 027 115

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

6. ATIVIDADES MAIS RELEVANTES PARA 2018

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		2019 (e)	Anos seguintes		
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2020 (f)	
01		FUNÇÕES GERAIS																
01 111		SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA																
01 111	2016/3	AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E VIATURAS																
01 111	2016/3 1	VIATURAS																
01 111	2016/3 1/2	Pequenas reparações	07 020203	O				03	01/2016	12/2018	0						20 000	
01 111	2016/3 1/4	Aquisição de veículos por locação financeira -juros	0102 030305	O				03	01/2016	12/2022	0						50 000	
01 111	2016/3 2	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS															10 000	
01 111	2016/3 2/2	Pequenas reparações	07 020203	O				03	01/2016	12/2018	0						11 000	
01 111	2017/2	PROJETO SAMIA																
01 111	2017/2 3	Reengenharia de processos	0102 020214	O			15	85	03	01/2017	12/2018	0					48 000	
01 111	2017/9	APOIOS DE ÂMBITO GERAL																
01 111	2017/9 1	Transferências correntes - Associações	0102 04050104	O				03	01/2017	12/2020	0						15 820	
01 111	2017/9 2	Transferências correntes - Outras	0102 04050108	O				03	01/2017	12/2018	0						280 000	
01 111	2017/9 3	Transferências correntes sem fins lucrativos	0102 040701	O				03	01/2017	12/2018	0						200 000	
01 111	2017/11	APÓLICES DE SEGUROS																
01 111	2017/11 1	Responsabilidade civil, multiriscos, frota automóvel	02 020212	A				03	01/2017	12/2020	2						300 900	
01 111	2017/11 4	Acidentes de trabalho	02 01030901	A				03	01/2017	12/2020	2						1 695 300	
01 111	2017/20	CONTRATOS DE MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORNECIMENTO																
01 111	2017/20 1	Gestão e manutenção das infraestruturas tecnológicas	02 020220	O				03	01/2017	12/2020	0						40 000	
01 111	2017/20 2	Gestão e manutenção dos sistemas de climatização	07 020219	O				02	01/2017	12/2020	0						10 000	
01 111	2017/20 3	Programa de divulgação e imagem	0102 020225	O				03	01/2017	12/2020	0						20 000	
01 111	2018/13	Vigilância e Segurança	0102 020218	O				03	01/2018	12/2020							20 000	
01 111	2018/14	PROJETOS, ESTUDOS, CONSULTADORIA E PLANEAMENTO																
01 111	2018/14 1	Plano de Mobilidade e Gestão de Tráfego	06 020214	O				02	01/2018	12/2019							80 000	
01 111	2018/14 2	Estudo da Variante do Cávado	06 020214	O				02	01/2018	12/2019							200 000	
01 111	2018/14 3	Intervenção no Nó Infantas	06 020214	O				02	01/2018	12/2019							70 000	
01 111	2018/14 4	Projeto de sinalética direcional	06 020214	O				02	01/2018	12/2019							74 000	
01 111	2018/14 5	Estudo Taxis	06 020214	O				02	01/2018	12/2019							20 000	
01 111	2018/14 6	Consultadoria - Autoridade Municipal de Transportes	06 020214	O				02	01/2018	12/2019							60 000	
01 111	2018/14 7	Consultadoria PI dos Sacros Montes	06 020214	O				02	01/2018	12/2019							74 000	
01 111	2018/14 8	Levantamentos topográficos	06 020214	O				02	01/2018	12/2019							60 000	

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Ano / N.º Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas						Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
						AC	AA	FC		Início	Fim			2018			2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)
														Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)					
01	FUNÇÕES GERAIS																				
01 111	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA																				
01 111	2018/14	9	Consultadoria jurídica e planeamento	06 020214	O				02	01/2018	12/2019		50 000	50 000			50 000	100 000			
01 111	2018/14	10	Projeto Educativo Municipal	03 020214	O				04	01/2018	12/2019		8 610	8 610			8 610	8 610			
01 111	2018/14	11	Projetos de arquitetura	06 020214	O				03	01/2018	12/2019		15 000	15 000			20 000	35 000			
			Totais do Programa 111:						0	1 943 010	1 943 010	0	1 194 220	781 220	10 000	10 000	3 938 450				
01 121	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS																				
01 121	2016/5		AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS	09 020203	O				03	01/2016	12/2018		5 000	5 000			5 000	5 000			
01 121	2018/22		Transferência - Associação Florestal do Cávado	0106 040701	A				03	01/2018	12/2018		50 000	50 000			50 000	50 000			
01 121	2018/23		Protocolo colaboração "Fazer Bem"	0105 040701	A				03	01/2018	12/2018		15 000	15 000			15 000	15 000			
			Totais do Programa 121:						0	70 000	70 000	0	0	0	0	0	70 000				
01 122	POLICIA MUNICIPAL																				
01 122	2016/6		AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E VIATURAS	10 020203	O				03	01/2016	12/2018		2 500	2 500			2 500	2 500			
01 122	2016/6	2	Equipamentos diversos - pequenas reparações						03	01/2016	12/2018		0	2 500	0	0	0	2 500			
			Totais do Objetivo 01:						0	2 015 510	2 015 510	0	1 194 220	781 220	10 000	10 000	4 010 950				
02	FUNÇÕES SOCIAIS																				
02 211	EDUCAÇÃO - Ensino não superior																				
02 211	2016/9		AQUISIÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTO ESCOLAR	03 020203	O				03	01/2016	12/2018	0	5 000	5 000			5 000	5 000			
02 211	2016/9	2	Pequenas reparações						03	01/2016	12/2018	0									
02 211	2016/10		REQUALIFICAÇÃO, CONSERV. E BENEFICIAÇÃO DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES																		
02 211	2016/10	99	REPARAÇÕES E BENEFICIAÇÕES DE EDIFÍCIOS ESCOLARES																		
02 211	2016/10	99/2	Pequenas reparações						03	01/2016	12/2018	0	5 000	5 000			5 000	5 000			
02 211	2017/12		APOIO A ATIVIDADES EDUCATIVAS																		
02 211	2017/12	1	Apoio ao funcionamento das escolas						03	01/2017	12/2018	0	72 000	72 000			72 000	72 000			
02 211	2017/12	2	Refeições e verba pré-escolares - freguesias						03	01/2017	12/2018	0	1 900 000	1 900 000			1 900 000	1 900 000			
02 211	2017/12	3	Refeições escolares - outras entidades						03	01/2017	12/2018	0	800 000	800 000			800 000	800 000			

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		Anos seguintes					
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)		2021 (g)	Outros (h)
02 FUNÇÕES SOCIAIS																				
02 211 EDUCAÇÃO - Ensino não superior																				
02 211	2017/12 4	Frua escolar	03 020121	0			04	01/2017	12/2018	0		100 000	100 000				100 000			
02 211	2017/12 5	Serviço de transportes escolares	03 020210	0			03	01/2017	12/2018	0		120 000	120 000				120 000			
02 211	2017/12 6	Apoio aos transportes escolares	03 05010101	0			03	01/2017	12/2018	0		110 000	110 000				110 000			
02 211	2017/12 7	Apoio a entidades de caráter educativo	03 040701	0			04	01/2017	12/2020	0		45 000	45 000	34 000	32 000		111 000			
02 211	2017/13	DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS																		
02 211	2017/13 1	Aquisição de serviços no âmbito das atividades educativas	03 020225	0			03	01/2017	12/2018	0		30 000	30 000				30 000			
02 211	2017/13 2	Transportes no âmbito das atividades educativas	03 020210	0			03	01/2017	12/2018	0		32 000	32 000				32 000			
02 211	2017/13 3	Aquisição de bens no âmbito das atividades educativas	03 020121	0			04	01/2017	12/2018			100 000	100 000				100 000			
02 211	2017/13 4	Bolsas de Mérito	03 04080202	0			04	01/2017	12/2018			15 000	15 000				15 000			
02 211	2018/15	PIICIE - Equipas Técnicas																		
02 211	2018/15 1	Aquisição de bens	03 020121	0			04	01/2018	12/2020			5 000	5 000	3 500	3 500		12 000			
02 211	2018/15 2	Aquisição de serviços	03 020225	0			04	01/2018	12/2020			5 000	5 000	2 500	2 500		10 000			
02 211	2018/15 3	Deslocações e estadas	03 020213	0			04	01/2018	12/2020			3 000	3 000	3 000	1 800		7 800			
02 211	2018/16	PIICIE - Saber Crescer																		
02 211	2018/16 1	Aquisição de bens	03 020121	0			04	01/2018	12/2020			2 500	2 500	1 200	1 200		4 900			
02 211	2018/16 2	Aquisição de serviços	03 020225	0			04	01/2018	12/2020			5 000	5 000	2 500	2 500		10 000			
02 211	2018/17	CENTRO QUALIFICA																		
02 211	2018/17 1	Equipas Técnicas	03 010107	0			04	01/2018	12/2019			54 120	54 120	31 000			85 120			
02 211	2018/17 2	Aquisição de serviços	03 020225	0			04	01/2018	12/2018			6 000	6 000				6 000			
02 211	2018/18	ESCOLA EDUCAÇÃO RODOVIAÁRIA																		
02 211	2018/18 1	Aquisição de bens	03 020121	0			04	01/2018	12/2018			5 000	5 000				5 000			
02 211	2018/18 2	Aquisição de serviços	03 020225	0			04	01/2018	12/2018			13 500	13 500				13 500			
02 211	2018/19	CIDADES AMIGAS DAS CRIANÇAS																		
02 211	2018/19 1	Aquisição de bens	03 020121	0			04	01/2018	12/2018			20 000	20 000				20 000			
02 211	2018/19 2	Aquisição de serviços	03 020225	0			04	01/2018	12/2018			80 000	80 000				80 000			
Totais do Programa 211:												0	3 533 120	3 533 120	0	77 700	43 500	0	0	3 654 320
02 220 SAÚDE																				
02 220	2017/31	Comparticipação na vacinação contra Rotavírus	04 020121	0			06	01/2017	12/2018	0		115 000	115 000				115 000			
02 220	2017/32	EVENTOS DE PROMOÇÃO A SAÚDE																		
02 220	2017/32 1	Aquisição de bens	04 020121	0			06	01/2017	12/2018	0		10 000	10 000				10 000			

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
					AC	AA	FC		Início	Fim			Anos seguintes							
													2018		2019 (e)	2020 (f)		2021 (g)	Outros (h)	
	Ator / N.º Ação												Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)						
													Total (b)=(c)+(d)							
02 FUNÇÕES SOCIAIS																				
02 220 SAÚDE																				
02 220	2017/32 2	Aquisição de serviços	04 020225	O			06	01/2017	12/2018	0		50 000	50 000				50 000			
02 220	2017/32 3	Publicidade	04 020217	O			06	01/2017	12/2018	0		3 000	3 000				3 000			
02 220	2017/32 4	Transporte	04 020210	O			06	01/2017	12/2018	0		5 000	5 000				5 000			
02 220	2017/32 5	Locação de bens	04 020208	O			06	01/2017	12/2018	0		10 000	10 000				10 000			
02 220	2017/33	BRAGA A. SORRIR																		
02 220	2017/33 1	Transferências correntes	04 040701	O			06	01/2017	12/2018	0		120 000	120 000				120 000			
02 220	2017/33 2	Locação de edifícios	04 020204	O			06	01/2017	12/2018	0		2 000	2 000				2 000			
Totais do Programa 220:												0	315 000	315 000	0	0	0	0	0	315 000
02 232 AÇÃO SOCIAL																				
APOIO À HABITAÇÃO																				
02 232	2017/15	Regime de Apoio Direto ao Arrendamento - RADA	0105 04080202	O			03	01/2017	12/2018	0		500 000	500 000				500 000			
02 232	2017/18	Contrato-Programa com a TUB, EM	0105 04010101	A			03	01/2017	12/2018			5 341 000	5 341 000				5 341 000			
02 232	2017/19	Contrato-Programa com a Bragahabit, EM	0105 04010101	A			03	01/2017	12/2018	0		1 100 000	1 100 000				1 100 000			
02 232	2017/21	AÇÃO SOCIAL ESCOLAR																		
02 232	2017/21 1	Participação na aquisição dos manuais escolares	03 04080202	O			03	01/2017	12/2018	0		60 000	60 000				60 000			
02 232	2017/21 2	Aquisição de manuais e materiais escolares	03 020120	O			03	01/2017	12/2018	0		140 000	140 000				140 000			
02 232	2017/21 3	School Bus	03 020210	O			04	01/2017	12/2018			80 000	80 000				80 000			
02 232	2017/21 4	Transporte - Braga Solidária	0105 020210	O			04	01/2017	12/2018			12 000	12 000				12 000			
02 232	2018/24	Transferência de capital - instituições sem fins lucrativos	0105 080701	A			03	01/2018	12/2018			200 000	200 000				200 000			
02 232	2018/25	Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos	0105 040701	A			03	01/2018	12/2018			200 000	200 000				200 000			
02 232	2018/26	Dinamização das atividades para a coesão social																		
02 232	2018/26 1	Aquisição de bens	0105 020121	O			03	01/2018	12/2018			10 000	10 000				10 000			
02 232	2018/26 2	Aquisição de serviços	0105 020225	O			03	01/2018	12/2018			140 000	140 000				140 000			
Totais do Programa 232:												0	7 783 000	7 783 000	0	0	0	0	0	7 783 000
02 242 ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO																				
URBANISMO																				
02 242	2017/22	Portal do Urbanismo e manual de boas práticas	06 020225	O		15	85	03	01/2017	12/2018		50 000	50 000				50 000			
02 242	2017/22 6	Bolsas de inovação e projeto	06 04080202	O			03	01/2017	12/2018			80 000	80 000				80 000			

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)					
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		2019 (e)	2020 (f)		2021 (g)	Outros (h)			
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)								
Ano / N.º Ação												(b)=(c)+(d)										
02 FUNÇÕES SOCIAIS																						
02 242 ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO																						
02 242	2017/22 8	Edição de livros	06 020225	0			02	01/2017	12/2018			15 000	15 000				15 000					
02 242	2017/22 9	Laboratório de descarbonização	06 020225	0	15	85	02	01/2017	12/2018			500 000	500 000				500 000					
02 242	2017/40	MOBILIDADE																				
02 242	2017/40 4	City-Mobilitet - Rede Urbact III	06 020225	0	15	85	03	01/2017	12/2018	0		6 000	6 000				6 000					
02 242	2017/41	REGENERAÇÃO URBANA																				
02 242	2017/41 2	Mercado Municipal																				
02 242	2017/41 2/2	Instalação do Mercado Municipal Provisório	07 020208	0			02	01/2017	12/2019			542 000	542 000				1 084 000					
02 242	2017/41 8	Prémio Municipal de arquitetura e Reabilitação Urbana	07 020225	0			02	01/2017	12/2018			57 380	57 380				57 380					
02 242	2017/41 9	Classificação das "Lojas Históricas"	07 020225	0			02	01/2017	12/2018			50 000	50 000				50 000					
02 242	2018/20	ORGANIZAÇÃO SEM 2018																				
02 242	2018/20 1	Aquisição de bens	07 020121	0			03	01/2018	12/2018			10 000	10 000				10 000					
02 242	2018/20 2	Aquisição de serviços	07 020225	0			03	01/2018	12/2018			20 000	20 000				20 000					
												Totais do Programa 242:	0	1 330 380	1 330 380	0	542 000	0	0	0	0	1 872 380
02 245 RESÍDUOS SÓLIDOS																						
02 245 2017/34 RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LIMPEZA URBANOS																						
02 245	2017/34 1	Contrato-Programa com a AGERE, EM	0102 04010101	0			03	01/2017	12/2018			3 000 000	5 000	2 995 000				3 000 000				
												Totais do Programa 245:	0	3 000 000	5 000	2 995 000	0	0	0	0	3 000 000	
02 246 PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA I FLORESTAR BRAGA																						
02 246	2018/28 1	Aquisição de serviços	0106 020225	0			03	01/2018	12/2018			3 500	3 500					3 500				
02 246	2018/28 2	Aquisição de bens	0106 020121	0			03	01/2018	12/2018			5 250	5 250					5 250				
02 246	2018/28 3	Transportes	0106 020210	0			03	01/2018	12/2018			1 500	1 500					1 500				
02 246	2018/30	Programa de Valorização Ambiental nas Freguesias	0106 020225	0			03	01/2018	12/2018			20 000	20 000					20 000				
02 246	2018/31	Hortas Urbanas	0106 020225	0			03	01/2018	12/2018			15 000	15 000					15 000				
02 246	2018/32	Limpeza e desobstrução de linhas de água	0106 020225	0			03	01/2018	12/2018			30 000	30 000					30 000				
02 246	2018/33	MONTE DO PICOTO																				
02 246	2018/33 1	Aquisição de serviços	0106 020225	0			03	01/2018	12/2018			20 000	20 000					20 000				
02 246	2018/33 2	Aquisição de bens	0106 020121	0			03	01/2018	12/2018			7 500	7 500					7 500				
02 246	2018/34	QUINTA PEDAGÓGICA																				

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		Anos seguintes				
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)		2021 (g)	Outros (h)
02																			
FUNÇÕES SOCIAIS																			
PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA I																			
02 246	2018/34 3	Aquisição de bens	0106 020121	0			03	01/2018	12/2018			5 000	5 000			5 000			
02 246	2018/34 4	Aquisição de serviços	0106 020225	0			03	01/2018	12/2018			15 000	15 000			15 000			
02 246	2018/34 5	Aquisição de materias-primas	0106 020101	0			03	01/2018	12/2018			20 000	20 000			20 000			
02 246	2018/35	Campanhas de sensibilização ambiental	0106 020121	0			03	01/2018	12/2018			10 000	10 000			10 000			
02 246	2018/37	OUTRAS INICIATIVAS DE CARATÉR AMBIENTAL																	
02 246	2018/37 1	Aquisição de serviços	0106 020225	0			03	01/2018	12/2018			1 500	1 500			1 500			
02 246	2018/37 2	Aquisição de bens	0106 020121	0			03	01/2018	12/2018			20 000	20 000			20 000			
02 246	2018/37 3	Transportes	0106 020210	0			03	01/2018	12/2018			2 500	2 500			2 500			
02 246	2018/37 4	Prémios	0106 020115	0			03	01/2018	12/2018			1 500	1 500			1 500			
Totais do Programa 246:												0	178 250	178 250	0	0	0	0	178 250
02 251																			
CULTURA																			
APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS																			
02 251	2017/25 1	Festas de S. João	05 040701	0			05	01/2017	12/2018	0		55 000	55 000			55 000			
02 251	2017/25 2	Solennidades da Semana Santa	05 040701	0			05	01/2017	12/2018	0		45 000	45 000			45 000			
02 251	2017/25 3	Apoio a diversas entidades no âmbito cultural	05 040701	0			05	01/2017	12/2018	0		1 000 000	1 000 000			1 000 000			
02 251	2017/25 4	Contrato-Programa com o Teatro Circo, EM	05 04010101	0			03	01/2017	12/2018	0		854 000	854 000			854 000			
02 251	2017/26	PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO CULTURAL																	
02 251	2017/26 1	Braga Romana - Reviver Bracara Augusta	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		150 000	150 000			150 000			
02 251	2017/26 2	Noite Branca	05 020225	0			03	01/2017	12/2018	0		300 000	300 000			300 000			
02 251	2017/26 3	Feira do Livro	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		60 000	60 000			60 000			
02 251	2017/26 4	MIMARTE - Festival de Teatro de Braga	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		20 000	20 000			20 000			
02 251	2017/26 5	Braga Barroca	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		62 000	62 000			62 000			
02 251	2017/26 6	Vauderville Rendez-Vous	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		40 000	40 000			40 000			
02 251	2017/26 7	Festival Internacional de Folclore	05 020225	0		15	05	01/2017	12/2018	0		20 000	20 000			20 000			
02 251	2017/26 8	Dias de Festa no Parque	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		30 000	30 000			30 000			
02 251	2017/26 9	Agenda Cultural	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		20 000	20 000			20 000			
02 251	2017/26 10	Festival para Gente Sentada	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		65 000	65 000			65 000			
02 251	2017/26 11	Braga com Jazz	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		25 000	25 000			25 000			
02 251	2017/26 12	B de Dança	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		20 000	20 000			20 000			
02 251	2017/26 13	Braga é Natal	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		162 250	162 250			162 250			

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)		
													Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)						Financiam. não definido (d)	
02 FUNÇÕES SOCIAIS																					
02 251 CULTURA																					
02 251	2017/26 14	Braga Media Arts	05 020225	0			05	01/2017	12/2018			86 000	86 000				86 000				
02 251	2017/26 15	Edição de livros	05 020225	0			02	01/2017	12/2018			25 000	25 000				25 000				
02 251	2017/26 16	Braga Capital Europeia da Cultura - preparação da candidatura	05 020225	0			05	01/2017	12/2018			96 000	96 000				96 000				
02 251	2017/26 17	Locação de bens	05 020208	0			05	01/2017	12/2018			200 000	200 000				200 000				
02 251	2017/26 18	OUTROS EVENTOS CULTURAI																			
02 251	2017/26 18/1	Aquisição de serviços	05 020225	0			05	01/2017	12/2018	0		900 000	900 000				900 000				
02 251	2017/26 18/2	Aquisição de bens	05 020121	0			05	01/2017	12/2018	0		14 000	14 000				14 000				
02 251	2017/26 18/3	Atribuição de prémios	05 020115	0			05	01/2017	12/2018	0		26 000	26 000				26 000				
Totais do Programa 251:												0	4 275 250	4 275 250	0	0	0	0	0	0	4 275 250
02 252 DESPORTO, RECREIO E LAZER																					
02 252	2016/13	REALIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E BENEF. DOS EDIFÍCIOS DESPORTIVOS																			
02 252	2016/13 16	CONSERVAÇÃO, BENEFICIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS																			
02 252	2016/13 16/2	Vigilância e salvamento nas piscinas municipais	04 020220	0			06	01/2016	12/2019	0		186 550	186 550	57 400			243 950				
02 252	2016/13 16/3	Manutenção das piscinas municipais	04 020121	0			06	01/2016	12/2018	0		22 500	22 500				22 500				
02 252	2017/28	APOIO A ATIVIDADES DESPORTIVOS																			
02 252	2017/28 2	Contratos-Programa de desenvolvimento desportivo	04 040701	0			06	01/2017	12/2018	0		1 200 000	1 200 000				1 200 000				
02 252	2017/28 3	Programa de remodelação dos equipamentos desportivos (SGEB)	04 020208	0			06	01/2017	12/2018	0		6 000 000	3 000 000	3 000 000			6 000 000				
02 252	2017/28 4	Outras transferências no âmbito desportivo	04 040701	0			06	01/2017	12/2018	0		50 000	50 000				50 000				
02 252	2017/28 5	Aquisição de serviços	04 020225	0			06	01/2017	12/2018			220 000	220 000				220 000				
02 252	2017/28 6	Aquisição de bens	04 020121	0			06	01/2017	12/2018			45 000	45 000				45 000				
02 252	2017/28 7	Publicidade	04 020217	0			06	01/2017	12/2018			20 000	20 000				20 000				
02 252	2017/28 8	Transporte	04 020210	0			06	01/2017	12/2018			20 000	20 000				20 000				
02 252	2017/29	PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DESPORTIVA																			
02 252	2017/29 6	FÉRIAS DE VERÃO E FÉRIAS EM GRANDE																			
02 252	2017/29 6/1	Transporte	04 020210	0			06	01/2017	12/2018	0		10 000	10 000				10 000				
02 252	2017/29 6/2	Aquisição de bens	04 020121	0			06	01/2017	12/2018	0		10 000	10 000				10 000				
02 252	2017/29 6/3	Aquisição de serviços	04 020225	0			06	01/2017	12/2018	0		5 000	5 000				5 000				
02 252	2017/29 6/4	Publicidade	04 020217	0			06	01/2017	12/2018			2 000	2 000				2 000				

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		Anos seguintes					
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)		2021 (g)	Outros (h)	
02 FUNÇÕES SOCIAIS																				
02 252 DESPORTO, RECREIO E LAZER																				
02 252 SEMANA DA JUVENTUDE - DIA INTERNACIONAL DA JUVENTUDE																				
02 252	2017/29 9		04 020121	0			06	01/2017	12/2018	0		5 000	5 000			5 000				
02 252	2017/29 9/1	Aquisição de bens	04 020225	0			06	01/2017	12/2018	0		25 000	25 000			25 000				
02 252	2017/29 9/2	Aquisição de serviços	04 020217	0			06	01/2017	12/2018			2 000	2 000			2 000				
02 252	2017/29 9/3	Publicidade																		
02 252 PROGRAMA OCUPACIONAL JOVENS VERÃO																				
02 252	2017/29 15		04 040701	0			06	01/2017	12/2018	0		20 000	20 000			20 000				
02 252	2017/29 15/1	Transferências correntes	04 020225	0			06	01/2017	12/2018	0		3 000	3 000			3 000				
02 252	2017/29 15/2	Aquisição de serviços	04 020225	0			15	85	03	01/2017	12/2018	55 000	55 000			55 000				
02 252	2017/29 18	Boosting Social Innovation																		
02 252 OUTROS EVENTOS DESPORTIVOS																				
02 252	2017/29 19		04 020121	0			06	01/2017	12/2018	0		30 000	30 000			30 000				
02 252	2017/29 19/1	Aquisição de bens	04 020225	0			06	01/2017	12/2019	0		161 000	161 000	5 000		166 000				
02 252	2017/29 19/2	Aquisição de serviços	04 020217	0			06	01/2017	12/2018	0		25 000	25 000			25 000				
02 252	2017/29 19/3	Publicidade	04 020210	0			06	01/2017	12/2018	0		45 000	45 000			45 000				
02 252	2017/29 19/4	Transporte	04 020115	0			06	01/2017	12/2018	0		40 000	40 000			40 000				
02 252	2017/29 19/5	Atribuição de prémios	04 020213	0			06	01/2017	12/2018	0		115 000	115 000			115 000				
02 252	2017/29 19/6	Deslocações e estadas	04 020215	0			06	01/2017	12/2018	0		3 000	3 000			3 000				
02 252	2017/29 19/7	Formação	04 020208	0			06	01/2017	12/2020	0		3 840	3 840	1 000		5 840				
02 252	2017/29 19/8	Locação de bens	04 020218	0			06	01/2017	12/2018	0		30 000	30 000			30 000				
02 252	2017/29 19/9	Vigilância e segurança	04 020225	0			06	01/2017	12/2018	0		100 000	100 000			100 000				
02 252	2017/29 19/10	Merchandising	04 020120	0			06	01/2017	12/2018			50 000	50 000			50 000				
02 252	2017/29 19/11	Aquisição de material desportivo																		
02 252 CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO																				
02 252	2018/21 1		04 040701	0			06	01/2018	12/2018			917 000	917 000			917 000				
02 252	2018/21 1	Orçamento Participativo	04 040701	0			06	01/2018	12/2018			75 000	75 000			75 000				
02 252	2018/21 2	Tu Decides - Orçamento Participativo Jovem	04 040701	0			06	01/2018	12/2018			100 000	100 000			100 000				
02 252	2018/21 3	Orçamento Participativo Escolar	04 020217	0			06	01/2018	12/2018			3 000	3 000			3 000				
02 252	2018/21 4	Publicidade																		
Totais do Programa 252:												0	9 598 890	6 598 890	3 000 000	63 400	1 000	0	0	9 663 290
Totais do Objetivo 02:												0	30 013 890	24 018 890	5 995 000	683 100	44 500	0	0	30 741 490

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj./Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)										
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018														
													Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)			Anos seguintes		Outros (h)							
03	03 320	03 320 2017/16 1	0102 020225	O	03	01/2017	12/2020	0	03	01/2017	12/2020	0	2 700 000	1 700 000	1 000 000	2 700 000	2 700 000	2 700 000	2 700 000		2 700 000	0	0	0	8 100 000		
FUNÇÕES ECONÓMICAS																											
INDÚSTRIA E ENERGIA																											
GESTÃO ENERGÉTICA																											
Iluminação Pública																											
TURISMO																											
03 342	2018/12	Parque do Campismo		O	03	01/2018	12/2018	0	03	01/2018	12/2018	0	5 000	5 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5 000	
03 342	2018/12	Aquisição de serviços		O	03	01/2018	12/2018	0	03	01/2018	12/2018	0	5 000	5 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5 000
03 342	2018/12	Aquisição de bens		O	03	01/2018	12/2018	0	03	01/2018	12/2018	0	17 500	17 500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17 500
03 342	2018/29	Promoção e Dinamização Turística		O	03	01/2018	12/2018	0	03	01/2018	12/2018	0	25 500	25 500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25 500
03 342	2018/29	Aquisição de bens		O	03	01/2018	12/2018	0	03	01/2018	12/2018	0	53 000	53 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	53 000
Totais do Programa 320:																											
Totais do Programa 342:																											
OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS																											
03 35	2017/4	Contrato programa com a IB - Agência para a dinamização económica, EM		A	03	01/2017	12/2018	0	03	01/2017	12/2018	0	339 334	339 334	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	339 334
03 35	2017/30	Apoio à dinamização do comércio local		O	03	01/2017	12/2018	0	03	01/2017	12/2018	0	236 000	236 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	236 000
03 35	2018/36	Aquisição de serviços para a dinamização da atividade económica		O	03	01/2018	12/2018	0	03	01/2018	12/2018	0	500 000	500 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	500 000
Totais do Programa 35:																											
Totais do Objetivo 03:																											
OUTRAS FUNÇÕES																											
OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA																											
04 410	2017/3	Fundo Apoio Municipal		A	03	01/2017	12/2021	0	03	01/2017	12/2021	0	556 498	556 498	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	556 498
04 410	2017/17	Fundo de eficiência energética		A	03	01/2017	12/2021	0	03	01/2017	12/2021	0	70 000	70 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	70 000
Totais do Programa 410:																											
TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																											
04 420	2017/5	Transferências correntes - Freguesias - acordos de execução		A	03	01/2017	12/2018	0	03	01/2017	12/2018	0	2 500 000	2 500 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 500 000
04 420	2017/6	Transferências de capital - Freguesias - Delegação de competências		A	03	01/2017	12/2018	0	03	01/2017	12/2018	0	4 000 000	4 000 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4 000 000
04 420	2017/7	Transferências correntes - Freguesias - Apoio Financeiro		A	03	01/2017	12/2018	0	03	01/2017	12/2018	0	150 000	150 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	150 000

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj/Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mes/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)							
					AC	AA	FC		Início	Fim			2018		2019 (e)	Anos seguintes									
													Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)						
04		OUTRAS FUNÇÕES																							
04	420	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																							
04	420	Transferências de capital - Freguesias - Apoio Financeiro	0102 0805010201 A				03	01/2017	12/2018	0		2 200 000	2 200 000							2 200 000					
												Totais do Programa 420:													
												Totais do Objetivo 04:													
												Total Geral:					0	45 334 232	38 339 232	6 995 000	5 203 818	4 152 218	636 498	10 000	55 336 766

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

**7. PLANO DE INVESTIMENTOS NAS FREGUESIAS POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
2018-2021**

Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021

Adaúfe

Rua do Barreiro

Rua do Souto

Rua dos Capelas

Rua dos Moleiros / Rua do Pinheiro

Parque de estacionamento da praia fluvial

Rua Nossa Senhora de Fátima

Ampliação do Cemitério

Rua 25 de Abril - 2ª Fase

Rua do Bom Sucesso

Balneários do G.D. Adaúfe

Rua do Corgo

Vielas do Monte Soeiro

Rua de Moinhos

Rua dos Quatro Caminhos

Parque infantil da Aldeia do Rio

Acessos ao Campo de Futebol

Instalações de apoio à praia fluvial

Requalificação de arruamentos em terra batida

Arentim e Cunha

Abertura e realização de rua desde a calçada da Pessa até à rua de Beirão (junto à ETAR, em Cunha)

Execução da 2ª fase da requalificação da rua do Assento até à rua dos Marcos (em Arentim)

Requalificação do pavimento desde a rua da Lama, rua da Levegada até à rua Cal (em Cunha)

Alargamento do caminho da Caínha e pavimentação parcial (em Arentim)

Requalificação do pavimento desde a rua da Cal até à rua das Eiras (em Cunha)

Requalificação da rua 25 de Abril (em Arentim).

Alargamento e pavimentação da rua do Monte (em Cunha)

Alargamento e pavimentação da calçada dos Moinhos (em Arentim)

Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021	
	Pavimentação da calçada do Passô (em Cunha)
	Requalificação da calçada do Fiteiro (em Arentim)
	Pavimentação do caminho da Vinha (em Cunha)
	Requalificação dos Balneários e Ringue do Polidesportivo (em Arentim)
	Construção de passeio e resguardo para o acesso à paragem de autocarro na av. da Liberdade (em Arentim)
	Requalificação da rua do Monte de Baixo (em Arentim)
	Construção de passeio com corrimão na rua do Alto do Soutinho, que liga Arentim a Cunha
	Requalificação do caminho da Barroca (em Arentim)
Cabreiros e Passos (S. Julião)	
	Ampliação dos balneários do campo de futebol
	Requalificação da sede da Junta de Freguesia
	Ampliação do Cemitério de Passos (S. Julião)
	Requalificação da estrada principal de Passos (S. Julião), entre a EN 103 e Bastuço
	Repavimentação da via Passal, Fijô e Lardoeira
	Requalificação da via entre a Rua das Corgas e a Rua da Sacota (EN 103) – 2ª fase
	Alargamento da Rua da Veiga (entre o campo de futebol e Semelhe)
	Arranjo urbanístico do Largo da Capela
	Requalificação do edifício do Jardim-de-Infância (Cabreiros)
	Pavimentação da Travessa das Piscinas
	Repavimentação da Rua da Seara
	Repavimentação da Calçada do Souto
	Pavimentação parcial da Rua do Emigrante
Cabreiros e Passos (S. Julião)	
	Requalificação da Rua Vale do Labriosque
	Arranjo do largo junto à Fonte dos Paulinhos
	Melhoria da via pedonal Escadinhas - Nabiças
	Requalificação da Rua 1º de Maio
Celeirós, Aveleda e Vimieiro	

Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021

	Rua Nova e Sol Nascente – repavimentação e passeios (Celeirós)
	Rua da Lamela – pavimentação (Celeirós)
	Rua da Cachada – repavimentação e passeios (Celeirós)
	Rua da Sofia – repavimentação (Celeirós)
	Passeios junto ao lar de idosos (Celeirós)
	Rua do Outeiro – repavimentação (Celeirós)
	Acesso pedonal entre a rua Comendador Padre Vaz Pinto e a rua de Andrias (Celeirós)
	Travessa de S. Lourenço – repavimentação e ligeiras rectificações na largura (Celeirós)
	Av. Ponte das Traves – requalificação (Celeirós)
	Rua de Cistos – pavimentação (Vimieiro)
	Rua de Macada – repavimentação e águas pluviais (Vimieiro)
	Rua Monte Reboredo – repavimentação e águas pluviais (Vimieiro)
	Rua da Agra - alargamento (Vimieiro)
	Av. de Santa Ana – retificação em zonas pontuais, passeios e águas pluviais (Vimieiro)
	Rua do Fontanário – pavimentação e águas pluviais (Vimieiro)
	Rua do Picoto – repavimentação e águas pluviais (Vimieiro)
	Rua da Cachada – retificação (Vimieiro)
	Rua da Fonte – pavimentação e águas pluviais (Vimieiro)
	Rua do Barreiro – pavimentação e águas pluviais (Vimieiro)
	Rua do Pinheiro – pavimentação (Vimieiro)
	Av. de S. Bento – Repavimentação parcial (Vimieiro)
	Rua da Cachada – repavimentação (Vimieiro)
	Ringue das Granjas – requalificação (Vimieiro)
	Rua dos Castanheiros – alargamento, passeios, águas pluviais e repavimentação (Aveleda)
	Rua Nova do Noval – passeios, águas pluviais e repavimentação (Aveleda)
	Rua das Mimosas (Aveleda)
	Travessa de Gaião - ligeira retificação (Aveleda)
	Rua de Louredo – repavimentação e águas pluviais (Aveleda)

Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021

	Rua de Gondufe – repavimentação (Aveleda)
	Rua da Lage – repavimentação (Aveleda)
	Calçada de Gondufe – alargamento, águas pluviais e pavimentação (Aveleda)
	Edifício sede da Junta – reparações (Aveleda)
Crespos e Pousada	
	Polidesportivo – Pousada
	Rua de Cortinhas à Praia Fluvial do Cavadinho - Alargamento, muros suporte, água pluviais e pavimentação
	Rua de Portas a Cortinhas
	Rua da Levandeira - alargamento
	Travessa da Cruz - Geira
	Travessa Lata de Ombra - alargamento e pavimentação
	Rua da Cruz
Escudeiros e Penso (Sto. Estevão e S. Vicente)	
	Requalificação e pavimentação da Rua dos Visos (Escudeiros)
	Requalificação da Rua da Igreja (Escudeiros)
	Repavimentação da Rua das Pedrosas (Escudeiros)
	Alargamento e repavimentação da Rua da Escola (Escudeiros)
	Alargamento e repavimentação da Rua de Torneiros (Escudeiros)
	Alargamento e repavimentação da Rua da Longra (Escudeiros)
	Alargamento e repavimentação da Travessa das Quebradas (Escudeiros)
	Reconstrução de muro na Rua da Seara (Escudeiros)
	Repavimentação da Rua de Pousada (Escudeiros)
	Alargamento e repavimentação da Rua das Alminhas – 2ª Fase (Penso Sto. Estevão)
	Repavimentação da Travessa da Varziela (Penso Sto. Estevão)
	Requalificação da Rua de Mesão Frio (Penso Sto. Estevão)
	Alargamento e repavimentação da Rua dos Pardieiros até à Rua do Assento, com construção de parque de estacionamento (Penso Sto. Estevão)
	Alargamento da Rua de Rio Mau (Penso Sto. Estevão)

Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021

2.ª fase da rotunda do Cifão com Rua da Poça e Rua Entre-Águas (Penso S. Vicente)

Alargamento e repavimentação da Rua do Feijó e Rua do Souto Novo (Penso S. Vicente)

Instalação de águas pluviais na Rua de Carcavelos (Penso S. Vicente)

Abertura de via desde a Rua de Torneiros até Guisande (Penso S. Vicente)

Alargamento da Travessa de Penso (Penso S. Vicente)

Espinho

Rua da Devesa a Cristo Rei

Beneficiação cemitério "parte antiga"

Pavimentação da Rua S. António

Construção de equipamento de "Ringue Multidesportivo"

Remodelação do actual edifício da Junta de Freguesia para colocar ao serviço das colectividades

Área de Lazer e Parque de Merendas na zona de S. António

Criação de parque infantil e manutenção física, junto à "Escola da Costa"

Recuperação dos tanques e lavadouros públicos

Pavimentação e águas pluviais na Rua de Gatão à Aldeia Nova

Pavimentação e alargamento da Rua da Cachada

Pavimentação e alargamento da Rua S. Martinho

Pavimentação da Rua da Cruz

Pavimentação e águas pluviais da Rua do Carvalho do Monte

Alargamento e pavimentação da Rua de Soutelo

Esporões

Requalificação da Junta de Freguesia

Requalificação do cemitério (abrir acessos)

Campo de futebol 10 de outubro

Travessa do Carvalhal

Parque de lazer das Boucinhas

Prolongamento e pavimentação da Rua dos Milagres

Criação da Rua dos Soutulhos

Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021

Este (S. Pedro e S. Mamede)

Requalificação do Largo do Pidre, Este S. Mamede

Parque Infantil de Este S. Pedro e requalificação do espaço envolvente (próximo à Junta de Freguesia)

Parque Infantil em Este S. Mamede

Rua da Nascente do Rio Este

Requalificação da zona envolvente à nascente do Rio Este

Rua do Outeiro em Este S. Mamede

Pontão da Rua do Pregal em Este S. Mamede

Rua Capitão Faria de Araújo em Este S. Pedro

Requalificação do Piso da Rua de S. Pedro

Pavimentação da Travessa das Ladaínhas

Ferreiros e Gondizalves

Requalificação da Av. de Santo André – Gondizalves

Requalificação da Rua Fernando Dias Pereira, 2.ª fase – Ferreiros

Requalificação e alargamento da Rua Francisco Gomes Lopes – Ferreiros

Requalificação e alargamento do Caminho de Baixo – Ferreiros

Requalificação da Urbanização Satélite – Ferreiros

Alargamento do cemitério de Gondizalves

Requalificação e alargamento do Caminho da Veiga – Gondizalves

Acesso ao Centro Social da Paróquia de Ferreiros

Figueiredo

Requalificação do cemitério

Coletor águas pluviais na Travessa São Brás

Coletor águas pluviais na Travessa do Bairro

Coletor águas pluviais rua do Forno

Requalificação do parque de lazer do Ribeiro dos Prados

Alargamento, estruturas e pavimentação da Travessa das Pedreiras

Criação de espaço cultural com remodelação do ringue escolar

	Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021
	Retificação de piso da Rua São Miguel
	Auditório na Sede da Junta de Freguesia
	Pavimentação da Rua Nossa Senhora de Fátima e requalificação dos escadórios
	Construção de parque de estacionamento junto à Igreja Paroquial
Gualtar	
	Campo de Futebol
	Execução da ligação viária entre a Rua João Nascimento dos Santos (Centro de Saúde) e a Rua José Antunes Guimarães
	Cais de embarque e desembarque na Escola EB 2/3
	Águas pluviais em falta em toda a extensão da Rua do Bairro Novo e na zona poente da Rua José Antunes Guimarães
Guisande e Oliveira S. Pedro	
	Novo arruamento de acesso ao parque desportivo (Guisande)
	Ruas das Agradas (Guisande)
	Rua de Barrimau (Guisande)
	Rua do Souto (Guisande)
	Arranjo urbanístico no cruzeiro junto à Igreja (Guisande)
	Requalificação dos antigos balneários - criação de salão polivalente (Guisande)
	Rua do Termo à Rua de Oliveira (Oliveira S. Pedro)
	Reparação de pavimento na Rua do Marco (Oliveira S. Pedro)
	Correcção das curvas na Rua da Volta do Carro (Oliveira S. Pedro)
	Rua da Cangosta (Oliveira S. Pedro)
Guisande e Oliveira S. Pedro	
	Rua das Póvoas - pavimentação (Oliveira S. Pedro)
	Rua da Igreja - alargamento (Oliveira S. Pedro)
Lamas	
	Ponte sobre o rio Ledo ou da Veiga
	Jardim de Infância - Requalificação da parede lado Sul e zona do recreio
	Requalificação dos balneários e do bar do parque desportivo
	Rua da Fontela - Reparação/consolidação

	Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021
	Requalificação dos Fontanários
	Parque radical e de lazer da Bouça do Paço
Lomar e Arcos (S. Paio)	
	Rua dos Presidentes
	Alargamento e pavimentação da ligação da Rua do Outeiro em Arcos à rua Vila Nova em Nogueira
	Arranjo do largo da Praceta de Custóias
	Parque infantil na Alameda Alberto Madureira
	Parque infantil na Rua Ponte Pedrinha, junto ao rio
	Arranjo da Rua do Cruzeiro
	Águas pluviais - Rua Dr. Pedro Carvalho
	Alargamento da Rua Padre Ramiro
Merelim (S. Paio), Panóias e Parada de Tibães	
	Ampliação do cemitério de Parada de Tibães
	Requalificação do Largo de S. Roque em Merelim S. Paio
	Requalificação/repavimentação da EM 564
	Colocação de rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida no cemitério de Merelim S. Paio
	Criação de uma zona de estacionamento na rua das flores em Merelim S. Paio
	Requalificação do caminho da Veiga em Merelim S. Paio
	Construção de balneários no campo de futebol em Parada de Tibães
	Correção de águas pluviais em várias ruas
	Melhoramentos no piso em algumas urbanizações que se encontram bastante degradados
Merelim (S. Pedro) e Frossos	
	Auditório/salão de convívio em Frossos - 2ª fase da ampliação do edifício da Junta
	Requalificação da sede da Junta – Merelim (S. Pedro)
	Remodelação dos balneários e cobertura da bancada do campo de futebol de Frossos
	Cobertura do terraço do pavilhão de Merelim (S. Pedro)
	Alargamento e pavimentação da Rua António José Ribeiro (acesso à Igreja de S. Pedro)

Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021

	Alargamento e pavimentação da Rua Felgueiras e pavimentação da Rua da Goja
	Alargamento e pavimentação da entrada da Rua Trás as Bouças (acesso ao Parque de Gerizes)
	Alargamento e pavimentação da Rua da Saudade (acesso à igreja junto ao cemitério)
	Alargamento e pavimentação do Caminho do Poço Negro
	Entrada de acesso ao Parque da Igreja de Merelim
	Alargamento e pavimentação da Rua da Nora (acesso ao Parque de Gerizes)
	Pavimentação da Rua da Quinta do Carreiro (entre a EN 201 e a rotunda da ETAR)
	Águas pluviais da Rua de Felgueiras
Mire Tibães	
	Novo edifício Sede da Junta de Freguesia
	Parque de Lazer no Monte de S. Gens
	Requalificação da zona envolvente à capela de S. Filipe
	Pavimentação entre o Arco da Calçada do Mosteiro e o Monte de S. Gens
	Alargamento e pavimentação da Rua da Lomba e Rua dos Verdes
	Requalificação de diversos arruamentos
Morreira e Trandeiras	
	Requalificação Sede Junta Freguesia Morreira
	Requalificação da sede da Junta de Trandeiras
	Repavimentação da Rua José Duarte até Lamas - Trandeiras
	Requalificação da Rua do Jogo - Morreira
	Requalificação do Tanque do Souto - Trandeiras
	Requalificação dos balneários do Pavilhão - Morreira
	Requalificação do fontanário do Palácio -Trandeiras
	Requalificação e alargamento da Travessa da Resteva - Morreira
	Requalificação da Travessa do Monte - Trandeiras
	Requalificação da Ligação da Rua José Gomes Ferreira - Trandeiras
	Requalificação da Rua Bouça das Valas - Morreira
	Rua de Cabo de vila - Morreira

Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021

	Rua Nova de Leitões - Morreira
	Requalificação da Rua de Barreiros – E.N. 101 - Morreira
	Requalificação do ringue de Trandeiras
	Requalificação Rua da Varziela - Trandeiras
	Travessa do Outão - Trandeiras
	Ligação Rua do Gaio à Rua Costa do Gaio - Morreira.
Nogueira, Fraião e Lamações	
	Requalificação do Edifício-Sede em Nogueira
	Requalificação do edifício do Polo 1 em Fraião
	Estacionamento e Adro da Igreja de Nogueira
	CAL - Centro de Atividades de Lamações
	Requalificação do Bar e Balneários da Piscina de Nogueira
	Requalificação/Criação dos Balneários do Parque de Jogos da Caseta
	Requalificação do Bar VivoLocal (Lamações)
	Substituição de Passeios
	Ruas do Bairro, Agrinha e Pinheiro (Nogueira)
	Ruas de Penelas e Lage (Nogueira)
	Ruas de Abril, Gil Eanes e João Braga (Nogueira)
	Ruas do Espírito Santo, Antero de Figueiredo e da Caseta (Nogueira)
	Rua Quinta da Facha (Nogueira)
	Rua da Boavista (Fraião)
	Rua da Fonte Seca (Fraião)
	Rua da Via Cova (Lamações)
	Rua da Glória (Lamações)
	Rua do Outeiro (Lamações)
	Rua da Escola (Lamações)
	Rua da Eira Vedra (Lamações)
	Parque Geriátrico do Pregal (Nogueira)

Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021

	Parque Infantil do Bairro 1.º de Dezembro (Nogueira)
	Parque Infantil Av. António Palha (Lamações)
Nogueira, Fraião e Lamações	
	Parque Lazer do Pavilhão Gimnodesportivo (Lamações)
	Parque de Lazer da Torre (Lamações)
Nogueiró e Tenões	
	Ampliação do Adro e Parque de Estacionamento da Igreja de Nogueiró
	Requalificação do Parque Desportivo
	Recuo do muro da EB1/JI de Nogueiró
	Requalificação do Campo de Jogos da EB1/JI de Tenões
	Pavimentação do Ringue de Tenões
	Rua Luís António Correia
	Conclusão do alargamento do acesso à Casa Mortuária de Tenões
Padim da Graça	
	Requalificação do Largo da Srª. da Graça e Sr. da Fonte
	Remoção do Separador Central da Rua da Igreja.
	Requalificação do Largo de Nogueiredo – Homenagem aos Emigrantes
	Requalificação da Rua Manuel Soares Coelho - Homenagem aos Ex-Combatentes
	Construção de parque fitness + Parque Infantil – zona de Lazer Quintalejo
	Requalificar o edifício centro de dia para creche
	Requalificar o Largo de Sarrido. Parque de Merendas
	Requalificar os tanques do Alto do Monte, Vilar e Fontes de Aires
	Requalificar a Fonte da Citânia
	Construção de Parque Fitness p/ prática de Workout - Terreno Fontes Aires
Palmeira	
	Rua da Igreja
	Rua do Rio
	Rua da Portela

Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021

	Travessa do Outeiro/Vista Alegre
	Rotunda (Cruzamento da Rua Paço de Palmeira com a Rua dos Restauradores)
	Rua da Carvalheira
	Rua do Assento
Pedralva	
	Pavimentação da Rua de Bustelos
	Pavimentação Av. Gulmeira
	Curvas de Ranhó
	Balneários da Grupo Desportivo de Pedralva
	Pavimentação da Rua do Espírito Santo
	Repavimentação da rua da Regadas e da rua António Machado
	Espaço de lazer da Poça do Rio
	Rua de Curros
Priscos	
	Rua de Borreiros - alargamento e pavimentação
	Rua do Pombal/Rua Pe. Custodio Pinto/Rua de Ossada (ETAR/AGERE)
	Caminho da Mana
	Requalificação do espaço exterior ao Cemitério - 3ª fase
	Travessa de Outeiro - pavimentação
	Rua do Marco - repavimentação
	Loteamento Quinta das Rosas - obras de conservação
Priscos	
	Parque infantil - Loteamento Quinta das Rosas/Loteamento Tanque de Pedra
	Parque infantil e obras de conservação - Loteamento do Pinheiral
Real, Dume e Semelhe	
	Construção de Casa Mortuária (Real)
	Regularização do piso da Rua Artesãos de Real, Senhor Bom Sucesso (+ coletor águas pluviais) e Rua de Tourido (Real)
	Construção de gavetões e espaço para depósito de cremações no cemitério de Real

Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021

	Requalificação da secretaria, lavandaria e sede do Campo de Jogos de Real
	Recuperação dos passeios na Rua António Alves, Rua de Tourido e nova arborização (zona Barral) (Real)
	Construção da estrada de ligação da Depuradora ao Barral (Real)
	Requalificação da rotunda de Real, junto às escolas (iluminação, jardim, e colocação de uma escultura em homenagem aos artesãos de Real)
	Colocação de piso na Travessa do Gontijo (Dume)
	Repavimentação do piso da Rua António Alves Rei (Dume)
	Reparação do piso da Rua do Carvalho e Rua Nova de Carvalho (Dume)
	Requalificação do cemitério que inclui construção de gavetões, passeios e cobertura (Dume)
	Reparação passeios no Loteamento da Cachada, na av. Valério Pinto Sá e Largo S. Sebastião (Dume)
	Arranjo do espaço verde no cruzamento da Avenida de Sobremoure com a rua José da Silva Braga (Dume)
	Reparação de piso Rua José da Silva Braga e Cordeiro (Dume)
	Recuperação da ponte de Remelhe e logradouro (Dume)
	Instalação de coletor de águas pluviais na Travessa Espessande (Dume)
	Espaço verde N ^o Sr ^o do Monte (Dume)
	Recuperação de passeios existentes na Rua N ^o Sr ^o da Purificação e Rua da Paz (Semelhe)
	Arranjo do piso da Rua do Barral e muros de suporte – via com piso irregular e com alguma área mural danificada (Semelhe)
	Melhoramento do sistema de climatização do salão da Junta (Semelhe)
	Instalação de coletor de saneamento desde a Rua do Monte até à Rua de Adregães (Semelhe)
	Construção de parque de estacionamento em frente ao Parque de Lazer de Santa Leocádia (Semelhe)
	Requalificação do cemitério com construção de cobertura (Semelhe)
	Alargamento e pavimentação do caminho de ligação da Travessa de St ^a . Leocádia a Sequeira (Semelhe)
	Repavimentação da Rua do Carvalho (Semelhe)
	Repavimentação a Rua S. João Batista (Semelhe)
	Criação de uma zona de estacionamento em frente à Junta de Freguesia (Semelhe)
Ruilhe	
	Retificação do traçado da Rua das Lagarteiras (Junto à EB1)
	Rebaixamento das Lombas EM 562
	Requalificação do Carreiro de Carcavelos

Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021

	Casa Mortuária
	Parque Estacionamento, rua de acesso e Nova Sede de Junta
	Requalificação Rua de Ruílhe
	Requalificação Travessa de Pecelar
	Requalificação Travessa António Peixoto de Almeida
	Requalificação Rua Alto da Amarela
	Requalificação Travessa das Alminhas
	Requalificação Rua do Engenho
	Requalificação da rotunda estrada das Lagarteiras
	Requalificação da Rua Principal (EM 5621 e CM 1304)
Sta. Lucrecia de Algeriz e Navarra	
	Rua da Quintela - 3ª fase (Sta. Lucrecia)
	Requalificação da Rua do Bárrio (Sta. Lucrecia)
	Requalificação da Rua das Boucinhas (Sta. Lucrecia)
	Caminho das Antas (Sta. Lucrecia)
	Requalificação da Rua da Pia (Sta. Lucrecia)
	Repavimentação da Rua do Sapateiro (Navarra)
	Rua da Costa - repavimentação e águas pluviais (Sta. Lucrecia)
	Requalificação da Rua da Poça (Navarra)
	Repavimentação da Travessa Dr. Domingos Soares (Navarra)
	Avenida Dr. Domingos Soares - reforço pavimento (Navarra)
	Requalificação do Ringue Desportivo (Navarra)
	Construção de um parque infantil (Sta Lucrecia)
Sequeira	
	Criação de Parque de Merendas
	Pavimentação Praceta das Minas
	Requalificação e reordenamento parque estacionamento junto ao Campo da Granja
	Alargamento e Pavimentação Rua Penedo da Cruz

	Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021
	Arranjo urbanístico largo da junta e alargamento Rua da Escola
	Requalificação Rua do Pedregal e Rua de Trás o Rio
	Renovação de Fontanários e Tanques Públicos
	Bar de apoio ao Edifício Multiusos
	Requalificação do Cemitério "antigo" (rampas acesso aos pisos inferiores)
Sobreposta	
	Águas pluviais na Rua Senhora da Conceição e Rua do Alto do Pedregal
	Acesso a deficientes na Piscina Municipal e melhoramento do edifício de apoio
	Alargamento e pavimentação da Rua da Carpintaria
	Requalificação Rua da Piscina, incluindo parque de estacionamento
	Auditório, 1.ª e 2.ª fase
	Requalificação do Parque de estacionamento da igreja
	Salão polivalente
	Requalificação da Rua e Travessa da Vinha
	Requalificação da capela de São Tomé
	Repavimentação da Rua do Outeiro e Travessa do Outeiro
	Ligação da Rua do Outeiro à Rua de Bouçós
Tadim	
	Implementação de áreas ajardinadas nas Ruas das Agradas e dos Talhos
	Arranjo urbanístico no lugar do Bairro
	Parque infantil na Rua das tomadas e intervenção no parque infantil instalado na Rua Padre António Cruz
	Requalificação/intervenção no ringue e balneários junto ao parque de merendas
	Arranjo do piso da EM 562
	Águas pluviais nas Ruas de Monte Novo e Soutelo
	Requalificação de passeios e repavimentação da Av. Dr. Domingos Braga da Cruz
	Obras de conservação da casa mortuária
	Instalações sanitárias de apoio ao cemitério
Tebosa	

Plano de Investimentos nas Freguesias por delegação de competências 2018-2021

	Repavimentação da Rua de Rossas e Laião
	Repavimentação da Travessa da Igreja
	Intervenção urbanística na Avenida da Igreja, junto ao cemitério (criação de zonas verdes, passeios e uma área de estacionamento)
	Requalificação do fontanário, junto da escola primária
	Repavimentação e águas pluviais na Av. da Igreja (troço Igreja —Cadoi), Rua da Igreja e Rua de Papa Figo
Vilaça e Fradelos	
	Requalificação Rua entre Muros (Vilaça)
	Requalificação Rua da Escola e Rua da Quebrada (Vilaça)
	Centro cívico de Vilaça
	Alargamento rua Igreja (Fradelos)
	Arranjo urbanístico largo igreja (Fradelos)
	Parque desportivo Fradelos (fases)
	Requalificação polidesportivo Fradelos
	Caminho marinho - águas pluviais
	Centro atividades ocupacionais (Fradelos) (casa do lobo)
	Campo Futebol Vilaça – alargamento e melhoramentos nas instalações
	Parque de lazer de Fradelos - 3,ª fase

**8. PREVISÃO DOS ENCARGOS E RESPETIVAS AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA DE
EMPRÉSTIMOS DE MLP**

Município de Braga

Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018

Data de Aprovação pela A.M.	Data de Contrataç. Emprést.	Visto do T.C.		Finalidade do Empréstimo	Entidade Credora	Capital (Un.: Euro)		Taxa de Juro		Prazo Contrato	Anos Decorridos	Encargos do Ano (Un.: Euro)			Un.: Euro	
		Nº Registo	Data			Contratado	Utilizado	Inicial	Atual			Amortização	Juros	Juros de Mora	Capital em dívida em 01/01/2018	Capital em dívida em 31/12/2018
5/12/00	31/7/01	100/01	1/2/01	Parque Urbano a Norte	C.G.D.	14 963 936,91	14 963 936,91	5,2	0,076	20	17	1 096 007,68	3 265,00		4 384 030,70	3 288 023,02
14/1/02	22/3/02	806/02	24/4/02	Estádio Novo	BST	19 903 831,77	19 903 831,77	3,866	1,880	20	16	1 105 768,44	20 788,45		4 975 957,83	3 870 189,39
14/1/02	2/5/02	807/02	9/5/02	Estádio Novo	DEXIA	20 000 000,00	20 000 000,00	3,9	0,126	20	16	1 081 081,08	6 566,76		5 405 405,42	4 324 324,34
12/12/02	8/1/03	283/03	27/2/03	Estádio Novo	BTA	5 000 000,00	5 000 000,00	3,519	0,955	20	16	277 777,78	7 497,24		1 527 777,75	1 249 999,97
12/12/02	14/1/03	284/04	27/2/03	Estádio Novo	BPI	15 000 000,00	15 000 000,00	3,6762	0,641	20	15	947 887,17	30 388,97		5 284 600,25	4 336 713,08
12/6/03	26/6/03	1500/03	7/8/03	Construção do Estádio	BBVA	15 000 000,00	15 000 000,00	2,389	0,000	20	15	833 333,32	0,00		5 000 000,02	4 166 666,70
4/9/97	18/9/97	60386/97	29/9/97	Programa de Luta contra a Pobreza	BFB/ /BPI	2 992 787,38	2 992 787,38	5,3625	0,060	25	20	146 938,14	2 817,23		734 690,72	587 752,58
29/4/99	20/5/99	3279/98	16/2/98	Aquisição Bairros Sociais	C.G.D.	6 234 973,71	6 234 973,71	2,6316	0,000	20	19	313 494,96	0,00		522 491,58	208 996,62
19/6/09	3/8/09	1484/09	13/8/09	Programa PREDE	DGTF	1 803 252,00	1 803 252,00	1,182	0,000	10	8	360 650,40	0,00		901 626,00	540 975,60
20/11/09	3/12/09	2230/09	17/12/09	Aquisição do Edifício da G.N.R.	BBVA	1 865 000,00	1 865 000,00	1,971	0,921	10	8	186 500,00	3 264,76		419 625,00	233 125,00
TOTAL						102 763 781,77	102 763 781,77	TOTAL				6 349 438,97	74 588,41		29 156 205,27	22 806 766,30

9. MAPA DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

ANEXO 8

MAPA DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

Período	Limite da dívida total – art.º 52 da Lei n.º 73/2013	Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAM	Montante em excesso	Margem absoluta	Margem utilizável
	(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(4), se (5)>(4)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7) * 20%
01-01-2017	110.820.075	53.019.549	310.634	53.330.182	48.063.621		62.756.455	12.551.291
31-10-2017	110.820.075	53.181.573	336.480	53.518.053	48.497.123		62.322.952	12.464.590

Fonte: SIIAL, da DGAL

A. Participação em entidades societárias			
Entidade participada		Participação do Município de Braga	
Denominação da entidade participada	NIF	Valor (un.: €)	%
ABC de Braga-Andebol SAD	506946177	100.000,00	40%
AGERE - EM	504807692	19.890.000,00	51%
Bragahabit - EM	504537784	12.500.000,00	100%
MARB - Merc. Abast. da Região de Braga, SA	503919403	748.500,00	16,65%
IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.	504807706	175.000,00	100%
SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga, SA	508784921	73.500,00	49%
Teatro Circo Braga, EM, SA	500463964	500.000,00	100%
TUB - Emp. Trans. Urb. Braga EM	504807684	6.250.000,00	100%
B. Participação em entidades não societárias			
Entidade participada		Contribuição	
Denominação da entidade participada	NIF	Valor (un.: €)	
AM MINHO - Associação de Municípios do Minho	506945987	25.913,91	
ANMP- Assoc. Nac. Municípios Portugueses	501627413	5.888,61	
APMCH - Associação Port. dos Municípios com Centro Histórico	502131047	1.097,36	
Associação de Municípios de Fins Específ. Quadrilátero Urbano	509441092	30.000,00	
Associação de Turismo do Porto	503393517	25.000,00	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	503990698	15.000,00	
Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM do Cávado	508779472	42.825,00	
Fundação Bracara Augusta	503984701	4.987,98	
Fundação Serralves	502266643	100.000,00	
IDITE-MINHO-Instituto de Des. e Inovação Tec. do Minho	502231262	4.976,46	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	1.500,00	
Fundação Minerva	501679260	3.600,00	
Associação de Psicologia da Universidade do Minho	513801820	2.500,00	

11. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Município de Braga**Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018**

Ação	N.º de processo	Réu	Valor processual da ação
AAC	147/06.0BEBRG	Município de Braga	2 693 969,46 €
AAC	1122/05.7BEBRG	Município de Braga	3 705 672,60 €
AAE	1653/07.3BEBRG	Município de Braga	14 963,00 €
AAC	689/11.5BEBRG	Município de Braga	8 530,98 €
AAE	1763/11.3BEBRG	Município de Braga / Presidência do Conselho de Ministros / Estado	30 000,01 €
AAC	96/12.2BEBRG	Câmara Municipal de Braga, Junta de Freguesia de Fraião e Companhia de Seguros Mundial Confiança	30 350,00 €
AAC	993/12.5BEBRG	Município de Braga	3 114,60 €
AAC	837/12.8BEBRG	Município de Braga	122 595,12 €
AAC	1068/12.2BEBRG	Município de Braga	14 072,55 €
AAC	1327/12.4BEBRG	Município de Braga, Bragaparcos, S.A., DST, Axa Portugal e ABB, S.A.	30 100,00 €
AAC	132/13.3BEBRG	Município de Braga	177 812,79 €
AAC	1259/06.5BEBRG	Município de Braga	3 340 040,85 €
AAC	1962/10.5BEBRG	Município de Braga	44 191,89 €
AAE	306/11.3BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
AAC	202/11.4BEBRG	Município de Braga	102 010,09 €
AAE	1228/12.6BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	1040/13.5BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	1141/13.0BEBRG-A	Município de Braga	30 000,01 €
APO	4601/13.9TBBERG	Município de Braga	30 000,01 €
APO	4921/13.2TBBERG	Município de Braga e Outros	40 000,00 €
AAE	1624/07.0BEBRG	Câmara Municipal de Braga e Junta de Freguesia de Panoias	34 556,50 €
AAE	1216/08.7BEBRG	Presidente da Câmara Municipal de Braga	14 963,95 €
AAC	1705/13.1BEBRG	Município de Braga	1 366,56 €
APC	1954/13.2BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	273/14.1BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
APC	344/14.1BEBRGA	Município de Braga	30 000,01 €
APC	3570/14.2TBBERG	Município de Braga	5 000,01 €
AAE	903/14.5BEBRG	Município de Braga	737,28 €
AAE	1448/14.9BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
AAC	683/14.4T8BRG	Município de Braga e AXA Portugal, S.A.	8 946,40 €
AAC	2931/14.1BEBRG	Município de Braga	550,00 €
ACPC	626/15.8BEBRG	Município de Braga	1 174 145,47 €
AAC	2043/11.0BEBRG	Estado Português (Município de Braga)	678 488,00 €
AAC	1151/13.7BEBRGA	Município de Braga	30 000,01 €
APC	2514/14.6T8BRG	Município de Braga, Alexandra Barbosa Borges, S.A., EDP e AXA Portugal, S.A.	15 713,79 €
PC	3946/15.8T8BRG	Município de Braga (Presidente CMB)	30 000,01 €
AAC	3260/15.9BEBRG	Município de Braga	2 249 340,67 €
AAC	3181/15.5BEBRG	Município de Braga	71 565,37 €
IDDLG	3707/15.4BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
AAC	3579/15.9BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
OPU	3340/15.0BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
AAC	3382/15.6BEBRG	Município de Braga	7 682,00 €
AAC	3383/15.4BEBRG	Município de Braga	33 644,00 €

Município de Braga**Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018**

	1732/08.0BEBRG	Município de Braga	5 169,11 €
	1141/10.1BEBRG	Município de Braga	32 610,00 €
AAE	1607/10.3BEBRG	Município de Braga	1 335,00 €
AAE	1292/11.5BEBRG	-	30 000,01 €
AAE	1863/11.0BEBRG	-	5 000,01 €
AAE	84/12.9BEBRG	-	20 000,00 €
AAC	336/12.8BEBRG	-	45 000,00 €
AAC	540/12.9BEBRG	Município de Braga e Agere	60 000,00 €
AAC	617/12.0BEBRG	-	7 599,46 €
AAC	999/12.4BEBRG	Município de Braga e outros	30 241,60 €
AAC	1253/12.7BEBRG	-	34 859,82 €
AAE	1292/12.8BEBRG	-	1 000 000,00 €
AAC	1422/12.0BEBRG	-	6 200,00 €
AAC	1595/12.1BEBRG	-	7 500,00 €
AAC	1286/12.3BEBRG	-	35 659,49 €
AAC	1879/12.9BEBRG	-	30 000,01 €
AAC	1891/12.8BEBRG	-	247 039,90 €
AAE	2138/12.2BEBRG	-	5 000,01 €
AAC	76/13.0BEBRG	Município de Braga	6 989,06 €
AAE	159/13.7BEBRG	Município de Braga	11 534,99 €
AAE	716/13.1BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
AAC	1167/13.3BEBRG	-	8 112,87 €
AAC	1414/13.1BEBRG	-	30 001,00 €
AAC	1697/13.7BEBRG	Município de Braga	4 365,00 €
AAC	1696/13.9BEBRG	Município de Braga	4 786,26 €
AAC	1901/13.1BEBRG	Município de Braga	5 000,01 €
AAC	1/14.1BEBRG	Município de Braga	32 217,43 €
AAC	223/14.5BEBRG	Município de Braga	9 148,37 €
AAE	486/14.6BEBRG	-	1 650,00 €
AAE	544/14.7BEBRG	-	-
AAE	826/14.8BEBRG	-	15 000,00 €
AAC	1684/14.8BEBRG	Município de Braga	1 345,71 €
AAC	1600/14.7BEBRG	-	11 705,62 €
AIP	438/14.6BEBRG	-	151 873,74 €
AIP	1461/14.6BEBRG	-	232,70 €
AAC	1898/14.0BEBRG	Município de Braga	100 000,00 €
AIP	2348/14.8BEBRG	-	367,80 €
AIP	1596/14.5BEBRG	-	2 917,15 €
AIP	2139/14.6BEBRG	-	128,10 €
AAC	2830/14.7BEBRG	Município de Braga e outros	7 500,00 €
AAC	2265/14.1T8BRG	Município de Braga e outros	7 500,00 €
AAE	989/12.7BEBRG	Estradas de Portugal, EP	30 000,01 €
AAC	244/15.0BEBRG	-	90 000,00 €
AAC	187/15.8BEBRG	-	90 026,69 €
APC	1797/14.6T8BRG	Bruna Manuela Vaz Ferreira da Costa	60 000,00 €
AIP	2504/14.9BEBRG	-	-

Município de Braga

Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018

AIP	3076/14.0BEBRG	-	-
IPI	1271/15.3BEBRG	-	5 000,01 €
AAC	1024/15.9BEBRG	-	6 457,50 €
AAC	1036/15.2VEPRT	-	30 000,01 €
AAE	1506/15.2BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	1507/15.0BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
AAE	1768/15.5BEBRG	Município de Braga	66 147,20 €
AAC	2342/15.1BEBRG	-	30 100,00 €
AE	3940/15.9T8BRG	Município de Braga	16 000,00 €
AAE	2647/15.1BEBRG	Município de Braga	15 000,00 €
AE	3939/15.5T8BRG	Município de Braga	16 000,00 €
IJ	3133/15.5BEBRG	-	2 000,00 €
APC	94/15.4T8BRG	Espaço Abstrato Imóveis, Lda	7 950,00 €
APC	4900/15.5T8BRG	Município de Braga e Abílio Santana Ribeiro & Filhos, Lda.	30 000,01 €
AAC	3346/15.0BEBRG	Município de Braga	861,23 €
AIP	2719/15.2BEBRG	-	2 041,20 €
	15/16.7BEBRG	Município de Braga	7 024,30 €
	1970/14.7TB8RG	Município de Braga	30 000,01 €
	238/16.9BEBRG	Município de Braga	30 085,44 €
PCO	160/2015	Transporte de coníferas e pinheiros s/ autorização	400,00 €
PCO	378/2015/ARHN	Derramamento de cloro no Rio Este	238,500,00€ a 2,570,000,00€
AA	454/16.3BEBRG	Município de Braga	18 022,24 €
APC	849/16.2T8BRG		791 833,33 €
AA	462/16.4BEBRG	Município de Braga	9 718,84 €
AA	1250/16.3BEBRG	Município de Braga	47 950,01 €
AA	1825/16.0BEBRG	Município de Braga	65 000,00 €
AA	2081/16.6BEBRG	Município de Braga	80 000,00 €
AA	1170/16.1BEBRG	Município de Braga	90 002,01 €
AA	3705/15.8BEBRG	Município de Braga	9 130,22 €
AA	17/16.3BEBRG	Município de Braga	15 000,01 €
AA	350/16.4T8BRG	Município de Braga, Grandezas & Valias, Lda e irmãos Lopes, Lda	55 000,00 €
PC	420/16.9BEBRG	Município de Braga	10 000,00 €
AA	493/16.4BEBRG	Município de Braga	10 000,00 €
AC	1877/16.3BEBRG	Município de Braga	252 291,03 €
AC	4653/16.0T8BRG	Município de Braga	8 000,00 €
AA	2097/16.2BEBRG	Município de Braga	2 691,97 €
AA	2133/16.2BEBRG	Município de Braga	4 165,21 €
AA	2296/16.7BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
Ação	N.º de processo	Exequente	Credor / Reclamante
AEX	5708/11.2TB8RG	Agostinho Costa Ribeiro	Município de Braga
AEX	6699/13.0TB8RG	-	-
AA	616/16.3BEBRG	Município de Braga	1 577,17 €
PC	1814/16.5BEBRG-A	Município de Braga	30 000,01 €
AA	1814/16.5BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
AA	13/17.3BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
PC	140/17.7T8BRG	Município de Braga	5 000,01 €

Município de Braga

Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018

AA	518/17.6BEBRG	Município de Braga	17 237,68 €
AA	21/17.4BEBRG	Município de Braga e outros	545 506,53 €
AA	54/17.0BEBRG		5 000,01 €
	76/17.1BEBRG		3 000,00 €
	480/17.5BEBRG		1 119 294,70 €
AA	434/17.1BEBRG	Município de Braga	2 952,30 €
AA	301/17.1BEBRG	Município de Braga	2 867 682,80 €
PC	651/17.4BEBRG	Município de Braga e outros	30 000,01 €
	401/17.5BEBRG		10 100,82 €
AA	554/17.2BEBRG		30 000,01 €
AA	646/17.8BEBRG	Município de Braga e outros	30 000,00 €
AA	669/17.7BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
AA	692/17.1BEBRG	Município de Braga	5 500,00 €
PC	740/17.5BEBRG	Município de Braga e outros	30 000,01 €
AA	841/17.0BEBRG		31 273,55 €
AA	868/17.1BEBRG	Município de Braga e outros	30 000,01 €
AA	876/17.2BEBRG	Município de Braga	71 952,66 €
AA	976/17.9BEBRG	Município de Braga	5 000,01 €
AA	975/17.0BEBRG	Município de Braga e outros	3 781,99 €
AA	746/17.4BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
PC	911/17.4BEBRG	Município de Braga	30 001,00 €
AA	1092/17.9BEBRG	Município de Braga	7 998,00 €
AA	1128/17.3BEBRG	Município de Braga	5 598,40 €
AA	1964/11.4BEBRG	Município de Braga	8 000,00 €
AA	731/16.3BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
PC	3300/16.4T8BRG	Município de Braga e outros	40 000,00 €
AA	1357/16.7/BEBRG	Município de Braga	8 000,00 €
	2033/13.8BEBRG	Município de Braga e outros	15 000,00 €
	2034/13.6BEBRG	Município de Braga e outros	15 000,00 €
PC	1034/16.9BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
AA	1105/17.4BEBRG	Município de Braga e outros	30 000,01 €
AA	1185/17.2BEBRG	Município de Braga	6 000,00 €
PC	1185/17.2BEBRG-A	Município de Braga	6 000,00 €
AA	1326/17.0BRBRG	Município de Braga	30 001,00 €
AA	1303/17.0BEBRG	Município de Braga	4 755,31 €
AA	1391/17.0BEBRG	Município de Braga	250,00 €
PC	1557/17.2BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
AA	923/17.8BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
AA	1622/17.6BEBRG	Município de Braga	581 489,56 €
OP	1253/17.0BEBRG	Município de Braga	186 979,74 €
AA	1809/17.1BEBRG	Município de Braga	1 242 034,77 €
AA	1818/17.0BEBRG	Município de Braga	41 838,98 €
PIJ	2022/17.3BEBRG	Município de Braga	115 455,95 €
Ação	N.º de processo	Oponente	Valor processual da ação
	1949/13.6BEBRG	Município de Braga	7 083,90 €
Ação	N.º de processo	Impugnado	Valor processual da

Município de Braga**Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018**

			ação
	355/14.0BEBRG	Município de Braga	30 000,01 €
	1006/12.2BEBRG	Município de Braga	7 107,70 €
	1294/12.4BRBRG	Município de Braga	556,20 €
	514/13.2BEBRG	Município de Braga	3 753,67 €
	910/13.5BEBRG	Município de Braga	193,70 €
	1446/13.0BEBRG	Município de Braga	2 262,00 €
	813/14.6BEBRG	Município de Braga	1 433,30 €
	1905/16.2BEBRG	Município de Braga	183,30 €
	453/17.2BEBRG	Município de Braga	51 177,50 €

CAPÍTULO I

Âmbito e Princípios Genéricos

Artigo 1º | Definição e Objeto

1. As presentes normas compreendem um conjunto de disposições aplicáveis à execução do orçamento do Município de Braga, de modo a garantir o cumprimento dos princípios orçamentais, nos termos do Decreto-Lei n.º 54/99, de 22 de Fevereiro (POCAL) e da Lei n.º 73/2013, de n.º 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro e do DL n.º 127/2012 de 21 de junho, com as respetivas alterações e das regras contabilístico-financeiras definidas na Norma de Controlo Interno (NCI) da autarquia.
2. É objeto deste documento a criação de condições para a integração da atividade financeira desenvolvida pelos serviços municipais, numa contabilidade pública moderna conjugando o binómio contabilidade orçamental e financeira, tendo em vista a concretização dos objetivos traçados no orçamento e respetivas GOP's.
3. No decorrer do ano de 2018 a DCPCG, irá desenvolver o processo de implementação do Sistema de Normalização Contabilística AP no Município, nos termos do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Artigo 2º | Execução orçamental

1. Na execução do orçamento, o Executivo Municipal desenvolverá as suas competências e atribuições em conformidade com os normativos legais e assegurando o cumprimento dos princípios de economia, eficiência e eficácia organizacional, assim como a fiabilidade da informação contabilístico-financeira. Tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, tendo em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas, permitindo uma melhor satisfação das necessidades locais.
2. No sentido de garantir o equilíbrio financeiro, no que se refere aos movimentos financeiros de arrecadação da receita e de realização da despesa, são definidas as seguintes regras:
 - a) Registo de todos os compromissos assumidos nos anos anteriores e não pagos, de acordo com o plano de assunção da despesa, cumprindo o disposto no artigo 8º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho - diploma que contempla as normas legais disciplinadoras dos

procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA).

- b) Registo de todos os compromissos contratualizados para 2018 e dos decorrentes de reescalonamento.

Artigo 3º | Utilização das dotações orçamentais

Durante o ano de 2018 a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis a curto prazo, calculados numa base semestral, nos termos da LCPA e demais legislação em vigor.

Artigo 4º | Modificações ao orçamento e às GOP

1. As modificações orçamentais são utilizadas no exato cumprimento do disposto nos números 8.3.1 e 8.3.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), assegurando-se a observância das seguintes regras:
 - a) As dotações inscritas no orçamento, comparticipadas por fundos comunitários (ou outros), não poderão ser utilizadas para reforços de outras rubricas, para além da contrapartida do próprio Município;
 - b) As diminuições das dotações das despesas de capital, para reforço das dotações de despesas correntes obedecerão ao estrito cumprimento das regras do equilíbrio orçamental previstas na lei.
 - c) As dotações relativas a transferências para terceiros não poderão ser utilizadas como contrapartida de reforços de outros agrupamentos, salvo por autorização expressa do Presidente da Câmara.
 - d) Durante o exercício económico poderão ser apresentadas revisões ao orçamento para a inserção de novos projetos e/ou reforço dos existentes, designadamente para integração do saldo do exercício anterior ou em razão de situações atualmente improváveis.
2. As modificações às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos - PPI e Atividades Mais Relevantes - AMR), considerando a ausência de regulamentação específica na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental do SNC-AP, operam-se em respeito das seguintes regras:

- a) As revisões do plano plurianual de investimentos e/ou das atividades mais relevantes, têm lugar sempre que se torne necessário incluir e/ou anular projetos nele considerados, implicando as adequadas modificações no orçamento, quando for o caso.
 - b) A realização antecipada de ações previstas para anos posteriores ou a modificação do montante das despesas de qualquer projeto constante no plano plurianual de investimentos ou atividades mais relevantes aprovados devem ser precedidas de uma alteração ao PPI e/ou AMR, sem prejuízo das adequadas modificações no orçamento, quando for o caso.
3. A inclusão no PPI e AMR de projetos previstos naqueles mapas, aprovados em 2017, no modelo do POCAL, “com financiamento não definido” tramita nos termos da alínea b) do número anterior.

Artigo 5º | Registo Contabilístico

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita a liquidar e cobrar. São ainda responsáveis pela realização da despesa, bem como pela entrega atempada, junto da Divisão de Contabilidade, Planeamento e Controlo de Gestão (DCPCG), dos correspondentes documentos justificativos.
2. As faturas, notas de débito, notas de crédito, vendas a dinheiro ou recibos, quer entregues em mão quer recebidos por correio, deverão ser encaminhados diretamente para a DCPCG, a fim de serem registadas e encaminhadas para a DACPGP a quem compete despoletar o procedimento de conferência e de avaliação dos fornecedores para os Serviços requisitantes. As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para a DCPCG no prazo máximo de 2 dias úteis.
3. Os serviços que requisitaram e que estão obrigados à conferência das faturas deverão fazê-lo e proceder à sua devolução, em simultâneo com a respetiva avaliação dos fornecedores, num prazo máximo de 5 dias úteis, com exceção das despesas cujo atraso na conferência e respetivo pagamento geram juros, nomeadamente Eletricidade, comunicações, entre outras, cujo prazo acima definido se reduz para dois dias úteis.

Artigo 6.º | Gestão dos Bens Móveis e Imóveis da Autarquia

1. A Gestão do Património Municipal executar-se-á nos termos do Regulamento do Cadastro e Inventário dos bens da autarquia.
2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as Grandes Opções do Plano,

nomeadamente o Plano Plurianual de Investimentos e tendo por base as orientações do Órgão Executivo. Consubstanciam-se através da emissão de requisições externas ou documento equivalente, designadamente, contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

3. A passagem do imobilizado em curso para imobilizado firme, far-se-á, após conclusão da obra, mediante emissão do auto de receção provisória, da responsabilidade da DMOSM, que envia à DCPCG para registo contabilístico. Após efetuar a devida regularização contabilística a DCPCG remeterá cópia do processo à DACPGP para inventariação do bem, ou no momento de conferência no caso de não se tratar de empreitadas.
4. O procedimento descrito no número anterior é aplicável, de igual modo, às obras municipais delegadas nas freguesias.

Artigo 7.º | Gestão de Stocks

1. No decorrer do ano 2017 foi criado, para os serviços de obras municipais, o Armazém Principal, que assumiu o controlo e gestão dos restantes locais de armazenamento, com exceção do armazém do economato. No ano de 2018 a Divisão de Gestão de Equipamentos Municipais (DGEM) desenvolverá esforços no sentido de todos os locais de armazenamento ficarem centralizados no Armazém Central.
2. No decurso do ano de 2018 serão elaboradas e emanadas instruções relativas ao controlo do Armazém referido no ponto anterior.
3. A Divisão de Aprovisionamento, Contratação Pública e Gestão do Património ficará responsável pela gestão e controlo do Armazém de Economato.
4. Cada Divisão responsável pelo armazenamento de bens, deve acautelar as quantidades mínimas necessárias.
5. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
6. A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo, sem armazenagem, ou com um período de armazenagem mínimo nunca superior a 30 dias, salvo nas situações devidamente justificadas pela Divisão responsável pelo armazenamento de bens e aceites.
7. Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta, deverão ser objeto

de registo no sistema de gestão de stocks, associados aos respetivos centros de custo, no prazo máximo de 2 dias úteis, de modo a obter uma imagem verdadeira, apropriada e real do stock.

8. No decorrer do ano de 2018 poderão ser criados e/ou ajustados os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito da Gestão de Stocks.

Artigo 8.º | Delegações de Competências nas Freguesias

1. No âmbito do n.º1, do artigo 132.º e 133.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, deve proceder-se ao acompanhamento e controlo do acordo execução celebrado com as Freguesias em matéria de:
 - a) Gestão de manutenção de espaços verdes;
 - b) Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
 - c) Manutenção e reparação do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
 - d) Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo de ensino básico e a manutenção dos espaços envolventes.

Artigo 9º | Candidaturas a Fundos Comunitários e Outras Participações

1. A Divisão de Gestão de Fundos Comunitários (DGFC) é a responsável pela submissão e acompanhamento administrativo e financeiro das candidaturas a programas de apoio ao desenvolvimento de atividades relevantes, nomeadamente as que se reportem aos fundos comunitários.
2. A Divisão de Gestão de Fundos Comunitários (DGFC) reportará, mensalmente, à DCPCG, ao DPCG e à DMGAP, informação detalhada sobre a situação, nomeadamente financeira, dos projetos candidatados a fundos comunitários, até ao último dia útil de cada mês, em ordem a assegurar-se o correto e atempado cálculo dos Fundos Disponíveis.
3. A Divisão de Gestão de Fundos Comunitários (DGFC), informará mensalmente das datas limite do pagamento das faturas cujo reembolso já ocorreu.

CAPÍTULO II

Receita Orçamental

Secção I

Princípios Gerais

Artigo 10.º | Princípios Gerais da Arrecadação da Receita

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no orçamento.
2. A arrecadação da receita será efetuada no respeito pela legislação e regulamentos em vigor.
3. No momento da liquidação ou da arrecadação da receita, os serviços deverão verificar os normativos legais e regulamentares de suporte.
4. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro transitam para o ano económico seguinte nas correspondentes rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se efetuar e mantidas em conta corrente.
5. Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Autarquia relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor devidamente aprovada e fundamentada, que deverá ser submetida, em tempo oportuno, à Divisão Financeira para efeitos de garantir a fundamentação económica e financeira.

Secção II

Receita Cobrada

Artigo 11º | Receita Cobrada

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada na tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações, mediante faturas a emitir pelo serviço responsável.
2. Quando se trate de cobranças de receitas por entidades diversas do tesoureiro, a entrega far-se-á no dia útil imediato ao da cobrança, com suporte nas faturas emitidas pelo serviço responsável.
3. Nas cobranças mencionadas no número anterior, deverá ser privilegiado, sempre que logisticamente seja possível ou razoável, o depósito diário das cobranças efetuadas na conta bancária indicada pela Tesouraria.

4. A entrega da receita na Tesouraria deverá ser acompanhada pela guia resumo referente às cobranças e das guias de receita que lhe deram origem.

Artigo 12º | Receita Anulada

1. Os estornos de faturas devem ser realizados mediante informação do serviço que solicita a retificação, no dia em que se verifique a sua ocorrência, fundamentando e justificando as razões dos mesmos.
2. As anulações de dívida, sempre por decisão camarária, devem ser efetuadas mediante informação devidamente fundamentada quanto ao motivo da anulação da liquidação da dívida.
3. As restituições de receitas devem ser realizadas mediante informação fundamentada do serviço competente e com autorização prévia do Presidente da Câmara ou do Vereador com competência para o ato.

Artigo 13º | Valores Recebidos pelo Correio

O serviço que rececione um valor por correio, cheque ou vale postal, deve entregá-lo, no próprio dia, na Tesouraria. A cópia ou outros elementos identificativos deverão ser remetidos ao serviço emissor para emissão da respetiva fatura.

Artigo 14º | Valores Recebidos Através dos Terminais de Pagamento Automático

1. Os terminais de pagamento automático (TPA) existentes nos serviços municipais são encerrados diariamente, permitindo a transmissão da informação e crédito na conta da autarquia.
2. A Tesouraria relaciona as faturas-recibo com os fechos diários dos respetivos TPA, validando a entrada de valores nas instituições de crédito respetivas.

Artigo 15º | Valores Creditados em Conta Bancária

1. Qualquer montante creditado em contas bancárias do Município de Braga, com a exceção das contas próprias de cauções, que não tenha sido possível reconhecer até ao final do ano económico anterior, é liquidado e cobrado como receita municipal, mediante autorização do Presidente da Câmara.
2. A dívida de clientes correspondente à receita cobrada nos termos do número anterior é

regularizada, desde que os munícipes/utentes apresentem os respetivos comprovativos de depósito bancário.

3. A restituição de importâncias recebidas é executada pela DCPCG, mediante proposta prévia dos Serviços Municipais, que deverão obrigatoriamente fundamentar as razões que a justificam, após autorização do membro do executivo municipal com competência para autorizar a restituição do valor em causa.

Artigo 16º | Cauções

1. As importâncias a depositar no cofre municipal, a título de caução ou garantia de qualquer responsabilidade ou obrigação, darão entrada diariamente na Tesouraria, até à hora e pela forma estabelecida para as receitas do Município.
2. Os serviços que rececionem cauções sob qualquer forma, nomeadamente no que respeita a empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, processos de licenciamento e processos de execução fiscal entre outros, deverão remeter cópia, de imediato, à DCPCG que procederá ao seu registo.
3. Cabe à DCPCG registar contabilisticamente a receção, o reforço e a diminuição, assim como a devolução das cauções.
4. Os originais das garantias referidas no número 2 ficarão apenas aos respetivos processos.
5. Para efeitos de libertação e/ou acionamento de cauções os serviços responsáveis devem enviar à DCPCG informação, nos termos do contrato e da legislação em vigor, onde constem as condições de libertação/acionamento das cauções existentes com a identificação da referência de cada uma e dos processos que as originaram.
6. A libertação de cauções efetuada no âmbito dos processos mencionados no número 2, será comunicada pelos serviços originários através de ofício remetido à entidade bancária.
7. Sempre que a devolução da caução à entidade bancária obrigue à devolução do original da garantia bancária, terá de ser assegurada cópia autenticada para constar no processo administrativo.

Secção III

Receita Cobrada

Artigo 17º | Isenções e Reduções de Tributos

1. No exercício económico de 2018, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é fixado o valor de 750.000,00 € como limite à despesa fiscal.
2. Até ao limite fixado no n.º anterior pode a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada do Presidente da Câmara Municipal, reconhecer e aplicar as isenções ou reduções, objetivas ou subjetivas, dentro dos limites legalmente estabelecidos ou delimitados nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária.
3. As isenções ou reduções concedidas a favor de pessoas singulares ou coletivas dos sectores privado, cooperativo e social, bem como das entidades públicas fora do perímetro do sector das administrações públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, é considerada um benefício concedido para efeitos da Lei n.º 64/2013 de 27 de agosto, sem prejuízo do art.º 3.º do mesmo diploma, e concorre para o cômputo dos demais benefícios concedidos em numerário e ou em espécie.

CAPÍTULO III

Despesa Orçamental

Secção I

Princípios Gerais

Artigo 18º | Princípios gerais para a realização da despesa

1. Na execução do orçamento da despesa, devem ser respeitados os princípios e regras definidos no POCAL e na LCPA, na LOE e demais disposições legais e regulamentares, bem como as Instruções e Resoluções do Tribunal de Contas.
2. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se verificarem os requisitos de conformidade legal da despesa.
3. Os procedimentos conducentes à realização da despesa estão vinculados ao cumprimento de um conjunto de normas instituídas pela LCPA e respetiva regulamentação, designadamente quanto às regras relativas à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso.
4. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:

- a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
 - b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda ou documento equivalente.
5. As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização;
 6. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
 7. Os serviços municipais devem adotar modelos de planeamento que permitam que o registo do compromisso ocorra o mais cedo possível, em regra, pelo menos um mês antes da data da realização do serviço ou aquisição do bem para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como salários, comunicações, água, eletricidade, rendas, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, bem como encargos inerentes ao serviço da dívida, contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos dependentes, devem ser registados mensalmente para um período deslizante de seis meses. De igual forma se deve proceder para os contratos de quantidades.
 8. Tendo como princípio básico a não utilização da antecipação de fundos previstos no artigo 4º da LCPA, deverá atender-se à regra prevista no nº2 do artigo 8º do DL nº 127/2012, de 21 de junho, ou seja, os compromissos serão realizados em função dos serviços ou fornecimentos a desenvolver mensalmente.
 9. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.
 10. Em caso de reconhecida necessidade e tendo em consideração todas as disposições do Regulamento de Fundos de Maneio, poderá ser autorizada pela Câmara Municipal a constituição de fundos de maneio, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
 11. Cada um dos fundos referidos no ponto anterior tem de ser regularizado no fim de cada mês e repostos no fim do ano, não podendo conter despesas não documentadas.
 12. A adoção de cartões de crédito e/ou cartões de débito como meio de pagamento depende de aprovação pela Câmara Municipal, devendo o referido cartão estar associado a uma conta bancária titulada pelo Município. As despesas pagas com cartões de crédito e/ou cartões de

débito devem respeitar as disposições legais e contabilísticas previstas no POCAL e na LCPA, pelo que se deve proceder à cabimentação do montante total da despesa até à qual é autorizada a utilização dos referidos cartões.

13. As faturas que suportam as despesas devem ser enviadas ao Município no prazo máximo de 8 dias úteis após o respetivo fornecimento ou prestação (excecionam-se, quanto a este prazo, as que titulem despesas realizadas através de fundos de maneiio), com indicação do número de compromisso/requisição externa e identificação do contrato.
14. Estabelece-se um prazo de quinze dias para a devolução à DCPCG das faturas conferidas pelos serviços responsáveis. Nos casos em que as faturas estejam em desconformidade com fornecimento, deverá ser transmitida essa informação à DCPCG para que proceda às respetivas devoluções aos fornecedores. Caso contrário, terão de ser assumidas como dívidas do município.
15. Quando as faturas não se apresentarem nas condições estabelecidas na legislação em vigor, cabe à DCPCG devolvê-las ao fornecedor e solicitar as respetivas notas de crédito.
16. Deve ser verificada e confirmada a situação tributária e contributiva do beneficiário de qualquer pagamento, designadamente de fornecimento de bens e serviços, transferências/subsídios e empreitadas de obras públicas, nos termos do D.L. nº155/92 de 28 de julho.
17. Cada serviço que tenha a seu cargo a execução de obras deverá ter uma conta corrente da obra, para que, em qualquer momento, se possa conhecer o seu custo.
18. Cada serviço não poderá ultrapassar o limite de dotação orçamental atribuída. As alterações aos limites carecem de autorização prévia do Presidente da Câmara.
19. A DCPCG deverá enviar mensalmente a cada serviço os montantes de despesa já assumida.

Artigo 19.º | Tramitação do Processo de Contratação Pública

1. Nas aquisições ao abrigo de ajuste direto em regime geral do CCP, superiores a 1.000,00 euros, terão que ser consultados no mínimo 3 fornecedores/empreiteiros. Só são admitidas exceções a esta regra no caso de aquisições que se enquadrem nos art.º 24.º a 27.º do CCP (critério material) ou desde que devidamente autorizadas pelo Presidente da Câmara ou pelo Vice-Presidente da Câmara. Os serviços da DACPGP poderão, sempre que entender, proceder à obtenção de mais orçamentos para as aquisições em causa.

2. Cumpre à DACPGP, e à DMOSM, no caso das empreitadas, realizar e coordenar toda a tramitação administrativa dos processos aquisitivos, em articulação com os serviços requisitantes.
3. Para efeitos do referido no número anterior cada Unidade Orgânica, ou equiparada, que proceda à emissão de requisições, colaborara na definição exata das características técnicas específicas dos bens, serviços, ou empreitadas, a adquirir, e ou a realizar, obedecendo às normas do CCP aplicáveis, de modo a que constem das cláusulas técnicas do respetivo caderno de encargos.
4. Por forma a garantir a disponibilização dos contratos nas datas pretendidas, cada unidade orgânica deve apresentar o respetivo pedido de compra com a antecedência adequada, definindo-se os seguintes prazos mínimos dos pedidos:
 - a. Procedimentos de ajustes diretos referentes a empreitadas de obras públicas: 60 dias;
 - b. Procedimentos de concursos públicos referentes a empreitadas de obras públicas com publicidade nacional: 85 dias;
 - c. Procedimentos de consulta prévia e ajustes diretos referentes a aquisição de bens e serviços: 60 dias
 - d. Procedimentos de concursos públicos referentes a aquisição de bens e serviços com publicidade nacional: 85 dias;
5. O Júri dos procedimentos deve integrar pelo menos 1 elemento efetivo pertencente à DACPGP, com exceção dos procedimentos de empreitadas de obras públicas.
6. No decorrer do ano de 2018 os serviços da DACPGP implementarão, obrigatoriamente, a inscrição eletrónica de fornecedores.

Artigo 20.º | Gestão de Contratos

1. Compete a cada um dos serviços requisitantes a gestão dos respetivos contratos em vigor.
2. Para cumprimento do disposto no número anterior cada unidade orgânica deve nomear os gestores de contrato que serão responsáveis pela monitorização da execução dos contratos.
3. As questões relacionadas com a execução dos contratos, como as eventuais modificações, incumprimentos contratuais, apuramento de responsabilidades ou aplicação de penalidades, entre outras, devem ser remetidas à DACPGP para assegurar a competente análise e tramitação

adequada, a qual poderá por sua vez remeter à Divisão de Serviços Jurídicos caso julgue por conveniente.

4. No caso de verificação da necessidade de novos contratos em substituição dos expirados ficam os serviços obrigados ao cumprimento das normas constantes do artigo 18º anterior.

Artigo 21.º | Remunerações do pessoal

1. Os encargos com o pessoal da autarquia devem ser orientados pelos seguintes procedimentos:
 - a) A DCPCG procede ao cabimento e compromisso dos vencimentos numa base semestral, tendo como referência estimativas realizadas pela DRH.
 - b) Mensalmente, o DRH assegura o processamento das remunerações, pensões e abonos, respetivos descontos e remete os elementos à DCPCG para faturação e liquidação, até ao final do terceiro dia útil anterior ao do pagamento, que geralmente é dia 23. Só após verificação pela DCPCG da conformidade com os normativos legais aplicáveis à despesa, a tesouraria do município deve remeter o ficheiro bancário para a realização das transferências.
2. Deverão acompanhar as folhas de remunerações, a remeter à DCPCG, as guias de entrega de parte dos vencimentos ou abonos penhorados, as relações dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social e os documentos relativos a pensões de alimentos, ou outros, descontados nas mesmas folhas, devendo estes ser entregues até ao final de cada mês.

Secção II

Autorização de Despesa

Artigo 22º | Competências

Nos termos do disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, a Câmara Municipal delegou, na sua reunião de 23 de outubro de 2017, no Presidente da Câmara, as competências para autorização de realização de despesas até ao limite de 748.196,85€.

Artigo 23º | Autorizações Assumidas

Consideram-se automaticamente autorizadas, na data do seu vencimento, as seguintes despesas:

- a) Vencimentos e salários;
- b) Subsídio familiar a crianças e jovens,

- c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
- d) Encargos de empréstimos; (juros e amortização de empréstimos e/ou outros acordos de pagamentos celebrados)
- e) Rendas;
- f) Contratos de locação financeira;
- g) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou outros organismos seus dependentes;
- h) Água, energia elétrica, gás;
- i) Comunicações,
- j) Prémios de seguros;
- k) Quaisquer outros encargos que resultem em obrigações contratuais do Município;
- l) As transferências/pagamentos de valores para entidades terceiras, em resultado de cobranças de receitas de operações extraorçamentais consideram-se, também, autorizadas.

Artigo 24º | Assunção de compromissos plurianuais

1. Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º1, do art.º 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, com a aprovação destas Normas Regulamentares, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e demais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos, ações ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano, em conformidade com a projeção plurianual aí prevista.
2. Com a aprovação destas Normas Regulamentares fica igualmente autorizada, a assunção de despesas plurianuais decorrentes de contratos que não constem do número anterior que não excedam o limite de 100.000,00 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.
3. Fica também autorizada, pela Câmara Municipal, a delegação no Presidente da Câmara, para a assunção de compromissos anuais, relativos a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica de despesa prevista no Orçamento, nos termos dos pontos anteriores, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.
4. A Câmara Municipal prestará à Assembleia Municipal informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do presente artigo.

Artigo 25.º | Aquisição de bens imoveis

Fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a aquisição por parte da Câmara Municipal de bens imóveis de valor superior 1000 vezes a RMMG, e fixação das respetivas condições gerais, desde que seja precedida de relatório devidamente fundamentado e se mostre necessária à prossecução de finalidades municipais, nos termos da alínea i) do nº 1 do Artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

Secção III

Procedimentos e Regras Especiais para a Realização da Despesa

Artigo 26.º | Vertente Seguradora

1. Cabe à DACPGP desenvolver todos os procedimentos relativos à contratação de seguros do Município, incluindo acidentes de trabalho (DRH).
2. Os serviços municipais devem encaminhar àquela divisão as necessidades de cobertura de risco com antecedência mínima de 90 dias úteis em relação à data de início de vigência da apólice pretendida, relativamente aos seguros que assumam um caráter regular, e com 15 dias úteis de antecedência para as situações de necessidade pontual de seguros.
3. Os elementos relativos à participação de sinistros devem ser comunicados no prazo de dois dias úteis ao DACPGP de forma a rapidamente poderem ser comunicados à corretora/mediador.
4. Sempre que das informações constantes de um processo de sinistros se conclua pela negligência ou qualquer outro facto associado à não intervenção atempada dos serviços (por exemplo, deficiente estado de conservação, reparação ou sinalização da via pública), deverão os responsáveis máximos desses serviços instaurar processo formal de averiguações, a fim de corrigir disfuncionalidades.

Artigo 27.º | Despesas de Deslocação

1. A utilização de viatura própria ou transporte aéreo e as deslocações ao estrangeiro carecem sempre de autorização prévia e expressa do Presidente da Câmara.
2. Aquando da elaboração da requisição para deslocações que contemplem estadia, tem de ser identificado o local preciso de destino para facilitar a escolha da localização de alojamento, respeitando-se o preceituado no artº 18.

3. Os trabalhadores que beneficiem de adiantamentos para ajudas de custo e deslocações ficam obrigados a apresentar na DRH a documentação justificativa das despesas realizadas dentro de 10 dias, contados da data do seu regresso ao serviço.
4. Se dentro do prazo referido no número anterior, os documentos em apreço não tiverem sido entregues na DRH, deverá esta proceder à emissão da guia de reposição abatida e proceder ao encontro de contas no vencimento, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 28.º | Equipamento e Soluções Informáticas

1. As necessidades de *hardware* e software devem ser encaminhadas para a DISIQ, a quem cabe avaliar as solicitações apresentadas.
2. Os procedimentos de aquisição de *hardware* ficam centralizados na DACPGP, com base nos requisitos técnicos definidos pelo DISIQ.
3. Quaisquer necessidades de soluções informáticas deverão ser endereçadas ao DISIQ, de forma clara e fundamentada, que avaliará a oportunidade dos pedidos sob o ponto de vista técnico-financeiro.

Secção IV

Celebração e Formalização de Contratos e Protocolos

Artigo 29.º | Responsabilidade pela Elaboração e Celebração de Contratos

1. Compete à DACPGP a elaboração de todos os contratos administrativos referentes a procedimentos de aquisição bens e serviços.
2. Os restantes termos contratuais abrangidos, nomeadamente pelos artigos 4.º e 5.º do CCP, contratos excluídos e contratação excluída, são da responsabilidade da DACPGP incluindo tudo o que respeita à formação dos mesmos.
3. Todos os contratos celebrados no âmbito dos números anteriores deverão conter uma cláusula específica com o respetivo número de compromisso contabilístico.
4. O outorgante em representação do município é o Presidente Câmara ou, nos termos da delegação de competências, o Vice-Presidente da Câmara.
5. Compete à DACPGP a remessa ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização prévia, dos

contratos celebrados pelo Município, com exceção dos contratos de empreitada, cuja responsabilidade compete à DMOSM, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 agosto, com as respetivas alterações.

Artigo 30.º | Protocolos

1. Os Protocolos que configurem responsabilidades financeiras para a Autarquia devem ser levados ao conhecimento da DCPCG para efeitos de reconhecimento da respetiva despesa e/ou receita.
2. Competirá à DCPCG proceder aos registos contabilísticos adequados à execução dos Protocolos referidos no ponto anterior.
3. Os Protocolos que configurem despesa para a Autarquia deverão conter uma cláusula específica com o respetivo número de compromisso contabilístico.

Artigo 31.º | Contratos de Tarefa e Avença

1. A celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e de avença apenas pode ter lugar desde que preenchidos os requisitos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do CCP e demais legislação complementar.
2. Relativamente à celebração dos contratos de tarefa e avença, a verificação do disposto no artigo 32º da Lei 35/2014, de 20 de junho, e demais requisitos previstos na Lei que aprova o Orçamento de Estado, é da responsabilidade da DRH no âmbito das suas atribuições.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, são inscritos na classificação económica 010107 todos os contratos de tarefa e avença celebrados com pessoas singulares. Os contratos celebrados com pessoas coletivas são inscritos no agrupamento 02.

Capítulo IV

Disposições Finais

Artigo 32.º | Consulta de Processos

1. A DCPCG e DF poderão consultar nas Direções, Departamentos, Divisões e serviços equiparados, ou requisitar, para exame e verificação, toda a documentação relacionada com a arrecadação da receita e a realização da despesa, devolvendo-a depois de consultada.

2. A DGFC poderá adotar idêntico procedimento no âmbito das candidaturas a fundos comunitários.

Artigo 33.º | Reporte de Informação Financeira

1. A DCPCG remete, até ao dia 5 de cada mês, ao Presidente da Câmara e ao DPCG, mapa de previsão de tesouraria, cálculo do fundo disponível e proposta de plano de pagamentos a concretizar no mês.
2. A DCPCG reporta, mensalmente, ao Presidente da Câmara e ao DPCG, quadro-resumo da situação financeira do Município.
3. A DCPCG reporta, mensalmente, ao Presidente da Câmara e ao DPCG, informação acerca da execução do orçamento da receita e despesa, bem como do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano das Atividades Mais Relevantes.
4. A DCPCG reporta, mensalmente, ao Presidente da Câmara e ao DPCG, informação acerca do endividamento do Município.
5. A DCPCG elabora e reporta, no final do primeiro semestre, ao Presidente da Câmara e ao DPCG, as demonstrações financeiras do semestre elaboradas de acordo com as normas e princípios contabilísticos aplicáveis.
6. A DCPCG passa a reporta no Sistema de Informação Integrado da Administração Local, nos prazos legalmente estabelecidos, para além da informação financeira assegurada em anos anteriores, a seguinte:
 - a) Fundos Social Municipal;
 - b) Despesas com o pessoal;
 - c) Grupo autárquico;
 - d) Contribuição para o endividamento municipal.

Artigo 34.º | Empréstimos

1. Para a satisfação de necessidades de tesouraria o Órgão Executivo poderá contrair empréstimos de curto prazo o qual terá que ser amortizado até ao final do ano.
2. Poderão ser contraídos empréstimos de médio e longo prazo, em condições a acordar, dentro dos limites estabelecidos para o endividamento.

Artigo 35.º | Dúvidas sobre a Execução do Orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação das Normas de Execução do Orçamento serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara sobre parecer da DPCG.

Proposta

Mapa de Pessoal – 2018

Tendo em consideração o plano de atividades e as competências das unidades orgânicas que constituem a estrutura nuclear e flexível dos serviços desta autarquia, aprovadas pela Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2015, nos termos do previsto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro;

Ouidos os dirigentes, bem como os vereadores das diversas áreas, proponho que, face ao disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com os art.ºs 28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o “Mapa de Pessoal” e a “Caraterização dos Postos de Trabalho por Atividade”, em anexo, sejam submetidos à apreciação da Câmara, tendo em vista a sua apresentação à Assembleia Municipal, dele constando os postos de trabalho que os serviços carecem para o desenvolvimento das respetivas atividades e cujos encargos foram considerados no orçamento municipal, fazendo-se menção dos que, não estando preenchidos, será necessário, oportunamente, proceder gradualmente à sua ocupação, por contrato de trabalho de funções públicas, por tempo indeterminado no valor orçamentado de **1 269 350,62 €** (CTTI), seja fixado nos termos previstos e para os efeitos da alínea b), n.º 1, art.º 31.º da citada Lei n.º 35/2014, no montante total máximo de igual valor.

Braga, 07 de dezembro de 2017

O Presidente da Câmara

Dr. Ricardo Rio

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO

ORÇAMENTAÇÃO DE NOVOS POSTOS DE TRABALHO A PREENCHER NO MAPA DE PESSOAL - 2018

Câmara Municipal - Presidência e Vereação

ORGÃOS	Nº	CARGO, CARREIRA / CATEGORIA	Posição	Nível Rem.	Venc. Mensal	Nº Meses	Total Vencimento	Sub.Férias	Sub. Natal	Despesas representação	Enc. Patronais	Sub. Refeição	TOTAL	
													Somatório Horizontal	Somatório Vertical
Div. Atividades Económicas	1	Assistente técnico	1ª	5	683,13 €	6	4 098,78 €	341,57 €	341,57 €		1 135,70 €	538,02 €	6 455,63 €	6 455,63 €
Div. Educação	2	Assistente técnico	1ª	5	683,13 €	5	6 831,30 €	569,28 €	569,28 €		1 892,84 €	896,70 €	10 759,39 €	10 759,39 €
	14	Assis. Operacionais	1ª	1	557,00 €	9	70 182,00 €	5 848,50 €	5 848,50 €		19 446,26 €	11 298,42 €	112 623,68 €	112 623,68 €
	66	Assis. Operacionais	1ª	1	557,00 €	7	257 334,00 €	21 444,50 €	21 444,50 €		71 302,96 €	41 427,54 €	412 953,50 €	412 953,50 €
Div. Desporto, Juventude e Associativismo	2	Téc. Superior	2ª	15	1 201,48 €	2	4 805,92 €	400,49 €	400,49 €		1 331,64 €	358,68 €	7 297,23 €	7 297,23 €
	1	Assistente técnico	1ª	5	683,13 €	5	3 415,65 €	284,64 €	284,64 €		946,42 €	448,35 €	5 379,69 €	5 379,69 €
	5	Assistente Operacionais	1ª	1	557,00 €	6	16 710,00 €	1 392,50 €	1 392,50 €		4 630,06 €	2 690,10 €	26 815,16 €	26 815,16 €
Div. Cultura	2	Téc. Superior	2ª	15	1 201,48 €	2	4 805,92 €	400,49 €	400,49 €		1 331,64 €	358,68 €	7 297,23 €	7 297,23 €
	2	Assistentes técnicos	1ª	5	683,13 €	6	8 197,56 €	683,13 €	683,13 €		2 271,41 €	1 076,04 €	12 911,27 €	12 911,27 €
	1	Assistente técnico/museu de imagem	1ª	5	683,13 €	10	6 831,30 €	569,28 €	569,28 €		1 892,84 €	896,70 €	10 759,39 €	10 759,39 €
Polícia Municipal	10	Agentes Municipais 2.ª classe	1ª	5	583,58 €	8	46 686,40 €	3 890,53 €	3 890,53 €		12 936,02 €	7 173,60 €	74 577,09 €	74 577,09 €
Bombeiros	10	Bombeiros Recrutados			530,00 €	8	42 400,00 €	3 533,33 €	3 533,33 €		11 748,33 €	7 173,60 €	68 388,60 €	68 388,60 €
	3	Bombeiros Recrutados			530,00 €	7	11 130,00 €	927,50 €	927,50 €		3 083,94 €	1 883,07 €	17 952,01 €	17 952,01 €
	1	Assistentes técnicos	1ª	5	683,13 €	5	3 415,65 €	284,64 €	284,64 €		946,42 €	448,35 €	5 379,69 €	5 379,69 €
	2	Assistentes operacionais	1ª	1	557,00 €	6	6 684,00 €	557,00 €	557,00 €		1 852,03 €	1 076,04 €	10 726,07 €	10 726,07 €
Div. Proteção Civil	1	Técnico superior/Proteção civil	2ª	15	1 201,48 €	2	2 402,96 €	200,25 €	200,25 €		665,82 €	179,34 €	3 648,61 €	3 648,61 €
Total							495 931,44 €	41 327,62 €	41 327,62 €	- €	137 414,34 €	77 923,23 €	793 924,25 €	793 924,25 €

ORGÃOS	Nº	CARGO, CARREIRA / CATEGORIA	Posição	Nível Rem.	Venc. Mensal	Nº Meses	Total Vencimento	Sub.Férias	Sub. Natal	Despesas representação	Enc. Patronais	Sub. Refeição	TOTAL	
													Somatório Horizontal	Somatório Vertical
Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva														
Div. Serv. Jurídicos	2	Téc. Superior /Direito	2ª	15	1 201,48 €	2	4 805,92 €	400,49 €	400,49 €		1 331,64 €	358,68 €	7 297,23 €	7 297,23 €
Div. Inovação, Sistemas de Informação e Qualidade	1	Especialista de informática		400	1 373,12 €	2	2 746,24 €	228,85 €	228,85 €		760,94 €	179,34 €	4 144,22 €	4 144,22 €
	3	Técnico de informática		280	961,18 €	2	5 767,08 €	480,59 €	480,59 €		1 597,96 €	538,02 €	8 864,24 €	8 864,24 €
Div. Apoio Cidadão	11	Assistente técnico	1ª	5	683,13 €	5	37 572,15 €	3 131,01 €	3 131,01 €		10 410,62 €	4 931,85 €	59 176,64 €	59 176,64 €
Div. Fiscalização	2	Téc. Superior - Engenheiro Civil	2ª	15	1 201,48 €	2	4 805,92 €	400,49 €	400,49 €		1 331,64 €	358,68 €	7 297,23 €	7 297,23 €
	4	Assistentes técnicos	1ª	5	683,13 €	5	13 662,60 €	1 138,55 €	1 138,55 €		3 785,68 €	1 793,40 €	21 518,78 €	21 518,78 €
Div. Contabilidade Plan. C.Gestão	2	Téc. Superior	2ª	15	1 201,48 €	4	9 611,84 €	800,99 €	800,99 €		2 663,28 €	717,36 €	14 594,45 €	14 594,45 €
	1	Assistentes técnicos	1ª	5	683,13 €	6	4 098,78 €	341,57 €	341,57 €		1 135,70 €	538,02 €	6 455,63 €	6 455,63 €
Div. Financeira	2	Téc. Superior	2ª	15	1 201,48 €	2	4 805,92 €	400,49 €	400,49 €		1 331,64 €	358,68 €	7 297,23 €	7 297,23 €
Div. Aprov. C.P.G.Patrimonio	3	Téc. Superior	2ª	15	1 201,48 €	2	7 208,88 €	600,74 €	600,74 €		1 997,46 €	538,02 €	10 945,84 €	10 945,84 €
	2	Assistentes técnicos	1ª	5	683,13 €	2	2 732,52 €	227,71 €	227,71 €		757,14 €	358,68 €	4 303,76 €	4 303,76 €
Dep. Recursos Humanos	2	Assistentes técnicos	1ª	5	683,13 €	8	10 930,08 €	910,84 €	910,84 €		3 028,54 €	1 434,72 €	17 215,02 €	17 215,02 €
Total							108 747,93 €	9 062,33 €	9 062,33 €	- €	30 132,24 €	12 105,45 €	169 110,27 €	169 110,27 €

ORGÃOS	Nº	CARGO, CARREIRA / CATEGORIA	Posição	Nível Rem.	Venc. Mensal	Nº Meses	Total Vencimento	Sub.Férias	Sub. Natal	Despesas representação	Enc. Patronais	Sub. Refeição	TOTAL	
													Somatório Horizontal	Somatório Vertical
Direção Municipal do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento														
Departamento de Planeamento e Ordenamento Territorial														
Divisão de Planeamento, Revit. Reg, Urbana	1	Técnico Superior / Arquitetura	2. ^a	15	1 201,48 €	8	9 611,84 €	800,99 €	800,99 €		2 663,28 €	717,36 €	14 594,45 €	14 594,45 €
	1	Técnico Superior/ Geografia e Planeamento	2. ^a	15	1 201,48 €	10	12 014,80 €	1 001,23 €	1 001,23 €		3 329,10 €	896,70 €	18 243,07 €	18 243,07 €
	1	Técnico Superior /Arquitetura Paisagista	2. ^a	15	1 201,48 €	2	2 402,96 €	200,25 €	200,25 €		665,82 €	179,34 €	3 648,61 €	3 648,61 €
	2	Assistentes técnicos	1 ^a	5	683,13 €	5	6 831,30 €	569,28 €	569,28 €		1 892,84 €	896,70 €	10 759,39 €	10 759,39 €
Div. Transito Mobilidade	1	Técnico Superior /Arquitetura	2. ^a	15	1 201,48 €	8	9 611,84 €	800,99 €	800,99 €		2 663,28 €	717,36 €	14 594,45 €	14 594,45 €
	1	Técnico Superior /Geografia e planeamento	2. ^a	15	1 201,48 €	10	12 014,80 €	1 001,23 €	1 001,23 €		3 329,10 €	896,70 €	18 243,07 €	18 243,07 €
	3	Assistentes operacionais	1 ^a	5	557,00 €	6	10 026,00 €	835,50 €	835,50 €		2 778,04 €	1 614,06 €	16 089,10 €	16 089,10 €
Div. Gestão Urb.Esp. Publico	1	Técnico Superior / Arquitetura	2. ^a	15	1 201,48 €	8	9 611,84 €	800,99 €	800,99 €		2 663,28 €	717,36 €	14 594,45 €	14 594,45 €
	1	Assistentes técnicos	1 ^a	5	683,13 €	5	3 415,65 €	284,64 €	284,64 €		946,42 €	448,35 €	5 379,69 €	5 379,69 €
Dep. Gestão Urbana	4	Assistentes operacionais	1 ^a	5	557,00 €	8	17 824,00 €	1 485,33 €	1 485,33 €		4 938,73 €	2 869,44 €	28 602,84 €	28 602,84 €
Total							93 365,03 €	7 780,42 €	7 780,42 €	- €	25 869,89 €	9 953,37 €	144 749,13 €	144 749,13 €

ORGÃOS	Nº	CARGO, CARREIRA / CATEGORIA	Posição	Nível Rem.	Venc. Mensal	Nº Meses	Total Vencimento	Sub.Férias	Sub. Natal	Despesas representação	Enc. Patronais	Sub. Refeição	TOTAL	
													Somatório Horizontal	Somatório Vertical
Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais														
Departam. Obras Públicas	1	Téc. Superior /Engenharia Civil	2ª	15	1 201,48 €	2	2 402,96 €	200,25 €	200,25 €		665,82 €	179,34 €	3 648,61 €	3 648,61 €
Div.Obras Vias Infraest.	1	Téc. Superior - Engenharia Civil	2ª	15	1 201,48 €	2	2 402,96 €	200,25 €	200,25 €		665,82 €	179,34 €	3 648,61 €	3 648,61 €
Div. Estudos Projet. Municipais	1	Téc. Superior - Engenharia Civil	2ª	15	1 201,48 €	2	2 402,96 €	200,25 €	200,25 €		665,82 €	179,34 €	3 648,61 €	3 648,61 €
	1	Téc. Superior - Arquiteto	2ª	15	1 201,48 €	8	9 611,84 €	800,99 €	800,99 €		2 663,28 €	717,36 €	14 594,45 €	14 594,45 €
Div. Manutenção Conservação	1	Téc. Superior - Engenharia Civil	2ª	15	1 201,48 €	2	2 402,96 €	200,25 €	200,25 €		665,82 €	179,34 €	3 648,61 €	3 648,61 €
Div. Amb. Espaços Verdes	15	Assistente Operacional /Jardinagem	1ª	1	557,00 €	6	50 130,00 €	4 177,50 €	4 177,50 €		13 890,19 €	8 070,30 €	80 445,49 €	80 445,49 €
Div. Gestão Equipamentos Municipais	1	Assistente técnico	1ª	5	683,13 €	5	3 415,65 €	284,64 €	284,64 €		946,42 €	448,35 €	5 379,69 €	5 379,69 €
	1	Assistente operacional / Carpintaria	1ª	1	557,00 €	6	3 342,00 €	278,50 €	278,50 €		926,01 €	538,02 €	5 363,03 €	5 363,03 €
	1	Assistente operacional / Serralharia	1ª	1	557,00 €	6	3 342,00 €	278,50 €	278,50 €		926,01 €	538,02 €	5 363,03 €	5 363,03 €
	1	Assistente operacional / Trolha	1ª	1	557,00 €	6	3 342,00 €	278,50 €	278,50 €		926,01 €	538,02 €	5 363,03 €	5 363,03 €
	2	Assistentes operacionais / Agropecuária	1ª	1	557,00 €	6	6 684,00 €	557,00 €	557,00 €		1 852,03 €	1 076,04 €	10 726,07 €	10 726,07 €
	1	Assistente operacional	1ª	1	557,00 €	6	3 342,00 €	278,50 €	278,50 €		926,01 €	538,02 €	5 363,03 €	5 363,03 €
	2	Assistentes operacionais / Vigillância noturna	1ª	1	557,00 €	6	6 684,00 €	557,00 €	557,00 €		1 852,03 €	1 076,04 €	10 726,07 €	10 726,07 €
Div.Eletrom. Ilum.Púb.Energia	1	Técnico Superior / Engenharia Mecânica	2.ª	15	1 201,48 €	2	2 402,96 €	200,25 €	200,25 €		665,82 €	179,34 €	3 648,61 €	3 648,61 €
Total							101 908,29 €	8 492,36 €	8 492,36 €	- €	28 237,09 €	14 436,87 €	161 566,96 €	161 566,96 €

ORGÃOS	Nº	CARGO, CARREIRA / CATEGORIA	Posição	Nível Rem.	Venc. Mensal	Nº Meses	Total Vencimento	Sub.Férias	Sub. Natal	Despesas representação	Enc. Patronais	Sub. Refeição	TOTAL	
													Somatório Horizontal	Somatório Vertical
Total Órgãos							799 952,69 €	66 662,72 €	66 662,72 €	- €	221 653,56 €	114 418,92 €	1 269 350,62 €	1 269 350,62 €



MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE BRAGA - 2018

Art.º 29.º do ANEXO à Lei n.º 35/2014, de 20/06

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (cfr. Regulamento da Reorganização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Braga)	Atribuições/ atividades/ competências (Caraterização Postos Trabalho)	POSTOS DE TRABALHO POR ATIVIDADES E POR CARGOS / CARREIRAS / CATEGORIAS																TOTAL POSTOS DE TRABALHO			Observações			
		Cargos Dirigentes ou Equiparados					Carreiras Gerais					Carreiras Não Revistas					Carreiras Subsistentes							
		Diretor Municipal	Diretor Departamento	Chefe de Divisão	Comandante	Adjunto técnico CBS	Técnico Superior	Coordenador Técnico	Assistente técnico	Encarreg. Geral Operacional	Encarregado Operacional	Assistente operacional	Especialista Informática	Técnico Informática	Fiscal Municipal	Polícia Municipal	Bombeiros Sapadores	Bombeiros Municipais	Chefe Serviços Administrat. Escolar	Encarregado Brig. Limpa-Coletores		Fiscal Serviços Higiene/limpeza	Ocupados	A recrutar
PRESIDENTE DA CÂMARA																								
Gabinete de Apoio à Presidência								1		1											2			
Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo						1		1													2			
Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos						1	1	1		1											4			
Gabinete de Auditoria e Controlo Interno																					0			
Postos de trabalho Ocupados				0		2	1	3		2										8				
Comissão serviço																					0			
CTFP Tempo Indeterminado						1	1	3		2											7			
Mobilidade Intercarreiras e Intercategorias						1															1			
Postos de trabalho cativos (Procedimentos concursais em curso ou já autorizados)																								0



MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE BRAGA - 2018

Art.º 29.º do ANEXO à Lei n.º 35/2014, de 20/06

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (cfr. Regulamento da Reorganização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Braga)	Atribuições/ atividades/ competências (Caraterização Postos Trabalho)	POSTOS DE TRABALHO POR ATIVIDADES E POR CARGOS / CARREIRAS / CATEGORIAS															TOTAL POSTOS DE TRABALHO			Observações					
		Cargos Dirigentes ou Equiparados					Carreiras Gerais					Carreiras Não Revistas					Carreiras Subsistentes								
		Diretor Municipal	Diretor Departamento	Chefe de Divisão	Comandante	Adjunto técnico CBS	Técnico Superior	Coordenador Técnico	Assistente técnico	Encarreg. Geral Operacional	Encarregado Operacional	Assistente operacional	Especialista Informática	Técnico Informática	Fiscal Municipal	Polícia Municipal	Bombeiros Sapadores	Bombeiros Municipais	Chefe Serviços Adm. Escolar		Encarregado Brig. Limpa-Coleções	Fiscal Serviços Higiene/limpeza	Ocupados	A recrutar	Cativos
Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva					1		1														3			a)	
Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso			1		6		3														10	G)		a)	
Divisão de Gestão de Fundos Comunitários			1		2																3			a)	
Divisão de Inovação, Sistemas de Informação e Qualidade			1		4		1			1	4	4									15	H)		a)	
Divisão de Apoio ao Cidadão (BU e Espaços Cidadão)			1		2		21	1		3	1										29	I)		b)	
Divisão de Fiscalização			1		4		6			1			2	5							19	J)		a)	
Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão		1																			1			b)	
Divisão de Contabilidade, Planeamento e Controlo de Gestão			1		3		8														12	K)		b)	
Divisão Financeira			1				7						1								9	L)		b)	
DF - Tesouraria					1		4														5				
Divisão de Aprovisionamento, Contratação Pública e Gestão de Património			1		5	2	6			2											16	M)		b)	
Departamento de Recursos Humanos		1			6	2	3		1	42		2									57	N)		b)	
Postos de trabalho Ocupados	1	2	8		34	4	60	1	1	49	5	6	3	5							179				
Comissão serviço	1	2	8																		11				
CTFP Tempo Indeterminado					21	4	51	1		48	3	3	3	5							139				
Mobilidade Intercarreiras e Intercategorias					6		6		1		2	2									17				
Mobilidade na categoria vinda de outras entidade					7		3			1		1									12				
Postos de trabalho a recrutar					11		20				1	3										35			
CTFP Tempo Indeterminado					11		20				1	3											35		
Postos de trabalho cativos (Procedimentos concursais em curso ou já autorizados)																								0	
Recrutamento através de procedimento concursal ou mobilidade	G): 2 técnicos superiores, área de direito; H): 1 especialista de informática; 3 técnicos de informática; I): 11 assistentes técnicos; J): 2 técnicos superiores, área de engenharia civil; 4 assistentes técnicos; K): 2 técnicos superiores; 1 assistente técnico; L): 2 técnicos superiores; M): 3 técnicos superiores; 2 assistentes técnicos; N): 2 assistentes técnicos.																								



MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE BRAGA - 2018

Art.º 29.º do ANEXO à Lei n.º 35/2014, de 20/06

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (cfr. Regulamento da Reorganização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Braga)	Atribuições/ atividades/ competências (Caraterização Postos Trabalho)	POSTOS DE TRABALHO POR ATIVIDADES E POR CARGOS / CARREIRAS / CATEGORIAS															TOTAL POSTOS DE TRABALHO			Observações				
		Cargos Dirigentes ou Equiparados					Carreiras Gerais					Carreiras Não Revistas					Carreiras Subsistentes							
		Diretor Municipal	Diretor Departamento	Chefe de Divisão	Comandante	Adjunto técnico CBS	Técnico Superior	Coordenador Técnico	Assistente técnico	Encarreg. Geral Operacional	Encarregado Operacional	Assistente operacional	Especialista Informática	Técnico Informática	Fiscal Municipal	Polícia Municipal	Bombeiros Sapadores	Bombeiros Municipais	Chefe Serviços Admst. Escolar		Encarregado Brig. Limpa Colectores	Fiscal Serviços Higiene/limpeza	Ocupados	A recrutar
Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais		1				1	2	3		1											8			b)
Departamento de Obras Públicas			1			10		4		1											16	O)		a)
Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas				1		1		1	1	6	41								1		52	P)		a)
Divisão de Manutenção e Conservação				1				2	1	3	17										24	Q)		b)
Divisão de Estudos e Projetos Municipais				1		7		10			2										20	R)	1	a)
Departamento de Apoio aos Serviços Municipais			1			1															2			a)
Divisão de Gestão de Equipamentos Municipais				1		5	1	3	4	5	92			1					1		113	S)		a)
Divisão de Eletromecânica, Iluminação Pública e Energia				1		2				1	7										11	T)		a)
Divisão de Ambiente e Espaços Verdes				1		2			1	9	75										88	U)		b)
Postos de trabalho Ocupados		1	2	6		29	3	23	7	24	236			1				1	1	334				
Comissão serviço		1	2	6																	9			
CTFP Tempo Indeterminado						24	3	21	3	15	236			1					1	1	305			
Mobilidade Inter carreiras e Intercategorias						2		1	4	9											16			
Mobilidade na categoria vinda de outras entidades						3		1													4			
Postos de trabalho a recrutar						6		1			25											32		
CTFP Tempo Indeterminado						6		1			25												32	
CTFP Termo Resolutivo Certo																							0	
Postos de trabalho cativos (Procedimentos concursais em curso ou já autorizados)						1																		1
Recrutamento através de procedimento concursal ou mobilidade		O): 1 técnico superior, área de engenharia civil; P): 1 técnico superior, área de engenharia civil; Q): 1 técnico superior, área de engenharia civil; R): 1 técnico superior, área de engenharia civil; 1 técnico superior, área de arquitetura; S): 1 assistente operacional, área de serralharia; 1 assistente operacional, área de trolha; 1 assistente operacional, área de carpintaria; 2 assistentes operacionais, área de agropecuária; 1 assistente operacional; 1 assistente técnico; 2 assistentes operacionais, área de vigilância noturna; T) 1 técnico superior, área de engenharia mecânica; 2 assistentes operacionais, área de electricista; U): 15 assistentes operacionais, área de jardinagem																						



MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE BRAGA - 2018

Art.º 29.º do ANEXO à Lei n.º 35/2014, de 20/06

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (cfr. Regulamento da Reorganização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Braga)	Atribuições/ atividades/ competências (Caraterização Postos Trabalho)	POSTOS DE TRABALHO POR ATIVIDADES E POR CARGOS / CARREIRAS / CATEGORIAS																TOTAL POSTOS DE TRABALHO			Observações			
		Cargos Dirigentes ou Equiparados					Carreiras Gerais					Carreiras Não Revistas					Carreiras Subsistentes			Ocupados		A recrutar	Cativos	
		Diretor Municipal	Diretor Departamento	Chefe de Divisão	Comandante	Adjunto técnico CBS	Técnico Superior	Coordenador Técnico	Assistente técnico	Encarreg. Geral Operacional	Encarregado Operacional	Assistente operacional	Especialista Informática	Técnico Informática	Fiscal Municipal	Polícia Municipal	Bombeiros Sapadores	Bombeiros Municipais	Chefe Serviços Administr. Escolar					Encarregado Brig. Limpa-Colectores
Direção Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento		1				1	1	9			6										18			b)
Departamento de Planeamento e Ordenamento Territorial			1								1										2			a)
Divisão de Planeamento Revitalização e Regeneração Urbana				1		6	2		1												10	V)		b)
Divisão de Trânsito e Mobilidade			1		5	3	1	1	14												25	W)		a)
Departamento de Gestão Urbana			1		1	3															5	X)		b)
Divisão de Gestão Urbanística e Espaço Público			1		9	7							1								18	Y)		b)
Divisão do Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico			1		9	9				2											21			a)
Postos de trabalho Ocupados		1	2	4		31	1	33	1	2	23			1							99			
Comissão serviço		1	1	4																	6			
Regime de substituição			1																		1			
CTFP Tempo Indeterminado					22		31		1	23			1								78			
Mobilidade Intercarreiras e Intercategorias					5	1	1	1	1												9			
Mobilidade na categoria vinda de outras entidades					4		1														5			
Postos de trabalho a recrutar					6	3				7												16		
CTFP Tempo Indeterminado					6	3				7												16		
Postos de trabalho cativos (Procedimentos concursais em curso ou já autorizados)																								0
Recrutamento através de procedimento concursal ou mobilidade	V): 1 técnico superior, área de arquitetura; 1 técnico superior, área de geografia e planeamento; 1 técnico superior, área de arquitetura paisagista; 2 assistentes técnicos; W): 1 técnico superior, área de arquitetura; 1 técnico superior, área geografia e planeamento; 3 assistentes operacionais; X): 4 assistentes operacionais; Y): 1 técnico superior, área de arquitetura; 1 assistente técnico.																							



MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE BRAGA - 2018

Art.º 29.º do ANEXO à Lei n.º 35/2014, de 20/06

MAPA RESUMO

TOTALS	POSTOS DE TRABALHO POR ATIVIDADES E POR CARGOS / CARREIRAS / CATEGORIAS																			TOTAL POSTOS DE TRABALHO			Observações	
	Cargos Dirigentes ou Equiparados					Carreiras Gerais						Carreiras Não Revistas						Carreiras Subsistentes		Ocupados	A recrutar	Cativos		
	Diretor Municipal	Diretor Departamento	Chefe de Divisão	Comandante	Adjunto técnico CBS	Técnico Superior	Coordenador Técnico	Assistente técnico	Encarreg. Geral Operacional	Encarregado Operacional	Assistente operacional	Especialista Informática	Técnico Informática	Fiscal Municipal	Polícia Municipal	Bombeiros Sapadores	Bombeiros Municipais	Chefe Serviços Administr. Escolar	Encarregado Brig. Limpa Colectores					Fiscal Serviços Higiene/limpeza
Postos de trabalho Ocupados	3	6	23	1	1	142	16	241	9	42	835	5	6	5	43	3	84	6	1	1	1473			
Comissão serviço	3	5	23	1	1																	33		
Regime de substituição		1	0																			1		
CTFP Tempo Indeterminado						101	11	219	4	20	796	3	3	5	43	3	84	6	1	1		1300		
CTFP Termo Incerto								1														1		
CTFP Termo Certo										38												38		
Mobilidade Intercarreiras e intercategorias						21	5	16	5	22		2	2									73		
Mobilidade na categoria vinda de outras entidades						19		5			1		1									26		
Cedência de Interesse Público						1																1		
Postos de trabalho a recrutar						28		31			108	1	3				3					174		
CTFP Tempo Indeterminado						28		31			108	1	3				3					174		
CTFP Termo Resolutivo Certo								0			0											0		
Postos de trabalho cativos (Procedimentos concursais em curso ou já autorizados)			0		0	1		1			14				10		10							36

OBSERVAÇÕES

a) 17 Técnicos superiores do mapa de pessoal do Município de Braga, encontram-se em exercício de funções de dirigente no Município de Braga.

b) 15 Técnicos superiores do mapa de pessoal de outros organismos em exercício de funções de dirigente no Município de Braga.



MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE BRAGA - 2018

Art.º 29.º do ANEXO à Lei n.º 35/2014, de 20/06

TRABALHADORES DO MUNICIPIO QUE NÃO EXERCEM FUNÇÕES NOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL

TOTAIS	Técnico Superior	Coordenador Técnico	Assistente técnico	Encarregado Geral Operacional	Encarregado Operacional	Assistente operacional	Especialista Informática	Técnico de Informática	Fiscal Municipal	Bombeiro Municipal	Chefe de Armazém	Fiscal Serviços Higiene e Limpeza	Polícia Municipal	Encarregado Brigada Limpa Coletores	Fiscal de Leituras e Cobranças	Fiscal de Obras	Total
Nº de postos de trabalho	20	11	36	8	17	294	1		3	1	1	2		2	1	1	398
Cedência Interesse público (central sindical)			1			1											2
Cedência Interesse público (empresas municipais)	19	10	35	8	17	293	1		3		1	2		2	1	1	393
Outras situações	1	1								1							3
Mobilidades noutras entidades			2			1		1					2				6

Caracterização dos Postos de Trabalho por Atividade

Atribuições, Competências e Atividades caracterizadoras

das funções existentes no Mapa de Pessoal

da Câmara Municipal de Braga.

2018

ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	3
2. ORGANIGRAMA	4
3. METODOLOGIA PARA DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO	5
4. DESCRIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO	7
4.1. Cargos Dirigentes	6
4.2. Comando dos Corpos de Bombeiros Profissionais	7
4.3. Técnico Superior	7
4.4. Assistente Técnico	16
4.5. Assistente Operacional	21
4.6. Carreiras não revistas	27
4.7. Carreiras Subsistentes	31

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Este documento, tem como principal objetivo fornecer informação útil, acerca do conteúdo, requisitos, competências e responsabilidades de cada função. Pretende igualmente dar um contributo para a perceção do funcionamento global da organização e da forma como as várias funções se relacionam. O mesmo será uma ferramenta facilitadora de vários processos, na medida em que permitirá detetar lacunas ou sobreposições de tarefas, identificar necessidades de formação, reorganizar processos de trabalho e apoiar os processos de recrutamento e seleção, avaliação de desempenho e gestão de carreiras. De salientar que este não é um documento estático, ou seja, carece de uma componente dinâmica, devendo ser atualizado sempre que tal se justifique. É da responsabilidade dos titulares e supervisores de cada função informar qualquer alteração que deva ser alvo de atualização deste documento.

2. ORGANIGRAMA

PRESIDENTE DA CÂMARA

- Divisão de Apoio às Atividades Económicas
- Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo
- Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos
- Gabinete de Auditoria e Controlo Interno

VEREAÇÃO

- Divisão de Proteção Civil
- Gabinete Técnico Florestal
- Gabinete de Ação Social
- Divisão de Apoio às Freguesias

- Divisão de Educação
- Divisão da Cultura

- Divisão do Desporto, Juventude e Associativismo

Direção Municipal de Gestão,
Administração e Prospetiva
(DMGAP)

- Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso
 - Divisão de Gestão de Fundos Comunitários
 - Divisão de Inovação, Sistemas de Informação e Qualidade
 - Divisão de Apoio ao Cidadão (BU e Espaços Cidadão)
 - Divisão de Fiscalização
- Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão
- Divisão de Contabilidade, Planeamento e Controlo de Gestão
 - Divisão Financeira (Tesouraria)
 - Divisão de Aprovisionamento, Contratação Pública e Gestão de Património
- Departamento de Recursos Humanos

Direção Municipal de Urbanismo,
Ordenamento e Planeamento
(DMUOP)

Departamento Municipal de
Planeamento e Ordenamento
Territorial

- Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana
- Divisão de Trânsito e Mobilidade

Departamento de Gestão Urbana

- Divisão de Estudos e Projetos Municipais
- Divisão de Gestão Urbanística e Espaço Público
- Divisão do Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico

Direção Municipal de Obras e
Serviços Municipais
(DMOSM)

Departamento Municipal de Obras
Públicas

- Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas
- Divisão de Manutenção e Conservação

Departamento de Apoio aos Serviços
Municipais

- Divisão de Gestão de Equipamentos Municipais
- Divisão de Eletromecânica, Iluminação Pública e Energia
- Divisão de Ambiente e Espaços Verdes

3. METODOLOGIA PARA A DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO POR ATIVIDADE

A caracterização dos postos de trabalho por atividade dos trabalhadores da Câmara Municipal de Braga realizou-se a partir de um Levantamento dos Postos de Trabalho existentes, realizados através de um inquérito desenvolvido especificamente para este fim o qual foi respondido de forma individual e anónima, através de formato eletrónico e ainda, através de entrevistas semiestruturadas aos Diretores Municipais, Diretores de Departamentos e Chefes de Divisão responsáveis pela coordenação das respetivas unidades orgânicas.

4. DESCRIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO

4.1. CARGOS DIRIGENTES

CARREIRA / CATEGORIA	CONTEÚDO FUNCIONAL	FORMAÇÃO ACADÉMICA E/OU PROFISSIONAL
Diretor Municipal	Diretamente dependente do presidente da Câmara Municipal: Gerir as atividades da direção municipal na linha geral de atuação definida pelos órgãos municipais competentes; Dirigir e coordenar, de modo eficiente, a atividade dos departamentos municipais ou outros serviços de nível inferior integrados na respetiva direção municipal; Controlar os resultados sectoriais, responsabilizando-se pela sua produção de forma adequada aos objetivos prosseguidos; Promover a execução das ordens e dos despachos do presidente da Câmara ou dos Vereadores com poderes para o efeito nas matérias compreendidas na esfera de competências da respetiva direção municipal. (art.º 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08)	Nos termos da Lei n.º 02/2004 de 15/01, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30/08 e 64/2011, de 22/12, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29/08

CARREIRA / CATEGORIA	CONTEÚDO FUNCIONAL	FORMAÇÃO ACADÉMICA E/OU PROFISSIONAL
Diretor de Departamento Municipal	Diretamente dependente de um diretor municipal, ou, não existindo diretor municipal ou equiparado, diretamente dependente do presidente da Câmara Municipal: Dirigir os serviços compreendidos no respetivo departamento, definindo objetivos de atuação do mesmo, tendo em conta os planos gerais estabelecidos, a competência do departamento e a regulamentação interna, quando exista; Controlar o cumprimento dos planos de atividade, os resultados obtidos e a eficiência dos serviços dependentes; Assegurar a administração dos recursos humanos e materiais que lhe estão afetos, promovendo o melhor aproveitamento e desenvolvimento dos mesmos, tendo em conta os objetivos e atividades dos serviços dependentes. (art.º 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08)	Nos termos da Lei n.º 02/2004 de 15/01, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30/08 e 64/2011, de 22/12, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29/08

CARREIRA / CATEGORIA	CONTEÚDO FUNCIONAL	FORMAÇÃO ACADÉMICA E/OU PROFISSIONAL
Chefe de Divisão Municipal	Diretamente dependente de um diretor de departamento municipal ou diretamente dependente do presidente da Câmara Municipal: Dirigir o pessoal integrado na divisão, para o que distribui, orienta e controla a execução dos trabalhos dos subordinados; Incumbir tarefas como organizar as atividades da divisão, de acordo com o plano de atividades definido e proceder à avaliação dos resultados alcançados; Promover a qualificação do pessoal da divisão; Elaborar pareceres e informações sobre assuntos da competência da divisão a seu cargo; Quando não exista diretor de departamento municipal, exercer também as funções descritas para diretor de departamento municipal, sob a direta dependência dos membros do órgão executivo municipal ou do membro do órgão executivo com poderes para o efeito. (art.º 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08)	Nos termos da Lei n.º 02/2004 de 15/01, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30/08 e 64/2011, de 22/12, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29/08

4.2. COMANDO DOS CORPOS DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS

CARREIRA / CATEGORIA	CONTEÚDO FUNCIONAL	FORMAÇÃO ACADÉMICA E/OU PROFISSIONAL
Comandante dos Corpos de Bombeiros Profissionais	Comandar operações no âmbito da Proteção Civil, incluindo todas as atividades relacionadas com o Socorro e Salvamento; Organizar teatros de operações, formar e comandar equipas de intervenção nos vários cenários de crise, relacionadas com o socorro e salvamento em Proteção Civil, bem como todas as atividades descritas na Lei Orgânica dos Bombeiros e Proteção Civil; Colaborar com outras Entidades/Instituições no âmbito da Proteção Civil, relativamente vistorias a Estabelecimentos; Colaborar na elaboração de planos de emergência e formação, entre outras.	Nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13/04.

CARREIRA / CATEGORIA	CONTEÚDO FUNCIONAL	FORMAÇÃO ACADÉMICA E/OU PROFISSIONAL
Adjunto Técnico do Comandante dos Corpos de Bombeiros Profissionais	Coadjuvar diretamente o Comandante na respetiva área de competências. Exercer as demais competências que lhe foram cometidas.	Nos termos do Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13/04.

4.3. TÉCNICO SUPERIOR

CARREIRA / CATEGORIA	CONTEÚDO FUNCIONAL	FORMAÇÃO ACADÉMICA E/OU PROFISSIONAL
Técnico Superior	Estudar, planear, programar, avaliar e aplicar métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços; Exercer estas funções com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; Representar o órgão ou serviço em assuntos de sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.	Licenciatura ou Grau Académico Superior. (Adjetivada a licenciatura nos postos de trabalho a preencher no mapa de pessoal de 2013)

ATRIBUIÇÕES / COMPETÊNCIAS / ATIVIDADES

Ação Cultural Recreativa - Participar na planificação e execução das atividades culturais promovidas pela Divisão de Cultura nomeadamente: festivais, recriação histórica, encontros, mostras, exposições, programas comemorativos, concursos, descentralização cultural e promoção de parcerias estratégicas; Participar ativamente na organização e acompanhamento das atividades culturais dirigidas ao público escolar e à formação de novos públicos como sejam espetáculos, recitais didáticos, visitas guiadas, atribuição de bolsas de formação artística (música e dança), oficinas, ateliês de artes plásticas, planos de incentivo à leitura, concursos, entre outros.

Ação Social - Dinamizar as Comissões Sociais de Freguesia e Interfreguesias; Coordenar o Banco Local de Voluntariado; Ministrando formação nas áreas de Educação Parental, Economia Doméstica, Prevenção de Comportamentos de Risco (absentismo, abandono escolar e consumos); Representar a autarquia nos Grupos de Trabalho de Infância, Idosos e outros; Atender os munícipes no Gabinete de Ação Social;

Registrar situações, análise e encaminhamento com vista à sua resolução; Executar as medidas de política social que, no domínio das atribuições do município, forem aprovadas pela Câmara Municipal ou pelo seu Presidente; Propor a programação de construções de equipamentos de cariz social; Promover ou acompanhar as atividades que visem categorias específicas de munícipes carenciados de apoio ou assistência social; Apoiar e coordenar as relações do município com as instituições privadas ou públicas de solidariedade social; Promover e apoiar projetos e ações que visem a inserção ou reinserção socioprofissional de munícipes; Desenvolver e apoiar ações tendentes à erradicação do trabalho infantil; Coordenar a participação do município no programa Rede Social, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e nos planos de prevenção da droga e combate à toxicod dependência; Apoiar a política municipal no âmbito da promoção da habitação social.

Ação Social Escolar - Planificar e organizar os serviços de ação social escolar nas modalidades de alojamento, refeitório/bufete, transportes, bolsas e outras prestações de serviços; Organizar processos de candidatura a apoios sociais; Elaborar planos orçamentais para a ação social escolar com base na análise prospetiva a partir das atividades desenvolvidas; Proceder à orientação e gestão de equipamentos sociais; Proceder ao encaminhamento e acompanhamento de alunos em situações de risco social; Informar e fornecer pareceres sobre matérias da sua responsabilidade.

Animação cultural - Elaboração de planos anuais de atividades e respetiva orçamentação, nomeadamente nos domínios da formação, de novos públicos e no apoio à criação artística; Implementação, acompanhamento, avaliação e proposta de regulação das diferentes atividades nesses domínios; Análise e prestação de informação técnica a solicitações dos diferentes agentes culturais tendo em vista o apoio regular ou excepcional do município às respetivas atividades; Acompanhamento de estudos e consultadoria relativos às atividades culturais do município.

Animação Cultural e Ambiental - Realizar sessões de Educação para o Desenvolvimento Sustentável nas escolas, para alunos, pais e professores/auxiliares de ação educativa; Realizar sessões de Educação para o Desenvolvimento Sustentável nas Juntas de Freguesia e outras entidades que os solicitem; Organizar os concursos na área de ambiente; Representar o município nos conselhos Ecoescolas; Organizar atividades ligadas à saúde (peças de teatro, palestras, despistes, etc.); Acompanhar as questões ambientais ligadas às praias fluviais; Responder a queixas dos cidadãos na área do ambiente.

Animação Desportiva - Planear e promover a organização de iniciativas de caráter desportivo, promovendo a participação da comunidade em que se insere; Definição de planos desportivos, incluindo a conceção e planificação de atividades, elaboração dos respetivos regulamentos e divulgação, nomeadamente através do contacto com escolas, associações e clubes, prestando apoio à concretização das mesmas; Elaborar pareceres e fazer relatórios sobre atividades desenvolvidas. Mediação e planeamento dos eventos desportivos desencadeados ou promovidos pelo Município. Desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de contratos-programa de desenvolvimento desportivo.

Apoio a Comunidade de Emigração e Imigração - Realizar contactos com diversos organismos nacionais e internacionais para tratar assuntos relacionados como a Emigração e Imigração; Elaborar pedidos de reforma e pensões junto das mais diversas instituições de Segurança Social estrangeiras; Apoiar no estudo prévio e tradução dos contratos de trabalho; Verificar as empresas contratantes; Aconselhar; Emitir certidões de casamento, divórcio, certidões para a obtenção de carta de condução portuguesa, para obtenção de equivalências escolares, para correspondência com as instituições estrangeiras, entre outros assuntos que podem ser os mais diversificados e que se enquadrem nesta competência; Realizar a mediação consular e o apoio jurídico em matéria de Direito Comunitário; Prestar apoio aos imigrantes, nomeadamente na emissão de Certificado de Residente da União Europeia, conforme protocolado com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Verificar os documentos apresentados; Apoiar na chegada ao país, prestando informações para uma integração mais rápida e plena; Contactar, por vezes, diversas Embaixadas para assegurar e preparar determinadas visitas bem como a preparar reuniões de trabalho.

Arqueologia - Executar ou coordenar a realização de todo o tipo de trabalhos específicos no âmbito da arqueologia, no campo, em meio urbano, em gabinetes ou laboratórios; Elaborar estudos, conceber e desenvolver projetos; Emitir pareceres e participar em reuniões, comissões e grupos de trabalho em unidades orgânicas de funcionamento, de âmbito nacional ou internacional, tendo em vista a tomada de decisão superior sobre as medidas de política que interessam à arqueologia, bem como participar na conceção e aferição de critérios de seleção do pessoal da área de arqueologia; Realizar atividades como as prospeções, escavações, peritagens e informações, estudos bibliográficos diversos (sobre materiais, sobre estações, de impacte arqueológico, de planeamentos, etc.), exposições, conferências, condução de visitas, elaboração de publicações, ensino, participação em comissões técnicas de gestão e controlo dos

planos de ordenamento do território; Emitir pareceres sobre normas de proteção de gestão do património arqueológico ou sobre projetos de conservação, restauro e musealização de imóveis e sítios arqueológicos.

Arquitetura - Criar e projetar conjuntos urbanos, edificações, obras públicas e objetos, prestando a devida assistência técnica e orientação no decurso da respetiva execução; Criar e projetar reabilitação de edificações e regeneração de espaços urbanos. Elaborar informações relativas a processos na área da respetiva especialidade, incluindo o planeamento urbanístico, bem como sobre a qualidade e adequação de projetos para licenciamento de obras de construção civil ou de outras operações urbanísticas; Colaborar na organização de processos de candidatura a financiamentos comunitários, da administração central ou outros; Colaborar na definição das propostas de estratégia, de metodologia e de desenvolvimento para as intervenções urbanísticas e arquitetónicas; Coordenar e fiscalizar a execução de obras; Articular as suas atividades com outros profissionais, nomeadamente nas áreas do planeamento do território, arquitetura paisagista, reabilitação social e urbana e engenharia

Arquitetura Paisagista - Estudar e planear o território e a paisagem, ordenando os diversos elementos de modo a garantir a permanência do equilíbrio ecológico e visual, tendo em consideração aspetos biológicos, estéticos, arquitetónicos, históricos, sociais, de qualidade de vida e de sustentabilidade económica; Projetar espaços e estruturas verdes, estudo do equipamento mobiliário e obras de arte a implantar e realizar estudos de integração paisagística; Articular as suas atividades com outros profissionais, nomeadamente nas áreas do planeamento do território, arquitetura, reabilitação social e urbana e, engenharia.

Arquivo - Estabelecer e aplicar critérios de gestão de documentos; Avaliar e organizar a documentação de fundos públicos e privados com interesse administrativo, probatório e cultural, tais como documentos textuais, cartográficos, audiovisuais e legíveis por máquina, de acordo com sistemas de classificação que define a partir do estudo da instituição produtora da documentação; Orientar e elaborar instrumentos de descrição da documentação, tais como guias, inventários, catálogos e índices; Apoiar o utilizador orientando-o na pesquisa de registos e documentos apropriados; Promover ações de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes; Executar ou dirigir os trabalhos, tendo em vista a conservação e o restauro de documentos; Coordenar e supervisionar o pessoal afeto à função de apoio técnico de arquivista; Elaborar todo o processo de Toponímia; Colaborar no processo da revista Bracara Augusta.

Biblioteca e Documentação - Coordenar o setor de Organização e Representação da Informação garantindo o seu normal funcionamento; Providenciar pelo controlo e verificação do módulo de catalogação do Horizon; Conceber e apresentar instrumentos de aferição, quantitativa e qualitativa, das tarefas executadas no setor de Tratamento Técnico Documental e apresentar mensalmente os respetivos relatórios estatísticos; Desenvolver e formalizar sistematicamente procedimentos relacionados com o setor, de forma a desenvolver o respetivo Manual de Procedimentos, numa filosofia de melhoria contínua; Proceder à classificação e indexação alfabética de documentos da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS), garantindo igualmente a coordenação destas tarefas junto da restante equipa qualificada; Proceder à gestão da coleção bibliográfica, prevendo a incorporação de novos títulos, fazendo a manutenção das ofertas de publicações; Apoiar e orientar o utilizador dos serviços eletrónicos, no serviço de atendimento online; Dar apoio às Bibliotecas Escolares do Concelho de Braga, no que respeita ao tratamento técnico documental e à formação dos professores-bibliotecários.

Biologia – Quinta Pedagógica - Realizar funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaborar autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos, com apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços; Exercer funções com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, e ainda; Planejar e garantir o apoio técnico e logístico adequado às ações a desenvolver na Quinta Pedagógica nos diferentes domínios ambientais; Implementar, acompanhar e dinamizar campanhas de sensibilização e educação ambiental, bem como, medidas e ações de monitorização, controle, gestão e proteção ambiental; Planejar experiências biológico-ambientais direcionadas aos alunos das Escolas; Oferecer apoio técnico nas atividades biológicas da Quinta Pedagógica; Dinamizar campanhas de sensibilização nas Escolas do 1ºCiclo do Ensino Básico; Dinamizar processos de compostagem e vermicompostagem; Promover concursos, exposições e atividades de dinamização da Quinta Pedagógica; Promover e divulgar a floresta autóctone; Sensibilizar para alterações climáticas; Promover e divulgar a biodiversidade.

Ciências de Engenharia - Analisar as diversas componentes do projeto, as memórias descritivas e os cadernos de encargos; efetuar medições e determinar as quantidades de materiais, de mão-de-obra e de serviços necessários, utilizando conhecimentos de desenho, dos materiais e dos processos e métodos de execução de obras; Calcular os valores globais, utilizando, nomeadamente, tabelas de preços. Conceber e realizar planos de obras, estabelecendo estimativas de custo e orçamentos, planos de trabalho e especificações, indicando o tipo de materiais, máquinas e outros equipamentos necessários; Preparar os elementos necessários para lançamento de empreitadas, nomeadamente elaboração do programa de concurso e caderno de encargos. Elaborar informações e pareceres de carácter técnico sobre processos e viabilidades de construção, proceder à verificação técnica de conformidade de obras com os respetivos projetos e à sua fiscalização técnica. Elaborar informações relativas Instalação de atividades económicas, nomeadamente, Restauração e Bebidas, indústria do tipo C e de estabelecimentos de comércio e de prestação de serviços cujo funcionamento pode envolver riscos para a saúde e segurança das pessoas. Elaborar autos de embargo e conseqüente procedimento contraordenacional; Participar em vistorias para efeitos de eventual emissão de licenças de utilização, bem como em vistorias nos termos do disposto nos artigos 89.º e 90.º. Visando o Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga (RMSRCHCB), elaborar informações técnicas de gestão urbanística; Elaborar informações relativas a processos na área da respetiva especialidade, bem como sobre a qualidade e adequação de projetos para licenciamento de obras de construção civil ou de outras operações urbanísticas;

Contabilidade - Apoiar à tomada de decisões ao nível superior no domínio financeiro, nomeadamente no que concerne à obtenção, utilização e controlo dos recursos financeiros; Planificar, organizar e coordenar a execução da contabilidade, respeitando as normas legais e os princípios contabilísticos geralmente aceites; Exercer funções de consultadoria em matéria de âmbito financeiro; Assumir a responsabilidade pela regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscal; Verificar toda a atividade financeira, designadamente o cumprimento dos princípios legais relativos à arrecadação das receitas e à realização das despesas; Organizar e verificar a elaboração dos documentos previsionais, suas revisões e alterações, bem como os documentos de prestação de contas.

Desporto - Coordenar e supervisionar a prescrição, avaliação, condução e orientação de todos os programas e atividades, da área da manutenção da condição física, aos seus utentes; Coordenar e supervisionar a avaliação da qualidade dos serviços prestados, bem como propor ou implementar medidas visando a melhoria dessa qualidade; Elaborar um manual de operações das atividades desportivas que decorrem nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física; Coordenar e regulamentar a produção das atividades desportivas. Superintender tecnicamente, no âmbito do funcionamento das instalações desportivas; Coordenar e supervisionar o funcionamento das instalações desportivas.

Educação - Desenvolver funções de análise, elaboração de estudos e conceção de métodos e processos de trabalho, para responder às diversas solicitações no âmbito da componente social de apoio à família do ensino pré-escolar e dos processos relativos aos auxílios económicos para o 1.º ciclo, considerando a perspetiva do alargamento das competências dos municípios até ao 3.º ciclo; Garantir a execução dos diversos procedimentos inerentes ao serviço de ação social escolar, bem como o cumprimento das respetivas normas legais estabelecidas; Estudar e aplicar métodos de processos de natureza técnica, com autonomia e responsabilidade, enquadrados em conhecimentos profissionais específicos, adquiridos através de curso superior na área de educação; Realizar diagnóstico dos processos dos alunos, enviados pelos agrupamentos de escolas para apuramento de escalão A e B; Realizar listagens dos alunos por escola e agrupamento com os respetivos escalões; Realizar listagens das necessidades de livros e material didático a solicitar à Divisão de Património para fornecimento aos alunos; Analisar a dinâmica geral da ação social escolar de forma a delinear medidas, programas e dinâmicas aplicadas à realidade local; Colaborar no sistema de informação e gestão escolar; colaborar na criação de procedimentos para as iniciativas e projetos em curso; colaborar no planeamento e programação dos sistemas facilitadores para cumprimentos das obrigações do município em matéria do sistema educativo; dar apoio em toda a logística dos projetos educativos desenvolvidos na Divisão de Educação; dar apoio na atualização da carta educativa; dar apoio no planeamento e diagnóstico do projeto educativo municipal.

Educação Rodoviária - Assegurar o funcionamento e atividade da Escola Rodoviária, imprimindo nos alunos normas e condutas exemplares e maior educação cívica enquanto utentes da via pública quer como peões, passageiros ou condutores para uma efetiva redução da sinistralidade rodoviária; Elaborar o projeto pedagógico; Elaborar o calendário de atividades em conjunto com os agrupamentos e escolas do

concelho de Braga; Elaborar material pedagógico de suporte às aulas teóricas; Realizar as aulas teóricas e práticas da Escola de Educação Rodoviária.

Engenharia Agrária - Ramo da Zootecnia - Programar as atividades a desenvolver nos diversos ateliês (Agropecuária e Pecuária, Ambiente, Cozinha, Artes Plásticas e Fábula); Assegurar as visitas guiadas explicando os diversos ciclos de vida das plantas, das práticas agrícolas tradicionais e de cultivo biológico, como crescem e porquê, como se cultivam e em que época, quais os principais cuidados que exigem, para que servem e porque os cultivamos, bem como descrevendo pormenorizadamente os animais, os seus ciclos de vida, sua alimentação e suas funções numa Quinta; Realizar as experiências de caráter ambiental no sentido de valorizar a biodiversidade existente na Quinta, na medida em que o meio ambiente é o suporte dos produtos alimentares essenciais à vida; Assegurar a coordenação da produção animal e vegetal, designadamente controlar a produção e o crescimento dos animais (verificar se a sua alimentação é adequada ao seu tratamento e ao seu estado de saúde); Promover a diversidade do número de culturas durante as diferentes épocas do ano.

Engenharia Civil – Direção Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Dirigir obras por administração direta, nomeadamente arruamentos, edifícios escolares, parques de estacionamento, viadutos, instalações desportivas, mercados, cemitérios e outros edifícios municipais; Realizar vistorias técnicas; Coordenar o funcionamento das oficinas municipais (serralharia, carpintaria e pintura); Avaliar bens municipais.

Engenharia Civil - Divisão de Eletromecânica - Elaborar pareceres e projetos nas áreas de organização de serviços de emergência e segurança contra incêndios; Elaborar e avaliar planos de segurança e saúde e gestão de resíduos no âmbito dos concursos públicos e da implementação e preparação de empreitadas de obras; Assegurar, organizar e coordenar os serviços de manutenção geral das instalações de frio; Coordenar as equipas de trabalho de obras executadas por administração direta; Acompanhar coordenar e fiscalizar obras executadas por empreitada; Realizar mapas de medição e orçamentação de obras, estimativas e controle de custos; Conceber e avaliar projetos de acondicionamento acústico e térmico; Informar licenciamentos de elevadores, tapetes rolantes e monta-cargas.

Engenharia Civil - Elaborar informação e pareceres de caráter técnico sobre processos e viabilidades de construção; Conceber e realizar projetos de obras, tais como edifícios, pontes, barragens, portos, aeroportos, vias-férreas e edificações industriais, preparando, organizando e superintendendo a sua construção manutenção e reparação; Conceber projetos de estrutura e fundações, escavação e contenção periférica, redes interiores de água e esgotos, rede de incêndio e rede de gás; Conceber e analisar projetos de arruamentos, drenagem de águas pluviais e de águas domésticas e abastecimento de águas relativos a operações de loteamentos urbanos; Estudar, se necessário, o terreno e o local mais adequado para a construção da obra; Executar os cálculos, assegurando a resistência e a estabilidade da obra considerada e tendo em atenção fatores como a natureza dos materiais de construção a utilizar, pressões de água, resistência aos ventos, a sismos e mudanças de temperatura; Preparar o programa e coordenação das operações à medida que os trabalhos prosseguem; Preparar, organizar e realizar a superintendência dos trabalhos de manutenção e reparação de construções existentes; Fiscalizar e realizar a direção técnica de obras; Realizar vistorias técnicas; Colaborar e participar em equipas multidisciplinares para elaboração de projetos de obras de complexa ou elevada importância técnica ou económica; Conceber e realizar planos de obras, estabelecendo estimativas de custo e orçamentos, planos de trabalho e especificações, indicando o tipo de materiais, máquinas e outros equipamentos necessários; Preparar os elementos necessários para lançamento de empreitadas, nomeadamente elaboração do programa de concurso e caderno de encargos.

Engenharia do Ambiente – Realizar funções consultivas, de estudos de avaliação ambiental, sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais e da estrutura ecológica municipal, planeamento urbanístico e ordenamento do território municipal, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaborar, autonomamente ou em grupo, de relatórios de avaliação ambiental estratégica, cartas temáticas, cartas de riscos naturais, classificação e qualificação do solo rural, definição de estratégias de desenvolvimento do espaço rural, elaboração de relatórios e de conteúdos materiais e documentais dos planos municipais de ordenamento do território, apreciação de projetos de licenciamento de indústria extrativas, vistorias, pareceres com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas de órgãos e serviços; Utilizar e desenvolver trabalhos em Autocad e Geomedia, nomeadamente, digitalização de dados, cruzamento de diferentes bases de dados e análise espacial com vista à produção de cartografia

em formato digital e analógico; Realizar funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; Representar o órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

Engenharia Eletrotécnica - Efetuar estudos de eletricidade; Conceber e estabelecer planos; Elaborar pareceres sobre instalações e equipamentos, bem como preparar e superintender a sua construção, montagem, funcionamento, manutenção e reparação; Executar projetos de instalações elétricas e eletrônicas, telefônicas e de gás; Fiscalizar obras enquadradas na sua atividade; Estabelecer estimativas de custos, orçamentos, planos de trabalhos e especificações de obras, indicando o tipo de materiais e outros equipamentos necessários; Consultar entidades certificadoras; Elaborar cadernos de encargos, memórias e especificações para concursos públicos de projetos e ou empreitadas.

Engenharia Mecânica – Estudar, conceber e elaborar pareceres de projetos de máquinas, equipamentos, instalações de sistemas mecânicos, designadamente destinados ao setor metalúrgico, metalomecânico e outros, tais como geração de energia, sistemas de aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração, rede de fluidos, transportes, equipamentos e instalações para as indústrias químicas, agroalimentares, equipamentos para a agricultura e minas e estruturas metálicas industriais, e participação na sua fabricação, montagem, manutenção e reparação; Escolher, elaborar as especificações dos materiais e componentes e definir as normas e códigos a aplicar; Planear e organizar a produção e definição dos métodos e processos de fabrico e controlo de qualidade e de segurança nas instalações e no trabalho; Promover e colaborar em ações de formação na área da segurança (instalações, equipamentos e pessoal), bem como nos procedimentos de segurança ao nível dos locais de trabalho; Colaborar no acompanhamento e na gestão de armazém, estudando e implementando novas tecnologias, quando necessário; Executar trabalhos e desenvolver atividades que visam a boa organização dos serviços; Elaborar pareceres que fundamentam uma boa e correta gestão autárquica; Prestar serviços relacionados com o funcionamento, inspeção, segurança e certificação de elevadores; Realizar certificações energéticas, de qualidade do ar e climatização de instalações.

Engenharia Metalomecânica - Estudar, conceber e elaborar pareceres de projetos de máquinas, equipamentos, instalações de sistemas mecânicos, designadamente destinados ao setor metalúrgico, e metalomecânico; Escolher, elaborar as especificações dos materiais e componentes e definição das normas e códigos a aplicar; Planear e organizar a produção e definição dos métodos e processos de fabrico e controlo de qualidade e de segurança nas instalações e no trabalho; Promover e colaborar em ações de formação na área da segurança (instalações, equipamentos e pessoal), bem como nos procedimentos de segurança ao nível dos locais de trabalho; Colaborar no acompanhamento e gestão de armazém, estudando e implementando novas tecnologias, quando necessário; Executar trabalhos e desenvolver atividades que visam a boa organização dos serviços; Elaborar pareceres que fundamentam uma boa e correta gestão autárquica.

Engenharia Topográfica - Determinar rigorosamente a posição relativa de quaisquer pontos notáveis de determinada zona da superfície terrestre cujas coordenadas obtém por processos de triangulação, poligonação, trilateração ou outra; Executar nivelamentos geométricos de grande precisão; Interpretar os projetos de engenharia e arquitetura; Calcular analiticamente todas as figuras geométricas necessárias à implantação no terreno das linhas gerais de apoio, bem como toda a piquetagem de pormenor, para a execução construtiva do projeto; Fiscalizar, orientar e apoiar a execução de obras na área de topografia aplicada, procedendo à verificação de implantações ou de montagens, com tolerâncias muito apertadas a partir de redes de apoio; Realizar todos os trabalhos tendentes à determinação de áreas e volumes e medições de estruturas, nomeadamente no setor de construção civil e obras públicas, a partir de elementos levantados por si ou a partir de desenhos de projeto; Executar trabalhos cartográficos e de cadastro; Realizar projetos geométricos de estradas, vias-férreas, valas e canais de irrigação e outras com base nas normas técnicas em vigor; Executar os trabalhos referidos e outros ligados às especialidades topográficas, com plena autonomia funcional; Fazer a gestão dos elementos cartográficos do concelho, respetivas completagens de campo e restituição nas diversas escalas.

Fiscalidade - Elaborar parecer no âmbito dos procedimentos administrativos, relativos a questões fiscais e de direito financeiro público; Instruir os processos de execução fiscal.

Geografia e Planeamento Urbanístico - Realizar funções consultivas, de estudo e tratamento dados estatísticos, de caracterização económica, social, demográfica e biofísica, de planeamento urbanístico e

ordenamento do território municipal; Programar, avaliar e aplicar métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaborar, autonomamente ou em grupo, de estudos sectoriais, cartas temáticas e cartas de riscos naturais, classificação e qualificação de solo urbano e rural; Elaborar relatórios e de conteúdos materiais e documentais específicos dos planos municipais de ordenamento do território, pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas de órgãos e serviços; Utilizar e desenvolver trabalhos em Autocad e Geomedia, nomeadamente, digitalização de dados, cruzamento de diferentes bases de dados e análise espacial com vista à produção de cartografia em formato digital e analógico; funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

Gestão de Recursos Humanos - Gerir os processos de recrutamento de pessoal, promovendo o normal decurso dos procedimentos concursais; Apoiar na gestão e na organização do processo de Avaliação de Desempenho; Assegurar todo o processo relativo à formação profissional, designadamente levantamento e análise das necessidades de formação; Avaliar a formação realizada e a tramitação técnica e administrativa dos procedimentos de formação; Elaborar pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e executar outras atividades de apoio especializado na área cadastral e de remunerações; Gerir contratos de trabalho em funções públicas, períodos experimentais; Realizar e tratar dados estatístico no âmbito dos Recursos Humanos, designadamente balanço social, formação profissional, despesas com pessoal, entre outros.

Gestão de Remunerações – As funções supra referidas caracterizam-se, sob a orientação do(a) dirigente do Departamento de Recursos Humanos. Realizar funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaborar informações, pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, Execução outras atividades de apoio geral ou especializado na área de Recursos Humanos; Representar o órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores; Realizar o processamento mensal de remunerações, subsídios, abonos, descontos dos trabalhadores e mapas a remeter às entidades respetivas; Efetuar as penhoras de vencimentos e pensão de alimentos; Controlar a organização, informação e atualização dos processos referentes ao pagamento dos abonos e subsídios familiares, bem como do controlar a parentalidade; Acompanhar o controlo da assiduidade dos trabalhadores; Acompanhar o serviço de inscrição, controlo e cancelamento dos funcionários, agentes e respetivos familiares na Assistência na Doença aos Servidores do Estado (ADSE), bem como das despesas de saúde comparticipadas pela ADSE; Declarar e oficiar sobre assuntos relacionados com o serviço; Elaborar modelos de impressos utilizados pelo serviço; Participar na elaboração do orçamento anual da despesa com pessoal dos trabalhadores do Município, juntamente com a Contabilidade; Gerir a aplicação informática de recursos humanos e apresentar sugestões e propostas de desenvolvimento e atualização; Apoiar à direção do departamento quando solicitado; Assegurar outras atribuições que sejam superiormente cometidas em matéria de recursos humanos.

Informação Geográfica - Proceder à análise espacial em Sistemas vetoriais e “Raster”; Assegurar a publicação de informação geográfica na “WEB”; Transformar coordenadas e georeferenciar plantas, imagens ou outro tipo de informação digital; Executar o modelo digital do terreno; importar/exportar informação georreferenciada entre diversos sistemas informáticos.

Inserção Profissional - Conceber e desenvolver metodologias específicas de intervenção destinadas a candidatos a emprego designadamente àqueles que pelas suas características ou pelas exigências do mercado apresentam níveis mais elevados de dificuldade de inserção; divulgar medidas e programas de apoio ao fomento da iniciativa empresarial e à criação de emprego/empresa, ao cooperativismo e ao trabalho associado; Promover o ajustamento entre a procura e a oferta de emprego através da caracterização e apoio técnico à procura e do tratamento atempado e exaustivo da oferta; Divulgar e apoiar na respetiva área geográfica a divulgação dos programas operacionais de emprego, formação profissional e reabilitação profissional; Avaliar as características e qualificações profissionais dos candidatos a emprego, informando-os sobre os meios de formação disponíveis encaminhando-os, em caso de interesse, para os serviços competentes; Acompanhar a integração e adaptação dos trabalhadores nos postos de trabalho em que foram colocados; Organizar intervenções individuais e/ou em grupo no quadro da informação profissional, em função das características dos indivíduos; Dinamizar

processos de recrutamento e seleção, a pedido de entidades interessadas; Colaborar em estudos de investigação, conceção, elaboração e avaliação de metodologias de intervenção nos domínios da informação profissional; Desenvolver e acompanhar a prestação de serviços de informação às empresas nos domínios do recrutamento de trabalhadores; Assegurar o atendimento qualificado dos munícipes com deficiência e respetivas famílias, bem como dos técnicos de reabilitação e instituições que desenvolvam qualquer tipo de atividade neste domínio (reabilitação e integração), assegurando-lhes uma informação integrada sobre os direitos, benefícios e recursos existentes para a resolução dos problemas colocados; Proceder ao correto encaminhamento das pessoas com deficiência desenvolvendo uma função de mediação junto dos serviços públicos e entidades privadas responsáveis pela resolução dos problemas destes utentes; Desenvolver e valorizar as parcerias locais que permitam articular soluções de atendimento mais eficazes para pessoas com deficiência; Recolher informação que permita produzir diagnósticos de caracterização local das pessoas com deficiência, identificando os principais problemas existentes e promovendo soluções adequadas; Assegurar o controlo de apresentação periódica dos beneficiários do rendimento de inserção da área geográfica abrangida.

Jurista – Analisar e dar pareceres jurídicos em todos os processos que lhe sejam submetidos; Instruir processos de contraordenação; Instruir processos disciplinares; Elaborar contratos e documentos de cariz técnico-jurídico; Representar o Município nos tribunais administrativos e fiscais. Elaborar estudos e propostas de regulamento.

Medicina Veterinária - Colaborar na execução das tarefas de inspeção hígio-sanitária e controlo hígio-sanitário das instalações para alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos comerciais ou industriais onde se abatam, preparem, produzam, transformem, fabriquem, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados; Emitir parecer, nos termos da legislação vigente, sobre as instalações e estabelecimentos referidos na alínea anterior; Elaborar e remeter, nos prazos fixados, a informação relativa ao movimento nosonecológico dos animais; Notificar de imediato as doenças de declaração obrigatória e adotar prontamente as medidas de profilaxia determinadas pela autoridade sanitária veterinária nacional sempre que sejam detetados casos de doenças de caráter epizootico; Emitir guias sanitárias de trânsito; Participar nas campanhas de saneamento ou de profilaxia determinadas pela autoridade sanitária veterinária nacional do respetivo município; Colaborar na realização do recenseamento de animais, de inquéritos de interesse pecuário e ou económico e prestar informação técnica sobre abertura de novos estabelecimentos de comercialização, de preparação e de transformação de produtos de origem animal

Nutricionista - Estudar, planear e implementar medidas de educação alimentar; Acompanhar, a implementação das refeições escolares e todos os aspetos relativos à alimentação em contexto escolar; Elaborar relatórios técnicos diversos; Aplicar métodos de avaliação e otimização do funcionamento dos serviços; Cumprir as funções inerentes à organização do sistema educativa local no contexto da alimentação; Orientar equipas de trabalho;

Património Cultural - Assegurar a elaboração de estudos e projetos destinados à salvaguarda do património cultural; Promover o planeamento, pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, proteção e divulgação do património histórico-cultural e arqueológico do município; Promover atividades, no âmbito da valorização e divulgação do património histórico-cultural e arqueológico do município; Promover a proteção e conservação de obras de arte pública e estatúria da responsabilidade do município;

Planeamento e Gestão - Preparar todos os elementos com vista à elaboração dos documentos previsionais e de prestação de contas; Preparar, acompanhar e executar projetos realizados com financiamentos provenientes dos fundos comunitários, bem como dos contratos-programa.

Proteção Civil e Florestal - Propor medidas adequadas a incluir no plano de atividades anuais e plurianuais e executar as ações que na área da defesa e ordenamento da floresta estejam já incluídas; Acompanhar, executar e atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), bem como os programas de ação previstos; Participar nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais do município; Centralizar a informação relativa aos Incêndios Florestais; Coadjuvar o Presidente da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (CMDFCI) e da Comissão Municipal Proteção Civil (CMPC) em reuniões e em situações de emergência, quando relacionadas com incêndios florestais; Promover o cumprimento do estabelecido no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios, relativamente às competências atribuídas aos municípios; Supervisionar e controlar a qualidade das obras municipais e subcontratadas no âmbito da Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI); Construir e gerir Sistemas de Informação Geográfica (SIG's) de DFCI; Avaliar e informar sobre a

utilização de fogo de artifício e outros artefactos pirotécnicos; Acompanhar e divulgar o índice diário de risco de incêndio; Emitir propostas e pareceres no âmbito das medidas e ações de DFCI e ordenamento florestal, dos planos e relatórios de âmbito local, regional e nacional e das propostas de legislação; Planear as ações a realizar, no curto prazo, no âmbito do controlo das ignições, designadamente, sensibilizar a população, vigiar e adotar as medidas de compressão legalmente previstas, quando for caso disso; Atender e informar os munícipes sobre as ações de gestão de combustíveis e sobre as ações de florestação e reflorestação e disposições legais aplicáveis; Acompanhar, vistoriar e emitir pareceres sobre as ações de florestação ou reflorestação sujeitas a licenciamento camarário; Propor, elaborar e informar projetos de candidaturas a programas de financiamento público e coordenar a sua execução física; Elaborar anualmente o Plano Operacional Municipal (POM); Promover ações de voluntariado na DFCI, acompanhando o seu desenvolvimento e treino dos participantes.

Qualidade – Apoiar o Executivo no controlo dos aspetos que respeitam à Qualidade na organização; participar, em conjunto com o Executivo, na definição da política e objetivos da qualidade e na identificação dos processos e recursos necessários à implementação do SGQ tendo em conta a política e objetivos definidos; acompanhar o processo de certificação (NP EN ISO 9001:2008) do Balcão Único de Atendimento da Câmara Municipal de Braga; organizar e colaborar na organização/realização de auditorias internas ao SGQ; acompanhar as auditorias externas de certificação e manutenção do SGQ; colaborar na gestão corrente do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), assegurando a sua manutenção; participar na elaboração de documentos relevantes para o SGQ: procedimentos de gestão, procedimentos de trabalho, instruções de trabalho, impresso, requerimentos...; controlar a documentação, registos e análise dos dados do SGQ; participar no tratamento de não conformidades e desenvolver programas de ações corretivas e preventivas; colaborar na análise e avaliação da satisfação do cliente; dinamizar a comunicação interna e externa dos aspetos relevantes do SGQ; pesquisar e aplicar legislação, regulamentos e normas inerentes aos sectores específicos de intervenção; colaborar na revisão do Sistema de Gestão da Qualidade; coordenação de todas as tarefas acima referidas, caso seja designado para o efeito.

Regime de Contratação Pública – Assegurar a preparação de todos os processos de natureza contratual, assessorando o notariado privativo; Dar pareceres em contratos e instrumentos notariais.

Relações Internacionais – Ramo Cultural - Recolher informações sobre a realidade política, económica e cultural dos diferentes países e regiões com os quais o município mantém relações e atualização das mesmas; Estudar, elaborar pareceres e apresentar propostas de atuação sobre todo o tipo de assuntos relativos a esses países ou regiões; Acompanhar os processos relativos à participação do município em organismos e reuniões internacionais de natureza política, económica e cultural; Acompanhar o funcionamento de outras organizações a que o município não pertença mas cuja atividade tenha interesse; Preparar e tratar a informação para a elaboração da revista mensal de eventos culturais “Braga Cultural, bem como assegurar o cumprimento do calendário da sua execução, impressão e distribuição; Acompanhar a realização das exposições e outras atividades que decorrem na Casa dos Crivos, na Torre de Menagem e no Auditório Municipal Galécia.

Relações Públicas – Planear, elaborar, organizar e controlar ações de comunicação para estabelecer, manter e aperfeiçoar o conhecimento mútuo entre entidades ou grupos e o público com que estejam direta ou indiretamente relacionados; Participar em ações de caráter protocolar.

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - Realizar funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços; Prestar informação técnica, na fase de projeto e de execução, sobre as medidas de prevenção relativas às instalações, locais, equipamentos e processos de trabalho; Identificar e avaliar os riscos para a segurança e saúde no local de trabalho e proceder ao controlo periódico da exposição a agentes químicos, físicos e biológicos; Elaborar planos de prevenção, integrando, a todos os níveis e para o conjunto das atividades do órgão ou serviço, a avaliação dos riscos e as respetivas medidas de prevenção; Elaborar um programa de prevenção de riscos profissionais; Promover a vigilância da saúde, bem como a organização e manutenção dos registos clínicos e outros elementos informativos relativos a cada trabalhador; Prestar informação e formação sobre os riscos para a segurança e saúde, bem como sobre as medidas de prevenção e proteção; Organização dos meios destinados à prevenção e proteção, coletiva e individual, e coordenação das medidas a adotar em caso de perigo grave e iminente; Promover a afixação de

sinalização de segurança nos locais de trabalho; Proceder à análise dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais; Recolher e organizar os elementos estatísticos relativos à segurança e saúde no órgão ou serviço; Coordenar as inspeções internas de segurança sobre o grau de controlo e sobre a observância das normas e medidas de prevenção nos locais de trabalho.

Serviço Social - Colaborar na resolução de problemas de adaptação e readaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades, provocados por causas de ordem social, físicos ou psicológica, através da mobilização de recursos internos e externos, utilizando o estudo, a interpretação e o diagnóstico em relações profissionais, individualizadas, de grupo ou de comunidade; Detetar as necessidades dos indivíduos, grupos e comunidades; Estudar, conjuntamente com os indivíduos, as soluções possíveis do seu problema, tais como a descoberta do equipamento social de que podem dispor, possibilidade de estabelecer contactos com serviços sociais, obras de beneficência e empregadores; Colaborar na resolução dos seus problemas, fomentando uma decisão responsável; Ajudar os indivíduos a utilizar o grupo a que pertencem para o seu próprio desenvolvimento, orientando-os para a realização de uma ação útil à sociedade, pondo em execução programas que correspondem aos seus interesses; Auxiliar as famílias ou outros grupos a resolverem os seus próprios problemas, tanto quanto possível através dos seus próprios meios, e a aproveitarem os benefícios que os diferentes serviços lhes oferecem; Tomar consciência das necessidades gerais de uma comunidade e participar na criação de serviços próprios para as resolver, em colaboração com as entidades administrativas que representam os vários grupos, de modo a contribuir para a humanização das estruturas e dos quadros sociais; Realizar estudos de carácter social e reunião de elementos para estudos interdisciplinares; Realizar trabalhos de investigação, em ordem ao aperfeiçoamento dos métodos e técnicas profissionais; Aplicar processos de atuação, tais como entrevistas, mobilização dos recursos da comunidade, prospeção social, dinamização de potencialidades a nível individual, interpessoal e intergruppal.

Sociologia - Executar funções de investigação; Estudar, conceber e aplicar métodos e processos científico-técnicos na área de sociologia; Participar na programação e execução das atividades ligadas ao desenvolvimento da respetiva autarquia local; Desenvolver projetos e ações ao nível da intervenção educativa, social e motivacional na coletividade, de acordo com o planeamento estratégico integrado definido para a área da respetiva autarquia local; Propor e estabelecer critérios para avaliação da eficácia dos programas de intervenção social, educacional e motivacional; Proceder ao levantamento das necessidades da autarquia local; Realizar estudos que permitam conhecer a realidade social, nomeadamente, na área da educação, recursos humanos e outras; Investigar factos e fenómenos que, pela sua natureza, possam influenciar a vivência dos cidadãos.

Turismo - Realizar estudos e outros trabalhos conducentes à definição e concretização das políticas do Município na área do turismo; Recolher, tratar e difundir toda a informação turística necessária ao serviço em que está integrado; Planear, organizar e controlar ações de promoção turística; Coordenar e superintender a atividade de outros profissionais do setor, se de tal for incumbido; Acompanhamento de grupos de visitantes portugueses e estrangeiros à cidade e ao concelho no âmbito de visitas guiadas; Atendimento de público em atividades relacionadas com turismo.

4.4. ASSISTENTE TÉCNICO

CARREIRA / CATEGORIA	CONTEÚDO FUNCIONAL	FORMAÇÃO ACADÉMICA E/OU PROFISSIONAL
Assistente Técnico	Realizar funções de natureza executiva, de aplicações de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comum e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.	12º Ano de Escolaridade ou Curso Equiparado / Específico.

CARREIRA / CATEGORIA	CONTEÚDO FUNCIONAL	FORMAÇÃO ACADÉMICA E/OU PROFISSIONAL
Coordenador Técnico	Realizar funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável; Realizar atividades de programação e	12º Ano de Escolaridade ou Curso Equiparado /

	organização do trabalho do pessoal que coordena, segundo orientações diretivas superiores; Executar trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade; Exercer funções com relativo grau de autonomia e responsabilidade.	Específico.
--	--	-------------

ATRIBUIÇÕES / COMPETÊNCIAS / ATIVIDADES

Ação Educativa - Participar com os docentes no acompanhamento das crianças e jovens durante o período de funcionamento da escola, com vista a assegurar um bom ambiente educativo; Participar em ações que visem o desenvolvimento pessoal e cívico das crianças e jovens e favorecer um crescimento saudável; Exercer tarefas de apoio a atividade docente de âmbito curricular e de enriquecimento do currículo; Exercer tarefas de enquadramento e acompanhamento das crianças e jovens, nomeadamente no âmbito da animação socioeducativa e de apoio a família; Cooperar com os serviços especializados de apoio educativo; Prestar apoio específica a crianças e jovens portadores de deficiência; Exercer tarefas no domínio de prestação de serviços de ação social escolar; Colaborar no despiste de situações de risco social, internas e externas, que ponham em causa o bem-estar das crianças e jovens e da escola; Cooperar nas atividades que visem a segurança das crianças e jovens na escola; Prestar apoio e assistência em situação de primeiros socorros; Exercer tarefas de atendimento e encaminhamento de utilizadores da escola; Providenciar a conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didático necessário ao desenvolvimento do processo educativo; Zelar pela conservação e higiene ambiental dos espaços e das instalações a sua responsabilidade, numa perspetiva pedagógica e cívica.

Administração Escolar - Recolher, examinar, conferir e proceder à escrituração de dados relativos às transações financeiras e de operações contabilísticas; Assegurar o exercício das funções de tesoureiro, quando para tal designado pelo órgão executivo do estabelecimento de educação ou de ensino ou do agrupamento; Organizar e manter atualizados os processos relativos à situação do pessoal docente e não docente, designadamente a preparação dos elementos com vista ao processamento dos vencimentos bem como do controlo dos registos de assiduidade; Organizar e manter atualizado o inventário patrimonial, bem como adotar medidas que visem a conservação das instalações, do material e dos equipamentos; Desenvolver os procedimentos da aquisição de material e de equipamento necessários ao funcionamento das diversas áreas de atividade da escola; Assegurar o tratamento e divulgação da informação entre os vários órgãos da escola e entre estes e a comunidade escolar e demais entidades. Organizar e manter atualizados os processos relativos à gestão dos alunos; Providenciar o atendimento e a informação a alunos, encarregados de educação, pessoal docente e não docente e outros utentes da escola; Preparar, apoiar e secretariar reuniões do órgão executivo da escola ou do agrupamento de escolas, ou outros órgãos, e elaborar as respetivas atas, se necessário.

Administrativo - Desenvolver funções que se enquadram em diretivas gerais dos dirigentes e chefias, de expediente, arquivo, secretaria, contabilidade, processamento, pessoal e aprovisionamento e economato, tendo em vista assegurar o funcionamento dos órgãos incumbidos da prestação de bens e serviços; Assegurar a transmissão da comunicação entre os vários órgãos e entre estes e os particulares, através do registo, redação, classificação e arquivo de expediente e outras formas de comunicação; Assegurar trabalhos de digitação; Tratar informação, recolhendo e efetuando apuramentos estatísticos elementares e elaborando mapas, quadros ou utilizando qualquer outra forma de transmissão eficaz dos dados existentes; Recolher, examinar, conferir e proceder a escrituração de dados relativos as transações financeiras e contabilísticas, podendo assegurar a movimentação de fundo de maneiio; Recolher, examinar e conferir elementos constantes dos processos, anotando faltas ou anomalias e providenciar pela sua correção e andamento, através de ofícios, informações ou notas, em conformidade com a legislação existente; Organizar, calcular e desenvolver os processos relativos a situação de pessoal e a aquisição e ou manutenção de material, equipamento, instalações ou serviços; Participar, quando for caso disso, em operações de lançamento, liquidação e cobrança de impostos, taxas e outros rendimentos municipais.

Aferidor de Pesos e Medidas - Exercer funções de natureza executiva de aplicação técnica, exigindo conhecimentos técnicos, teóricos e práticos obtidos através de um curso técnico-profissional adequado, designadamente; Elaborar fichas e preparar elementos relativos a cobranças; Regular e afinar instrumentos óticos de precisão mecânicos, elétricos ou óticos; Montar os instrumentos a aferir num banco de ensaio apropriado e efetuar a sua ligação aos sistemas transmissores de movimento, aos

condutores elétricos ou as tubagens adequadas; Acionar os instrumentos, segundo um regime especificado, e comparar os resultados obtidos com os de um instrumento padrão; Acionar parafusos e outros dispositivos de regulação para que funcionem dentro das tolerâncias prescritas, repetindo as operações para os demais regimes de funcionamento; Enviar para reparação os instrumentos não suscetíveis de afinação, indicando as deficiências encontradas; Proceder ao registo dos elementos de identificação dos aparelhos e dos resultados obtidos nos ensaios efetuados; Executar tarefas de caráter organizativo e processual no âmbito da sua atividade.

Animação Cultural - Desenvolver atividades de apoio no âmbito da dinamização comunitária, organizar ações culturais, investigações e documentações; Colaborar com as coletividades culturais e recreativas, com grupos de teatro, nomeadamente ao nível da encenação, confeção de cenários e figurinos; Proceder a recolha, levantamentos e inventariação de diversas fontes culturais; Promover a organização de exposições e apoiar na elaboração de suportes documentais.

Animação Desportiva - Promover e dinamizar a organização de iniciativas de caráter desportivo, promovendo a participação da comunidade em que se insere; Desenvolver tarefas conducentes a execução de planos desportivos superiormente definidos, incluindo a conceção e planificação de atividades, elaboração dos respetivos regulamentos e divulgação, nomeadamente através do contacto com escolas, associações e fundações, prestando apoio a concretização das mesmas; Elaborar pareceres e fazer relatórios sobre atividades desenvolvidas. Por vezes poderá ser incumbido de coordenar a atividade de outros profissionais no exercício de tarefas relacionadas com a sua especialidade.

Arqueologia - Executar e fiscalizar, em campo e em laboratório, trabalhos específicos no âmbito da arqueologia, sob a orientação de arqueólogo, nomeadamente a prospeção, a escavação, o levantamento de estruturas e espólios, o levantamento topográfico e outros considerados necessários ou relevantes para a investigação e a conservação dos bens arqueológicos; Operar com máquinas e equipamento necessário à realização das tarefas específicas das missões arqueológicas, nomeadamente equipamentos fotográficos, de topografia, geradores, motores e outros, zelando pela sua conservação; Participar em atividades de estudo, conservação, valorização e divulgação do património arqueológico. Organizar e realizar visitas guiadas aos espaços arqueológicos musealizados, e outros; Organizar e realizar visitas guiadas ao património arqueológico e arquitetónico urbano e rural do concelho de Braga; Organizar atividades de divulgação e promoção dos espaços arqueológicos musealizados; Rececionar e acolher visitantes, fazendo uso de conhecimentos técnicos de arqueologia, informática e línguas estrangeiras (Inglês e Espanhol); Registrar diariamente os visitantes, discriminando a proveniência e tipologia dos mesmos; Realizar periodicamente estudos de público e de avaliação de modo a melhorar a qualidade dos serviços e atender às necessidades dos visitantes; Cobrar entradas e prestação de contas nos respetivos serviços; Apoiar a manutenção e conservação dos espaços arqueológicos; Receber e registar processos; Assegurar as tarefas administrativas.

Arquivo - Realizar tarefas relacionadas com a pesquisa e gestão documental, com o controlo das incorporações, com os registos e averbamento de registos, com a cotação, com a descrição e acondicionamento de documentos, com empréstimos, com a emissão de documentos. Por vezes, deverá realizar a produção editorial e aplicação de normas de funcionamento de arquivos de acordo com o método e procedimento estabelecido.

Artes Gráficas - Desenvolver funções de natureza executiva de aplicação técnica nas áreas das artes gráficas, nomeadamente na criação de suportes de imagem para divulgação/informação das iniciativas culturais do Município, como por exemplo na conceção de cartazes, programas, folhas de sala, convites, dossiês promocionais e de imprensa, arranjos gráficos, montagem de livros, catálogos, revistas e outros suportes informativos; Colaborar ainda, neste âmbito, na criação de suportes de divulgação, em forma de apoios ou parcerias institucionais com escolas, associações, fundações, juntas de freguesia, entre outros.

Biblioteca e Documentação - Registrar, catalogar, organizar, cotar e acondicionar documentos, em qualquer suporte, segundo as normas aplicáveis em bibliotecas e serviços de documentação; Participar na avaliação, seleção, aquisição e eliminação de documentos, de acordo com os princípios estabelecidos e as políticas seguidas em qualquer tipo de biblioteca ou serviço de documentação; Dominar o *Universal Machine Readable Cataloging* (UNIMARC) na introdução dos dados bibliográficos em sistemas automatizados; Participar na construção de inventários, catálogos, guias e índices, utilizando sistemas manuais ou automatizados, em bibliotecas e serviços de documentação; Fazer a gestão de catálogos; Realizar serviço de atendimento, de empréstimo e de pesquisa bibliográfica; Colaborar na elaboração de estatísticas de utilização dos serviços; Ajudar na preparação de instrumentos de difusão

segundo as normas de funcionamento da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS); Colaborar na preparação e realização de ações de difusão da informação, tais como incentivo à pesquisa ou visitas de estudo; Cooperar na organização e realização de atividades de animação do livro e da leitura e de extensão cultural; Colaborar em tarefas de gestão de recursos, gestão de projetos e gestão da qualidade; Dominar regras de higiene e segurança das salas de leitura; Dominar ferramentas de informática na ótica do utilizador e utilização de ferramentas Web.

Conselheiro de Consumo - Atender e informar os consumidores sobre questões relacionadas com o consumo e sobre os seus direitos e modo de exercício; Receber e analisar as reclamações dos consumidores, procedendo a mediação dos respetivos conflitos de consumo ou, caso esta não seja viável, encaminhar a resolução desses conflitos para as entidades competentes; Pesquisar, analisar e selecionar a documentação necessária ao fornecimento da informação objetiva e atualizada no domínio do consumo; Inventariar e analisar os recursos concelhios, designadamente em matéria de estrutura do mercado, do consumo e de organizações socioeconómicas; Promover e organizar, a nível local, ações de sensibilização e de informação sobre a temática do consumo e da proteção dos direitos dos consumidores.

Construção Civil – Direção Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Elaborar processos de concurso de obra pública através da plataforma eletrónica; Apoiar a apreciação das propostas apresentadas; Identificar projeto, caderno de encargos e plano de trabalho de obra; Fiscalizar e acompanhar obras municipais, quer por empreitadas, quer por administração direta; Elaborar caderno de encargos, normas de execução e especificações de materiais; Preparar elementos de comunicação à obra e fases de trabalho; Analisar e avaliar custos de mão de obra e materiais, elaborando o controlo orçamental.

Construção Civil - Divisão de Renovação Urbana - Visando o Regulamento Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), proceder à verificação técnica de conformidade de obras com os respetivos projetos e à sua fiscalização técnica; Elaborar autos de embargo e conseqüente procedimento contraordenacional; Participar em vistorias para efeitos de eventual emissão de licenças de utilização, bem como em vistorias nos termos do disposto nos artigos 89.º e 90.º. Visando o Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga (RMSRCHCB), elaborar informações técnicas de gestão urbanística em matéria de obras de conservação, beneficiação, reparação, ou simples remodelação interior dos edifícios; Realizar ainda outros trabalhos enquadrados na missão da DRU.

Construção Civil – Identificar o projeto, o caderno de encargos e o plano de trabalho de obra; Fiscalizar e acompanhar obras municipais, quer por empreitadas, quer por administração direta; Efetuar tarefas de caráter técnico de estudo e conceção de projetos, tendo em atenção a constituição geológica dos terrenos e comportamentos do solo; Elaborar cadernos de encargos, normas de execução e especificações dos materiais; Organizar, programar e dirigir os estaleiros; Preparar elementos de comunicação à obra e as fases de trabalho; Analisar e avaliar os custos de mão de obra e materiais, fazendo o controlo orçamental.

Desenhador – Executar ou compor maquetas, desenhos, mapas, cartas ou gráficos relativos à área de atividades dos serviços a partir de elementos que lhe são fornecidos e segundo normas técnicas específicas e, bem assim, executar as correspondentes artes finais; Executar trabalhos de pormenorização em projetos de construção civil e arquitetura; Executar desenhos cartográficos de espaços exteriores, dedicados ou não a construção civil e zonas verdes, e, bem assim, de planos de enquadramento urbano-paisagístico; Executar desenhos de plantas de implantação topográfica de espaços exteriores; Executar a ampliação e a redução de desenhos; Efetuar o cálculo de dimensões, superfícies, volumes e outros fatores não especificados.

Desenhador de Arqueologia - Executar, no campo e em gabinete, desenhos de planos, alçados, cortes estratigráficos, perspetivas, mapas, gráficos e outros, segundo esboços e especificações complementares, utilizando materiais e equipamentos adequados a função; Executar todas as tarefas inerentes ao desenho do espólio de natureza arqueológica, aplicando técnicas e métodos próprios; Colaborar na realização de exposições, executando tarefas inerentes a sua formação específica.

Desenho - Desenhar projetos elaborados pelos técnicos superiores da área, utilizando as ferramentas informáticas adequadas (programa Archicad); Proceder ao levantamento de edifícios, incluindo trabalho de campo e o seu desenho digital; Proceder à organização e instrução de projetos de licenciamento e de execução.

Eletrónica - Executar trabalhos de montagem, conservação, remodelação e reparação de equipamentos elétricos e eletromecânicos; Interpretar desenhos, esquemas e outras especificações técnicas; Preparar o posto de trabalho, mantendo em bom estado de conservação as ferramentas e aparelhagens de

medida de ensaio.

Guia interprete - Acompanhamento de grupos de visitantes portugueses e estrangeiros à cidade e ao concelho no âmbito de visitas guiadas: atendimento de público em atividades relacionadas com o turismo.

Higiene e Segurança no Trabalho – Realizar funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos serviços na área de higiene e segurança no trabalho.

Medidor Orçamentista - Determinar as qualidades e custos dos materiais e de mão de obra necessárias para a execução de uma obra; Analisar as diversas componentes do projeto, as memórias descritivas e os cadernos de encargos; Efetuar medições e determinar as quantidades de materiais, de mão de obra e de serviços necessários, utilizando os seus conhecimentos de desenho, dos materiais e dos processos e métodos de execução de obras; Calcular os valores globais, utilizando, nomeadamente, tabelas de preços; Organizar os orçamentos e indicar os materiais a empregar nas operações a efetuar; Manter as tabelas de preços de materiais e orçamentos atualizados.

Monitor de Natação - Planificar e administrar aulas de hidroginástica e natação; prestar assistência em piscinas, socorrendo indivíduos em risco de se afogarem. Prestar os primeiros socorros mais indicados, nomeadamente respiração artificial e massagem cardíaca; Transportar os sinistrados para o posto de socorro mais próximo.

Museu de imagem – Desenvolver plano de atividades para além das exposições de fotografia, nomeadamente de âmbito formativo e informativo, mas também no âmbito da formação de um serviço educativo que aproxime esta unidade cultural da comunidade educativa do Município. Deverá, para tal, acompanhar diligentemente os utentes que pesquisam imagens e respetivas informações no acervo do Museu; elaborar um plano de atividades que dinamize os espaços do museu e permita o acolhimento de novos públicos e a formação dos mesmos; organizar iniciativas pedagógicas que sejam disponibilizadas à comunidade educativa.

Regime do Arrendamento Urbano – Atender e esclarecer os munícipes acerca dos procedimentos relativos à atualização de rendas; Recolher dados, abertura de processos e registo de pedidos no sistema informático, com vista a promover a determinação do nível e coeficiente de conservação dos prédios; Sortear, através do Portal, técnicos responsáveis pelas vistorias; Recolher e tratamento a informação relativa ao resultado das avaliações; Rececionar, redigir e enviar correspondências; Desenvolver os processos legais, associados ao processo de atualização de rendas no Portal e na Plataforma tecnológica do NRAU; Apoiar administrativamente os processos de descrição de obras, reclamações e litígios; Apoiar administrativamente o presidente da C.A.M.; Organizar a documentação / processos para reuniões da C.A.M; Redigir e enviar convocatórias; Elaborar atas; Elaborar o relatório de atividades.

Topógrafo - Efetuar levantamentos topográficos, sob a orientação do engenheiro geógrafo, tendo em vista a elaboração de plantas, planos, cartas e mapas que se destinam a preparação e orientação de trabalhos de engenharia ou para outros fins; Efetuar levantamentos topográficos, apoiando-se normalmente em vértices geodésicos existentes; Determinar rigorosamente a posição relativa de pontos notáveis de determinada zona de superfície terrestre, cujas coordenadas e cotas obtêm por triangulação, trilateração, poligonação, interseções direta e inversa, nivelamento, processos gráficos ou outros; Regular e utilizar os instrumentos de observação, tais como tacómetros, teodolitos, níveis, estadias, telurometros e outros; Proceder a cálculos sobre os elementos colhidos no campo; Proceder a implantação no terreno de pontos de referência para determinadas construções, traça esboços e desenhos e elaborar relatórios das operações efetuadas; Empenhar-se, consoante a sua qualificação, a um campo de topografia aplicada, como a hidrografia, a ductografia, a imbegrafia, a mineralogia ou a aerodromografia e ser designado em conformidade como perito geómetra ou agrimensor.

Turismo - Assegurar a receção e atendimento de clientes, fazendo uso de línguas estrangeiras; Assegurar o acompanhamento de grupos em visitas organizadas, na cidade e concelho; Apoiar o planeamento e a definição de estratégias inerentes à atividade turística; Colaborar na organização e no apoio a eventos de natureza turística; Desenvolver todas as atividades administrativas inerentes à atividade turística, fazendo uso de meios informáticos.

4.5. ASSISTENTE OPERACIONAL

CARREIRA / CATEGORIA	CONTEÚDO FUNCIONAL	FORMAÇÃO ACADÉMICA E/OU PROFISSIONAL
Assistente Operacional	Realizar funções de natureza executiva, de caráter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; Executar tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforços físicos; Responsabilizar-se por equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Escolaridade Obrigatória.

CARREIRA / CATEGORIA	CONTEÚDO FUNCIONAL	FORMAÇÃO ACADÉMICA E/OU PROFISSIONAL
Encarregado Geral Operacional	Chefiar o pessoal de carreira de assistente operacional; Coordenar todas as tarefas realizadas pelo pessoal afeto aos setores de atividades sob supervisão; Elaborar relatórios periódicos, designadamente sobre o grau de execução das atividades que são de sua responsabilidade, em articulação com o plano de atividades.	Escolaridade Obrigatória.

CARREIRA / CATEGORIA	CONTEÚDO FUNCIONAL	FORMAÇÃO ACADÉMICA E/OU PROFISSIONAL
Encarregado Operacional	Coordenar os assistentes operacionais afetos ao seu setor de atividade, por cujos resultados é responsável; Realizar tarefas de programação, organização e controle dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação; Substituir o encarregado geral nas suas ausências e impedimentos; Reunir-se periodicamente com o seu superior hierárquico, ao qual dará conhecimento ao andamento das obras e de quaisquer deficiência ou irregularidade, planeando com este o trabalho a efetuar e recebendo deste as diretrizes que devem orientar o trabalho.	Escolaridade Obrigatória.

ATRIBUIÇÕES / COMPETÊNCIAS / ATIVIDADES

Ação Educativa - Executar tarefas da competência do município em matéria educativa indispensáveis ao funcionamento dos serviços, designadamente a ligação entre os diversos elementos que constituem a comunidade educativa (alunos, professores, pessoal não docente, pais, e encarregados de educação); Dar apoio geral ao nível da organização, higiene e limpeza dos espaços; Cooperar na segurança e vigilância dos alunos, assegurando o encaminhamento dos utilizadores da escola e controlando as entradas e saídas do recinto escolar; Apoiar nas atividades de crianças com necessidades educativas especiais.

Agropecuária - Assegurar as tarefas inerentes ao funcionamento da Quinta Pedagógica, nomeadamente: Alimentação e higienização dos animais; Limpeza e manutenção do estábulo e da cerca onde se colocam os animais a serem visitados pelas crianças das escolas; Verificação do controlo sanitário dos animais; Manutenção dos relvados e dos canteiros; Plantação e tratamento das espécies da horta; Tratamento das árvores de fruto existente no pomar; Semear e cuidar das pastagens para os animais; Controlo e manutenção das instalações, maquinaria e equipamentos agrícolas.

Apontador - Verificar e registar as presenças, ausências, atrasos e justificações, em mapas de assiduidade a assiduidade do pessoal de serviço, participação de faltas, de sinistros, mapa de férias; Executar pequenas tarefas de âmbito administrativo; Possuir livre-trânsito da CMB para andar transportes públicos pela cidade consoante necessidades do serviço; Responsabilizar-se pela manutenção de máquinas (requisições e avarias); Requisitar equipamentos de proteção individual para

os trabalhadores; Realizar condução de veículos ligeiros ou pesados para transporte de materiais a entregar ou receber.

Arqueologia - Auxiliar em trabalhos de prospeção, de levantamento topográfico, de escavação arqueológica e de conservação e restauro, utilizando para o efeito o equipamento adequado; Operar com máquinas necessárias para a manutenção das estações arqueológicas, nomeadamente corta-relvas, motosserras e outros; Zelar pela conservação do material utilizado.

Asfaltador - Recobrir e consertar superfícies, tais como leitos de estradas, pavimentos de pontes e pistas para aviões, nelas espalhando asfalto líquido ou massas betuminosas, mediante pulverizados ou uma pá; Examinar se o piso, depois de empedrado e cilindrado, foi submetido a adequada lavagem com agulheta; Aquecer em caldeiras apropriadas os bidões de betuminoso com um maçarico ou com lenha, verificando no termómetro a temperatura adequada; Proceder a uma rega de colagem com este líquido, servindo-se de uma mangueira dotada de pulverizador; Espalhar e alisar as massas betuminosas até determinados pontos de referência, utilizando uma pá e um rodo; Orientar, dando instruções, na manobra da caldeira e sua movimentação; Detetar, após esta primeira rega no terreno, possíveis irregularidades, procedendo a sua reparação; Aplicar uma nova rega de asfalto a esta camada de massas, depois da adequada cilindragem; Espalhar, por padejamento, pó de pedra (fila) sobre o revestimento utilizado. Por vezes, proceder a reparação de pavimentos realizando as tarefas indicadas; Diligenciar a manutenção, conservação e limpeza da caldeira e da mangueira, providenciando a reparação de eventuais avarias. Nas épocas em que não desenvolve funções específicas de asfaltador, nomeadamente no inverno, desempenhar atividades normais de um cantoneiro de estradas.

Auxiliar Administrativo - Executar tarefas diversas de apoio administrativo; Vigiar entradas e saídas, controlando a permanência de pessoas estranhas aos serviços; Prestar informações aos visitantes, encaminhá-los para as secções ou pessoas pretendidas e anunciá-los; Entregar e receber correspondência e outros documentos em locais diversos, nomeadamente, correios e repartições públicas; Receber e transmitir informações diversas e executar recados que lhe sejam solicitados; Auxiliar os serviços de reprodução e arquivo de documentos.

Bilheteiro - Proceder ao arrumo da coleção de bilhetes e a entrega, mediante a percepção do preço, de bilhetes de acesso a espetáculos de teatro, cinema e outras instalações municipais ou outras atividades recreativas promovidas pelo município; Ser responsável pela receita até a sua entrega.

Calceteiro - Assegurar tarefas de construção, manutenção e conservação de passeios (lancis e calçadas), valetas em calçada, pavimentos em calçada e mobiliário urbano (balizadores, guardas de proteção, entre outros); Efetuar os alinhamentos necessários para uma implantação correta, utilizando a ferramenta adequada, adaptando-as de acordo com as necessidades de pavimentação.

Campismo - Vigiar e zelar pela segurança e conservação das instalações do parque de campismo; Controlar a entrada e saída de pessoas, veículos e animais; Proceder à venda de senhas para a utilização das instalações; Efetuar o registo de utilizadores do parque.

Canalizador - Executar canalizações em edifícios, instalações e outros locais, destinados ao transporte de água ou esgotos; Montar, conservar, reparar, cortar e enroscar tubos, soldar tubos de inox, plástico, ferro e materiais afins; Executar redes de distribuição de água e respetivos ramais de ligação, assentando tubagens e acessórios necessários; Executar outros trabalhos similares ou complementares dos descritos; Instruir e supervisionar o trabalho dos aprendizes e serventes que lhe estejam afetos.

Canteiro - Talhar, enformar e decorar blocos ou lajes de pedras de diversos tipos (granito, mármore e outras pedras ornamentais), destinados à construção, revestimento ou ornamentação de edifícios; Selecionar a pedra adequada ao tipo de trabalho a executar; Interpretar desenhos, modelos ou especificações técnicas; Marcar sobre o bloco as linhas mestras dos contornos da peça a executar; Talhar o bloco de pedra nas dimensões pretendidas, utilizando ferramentas apropriadas; Desbastar, aparelhar e alisar a pedra, com o auxílio de máquinas, ferramentas e/ou com ferramentas manuais, no fabrico de lambris, ombreiras, peitoris, entre outros, dando às faces da pedra determinado tipo de acabamento; Verificar se as dimensões e a forma da peça correspondem aos desenhos e às especificações técnicas, utilizando instrumentos de medida, tais como compassos, metro e esquadro. Por vezes, executar e/ou reparar molduras para o que possa necessitar possuir conhecimentos de desenho e geometria.

Cantoneiro - Proceder a vigilância, conservação e limpeza de vias municipais; Executar pequenas reparações e desimpedir os acessos; Limpar valetas, compor bermas, desobstruir aquedutos e sistemas de drenagem de águas pluviais; Compor pavimentos, efetuando reparações de calcetamento ou com massas betuminosas; Executar corte em árvores existentes nas bermas das estradas.

Carpinteiro de Limpos - Executar trabalhos em madeira através dos moldes que lhe são apresentados;

Analisar o desenho que lhe é fornecido ou proceder ele próprio o esboço do mesmo; Riscar a madeira de acordo com as medidas; Serrar e topiar as peças, desengrossando-as; Lixar e colar material, ajustando as peças numa prensa; Assentar montar e acabar os limpos nas obras, tais como portas, rodapés, janelas, caixilhos, escadas, divisórias em madeiras, armações de talhados e lambris; Proceder a transformação das peças a partir de uma estrutura velha para uma nova e repará-las.

Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais - Conduzir máquinas pesadas de movimentação de terras, guias ou veículos destinados à limpeza urbana ou recolha de lixo; Manobrar sistemas hidráulicos ou mecânicos complementares das viaturas; Zelar pela conservação e limpeza das viaturas; Verificar diariamente os níveis de óleo e água; Comunicar as ocorrências anormais detetadas nas viaturas. Por vezes, poderá conduzir viaturas ligeiras ou pesadas.

Costureira - Executar, à mão ou à máquina, trabalhos de costura necessários à confecção de peças de vestuário; Alinhar à mão os vários componentes das peças para serem provadas; Entretelar os tecidos à mão ou à máquina para lhes conferir forma e cose-los à máquina, seguindo os contornos para a montagem da peça; Forrar a peça à mão com tecidos apropriados; Casear, fazer ilhoses, pregar botões e proceder a outros acabamentos necessários; Proceder à confecção e reparação de outros artigos como toalhas, entre outros.

Coveiro - Abrir sepulturas e efetuar o transporte, depósito e levantamento de restos mortais num cemitério: Escavar no solo uma vala com as dimensões adequadas à urna, utilizando picaretas, pás ou máquina apropriada; Conduzir o carro de transporte do corpo até à sepultura; Introduzir cal no caixão, fechá-lo e fazer descer através de cordas, cobrindo-o com terra ou colocando-o num jazigo; Abrir a sepultura aquando da exumação e assegurar-se de que o cadáver está decomposto; Retirar os restos mortais, lavá-los e colocá-los numa urna e depositar em local indicado; Proceder à limpeza e conservação do cemitério.

Cozinheiro - Confeccionar e servir as refeições e outros alimentos; Cozinhar os alimentos em recipientes apropriados, a fim de os fritar, cozer, grelhar ou assar entre outros processos; Vigiar a evolução dos cozinhados; Preparar e guarnecer pratos e travessas; Elaborar ementas de refeições; Efetuar trabalhos de escolha, pesagem e preparação de géneros a confeccionar; Orientar e colaborar nos trabalhos de limpeza e arrumo das loiças, utensílios e equipamento da cozinha; Orientar e, eventualmente, colaborar na limpeza da cozinha e zonas anexas.

Eletricista – Responsabilizar-se por montar, conservar e reparar instalações elétricas e equipamentos de baixa tensão; Desempenhar tarefas de execução e reparação de instalações elétricas com caráter essencialmente prático; Instalar, conservar e reparar circuitos e aparelhagem elétrica; Guiar frequentemente a sua atividade por desenhos, esquemas ou outras especificações técnicas que interpreta; Cumprir com os dispositivos legais relativos às instalações de que trata; Instalar as máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos sonoros, caloríficos, luminosos ou de força motriz; Determinar a posição e instalar órgãos elétricos, tais como os quadros de distribuição, caixas de fusíveis e de derivação, contadores, interruptores e tomadas; Dispor ou fixar os condutores ou cortar, dobrar e assentar adequadamente as calhas e tubos metálicos, plásticos ou de outra matéria colocando os fios ou cabos no seu interior; Executar e isolar as ligações de modo a obter os circuitos elétricos pretendidos; Localizar e determinar deficiências de instalações ou de funcionamento, utilizando se for caso disso, aparelhos de deteção e de medida; Desmontar, se necessário, determinados componentes da instalação; Apertar, soldar, reparar por qualquer outro modo ou substituir os conjuntos, peças ou fios deficientes e proceder à respetiva montagem, para o que utiliza chaves de fenda, alicates, limas e outras ferramentas.

Eletricista de Automóveis - Instalar, conservar, reparar e afinar a aparelhagem e circuitos elétricos de veículos automóveis e similares; Executar as tarefas fundamentais do eletricista em geral, mas em atenção as instalações elétricas de veículos automóveis, o que requer conhecimentos específicos; Utilizar condutores adequados e instalar circuitos e aparelhagem elétrica, tais como de sinalização acústica e luminosa, aquecimento, iluminação interior e exterior, ignição do combustível, de arranque do motor e de geração, acumulação e distribuição da energia elétrica; Localizar e determinar as deficiências de instalação e de funcionamento e substituir ou reparar platinados, reguladores de tensão, claxons, faróis, motores de arranque ou outros componentes elétricos avariados; Ensaiar os diversos circuitos e aparelhagem e realizar as afinações necessárias ao seu correto funcionamento.

Estudador - Proceder ao revestimento e ultimação de parâmetros de edificações, aplicando-lhes uma ou várias camadas de argamassa de gesso ou motivos especiais de estuque, para o que utiliza ferramentas

manuais; Sobrepor às superfícies rebocadas, ou salpicadas, no caso de revestimentos, uma camada de fundo, servindo-se de colher adequada e talocha; Estender sobre este esboço endurecido a argamassa de gesso, que desempena e afaga, não a deixando fissurar; Rematar as engradas, rodapés e sancas por meio de uma espátula; Montar divisórias e retos falsos, pregando e estucando painéis de estafe ou formando uma base com sisal e gesso; “Correr” sancas, servindo-se de uma cércea para moldar e alisar a massa; Assentar outros elementos de estuque, pré-moldados, vazados ou corridos, colando-os sobre uma camada de pasta de gesso, bastante fluida. Por vezes, aplicar sobre o reboco massa de esboço; Imitar o mármore, mosaicos e outros motivos, preparando tintas para obtenção de várias cores que aplica nas argamassas frescas, mediante pincéis ou colherins.

Ferreiro - Fabricar e reparar artigos, geralmente de aço, tais como ferramentas agrícolas, de cutelaria, ferros forjados artísticos e ferros de corte para ferramentas, utilizando ferramentas manuais; Orientar o seu trabalho por desenho ou outras especificações técnicas; Tomar o material a utilizar, aquecê-lo numa forja ou num forno adequado até atingir a temperatura conveniente; Colocar o metal, seguro por uma tenaz, sobre a bigorna e dar-lhe a forma requerida, martelando-o, cortando-o e furando-o; Reaquecer o material quando necessário; Soldar peças metálicas por caldeamento, preparando-as previamente e aquecendo-as até à temperatura adequada, juntando um fluidificante às superfícies a unir e martelando a zona de ligação; Realizar reparações em diversos equipamentos metálicos; Utilizar ferramentas de medida e de verificação ou um martelo pilão para a martelagem de determinadas peças, para o fabrico e aperfeiçoamento de determinados artigos de ferro ou aço, pregos, cavilhas, dobradiças, fechos, puxadores e outras peças. Por vezes, executar tratamentos térmicos simples.

Fiel de Aeródromo - Executar tarefas relacionadas com zelo, pelo estado geral de conservação das instalações e da segurança operacional, bem como vigilância; Controlar os acessos do Aeródromo, informar e assistir os utentes, registando os movimentos (aterragens e descolagens); Cobrar as taxas de utilização; Organizar os documentos dos espaços e das atividades realizadas; Informar o Assistente Técnico e o Diretor do aeródromo das ocorrências anormais quanto ao funcionamento do aeródromo; Contactar ainda, os bombeiros e as autoridades policiais, em caso de emergência.

Fiel de Armazém - Receber, armazenar e zelar pela conservação de matérias-primas, ferramentas, materiais, produtos acabados e outros artigos, providenciando pela manutenção dos níveis de existências; Executar entregas previamente requisitadas, buscando ao armazém o material, e transportando para os departamentos; Verificar a conformidade entre as mercadorias recebidas ou expedidas (interior ou exterior) e sua respetiva documentação e registar eventuais danos e perdas; Arrumar o “stock” de modo facilitar a sua conservação e acesso; Caso não existir o material requisitado, e com a devida autorização da Divisão de Património; Realizar a compra dos materiais, recolhendo as assinaturas nas faturas dos serviços que os solicitam, entregando o material posteriormente e a respetiva fatura a Divisão de Património; Orientar, quando necessário, cargas e descargas.

Fiel de Frigorífico - Proceder à abertura e encerramento das câmaras frigoríficas; Comunicar ao encarregado do mercado qualquer desconfiância na qualidade dos produtos conservados, para verificação pelo veterinário municipal; Zelar pela manutenção das máquinas e comunicar qualquer avaria para efeitos de reparação; Proceder à venda de gelo; Fazer a cobrança das ganchas utilizadas e dos volumes de produtos guardados.

Fiel de Mercados e Feiras - Receber, arrumar, entregar e controlar todos os bens de equipamento afetos aos mercados e feiras, observando o cumprimento das funções atribuídas pelos regulamentos dos mercados e feiras; Fiscalizar as áreas comerciais, de bilhetes e de controlo do trânsito dentro do mercado.

Guarda-noturno - Exercer a vigilância noturna das instalações de uma determinada área do estabelecimento de ensino, não permitindo a entrada de pessoas não autorizadas; Efetuar rondas frequentes às instalações, percorre a zona pela qual é responsável, verificando se as portas e janelas dos edifícios, assim como automóveis estão convenientemente fechadas e se existem quaisquer anomalias; Prestar assistência /auxílio a pessoas que o solicitem à portaria, quando necessário, no âmbito das funções de segurança, durante os tempos letivos em horário noturno; Contribuir para a segurança da comunidade educativa, durante os tempos letivos noturnos, vigiando as instalações e intervindo em qualquer situação de violência, ou noutras ações danosas, sobre a mesma; Desligar e ligar o quadro elétrico e, eventualmente, os sistemas de alarme, gás e água sempre que as circunstâncias o exigirem; Solicitar o auxílio às forças de segurança e corporação de bombeiros, quando justificado e caso não se encontre presente qualquer membro do órgão de gestão.

Jardineiro - Realizar trabalhos de podas com recurso a métodos de escalada e uso de motosserras e

outros instrumentos de poda; Cultivar flores, árvores, arbustos ou outras plantas; Preparar os terrenos para semear relvados; Proceder à plantação e transplantação de plantas; Proceder à limpeza e conservação dos arruamentos e canteiros; Executar tarefas relativas à cultura de flores, árvores, arbustos e outras plantas para embelezamento de parques, jardins públicos; Plantar e conservar sebes e relvados em campos desportivos; Preparar as terras de cultura ou viveiros, cavando-as ou adubando-as adequadamente; Espalhar as sementes ou dispor os bolbos e as estacas; Efetuar regas e executar transplantações e podas; Despontar as plantas para provocar afilamentos e efetuar desbotoamentos para que as flores se desenvolvam; Semear relvados, renovando-lhes as zonas danificadas, aparando-os e regando-os, utilizando cortadores e/ou tesouras e mangueiras; Plantar, podar e tratar sebes e árvores; Proceder à limpeza e conservação de hastes florais ou ramos; Operar com diversos instrumentos, manuais (tesouras, serrotes, pás, enxadas e outros) ou mecânicos (máquinas de cortar relva, aspersores) para realização das tarefas inerentes à função da jardinagem.

Lubrificador - Proceder à lubrificação por pressão e/ou gravidade dos pontos de máquinas ou equipamentos onde haja atrito, utilizando ferramentas apropriadas, óleos e massas lubrificantes com vista à conservação e normal funcionamento.

Mecânico - Detetar as avarias mecânicas; Reparar, afinar, montar e desmontar os órgãos de viaturas ligeiras e pesadas, a gasolina ou a *diesel*; Executar outros trabalhos de mecânica em geral; Afinar, ensaiar e conduzir em experiência as viaturas reparadas; Fazer a manutenção e o controlo de máquinas e motores.

Montador Eletricista - Desempenhar tarefas de conceção, dimensionamento, análise e pequena execução e de reparação de instalações elétricas com caráter teórico-prático; Colaborar na montagem, conservação e reparação de instalações elétricas e equipamentos de baixa tensão e, eventualmente executar instalações simples de baixa tensão ou substituir órgãos de utilização corrente nas instalações de baixa tensão; Executar cálculos e projetos para instalações elétricas e quadros elétricos de baixa tensão; Realizar montagem de instalações elétricas para iluminação, força motriz, sinalização e climatização; Realizar a montagem de equipamentos e quadros elétricos de baixa tensão; Efetuar ensaios e medidas de deteção e reparação de avarias nos equipamentos das instalações elétricas de baixa tensão; Ler e interpretar desenhos, esquemas e plantas ou projetos e especificações técnicas.

Motorista de Ligeiros - Conduzir automóveis ligeiros para o transporte de passageiros, tendo em atenção a segurança da viatura e as normas de trânsito; Informar-se do destino pretendido pelo passageiro; Regular a velocidade do veículo procedendo às manobras necessárias e atendendo ao estado da via e do automóvel, à circulação de outros veículos e peões, às regras e sinais de trânsito; Colaborar na carga e descarga das bagagens que transporta e auxiliar os passageiros na entrada ou saída do veículo, quando necessário; Providenciar pelo bom estado de funcionamento do automóvel, procedendo à sua limpeza e zelando pela sua manutenção, lubrificação e reparação. Pode executar as tarefas acima descritas conduzindo um veículo de transporte público ou particular

Motorista Transportes Coletivos - Conduzir autocarros para o transporte de passageiros, segundo percursos estabelecidos e atendendo à segurança e comodidade dos mesmos; Percorrer os circuitos estabelecidos de acordo com o horário estipulado; Efetuar as manobras e os sinais luminosos necessários à circulação, atendendo ao estado da via e do veículo, à circulação de outros veículos e peões e às regras e sinais de trânsito; Regular a velocidade tendo em atenção o cumprimento dos horários e a comodidade e a segurança dos passageiros; Parar o veículo nos locais de paragem estabelecidos, a fim de permitir a entrada e saída de passageiros; Controlar o movimento de passageiros efetuando, por vezes, a cobrança de bilhetes ou verificando a legitimidade dos bilhetes ou documentos apresentados; Providenciar pelo bom estado de funcionamento do veículo, zelando pela sua manutenção, reparação e limpeza. Por vezes, colaborar na carga e descarga de bagagens. Poderá conduzir os veículos em circuitos urbanos, interurbanos ou de longa distância.

Motoristas Pesados - Conduzir caminhões e outros veículos automóveis pesados para o transporte de mercadorias e materiais; Informar-se do destino das mercadorias, determinar o percurso a efetuar e receber a documentação respetiva; Orientar e, eventualmente, participar nas operações de carga, arrumação e descarga da mercadoria, a fim de garantir as condições de segurança e respeitar o limite de carga do veículo; Efetuar as manobras e os sinais luminosos necessários à circulação, atendendo ao estado da via e do veículo, às condições meteorológicas e de trânsito, à carga transportada e às regras e sinais de trânsito; Efetuar a entrega da mercadoria e documentação respetiva no local de destino e receber o comprovativo da mesma; Providenciar pelo bom estado de funcionamento do veículo, zelando pela sua manutenção, reparação e limpeza; Elaborar relatórios de rotina sobre as viagens que efetuar.

Museografia - Organizar e conservar em museu as coleções de obras de arte, os objetos de caráter histórico, científico, técnico ou outros; Expor o acervo do museu; Efetuar os trabalhos auxiliares no tratamento e conservação de obras de arte e na montagem de salas de exposição; Vigiar peças em exposição; Realizar o atendimento inicial ao público e, por vezes, guiar e controlar as visitas; Atuar na limpeza e na conservação do museu.

Nadador Salvador - Prestar assistência em praias, praias fluviais e piscinas, socorrendo indivíduos em risco de se afogarem; Observar o estado do rio, a fim de determinar qual a cor da bandeira a içar e tomar as providências necessárias; Advertir os banhistas que se expõem a situações perigosas; Socorrer indivíduos em perigo deslocando-se a nado ou numa embarcação até junto deles e transportar para fora de água; Prestar os primeiros socorros mais indicados, nomeadamente respiração artificial e massagem cardíaca; Transportar os sinistrados para o posto de socorro mais próximo.

Operador de Reprografia - Realizar várias tarefas relativas a reprografia informaticamente, como plantas topográficas de localização, ordenamento e condicionantes; Executar, ainda com auxílio informático, plantas heliográficas; Tirar fotocópias e executar impressões variadas a pedido dos variados serviços do município.

Pedreiro - Levantar e revestir maciços de alvenaria de pedra, de tijolo ou de outros blocos e realizar coberturas com telha, utilizando argamassas e manejando ferramentas e máquinas adequadas; Ler e interpretar os desenhos e outras especificações técnicas da obra a executar; Escolher, seccionar e se necessário, assentar na argamassa que previamente dispôs e os blocos de material; Percuti-los, a fim de melhor os inserir no aglomerante e corrigir o respetivo alinhamento; Verificar a qualidade do trabalho realizado por meio de fio de prumo, níveis, régua, esquadros e outros instrumentos; Executar rebocos e coberturas da talha; Proceder à instalação de sanitários e respetivos escoamentos através de manilhas de grés; Assentar azulejos e pavimentos de mosaicos ou de betonilha. Por vezes, montar elementos de pré-esforçados.

Pintor - Aplicar camadas de tinta, verniz ou outros produtos afins, principalmente sobre superfícies de estuque, reboco, madeira e metal, para as proteger e decorar, utilizando pincéis de vários formatos, rolos e outros dispositivos de pintura e utensílios apropriados; Preparar superfície a recobrir e remover, se necessário, as camadas de pintura que se apresentem com deficiências; Limpar ou lavar a zona a pintar, procedendo em seguida, se for caso disso, a uma reparação cuidada e a lixagem, seguidas de inspeção-geral; Selecionar ou preparar o material a empregar na pintura, misturando na devida ordem e proporção massas, óleos, diluentes, pigmentos, secantes, tintas, vernizes, cal, água, cola ou outros elementos; Ensaiar e afinar o produto obtido até conseguir a cor, tonalidade, opacidade, poder de cobertura, lacagem, brilho, uniformidade ou outras características que pretenda; Aplicar as convenientes demãos de isolante, secantes condicionadores ou primários, usando normalmente pincéis de formate adequado, segundo o material a proteger e decorar; Betumar orifícios, fendas, mossas ou outras irregularidades, com um ferro apropriado; Emaçar as superfícies com betumadeiras; Lixar, decorrido o respetivo período de secagem, a fim de as deixar perfeitamente lisas.

Porta Miras - Fixar e posicionar alvos topográficos tais como, bandeirolas e miras falantes, nos levantamentos e implantações de obras; Percorrer o terreno a fim de indicar os pontos mais significativos do recorte altimétrico e planimétrico; Efetuar medições e completagens planimétricas com auxílio de instrumentos de medida adequados; Colaborar no transporte e manutenção dos equipamentos topográficos; Realizar tarefas auxiliares à execução dos trabalhos de um Topógrafo.

Serralheiro Civil - Construir e aplicar na oficina estruturas metálicas ligeiras para edifícios, pontes, caldeiras, caixilharias ou outras obras; Interpretar desenhos e outras especificações técnicas; Cortar chapas de aço, perfilados de alumínio e tubos, por meio de tesouras mecânicas, maçaricos ou por outros processos; Utilizar diferentes materiais para as obras a realizar tais como: macacos hidráulicos, marretas, martelos, cunhas, material de corte, de solda e de aquecimento; Enformar chapas e perfilados de pequenas secções; Furar e escariar os furos para os parafusos e rebites; Por vezes, encurvar ou trabalhar de outra maneira chapas e perfilados; Executar a ligação de elementos metálicos por meio de parafusos rebites e outros processos.

Serralheiro Mecânico - Reparar e conservar vários tipos de máquinas, motores e outros conjuntos mecânicos, geralmente de metal com exceção dos instrumentos de precisão e das instalações elétricas; Examinar os conjuntos que apresentam deficiências de funcionamento para localizar os defeitos e determinar a sua natureza; Desmontar o aparelho, inteira ou parcialmente, para tirar as peças danificadas ou gastas; Reparar ou substituir as peças defeituosas; Montar as várias peças, fazendo

eventualmente retificações para que se ajustem exatamente ao que é necessário; Ensaiar o conjunto mecânico montado de novo e fazer as afinações necessárias; Verificar, ajustar e lubrificar periodicamente o aparelho ou fiscalizar estes trabalhos e executar outras tarefas para manter em bom estado de funcionamento o aparelho, assim como as peças examinadas. Por vezes, soldar determinadas peças, utilizando o conveniente processo sendo incumbido de montar aparelhos.

Serviços Gerais das Instalações do Município - Assegurar a higiene, limpeza e conservação das instalações municipais; Colaborar eventualmente nos trabalhos auxiliares de montagem, desmontagem e conservação de equipamentos; Auxiliar na execução de cargas e descargas; Realizar tarefas de arrumação e distribuição; Executar outras tarefas simples, não especificadas, de caráter manual e exigindo, principalmente esforço físico e conhecimentos práticos.

Serviços Gerais do Mercado Municipal - Assegurar a higiene, limpeza e conservação das instalações do Mercado Municipal, designadamente, varredura, recolha do lixo, lavagem e desinfeção, utilizando os equipamentos e produtos adequados.

Telefonista - Operar uma central telefónica, estabelecendo as ligações necessárias, satisfazendo os pedidos de informação; Estabelecer ligações telefónicas para o exterior e transmitir aos telefones internos as chamadas recebidas; Prestar informações dentro do seu âmbito; Registrar o movimento de chamadas e anotar, sempre que necessário, as mensagens que respeitem a assuntos de serviço; Zelar pela conservação do material à sua guarda.

Tratorista - Conduzir e manobrar tratores com ou sem atrelado e ou máquinas agrícolas motorizadas, operando normalmente numa área restrita; Receber diariamente ordens sobre o serviço específico a desempenhar, que predominantemente compreende o transporte de materiais para as obras em curso, podendo, em alguns casos, executar outro tipo de tarefas mais específicas, nomeadamente quando se trata de máquinas agrícolas, tais como lavar, gradar, semear, ceifar, debulhar e aplicar tratamentos fitossanitários; Verificar, limpar, afinar e lubrificar o equipamento, tendo em vista a sua conservação e manutenção; Abastecer de combustível as viaturas, possuindo para tal um livro de requisições, cujo original deverá preencher e entregar nos postos de abastecimento; Proceder a pequenas reparações, providenciando, em caso de avarias maiores, o arranjo da viatura que conduz, neste caso, bem como em situações de eventuais acidentes, participar ao setor de transportes; Proceder a arrumação da viatura no final do serviço; Preencher e entregar diariamente no setor de transportes o boletim diário de viatura, mencionando o tipo de serviço, quilómetros efetuados e combustível introduzido.

Trolha - Levantar e revestir maciços de alvenaria; Assentar manilhas, azulejos e ladrilhos; Aplicar camadas de argamassa de gesso em superfícies utilizando ferramentas manuais adequadas; Executar as tarefas fundamentais de pedreiro, em geral do assentador de manilhas de grés e cimento e do ladrilhador; Montar bancas, sanitários, coberturas e telhas; Executar operações de caiação a pincel ou com outros dispositivos.

4.6. CARREIRAS NÃO REVISTAS

CARREIRA / CATEGORIA	ATRIBUIÇÕES /COMPETÊNCIAS / ATIVIDADES	FORMAÇÃO ACADÉMICA E/OU PROFISSIONAL
Bombeiro Profissional	Bombeiro Profissional - Exercer as funções de combater os incêndios; Prestar socorro às populações em caso de incêndios, inundações, desabamentos, abalroamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades; Prestar socorro a naufragos e fazer buscas subaquáticas; Exercer atividades de socorro e transporte de sinistrados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar; Fazer a proteção contra incêndios em edifícios públicos, casas de espetáculos e divertimento público e outros recintos, mediante solicitação e de acordo com as normas em vigor, nomeadamente prestando serviço de vigilância durante a realização de eventos públicos; Colaborar em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas; Emitir, nos termos da lei, pareceres técnicos em matéria de proteção contra incêndios e outros sinistros; Exercer atividades de formação cívica, com especial	9º Ano de Escolaridade ou Grau Superior, com idade inferior a 25 Anos.

	<p>incidência nos domínios da prevenção contra o risco de incêndio e outros acidentes domésticos; Participar noutras ações, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos.</p>	
<p>Fiscal Municipal (A extinguir quando vagar)</p>	<p>Fiscalizar e fazer cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a áreas de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Prestar informações sobre situações de facto com vista a instrução de processos municipais nas áreas da sua atuação específica.</p>	<p>12º Ano de Escolaridade ou Curso Equiparado.</p>
<p>Informática</p>	<p>Especialista de Informática - Desempenhar funções de conceção e aplicação nas seguintes áreas: a) Gestão e arquitetura de sistemas de informação; b) Infraestruturas tecnológicas; c) Engenharia de software. As tarefas inerentes à área de gestão e arquitetura de sistemas de informação são, predominantemente, conceber e desenvolver a arquitetura e acompanhar a implementação dos sistemas e tecnologias de informação, assegurando a sua gestão e continuada adequação aos objetivos da organização; Definir os padrões de qualidade e avaliar os impactes, organizacional e tecnológico, dos sistemas de informação, garantindo a normalização e fiabilidade da informação; Organizar e manter disponíveis os recursos informacionais, normalizar os modelos de dados e estruturar os conteúdos e fluxos informacionais da organização e definir as normas de acesso e níveis de confidencialidade da informação; Definir e desenvolver as medidas necessárias à segurança e integridade da informação e especificar as normas de salvaguarda e de recuperação da informação; Realizar os estudos de suporte às decisões de implementação de processos e sistemas informáticos e à especificação e contratação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e de empresas de prestação de serviços de informática; Colaborar na divulgação de normas de utilização e promover a formação e o apoio a utilizadores sobre os sistemas de informação instalados ou projetados. As tarefas inerentes à área de infraestruturas tecnológicas são, predominantemente, planear e desenvolver projetos de infraestruturas tecnológicas, englobando, designadamente, sistemas servidores de dados, de aplicações e de recursos, redes e controladores de comunicações e dispositivos de segurança das instalações, assegurando a respetiva gestão e manutenção; Configurar e instalar peças do suporte lógico de base, englobando, designadamente, os sistemas operativos e utilitários associados, os sistemas de gestão de redes informáticas, de base de dados, e todas as aplicações e produtos de uso geral, assegurando a respetiva gestão e operacionalidade; Configurar, gerir e administrar os recursos dos sistemas físicos e aplicativos instalados, de forma a otimizar a utilização e partilha das capacidades existentes e a resolver os incidentes de exploração, e elaborar as normas e a documentação técnica a que deva obedecer a respetiva operação; Assegurar a aplicação dos mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada e processada e transportada nos</p>	<p>Nos termos do Decreto-lei n.º 97/2001, de 26/03.</p>

	<p>sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados; Realizar estudos técnico-financeiros com vista à seleção e aquisição de equipamentos informáticos, sistemas de comunicação e de peças do suporte lógico de base; Apoiar os utilizadores na operação dos equipamentos terminais de processamento e de comunicação de dados, dos microcomputadores e dos respetivos suportes lógicos de base e definir procedimentos de uso geral necessários a uma fácil e correta utilização de todos os sistemas instalados. As tarefas inerentes à área de engenharia de software são, predominantemente, Analisar os requisitos e proceder à conceção lógica dos sistemas de informação, especificando as aplicações e programas informáticos, as entradas e saídas, os modelos de dados e os esquemas de processamento; Projetar, desenvolver e documentar as aplicações e programas informáticos, assegurando a sua integração nos sistemas de informação existentes e compatibilidade com as plataformas tecnológicas utilizadas; Instalar, configurar e assegurar a integração e teste de componentes, programas e produtos aplicativos, definindo as respetivas regras de segurança e recuperação e os manuais de utilização; Elaborar rotinas e programas utilitários e definir procedimentos de uso geral necessários a uma fácil e correta utilização dos sistemas aplicativos instalados; Colaborar na formação e prestar apoio aos utilizadores na operação dos sistemas aplicativos e produtos de microinformática e na programação de procedimentos de interrogação de ficheiros e bases de dados. Incumbe ainda ao pessoal integrado na carreira de especialista de informática o desenvolvimento de tarefas, nas respetivas áreas de especialidade, como colaborar na definição das políticas, no desenvolvimento e na contratação dos sistemas e tecnologias de informação, na modelização de testes e na avaliação de protótipos e na realização de atividades de consultadoria e auditoria especializada; Estudar o impacto dos sistemas e das tecnologias de informação na organização do trabalho e no sistema organizacional, propondo medidas adequadas para a introdução de inovações na organização e funcionamento dos serviços e para a formação dos utilizadores de informática; Participar no planeamento e no controlo de projetos informáticos.</p>	
<p align="center">Informática</p>	<p>Técnico de Informática - Desempenhar funções numa das seguintes áreas funcionais: Infraestruturas tecnológicas e Engenharia de software. As tarefas inerentes à área de engenharia de infraestruturas tecnológicas são, predominantemente, instalar componentes de hardware e software, designadamente, de sistemas servidores, dispositivos de comunicações, estações de trabalho, periféricos e suporte lógico utilitário, assegurando a respetiva manutenção e atualização; Gerar e documentar as configurações e organizar e manter atualizado o arquivo dos manuais de instalação, operação e utilização dos sistemas e suportes lógicos de base; Planificar a exploração, parametrizar e acionar o funcionamento, controlo e operação dos sistemas, computadores, periféricos e dispositivos de comunicações instalados, atribuir, otimizar e desafetar os recursos, identificar as anomalias e desencadear as ações de regularização requeridas; Zelar pelo cumprimento das normas de segurança física e lógica e pela manutenção do equipamento e dos suportes de informação e desencadear e controlar os procedimentos regulares de</p>	<p>Curso Tecnológico, Cursos das Escolas Profissionais ou Curso que confira certificado de qualificação de nível III na área de Informática.</p>

	<p>salvaguarda da informação, nomeadamente cópias de segurança, de proteção da integridade e de recuperação da informação; Apoiar os utilizadores finais na operação dos equipamentos e no diagnóstico e resolução dos respetivos problemas. As tarefas inerentes à área de engenharia de software são, predominantemente, projetar, desenvolver, instalar e modificar programas e aplicações informáticas, em conformidade com as exigências dos sistemas de informação definidos, com recurso aos suportes lógicos, ferramentas e linguagens apropriadas; Instalar, configurar e assegurar a integração e teste de componentes, programas e produtos aplicativos disponíveis no mercado; Elaborar procedimentos e programas específicos para a correta utilização dos sistemas operativos e adaptação de suportes lógicos de base, de forma a otimizar o desempenho e facilitar a operação dos equipamentos e das aplicações; Desenvolver e efetuar testes unitários e de integração dos programas e das aplicações, de forma a garantir o seu correto funcionamento e realizar a respetiva documentação e manutenção; Colaborar na formação e prestar apoio aos utilizadores na programação e execução de procedimentos pontuais de interrogação de ficheiros e bases de dados, na organização e manutenção de pastas de arquivo e na operação dos produtos e aplicações de microinformática disponíveis.</p>	
Informática	<p>Técnico de Informática Adjunto - Incumbe realizar tarefas genericamente cometidas aos técnicos de informática sob a supervisão destes ou de especialistas de informática, em particular ao apoio de utilizadores à operação de computadores e ao suporte e programação de sistemas de microinformática.</p>	<p>Nos termos do Decreto-lei n.º 97/2001, de 26/03.</p>
Polícia Municipal	<p>Polícia Municipal - Fiscalizar o cumprimento das normas de estacionamento de veículos e de circulação rodoviária, incluindo a participação dos acidentes de viação, e proceder à regulação do trânsito rodoviário e pedonal na área de jurisdição municipal; Fazer vigilância nos transportes urbanos locais, nos espaços públicos ou abertos ao público, designadamente nas áreas circundantes de escolas, e providenciar pela guarda de edifícios e equipamentos públicos municipais; Executar coercivamente, nos termos da lei, os atos administrativos das autoridades municipais; Deter e entregar imediatamente à autoridade judiciária ou a entidade policial suspeitos de crime punível com pena de prisão em caso de flagrante delito, nos termos da lei processual penal; Denunciar os crimes de que tiver conhecimento no exercício das suas funções, e por causa delas, e praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova, nos termos da lei processual penal, até à chegada do órgão de polícia criminal competente; Elaborar autos de notícia e autos de contraordenação ou transgressão por infrações às normas regulamentares municipais e às normas de âmbito nacional ou regional cuja competência de aplicação ou fiscalização pertença ao município; Elaborar autos de notícia por acidente de viação quando o facto não constituir crime; Elaborar autos de notícia, com remessa à autoridade competente, por infrações cuja fiscalização não seja da competência do município, nos casos em que a lei o imponha ou permita; Instruir processos de contraordenação e de transgressão da respetiva competência; Exercer funções de polícia ambiental; Exercer funções de polícia mortuária; Fiscalizar o cumprimento dos regulamentos municipais e de aplicação das normas legais, designadamente nos domínios</p>	<p>12º Ano de Escolaridade ou Curso Equiparado, com idade inferior a 28 anos.</p>

	do urbanismo, da construção, da defesa e proteção dos recursos cinegéticos, do património cultural, da Natureza e do ambiente; Garantir o cumprimento das leis e dos regulamentos que envolvam competências municipais de fiscalização; Exercer funções de sensibilização e divulgação de várias matérias, designadamente de prevenção rodoviária e ambiental; Participar no serviço municipal de proteção civil.	
--	---	--

4.7. CARREIRAS SUBSISTENTES

CARREIRA / CATEGORIA	ATRIBUIÇÕES /COMPETÊNCIAS / ATIVIDADES	FORMAÇÃO ACADÉMICA E/OU PROFISSIONAL
Chefe de Armazém (A extinguir quando vagar)	Chefe de Armazém - Responsabilizar-se pelo Fiel de Armazém e fazer toda a gestão de stock do armazém, desde a entrada e saída do material para vários serviços do município (material respeitante a escritório, informática e limpeza). Realizar, trimestralmente, o levantamento das existências, visando o controlo do stock e dos produtos em falta.	Escolaridade Obrigatória.
Chefe de Serviço de Administração Escolar (A extinguir quando vagar)	Chefe de Serviço de Administração Escolar - Participar no conselho administrativo e, na dependência da direção executiva da escola, coordenar toda a atividade administrativa nas áreas da gestão de recursos humanos, da gestão financeira, patrimonial e de aquisições e da gestão do expediente e arquivo; Dirigir e orientar o pessoal afeto ao serviço administrativo no exercício diário das suas tarefas; Exercer todas as competências delegadas pela direção executiva; Propor as medidas tendentes à modernização e eficiência e eficácia dos serviços de apoio administrativo; Preparar e submeter a despacho do órgão executivo da escola ou do agrupamento de escolas todos os assuntos respeitantes ao funcionamento da escola; Assegurar a elaboração do projeto de orçamento, de acordo com as linhas traçadas pela direção executiva; Coordenar, de acordo com as orientações do conselho administrativo, a elaboração do relatório de conta de gerência.	Nos termos do Decreto-lei n.º 184/2004, de 29/07.

Câmara Municipal de Braga

Departamento de Recursos Humanos

www.cm-braga.pt

rec.humanos@cm-braga.pt

Tel: 253 203 150 / Fax: 253 202 869

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

NOTA INTRODUTÓRIA

O PRESENTE PLANO DE FORMAÇÃO RESULTA DE UM TRABALHO DESENVOLVIDO PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE BRAGA E TEM POR FINALIDADE COLMATAR AS NECESSIDADES FORMATIVAS SENTIDAS PELOS SEUS COLABORADORES OU POR QUEM OS SUPERINTENDE.

FOI ELABORADO COM BASE NO DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES FORMATIVAS, APRESENTADO PELOS DIRIGENTES DE ALGUMAS UNIDADES ORGÂNICAS.

TRATA-SE DE UM DOCUMENTO DINÂMICO QUE VAI SENDO ADAPTADO SEGUNDO AS VARIADAS SITUAÇÕES QUE POSSAM VIR A OCORRER, FRUTO DE ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS, MOBILIDADES, INTRODUÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE, PARA ALÉM DE OUTRAS FATORES ASSOCIADOS QUE POSSAM LEVAR À NECESSIDADE DE EFETUAR REAJUSTES.

PARA ALÉM DESTAS NECESSIDADES, TAMBÉM SERÁ DADA ATENÇÃO AOS PLANOS DE FORMAÇÃO DISPONIBILIZADOS, AO LONGO DO ANO, PELAS ENTIDADES FORMADORAS EXISTENTES NO MERCADO, LEVANDO À SUA ATUALIZAÇÃO.

PARA FAZER FACE A DESPESAS COM FORMAÇÃO, ESTÁ PREVISTO O RECURSO A CANDIDATURAS A FUNDOS COMUNITÁRIOS, APOIANDO-SE O MUNICÍPIO EM ENTIDADES COM LARGA EXPERIÊNCIA NESTA MATÉRIA, SENDO QUE, QUANDO TAL NÃO POSSA OCORRER, SERÁ O MUNICÍPIO A SUPORTAR OS CUSTOS.

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

INDICE

AMBIENTE

ACÚSTICA DE EDIFÍCIOS	6
RUÍDO	6
PROTEÇÃO DO AMBIENTE	7

ASSUNTOS JURÍDICOS

ALTERAÇÕES AO RJUE – VERTENTE DE ATENDIMENTO	9
ALTERAÇÕES AO RJUE	9
REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DO TERRITÓRIO	10
CÓDIGO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	11
SISTEMA DE INDUSTRIA RESPONSÁVEL – SIR VERTENTE ATENDIMENTO	12
SISTEMA DE INDUSTRIA RESPONSÁVEL	13
REGIME JURÍDICO DAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO	13
EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS – ALOJAMENTO LOCAL	14
REGIME JURÍDICO DA PROTEÇÃO DE DADOS	15
ALTERAÇÕES AO REGIME DE LICENCIAMENTO ZERO	16
REGIME GERAL DAS CONTRAORDENAÇÕES	17
CÓDIGO DA ESTRADA	18
CÓDIGO DE CONTRATOS PÚBLICOS - CCP	19

AUDITORIA

IMPLEMENTAÇÃO DA ISSO: 9001:2015 NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	21
---	----

BOMBEIROS

FORMADOR DE SALVAMENTO E DESENCARCERAMENTO	23
FORMADOR EM INCÊNDIOS FLORESTAIS	24
FORMADOR DE COMBATE A INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS	25
FORMADOR DE SOCORRISMO	26
FORMADOR DE OPERADOR DE TELECOMUNICAÇÕES	27
TRIPULANTE DE AMBULÂNCIAS DE SOCORRO TAS	28
INCÊNDIOS FLORESTAIS – NÍVEL 2	29
INCÊNDIOS FLORESTAIS – NÍVEL 3	30
INCÊNDIOS FLORESTAIS – NÍVEL 4	32
INCÊNDIOS FLORESTAIS – NÍVEL 5	33
INCÊNDIOS FLORESTAIS – SEGURANÇA E COMPORTAMENTO	34

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS – NÍVEL 3.....	36
INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS – NÍVEL 4.....	37
SALVAMENTO E DESENCARCERAMENTO – NÍVEL 2	38
SALVAMENTO EM GRANDE ÂNGULO – NÍVEL 1	39
CONTROLO DE ACIDENTES COM MATÉRIAS PERIGOSAS – NÍVEL 1.....	40
CONDUÇÃO FORA DA ESTRADA – NÍVEL 1.....	42
OPERADOR DE TELECOMUNICAÇÕES – NÍVEL 1.....	44
ESCORAMENTOS – NÍVEL 1	45
CURSO DE MERGULHO P1.....	46
CURSO DE MERGULHO P2.....	48
CURSO DE CONDUTOR DE EMBARCAÇÕES/MARINHEIRO	50

COMUNICAÇÃO, LIDERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PESSOAL

ATENDIMENTO E COMUNICAÇÃO.....	52
TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	53
LIDERAÇÃO MOTIVAÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAS.....	54
GESTÃO DO RELACIONAMENTO INTERPESSOAL.....	55
GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	57
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	57
BULLYING	58
DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO DAS CRIANÇAS	59
INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COM A MULTICULTURALIDADE, AS DIFERENÇAS, E O COACHING	60
COMO LIDAR COM A MULTICULTURALIDADE, AS DIFERENÇAS E OS PRECONCEITOS	60
COACHING	61

URBANISMO

PAISAGEM	63
INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL - IGT	63
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANA - PERU	64
ESTRATÉGIAS DINÂMICAS DE ENVOLVIMENTO.....	65

ELETROMECAÂNICA

ELETRÓNICA	66
ELETRICIDADE AUTO	66
MECÂNICA AUTO	67

GESTÃO ORGANIZACIONAL

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E GESTÃO DO TEMPO.....	69
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EVENTOS	70
PROTOCOLO.....	71
ALTOS DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL.....	72
DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES LÚDICO PEDAGÓGICAS.....	72
ORIENTAÇÃO PARA OS RESULTADOS.....	73
GESTÃO E COORDENAÇÃO DE OBRAS E PROJETOS DE ENGENHARIA.....	74
GESTÃO DA FORMAÇÃO	75

LÍNGUAS

INGLÊS INICIAÇÃO	76
INGLÊS TÉCNICO – CONSTRUÇÃO CIVIL.....	76

MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

METROLOGIA	78
------------------	----

MEIOS DE DEFESA DE PROTEÇÃO

RISCOS TECNOLÓGICOS.....	79
ARMAMENTO E TRINO DE TIRO	79
RISCOS NATURAIS	80
GEOGRAFIA DO TERRITÓRIO E INTRODUÇÃO AOS SIG.....	81

SEGURANÇA

GESTÃO E AVALIAÇÃO DO RISCOS EM ESPAÇOS DE JOGOS E RECREIO (EJR).....	82
MANOBRADORES DE MÁQUINAS	83
HIGIENE E SEGURANÇA	84
PRIMEIROS SOCORROS.....	85
SUORTE BÁSICO DE VIDA	86
SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO PÚBLICA.....	87
SEGURANÇA CONTRA RISCO DE INCÊNDIO EM EDIFÍCIOS	88
ANÁLISE DE RISCOS E VULNERABILIDADES	89
PLANEAMENTO DE EXERCÍCIOS	90
PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA	90
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PROTEÇÃO CIVIL.....	91
ENQUADRAMENTO LEGAL – PROTEÇÃO CIVIL	92
ELABORAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE PROJETO DE PLANOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	93

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

INFORMÁTICA NA ÓTICA DO UTILIZADOR	95
--	----

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

PROCESSAMENTO DE TEXTO (WORD).....	96
EXCEL BÁSICO.....	96
EXCEL AVANÇADO	97
AUTO CAD 2D.....	98
AUTO CAD 3D.....	99
ARCHICAD.....	100

TRÂNSITO

NOÇÕES DE ENGENHARIA E DE TRÁFEGO	100
GESTÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	101
GESTÃO MUNICIPAL DE MOBILIDADE	102
LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E CONCEITOS JURÍDICOS INERENTES AO DL 163/2016, DE 08/08.....	103
PROMOÇÃO DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL	104
GESTÃO EM TRANSPORTES PÚBLICOS	105
CAPACITAÇÃO NO ÂMBITO DA AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRANSPORTES	106
REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS LEI 52/2015	107
SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA (VERTICAL, HORIZONTAL E SEMAFORIZAÇÃO).....	108
PREVENÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA (PRP)	108
OBTENÇÃO/RENOVAÇÃO EM CAM	109

PATRIMÓNIO E TURISMO

VALORIZAÇÃO CULTURAL, PATRIMÓNIO E TURISMO	111
GUIAS TURÍSTICOS	111
DEFESA DO CONSUMIDOR	112
MECANISMOS DE PROTEÇÃO DE PATRIMÓNIO AZULEJAR.....	112

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

AMBIENTE

ACÚSTICA DE EDIFÍCIOS

OBJETIVOS

APROFUNDAR CONHECIMENTOS NA ÁREA DA ANÁLISE E MEDIÇÕES, BEM COMO REALIZAR ENSAIOS ACÚSTICOS E RELATÓRIOS DE ACORDO COM O SISTEMA NOMINATIVO VIGENTE.

PROGRAMA

ACÚSTICA DE EDIFÍCIOS;
LEGISLAÇÃO;
MEDIÇÃO E ANÁLISE;
CASOS PRÁTICOS – SIMULAÇÃO DE ENSAIOS;
ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS.

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDOS - NÍVEL 3 DA DPCHGCH.
2 FORMANDOS - NÍVEL 5 DA DPCHGCH.

DURAÇÃO

14 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

RUÍDO

OBJETIVOS

APROFUNDAR CONHECIMENTOS NA ÁREA DA FISCALIZAÇÃO, NOMEADAMENTE NOS PROCEDIMENTOS, MEDIDAS CAUTELARES E REGIMES SANCIONATÓRIOS.

PROGRAMA

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO SONORA;
REGULAÇÃO DA PREVENÇÃO DO RUÍDO;
PLANEAMENTO MUNICIPAL E DA REGULAÇÃO DA PRODUÇÃO DE RUÍDO.

DESTINATÁRIOS

7 FORMANDOS - NÍVEL 3 DA DIVISÃO DA FISCALIZAÇÃO.

4 FORMANDOS - NÍVEL 5 DA DIVISÃO DA FISCALIZAÇÃO.

DURAÇÃO

7 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

PROTEÇÃO DO AMBIENTE

OBJETIVOS

APROFUNDAR CONHECIMENTOS NA ÁREA DA FISCALIZAÇÃO, DOTANDO OS FORMANDOS DE COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS EM MATÉRIA DE SALUBRIDADE E RISCO DE INCÊNDIO.

PROGRAMA

FISCALIZAÇÃO DE TERRENOS, LOTES, LOGRADOUROS PARTICULARES, BEM COMO DE ZONAS FLORESTAIS.

DESTINATÁRIOS

7 FORMANDOS - NÍVEL 3 DA DIVISÃO DA FISCALIZAÇÃO.

4 FORMANDOS - NÍVEL 5 DA DIVISÃO DA FISCALIZAÇÃO.

DURAÇÃO

7 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

ALTERAÇÕES AO RJUE- VERTENTE DE ATENDIMENTO

OBJETIVOS

ATENDER COM OBJETIVIDADE OS ASSUNTOS RELACIONADOS COM O RJUE;
DIMINUIR OS ERROS NA ENTREGA DE DOCUMENTOS.

PROGRAMA

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA UM LICENCIAMENTO;
CONHECIMENTOS GERAIS DO DIPLOMA;
REGIME SANCIONATÓRIO.

DESTINATÁRIOS

6 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DAC/BU;

DURAÇÃO

7 H

DATA

1º, 2º E 4º TRIMESTRE.

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

ALTERAÇÕES AO RJUE

OBJETIVOS

APROFUNDAR CONHECIMENTOS NO ÂMBITO DO DIPLOMA DO RJUE;

PROGRAMA

CONCEITOS.
REGIME SANCIONATÓRIO.

DESTINATÁRIOS

4 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO;
3 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO.

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DURAÇÃO

7 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DO TERRITÓRIO - CPA

OBJETIVOS

CONJUGAR O CPA COM O REJIGIT.

PROGRAMA

DIRETORES E GESTORES DE PROCEDIMENTO;
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS;
NOTIFICAÇÕES/EDITAIS;
ATOS NULOS E ANULÁVEIS;
AUDIÊNCIA AOS INTERESSADOS.

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DPCHGCH;
1 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DPRRU;
6 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DPRRU;

DURAÇÃO

7 H

DATA

1.º TRIMESTRE DE 2018

HORÁRIO

LABORAL

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR (FORMADOR MARCELO DELGADO)

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

OBJETIVOS

APLICAR E CONHECER A LEGISLAÇÃO EM VIGOR NO QUE CONCERNE AO CPA PARA OS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS.

PROGRAMA

ENQUADRAMENTO DO CPA;
 ARTICULAÇÃO DO CPA COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS;
 ÂMBITO DA APLICAÇÃO DO CPA: OBJETIVO E SUBJETIVO;
 OS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA: A REDEFINIÇÃO DOS EXISTENTES E OS NOVOS PRINCÍPIOS;
 DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM ESPECIAL O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGAIS;
 O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO;
 A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA;
 DO REGULAMENTO – O NOVO SUBSTANTIVO;
 DO ATO ADMINISTRATIVO;
 GARANTIAS ADMINISTRATIVAS;
 O CPA E OS CONTRATOS.

DESTINATÁRIOS

6 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DAC/BU;
 3 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DIVISÃO FINANCEIRA;
 14 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS.

DURAÇÃO

7 H

DATA

1º, 2º e 4º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

SISTEMA DE INDÚSTRIA RESPONSÁVEL – SIR VERTENTE ATENDIMENTO

OBJETIVOS

REFLETIR SOBRE O DIPLOMA;
 APROFUNDAR CONHECIMENTOS;
 EFETUAR O ATENDIMENTO COM CLAREZA.

PROGRAMA

ENQUADRAMENTO LEGAL DO SIR E SEUS REGIMES CONEXOS
 ACESSO E EXERCÍCIO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL E À INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ZONAS EMPRESARIAIS RESPONSÁVEIS (ZER)

DESTINATÁRIOS

4 FORMANDOS NÍVEL 3 DAC/BU

DURAÇÃO

7H

DATA

1º e 2º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

SISTEMA DE INDÚSTRIA RESPONSÁVEL

OBJETIVOS

REFLETIR SOBRE O DIPLOMA;
 APROFUNDAR CONHECIMENTOS;

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

PREVENIR RISCOS INCONVENIENTES RESULTANTES DA EXPLORAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS.

PROGRAMA

ENQUADRAMENTO LEGAL DO SIR E SEUS REGIMES CONEXOS

ACESSO E EXERCÍCIO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL E À INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ZONAS EMPRESARIAIS RESPONSÁVEIS (ZER)

DESTINATÁRIOS

3 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DGUEP;
1 FORMANDO NÍVEL 3 DA DPCHGCH
2 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DPCHGCH

DURAÇÃO

7H

DATA

1º E 2º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

REGIME JURÍDICO DAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E RESTAURAÇÃO

OBJETIVOS

APROFUNDAR CONHECIMENTOS DO DIPLOMA NA VERTENTE ATENDIMENTO.

PROGRAMA

O REGIME SIMPLIFICADO PARA A INSTALAÇÃO E A MODIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE OUDE BEBIDAS, DE COMÉRCIO DE BENS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EM QUE SE SUBSTITUI UMA PERMISSÃO ADMINISTRATIVA (LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO) POR UMA MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA, EFETUADA ATRAVÉS DO BALCÃO DO EMPREENDEDOR - VERTENTE ATENDIMENTO.

DESTINATÁRIOS

4 FORMANDOS NÍVEL 3 DAC/BU

DURAÇÃO

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

7 H

DATA

3º e 4º TRIMESTRE (2 FORMANDOS EM CADA AÇÃO)

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS – ALOJAMENTO LOCAL

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS DE CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS NA ÁREA DO ALOJAMENTO LOCAL.

PROGRAMA

IDENTIFICAR NORMAS BÁSICAS E EXIGÊNCIAS LEGAIS;

VISTORIAS;

FISCALIZAÇÃO, INFRAÇÕES E COIMAS.

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 3 DPCHGCH

4 FORMANDOS NÍVEL 5 DPCHGCH

DURAÇÃO

7 H

DATA

3º e 4º TRIMESTRE 2018

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

A INDICAR

REGIME JURÍDICO DA PROTEÇÃO DE DADOS

OBJETIVOS

EVITAR O ERRO:

O ACESSO A INFORMAÇÃO E A DOCUMENTOS NOMINATIVOS;

DIREITO DE ACESSO;

RESTRIÇÕES NO ACESSO.

PROGRAMA

O REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS;

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO REGULAMENTO;

ENTRADA EM VIGOR;

AS NOVAS OBRIGAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS;

O ACESSO A INFORMAÇÃO E A DOCUMENTOS NOMINATIVO;

DIREITO DE ACESSO E RESTRIÇÕES DE ACESSO;

OS NOVOS DIREITOS DOS CIDADÃOS.

DESTINATÁRIOS

6 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DAC/BU;

5 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS;

3 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DE.

DURAÇÃO

7H

DATA

1º, 2º e 4º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

ALTERAÇÕES AO REGIME DE LICENCIAMENTO ZERO

OBJETIVOS

APROFUNDAR CONHECIMENTOS.

PROGRAMA

PRINCIPAIS INOVAÇÕES DECORRENTES DA ENTRADA EM VIGOR DO DIPLOMA;
 ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO REGIME;
 A LEGISLAÇÃO CONEXA – RJUE;
 REGIME DE INSTALAÇÃO E DE MODIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS;
 PROCEDIMENTOS DE MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA E DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA COM PRAZO;
 OS REGIMES JURÍDICOS CONEXOS –RJUE;
 OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA FINS CONEXOS COM OS ESTABELECIMENTOS;
 O PAPEL DO MUNICÍPIO; FISCALIZAÇÃO E REGIME SANCIONATÓRIO;
 LEI N.º 97/88, DE 17/08 (PUBLICIDADE);
 DL 48/96, DE 15 DE MAIO (HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO);
 DL 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO (EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DIVERSAS).

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 3 DIVISÃO FINANCEIRA;
 7 FORMANDO NÍVEL 3 DIVISÃO DA FISCALIZAÇÃO;
 4 FORMANDO NÍVEL 5 DIVISÃO DA FISCALIZAÇÃO;
 3 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DPCHGCH;
 3 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DGUEP;

DURAÇÃO

7H

DATA

2º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

REGIME GERAL DAS CONTRAORDENAÇÕES

OBJETIVOS

APROFUNDAR CONHECIMENTOS

PROGRAMA

I – DA CONTRAORDENAÇÃO

1. PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO DIREITO DAS CONTRAORDENAÇÕES;
2. APLICAÇÃO DA LEI CONTRAORDENACIONAL NO TEMPO E NO ESPAÇO;
3. MOMENTO E LUGAR DA PRÁTICA DO FACTO;
4. A RESPONSABILIDADE CONTRAORDENACIONAL DOS AGENTES: PESSOAS SINGULARES, PESSOAS COLETIVAS E ASSOCIAÇÕES SEM PERSONALIDADE JURÍDICA;
5. O FACTO TÍPICO: TIPO OBJETIVO E SUBJETIVO; DOLO E ERRO; NEGLIGÊNCIA;
6. O FACTO ILÍCITO: ILICITUDE E EXCLUSÃO DA ILICITUDE;
7. O FACTO CULPOSO: CULPA E EXCLUSÃO DA CULPA;
8. O FACTO TENTADO: TENTATIVA E DESISTÊNCIA;
9. A COMPARTICIPAÇÃO NAS CONTRAORDENAÇÕES.

II – DA COIMA E DAS SANÇÕES ACESSÓRIAS

1. DO PAGAMENTO VOLUNTÁRIO;
2. ADMOESTAÇÃO;
3. DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA COIMA;
4. AS REGRAS DO CONCURSO: O CONCURSO ENTRE CONTRAORDENAÇÕES E O CONCURSO DE INFRAÇÕES (CONCURSO ENTRE CRIME E CONTRAORDENAÇÃO);
5. AS SANÇÕES ACESSÓRIAS.

III – DA PRESCRIÇÃO

1. PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO: SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO;
2. PRESCRIÇÃO DA COIMA: SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO DA COIMA;
3. PRESCRIÇÃO DAS SANÇÕES ACESSÓRIAS.

IV – DO PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO

1. DA COMPETÊNCIA;
2. PROCESSO CONTRAORDENACIONAL E PROCESSO PENAL;
3. ESTRUTURA E PRINCÍPIOS DO PROCESSO CONTRAORDENACIONAL;
4. SUJEITOS DO PROCESSO CONTRAORDENACIONAL;
5. A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO CONTRAORDENACIONAL: O INÍCIO DO PROCEDIMENTO; FASE(S) DA INVESTIGAÇÃO E INSTRUÇÃO; OS MEIOS DE PROVA ADMISSÍVEIS; DIREITO DE AUDIÇÃO E DEFESA DO ARGUIDO; A ASSISTÊNCIA POR DEFENSOR; FASE DA DECISÃO ADMINISTRATIVA; FASE DO RECURSO JUDICIAL;
6. A DECISÃO FINAL E A PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS;

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

7. DECISÃO DEFINITIVA, CASO JULGADO E REVISÃO;

8. EXECUÇÃO DA DECISÃO E CUSTAS NOS PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO.

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 5 DA DIVISÃO FINANCEIRA;

2 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DPCHGCH;

3 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DGUEP;

11 FORMANDOS NÍVEL 3 DA PM.

DURAÇÃO

7 H

DATA

1º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

CÓDIGO DA ESTRADA

OBJETIVOS

APROFUNDAR CONHECIMENTOS SOBRE SITUAÇÕES DE INFRAÇÃO AO CÓDIGO DA ESTRADA

PROGRAMA

Infrações,

Coimas,

Apreensão de documentos;

Autos;

Estudos de caso.

DESTINATÁRIOS

40 FORMANDOS NÍVEL 3 DA PM.

DURAÇÃO

A INDICAR

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

CÓDIGO DE CONTRATOS PÚBLICOS - CCP

OBJETIVOS

ADQUIRIR CONHECIMENTOS SOBRE O REGIME DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA E SUAS ALTERAÇÕES.

PROGRAMA

CONTRATOS PÚBLICOS: AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS AO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS PELO DL 111-B/2017 DE 31 DE AGOSTO;

DISCERNIR OS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DE CADA TIPO DE PROCEDIMENTO E AS LIMITAÇÕES ASSOCIADAS A CADA UM DELES;
COMPREENDER O IMPACTO DA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA NO PROCESSO NORMAL DE FORMAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS E AS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS INTERNAS QUE A MESMA ACARRETERÁ.

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DSJC
1 FORMANDO NÍVEL 5 DA G.A. VEREADOR ALTINO BESSA
2 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DTM
27 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DMOSM
12 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DMOSM

DURAÇÃO

14 H

DATA

08 E JANEIRO DE 2018

HORÁRIO

LABORAL

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

TECMINHO

AUDITORIA

IMPLEMENTAÇÃO DA ISO: 9001:2015 NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

OBJETIVOS

CONHECER A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE;
SABER A ESTRUTURA DAS NORMAS REFERENTES A SISTEMAS DE GESTÃO;
CONHECER OS CONCEITOS E PRINCÍPIOS DA GESTÃO DA QUALIDADE.

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

PROGRAMA

ABORDAGEM AOS PRINCIPAIS CONCEITOS DA GESTÃO DA QUALIDADE;
 ABORDAGEM À NORMA NP EN ISO 9000:2015 "FUNDAMENTOS E VOCABULÁRIO"
 ESTUDO DOS REQUISITOS DA NORMA NP EN ISO 9001:2015, SUA INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO
 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS
 IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DE PROCESSOS
 ESTABELECIMENTO E GESTÃO DE INDICADORES
 ABORDAGEM À GESTÃO DO RISCO NAS PERSPETIVAS, ESTRATÉGICA E OPERACIONAL
 ELABORAÇÃO E GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO
 IDENTIFICAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL
 APLICAÇÃO PRÁTICA DOS CONCEITOS DE GESTÃO DA QUALIDADE E DOS REQUISITOS NORMATIVOS
 ESTUDO DE CASOS

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DAC/BU.
 2 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DAC/BU.
 2 FORMANDOS NÍVEL 5 DO DRH.
 1 FORMANDO NÍVEL 5 DA DISIQ.

DURAÇÃO

A INDICAR

DATA

2º e 4º TRIMESTRE 2018

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

BOMBEIROS

FORMADOR DE SALVAMENTO E DESENCARCERAMENTO

OBJETIVOS

FORMAR E CREDENCIAR FORMADORES DOS CORPOS DE BOMBEIROS EM SALVAMENTO E DESENCARCERAMENTO RODOVIÁRIO SIMILAR.

PROGRAMA

NO FINAL DA AÇÃO OS FORMANDOS DEVEM SER CAPAZES DE:

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DESCREVER, APLICAR E FAZER EXECUTAR AS FASES DO MÉTODO SAVER;
 DEFINIR, APLICAR E FAZER APLICAR AS ZONAS DE TRABALHO (INTERIOR E EXTERIOR);
 INDICAR E APLICAR OS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA RELATIVOS AOS SISTEMAS DE SEGURANÇA DOS VEÍCULOS (ATIVOS E PASSIVOS);
 EXPLICAR E DEMONSTRAR O CORRETO MANUSEAMENTO DE FERRAMENTAS HIDRÁULICAS;
 EXPLICAR E DEMONSTRAR OS PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DAS TÉCNICAS NORMALIZADAS DE CRIAÇÃO DE ESPAÇO;
 INDICAR OS MÉTODOS RECOMENDADOS PARA MANUSEAMENTO DOS VIDROS DOS VEÍCULOS;
 EXPLICAR E DEMONSTRAR TÉCNICAS NORMALIZADAS DE CRIAÇÃO DE ESPAÇO EM VEÍCULOS PESADOS DE MERCADORIAS;
 EXPLICAR E DEMONSTRAR A REMOÇÃO DE ¾ À RETAGUARDA NUM VEÍCULO PESADO DE MERCADORIAS;
 DESCREVER E REALÇAR OS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA A ADOTAR NAS OPERAÇÕES DE SALVAMENTO E DESENCARCERAMENTO;
 REALÇAR A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE EQUIPA;
 EXPLICAR E DEMONSTRAR AS TÉCNICAS DE EXTRAÇÃO CONTROLADA, EXTRAÇÃO IMEDIATA, EXTRAÇÃO RÁPIDA E ESTABILIZAÇÃO DA VÍTIMA;
 REALIZAR TODO O PROCESSO TÉCNICO PEDAGÓGICO ADEQUADO À FORMAÇÃO MINISTRADA.

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS

DURAÇÃO

50 H

DATA

A INDICAR PELA ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

FORMADOR EM INCÊNDIOS FLORESTAIS

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS TÉCNICOOPERACIONAIS PARA MINISTRAR FORMAÇÃO NO ÂMBITO DA EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS ATÉ AO NÍVEL 2.

PROGRAMA

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

INÍCIO E PROPAGAÇÃO DO FOGO;
 FATORES QUE AFETAM O COMPORTAMENTOS DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 SEGURANÇA NO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 MEIOS AÉREOS;
 COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 FERRAMENTAS DO SAPADOR;
 PRÁTICA DE SEGURANÇA NAS OPERAÇÕES COM VEÍCULOS;
 SEGURANÇA COM MEIOS AÉREOS;
 LEITURA DE CARTAS MILITARES SIMULAÇÕES DE COMPORTAMENTO DO FOGO;
 PROCEDIMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO COMBATE EM INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 TÉCNICAS DE SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO DE MOTOSSERRA;
 PROCEDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO EM INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO;
 ABERTURAS DE FAIXAS DE CONTENÇÃO COM MOTOSSERRAS E FERRAMENTAS;
 AVALIAÇÃO E RECONHECIMENTO EM INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 ANÁLISE DA ZONA DE INTERVENÇÃO;
 PREPARAÇÃO FÍSICA: EXERCÍCIOS.

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS.

DURAÇÃO

105 H

DATA

A DEFINIR PELA ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

HORÁRIO

A DEFINIR

LOCAL

A DEFINIR

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS

FORMADOR DE COMBATE A INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS

OBJETIVOS

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DOTAR OS FORMANDOS DE CONHECIMENTOS ADEQUADOS PARA MINISTRAR FORMAÇÃO NO ÂMBITO DO COMBATE A INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS

PROGRAMA

NO FINAL DA AÇÃO, OS FORMANDOS DEVEM SER CAPAZES DE:

DOMINAR TODO O ASPETO TEÓRICO E PRÁTICO RELACIONADO COM O COMBATE A INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS;

ELABORAR O PLANO DE AÇÃO DE ACORDO COM OS OBJETIVOS DEFINIDOS;

ARTICULAR AS SUAS COMPETÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE FORMA A MOTIVAR OS SEUS FORMANDOS, PARA OS CONHECIMENTOS A ADQUIRIR;

EXECUTAR E DEMONSTRAR COM EFICÁCIA AS TÉCNICAS DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E RECURSOS DIDÁTICOS NECESSÁRIOS AO SEU DISPOR, PARA A REALIZAÇÃO DE CADA PLANO DE LIÇÃO.

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS.

DURAÇÃO

105 H

DATA

A DEFINIR PELA ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

HORÁRIO

A DEFINIR PELA ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

LOCAL

(A DEFINIR)

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

FORMADOR DE SOCORRISMO

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS TÉCNICAS DE SOCORRISMO E TRIPULANTES DE AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE DOS CORPOS DE BOMBEIROS PARA MINISTRAR FORMAÇÃO DE INGRESSO NA CARREIRA DE BOMBEIRO E APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO.

PROGRAMA

NO FINAL DA AÇÃO, OS FORMANDOS DEVEM SER CAPAZES DE:

ORGANIZAR A FORMAÇÃO EM CONFORMIDADE COM AS ORIENTAÇÕES EMANADAS PELA ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS (ENB);

PREENCHER O DOSSIER TÉCNICO PEDAGÓGICO EM CONFORMIDADE COM O TIPO E NÍVEL DE FORMAÇÃO A MINISTRAR;

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

UTILIZAR AS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS ADEQUADAS A CADA CONTEÚDO CIENTÍFICO;
 APLICAR OS CONTEÚDOS TÉCNICO CIENTÍFICOS CORRESPONDENTES A CADA TIPO DE FORMAÇÃO;
 APLICAR AS METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DEFINIDAS PARA CADA CURSO COM BASE NO REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO EM RIGOR.

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS.

DURAÇÃO

21 H

DATA

A DEFINIR PELA ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A DEFINIR PELA ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

FORMADOR DE OPERADOR DE TELECOMUNICAÇÕES

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS TÉCNICAS DAS TELECOMUNICAÇÕES DE EMERGÊNCIA.

PROGRAMA

SABER:

CARACTERIZAR O CONTEXTO REAL DE ATUAÇÃO DOS OPERADORES DE TELECOMUNICAÇÕES;
 IDENTIFICAR AS COMPETÊNCIAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS E RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DE RESPOSTA;
 DEFINIDOS NOS TERMOS LEGAIS;
 CARACTERIZAR OS DIVERSOS TIPOS DE APLICAÇÕES INFORMÁTICAS DE APOIO À DECISÃO, NOMEADAMENTE BASE DE DADOS DE METEOROLOGIA E MATÉRIAS PERIGOSAS;

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

RECONHECER OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DAS TELECOMUNICAÇÕES DE EMERGÊNCIA;
 DIFERENCIAR OS DIFERENTES SISTEMAS E MODALIDADES DE COMUNICAÇÕES UTILIZADAS NO SETOR;
 IDENTIFICAR/CARACTERIZAR OS DIVERSOS TIPOS DE EQUIPAMENTOS DE RÁDIO (ROB, BANDA BAIZA, REPC E SIRESP);
 IDENTIFICAR/CARACTERIZAR OS DIVERSOS TIPOS DE EQUIPAMENTOS TELEFÓNICOS;
 CARACTERIZAR OS SISTEMAS DE TRIAGEM E ENCAMINHAMENTO DE CHAMADAS DE SOCORRO EM VIGOR;
 IDENTIFICAR OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS;
 DESCREVER OS PROCEDIMENTOS RÁDIO UTILIZADOS NAS TELECOMUNICAÇÕES DE EMERGÊNCIA;

SABER FAZER

RECECIONAR CORRETAMENTE UMA CHAMADA DE SOCORRO;
 DESPACHAR OS MEIOS ADEQUADOS À OCORRÊNCIA;
 REGISTRAR E ACOMPANHAR CORRETAMENTE AS OCORRÊNCIAS;
 APLICAR ADEQUADAMENTE OS PROCEDIMENTOS DE COMUNICAÇÕES RÁDIO, ELABORANDO MENSAGENS CURTAS PRECISAS E CONCISAS;
 OPERAR CORRETAMENTE OS EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES DA REPC, ROB E SIRESP;
 CONSULTAR CORRETAMENTE AS FICHAS DE INTERVENÇÃO DE MATÉRIAS PERIGOSAS;
 UTILIZAR COMUNICAÇÕES EM DMO (DIRECTMODEOPERATION) COMO ALTERNATIVA EM CASO DE FALHA DE REDE SIRESP.

SABER SER OU ESTAR:

COMUNICAR COM ASSERTIVIDADE.

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS.
 1 FORMANDO NÍVEL 5 DO CORPO DE BOMBEIROS.

DURAÇÃO

14 H

DATA

A DEFINIR PELA ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A DEFINIR PELA ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

TRIPULANTE DE AMBULÂNCIAS DE SOCORRO TAS

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS NO ÂMBITO DA AVALIAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DA VÍTIMA, REALIZAÇÃO DE MANOBRAS DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA, IMOBILIZAÇÃO E TRANSPORTE DE VÍTIMAS DE DOENÇA SÚBITA E TRAUMA.

PROGRAMA

CONHECIMENTO DO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE EMERGÊNCIA MÉDICA;
 CONHECIMENTO DE ANATOMIA E FISIOLOGIA DO CORPO HUMANO;
 IDENTIFICAÇÃO DE SITUAÇÕES DE PARAGEM CARDIORRESPIRATÓRIA E EXECUÇÃO DE MANOBRAS DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA;
 UTILIZAÇÃO DO DESFIBRILHADOR AUTOMÁTICO EXTERNO DE SEGURANÇA;
 IDENTIFICAÇÃO DE SITUAÇÕES DE OBSTRUÇÃO DA VIA AÉREA E EXECUÇÃO DAS MANOBRAS DE DESOBSTRUÇÃO;
 CONHECIMENTO PARA ADMINISTRAR OXIGÉNIO ÀS VÍTIMAS E CUIDADOS A TER;
 CONHECIMENTO DOS VÁRIOS ADJUVANTES DA VIA AÉREA, SABER COMO E QUANDO OS UTILIZAR;
 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS DAS EMERGÊNCIAS MÉDICAS, PEDIÁTRICAS E OBSTÉTRICAS E QUAIS OS CUIDADOS DE EMERGÊNCIA ADEQUADOS A CADA SITUAÇÃO;
 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS DAS EMERGÊNCIAS DE TRAUMAS E QUAIS OS CANDIDATOS DE EMERGÊNCIA ADEQUADOS A CADA SITUAÇÃO;
 CONHECIMENTO PARA EXECUÇÃO DAS TÉCNICAS DE TRAUMA;
 IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE QUEIMADURAS E QUAIS OS PRINCIPAIS CUIDADOS DE EMERGÊNCIA PARA CADA SITUAÇÃO;
 CONHECIMENTOS SOBRE MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DAS AMBULÂNCIAS.

DESTINATÁRIOS

15 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS.

DURAÇÃO

210 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

A DEFINIR

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

INEM/ENB ou RSB

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

INCÊNDIOS FLORESTAIS – NÍVEL 2

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS TÉCNICO OPERACIONAIS PARA CHEFIAR EQUIPAS EM OPERAÇÕES DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS.

PROGRAMA

SABER:

DESCREVER AS LINHAS GERAIS DO SISTEMA DE GESTÃO DAS OPERAÇÕES (SGO);
 IDENTIFICAR AS RESPONSABILIDADES RELATIVAS AO COMANDO INICIAL DE UMA OPERAÇÃO DE SOCORRO;
 RECONHECER O PAPEL DOS COMANDOS DISTRITAIS DE OPERAÇÕES DE SOCORRO (CDOS) NO APOIO ÀS OPERAÇÕES;
 EXPOR O CONCEITO DE UNIDADE DE COMANDO;
 DISTINGUIR AS DIFERENTES FORMAS DE USO DE FOGO;
 IDENTIFICAR OS FATORES QUE INFLUENCIAM O COMPORTAMENTO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 IDENTIFICAR AS CARACTERÍSTICAS DO COMBUSTÍVEL E OS ELEMENTOS METEOROLÓGICOS QUE INFLUENCIAM O COMPORTAMENTO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 IDENTIFICAR AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS TOPOGRÁFICAS QUE AFETAM O COMPORTAMENTO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 IDENTIFICAR OS PRINCIPAIS FENÓMENOS FÍSICOS QUE DESCREVEM O COMPORTAMENTO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 RELACIONAR AS COLUNAS DE FUMO COM O COMPORTAMENTO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 RECONHECER AS REGRAS BÁSICAS DE SEGURANÇA, AS 18 SITUAÇÕES DE PERIGO E AS 10 NORMAS DE SEGURANÇA;
 IDENTIFICAR AS REGRAS DE SEGURANÇA A ADOTAR PERANTE A ATUAÇÃO DE MEIOS AÉREOS;
 EXPLICAR O PROTOCOLO DE SEGURANÇA LACES;
 IDENTIFICAR E DESCREVER OS MÉTODOS, TÁTICAS E MEIOS DE COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 IDENTIFICAR A MARCHA GERAL DAS OPERAÇÕES;
 DESCREVER OS PONTOS DA SITUAÇÃO NO COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 IDENTIFICAR OS PROCEDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO RÁDIO NAS REDES ROB E SIRESP;
 RECONHECER A IMPORTÂNCIA DA PREPARAÇÃO FÍSICA E REPRODUZIR EXERCÍCIOS.

SABER FAZER:

EXECUTAR CORRETAMENTE O RECONHECIMENTO INICIAL;
 USAR EFICAZMENTE O GUIA DE COMANDO E CONTROLO;
 TRANSMITIR COM OBJETIVIDADE O PONTO DE SITUAÇÃO INICIAL, ATRAVÉS DOS EQUIPAMENTOS RÁDIOS DISPONÍVEIS;
 AVALIAR CORRETAMENTE AS SITUAÇÕES DE RISCO PARA O PESSOAL E EQUIPAMENTOS;
 CUMPRIR E FAZER CUMPRIR AS REGRAS DE SEGURANÇA PELA EQUIPA NO COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS.

DESTINATÁRIOS

32 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS.

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DURAÇÃO

14 H

DATA

2º TRIMESTRE DE 2018.

HORÁRIO

A DEFINIR

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

INCÊNDIOS FLORESTAIS – NÍVEL 3

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS TÉCNICO OPERACIONAL PARA COMANDAR OPERAÇÕES DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS QUE ENVOLVAM NO MÁXIMO 6 EQUIPAS.

PROGRAMA

SABER:

EXPLICAR AS DIFERENTES OPÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE COS NA TRANSIÇÃO DAS DUAS PRIMEIRAS FASES DE UMA OPERAÇÃO;

RECONHECER AS FUNÇÕES DOS CHEFES DE EQUIPA, TENDO EM CONTA O TIPO DE VEÍCULOS QUE GUARNECEM;

DESCREVER A ORGANIZAÇÃO DO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS;

EXPLICAR O COMPORTAMENTO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS, AS PRINCIPAIS FORMAS DE COMPORTAMENTO EXTREMO E OS PRINCIPAIS FATORES QUE POTENCIAM A SUA OCORRÊNCIA;

DESCREVER OS MÉTODOS E TÁTICAS DE COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS;

ESPECIFICAR O EMPREGO DE MEIOS AÉREOS, IDENTIFICAR AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA SUA UTILIZAÇÃO;

IDENTIFICAR OS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA QUANDO OPEREM MEIOS AÉREOS DO ATAQUE AMPLIADO BEM COMO AS OPERAÇÕES DE RESCALDO E VIGILÂNCIA.

SABER FAZER:

ANALISAR CORRETAMENTE A ZONA DE INTERVENÇÃO;

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

AVALIAR CORRETAMENTE AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NO DESENVOLVIMENTO DA OPERAÇÃO;
 REAJUSTAR TEMPESTIVAMENTE O PLANO DE AÇÃO EM FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO E DOS RECURSOS DISPONÍVEIS;
 APLICAR ADEQUADAMENTE A SIMBOLOGIA GRÁFICA NA ORGANIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÕES;
 COMUNICAR DE FORMA CLARA O PLANO DE AÇÃO AOS CHEFES DE EQUIPA;
 TRANSMITIR COM OBJETIVIDADE OS PONTOS DE SITUAÇÃO, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS RÁDIO DISPONÍVEIS;
 DESEMPENHAR EFICAZMENTE AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS NA FASE 2 E SEQUENTES DA OPERAÇÃO;
 APLICAR CORRETAMENTE OS MÉTODOS E TÁTICAS ADEQUADOS AO INCÊNDIO FLORESTAL;
 UTILIZAR ADEQUADAMENTE AS CARTAS MILITARES À ESCALA 1:25 000 COMO INSTRUMENTO DE APOIO À GESTÃO INICIAL DE OPERAÇÕES;
 UTILIZAR CORRETAMENTE O GPS COMO FERRAMENTA DE APOIO À DECISÃO;
 RECEBER E PASSAR O COMANDO DA OPERAÇÃO, DE ACORDO COM OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS.

DESTINATÁRIOS

8 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS

DURAÇÃO

25 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

A DEFINIR

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

INCÊNDIOS FLORESTAIS – NÍVEL 4

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS TÉCNICO OPERACIONAIS PARA CHEFIAR UM OU MAIS GRUPOS DE COMBATE OU DE REFORÇO (GCIF E GRIF) EM OPERAÇÕES DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS.

PROGRAMA

SABER:

DESCREVER E FORMATAR ORDENS PARA A EXECUÇÃO DE UMA MISSÃO DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS;

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DESCREVER A MISSÃO DOS MEIOS DE REFORÇO, IDENTIFICAR O TIPO DE MEIOS EXISTENTES, OS TEMPOS DE PRONTIDÃO DE CADA UM DOS MEIOS E AS FUNÇÕES DO CHEFE DE GRUPO;
 IDENTIFICAR E APLICAR A SEQUÊNCIA DOS PROCEDIMENTOS INDICADOS PARA OS GRUPOS;
 RECONHECER OS PROCEDIMENTOS DE ORIENTAÇÃO DE UMA AERONAVE NO TEATRO DE OPERAÇÕES E ESTRUTURAR AS COMUNICAÇÕES PARA ATRIBUIÇÃO DE MISSÕES AOS MEIOS AÉREOS;
 DISTINGUIR AS DIVERSAS MANOBRAS DO GRUPO NA DESLOCAÇÃO PARA COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS E NOS TEATROS DE OPERAÇÕES;
 ANALISAR O TEATRO OPERAÇÕES ONDE SE VÃO DESENVOLVER AS AÇÕES DE COMBATE DESENVOLVENDO A CARTOGRAFIA OPERACIONAL;

SABER FAZER:

AVALIAR CORRETAMENTE AS CONDIÇÕES DE PROPAGAÇÃO E PREVER O POSSÍVEL COMPORTAMENTO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS, ASSEGURANDO O POSICIONAMENTO DO GRUPO EM SEGURANÇA;
 CUMPRIR ESCRUPULOSAMENTE AS REGRAS DE SEGURANÇA E IMPLEMENTAR O PROTOCOLO DE SEGURANÇA LACES;
 APLICAR ADEQUADAMENTE OS CONCEITOS E PRINCÍPIOS DO SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES;
 APLICAR ADEQUADAMENTE AS ORDENS PARA A EXECUÇÃO DE UMA MISSÃO DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 EXECUTAR CORRETAMENTE AS DIVERSAS MANOBRAS DO GRUPO NA DESLOCAÇÃO PARA COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS E NOS TEATROS DE OPERAÇÕES;
 ORIENTAR ADEQUADAMENTE AS AERONAVES NO TEATRO DE OPERAÇÕES E ESTRUTURAR COMUNICAÇÕES PARA ATRIBUIÇÃO DE MISSÕES AOS MEIOS AÉREOS;
 PROCEDER AO RECONHECIMENTO DA ÁREA QUE LHE FOR ATRIBUÍDA PELO COMANDANTE DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO (COS), DE ACORDO COM OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS.

SABER SER OU ESTAR:

COMUNICAR COM ASSERTIVIDADE;
 ORGANIZAR E DIRIGIR O DEBRIFINGUE COM O PESSOAL DO GRUPO;
 MANTER-SE FISICAMENTE PREPARADO PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO.

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 5 DO CORPO DE BOMBEIROS.

DURAÇÃO

25 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

A DEFINIR

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

INCÊNDIOS FLORESTAIS – NÍVEL 5

OBJETIVOS

HABILITAR TÉCNICOS NO USO DA TÉCNICA DE FOGO CONTROLADO NA GESTÃO DE ESPAÇOS FLORESTAIS AO NÍVEL DO PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO.

PROGRAMA

ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS DO FOGO CONTROLADO;
 COMPORTAMENTO DO FOGO;
 IMPACTES DO FOGO;
 UTILIZAÇÃO E TÉCNICAS DO FOGO CONTROLADO;
 PLANEAMENTO DO FOGO CONTROLADO;
 IMPLEMENTAÇÃO OPERACIONAL DO FOGO CONTROLADO;
 ELABORAÇÃO DO PLANO DE FOGO CONTROLADO;
 UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE APOIO À DECISÃO;
 PLANO OPERACIONAL DE QUEIMA;
 PREPARAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO FOGO CONTROLADO EM MATOS E POVOAMENTOS.

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 5 DO CORPO DE BOMBEIROS

DURAÇÃO

120 H

DATA

(A INDICAR PELA ENB)

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

(A INDICAR PELA ENB)

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

INCÊNDIOS FLORESTAIS — SEGURANÇA E COMPORTAMENTO

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS PARA AVALIAREM O COMPORTAMENTO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS, QUE LHESS POSSIBILITE A DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS, TÁTICAS E MANOBRAS GARANTINDO TODAS AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E MINIMIZANDO A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES DURANTE AS OPERAÇÕES DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS.

PROGRAMA

APÓS A CONCLUSÃO DO MÓDULO, OS FORMANDOS DEVEM SER CAPAZES DE:

SABER:

DESCREVER A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO RELEVO NO COMPORTAMENTO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 IDENTIFICAR AS PRINCIPAIS PROPRIEDADES DOS COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS E A SUA INFLUÊNCIA NO COMPORTAMENTO;
 DISTINGUIR DIFERENTES MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS ANALISANDO O COMPORTAMENTO NOS MODELOS APRESENTADOS;
 RECONHECER AS IMPLICAÇÕES OPERACIONAIS QUE RESULTAM DA VARIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS;
 DESCREVER A INFLUÊNCIA DOS ELEMENTOS METEOROLÓGICOS NO COMPORTAMENTO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS, COMPREENDER O CONCEITO E APLICAÇÃO DO FWI (ÍNDICE DE RISCO METEOROLÓGICO DE INCÊNDIO);
 CLASSIFICAR E DISTINGUIR OS PRINCIPAIS TIPOS DE PROPAGAÇÃO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 ANALISAR AS COLUNAS DE FUMO E RELACIONÁ-LAS COM O COMPORTAMENTO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 DESCREVER AS FORMAS DE COMPORTAMENTO EXTREMO, NOMEADAMENTE INCÊNDIOS DE COPAS, PROJEÇÕES, COMPORTAMENTO ERUPTIVO EM ENCOSTAS E VALES ENCAIXADOS, TURBILHÃO DE CHAMAS OU VÓRTICE DE FOGO, RELACIONANDO-AS COM A GESTÃO OPERACIONAL DE INCÊNDIO FLORESTAL;
 AVALIAR E PREVER O COMPORTAMENTO DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS, DETERMINAR VELOCIDADES E INTENSIDADES DE PROPAGAÇÃO DAS FRENTES DE CHAMAS;
 RECONHECER OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DE SEGURANÇA APLICAR NO COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS;
 RECONHECER SITUAÇÕES POTENCIALMENTE PERIGOSAS E QUE POSSAM POR EM CAUSA VIDAS HUMANAS;
 DESCREVER O PROTOCOLO DE SEGURANÇA LACES E OS CONCEITOS ASSOCIADOS, E DEFINIR LOCAIS QUE POSSAM FUNCIONAR COMO ZONAS DE SEGURANÇA;
 IDENTIFICAR OS PRINCIPAIS FATORES E DENOMINADORES COMUNS QUE ESTÃO NA ORIGEM DA OCORRÊNCIA DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS.

SABER FAZER:

ADOTAR ATITUDES CORRETAS QUE MAXIMIZEM A SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS, NOMEADAMENTE VERIFICAR ESTADO DOS VEÍCULOS, REGRAS DE SEGURANÇA DURANTE A DESLOCAÇÃO E ATUAÇÃO NO TEATRO DE OPERAÇÕES;
 AVALIAR CORRETAMENTE O COMPORTAMENTO DO INCÊNDIO EM FUNÇÃO DOS FATORES DE PROPAGAÇÃO EXISTENTES NUM DETERMINADO LOCAL FAZENDO A PREVISÃO DA PROPAGAÇÃO.

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 5 DO CORPO DE BOMBEIROS

DURAÇÃO

25 H

DATA

(A INDICAR PELA ENB)

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

(A INDICAR PELA ENB)

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS – NÍVEL 3

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS TÉCNICO OPERACIONAIS PARA COMANDAR OPERAÇÕES DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS, QUE ENVOLVAM NO MÁXIMO 6 EQUIPAS.

PROGRAMA

APÓS A CONCLUSÃO DO MÓDULO, OS FORMANDOS DEVEM SER CAPAZES DE:

SABER:

RECONHECER A ORGANIZAÇÃO INICIAL DO TEATRO DE OPERAÇÕES;
DISTINGUIR AS FASES I E II DO SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES (SGO);
IDENTIFICAR AS ESTRATÉGIAS E OS MÉTODOS TÁTICOS DE EXTINÇÃO;
IDENTIFICAR AS MANOBRAS DE APOIO ÀS OPERAÇÕES DE EXTINÇÃO.

SABER FAZER:

ANALISAR CORRETAMENTE A ZONA DE INTERVENÇÃO;

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

AVALIAR CORRETAMENTE AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NO DESENVOLVIMENTO DA OPERAÇÃO;
 FAZER OU REAJUSTAR TEMPESTIVAMENTE O PLANO DE AÇÃO EM FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO E DOS RECURSOS DISPONÍVEIS;
 APLICAR ADEQUADAMENTE A SIMBOLOGIA GRÁFICA NA ORGANIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÕES;
 COMUNICAR DE FORMA CLARA O PLANO DE AÇÃO AOS CHEFES DE EQUIPA;
 DELIMITAR AS ZONAS DE ACORDO COM OS PROCEDIMENTOS;
 IMPLEMENTAR CORRETAMENTE UMA ÁREA DE CONTROLO DE APARELHOS RESPIRATÓRIOS (ARICA) E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL;
 IMPLEMENTAR CORRETAMENTE UMA ÁREA DE SEGURANÇA E EMERGÊNCIA (ASE);
 CONTROLAR EFICAZMENTE A ATIVIDADE OPERACIONAL DOS CHEFES DE EQUIPA;
 TRANSMITIR COM OBJETIVIDADE OS PONTOS DE SITUAÇÃO ATRAVÉS DOS EQUIPAMENTOS RÁDIO DISPONÍVEIS;
 PREPARA ADEQUADAMENTE O DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DO TO;
 RECEBER E PASSAR O COMANDO DA OPERAÇÃO DE ACORDO COM OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS;
 DESEMPENHAR EFICAZMENTE AS TAREFAS QUE LHE FORAM CONFIADAS NA FASE II E SEGUINTE DA OPERAÇÃO.

SABER SER OU ESTAR:

COMUNICAR COM ASSERTIVIDADE;
 ORGANIZAR E DIRIGIR O DEBRIFINGUE COM O PESSOAL ENVOLVIDO NUMA OPERAÇÃO, APÓS A DESMOBILIZAÇÃO;
 MANTER-SE FISICAMENTE PREPARADO PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO.

DESTINATÁRIOS

8 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS

DURAÇÃO

25 H

DATA

(A INDICAR PELA ENB)

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

(A INDICAR PELA ENB)

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS TÉCNICO OPERACIONAIS PARA COMANDAR OPERAÇÕES DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS, QUE ENVOLVAM NO MÁXIMO 6 EQUIPAS.

PROGRAMA

APÓS A CONCLUSÃO DO MÓDULO, OS FORMANDOS DEVEM SER CAPAZES DE:

SABER:

RECONHECER AS UTILIZAÇÕES TIPO DOS EDIFÍCIOS E RECINTOS;

CLASSIFICAR OS LOCAIS DE RISCO E AS CATEGORIAS DE RISCO, NO ÂMBITO DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM EDIFÍCIOS;

IDENTIFICAR AS CONDIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS DE SEGURANÇA PASSIVA E ATIVA DOS EDIFÍCIOS;

DESCREVER E FORMATAR ORDENS PARA EXECUÇÃO DA MISSÃO DE EXTINÇÃO DE UM INCÊNDIO URBANO OU INDUSTRIAL;

DESCREVER E IDENTIFICAR O TIPO DE MEIOS EXISTENTES, OS TEMPOS DE PRONTIDÃO DE CADA UM DOS MEIOS E AS SUAS FUNÇÕES;

IDENTIFICAR E APLICAR A SEQUÊNCIA DOS PROCEDIMENTOS INDICADOS PARA OS SETORES;

DISTINGUIR AS DIVERSAS MANOBRAS DAS EQUIPAS, BRIGADAS OU GRUPOS NO TEATRO DE OPERAÇÕES;

ANALISAR O TEATRO OPERAÇÕES ONDE SE VÃO DESENVOLVER AS OPERAÇÕES DESENVOLVENDO A SIMBOLOGIA GRÁFICA OPERACIONAL.

SABER FAZER:

AVALIAR CORRETAMENTE AS CONDIÇÕES DE PROPAGAÇÃO E PREVER O POSSÍVEL COMPORTAMENTO DO INCÊNDIO, ASSEGURANDO O POSICIONAMENTO DAS EQUIPAS EM SEGURANÇA;

CUMPRIR ESCRUPULOSAMENTE AS REGRAS DE SEGURANÇA;

APLICAR ADEQUADAMENTE OS CONCEITOS E PRINCÍPIOS DO SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES;

APLICAR ADEQUADAMENTE AS ORDENS PARA EXECUÇÃO DA MISSÃO DE EXTINÇÃO DE UM INCÊNDIO URBANO OU INDUSTRIAL;

PROCEDER AO RECONHECIMENTO DA ÁREA QUE LHE FOR ATRIBUÍDA PELO COMANDANTE DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO (COS) DE ACORDO COM OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS;

REALIZAR A PASSAGEM DO COMANDO, FORNECENDO TODAS AS INFORMAÇÕES PERTINENTES AO NOVO COS.

SABER SER OU ESTAR:

COMUNICAR COM ASSERTIVIDADE;

ORGANIZAR E DIRIGIR O DEBRIFINGUE COM AS EQUIPAS;

MANTER-SE FISICAMENTE PREPARADO PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO.

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 5 DO CORPO DE BOMBEIROS

DURAÇÃO

25 H

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DATA

(A INDICAR PELA ENB)

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

(A INDICAR PELA ENB)

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

SALVAMENTO E DESENCARCERAMENTO – NÍVEL 2

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS TÉCNICO OPERACIONAIS PARA CHEFIAR EQUIPAS EM OPERAÇÕES DE SALVAMENTO E DESENCARCERAMENTO.

PROGRAMA

ORGANIZAÇÃO DO TO DE ACIDENTE RODOVIÁRIO:

1. COMANDO E CONTROLO;
2. GUIA DE COMANDO. DE ACIDENTE RODOVIÁRIO.

SALVAMENTO SISTEMATIZADO:

1. ORGANIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES;
2. EQUIPA E EQUIPAMENTO DE DESENCARCERAMENTO;
3. MÉTODO SAVER.

ESTUDO DE CASOS DE ACIDENTES MULTIVÍTIMAS:

1. CENÁRIOS DE ACIDENTE;
2. ORGANIZAÇÃO DO TO.

DESTINATÁRIOS

20 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS

DURAÇÃO

25 H

DATA

1.º TRIMESTRE 2018

HORÁRIO

LABORAL

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

LOCAL

(A INDICAR PELA ENB)

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

SALVAMENTO EM GRANDE ÂNGULO – NÍVEL 1

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS TÉCNICO OPERACIONAIS PARA INTEGRAR EQUIPAS EM OPERAÇÕES DE SALVAMENTO EM GRANDE ÂNGULO.

PROGRAMA

SABER:

IDENTIFICAR OS RISCOS INERENTES AO AMBIENTE DE GRANDE ÂNGULO;
 DIFERENCIAR OS CONDICIONALISMOS DO TRABALHO EM AMBIENTE GRANDE ÂNGULO;
 COMPREENDER AS REGRAS DE SEGURANÇA APLICÁVEIS NAS MANOBRAS E OPERAÇÕES DE GRANDE ÂNGULO;
 DESCREVER A ORGANIZAÇÃO DA EQUIPA DE SALVAMENTO EM GRANDE ÂNGULO;
 ELENCAR AS CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS E FUNCIONAIS DAS CORDAS E EQUIPAMENTOS;
 DIFERENCIAR OS PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS CORDAS E EQUIPAMENTOS;
 IDENTIFICAR NORMAS E REGULAMENTOS.

SABER FAZER:

AVALIAR CORRETAMENTE AS SITUAÇÕES DE RISCO PARA O PESSOAL, CORDAS E EQUIPAMENTOS;
 UTILIZAR CORRETAMENTE O EQUIPAMENTO INDIVIDUAL E COLETIVO;
 EXECUTAR COM DESTREZA TODAS AS TAREFAS INERENTES À MONTAGEM DE LINHAS DE SEGURANÇA, AMARRAÇÕES, NÓS, SISTEMAS DE SUBIDA, DESCIDA, DESMULTIPLICAÇÃO DE FORÇAS E MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS;
 EXECUTAR CORRETAMENTE AS TÉCNICAS INDIVIDUAIS;
 EXECUTAR CORRETAMENTE AS TÉCNICAS DE EVACUAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VÍTIMAS COM E SEM MACA;
 EXECUTAR CORRETAMENTE AS TÉCNICAS DE AUTOSSALVAMENTO;
 REALIZAR A VERIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS CORDAS E EQUIPAMENTOS, DE ACORDO COM OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS.

SABER SER OU ESTAR:

COMUNICAR ASSERTIVAMENTE UTILIZANDO A TERMINOLOGIAS COMUM;
 CUMPRIR PRONTAMENTE AS ORIENTAÇÕES OPERACIONAIS EMANADAS DO CHEFE DE EQUIPA;
 ZELAR PELA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NA ÁREA DE TRABALHO, GARANTINDO A SUA SEGURANÇA, DA EQUIPA E VITIMAS;
 MANTER-SE FISICAMENTE PREPARADO PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO.

DESTINATÁRIOS

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

10 FORMANDOS – NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS

DURAÇÃO

35 H

DATA

4º TRIMESTRE 2018

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

(A INDICAR PELA ENB)

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS

CONTROLO DE ACIDENTES COM MATÉRIAS PERIGOSAS – NÍVEL 1

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS TÉCNICO OPERACIONAIS PARA INTEGRAR AS EQUIPAS EM ACIDENTES COM MATÉRIAS PERIGOSAS.

PROGRAMA

SABER:

DISTINGUIR OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DE FÍSICA E QUÍMICA APLICADA ÀS MATÉRIAS PERIGOSAS.

DESCREVER AS CARACTERÍSTICAS DAS MATÉRIAS.

DIFERENCIAR AS DIVERSAS CATEGORIAS DE PERIGOS E RISCOS.

RECONHECER AS CLASSES DE MATÉRIAS PERIGOSAS.

IDENTIFICAR OS DIPLOMAS LEGAIS QUE REGULAM O TRANSPORTE DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS.

EXPLICAR OS TIPOS DE ACIDENTES COM MATÉRIAS PERIGOSAS.

IDENTIFICAR OS DIFERENTES TIPOS DE EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NUM ACIDENTE COM MATÉRIAS PERIGOSAS.

IDENTIFICAR OS CONTAMINANTES DA ATMOSFERA E SITUAÇÕES DE ATMOSFERAS PERIGOSAS.

DESCREVER A PERIGOSIDADE DOS GASES.

RECONHECER OS CÓDIGOS DE SINALIZAÇÃO DE MATÉRIAS PERIGOSAS.

APLICAR OS MÉTODOS DE IDENTIFICAÇÃO DAS MATÉRIAS PERIGOSAS.

MANUSEAR E INTERPRETAR AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR CADA UMA DAS BASES DE DADOS.

RECONHECER AS IDENTIDADES QUE DEFINEM AS NORMAS DE EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL E PÚBLICA A MATÉRIAS PERIGOSAS.

INTERPRETAR OS VALORES DE REFERÊNCIA DEFINIDOS POR ESTAS IDENTIDADES.

DESCREVER O FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS NA INTERVENÇÃO.

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

IDENTIFICAR AS LIMITAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS.

ASSEGURAR OS PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO EM MATÉRIAS PERIGOSAS.

IDENTIFICAR OS TIPOS DE ACIDENTES COM MATÉRIAS PERIGOSAS.

SABER FAZER:

SELECIONAR CORRETAMENTE OS MÉTODOS DE IDENTIFICAÇÃO DAS MATÉRIAS PERIGOSAS.

ASSEGURAR ADEQUADAMENTE OS PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO E SEGURANÇA EM ACIDENTES COM MATÉRIAS PERIGOSAS.

PREENCHER CORRETAMENTE AS FICHAS APLICÁVEIS DA DIRETIVA OPERACIONAL nº 3 – NRBQ.

MANUSEAR E CONSULTAR BASES DE DADOS E O MANUAL DE INTERVENÇÃO.

SABER SER OU ESTAR:

ACATAR PRONTAMENTE AS ORIENTAÇÕES OPERACIONAIS EMANADAS DO CHEFE DE EQUIPA.

MANTER-SE FISICAMENTE PREPARADO PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO.

DESTINATÁRIOS

16 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS

DURAÇÃO

50 H

DATA

1.º TRIMESTRE 2018

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

(A INDICAR PELA ENB)

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

CONDUÇÃO FORA DA ESTRADA – NÍVEL 1

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS TÉCNICO OPERACIONAIS PARA A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS TODO O TERRENO EM AMBIENTE RURAL/FLORESTAL.

PROGRAMA

SABER:

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

ESPECIFICAR AS REGRAS DA FORMAÇÃO E A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO;
 IDENTIFICAR OS TIPOS DE CHASSIS QUE EQUIPAM OS VEÍCULOS TODO O TERRENO, SUAS VANTAGENS E DESVANTAGENS;
 RELACIONAR OS DIVERSOS TIPOS DE MECANISMOS COM OS CONCEITOS DE TODO O TERRENO;
 IDENTIFICAR OS PRINCIPAIS ÓRGÃOS MECÂNICOS DESCREVENDO O PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO;
 RELACIONAR A INTERDEPENDÊNCIA FUNCIONAL ENTRE OS DIVERSOS ÓRGÃOS MECÂNICOS INTERPRETANDO O PAPEL DE CADA UM NO PROCESSO DE TRANSMISSÃO DE MOVIMENTO;
 DESCREVER AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E FUNÇÕES DOS PNEUMÁTICOS;
 DISCRIMINAR AS CARACTERÍSTICAS DOS VEÍCULOS TODO O TERRENO E EXPLICAR O PAPEL DE CADA UM NA CAPACIDADE DE PROGRESSÃO E NO EQUILÍBRIO DO VEÍCULO NO TERRENO;
 DESCREVER O PROCESSO DE RECONHECIMENTO;
 DESCREVER OS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA NA CABINA, BEM COMO O PROCESSO DE AVALIAÇÃO PRÁTICA DOS DESNÍVEIS DO TERRENO;
 IDENTIFICAR OS LIMITES E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA NO EXERCÍCIO DA CONDUÇÃO FORA DA ESTRADA;
 DESCREVER AS TÉCNICAS DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS;
 INDICAR OS PONTOS A VERIFICAR NO VEÍCULO ANTES DE INICIAR A DESLOCAÇÃO NO TERRENO;
 LISTAR AS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO BÁSICA E PREENCHER O FORMULÁRIO DE VERIFICAÇÃO TÉCNICAS DIÁRIAS DO VEÍCULO.

SABER FAZER:

EXECUTAR OS TESTES DINÂMICOS NECESSÁRIOS PARA VERIFICAR A OPERACIONALIDADE DOS MECANISMOS E SE O SISTEMA 4x4 É PERMANENTE OU NÃO PERMANENTE;
 EXECUTAR CORRETAMENTE AS VERIFICAÇÕES TÉCNICAS DIÁRIAS DA MANUTENÇÃO;
 EXECUTAR CORRETAMENTE O RECONHECIMENTO DO TERRENO E OBSTÁCULOS;
 DEFINIR PERCURSOS VIÁVEIS PARA O VEÍCULO E EFETUAR A SUA BALIZAGEM E SINALIZAÇÃO;
 PLANEAR O POSICIONAMENTO CORRETO DO VEÍCULO AQUANDO DA ABORDAGEM AOS OBSTÁCULOS, CONSOANTE A SUA CONFIGURAÇÃO, RELEVO E DESNÍVEL;
 ASSEGURAR A TOTALIDADE DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NA CABINA;
 OPERAR CORRETAMENTE OS COMANDOS DO VEÍCULO;
 EXECUTAR CORRETAMENTE O PONTO DE EMBRAIAGEM;
 EXECUTAR CORRETAMENTE O ARRANQUE E A PARAGEM DO VEÍCULO.

SABER SER OU ESTAR:

CUMPRIR O CÓDIGO DA ESTRADA;
 DEMONSTRAR UMA ATITUDE SEGURA E RESPONSÁVEL NA CONDUÇÃO;
 SOLICITAR AJUDA/APOIO NA ULTRAPASSAGEM DE OBSTÁCULOS DE MAIOR DIFICULDADE NO QUE RESPEITA À ESTABILIDADE E SEGURANÇA DO VEÍCULO.

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DESTINATÁRIOS

20 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS

DURAÇÃO

35 H

DATA

1º SEMESTRE DE 2018.

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

(A INDICAR PELA ENB)

ENTIDADE FORMADORA

COMPANHIA DE BOMBEIROS SAPADORES (FORMADOR CARLOS SILVA)

OPERADOR DE TELECOMUNICAÇÕES – NÍVEL 1

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS TÉCNICO OPERACIONAIS NO ÂMBITO DAS TELECOMUNICAÇÕES DE EMERGÊNCIA.

PROGRAMA

SABER:

- CARACTERIZAR O CONTEXTO REAL DE ATUAÇÃO DOS OPERADORES DE TELECOMUNICAÇÕES;
- IDENTIFICAR AS COMPETÊNCIAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS E RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DE RESPOSTA, DEFINIDOS NOS NORMATIVOS LEGAIS;
- CARACTERIZAR OS DIVERSOS TIPOS DE APLICAÇÕES INFORMÁTICAS DE APOIO À DECISÃO, NOMEADAMENTE BASE DE DADOS DE METEOROLOGIA E MATÉRIAS PERIGOSAS;
- RECONHECER OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DAS TELECOMUNICAÇÕES DE EMERGÊNCIA;
- DIFERENCIAR OS DIFERENTES SISTEMAS E MODALIDADES DE COMUNICAÇÕES UTILIZADOS NO SETOR;
- IDENTIFICAR/CARACTERIZAR OS DIVERSOS TIPOS DE EQUIPAMENTOS DE RÁDIO (ROB, BANDA BAIXA, REPC E SIRESP);
- IDENTIFICAR/CARACTERIZAR OS DIVERSOS TIPOS DE EQUIPAMENTOS TELEFÓNICOS;
- CARACTERIZAR OS SISTEMAS DE TRIAGEM E ENCAMINHAMENTO DE CHAMADAS DE SOCORRO EM VIGOR;
- IDENTIFICAR OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS;

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DESCREVER OS PROCEDIMENTOS RÁDIO UTILIZADOS NAS TELECOMUNICAÇÕES DE EMERGÊNCIA.

SABER FAZER:

RECECIONAR CORRETAMENTE UMA CHAMADA DE SOCORRO;
 DESPACHAR OS MEIOS ADEQUADOS À OCORRÊNCIA;
 REGISTRAR E ACOMPANHAR CORRETAMENTE AS OCORRÊNCIAS;
 APLICAR ADEQUADAMENTE OS PROCEDIMENTOS DE COMUNICAÇÕES RÁDIO, ELABORANDO MENSAGENS CURTAS PRECISAS E CONCISAS;
 OPERAR CORRETAMENTE OS EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES DA REPC, ROB E SIRESP;
 CONSULTAR CORRETAMENTE AS FICHAS DE INTERVENÇÃO DE MATÉRIAS PERIGOSAS;
 UTILIZAR COMUNICAÇÕES EM DMO (DIRECTMODEOPERATION) COMO ALTERNATIVA EM CASO DA FALHA DE REDE SIRESP.

SABER SER OU ESTAR:

COMUNICAR COM ASSERTIVIDADE;

DESTINATÁRIOS

16 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS

DURAÇÃO

21 H

DATA

1º TRIMESTRE DE 2018.

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

(A INDICAR PELA ENB)

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS

ESCORAMENTOS – NÍVEL 1

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS TÉCNICO OPERACIONAIS NO ÂMBITO DAS OPERAÇÕES DE ESCOAMENTO BÁSICO DE EMERGÊNCIA COM RECURSO A SISTEMAS CONSTRUÍDOS EM MADEIRA EM EDIFÍCIOS E/OU ESTRUTURAS PARCIALMENTE COLAPSADAS.

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

PROGRAMA

SABER:

RECONHECER E IDENTIFICAR A SITUAÇÃO INICIAL E EVOLUÇÃO POTENCIAL DE INCIDENTES ENVOLVENDO COLAPSO DE EDIFÍCIOS E/OU ESTRUTURAS;
 DESCREVER OS RISCOS GERAIS ASSOCIADOS A INCIDENTES ENVOLVENDO O COLAPSO DE EDIFÍCIOS E/OU ESTRUTURAS;
 DIFERENCIAR AS DIFERENTES CAUSAS E TIPOS DE COLAPSOS;
 ESPECIFICAR OS LOCAIS POTENCIAIS ONDE PODEM SER ENCONTRADOS SOBREVIVENTES;
 EXPLICAR OS CONCEITOS BÁSICOS DO ESCORAMENTO DE EMERGÊNCIA;
 DEFINIR O POSICIONAMENTO DO SISTEMA DE ESCORAMENTO A CONSTRUIR.

SABER FAZER:

REALIZAR ADEQUADAMENTE O RECONHECIMENTO INICIAL DE MODO A IDENTIFICAR OS RISCOS PRESENTES E O(S) ELEMENTO(S) QUE NECESSITA(M) DE SER ESCORADO(S);
 CALCULAR CORRETAMENTE O DIMENSIONAMENTO DOS SISTEMAS DE ESCORAMENTO A CONSTRUIR FACE AO PESO DA ESTRUTURA;
 TIRAR AS MEDIDAS CORRETAS NECESSÁRIAS À CONSTRUÇÃO;
 UTILIZAR ADEQUADAMENTE A FERRAMENTA GERALMENTE EMPREGUE EM SISTEMAS DE ESCORAMENTO CONSTRUÍDOS EM MADEIRA;
 CONSTRUIR ADEQUADAMENTE OS DIFERENTES COMPONENTES DO SISTEMA DE ESCORAMENTO DE ACORDO COM AS MEDIDAS OBTIDAS NO LOCAL;
 MONTAR CORRETAMENTE O SISTEMA DE ESCORAMENTO NO LOCAL DEFINIDO, RECORRENDO ÀS SEGUINTE TÉCNICAS DE ESCORAMENTO EM MADEIRA:

1. COM CALÇOS (CRIBBING);
2. VERTICAL TEMPORÁRIO ("T" SPOT SHORE);
3. VERTICAL TIPO "VIGA" (VERTICAL SHORE);
4. VERTICAL TIPO "PILAR (LACEDPOSTSHORE OU BOX SHORE);
5. PARA JANELAS (WINDOWSSHORE);
6. PARA PORTAS (DOORSHORE);
7. PARA PAREDES INTERIORES (HORIZONTAL SHORE);
8. PARA PAREDES EXTERIORES COM APOIO TRIANGULAR AO SOLO A 45º (FIXEDRAKERSHORE 45º - SOLID SOLE METHOD);

SABER SER OU ESTAR:

ACATAR PRONTAMENTE AS ORIENTAÇÕES OPERACIONAIS EMANADAS DO CHEFE DE EQUIPA;
 MANTER-SE FISICAMENTE PREPARADO PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO.

DESTINATÁRIOS

12 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS

DURAÇÃO

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

50 H

DATA

4º TRIMESTRE DE 2018.

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

(A INDICAR PELA ENB)

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS.

CURSO DE MERGULHO P1

OBJETIVOS

PREPARA O MERGULHADOR PARA GANHAR EXPERIÊNCIA EM ÁGUA ABERTA ACOMPANHADA INICIALMENTE, POR MERGULHADORES DE NÍVEL SUPERIOR OU MONITORES;

PREPARAR O MERGULHADOR PARA O SEU INGRESSO NOS CURSOS CMAS P” E POSTERIORMENTE CMAS P3 E NOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO, ONDE IRÁ ADQUIRIR CONHECIMENTOS MAIS AVANÇADOS QUE LHE PERMITAM INGRESSAR NA CARREIRA DE MONITOR.

PROGRAMA

CONHECER OS VÁRIOS ASPETOS RELATIVOS AO FUNCIONAMENTO DO CURSO;

CONHECER OS OBJETIVOS E A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA E SUA INTEGRAÇÃO A NÍVEL NACIONAL;

CONHECER O EQUIPAMENTO BÁSICO DE MERGULHO;

CONHECER OS VÁRIOS TIPOS DE FATOS DE MERGULHO E OUTROS EQUIPAMENTOS;

CONHECER O ESCAFANDRO AUTÓNOMO, COMPREENDER O SEU FUNCIONAMENTO E SABER UTILIZÁ-LO;

CONHECER O EQUIPAMENTO DE CONTROLO DE FLUTUABILIDADE; COMPREENDER A SUA IMPORTÂNCIA E SABER UTILIZÁ-LO;

CONHECER OS CUIDADOS A TER NA CONSERVAÇÃO DO MATERIAL DE MERGULHO;

CONHECER A SINALIZAÇÃO SEGUNDO O CÓDIGO INTERNACIONAL DE SINALIZAÇÃO SUBAQUÁTICA, COMPREENDER A SUA IMPORTÂNCIA E SABÊ-LA UTILIZAR;

COMPREENDER OS PRINCÍPIOS DA FÍSICA E A SUA APLICAÇÃO À ATIVIDADE DO MERGULHO;

COMPREENDER OS PRINCÍPIOS DA FISIOLOGIA E A SUA APLICAÇÃO À ATIVIDADE DO MERGULHO;

CONHECER OS ACIDENTES RELACIONADOS COM A VARIAÇÃO DE PRESSÃO – BAROTRAUMATISMOS;

COMPREENDER AS CAUSAS DOS ACIDENTES DE MERGULHO – BAROTRAUMATISMO, INTERPRETAR OS SEUS SINAIS E SINTOMAS E PREVENIR ESTE TIPO DE ACIDENTES;

CONHECER OS ACIDENTES RELACIONADOS COM AS INTOXICAÇÕES, COMPREENDER AS SUAS CAUSAS, INTERPRETAR OS SINAIS E SINTOMAS DOS ACIDENTES DE MERGULHO – INTOXICAÇÕES E PREVENI-LOS;

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

CONHECER OS ACIDENTES DE MERGULHO – EXAUSTÃO, HIPOTREMIA, E PRÉ AFOGAMENTO, COMPREENDÊ-LOS, PREVENIR ESTE TIPO DE ACIDENTES E TER NOÇÃO DOS PRIMEIROS SOCORROS A PRESTAR;

TER NOÇÕES DO COMPORTAMENTO DO AZOTO COMO GÁS INERTE NO ORGANISMO, FACE ÀS VARIAÇÕES DE PRESSÃO, COMPREENDER AS SUAS CAUSAS E PREVENI-LAS;

CONHECER AS TABELAS DE DESCOMPRESSÃO E OS COMPUTADORES DE MERGULHO;

COMPREENDER OS CONCEITOS DE SEGURANÇA NO MERGULHE E APLICAR ESTES CONCEITOS;

COMPREENDER A IMPORTÂNCIA DA AUTO SEGURANÇA E DA AJUDA A UM COMPANHEIRO D MERGULHO CANSADO E APLICAR OS MÉTODOS DE AUTO AJUDA;

APLICAR OS MÉTODOS DE AUTO SEGURANÇA E DE AJUDA A UM COMPANHEIRO DE MERGULHO CANSADO;

OBSERVAR A VIDA SUBAQUÁTICA;

RECONHECER OS ORGANISMOS MAIS REPRESENTATIVOS DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE FAUNA E FLORA SUBAQUÁTICAS;

ADEQUAR O COMPORTAMENTO DE FORMA A MINIMIZAR O IMPACTO SOBRE O ECOSISTEMA;

COMPREENDER A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO, CONHECER OS PROCEDIMENTOS PARA A SUA PRESERVAÇÃO E SABER COMO ATUAR FACE À DESCOBERTA DE VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS;

CONHECER QUAIS AS DISPOSIÇÕES LEGAIS EM VIGOR RELATIVAMENTE AO PATRIMÓNIO SUBAQUÁTICO;

CONHECER A LEGISLAÇÃO QUE REGE O MERGULHO DESPORTIVO;

PRATICAR EXERCÍCIOS EM SESSÕES EM MEIO CONDICIONADO DE ACORDO COM OS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS ELABORADOS;

PRATICAR EXERCÍCIOS EM SESSÕES EM MEIO NÃO CONDICIONADO, DE ACORDO COM OS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS ELABORADOS.

DESTINATÁRIOS

4 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS.

DURAÇÃO

30 H

DATA

2º TRIMESTRE DE 2018.

HORÁRIO

LABORAL.

LOCAL

(A INDICAR.)

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA AMIGOS DO MAR

CURSO DE MERGULHO P2

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

OBJETIVOS

PREPARA O MERGULHADOR PARA GANHAR EXPERIÊNCIA EM ÁGUA ABERTA ACOMPANHADA INICIALMENTE, POR MERGULHADORES DE NÍVEL SUPERIOR OU MONITORES;

PREPARAR O MERGULHADOR PARA O SEU INGRESSO NOS CURSOS CMAS P” E POSTERIORMENTE CMAS P3 E NOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO, ONDE IRÁ ADQUIRIR CONHECIMENTOS MAIS AVANÇADOS QUE LHE PERMITAM INGRESSAR NA CARREIRA DE MONITOR.

PROGRAMA

CONHECER OS VÁRIOS ASPETOS RELATIVOS AO FUNCIONAMENTO DO CURSO;

CONHECER OS OBJETIVOS E A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA E SUA INTEGRAÇÃO A NÍVEL NACIONAL;

CONHECER O EQUIPAMENTO BÁSICO DE MERGULHO;

CONHECER OS VÁRIOS TIPOS DE FATOS DE MERGULHO E OUTROS EQUIPAMENTOS;

CONHECER O ESCAFANDRO AUTÓNOMO, COMPREENDER O SEU FUNCIONAMENTO E SABER UTILIZÁ-LO;

CONHECER O EQUIPAMENTO DE CONTROLO DE FLUTUABILIDADE; COMPREENDER A SUA IMPORTÂNCIA E SABER UTILIZÁ-LO;

CONHECER OS CUIDADOS A TER NA CONSERVAÇÃO DO MATERIAL DE MERGULHO;

CONHECER A SINALIZAÇÃO SEGUNDO O CÓDIGO INTERNACIONAL DE SINALIZAÇÃO SUBAQUÁTICA, COMPREENDER A SUA IMPORTÂNCIA E SABÊ-LA UTILIZAR;

COMPREENDER OS PRINCÍPIOS DA FÍSICA E A SUA APLICAÇÃO À ATIVIDADE DO MERGULHO;

COMPREENDER OS PRINCÍPIOS DA FISIOLÓGIA E A SUA APLICAÇÃO À ATIVIDADE DO MERGULHO;

CONHECER OS ACIDENTES RELACIONADOS COM A VARIAÇÃO DE PRESSÃO – BAROTRAUMATISMOS;

COMPREENDER AS CAUSAS DOS ACIDENTES DE MERGULHO – BAROTRAUMATISMO, INTERPRETAR OS SEUS SINAIS E SINTOMAS E PREVENIR ESTE TIPO DE ACIDENTES;

CONHECER OS ACIDENTES RELACIONADOS COM AS INTOXICAÇÕES, COMPREENDER AS SUAS CAUSAS, INTERPRETAR OS SINAIS E SINTOMAS DOS ACIDENTES DE MERGULHO – INTOXICAÇÕES E PREVENI-LOS;

CONHECER OS ACIDENTES DE MERGULHO – EXAUSTÃO, HIPOTREMIA, E PRÉ AFOGAMENTO, COMPREENDÊ-LOS, PREVENIR ESTE TIPO DE ACIDENTES E TER NOÇÃO DOS PRIMEIROS SOCORROS A PRESTAR;

TER NOÇÕES DO COMPORTAMENTO DO AZOTO COMO GÁS INERTE NO ORGANISMO, FACE ÀS VARIAÇÕES DE PRESSÃO, COMPREENDER AS SUAS CAUSAS E PREVENI-LAS;

CONHECER AS TABELAS DE DESCOMPRESSÃO E OS COMPUTADORES DE MERGULHO;

COMPREENDER OS CONCEITOS DE SEGURANÇA NO MERGULHE E APLICAR ESTES CONCEITOS;

COMPREENDER A IMPORTÂNCIA DA AUTO SEGURANÇA E DA AJUDA A UM COMPANHEIRO D MERGULHO CANSADO E APLICAR OS MÉTODOS DE AUTO AJUDA;

APLICAR OS MÉTODOS DE AUTO SEGURANÇA E DE AJUDA A UM COMPANHEIRO DE MERGULHO CANSADO;

OBSERVAR A VIDA SUBAQUÁTICA;

RECONHECER OS ORGANISMOS MAIS REPRESENTATIVOS DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE FAUNA E FLORA SUBAQUÁTICAS;

ADEQUAR O COMPORTAMENTO DE FORMA A MINIMIZAR O IMPACTO SOBRE O ECOSISTEMA;

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

COMPREENDER A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO, CONHECER OS PROCEDIMENTOS PARA A SUA PRESERVAÇÃO E SABER COMO ATUAR FACE À DESCOBERTA DE VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS;
 CONHECER QUAIS AS DISPOSIÇÕES LEGAIS EM VIGOR RELATIVAMENTE AO PATRIMÓNIO SUBAQUÁTICO;
 CONHECER A LEGISLAÇÃO QUE REGE O MERGULHO DESPORTIVO;
 PRATICAR EXERCÍCIOS EM SESSÕES EM MEIO CONDICIONADO DE ACORDO COM OS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS ELABORADOS;
 PRATICAR EXERCÍCIOS EM SESSÕES EM MEIO NÃO CONDICIONADO, DE ACORDO COM OS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS ELABORADOS.

DESTINATÁRIOS

10 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS.

DURAÇÃO

30 H

DATA

2º TRIMESTRE DE 2018.

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

ESCOLA AMIGOS DO MAR

CURSO DE CONDUTOR DE EMBARCAÇÕES/MARINHEIRO

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS COM COMPETÊNCIAS TÉCNICO OPERACIONAIS PARA A CONDUÇÃO DIURNA DE EMBARCAÇÕES ATÉ SETE METROS DE COMPRIMENTO E 60 CV DE POTÊNCIA DE MOTOR, EM OPERAÇÕES DE SOCORRO AQUÁTICO.

PROGRAMA

APÓS A CONCLUSÃO DO MÓDULO, OS FORMANDOS DEVEM SABER:

SABER

EXPLICAR A LEGISLAÇÃO E REGULAMENTOS APLICÁVEIS;
 IDENTIFICAR OS TIPOS DE EMBARCAÇÕES E RESPETIVA NOMENCLATURA;

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

SELECIONAR OS DIFERENTES MEIOS DE PROPULSÃO;
 INDICAR OS ELEMENTOS DE NAVEGAÇÃO À VELA – APARELHAGEM;
 IDENTIFICAR OS DIVERSOS TIPOS DE ÂNCORAS;
 RECONHECER O CÓDIGO INTERNACIONAL DE SINAIS;
 RECONHECER AS NOÇÕES BÁSICAS DE METEOROLOGIA;
 IDENTIFICAR OS FENÓMENOS DAS MARÉS;
 DISTINGUIR ENCHENTE DE VAZANTE;
 ESPECIFICAR OS PROCEDIMENTOS RADIOCOMUNICAÇÕES;
 DESCREVER AS MEDIDAS DE SEGURANÇA NO MAR;
 INDICAR O CERIMONIAL MARÍTIMO;

SABER FAZER

CALCULAR CORRETAMENTE A ALTURA DA ÁGUA COM AUXÍLIO DO ABACO;
 CONSULTAR CORRETAMENTE A ESCALA DE BEAUFORT E DOUGLAS;
 GOVERNAR UMA EMBARCAÇÃO DE ACORDO COM OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS;
 DETERMINAR CORRETAMENTE RUMOS;
 ESTABELECEER CORRETAMENTE ROTAS;
 UTILIZAR CORRETAMENTE A BÚSSOLA;
 EXECUTAR CORRETAMENTE OS NÓS E VOLTAS ELEMENTARES DE MARINHARIA;
 IDENTIFICAR SITUAÇÕES DE RISCO PARA A TRIPULAÇÃO E PARA A EMBARCAÇÃO;
 APLICAR AS MEDIDAS DE SEGURANÇA ADEQUADAS;
 FAZER A MANUTENÇÃO DE EMBARCAÇÕES E MOTORES, DE ACORDO COM OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS.

SABER FAZER OU ESTAR

CUMPRIR A LEGISLAÇÃO E REGULAMENTOS APLICÁVEIS À NAVEGAÇÃO;
 DEMONSTRAR UMA ATITUDE SEGURA E RESPONSÁVEL NA CONDUÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE SOCORRO;
 MANTER-SE FISICAMENTE PREPARADO PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO.

DESTINATÁRIOS

6 FORMANDOS NÍVEL 3 DO CORPO DE BOMBEIROS

DURAÇÃO

14 H

DATA

2.º TRIMESTRE 2018

HORÁRIO

LABORAL

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

LOCAL

(A INDICAR PELA ENB)

ENTIDADE FORMADORA

COMPANHIA DE BOMBEIROS SAPADORES (FORMADOR CARLOS SILVA)

COMUNICAÇÃO, LIDERANÇA E DESENVOLVIMENTO PESSOAL

ATENDIMENTO E COMUNICAÇÃO

OBJETIVOS

CONHECER AS PRINCIPAIS REGRAS DO ATENDIMENTO E OTIMIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO;
PROMOVER A IMAGEM DO MUNICÍPIO

PROGRAMA

FORTALECER A AUTO-CONFIANÇA

- 1.1. DESENVOLVER A AUTO-CONFIANÇA
- 1.2. ALAVANCAR A RESILIÊNCIA COMUNICACIONAL
- 1.3. ULTRAPASSAR AS CRENÇAS LIMITATIVAS
- 1.4. FORTALECER O LOCUS DE CONTROLO INTERNO
2. REFORÇAR AS COMPETÊNCIAS DO COMUNICADOR DE EXCELÊNCIA
 - 2.1. O PERFIL DO COMUNICADOR DE EXCELÊNCIA
 - 2.2. O COMUNICADOR DE EXCELÊNCIA COMO IMAGEM DA ORGANIZAÇÃO
3. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DE EXCELÊNCIA
 - 3.1. GESTÃO DO FEEDBACK E DO FEEDFORWARD
 - 3.2. SUPERAR AS BARREIRAS À COMUNICAÇÃO
 - 3.3. ESCUTA ATIVA E ESCUTA EMPÁTICA
 - 3.4. AS DIMENSÕES DA COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL COMO REFORÇO POSITIVO DA MENSAGEM

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

4. AGIR COM INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E ASSERTIVIDADE

- 4.1. ATITUDES FACILITADORAS DA COMUNICAÇÃO ASSERTIVA
- 4.2. ESTILOS FUNCIONAIS E DISFUNCIONAIS NA INTERAÇÃO COM OS OUTROS
- 4.3. O CÉREBRO TRIÚNICO: INSTINTO, EMOÇÃO E RAZÃO
- 4.4. EMOÇÕES POSITIVAS E EMOÇÕES DISRUPTIVAS

DESTINATÁRIOS

- 4 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DAC/BU;
- 44 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS.
- 8 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DE/AGRUPAMENTOS.
- 41 FORMANDOS NÍVEL 3 DA PM
- 6 FORMANDOS NÍVEL 3 DO DRH

DURAÇÃO

14 H

DATA

2º e 4º TRIMESTRE 2018
NAS INTERRUPTÕES LETIVAS

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE INFORMAÇÕES

OBJETIVOS

APROFUNDAR O CONHECIMENTO DAS TÉCNICAS DE INFORMAÇÕES ESCRITA

PROGRAMA

- TÉCNICAS DE REDAÇÃO NORMATIVA E APLICAÇÃO DO ACORDO ORTOGRÁFICO;
- TÉCNICAS DE SIMPLIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO PARA OS DIFERENTES ATOS NORMATIVOS;
- ANÁLISE CRÍTICA DE CASOS PRÁTICOS, COM VISTA A APLICAR MÉTODOS E TÉCNICAS QUE POSSIBILITEM UMA SISTEMATIZAÇÃO E REDAÇÃO MAIS EFICAZ;
- REALIZAÇÃO EM GRUPO DE EXERCÍCIOS COM VISTA À ELABORAÇÃO DE UM PARECER OU DE UMA INFORMAÇÃO.

DESTINATÁRIOS

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

3 FORMANDOS NÍVEL 3 DO DRH

3 FORMANDOS NÍVEL 5 DO DRH

DURAÇÃO

14 H

DATA

A DEFINIR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

LIDERANÇA, MOTIVAÇÃO E GESTÃO DE EQUIPAS

OBJETIVOS

- FORTALECER A AUTOCONFIANÇA;
- CARACTERIZAR AS FERRAMENTAS DA COMUNICAÇÃO COM A EQUIPA DE TRABALHO;
- DESENVOLVER A ASSERTIVIDADE;
- CARACTERIZAR OS ESTILOS DE LIDERANÇA EMOCIONALMENTE INTELIGENTES;
- IDENTIFICAR AS FASES DE EVOLUÇÃO DE UMA EQUIPA DE TRABALHO;
- DETETAR O GRAU DE MATURIDADE DE CADA COLABORADOR;
- CARACTERIZAR AS FERRAMENTAS DE COACHING NA LIDERANÇA;
- IDENTIFICAR AS PRÁTICAS PROPULSORAS DA MOTIVAÇÃO DA EQUIPA DE TRABALHO.

PROGRAMA

LÍDER COACH: SABER SER:

1. FORTALECER A AUTO-CONFIANÇA
 - 1.1. TÉCNICAS PARA ESTIMULAR A AUTO-ESTIMA
 - 1.2. DESENVOLVER A CONFIANÇA
2. APLICAR AS FERRAMENTAS DE PROGRAMAÇÃO NEUROLINGUÍSTICA (PNL) NA LIDERANÇA
 - 2.1. ULTRAPASSAR AS CRENÇAS LIMITATIVAS
 - 2.2. ANCORAR A CONFIANÇA
 - 2.3. INSTINTO, EMOÇÕES E RACIONALIDADE NA LIDERANÇA

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

II LÍDER COACH: SABER

1. GERIR E SUPORTAR O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO COM A EQUIPA DE TRABALHO

- 1.1. GESTÃO DO FEEDBACK
- 1.2. IDENTIFICAR E CONTORNAR AS BARREIRAS À COMUNICAÇÃO
- 1.3. OS NÍVEIS DA ESCUTA ATIVA
- 1.4. AS DIMENSÕES DA COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL

2. AGIR COM ASSERTIVIDADE

- 2.1. ATITUDES FACILITADORAS DA COMUNICAÇÃO
- 2.2. ESTILOS COMPORTAMENTAIS FUNCIONAIS E DISFUNCIONAIS
- 2.3. GERIR PERCEÇÕES E CONFLITOS

3. LIDERAR COM AS INTELIGÊNCIAS ALTERNATIVAS

- 3.1. EMOÇÕES POSITIVAS E EMOÇÕES DISRUPTIVAS
- 3.2. NÍVEIS DE INTELIGÊNCIA SOCIAL
- 3.3. TEAMEFFECT: FEEDBACK DA EQUIPA DE TRABALHO

III. LÍDER COACH: SABER FAZER

1. EXERCER A LIDERANÇA EFETIVA

- 1.1. A LIDERANÇA DISSONANTE E RESSONANTE
- 1.2. IDENTIFICAÇÃO DOS GRAUS DE MATURIDADE DOS COLABORADORES
- 1.3. A LIDERANÇA SITUACIONAL
- 1.4. O PROCESSO DE COACHING

2. MOTIVAR PARA O CRESCIMENTO E A AÇÃO

- 2.1. FATORES ENDÓGENO E FATORES EXÓGENOS DA MOTIVAÇÃO
- 2.2. MOTIVAR PARA A PROATIVIDADE
- 2.3. TEAMBUILDING: SOLIDIFICAR A COESÃO DA EQUIPA
- 2.4. LINGUAGEM POSITIVA: O DISCURSO PROPULSOR

DESTINATÁRIOS

- 18 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DGEM.
- 6 FORMANDOS NÍVEL 3 DA PM.
- 4 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DPCHGCH.
- 1 FORMANDO NÍVEL 5 DA DTM.
- 3 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS

DURAÇÃO

14 H

DATA

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

2º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL.

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

GESTÃO DO RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

OBJETIVOS

A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL;

COMPETÊNCIAS PRÁTICAS DE TRABALHO EM EQUIPA, INCLUINDO EXERCÍCIO EFICAZ DE PAPÉIS DE COOPERAÇÃO, LIDERANÇA E GESTÃO DE CONFLITOS.

PROGRAMA

1. CAUSAS DOS CONFLITOS

1.1. CONFLITOS INTERPESSOAIS E ORGANIZACIONAIS

1.2. IDENTIFICAÇÃO DAS CAUSAS

2. COMUNICAÇÃO EFICAZ

2.1. SER EMPÁTICO

2.2. SABER OUVIR

2.3. A ASSERTIVIDADE COMO ESCOLHA COMPORTAMENTAL

3. GESTÃO DAS PERCEÇÕES

3.1. FENÓMENO DA PERCEÇÃO

3.2. POSIÇÕES PERCEPTIVAS

4. TÉCNICAS E FERRAMENTAS PARA GERIR CONFLITOS

4.1. COOPERAÇÃO VS AFIRMAÇÃO

4.2. POSTURA FACE AO CONFLITO: ACOMODAÇÃO, FUGA, ATAQUE, MEDIAÇÃO E AFIRMAÇÃO

4.2. GANHAR VS PERDER

DESTINATÁRIOS

4 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DAC/BU.

38 FORMANDOS NÍVEL 3 PM

4 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE.

15 FORMANDOS NÍVEL 3 DE/AGRUPAMENTOS

3 FORMANDOS NÍVEL 5 DE.

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

12 FORMANDOS NÍVEL 3 DO DRH.

6 FORMANDOS NÍVEL 5 DO DRH.

DURAÇÃO

14 H

DATA

1º e 2º TRIMESTRE 2018

NAS INTERRUPTÕES LETIVAS.

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

OBJETIVOS

IDENTIFICAR AS CAUSAS DOS CONFLITOS;

IDENTIFICAR PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO EFICIENTES E EFICAZES;

GERIR PERCEÇÕES;

TÉCNICAS E FERRAMENTAS PARA GERIR CONFLITOS.

PROGRAMA

CAUSAS DOS CONFLITOS;

COMUNICAÇÃO EFICAZ;

GESTÃO DAS PERCEÇÕES;

TÉCNICAS E FERRAMENTAS PARA GERIR CONFLITOS.

DESTINATÁRIOS

18 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DGEM.

2 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS.

4 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE.

5 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DE.

DURAÇÃO

21 H

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DATA

2º TRIMESTRE.

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

OBJETIVOS

APERFEIÇOAR A TÉCNICA DE GESTÃO DE CONFLITO.

PROGRAMA

ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS;

GESTÃO DE CONFLITOS;

MÉTODO DE RELAXAMENTO;

CONTROLO DO NÍVEL DE STRESS;

MANTER BOA FORMA FÍSICA E MENTAL;

DESTINATÁRIOS

60 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS.

DURAÇÃO

21 H

DATA

(A INDICAR)

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

BULLYING

OBJETIVOS

APERFEIÇOAR A TÉCNICA DE GESTÃO DE CONFLITO.

PROGRAMA

ESTRATÉGIA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS;

PREVENÇÃO;

RESOLUÇÃO;

TIPIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS.

DESTINATÁRIOS

20 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS.

DURAÇÃO

21 H

DATA

3º TRIMESTRE 2018

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO DAS CRIANÇAS

OBJETIVOS

RECONHECER OS FATORES QUE INFLUENCIAM O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA.

ENUNCIAR OS MODELOS PSICOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA.

IDENTIFICAR AS VÁRIAS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

PROGRAMA

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO;

MODELOS PSICOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO;

ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO.

DESTINATÁRIOS

7 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS.

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DURAÇÃO

21 H

DATA

1º e 3º TRIMESTRE 2018

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA EM CRIANÇAS COM NEE'S

OBJETIVOS

INTERVIR EM SITUAÇÕES EDUCATIVAS COM CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECÍFICAS DE EDUCAÇÃO;
RECONHECER A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DAS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA EDUCAÇÃO.

PROGRAMA

METODOLOGIAS ESPECÍFICAS DE ENSINO/APRENDIZAGEM;
APOIO À SOCIABILIZAÇÃO;
PROMOÇÃO DE AUTONOMIA;
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MOTOR;
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM;
OBSERVAÇÃO E CONHECIMENTO INDIVIDUALIZADO DAS CRIANÇAS – TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS.

DESTINATÁRIOS

21 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS.

DURAÇÃO

21 H

DATA

1º e 3º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

COMO LIDAR COM A MULTICULTURALIDADE, AS DIFERENÇAS E OS PRECONCEITOS

OBJETIVOS

APERFEIÇOAR AS TÉCNICAS PARA LIDAR COM MULTICULTURALIDADE, AS DIFERENÇAS E PRECONCEITOS.

PROGRAMA

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES;

MULTICULTURALIDADE;

A MULTICULTURALIDADE NAS ESCOLAS PORTUGUESAS;

COMPETÊNCIAS DE GESTÃO DE CONFLITOS EM SITUAÇÕES DE PRECONCEITO.

DESTINATÁRIOS

11 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS

DURAÇÃO

14 H

DATA

1º e 3º TRIMESTRE 2018

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

FORMADORA

ADRIANA RODRIGUES

COACHING

OBJETIVOS

APLICAR AS TÉCNICAS DE COACHING COMO UM PROCESSO INDISPENSÁVEL À SUPERAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL, LEVANDO-O A OBTER O MÁXIMO RENDIMENTO NO SEU TRABALHO.

PROGRAMA

O QUE É O COACHING;

EXPLORAÇÃO DO PRESENTE;

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

PROJEÇÃO DO FUTURO;
ANALISAR O PROCESSO COACHING;
COACHING DE EQUIPAS;
COACHING E LIDERANÇA.

DESTINATÁRIOS

10 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DPCHGCH

DURAÇÃO

14 H

DATA

1º E 3º TRIMESTRE 2018

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

URBANISMO

PAISAGEM

OBJETIVOS

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E MEDIDAS DE QUALIDADE PAISAGÍSTICA.

PROGRAMA

CONSTRUIR E EXPLICAR AS DIFERENÇAS ENTRE OS OBJETIVOS DE QUALIDADE PAISAGÍSTICA DAS MEDIDAS;
EXEMPLIFICAÇÃO DE INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO.

DESTINATÁRIOS

10 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DPRRU

DURAÇÃO

A INDICAR

DATA

1.º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A DEFINIR (ROSÁRIO OLIVEIRA)

IGT – INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

OBJETIVOS

CONHECER AS PRINCIPAIS REGRAS SOBRE O PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.

PROGRAMA

FUNCIONAMENTO DO MERCADO IMOBILIÁRIO NO SOLO URBANO;
O PAPEL DO PDM NA FORMAÇÃO DO VALOR DO SOLO;
HIPÓTESES DE COMO O VALOR DO SOLO DEVE SER INCORPORADO NOS PDM'S

DESTINATÁRIOS

10 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DPRRU

DURAÇÃO

A INDICAR

DATA

2.º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A DEFINIR (SIDÓNIO PARDAL)

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANA -PERU

OBJETIVOS

CAPACIDADE DE ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANA (PERU).

PROGRAMA

ESTRUTURA MÍNIMA DO PERU;
CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS DO PERU;
EXEMPLOS DE PERU BEM SUCEDIDOS.

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 3 DA DPRRU
6 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DPRRU

DURAÇÃO

A INDICAR

DATA

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

2.º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A DEFINIR (IMPORTANTE ALGUÉM DO IHRU NA FORMAÇÃO)

ESTRATÉGIAS E DINÂMICAS DE ENVOLVIMENTO

OBJETIVOS

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA: ESTRATÉGIAS E DINÂMICAS DE ENVOLVIMENTO

PROGRAMA

ABORDAGEM AO MÉTODO SAS;

IDENTIFICAÇÃO E EXEMPLIFICAÇÃO DAS TÉCNICAS DISPONÍVEIS.

DESTINATÁRIOS

5 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DPRRU

DURAÇÃO

A INDICAR

DATA

3.º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A DEFINIR (daniela.passada@tecnico.ulisboa.pt)

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

ELETROMECAÂNICA

ELETRÓNICA

OBJETIVOS

A INDICAR

PROGRAMA

RESISTÊNCIAS DE BAIXA E MÉDIA POTÊNCIA;
 FUNDAMENTOS DE SEMICONDUTORES;
 DÍODOS DE JUNÇÃO, E DÍODOS ESPECIAIS;
 TRANSÍSTORES DE JUNÇÃO BIPOLAR;
 PRINCÍPIOS DE FUNCIONAMENTO DE FONTES DE ALIMENTAÇÃO LINEARES;
 PROJETO DE UMA FONTE DE ALIMENTAÇÃO CLÁSSICA.

DESTINATÁRIOS

7 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DGEM

DURAÇÃO

14 H

DATA

1º OU 4º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

ELETRICIDADE AUTO

OBJETIVOS

IDENTIFICAR OS PRINCÍPIOS GERAIS DA ELETRICIDADE, AS PRINCIPAIS GRANDEZAS ELÉTRICAS E RESPECTIVAS UNIDADES.
ANALISAR E CLASSIFICAR CIRCUITOS ELÉTRICOS BÁSICOS.
CARACTERIZAR OS PRINCIPAIS TIPOS DE COMPONENTES ELÉTRICOS E CONHECER A SUA APLICAÇÃO.
DESCREVER O PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO DE TRANSFORMADORES, MOTORES E GERADORES ELÉTRICOS.
LER E INTERPRETAR ESQUEMAS ELÉTRICOS SEGUNDO AS NORMAS DIN E S.A.E.

PROGRAMA

GRANDEZAS ELÉTRICAS – TENSÃO, INTENSIDADE DE CORRENTE E RESISTÊNCIA ELÉTRICA
DIFERENÇA ENTRE CORRENTE ALTERNADA E CORRENTE CONTÍNUA
LEI DE OHM
TIPOS E CARACTERÍSTICAS DE RESISTÊNCIAS
FUNÇÃO E FUNCIONAMENTO DE RESISTÊNCIAS
FUNÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONDENSADORES
RESISTIVIDADE E CONDUTIVIDADE
POTÊNCIA ELÉTRICA
EFEITO DE JOULE
FUNÇÃO E FUNCIONAMENTO DE BOBINAS, ELETROÍMANES, RELÉS E TRANSFORMADORES

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DGEM

DURAÇÃO

14 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

MECÂNICA AUTO

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

OBJETIVOS

O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS, ENTÃO ADQUIRIDAS, VISAM CONHECER AO NÍVEL TEÓRICO E PRÁTICO OS PRINCIPAIS SISTEMAS MECÂNICOS APLICADOS AO AUTOMÓVEL, BEM COMO OS RESPECTIVOS PRINCÍPIOS E MODOS DE FUNCIONAMENTO.

O FORMANDO FICA PREPARADO PARA EFETUAR UM DIAGNÓSTICO DE AVARIAS, SABER INTERPRETÁ-LO E PROCEDER ÀS CORREÇÕES NECESSÁRIAS.

PROGRAMA

IDENTIFICAR E CARACTERIZAR MOTORES GASOLINA E DIESEL;

IDENTIFICAR E CARACTERIZAR SISTEMAS DE ALIMENTAÇÃO, INJEÇÃO, IGNIÇÃO E ESCAPE;

IDENTIFICAR E CARACTERIZAR SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO, ARREFECIMENTO E LUBRIFICAÇÃO;

IDENTIFICAR E CARACTERIZAR SISTEMAS DE SUSPENSÃO, DIREÇÃO E TRAVÕES;

APLICAÇÃO PRÁTICA DOS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS.

DESTINATÁRIOS

6 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DGEM

DURAÇÃO

14 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

GESTÃO ORGANIZACIONAL

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E GESTÃO DO TEMPO

OBJETIVOS

- IDENTIFICAR OS FATORES DESPERDIÇADORES DE TEMPO;
- IDENTIFICAR PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO EFICIENTES E EFICAZES;
- DISTINGUIR IMPORTANTE DE URGENTE;
- ELABORAR A MATRIZ DE PRIORIDADES;
- CARACTERIZAR FERRAMENTAS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TEMPO.

PROGRAMA

1. FATORES DESPERDIÇADORES DE TEMPO
 - 1.1. CATEGORIAS DE CRONÓFAGOS
 - 1.2. IDENTIFICAÇÃO DE CRONÓFAGOS
2. COMUNICAÇÃO EFICAZ
 - 2.1. POSTURA EMPÁTICA
 - 2.2. ESCUTA ATIVA
 - 2.3. COMPORTAMENTO ASSERTIVO
3. GESTÃO DE PRIORIDADES
 - 3.1. IMPORTANTE VS URGENTE
 - 3.2. MATRIZ DE COVEY
4. FERRAMENTAS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TEMPO
 - 4.1. DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS
 - 4.2. GRELHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE TAREFAS
 - 4.3. PLANOS DE AÇÃO

DESTINATÁRIOS

18 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DGEM

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

8 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS.

9 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DGUEP.

10 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DPCHGCH.

8 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DPCHGCH.

DURAÇÃO

7 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EVENTOS

OBJETIVOS

COMPREENDER A IMPORTÂNCIA DA CORRETA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE UM EVENTO.

SABER RECEBER E ACOLHER TODO O TIPO DE CONVIDADOS

DESENVOLVER E APLICAR CONCEITOS DE LIDERANÇA, TRABALHO EM EQUIPA E SOB PRESSÃO.

PROGRAMA

TIPO DE EVENTOS.

PLANEAMENTO E PREPARAÇÃO COMO FATORES ESSENCIAIS DE SUCESSO.

ELABORAR A LISTA DE TAREFAS, ORGANIZAR A EQUIPA, COORDENAR E DELEGAR, ACOMPANHAR E SUPERVISIONAR, LIDERANDO E SENDO LIDERADO.

PREPARAR E GERIR A LISTA DE CONVIDADOS.

DIVULGAR O EVENTO E CONVIDAR A IMPRENSA.

ESTAR HABILITADO PARA GERIR IMPREVISTOS E DESENVOLVER ESTRATÉGIAS PARA MANTER A CALMA E O AUTOCONTROLE NO DECORRER DAS ATIVIDADES.

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DAAE

DURAÇÃO

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

14 H

DATA

1º SEMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A DEFINIR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR (CRISTINA FERNANDES)

Protocolo

OBJETIVOS

COMPREENDER AS REGRAS PROTOCOLARES DE FORMA A VALORIZAR A IMAGEM DA EMPRESA.

UTILIZAR CORRETAMENTE A LINGUAGEM ORAL E ESCRITA.

IDENTIFICAR REGRAS E PROCEDIMENTOS PARA UM EVENTO DE SUCESSO.

SABER COMUNICAR COM OS MEDIA

PROGRAMA

IDENTIFICAR A IMPORTÂNCIA DA IMAGEM E DO PROTOCOLA PARA A EMPRESA.

PRINCIPAIS CONCEITOS DO PROTOCOLO. A IMPORTÂNCIA DA PRIMEIRA IMPRESSÃO.

CARATERÍSTICAS E COMPETÊNCIAS DAS RELAÇÕES PÚBLICAS OU CHEFE DE PROTOCOLO.

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DAAE

DURAÇÃO

14 H

DATA

1º SEMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A DEFINIR

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR (CRISTINA FERNANDES)

ALTOS DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

OBJETIVOS

DAR CUMPRIMENTO AO ESTIPULADO NA LEI 49/2012, DE 29/08

PROGRAMA

ORGANIZAÇÃO E ATIVIDADE ADMINISTRATIVA;
 GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA;
 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, ORÇAMENTAIS, MATERIAIS E TECNOLÓGICOS;
 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO;
 QUALIDADE, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO;
 INTERNACIONALIZAÇÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS;
 GESTÃO DA MUDANÇA.

DESTINATÁRIOS

21 FORMANDOS NÍVEL 5

DURAÇÃO

(A INDICAR)

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES LÚDICO PEDAGÓGICAS

OBJETIVOS

DINAMIZAR OS ESPAÇOS FORA DA SALA DE AULA.

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

PROGRAMA

O LÚDICO E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA ENTRE OS 6 E OS 10 ANOS DE IDADE;
 A SOCIALIZAÇÃO;
 A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES LÚDICO PEDAGÓGICAS;
 ALGUNS EXEMPLOS PRÁTICOS;
 AS ATIVIDADES LÚDICO PEDAGÓGICAS E O BULLYING;

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 2 DA DE/AGRUPAMENTO.

DURAÇÃO

(A INDICAR)

DATA

(A INDICAR)

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A DEFINIR

FORMANDA

ADRIANA RODRIGUES

ORIENTAÇÃO PARA OS RESULTADOS

OBJETIVOS

IDENTIFICAR TÉCNICAS E MÉTODOS QUE PERMITAM O DESENVOLVIMENTO DE UMA DINÂMICA E ATUAÇÃO BASEADA NA ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS E PLANEAR, CONCEBER E COMUNICAR OBJETIVOS.

PROGRAMA

A EMPRESA E ORIENTAÇÃO PARA OS RESULTADOS;
 DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E PLANO DE AÇÃO;
 IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E MEDIÇÃO DE RESULTADOS;
 AVALIAÇÃO DO PROCESSO E ESTABELECIMENTO DE MELHORIAS;
 ATITUDES A DESENVOLVER QUE FAVOREÇAM A OBTENÇÃO DE RESULTADOS.

DESTINATÁRIOS

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

4 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DPCHGCH.

DURAÇÃO

(A INDICAR)

DATA

(A INDICAR)

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A DEFINIR

GESTÃO E COORDENAÇÃO DE OBRAS E PROJETOS DE ENGENHARIA

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS NO ÂMBITO DA GESTÃO DE OBRA, DA DIREÇÃO DE OBRA E DA FISCALIZAÇÃO, TENDO COMO BASE A CONTEXTUALIZAÇÃO PRÁTICA DE ASSUNTOS ESPECÍFICOS.

PROGRAMA

GESTÃO DA CONSTRUÇÃO;

DIREÇÃO DE OBRA;

FISCALIZAÇÃO DE OBRA;

DESTINATÁRIOS

3 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DPCHGCH.

DURAÇÃO

A DEFINIR

DATA

A DEFINIR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

ENTIDADE FORMADORA

A DEFINIR

GESTÃO DA FORMAÇÃO

OBJETIVOS

CONCEBER E REALIZAR UM DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES DE FORMAÇÃO.

PROGRAMA

ELABORAR E ORGANIZAR PLANOS DE FORMAÇÃO.

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DE.

DURAÇÃO

A DEFINIR

DATA

A DEFINIR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A DEFINIR

ENTIDADE FORMADORA

A DEFINIR

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

LÍNGUAS

INGLÊS INICIAÇÃO

OBJETIVOS

APLICAR E APERFEIÇOAR OS PRINCÍPIOS INERENTES AO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO AO NÍVEL DE ESCRITA, LEITURA E DA ORALIDADE EM LÍNGUA INGLESA.

PROGRAMA

CONVERSAÇÃO;
LEITURA;
ESCRITA;
INGLÊS COMERCIAL.

DESTINATÁRIOS

5 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DPCHGCH.

DURAÇÃO

(A INDICAR)

DATA

(A INDICAR)

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A DEFINIR

INGLÊS TÉCNICO

OBJETIVOS

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

COMUNICAR COM SUCESSO, AO NÍVEL BÁSICO, EM CONTEXTO DE TRABALHO DE FORMA A SUPRIR NECESSIDADES DE ARTICULAR COM EMPRESAS ESTRANGEIRAS.

PROGRAMA

DESCRIÇÃO DE MATÉRIAS PRIMAS;
MARCAÇÃO DE REUNIÕES;
TROCAS DE INFORMAÇÃO;
ELABORAÇÃO DE E-MAILS (IN)FORMAIS;

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 3 DA DPCHGCH.
1 FORMANDO NÍVEL 5 DA DPCHGCH.
2 FORMANDO NÍVEL 5 DA DTM.

DURAÇÃO

30H

DATA

A DEFINIR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A DEFINIR

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

METROLOGIA

OBJETIVOS

CARACTERIZAR AS FASES DE UM PROCESSO DE CALIBRAÇÃO.

DISTINGUIR ERRO E DESVIO.

DESCREVER AS VARIÁVEIS QUE AFETAM UM ERRO DE CALIBRAÇÃO.

UTILIZAR TERMOS RELACIONADOS COM A METROLOGIA TAIS COMO PADRÃO, CALIBRAÇÃO, VERIFICAÇÃO, RASTREABILIDADE ETC.

ANALISAR E CRIAR PROCEDIMENTOS DE CALIBRAÇÃO.

PROGRAMA

INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS DE METROLOGIA.

PRINCIPAIS NOÇÕES DE CALIBRAÇÃO.

GUIAS E PROCEDIMENTOS DE CALIBRAÇÃO.

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DAAE

DURAÇÃO

14 H

DATA

1º SEMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE

A INDICAR

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

MEIOS DE DEFESA EM PROTEÇÃO

RISCOS TECNOLÓGICOS

OBJETIVOS

CONHECER A TIPOLOGIA DOS RISCOS TECNOLÓGICOS.

PROGRAMA

TIPOLOGIA DE RISCOS TECNOLÓGICOS.

CLASSIFICAÇÃO DE MATÉRIAS PERIGOSAS.

NOÇÕES DE TOXICOLOGIA

ACIDENTES INDUSTRIAIS GRAVES.

TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS.

EMERGÊNCIAS RADIOLÓGICAS

ACIDENTES DE POLUIÇÃO.

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 3 DA PROTEÇÃO CIVIL

4 FORMANDOS NÍVEL 5 DA PROTEÇÃO CIVIL

DURAÇÃO

14 H

DATA

QUALQUER TRIMESTRE EXCETO O 3º

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

ARMAMENTO E TREINO DE TIRO

OBJETIVOS

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

APROFUNDAR OS CONHECIMENTOS DOS FORMANDOS NO QUE REFERE AOS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA, DE MANUSEAMENTO E DE EXECUÇÃO DE TIRO COM ARMAS DE FOGO, PREPARANDO-OS PARA O DESEMPENHO DA ATIVIDADE POLICIA

PROGRAMA

(A DEFINIR PELA PSP)

DESTINATÁRIOS

35 FORMANDOS NÍVEL DA PM

DURAÇÃO

(A DEFINIR)

DATA

1º TRIMESTRE 2018

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

RISCOS NATURAIS

OBJETIVOS

APROFUNDAR OS CONHECIMENTOS SOBRE OS TIPOS DE RISCOS NATURAIS.

APROFUNDAR O CONHECIMENTO DAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS.

PROGRAMA

INTRODUÇÃO AOS RISCOS NATURAIS.

TIPOS DE RISCOS: RISCOS GEOLÓGICOS — SISMOS E ACIDENTES GEOMORFOLÓGICOS, RISCOS METEOROLÓGICOS (SITUAÇÕES METEOROLÓGICAS ADVERSAS), RISCOS HIDROLÓGICOS (CHEIAS, SECAS, INUNDAÇÕES E ROTURA DE BARRAGENS).

INCÊNDIOS FLORESTAIS

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 3 DA PROTEÇÃO CIVIL.

4 FORMANDOS NÍVEL 5 DA PROTEÇÃO CIVIL.

DURAÇÃO

14 H

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DATA

QUALQUER TRIMESTRE EXCETO O 3º

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

GEOGRAFIA DO TERRITÓRIO E INTRODUÇÃO AOS SIG

OBJETIVOS

APROFUNDAR CONHECIMENTOS SOBRE A GEOGRAFIA DO TERRITÓRIO E INTRODUÇÃO AOS SIG.

PROGRAMA

CONCEITOS GEOGRÁFICOS ESSENCIAIS;

CLIMA;

GEOLOGIA;

RECURSOS HÍDRICOS;

SOLOS E VEGETAÇÃO;

POPULAÇÃO;

ATIVIDADES ECONÓMICAS;

INTRODUÇÃO AOS SIG.

DESTINATÁRIOS

5 FORMANDOS NÍVEL 5 DA PROTEÇÃO CIVIL.

DURAÇÃO

A INDICAR

DATA

QUALQUER TRIMESTRE EXCETO O 3º

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

A INDICAR

SEGURANÇA

GESTÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO EM ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO

OBJETIVOS

PERMITIR AOS FORMANDOS ADQUIRIR CONHECIMENTOS QUE LHE PERMITAM TER UM PAPEL ATIVO NUMA EQUIPA DE GESTÃO DE RISCO NOS ESPAÇOS DE JOGOS E RECREIO (EJR) PÚBLICOS E PRIVADOS;

OBTER FERRAMENTAS E DESENVOLVER COMPETÊNCIAS DE AVALIAÇÃO DO RISCO QUE FACILITEM TOMADAS DE DECISÃO MAIS RESPONSÁVEIS NO PROJETO BEM COMO DURANTE A OBRA, INSTALAÇÃO, INSPEÇÕES TÉCNICAS E INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO;

COMPREENDER A INFLUÊNCIAS DAS OPÇÕES DE PROJETO NAS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO DOS EJR;

TOMAR CONSCIÊNCIA DA IMPORTÂNCIA DE POSSUIR EXPERIÊNCIA E COMPETÊNCIAS ADEQUADAS PARA EFETUAR INSPEÇÕES INICIAIS E PERIÓDICAS;

FAMILIARIZAR-SE COM AS NORMAS TÉCNICAS PARA EQUIPAMENTOS E SUPERFÍCIES DE IMPACTO EM EJR;

CONHECER E COMPREENDER OS REQUISITOS E OS ENSAIOS PREVISTOS NAS NORMAS E A SUA CONTRIBUIÇÃO NA IDENTIFICAÇÃO E REDUÇÃO DE RISCOS.

PROGRAMA

CONCEITOS GERAIS SOBRE EJR – FINALIDADES, DIFERENTES TIPOS E CARACTERÍSTICAS;

CONCEITOS GERAIS SOBRE AVALIAÇÃO DO RISCO - PROCESSO DE GESTÃO DO RISCO;

ACIDENTES E LESÕES EM EJR;

ENQUADRAMENTO NORMATIVO DOS EJR;

NORMAS TÉCNICAS PARA EQUIPAMENTOS E SUPERFÍCIES DE IMPACTO NOS PARQUES INFANTIS (SÉRIE NPEN1176:2010 E A NPEN1177:2010):

FILOSOFIA E CONCEITOS CHAVE; PRINCIPAIS REQUISITOS E AS SUAS IMPLICAÇÕES NO PROJETO E NA MANUTENÇÃO; EQUIPAMENTOS LÚDICOS E MATERIAIS; SUPERFÍCIES DE IMPACTO.

PROCESSO DE REVISÃO EM CURSO E ALGUMAS ALTERAÇÕES PREVISTAS COM INFLUÊNCIA NO PROJETO E NA INSPEÇÃO.

INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA E BOAS PRÁTICAS PARA OUTRAS INSTALAÇÕES DE RECREIO DE ACESSO LIVRE (PARQUE DE SKATE, PARQUES DE FITNESS, CAMPOS DE JOGOS) ENCONTRADAS NA PROXIMIDADE DOS PARQUES INFANTIS E A CONSIDERAR NA AVALIAÇÃO DO RISCO: PRINCIPAIS REQUISITOS

MOBILIÁRIO URBANO E SINALIZAÇÃO;

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA (MANUAL DE INSTRUÇÕES E LIVRO DE INSPEÇÕES E MANUTENÇÃO);

PROGRAMA DE INSPEÇÕES E MANUTENÇÃO;

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

INSPEÇÃO PÓS INSTALAÇÃO E INSPEÇÕES PERIÓDICAS;
 AVALIAÇÃO DO RISCO *VERSUS* INSPEÇÃO TÉCNICA;
 REGISTOS, RELATÓRIOS E COMUNICAÇÃO DO RISCO;
 DECISÕES E PRIORIDADES QUANTO A AÇÕES/INTERVENÇÕES A RECOMENDAR PARA MITIGAÇÃO DO RISCO.

DESTINATÁRIOS

10 FORMANDOS - NÍVEL 5 – DGEM

5 FORMANDOS - NÍVEL 3 – DGEM

DURAÇÃO

175 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

MANOBRADORES DE MÁQUINAS

OBJETIVOS

IDENTIFICAR OS PRINCIPAIS TIPOS E COMPONENTES DE MÁQUINAS DE MOVIMENTAÇÃO DE TERRAS.

SABER COMO FUNCIONA UMA MMT, REFERINDO OS FATORES PARA UM TRABALHO SEGURO.

IDENTIFICAR AS REGRAS DE CONDUÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MMT.

CONDUZIR UMA MMT, APLICANDO AS REGRAS DE CONDUÇÃO/CIRCULAÇÃO E NORMAS DE SEGURANÇA.

PROGRAMA

REQUISITOS LEGAIS

TIPOS DE MÁQUINAS DE MOVIMENTAÇÃO DE TERRAS (MMT)

PERIGOS E NÍVEIS DE RISCO

FATORES DE ESTABILIDADE E SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO DAS MMT

MANUTENÇÃO DE UMA MMT TÉCNICAS DE UTILIZAÇÃO DE MMT

PLANO DE PREVENÇÃO E REGRAS DE SEGURANÇA

PRÁTICA NA MANOBRAS DE MÁQUINAS DE MOVIMENTAÇÃO DE TERRAS (CUSTO E DURAÇÃO EXTRA-CURSO)

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DESTINATÁRIOS

6 FORMANDOS - NÍVEL 3 – DGEM

DURAÇÃO

14 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

HIGIENE E SEGURANÇA

OBJETIVOS

AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS EM SEGURANÇA

AQUISIÇÃO DE ATITUDES E COMPORTAMENTOS PRÓ ATIVOS EM RELAÇÃO À SEGURANÇA NO LOCAL DE TRABALHO.

ADOÇÃO DE COMPORTAMENTOS SEGUROS E REDUÇÃO DA SINISTRALIDADE

PREVENÇÃO DE RISCOS

PROGRAMA

ATITUDES PRÓ ATIVAS DE SEGURANÇA.

ATITUDES PRÓ ATIVAS PARA A PREVENÇÃO.

PRINCÍPIOS GERAIS DE SEGURANÇA.

PRÁTICAS DE TRABALHO SEGURO.

RISCOS ELÉTRICOS.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO.

TRABALHOS EM ALTURA.

DOENÇAS PROFISSIONAIS.

ACIDENTES DE TRABALHO.

DESTINATÁRIOS

26 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DGEM.

24 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS.

34 FORMANDOS NÍVEL 3 DO DRH.

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DURAÇÃO

14 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

PRIMEIROS SOCORROS

OBJETIVOS

DIFUNDIR CONHECIMENTOS GERAIS DE PRIMEIRO SOCORRO PARA QUE O FORMANDO FIQUE HABILITADO PARA IDENTIFICAR AS SITUAÇÕES E EXECUTAR AS TÉCNICAS DE PRIMEIROS SOCORROS ADEQUADAS, VISANDO ESTABILIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE UMA VÍTIMA DE ACIDENTE OU DOENÇA SÚBITA ATÉ À CHEGADA DE MEIOS DE SOCORRO.

AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS EM SEGURANÇA.

AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E COMPORTAMENTOS PRÓ ATIVOS EM RELAÇÃO À SEGURANÇA NO LOCAL DE TRABALHO.

ADOÇÃO DE COMPORTAMENTOS SEGUROS E REDUÇÃO DA SINISTRALIDADE.

PREVENÇÃO DE RISCOS.

PROGRAMA

SISTEMA INTEGRADO DE EMERGÊNCIA MÉDICA.

PRINCÍPIOS GERAIS DE SOCORRISMO.

4 PASSOS EM PRIMEIROS SOCORROS.

SUORTE BÁSICO DE VIDA.

DEFIBRILHAÇÃO AUTOMÁTICA EXTERNA.

HEMORRAGIAS.

FERIDAS.

QUEIMADURAS.

LESÕES NA CABEÇA, PESCOÇO OU DORSO.

LESÕES NOS OSSOS, MÚSCULOS OU ARTICULAÇÕES.

INTOXICAÇÕES.

DOR PRECORDIAL.

ACIDENTE VASCULAR.

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

AVALIAÇÃO

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL3 DA DGEM

25 FORMANDOS NÍVEL3 DA DE/AGRUPAMENTOS

34 FORMANDOS NÍVEL 3 DO DRH

DURAÇÃO

14 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

SUPORTE BÁSICO DE VIDA

OBJETIVOS

DIFUNDIR CONHECIMENTOS GERAIS DE PRIMEIRO SOCORRO PARA QUE O FORMANDO FIQUE HABILITADO PARA IDENTIFICAR AS SITUAÇÕES E EXECUTAR AS TÉCNICAS DE PRIMEIROS SOCORROS ADEQUADAS, VISANDO ESTABILIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE UMA VÍTIMA DE ACIDENTE OU DOENÇA SÚBITA ATÉ À CHEGADA DE MEIOS DE SOCORRO.

AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS EM SEGURANÇA.

AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E COMPORTAMENTOS PRÓ ATIVOS EM RELAÇÃO À SEGURANÇA NO LOCAL DE TRABALHO.

ADOÇÃO DE COMPORTAMENTOS SEGUROS E REDUÇÃO DA SINISTRALIDADE.

PREVENÇÃO DE RISCOS.

PROGRAMA

MOVIMENTAÇÃO MANUAL DE CARGAS;

PRÁTICAS DE TRABALHO SEGURO;

PRINCÍPIOS GERAIS;

4 PASSOS EM SOCORRISMO;

AVALIAÇÃO;

LESÕES E QUEIMADURAS

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DESTINATÁRIOS

28 FORMANDOS NÍVEL3 DA DGEM

8 FORMANDOS NÍVEL3 DA DE/AGRUPAMENTOS

DURAÇÃO

14 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO PÚBLICA

OBJETIVOS

TOMAR CONHECIMENTO DOS RISCOS VERSUS RESPONSABILIDADE COLETIVA – A CULTURA DO RISCO (O ENVOLVIMENTO DO CIDADÃO NA SUA PRÓPRIA SEGURANÇA).

PROGRAMA

A ATIVIDADE E OS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL.

INFORMAÇÃO VERSUS COMUNICAÇÃO.

INFORMAÇÃO AO PÚBLICO SOBRE PROTEÇÃO CIVIL (MITOS, CREDIBILIDADE E CONFIANÇA).

O RISCO NOS ESPAÇOS DE LAZER, DE TRABALHO E DA HABITAÇÃO.

DINAMIZAÇÃO DO PLANO DE EMERGÊNCIA MUNICIPAL (ANÁLISE DOS RISCOS, CARTAS MILITARES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, ETC).

PLANOS DE EMERGÊNCIA NAS ESCOLAS E EM CASA.

CASA E ESCOLAS SEGURAS.

SINALÉTICA DE EMERGÊNCIA.

KIT DE PROTEÇÃO CIVIL.

FORMAÇÃO BÁSICA DE PRIMEIROS SOCORROS.

MEDIDAS DE PREVENÇÃO E DE AUTO PROTEÇÃO.

DESTINATÁRIOS

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

1 FORMANDO NÍVEL 3 DA PROTEÇÃO CIVIL

4 FORMANDOS NÍVEL 5 DA PROTEÇÃO CIVIL

DURAÇÃO

14 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

SEGURANÇA CONTRA RISCO DE INCÊNDIO EM EDIFÍCIOS

OBJETIVOS

APROFUNDAR CONHECIMENTOS SOBRE O RISCO DE INCÊNDIOS.

CONHECER OS SISTEMAS DE SEGURANÇA

EFEITUAR PLANOS DE SEGURANÇA.

PROGRAMA

PANORAMA REGULAMENTAR E ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL.

SISTEMA DE CONTROLO DE FUMOS.

SISTEMAS DE DETEÇÃO, ALARME E ALERTA.

SISTEMAS AUTOMÁTICOS DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS.

INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PARA O SERVIÇO DE INCÊNDIOS.

SEGURANÇA ATIVA E SEGURANÇA PASSIVA.

SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA.

ILUMINAÇÃO DE SEGURANÇA.

ORGANIZAÇÃO DA SEGURANÇA.

PLANO DE SEGURANÇA.

PECAS DESENHADAS.

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 5 DA PROTEÇÃO CIVIL

DURAÇÃO

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

14 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

ANÁLISE DE RISCOS E VULNERABILIDADES

OBJETIVOS

ANÁLISE DE RISCO, METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE CONSEQUÊNCIAS.

PROGRAMA

CONCEITO DE RISCO, PROBABILIDADE E CONSEQUÊNCIAS.

REPRESENTAÇÃO DO RISCO.

PERCEÇÃO DE RISCO.

RISCO ADMISSÍVEL.

INTRODUÇÃO À AVALIAÇÃO DE RISCO. MÉTODOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS.

METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE CONSEQUÊNCIAS.

MODELAÇÃO DE ACIDENTES.

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 3 DA PROTEÇÃO CIVIL

4 FORMANDOS NÍVEL 5 DA PROTEÇÃO CIVIL

DURAÇÃO

14 H

DATA

A INDICAR, EXCETO 3º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

A INDICAR

PLANEAMENTO DE EXERCÍCIOS

OBJETIVOS

PLANEAR E DESENVOLVER EXERCÍCIOS.

PROGRAMA

INTRODUÇÃO AO PROGRAMA DE EXERCÍCIOS.

PROGRAMA DE EXERCÍCIOS POLIVALENTE.

CONCEÇÃO DE EXERCÍCIOS.

DESENVOLVIMENTO DE EXERCÍCIOS DE ORIENTAÇÃO (SEMINÁRIO), SETORIAIS (TREINO), DE DECISÃO (TABLETOP), FUNCIONAIS (CPX), SIMULACROS (LIVEX).

MODERADORES, CONTROLADORES, SIMULADORES E AVALIADORES.

AVALIAÇÃO DE EXERCÍCIOS.

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 5 DA PROTEÇÃO CIVIL

DURAÇÃO

14 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA

OBJETIVOS

ADQUIRIR CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS NECESSÁRIOS A CONTEXTUALIZAR A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE EMERGÊNCIA.

INTERPRETAR E APLICAR OS CRITÉRIOS E NORMAS TÉCNICAS PARA A ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE EMERGÊNCIA.

ELABORAR, VALIDAR E OPERACIONALIZAR UM PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL.

PROGRAMA

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

PROCESSO DE PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA EM PROTEÇÃO CIVIL.

ENQUADRAMENTO LEGAL PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

FASES DO PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA.

AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL NO PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA.

ESTRUTURA E CONTEÚDOS DE PLANOS DE EMERGÊNCIA DA PROTEÇÃO CIVIL.

A ANÁLISE E CARTOGRAFIA DE RISCOS NO CONTEXTO DO PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA.

OPERACIONALIZAÇÃO DE PLANOS DE EMERGÊNCIA – ORGANIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS E ESTUDOS DE CASO.

ELABORAÇÃO, ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE PLANOS DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL.

DESTINATÁRIOS

4 FORMANDOS NÍVEL 5 DA PROTEÇÃO CIVIL

DURAÇÃO

35 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PROTEÇÃO CIVIL

OBJETIVOS

APROFUNDAR CONHECIMENTOS DOS CONCEITOS ESSENCIAIS DE ORDENAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS.

PROGRAMA

ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO E PROTEÇÃO CIVIL;

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO;

VARIÁVEIS BIOFÍSICAS;

VARIÁVEIS ANTRÓPICAS;

CIDADES E ESPAÇOS URBANOS;

RISCOS NATURAIS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO;

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

OUTROS RISCOS;
 ESTATUTOS DE PROTEÇÃO;
 INSTRUMENTOS DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO;
 ARTICULAÇÃO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA.

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 3 DA PROTEÇÃO CIVIL
 5 FORMANDOS NÍVEL 5 DA PROTEÇÃO CIVIL

DURAÇÃO

14 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

ENQUADRAMENTO LEGAL - PROTEÇÃO CIVIL

OBJETIVOS

CAPACITAR OS FORMANDOS DO ENQUADRAMENTO LEGAL.

PROGRAMA

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO;
 ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO;
 LEI DE BASES DAS PROTEÇÃO CIVIL;
 OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO E SOCORRO;
 DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS;
 EMERGÊNCIA MÉDICA;
 BUSCA E SALVAMENTO AÉREO E MARÍTIMO;
 LEIS ORGÂNICAS E REGULAMENTOS DOS AGENTES DA PROTEÇÃO CIVIL.

DESTINATÁRIOS

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

1 FORMANDO NÍVEL 3 DA PROTEÇÃO CIVIL

4 FORMANDOS NÍVEL 5 DA PROTEÇÃO CIVIL

DURAÇÃO

14 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

ELABORAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE PROJETO DE PLANOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS QUE ASSEGUREM A ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PLANOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS DE EDIFÍCIOS DE 3ª E 4ª CATEGORIA DE RISCO, DE ACORDO COM O DL 220/2008, DE 12 DE NOVEMBRO.

PROGRAMA

CARACTERIZAÇÃO DO RISCO DE INCÊNDIO DAS UTILIZAÇÕES;
 APRESENTAÇÕES DAS CONDIÇÕES EXTERIORES COMUNS;
 CONDIÇÕES GERAIS DE COMPORTAMENTO AO FOGO, ISOLAMENTO E PROTEÇÃO;
 EVACUAÇÃO;
 ESTUDO DE CASO DAS MEDIDAS PASSIVAS;
 INSTALAÇÕES TÉCNICAS;
 EQUIPAMENTOS EXISTENTES DE SEGURANÇA;
 CONTROLO DE FUMO;
 MEIOS DE INTERVENÇÃO;
 ESTUDO DE CASO COM OS SISTEMAS E EQUIPAMENTOS;
 CONDIÇÕES GERAIS DE AUTO PROTEÇÃO.

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DPCHGCH

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DURAÇÃO

14 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

INFORMÁTICA NA ÓTICA DO UTILIZADOR

OBJETIVOS

- ELABORAR, EDITAR E IMPRIMIR DOCUMENTOS.
- INTRODUZIR ELEMENTOS GRÁFICOS EM DOCUMENTOS.
- RECONHECER A FUNÇÃO DE PESQUISA NA INTERNET.
- IDENTIFICAR AS FUNCIONALIDADES DO CORREIO ELETRÓNICO.
- UTILIZAR REDES SOCIAIS PARA COMUNICAR ONLINE

PROGRAMA

- CRIAR, ABRIR E COPIAR PASTAS E FICHEIROS.
- ORGANIZAR DOCUMENTOS.
- ABRIR DOCUMENTOS JÁ EXISTENTES, ALTERAR E GUARDAR.
- CRIAR UM NOVO DOCUMENTO, INSERIR TEXTO, FORMATAR.
- IMPRIMIR DOCUMENTO.
- QUEBRAS DE PÁGINA.
- CABEÇALHOS E RODAPÉS.
- CORREIO ELETRÓNICO – ENVIO DE MENSAGENS E RESPOSTAS.

DESTINATÁRIOS

- 9 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DGEM
- 29 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS
- 2 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DE/AGRUPAMENTOS

DURAÇÃO

21 H

DATA

1º SEMESTRE

HORÁRIO

09H30/17H30

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

PROCESSAMENTO DE TEXTO (WORD)

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

OBJETIVOS

APRENDER A UTILIZAR O PROCESSADOR DE TEXTO EM TODA A SUA EXTENSÃO.

PROGRAMA

COMO CRIAR DOCUMENTOS WORD PROTEGIDOS E COMO LER E ALTERAR AS INFORMAÇÕES;
 CRIAÇÃO E FORMATAÇÃO DE DOCUMENTOS E MODELOS WORD E DE ELEMENTOS GRÁFICOS DE WORD;
 UTILIZAR AS FERRAMENTAS DICIONÁRIOS E CORREÇÃO ORTOGRÁFICA DO WORD;
 CRIAR, FORMATAR E UTILIZAR REFERÊNCIAS, ÍNDICES, CAIXAS DE TEXTO, TABELAS E EQUAÇÕES;
 CRIAR E UTILIZAR AS FERRAMENTAS DE REVISÃO E IMPRESSÃO EM SÉRIE NO WORD.

DESTINATÁRIOS

8 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS

EXCEL BÁSICO

OBJETIVOS

IDENTIFICAR AS POTENCIALIDADES DA APLICAÇÃO
 MANIPULAR CORRETAMENTE FOLHAS E JANELAS
 FORMATAR CÉLULAS E OBJETOS DA FOLHA DE CÁLCULO
 MOVER E COPIAR CÉLULAS
 UTILIZAR FÓRMULAS E FUNÇÕES DE CÁLCULO
 CRIAR E FORMATAR GRÁFICOS
 TRABALHAR COM VÁRIAS FOLHAS DE UM LIVRO.

PROGRAMA

NOÇÕES INICIAIS E FÓRMULAS
 TRABALHAR NA FOLHA DE CÁLCULO
 OPERAÇÕES COM FOLHAS
 IMPRESSÃO

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DAAE
 6 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO
 2 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DIVISÃO DA FISCALIZAÇÃO
 2 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS

DURAÇÃO

14 H

DATA

1º SEMESTRE

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

HORÁRIO

09H30/17H30

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

EXCEL AVANÇADO

OBJETIVOS

DAR AOS PARTICIPANTES UM CONJUNTO MAIS ABRANGENTE DAS FUNCIONALIDADES DO EXCEL;
 APRESENTAR SOLUÇÕES FLEXÍVEIS QUANTO AO MODO DE GERIR UM TRABALHO A EFETUAR;
 UTILIZAR COMANDOS QUE SE APLICAM A OPERAÇÕES DE TRATAMENTO DE TIPOS DE DADOS ESPECÍFICOS;
 RECORRER A FUNÇÕES PRÉ DEFINIDAS PARA EXECUTAR TAREFAS QUE INCIDAM SOBRE CONJUNTOS DE DADOS;
 UTILIZAR AS FACILIDADES AVANÇADAS DO EXCEL QUE RESPEITA À GESTÃO DE FICHEIROS E EXPLORAR MAIS PROFUNDAMENTE AS FACILIDADES DE LIGAÇÃO DE MÚLTIPLAS FOLHAS,

PROGRAMA

FORMATAÇÃO DE CÉLULAS;
 TÉCNICAS DE VISUALIZAÇÃO DE DADOS;
 FUNÇÕES AVANÇADAS;
 IMPORTAÇÃO DE FICHEIROS;
 ORGANIZAÇÃO DE DADOS;
 PIVOTTABLES
 LIGAÇÃO ENTRE FICHEIROS.
 DESENVOLVIMENTO DE FUNÇÕES.

DESTINATÁRIOS

4 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DE
 6 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DE
 1 FORMANDO NÍVEL 3 DA DE/AGRUPAMENTOS

DURAÇÃO

14 H

DATA

1º SEMESTRE

HORÁRIO

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

09H30/17H30

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

Auto CAD 2D

OBJETIVOS

EXPANDIR CONHECIMENTOS SOBRE ESTA FERRAMENTA.

PROGRAMA

INTRODUÇÃO AO AUTOCAD;

USAR AS FERRAMENTAS AUXILIARES;

DESENHAR FORMAS COMPLEXAS;

MODIFICAR/ANOTAR O DESENHO;

CONSTRUIR TABELAS;

USAR REFERÊNCIAS EXTERNAS;

CONFIGURAR E COTAR O DESENHO;

CONFIGURAR VÁRIOS ASPETOS DO PROGRAMA;

PROJETO FINAL

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 5 DA DPCHGCH

DURAÇÃO

14 H

DATA

1º SEMESTRE

HORÁRIO

09H30/17H30

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

AUTO CAD 3D

OBJETIVOS

MODELAÇÃO E REPRESENTAÇÃO TRIDIMENSIONAL;
EXPANDIR CONHECIMENTOS SOBRE A FERRAMENTA;

PROGRAMAS

FUNÇÕES ELEMENTARES E ENTIDADES DE DESENHO TRIDIMENSIONAL;
PLANO DE TRABALHO/SISTEMAS DE COORDENADAS (UCS);
CONVERSÃO DE ENTIDADES BIDIMENSIONAIS EM OBJETOS SÓLIDOS;
COMANDOS DE NAVEGAÇÃO;
CRIAÇÃO DE FACES E SUPERFÍCIES (MALHAS);
TRANSFORMAÇÃO DE GEOMETRIAS TRIDIMENSIONAIS;
CORTES E ALÇADOS.

DESTINATÁRIOS

3 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DPCHGCH
3 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DPCHGCH

DURAÇÃO

14 H

DATA

1º SEMESTRE

HORÁRIO

09H30/17H30

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

ARCHICAD

OBJETIVOS

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

CRIAR DE UMA FORMA INTUITIVA A SIMULAÇÃO DE UM EDIFÍCIO REAL, OBTENDO A PARTIR DESSE MODELO, TODA A INFORMAÇÃO NECESSÁRIA PARA A ELABORAÇÃO EM OBRA DO RESPECTIVO PROJETO

PROGRAMA

CONCEITO E FORMAS;
 CRIAÇÃO DE MODELO VIRTUAL;
 BIBLIOTECAS;
 VISUALIZAÇÃO FOTO REALISTA;
 GESTÃO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS.

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDO NÍVEL 3 DA DPCHGCH

DURAÇÃO

14 H

DATA

1º SEMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

TRÂNSITO

NOÇÕES DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

OBJETIVOS

APERFEIÇOAR OS CONHECIMENTOS NO ÂMBITO DA ENGENHARIA DE TRÁFEGO

PROGRAMA

PLANEAMENTO DOS TEMPOS DE SEMAFORIZAÇÃO

PLANEAMENTO DO TRÁFEGO DA CIDADE

ESTUDOS DOS SENTIDOS DE TRÁFEGO

DISTÂNCIAS DE TRAVAGEM E PARAGEM

MANOBRABILIDADE

PARÂMETROS PARA APLICAÇÃO EM LOMBAS

PARÂMETROS PARA APLICAÇÃO DE DISSUASORES

ELEMENTOS BÁSICOS DO PROJETO DE ESTRADAS (VELOCIDADE; VOLUMES DE TRÁFEGO; DISTÂNCIAS DE VISIBILIDADE; SINISTRALIDADE)

ELEMENTOS BÁSICOS DE CONTAGENS DE TRÁFEGO

ANÁLISE DE DADOS DE CONTAGENS DE TRÁFEGO

ESTACIONAMENTO

CRUZAMENTOS

DESTINATÁRIOS

5 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DTM

DURAÇÃO

35 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

GESTÃO MUNICIPAL DE TRANSITO

OBJETIVOS

MELHORIA CONTÍNUA DO TRÁFEGO RODOVIÁRIO DA CIDADE DE BRAGA

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

PROGRAMA

MELHORIAS NOS SENTIDOS VIÁRIOS
 MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO
 PARAMETRIZAÇÃO SEMAFÓRICA
 PLANEAMENTO DA FUNCIONALIDADE VIÁRIA
 AÇÕES DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO QUE VISEM A MELHORIA DOS FLUXOS
 SINALÉTICA
 ANÁLISE ESTATÍSTICA DE DADOS DE TRÁFEGO
 POLÍTICAS DE ESTACIONAMENTO, DE CARGAS E DESCARGAS
 ORIENTAÇÃO DE TRÂNSITO
 ANÁLISE DOS POLOS ATRADORES E GERADORES DE TRÁFEGO
 PLANOS DE MOBILIDADE PARA AS EMPRESAS
 EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO

DESTINATÁRIOS

5 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DTM

DURAÇÃO

35 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

OBJETIVOS

MELHORAR AS COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DA MOBILIDADE E DESENVOLVER O SENTIDO CRÍTICO FACE AOS PROBLEMAS DA CIDADE NESTA MATÉRIA.

CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA CIDADE “PARA TODOS”

PROGRAMA

MEDIDAS DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

ACESSIBILIDADE

INDICADORES DE MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE E TRANSPORTE

MULTIMODALIDADE

COMPETITIVIDADE DOS MODOS SUAVES FACE AO TRANSPORTE INDIVIDUAL

DESTINATÁRIOS

5 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DTM

DURAÇÃO

35 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E CONCEITOS JURÍDICOS INERENTES DL 163/2006, DE 8 DE AGOSTO

OBJETIVOS

CAPACITAÇÃO DA EQUIPA PARA O CUMPRIMENTO DO DL 163/2006 E PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE NA CIDADE

PROGRAMA

INTERPRETAÇÃO JURÍDICA

VIA PÚBLICA

PERCURSOS ACESSÍVEIS

PASSEIOS

PISOS PODOTÁTEIS

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

ARBORIZAÇÃO E PERCURSOS ACESSÍVEIS

ESTACIONAMENTO PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA

TRAVESSIAS PEDONAIS

RAMPAS

DESTINATÁRIOS

5 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DTM

DURAÇÃO

35 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

PROMOÇÃO DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

OBJETIVOS

CAPACITAR A EQUIPA PARA A PROMOÇÃO DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

PROGRAMA

PEÕES E MEDIDAS PARA A PROMOÇÃO DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

BICICLETAS E MEDIDAS PARA A PROMOÇÃO DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

TRANSPORTE COLETIVO E MEDIDAS PARA A PROMOÇÃO DA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

DESTINATÁRIOS

5 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DTM

DURAÇÃO

35 H

DATA

A INDICAR

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

GESTÃO EM TRANSPORTES PÚBLICOS

OBJETIVOS

PROPORCIONAR UMA VISÃO ATUAL DOS CONHECIMENTOS RELEVANTES EM DIFERENTES ÁREAS DO SECTOR DOS TRANSPORTES E DO PAPEL DOS DIFERENTES ATORES NELE INTEGRADO.

PROGRAMA

A REALIDADE DO SECTOR DOS TRANSPORTES: PROBLEMAS E DESAFIOS

POLÍTICAS SUSTENTÁVEIS DE TRANSPORTE

LANÇAMENTOS DE CONCURSOS: ELABORAÇÃO DE CONTRATOS, FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

LEGISLAÇÃO: OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSPORTES

AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE TRANSPORTES.

OTIMIZAÇÃO DE REDES DE TRANSPORTE

IDENTIFICAÇÃO DA PROCURA

ASPETOS PRÁTICOS DE OPERAÇÕES

SISTEMAS TECNOLÓGICOS DE PLANEAMENTO E MONITORIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE TRANSPORTE

DESTINATÁRIOS

5 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DTM

DURAÇÃO

35 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

CAPACITAÇÃO NO ÂMBITO DA AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRANSPORTES

OBJETIVOS

CAPACITAÇÃO DA EQUIPA PARA A APLICAÇÃO DO REGIME JURÍDICO E PARA O ADEQUADO FUNCIONAMENTO COMO AUTORIDADE DE TRANSPORTES

PROGRAMA

MODELO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO

REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

O PAPEL DA AMT E DO OPERADOR DE TRANSPORTES

O CASO ESPECÍFICO DOS OPERADORES INTERNOS

SIGGESC

VALIDAÇÃO DA INFORMAÇÃO

PLANEAMENTO; FINANCIAMENTO E TARIFÁRIOS – 2ª FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DO REGIME JURÍDICO

TRANSPORTE FLEXÍVEL

TRANSPORTE ESCOLAR

CONTRATOS DE SERVIÇO PÚBLICO

CADERNOS DE ENCARGOS

PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

INTEGRAÇÃO BILHÉTICA

DESTINATÁRIOS

5 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DTM

DURAÇÃO

35 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAREIROS (LEI 52/2015)

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDOS DE UMA PERSPETIVA ATUAL DAS OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES MUNICIPAIS DE TRANSPORTE NO PLANEAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.

PROGRAMA

ENQUADRAMENTO – PRINCIPAIS CONTEÚDOS DO RJSPTP

COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES DE TRANSPORTES

ARTICULAÇÃO ENTRE AUTORIDADES DE TRANSPORTE

MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

OS PRINCÍPIOS DE PLANEAMENTO E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

O CONCEITO DE “NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO PÚBLICO”

AS CONDIÇÕES DE ACESSO À ATIVIDADE E FORMAS DE EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS

FORMAS DE CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

TIPOS DE CONTRATO, FORMAS E CONTEÚDO GERAL DOS CONTRATOS

OBRIGAÇÕES DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DOS OPERADORES E AUTORIDADES DE TRANSPORTE

RELAÇÕES CONTRATUAIS E RESPETIVAS OBRIGAÇÕES

SERVIÇOS PÚBLICOS “EXPRESSO”, DE TRANSPORTE FLEXÍVEL E DE TRANSPORTE ESCOLAR

REGRAS APLICÁVEIS A TÍTULOS E TARIFAS DE TRANSPORTES

FISCALIZAÇÃO E REGIME SANCIONATÓRIO

DESTINATÁRIOS

5 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DTM

DURAÇÃO

35 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA (VERTICAL, HORIZONTAL E SEMAFORIZAÇÃO)

OBJETIVOS

ADEQUADA APLICAÇÃO DA SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA

PROGRAMA

SINALIZAÇÃO (VERTICAL, HORIZONTAL E SEMAFORIZAÇÃO)

SINALIZAÇÃO DE CÓDIGO

SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO

SINALIZAÇÃO DE ZONAS

TÉCNICAS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA

NORMAS DE APLICAÇÃO DE SINALIZAÇÃO A SITUAÇÕES ESPECÍFICAS (CARGAS E DESCARGAS; ÁREAS PEDONAIS; ÁREAS DE COEXISTÊNCIA; ESTACIONAMENTO PROIBIDO; ETC.)

DESTINATÁRIOS

5 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DTM

DURAÇÃO

35 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

PREVENÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA (PRP)

OBJETIVOS

APERFEIÇOAR OS CONHECIMENTOS NO ÂMBITO DA ENGENHARIA DE TRÁFEGO

PROGRAMA

PLANEAMENTO DOS TEMPOS DE SEMAFORIZAÇÃO

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

PLANEAMENTO DO TRÁFEGO DA CIDADE

ESTUDOS DOS SENTIDOS DE TRÁFEGO

DISTÂNCIAS DE TRAVAGEM E PARAGEM

MANOBRABILIDADE

PARÂMETROS PARA APLICAÇÃO EM LOMBAS

PARÂMETROS PARA APLICAÇÃO DE DISSUASORES

ELEMENTOS BÁSICOS DO PROJETO DE ESTRADAS (VELOCIDADE; VOLUMES DE TRÁFEGO; DISTÂNCIAS DE VISIBILIDADE; SINISTRALIDADE)

ELEMENTOS BÁSICOS DE CONTAGENS DE TRÁFEGO

ANÁLISE DE DADOS DE CONTAGENS DE TRÁFEGO

ESTACIONAMENTO

CRUZAMENTOS

DESTINATÁRIOS

5 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DTM

DURAÇÃO

35 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

OBTENÇÃO/RENOVAÇÃO EM CAM

OBJETIVOS

DAR CUMPRIMENTO A UM PRECEITO LEGAL.

PROGRAMA

O CAM É O CERTIFICADO DE APTIDÃO PARA MOTORISTAS OBRIGATÓRIO DESDE 2009 PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, QUER DE MERCADORIAS QUER DE PASSAGEIROS.

DESTINATÁRIOS

6 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DGEM

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

DURAÇÃO

35 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

PATRIMÓNIO E TURISMO

VALORIZAÇÃO CULTURAL, PATRIMÓNIO E TURISMO

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

OBJETIVOS

A DEFINIR

PROGRAMA

A DEFINIR

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DAAE

DURAÇÃO

4 H

DATA

1º OU 4º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

GUIAS TURÍSTICOS

OBJETIVOS

A DEFINIR

PROGRAMA

A DEFINIR

DESTINATÁRIOS

2 FORMANDOS NÍVEL 3 DA DAAE

DURAÇÃO

14 H

DATA

1º OU 4º TRIMESTRE

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

DEFESA DO CONSUMIDOR

OBJETIVOS

A INDICAR

PROGRAMA

A INDICAR

DESTINATÁRIOS

1 FORMANDO NÍVEL 3 DA DAAE

DURAÇÃO

A INDICAR

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

A INDICAR

ENTIDADE FORMADORA

DIREÇÃO GERAL DO CONSUMIDOR OU SIMILAR.

MECANISMOS DE PROTEÇÃO DE PATRIMÓNIO AZULEJAR

OBJETIVOS

DOTAR OS FORMANDO DE COMPETÊNCIA PARA UTILIZAR MECANISMOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO.

PROGRAMA

A DEFINIR

DESTINATÁRIOS

6 FORMANDOS NÍVEL 5 DA DPCHGCH

DURAÇÃO

PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2018

Ambiente	Assuntos Jurídicos	Auditoria	Bombeiros	Comunicação e Liderança
Urbanismo	Eletrónica	Gestão Organizacional	Línguas	Manutenção de Equipamentos
Meios de Defesa e Proteção Civil	Segurança	Tecnologias da Informação	Transito	Património e Turismo

14 H

DATA

A INDICAR

HORÁRIO

LABORAL

LOCAL

BRAGA

ENTIDADE FORMADORA

A INDICAR

5. DOCUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2018 - 2021

Nos termos da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, e dos Estatutos em vigor da TUB/EM, Submete-se à apreciação do Conselho de Administração a aprovação e envio para a Câmara Municipal de Braga, para a respetiva aprovação dos *Documentos de Gestão Previsional 2018 – 2021*, bem como do respetivo **Parecer do Fiscal Único**, para aprovação.

DELIBERAÇÃO:

Deliberado aprovar e remeter à Câmara Municipal

*Assinado por: João António Santos
João António Santos, S.º Adj. de C.º*

João António Santos



RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional de **TUB – Empresa Transportes Urbanos de Braga, E.M.** (a Entidade) relativos a 2018, que compreendem os Plano Anual e Plurianual de Atividades/Investimentos 2018/2021, Orçamento Anual de Investimentos 2018, Plano de Financiamento 2018, Plano Financeiro Anual e Plurianual 2018/2021, Orçamento Anual de Exploração 2018, Orçamento Anual de Tesouraria 2018 e Balanço Previsional 2018, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos nos Instrumentos de Gestão Previsional (documento com catorze folhas por nós rubricadas e carimbadas).

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projeção está devidamente preparada com base nos pressupostos e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 22 de novembro de 2017.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. (n.º.153)
Registo CMVM n.º 20161463

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, registo CMVM n.º 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM n.º 20160219)



Instrumentos de Gestão Previsional

2 de Novembro de 2017



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMÓRIM. SROC. Lda
a Gerência

Índice

Índice	II
Apresentação	1
INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL	2
PLANO ANUAL E PLURIANUAL DE ACTIVIDADES / INVESTIMENTOS 2018-2021.....	3
PLANO ANUAL E PLURIANUAL DE ACTIVIDADES/INVESTIMENTOS – 2018/2021.....	4
ORÇAMENTO ANUAL DE INVESTIMENTO – 2018.....	5
PLANO DE FINANCIAMENTO – 2018	6
PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL – 2018/2021	7
ORÇAMENTO ANUAL DE EXPLORAÇÃO – 2018	8
ORÇAMENTO ANUAL DE TESOURARIA – 2018.....	10
BALANÇO PREVISIONAL – 2018	11

Apresentação

Durante o ano de 2017 os Transportes Urbanos de Braga centraram o seu esforço na otimização e promoção do serviço ao cliente que se traduziu num aumento de receita da venda de títulos de transporte e de passageiros transportados. O número de passageiros transportados é tanto mais significativo quando comparado com o sector de atividade. Desde 2014, ano em que os Transportes Urbanos de Braga inverteram a tendência de uma década de perda de passageiros, o número de passageiros e a receita têm vindo a aumentar de forma consistente. Em 2017 a tendência mantém-se. Este desempenho foi conseguido com um esforço de otimização interna, melhoria contínua e orientação para o cliente. Por forma a dar resposta às necessidades dos clientes possibilitamos o carregamento de títulos de transporte na nova rede TUB | Agente – Payshop, com mais de 70 pontos de venda no Concelho de Braga. Criamos novas linhas e continuamos uma mudança no paradigma do transporte público da cidade com a implementação de uma segunda linha que funciona 7 dias por semana, de 20 em 20 minutos.

As campanhas de promoção do transporte público levaram a uma maior exposição dos Transportes Urbanos de Braga perante a sociedade, principalmente através comunicação social, das redes sociais e também pela participação em Comissões Técnicas de Normalização e a participação em eventos internacionais de relevo. Estas campanhas foram suportadas pela criação de um Plano Comercial e de Marketing elaborado na empresa. A equipa de gestão da empresa decidiu incentivar os colaboradores dos TUB a aumentarem as suas qualificações, por forma a melhorar as respostas e o serviço prestado aos clientes. Na área da manutenção foram implementados já avanços significativos que levaram a uma otimização do serviço e à melhoria do desempenho ambiental. A visão a longo prazo dos Transportes Urbanos de Braga levou-nos a reforçar parcerias com as Universidades locais e ao reconhecimento público com a renovação da Certificação em IDI – Investigação Desenvolvimento e Inovação, em 2017.

Para 2018 elaboramos o plano de atividades e orçamento considerando a manutenção do tarifário em vigor. O crescimento das vendas e serviços prestados estima-se em 2% contribuindo desta forma para o resultado projetado.

A construção de um novo PMO – Parque de Material e Oficinas prevê a regeneração urbana de toda a área da Quinta de Santa Maria e a construção do edifício Raul Mesnier. Este edifício contemplará uma área administrativa, uma área social e uma área oficial. Será monitorizada a localização dos autocarros, a contagem da entrada e saída dos passageiros e será possível a comunicação entre o centro de controlo instalado no edifício Raul Mesnier e o motorista, assim como a ligação ao autocarro de modo a retirar diversos dados (i.e. funcionamento, velocidade, consumos, avarias) permitindo assim uma abordagem ativa por parte da Manutenção pelo recurso à telemetria. No âmbito da 4ª revolução industrial, a Indústria 4.0, a cidade será dotada de bilhética "user friendly" e escalável e aos clientes será disponibilizado crescentemente serviço de internet Wi-Fi e carregamento de dispositivos móveis a bordo das viaturas e em alguns pontos de paragem. A Mobilidade na cidade será muito facilitada com tecnologias de informação e comunicação com sensores que meçam a mobilidade, que minimizem interrupções dos fluxos prioritários ajustando-se à criticidade e frequência sempre variável ao longo do dia e do ano, de uma forma inteligente, minimizando o consumo energético e melhorando o conforto de quem se desloca na cidade. Tudo isto está já em curso com parcerias estratégicas com a IBM, a Bosch e a Siemens e sem descurar as empresas locais como sendo a BSB que criou a app e renovou o site dos TUB.

Os investimentos previstos para o ano 2018, em particular na manutenção das instalações e equipamentos, visam manter o dinamismo da empresa já evidenciado sem colocar em risco o seu equilíbrio económico e financeiro, dando resposta às necessidades da empresa e dos clientes antecipando o futuro. A preparação para o futuro da mobilidade dos transportes públicos, que será de tração elétrica, é também uma aposta dos TUB. Para isso a renovação do PMO é fundamental, pois as oficinas carecem de novas tecnologias e de recursos humanos com outra qualificação.

Braga, 2 de Novembro de 2017

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Apresentamos de seguida os instrumentos de gestão previsional para o período de 2018 – 2021, elaborados nos termos da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, e dos Estatutos em vigor da TUB/EM:

- Plano Anual e Plurianual de Atividades / Investimentos – 2018 a 2021
- Orçamento Anual de Investimento – 2018
- Plano Anual e Plurianual Financeiro – 2018 a 2021
- Orçamento Anual de Exploração – 2018
- Orçamento Anual de Tesouraria – 2018
- Balanço Previsional – 2018

Os Mapas Previsionais foram elaborados considerando, entre outros, os seguintes elementos:

- Projeção a 31 de Dezembro de 2017 dos valores contabilísticos efetivos em setembro de 2017;
- Minuta do Contrato – Programa a celebrar entre o Município de Braga e esta empresa pública municipal para 2018;
- Projetos e Investimentos previstos para o período 2018 – 2021 e respetivas modalidades de financiamento;
- Taxa de crescimento de preços, considerando a previsão do Banco de Portugal relativamente à variação média do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC).
- Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2018, elaborada pela Direção – Geral do Orçamento, do Ministério das Finanças.

PLANO ANUAL E PLURIANUAL DE ACTIVIDADES / INVESTIMENTOS - 2018-2021

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – 2018

"Edifícios e Outras Construções":	<ul style="list-style-type: none"> ● PMO (Parque de Material e Oficinas) e Edifícios Administrativos.
"Equipamento Básico":	<ul style="list-style-type: none"> ● Frota; ● Equipamentos de apoio ao normal funcionamento dos serviços; ● Equipamento conducente à melhoria da qualidade dos trabalhos executados, bem como da qualidade dos serviços prestados aos clientes, bilhética e SAE.
"Equipamento Administrativo":	<ul style="list-style-type: none"> ● Diverso equipamento destinado à inovação, atualização e manutenção de projetos já iniciados / a implementar, tendo em vista a otimização do serviço prestado aos clientes.

ATIVOS INTANGÍVEIS – 2018

"Projetos de Desenvolvimento":	<ul style="list-style-type: none"> ● PMUS (Plano de Mobilidade Sustentável) e projetos de IDI.
"Programas de Computador":	<ul style="list-style-type: none"> ● Aquisição de diverso <i>software</i> para a otimização de processos operacionais.

Para o triénio 2018 – 2020 é intenção desta empresa municipal continuar com a política de renovação da frota, bem como a aquisição de equipamentos conducentes à melhoria na execução dos projetos da empresa e à otimização do serviço prestado aos clientes.

PLANO ANUAL E PLURIANUAL DE ATIVIDADES/INVESTIMENTOS – 2018/2021

PLANO ANUAL E PLURIANUAL DE ATIVIDADES / INVESTIMENTOS – 2018 / 2021

TUB – Empresa Transportes Urbanos de Braga - E.M., NIF: 504807684

	2018	2019	2020	2021	TOTAL
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Edifícios e Outras Construções	150.000,00	2.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	5.150.000,00
Equipamento Básico	2.850.000,00	3.000.000,00	7.000.000,00	1.000.000,00	13.850.000,00
Equipamento Administrativo / Out	49.500,00				49.500,00
ACTIVOS INTANGÍVEIS					
Projetos de Desenvolvimento	0,00				0,00
Programas de Computador	211.673,00	50.000,00	50.000,00		311.673,00
TOTAL GERAL	3.261.173,00	5.050.000,00	8.550.000,00	2.500.000,00	19.361.173,00

TUB/EM

Em 2 de Novembro de 2017

Município de Braga

Em ___ de _____ de 2017

António Baptista J. G. G.

João Luís ...

ORÇAMENTO ANUAL DE INVESTIMENTO – 2018

TUB - Empresa Transportes Urbanos de Braga - E.M., NIF: 504807684

(valores em euros)

Código SNC	Designação	Valor Total Previsto
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS		
432	Edifícios e Outras Construções	150.000,00
433	Equipamento Básico	2.850.000,00
435 e 437	Equipamento Administrativo / Outros	49.500,00
TOTAL		3.049.500,00
ACTIVOS INTANGÍVEIS		
442	Projetos Desenvolvimento	
443	Programas Computador	211.673,00
TOTAL		211.673,00
TOTAL INVESTIMENTOS		3.261.173,00

TUB/EM

Em 2 de Novembro de 2017

Município de Braga

Em ___ de _____ de 2017

João António Baptista de Góth

João Luís ...

PLANO DE FINANCIAMENTO – 2018

Compreende, para além das variações anuais dos meios financeiros líquidos, das contas a receber e a pagar e dos inventários, os investimentos previstos e as respetivas fontes de financiamento.

As origens de fundas consideradas são as seguintes (*em euros*):

a) Auto Financiamento	548.705,23€
c) Origens não correntes	2.850.000,00€
TOTAL	<u>3.398.705,23€</u>

PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL – 2018/2021

TUB - Empresa Transportes Urbanos de Braga - E.M., NIF: 504807684

(valores em euros)

Rubricas	2018	2019	2020	2021
ORIGENS				
Capital Próprio				
Capital Realizado	0	0,00	0,00	0,00
Prest. Suplem./Outros Inst. Cap. Próprio	0	0,00	0,00	0,00
Outras Variações no Capital Próprio:				
Subsídios para Investimento		1.500.000,00	0,00	0,00
Autofinanciamento	548.705,23	237.500,00	237.500,00	237.500,00
Não Corrente				
Financiamentos Obtidos	2.850.000,00	3.500.000,00	8.462.500,00	2.412.500,00
Corrente				
Meios Financeiros Líquidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos Obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários	0	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.398.705,23	5.237.500,00	8.700.000,00	2.650.000,00
APLICAÇÕES				
Não Correntes				
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos Fixos Tangíveis	2.850.000,00	5.000.000,00	8.500.000,00	2.500.000,00
Activos Intangíveis	211.673,00	50.000,00	50.000,00	0,00
Financiamentos Obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Correntes				
Meios Financeiros Líquidos	156.228,22	150.000,00	150.000,00	150.000,00
Financiamentos Obtidos	180.804,01	37.500,00	0,00	0,00
Fornecedores Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.398.705,23	5.237.500,00	8.700.000,00	2.650.000,00

TUB/EM

Município de Braga

Em 2 de Novembro de 2017

Em ___ de _____ de 2017

João António Baptista de Sá
António Luís ...

ORÇAMENTO ANUAL DE EXPLORAÇÃO – 2018

Espelha a previsão dos gastos e dos rendimentos por natureza que possam ocorrer no exercício de 2018, tendo sido elaborado com base nos pressupostos já referidos.

Gastos	Rendimentos
<p>O Custo das Matérias Consumidas foi calculado com base na atividade da empresa prevista para 2018 (de acordo com os valores projetados a 31/12/2017) e a variação média do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC).</p> <p>Nos Fornecimentos e Serviços Externos, as rubricas com maior relevância são as de Serviços Especializados, Seguros, e Limpeza/Higiene/ Conforto. O valor destas rubricas foi estimado com base nos valores projetados a 31/12/2017.</p> <p>Os Gastos com Pessoal foram calculados tendo por base o efetivo existente.</p> <p>Os Gastos de Depreciação e Amortização consideram os ativos existentes e com valor contabilístico à data de 31/12/2017 e também com a previsão de aquisição dos novos autocarros elétricos, sendo calculados em conformidade com as regras do Sistema de Normalização Contabilística e legislação complementar.</p> <p>Os Gastos e Perdas de Financiamento consideram os juros dos empréstimos bancários de curto prazo, bem como os encargos resultantes do investimento já concretizado.</p>	<p>O valor estimado nas Vendas e Serviços Prestados tem por base a manutenção do tarifário em vigor para 2018, prevendo-se um aumento aproximado de 2% nesta rubrica.</p> <p>Os Subsídios à Exploração contemplam, conforme minuta do Contrato – Programa a celebrar entre o Município de Braga e a TUB/EM para 2018, a transferência de verbas a título de compensação dos preços sociais praticados no tarifário e em resultado da exploração de linhas de serviço público não lucrativas.</p> <p>Nos Outros Rendimentos e Ganhos foram consideradas, entre outras, as receitas provenientes de publicidade nas viaturas, os serviços prestados que não se incluem na atividade principal da empresa e os valores recebidos provenientes de indemnizações por acidentes e da contabilização da quota de depreciação e amortização relativa à imputação de subsídios auferidos para investimento.</p>

**ORÇAMENTO ANUAL DE EXPLORAÇÃO – 2018**

TUB - Empresa Transportes Urbanos de Braga, E.M., NIF: 504807684

G. CASTRO, A. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROG, LDA
Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODO
	2018
Vendas e Serviços Prestados	6.061.391,67
Subsídios à Exploração	5.448.602,91
Variação nos Inventários da Produção	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	-3.002.505,76
Fornecimentos e Serviços Externos	-1.400.000,00
Gastos com o Pessoal	-6.574.583,59
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	0,00
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00
Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis/Amortizáveis (perdas/reversões)	0,00
Aumentos/Reduções de Justo Valor	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	130.700,00
Outros Gastos e Perdas	-50.000,00
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	613.605,23
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-429.900,00
Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis (perdas/reversões)	0,00
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	183.705,23
Juros e Rendimentos Similares obtidos	0,00
Juros e Gastos Similares suportados	-85.000,00
Resultado Antes de Impostos	98.705,23
Imposto sobre o Rendimento do Período	0,00
Resultado Líquido do Período	98.705,23

TUB/EM

Município de Braga

Em 2 de Novembro de 2017

Em ___ de _____ de 2017

António Baptista de G. Castro
António Luís ...



ORÇAMENTO ANUAL DE TESOURARIA – 2018

A informação do orçamento anual de tesouraria permite perceber as alterações ocorridas em caixa e seus equivalentes durante o exercício económico de 2018.

Os fluxos de caixa foram classificados de acordo com o tipo de atividade que os originam, ou seja, operacionais, de investimento e de financiamento.

ORÇAMENTO ANUAL DE TESOURARIA – 2018

TUB - Empresa Transportes Urbanos de Braga - E.M., NIF: 504807684

(valores em euros)

RUBRICAS	PREVISÃO
	2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	
Recebimentos de Clientes	6.503.069,59
Pagamentos a Fornecedores	-5.461.312,74
Pagamentos ao Pessoal	-6.574.583,59
Caixa gerada pelas operações	-6.067.237,07
Pagamentos / Recebimentos do imposto sobre o rendimento	0
Outros Recebimentos / Pagamentos	5.775.519,08
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais [1]	242.692,34
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos Fixos Tangíveis	-3.049.500,00
Ativos Intangíveis	-211.673,00
Investimentos Financeiros	0,00
Outros Ativos	1.848,00
Recebimentos Provenientes de:	
Ativos Fixos Tangíveis	0,00
Subsídios ao Investimento	0,00
Juros e Rendimentos Similares	0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento [2]	-3.263.021,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos Obtidos	6.553.571,75
Cobertura de Prejuízos	0,00
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos Obtidos	-3.458.991,04
Juros e Gastos Similares	-85.000,00
Outras Operações de Financiamento	0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento [3]	3.009.580,71
Varição de caixa e seus equivalentes ([1]+[2]+[3])	-10.747,95
Efeito das diferenças de câmbio	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	166.976,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	156.228,22

TUB/EM

Município de Braga

Em 2 de Novembro de 2017

Em ___ de _____ de 2017

BALANÇO PREVISIONAL – 2018

Reportado a 31 de Dezembro de 2018 foi elaborado com base no balanço previsional^a Gerência projetado a 31/12/2017, e tendo em conta a atividade da Empresa prevista para o ano 2017, repercutida nos restantes mapas previsionais elaborados.

BALANÇO PREVISIONAL A 31/12/2018

TUB - Empresa Transportes Urbanos de Braga - E.M., NIF: 504807684

(valores em euros)

RUBRICAS	DATA
	31 DEZ 2018
ACTIVO	
Ativo Não Corrente	
Ativos Fixos Tangíveis	9.390.243,81
Propriedades de Investimento	0,00
Goodwill	0,00
Ativos Intangíveis	77.831,81
Ativos Biológicos	0,00
Participações Financeiras - método da equivalência patrimonial	0,00
Participações Financeiras - outros métodos	0,00
Acionistas / Sócios	0,00
Outros Ativos Financeiros	4.223,83
Ativos por Impostos Diferidos	0,00
Sub-Total:	9.472.299,45
Ativo Corrente	
Inventários	72.227,46
Ativos Biológicos	0,00
Clientes	99.151,00
Adiantamentos a Fornecedores	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	166.884,02
Acionistas / Sócios	0,00
Outras Contas a Receber	84.806,30
Diferimentos	227.611,55
Ativos Financeiros detidos para negociação	0,00
Outros Ativos Financeiros	0,00
Ativos não correntes detidos para venda	0,00
Caixa e Depósitos Bancários	156.228,22
Sub-Total:	806.908,55
TOTAL DO ACTIVO:	10.279.208,00

RÚBRICAS	DATA
	31 DEZ 2018
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
CAPITAL PRÓPRIO	
Capital Realizado	6.250.000,00
Ações (quotas) Próprias	0,00
Prestações Suplementares e Outros Instrumentos de Capital Próprio	0,00
Prêmios de Emissão	0,00
Reservas Legais	0,00
Outras Reservas	0,00
Resultados Transitados	-6.218.771,90
Ajustamentos em Ativos Financeiros	0,00
Excedentes de Revalorização	0,00
Outras Variações no Capital Próprio	0,00
Resultado Líquido do Período	98.705,23
Interesses Minoritários	0,00
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO:	129.933,33
PASSIVO	
Passivo Não Corrente	
Provisões	0,00
Financiamentos Obtidos	2.850.000,00
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	0,00
Passivos por Impostos Diferidos	0,00
Outras Contas a Pagar	644.394,44
Sub-Total:	3.494.394,44
Passivo Corrente	
Fornecedores	1.734.079,58
Adiantamentos de Clientes	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	201.445,01
Acionistas / Sócios	0,00
Financiamentos Obtidos	3.703.571,75
Outras Contas a Pagar	946.187,24
Diferimentos	69.596,65
Passivos Financeiros detidos para negociação	0,00
Outros Passivos Financeiros	0,00
Passivos não correntes detidos para venda	0,00
Sub-Total:	6.654.880,23
TOTAL DO PASSIVO:	10.149.274,67
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO:	10.279.208,00

TUB/EM

Município de Braga

Em 2 de Novembro de 2017

Em __ de _____ de 2017

Antônio Augusto Baptista de Sá
Presidente do Conselho de Administração

BALANÇO

ATIVO	Previsão 31/12/2018
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	106 302 144.42
Propriedades de investimento	0.00
Ativos intangíveis	19 571.24
Participações financeiras	11 087 040.56
Outros ativos financeiros	3 758.16
Ativos por impostos diferidos	0.00
	117 412 514.38
Ativo corrente	
Inventários	282 219.31
Clientes	2 292 900.40
Adiantamentos a fornecedores	0.00
Estado e outros entes públicos	892 088.30
Acionistas /sócios	425 000.00
Outras contas a receber	11 879 043.76
Diferimentos	75 319.95
Ativos financeiros detidos para negociação	0.00
Outros ativos financeiros	0.00
Ativos não correntes detidos para venda	0.00
Caixa e depósitos bancários	121 106.63
	15 967 678.36
Total do Ativo	133 380 192.74

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	Previsão 31/12/2018
Capital Próprio:		
Capital realizado		39 000 000.00
Ações (quota) próprias		0.00
Outros instrumentos de capital próprio		0.00
Prémios de emissão		8 487.90
Reservas legais		4 656 538.69
Outras reservas		257 028.45
Resultados transitados		9.99
Ajustamento em ativos financeiros		9 300 800.03
Excedente de revalorização		0.00
Outras variações no capital próprio		16 048 676.93
		69 271 541.99
Resultado líquido do período		4 921 169.90
		74 192 711.89
Total do capital próprio		74 192 711.89
Passivo		
Passivo não corrente:		
Provisões		0.00
Financiamentos obtidos		31 565 982.67
Ajustamento em Subsídios ao Investimento		4 979 159.88
		36 545 142.55
Passivo corrente:		
Fornecedores		3 154 333.33
Adiantamento de clientes		1 247.82
Estado e outros entes públicos		343 345.46
Acionistas / sócios		6 054 825.74
Financiamentos obtidos		8 271 349.90
Outras contas a pagar		2 321 797.55
Diferimentos		2 495 438.49
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Outros passivos financeiros		0.00
Passivos não correntes detidos para venda		0.00
		22 642 338.29
Total do Passivo		59 187 480.85
Total do Capital Próprio e do Passivo		133 380 192.73

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	Previsão 31/12/2018
Vendas e serviços prestados	29 495 950.50
Subsídios á exploração	2 344 265.41
Ganhos/perdas imput. subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	163 889.14
Variações nos inventários da produção	0.00
Trabalhos para a própria entidade	437 668.08
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(171 228.16)
Fornecimentos e serviços externos	(10 533 677.40)
Gastos com o pessoal	(8 726 166.73)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0.00
Imparidade de dividas a receber(perdas/reversões)	(191 723.68)
Provisões (aumentos/reduções)	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	0.00
Aumentos/reduções de justo valor	0.00
Outros rendimentos e ganhos (sem MEP da Braval)	1 612 924.29
Outros gastos e perdas	(611 126.68)
Resultados antes de deprec., gastos de financ. impostos	13 820 774.77
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	(6 926 716.73)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis	0.00
Resultado operacional (antes gastos financ. e impostos)	6 894 058.04
Juros e rendimentos similares obtidos	40 933.26
Juros e gastos similares suportados	(20 337.65)
Resultado antes de impostos (Sem Enc. Financeiros Indiretos)	6 914 653.65
Enc. Financeiros Indiretos	(369 459.15)
Resultado antes de impostos	6 545 194.49
Imposto sobre o rendimento do período	(1 624 024.60)
Resultado líquido do período	4 921 169.90

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2018

ÍNDICE

1) SUMÁRIO EXECUTIVO	3
2) ESTRATÉGIA E OBJETIVOS PARA 2018	4
a) Dinamização Económica e Atração de Investimento.....	5
b) Startup Braga - Dinamização do empreendedorismo.....	6
c) Feiras, Congressos e Eventos com Impacto Económico.....	8
3) PLANO DE ATIVIDADES.....	9
a) Atividades de dinamização económica e atração de investimento:.....	9
b) Dinamização do empreendedorismo – Startup Braga.....	15
c) Feiras, Congressos e Eventos	18
4) RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	21
a) O Conselho Estratégico da InvestBraga	21
b) Realização de protocolos de cooperação para o investimento e emprego.....	22
c) Parceiros da Startup Braga.....	23
d) Organização de Feiras, Eventos e Congressos	25
5) INVESTIMENTOS.....	28

1) SUMÁRIO EXECUTIVO

A InvestBraga, a Agência para a Dinamização Económica de Braga, atua como o braço económico do município e tem como missão promover o desenvolvimento económico da região.

Através da atração de investimento e de empreendedores, e com a inovação como um dos seus fios condutores, a agência aposta na credibilização do município enquanto parceiro de negócio junto de investidores nacionais e internacionais.

A partir de 2018, as competências da InvestBraga serão reforçadas com a incorporação do Turismo, enquanto actividade económica, nas suas prioridades estratégicas.

Os objetivos estratégicos da InvestBraga são:

- O desenvolvimento da economia local e a atração de investimento nacional e internacional que mantenha e crie emprego;
- A dinamização do ecossistema empreendedor da região, através da Startup Braga, o *hub* de inovação concebido para prestar apoio à comunidade de empreendedores, potenciando a criação de novas empresas baseadas em conhecimento e com potencial internacional;
- A promoção e organização de feiras, congressos, seminários, e eventos alinhados com o posicionamento estratégico da cidade no contexto nacional e internacional, apostando na diferenciação pela modernização e na divulgação das tendências, potenciando a criação de marcas e eventos únicos capazes de potenciar o desenvolvimento económico;
- O desenvolvimento sustentável do Turismo, colocando Braga na rota dos turistas que visitam Portugal.

Em termos orgânicos a InvestBraga opera em três unidades:

- Unidade de Dinamização Económica e Atração de Investimento;
- Startup Braga;
- Unidade de Feiras, Congressos e Eventos.

No plano económico projetamos para 2018 vendas e prestações de serviços no valor de 1 611 296,60 € e um resultado líquido de 29 956,39 €.

Importa salientar que o resultado económico previsto, é consequência da quebra de atividade na Unidade de Feiras, Congressos e Eventos, a qual resulta da indisponibilidade das instalações do Parque de Exposições de Braga motivada pelas obras de reabilitação, que se iniciaram em de 2017 e que previsivelmente reatará a actividade comercial em Maio de 2018.

2) ESTRATÉGIA E OBJETIVOS PARA 2018

A estratégia de desenvolvimento da atividade da InvestBraga para 2018 está intimamente ligada com o desenvolvimento de atividades que conduzam ao atingimento dos objetivos da agência, nomeadamente:

- Colocar Braga no radar nacional e internacional do investimento e do empreendedorismo, através do desenvolvimento e da promoção das vantagens competitivas e dos recursos do município;
- Atrair investimento para Braga, que mantenha e crie emprego;
- Promover o desenvolvimento e a gestão de uma rede local que integre todos os agentes responsáveis pelo crescimento económico;
- Atrair empresários e empreendedores nacionais e internacionais;
- Promover programas e eventos em colaboração com parceiros chave, de forma a fortalecer o ecossistema de empreendedorismo;
- Tornar Braga um pólo atrativo e com um ambiente propício para o estabelecimento de investidores, empresários e Startups;
- Fomentar a criação de Startups baseadas em conhecimento com elevado potencial de internacionalização;

- Alavancar a internacionalização das Startups apoiadas;
- Concluir as obras de requalificação e inauguração do novo Parque de Exposições de Braga;
- Implementar uma estratégia de divulgação do novo PEB, e de captação de eventos que afirmem Braga como um dos principais destinos de turismo de negócios do país;
- Colocar Braga na rota do Turismo Nacional e dotar a cidade de uma estratégia de apoio ao desenvolvimento de turismo de qualidade, incluindo a reabilitação da Pousada da Juventude de Braga;

a) Dinamização Económica e Atração de Investimento

A dinamização económica e a atração de investimento é uma das áreas estruturantes da atividade da InvestBraga e que tem como principal foco procurar atrair investidores e empreendedores que valorizem e cresçam a atividade económica na região, através da:

- criação de novas empresas nos diferentes setores de atividade, na indústria, no comércio, turismo, nos serviços ou mesmo no setor primário, que valorizem o investimento local e promovam o crescimento do VAB e do emprego na região;
- promoção do desenvolvimento de novas atividades económicas, de alto valor acrescentado e de cariz tecnológico, que potenciem o crescimento do PIB da região, as exportações e o emprego qualificado;
- promoção do desenvolvimento de atividades económicas já existentes, em sectores chave do Concelho, procurando promover a inovação das atividades com forte *know how* na região (subir na escala de valor com produtos e serviços de maior valor acrescentado);
- monitorização, acompanhamento e implementação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico;

Para concretização dos objetivos estratégicos, é fundamental disponibilizar instrumentos e políticas de dinamização económica e de facilitação do investimento.

KPI's da atividade de Dinamização Económica e Atração de Investimento

Atrair empresários e empreendedores nacionais e internacionais		
a) Projetos agilizados no espaço do investidor	n.º	100
b) Investimentos relevantes realizados por investidores locais, nacionais e internacionais (dimensão superior a 50 postos de trabalho)	n.º	10
c) Reuniões de promoção <i>Invest in Braga</i> com empresas com potencial de investimento	n.º	50
d) Visitas de embaixadores a Braga	n.º	8
e) Visitas as empresas locais de referência	n.º	10
f) Atribuição do título de Embaixador Empresarial de Braga a empresários de referência	n.º	4

b) Startup Braga - Dinamização do empreendedorismo

O desenvolvimento do ecossistema empreendedor, de Braga para o Portugal e o Mundo, é uma aposta central das atividades da agência. Pretende-se continuar a apoiar empreendedores nas diversas fases da criação e expansão internacional de *Startups* (jovens empresas com produtos baseados em conhecimento, de ambição internacional e elevado potencial de crescimento) capazes de captar investimento e gerar postos de trabalho.

A estratégia de atuação para 2018 passa por:

- Fomentar a criação e a aceleração de Startups baseadas em conhecimento com ambição internacional e elevado potencial de crescimento;
- Alavancar a expansão internacional das Startups apoiadas através do estreitar de relações com o Reino Unido e Estados Unidos da América;
- Orquestrar e dinamizar o ecossistema de empreendedorismo local através da promoção de sinergias entre as várias entidades da Rede Startup Braga;

- Reforçar a aposta na especialização das áreas de atuação da Startup Braga, de forma a criar diferenciação e valor a partir das vantagens comparativas e competitivas da região. A ambição passa pelo reconhecimento nacional e internacional em duas áreas chave:
 - Digital Health / Medical Technologies – a ambição é que a Startup Braga seja reconhecida a nível nacional como o principal *hub* para o desenvolvimento de Startups na área MedTech, tirando partido da colaboração com o Hospital de Braga, a Escola de Medicina da Universidade do Minho e o Centro Clínico Académico;
 - Nanotechnology – a ambição de sermos reconhecidos a nível internacional como um dos principais *hubs* para o desenvolvimento de Startups na área da nanotecnologia, tirando partido da parceria INL com a Startup Braga e outras instituições;
- Apoiar o desenvolvimento de Startups com ambição internacional e elevado potencial de crescimento que atuem em área com referências fortes no ecossistema regional forte como é o caso da Economia Digital;
- Apoiar e fomentar participação das Startups da Startup Braga em iniciativas e programas internacionais de aceleração e internacionalização de Startups;
- Facilitar o acesso das Startups da comunidade da Startup Braga a investidores nacionais e internacionais e apoiar em termos técnicos a preparação das suas reuniões e sessões de apresentação;
- Atrair Startups estrangeiras para Braga, através da promoção dos pontos fortes do ecossistema regional, da rede internacional estabelecida pela Startup Braga e a ótima relação custo/benefício do custo de vida em Braga.

KPI's da atividade da StartUp Braga

Startups apoiadas (n.º acumulado)	n.º	140
Startups incubadas (n.º acumulado)	n.º	50
Investimento angariado pelas startups	€	17M
Participação de Startups em eventos, programas e iniciativas internacionais	n.º	50
Startups com presença ativa em mercados internacionais	n.º	20

c) Feiras, Congressos e Eventos com Impacto Económico

A conclusão das obras de requalificação e modernização do Parque de Exposições de Braga, e o conseqüente arranque funcional marcam fortemente a estratégia e o plano de ação desta unidade para 2018.

Assim e neste contexto os objetivos para 2018 são os seguintes:

- Na qualidade de entidade gestora da infraestrutura acompanhar a evolução, e conclusão das obras, assegurando o cumprimento do projeto e a receção das instalações e garantias de manutenção;
- Delinear e implementar o plano de inauguração oficial das instalações;
- Implementar um plano integrado que abordando as componentes de regulamentação, licenciamento e lançamento de concursos de seleção de fornecedores, crie as condições para a adequada gestão, rentabilização e operacionalização das novas instalações;
- Implementar um plano de marketing e comunicação, adequado ao novo posicionamento do novo PEB;
- Executar uma estratégia comercial que assegure a concretização das feiras previstas no calendário, e o crescimento do volume de negócios nas vertentes de congressos, eventos e espetáculos;
- Desenvolver um plano de envolvimento dos agentes e entidades locais, reforçando o posicionamento de Braga como destino de turismo de negócios.

KPI's da atividade de organização de feiras, eventos e congressos de impacto económico

Volume de negócio com Feiras Próprias	€	490 K
Volume de negócio com Congressos / Eventos	€	240 K
N.º de Congressos	Nº	8
N.º de Congressos de ocupação integral	Nº	2
N.º de Congressos/eventos de média dimensão (s/pavilhão)	Nº	6
Nº de Concertos (pavilhão)	Nº	3
Nº de Concertos (auditório)	Nº	6

3) PLANO DE ATIVIDADES

a) Atividades de dinamização económica e atração de investimento:

1. Captação e facilitação do investimento e de novos investidores

1. A dinamização do “Espaço do Investidor”, um espaço de atendimento ao público onde os empreendedores, investidores e empresários podem encontrar todas as respostas e apoios de que necessitam, visando disponibilizar uma “via verde para o investimento”. Constitui-se como uma “*one stop Shop*” onde reunimos os seguintes serviços de apoio à agilização dos processos de investimento:

- a) Informar os investidores sobre a criação formal das empresas;
- b) Apoiar na procura de espaços de localização das atividades económicas;
- c) Instruir e agilizar o processo de licenciamento das atividades económicas e outros procedimentos no âmbito da atividade municipal;

- d) Apoiar na identificação de talento: recursos humanos e de mecanismos e apoios à contratação;
 - e) Apoiar na identificação de programas e ações de apoio à formação e de valorização de competências;
 - f) Apoiar na identificação de incentivos locais, nacionais e internacionais;
2. Realização de iniciativas pró-ativas de identificação e atração de novos investidores nacionais e internacionais, que desenvolvam atividades de valor acrescentado, adequadas à visão de desenvolvimento económico de Braga, através da realização de reuniões “*Invest in*” Braga.
- Promover reuniões com:
- a. Empresas nacionais, internacionais e multinacionais que estão a expandir os seus negócios e atrair os seus investimentos para Braga;
 - b. Reuniões com a AICEP e IAPMEI, com o objetivo de canalizar os investimentos que chegam por estes canais para Braga;
 - c. Reuniões com os adidos económicos das Embaixadas, agências de investimento; potenciais parceiros da área de *Real Estate*, Gabinetes de advogados, Consultoras multinacionais, entre outros possíveis canais de atração de investimento.
3. A realização de visitas regulares a empresas de referência conjuntamente com o Presidente da Câmara Municipal de Braga, para podermos sentir a atividade económica e identificar onde podemos ajudar a melhorar os investimentos e o retorno das empresas;

4. A instrução e apreciação de pedidos de incentivos de apoio ao investimento no município apresentados em sede de candidaturas no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, em vigor no Município de Braga;
5. A atribuição do título de Embaixador Empresarial de Braga a representantes de empresas de referência, com a missão de divulgar o nome de Braga junto dos seus stakeholders nacionais e internacionais, com o objetivo de fortalecer a imagem e divulgar os fatores de atratividade económica do município e de promover a dinamização económica local e a atração de investimento relevante para Braga.

2. Tornar Braga um pólo atrativo e com um ambiente propício para os investidores e para o investimento

1. O desenvolvimento do projecto do *Innovation Arena*, um centro de inovação e de negócios para localização de empresas e startups inovadoras, baseadas em tecnologia e em conhecimento, e de centros de competências de I+D+I; uma das medidas inscritas no Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico de Braga 2014-2026 (PEDEB_Braga), a agilizar em conjunto com os parceiros estratégicos da InvestBraga.

A localização estratégica do *Innovation Arena*, como extensão do Campus de Gualtar da Universidade do Minho (UMinho) e a proximidade com as unidades e interfaces de I+D+I na área da UMinho, bem como a proximidade e enquadramento com o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, com competências de I&D em diversas áreas, permite potenciar a integração sinérgica e dinâmica entre:

- a. as empresas de base em conhecimento e tecnologia,

- b. o conhecimento e a I+D+I,
 - c. as startups de base tecnológica,
 - d. os prestadores de serviços, e
 - e. a indústria das key enabling technologies (KET).
2. Assegurar a actualização, o acompanhamento e a implementação das medidas definidas no Plano Estratégico para Braga no decurso de 2018, promovendo a articulação com todos os stakeholders envolvidos e monitorizando o plano e cronograma de execução;
 3. Dinamizar as iniciativas protocoladas com parceiros nacionais e internacionais com particular ênfase na criação e desenvolvimento de projetos conjuntos de impacto económico e social para o município;
 4. Promover com as entidades adequadas a criação de cursos de reconversão e de qualificação (em parceria com o IEFP, a Universidade do Minho, outros parceiros e as empresas), no modelo preconizado pelo Qualifica IT, visando aumentar assim a oferta de recursos humanos qualificados em áreas relevantes para resposta às necessidades de crescimento das empresas instaladas a promovendo a atração de novos investidores nacionais e internacionais;
 5. Implementar a Estratégia +Indústria, desenvolvida no âmbito do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico de Braga 2014 – 2026, que enquadra os planos de investimento privado e público e de regeneração de áreas empresariais vocacionadas para a indústria, com o intuito de potenciar o investimento privado e a criação de emprego até 2020, valorizando assim o território e o aumento da competitividade das áreas de localização de atividades económicas e das empresas aí instaladas.

3. Colocar Braga no radar do investimento

1. Realizar missões frequentes a Braga de embaixadores estrangeiros em Portugal, a convite da InvestBraga e da Câmara Municipal de Braga para dar a conhecer os recursos e o potencial económico instalado no município, procurando explorar oportunidade de colaboração nos domínios económicos, científico, tecnológico e sociocultural;
2. Potenciar a participação no Seminário Diplomático anual organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o objetivo de fomentar as relações com agentes diplomáticos portugueses e nos seminários de apresentação de novos Embaixadores Portugueses para apresentação do âmbito e das atividades de dinamização económica da InvestBraga.
3. Participar em missões externas, promovidas por autoridades portuguesas, a mercados com abertura económica com o objetivo de promover Braga como local para investir, visitar e viver, detetar oportunidades e investimento e promover as relações económicas e comerciais entre Braga e os mercados externos;
4. Realizar ações/eventos de promoção e de dinamização económica:
 - a) realização de duas Cimeiras anuais dos Embaixadores Empresariais de Braga, com o objetivo de delinear um conjunto de ações concretas e de desafios a desenvolver pelos Embaixadores nomeados, no sentido da promoção do município, com vista à atração de investimento nacional e internacional. As Cimeiras propiciarão ainda a partilha de oportunidades de investimento identificadas pelos Embaixadores Empresariais.

- b) Realização da III Semana da Economia e do Fórum Económico, em articulação com os parceiros estratégicos da InvestBraga e com a direção de Congressos, Feiras e Eventos da InvestBraga, tendo como principal objetivo promover Braga como destino propício ao investimento e atrair investidores, através da promoção das vantagens competitivas da região e das infraestruturas de acolhimento empresarial.
- 5. Alargar o relacionamento com entidades homólogas à InvestBraga de outros países; nomeadamente, agências de promoção de investimento e outras entidades públicas e privadas de apoio e agilização do investimento internacional, à escala global.

4. Criação e manutenção de ferramentas de apoio ao investimento

- 1. Desenvolver e implementar um plano de comunicação com suportes e canais dedicados à promoção das atividades de apoio ao investimento junto do público alvo, local, nacional e internacional;
- 2. Atualizar as ferramentas de marketing e de comunicação para divulgação de Braga e de apoio ao investimento, com tradução em diversas línguas, como o Portal do Investidor, as brochuras InvestBraga, a apresentação eletrónica, a dinamização das redes sociais, a criação de flyers de promoção dos serviços prestados pela InvestBraga no Espaço do Investidor;
- 3. Criar suportes digitais, adequados às atividades económicas de referência considerada estratégica na atração de investimento, disponível em português e inglês, onde sejam evidenciados os benefícios à localização das atividades em Braga;
- 4. A dinamização e manutenção do GeoPortal InvestBraga de apoio à localização do Investimento e de manutenção de uma bolsa de espaços de localização de

atividades económicas, com o objetivo de reunir ofertas adequadas às necessidades de instalação de empresas da indústria, dos serviços e do comércio e disponibilizar informação útil, georreferenciada ao investidor;

5. Desenvolver o “Braga Meter” com o objetivo de dar a conhecer publicamente o desenvolvimento e a implementação das medidas definidas no Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico de Braga 2014-2026 e dos vários programas lançados pela InvestBraga com os seus parceiros, como, por exemplo, o +Indústria.

5. O Conselho Estratégico

1. A dinamização da atividade do Conselho Estratégico da InvestBraga de forma a promover a cooperação das entidades nacionais, como a AICEP, o IAPMEI e o IEFP; e locais, a UMinho, a ACB e a AIMinho, bem como outros atores económicos para a concretização da política de desenvolvimento económico e de apoio ao investimento e à competitividade;

b) Dinamização do empreendedorismo – Startup Braga

1. Programas

a. Aceleração

- i. Organização de uma nova edição do programa de aceleração.
- ii. Este programa está desenhado para apoiar Startups que pretendem desenvolver e internacionalizar produtos inovadores nas de Digital Economy, Digital Health e Nanotechnology. Ao longo do programa as Startups recebem mentoria, formação e acompanhamento de vários especialistas técnicos e de negócio, nacionais e internacionais.
- iii. Organização de um Roadshow aos Estados Unidos da América onde as melhores Startups que passaram pelo programa de aceleração, terão a

oportunidade de conhecer investidores e empreendedores internacionais.

b. Startup Nano

- i. Colaboração com entidades estabelecidas na área da nanotecnologia para captação de interesse de investigadores e empreendedores na área, com um programa de apoio ao desenvolvimento de negócios com base em inovação em nanotecnologia.
- ii. Apoio ao desenvolvimento de negócio a Startups com produtos baseados em nanotecnologia, integrado em programa de aceleração.

c. Pré-Aceleração

- i. Organização de um programa de pré-aceleração.
- ii. Este programa terá como objetivo fazer uma avaliação em primeira mão de projetos com elevado potencial, e ajude a construir equipas de multidisciplinares, capazes de identificar e validar ideias de negócio.
- iii. No final do programa espera-se que as ideias e tecnologias provenientes de estudantes e grupos de investigação possam estar validadas quanto à sua adequação ao mercado permitindo assim a criação de uma empresa.

d. Escola de CEOs

- i. Colaboração com a Escola de Executivos da Universidade do Minho na operacionalização de mais uma edição do programa direcionado a dirigentes de novas empresas de base tecnológica.
- ii. Esta formação destina-se a fornecer conhecimento nas áreas da estratégia, finanças e recursos humanos, de forma a preparar novos CEOs para enfrentar desafios relacionados com o crescimento das suas startups.

e. Incubação

- i. Promoção do programa de incubação, que oferece apoio logístico e técnico a Startups com produtos baseadas em conhecimento, de ambição internacional e elevado potencial de crescimento.
- ii. Todos os projetos terão à sua disposição um espaço de trabalho, condições privilegiadas de acesso a serviços de apoio para o desenvolvimento da empresa (contabilidade, serviços jurídicos, apoio fiscal entre outros), uma rede de investidores, mentores e outros contactos de âmbito nacional e internacional, permitindo assim uma envolvente favorável ao desenvolvimento dos projetos.
- iii. Dinamização dos programas de incubação em colaboração com parceiros nas áreas da Nanotech e Medtech.

f. Gestão da Comunidade

- i. Organização de eventos de gestão do envolvimento de mentores, empresários, investidores, especialistas e alumni da Startup Braga na Comunidade que envolve e propicia a atividade e objetivos da Startup Braga.
- ii. Dinamização periódica de um conjunto de sessões de formação e workshops com mentores, especialistas e parceiros com o objetivo de transmitir conhecimento às Startups pertencentes à comunidade da Startup Braga.
- iii. Apoiar as Startups pertencentes à comunidade da Startup Braga a realizarem candidaturas à Portugal Ventures e a outras fontes de financiamento.

- iv. Organização de um Roadshow a Londres com as Startups que estrategicamente definirem o mercado inglês como uma prioridade.
- v. Lançamento de Plataforma de Beta Testing que permita às Startups testarem os seus produtos e ou receberem feedback para que os possam melhorar.

c) Feiras, Congressos e Eventos

De seguida identificam-se as principais áreas de ação e as atividades mais relevantes desta Unidade para 2018.

1. Conclusão e receção da obra de regeneração do Parque de Exposições de Braga

- Assegurar a concretização atempada dos diferentes concursos referentes a equipamentos e sistemas;
- Acompanhar a receção final das instalações, garantindo todas as condições necessárias que permitam a sua gestão operacional;
- Proceder á mudança de instalações assegurando a operacionalidade de todos os serviços;

2. Plano de inauguração das novas instalações

- Elaborar o plano de inauguração das novas instalações, e implementar um plano de comunicação e promoção das novas valências do novo PEB.

3. Organização e RH

- Implementação de um plano de formação dos colaboradores, dotando-os de competências adequadas ao novo posicionamento do PEB;

- Aquisição, e instalação de sistema de informação que possibilite a gestão integrada de recursos técnicos e humanos;

4. Exploração e manutenção

- Revisão dos atuais e criação de novos regulamentos de utilização e exploração dos espaços;
- Realização de concursos para a identificação e seleção de fornecedores para os diferentes serviços e *utilities*;
- Concessão/arrendamento dos diferentes espaços comerciais do novo PEB;
- Implementação de ferramenta de gestão da manutenção das instalações que assegure a gestão dos diferentes subcontratos, o controlo de custo e a emissão de indicadores de gestão.

5. Marketing e Comunicação

- Implementação da estratégia de branding do novo PEB;
- Realização de um evento público de apresentação do novo branding;
- Revisão e conceção de brochura e novos materiais promocionais;
- Reformulação da estratégia de comunicação digital com lançamento de novo site, reformulação de newsletter e atualização da base de dados;
- Até à sua conclusão realização de visitas à obra, dedicadas aos diferentes tipos de potenciais clientes;

- Reforço da colaboração com a ERTPN e o Turismo de Portugal visando a participação em feiras e congressos nacionais e internacionais, tais como BTL, FITUR, IBTM e outras.
- Reforço do envolvimento setorial com a adesão à ICCA.

6. Atividade comercial

- Produção de documentos transversais de suporte à atividade comercial;
- Implementação de um sistema de monitorização do mercado (CRM) que possibilite o acompanhamento da evolução das oportunidades de negócio e a permanente atualização da base de dados de clientes;
- Na vertente de feiras, assegurar a realização das feiras próprias prevista em calendário tendo como prioridade a sua rentabilidade. Assim e para 2018 serão realizadas as seguintes feiras:

2.º Trimestre	51.ª AGRO - Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação
2.º Trimestre	5.º Vinho Verde FEST 27.ª Feira do Livro de Braga
3.º Trimestre	4º Salão Auto de Braga
4.º Trimestre	3.º Braga Brinka -Lego® Fan Event 15.ª Braga Noivos 5.ª EXPO Animal

- Reforço da estratégia de apresentação do novo espaço como local para a realização de congressos e eventos, visando a atração de grandes congressos em 2018.
- Captar a atenção dos promotores e organizadores de espetáculos, posicionando o espaço como a principal alternativa a norte. Nesta vertente o objetivo é o de em 2018 acolher grandes eventos no pavilhão.

Prevemos ainda a criação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

4) RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

a) O Conselho Estratégico da InvestBraga

O Conselho Estratégico da InvestBraga é um órgão de aconselhamento da InvestBraga que se constituiu em 2014 como o fórum privilegiado de discussão da estratégia e das linhas de ação para o desenvolvimento económico e atração de investimento de Braga.

É neste Conselho que se estabelece a cooperação estratégica entre a InvestBraga, a CMB e os parceiros estratégicos para o desenvolvimento económico local e nacional.

Os membros do Conselho Estratégico:

- Os membros locais : ACB, AIMINHO, UMINHO
- Os membros nacionais: AICEP, IAPMEI, IEFP
- E os membros individuais.
- Fazem ainda parte por inerência o Presidente da Câmara de Braga Ricardo Rio e o Presidente da InvestBraga.

O Conselho estratégico procura uma Braga alinhada e orientada para objetivos comuns e, em particular, procurar definir uma visão estratégica concertada entre os atores relevantes da região, e o alinhamento dos atores nacionais e das políticas e apoios na dinamização das atividades económicas.

Entre algumas das competências do Conselho Estratégico destacam-se a definição de políticas e linhas estratégicas de desenvolvimento económico da região necessárias para reforçar a competitividade da economia local, e a idealização de mecanismos capazes de:

- apoiar as empresas e os empreendedores, facilitar o investimento e valorizar e assegurar um crescimento sustentável dos negócios existentes e,
- promover a atração de novos investimentos e a geração e instalação de novos negócios de valor acrescentado para a região.
- Os membros do Conselho Estratégico acompanham de perto e avaliar o progresso dessas políticas e medidas, bem como o impacto dos mecanismos instalados, de modo a assegurar bons resultados sobre os indicadores económicos de crescimento das empresas e das atividades, do VAB e do emprego na região.

b) Realização de protocolos de cooperação para o investimento e emprego

Com vista à prossecução dos seus objetivos, a InvestBraga assinou protocolos de cooperação institucional com três entidades de âmbito nacional que são centrais para atividade da agência de dinamização económica InvestBraga.

Os protocolos de Cooperação com o IAPMEI, com a AICEP e com o IEFP definem os princípios orientadores de cooperação entre estas entidades e a InvestBraga para a

concretização de uma política de apoio ao investimento e à competitividade, geradora de uma nova dinâmica de apoio às empresas existentes, ao empreendedorismo, à criação de empresas e à captação do investimento, capaz de rejuvenescer e consolidar a estrutura empresarial, de qualificar e internacionalizar o crescimento da economia local.

A InvestBraga e os parceiros que assinaram os protocolos de cooperação partilham a ideia de que a cidade de Braga tem todas as condições para se tornar uma das principais cidades nacionais receptoras de investimento direto, atendendo ao seu quadro político e social, força de trabalho competitiva, qualificada e flexível, excelente qualidade de vida, às modernas infraestruturas e espaços disponíveis.

c) Parceiros da Startup Braga

Atualmente com uma comunidade de mais de 90+ Startups e mais de 250 empreendedores, a Startup Braga constitui-se como um suporte para o desenvolvimento tecnológico de Portugal a partir de Braga, visando contribuir para aprofundar e estimular as mais valias e o know-how em inovação e tecnologias reconhecidos à região a nível nacional e internacional.

De forma a apoiar as Startups a ultrapassar os desafios inerentes ao arranque de um negócio e assim aumentar as suas hipóteses de sucesso, constituímos uma vasta rede de parceiros tecnológicos e industriais que facilitem o acesso das startups da nossa rede a potenciais clientes efectivos.

Parceiros institucionais:

- O **Instituto de Nanotecnologia (INL)** disponibiliza um espaço de trabalho para Startups de nanotecnologia, oferecendo serviços tal como tem o direito de propor mentores, especialistas e investigadores para integrar o ecossistema da Startup Braga.
- O **Hospital de Braga** compromete-se a designar mentores, especialistas e founders especializados em MedTech, tal como a validação e testes de produtos e permite a utilizações das instalações no âmbito do 2CA.
- A **Escola de Medicina da Universidade do Minho e o Centro Clínico Académico** – Comprometem-se a designar mentores e acesso a laboratórios e espaços de incubação para validação técnica, científica e regulamentar de produtos tecnológicos na área da saúde.

Parceiros de Consultoria estratégica e de gestão

A PwC, a Multisector, a biiz e a EDIT VALUE prestam serviços de consultoria de Gestão (financeira e estratégica), I&D, qualidade, apoio ao investimento e elaboração e acompanhamento de candidaturas de projetos de investimento a fundos comunitários

Parceiros técnicos especializados

- Startup Telles – Apoio Legal
- Team Genesis – Apoio Legal
- Miranda & Associados – Apoio Legal
- Vieira de Almeida & Associados – Apoio Legal
- Patents.pt – Propriedade Intelectual

- Fidelidade – Soluções de seguros
- Primavera – Software de gestão
- CCA Ontier – Apoio Legal
- JMMSROC – Apoio contabilístico e Financeiro
- CENTI – Apoio à transferência de tecnologia

Rede de Mentores

A nossa lista de mentores nacionais e internacionais é composta por investidores profissionais e empreendedores experientes que já passaram pelo ciclo de vida de uma Startup.

Rede de Especialistas

A nossa lista de especialistas é composta por profissionais experientes com vasto conhecimento em mercados, tecnologias específicas ou temas críticos.

d) Organização de Feiras, Eventos e Congressos

A Unidade de Feiras, Exposições e Eventos pretende em 2018 manter e alargar a ligação a parceiros estratégicos por forma a mais facilmente atingirmos os nossos objetivos.

No que se refere às relações institucionais importa salientar que queremos reforçar as relações institucionais com as seguintes entidades associadas aos respetivos eventos:

51.ª AGRO – Feira de Agricultura, Gastronomia e Turismo

- AGROS – União de Cooperativas Leiteiras
- AJAP – Associação de Jovens Agricultores Portugueses
- APCR – Associação Portuguesa de Criadores da Raça Holstein Frísia
- CAL – Câmara Agrícola Lusófona
- CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal
- CAVAGRI – Cooperativa Agrícola do Alto Cávado
- CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícola e do Crédito Agrícola de Portugal
- ESA – IPVC
- FORESTIS – Associação Florestal de Portugal
- GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
- IDARN – Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte
- INOVISA – Associação para Inovação e Desenvolvimento Empresarial
- UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

5.ª VINHO VERDE FEST

- ACB – Associação Comercial de Braga
- CVRVV – Comissão Vitivinícola da Região do Vinho Verde
- Federação Portuguesa das Confrarias Gastronómicas
- Turismo do Porto e Norte de Portugal

27.ª FEIRA DO LIVRO DE BRAGA

- APE – Associação Portuguesa de Escritores
- APEL – Associação Portuguesa de Escritores e Livreiros

4.º SALÃO AUTOMÓVEL DE BRAGA

- ACP – Automóvel Clube de Portugal
- ANECRA – Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel
- ARAN – Associação Nacional do Ramo Automóvel
- CAM – Clube Automóvel do Minho

3.º BRAGA BINKA – LEGO® FAN EVENT

- PLUG – Associação Portuguesa de Utilizadores de Lego

5.ª EXPO ANIMAL

- Clube Português de Felinicultura
- CPC – Clube Português de Canicultura

São ainda de referir as seguintes instituições com as quais queremos reforçar as relações institucionais:

- APECATE – Associação Portuguesa de empresas de congressos, animação turística e eventos
- ATP – Associação de Turismo do Porto (PCVB)
- TP – Turismo de Portugal
- UFI - The Global Association of the Exhibition Industry -
- EURASCO - The European Federation of Agricultural Exhibitions and Show Organisers
- ICCA - International Congress and Convention Association

5) INVESTIMENTOS

Em articulação com a Câmara Municipal de Braga, 2018 assistirá à concretização do projeto de requalificação do Parque de Exposições de Braga, tornando-o numa infraestrutura relevante para o norte de Portugal e Galiza.

É assim iniciada a concretização de um dos objetivos estratégicos da InvestBraga.

A nova estrutura do PEB, deverá reforçar o seu posicionamento como referência regional e a sua aptidão física e tecnicamente para a realização de eventos de dimensão nacional e internacional,

- na área económica, englobando Exposições, Feiras e Congressos;
- de entretenimento e cultura, nomeadamente espetáculos, concertos e outros de média e grande lotação.

Ao nível da organização interna, prevê-se um conjunto de investimentos para a introdução de um conjunto de ferramenta de gestão que maximize o trabalho da organização, ao nível da gestão interna, nomeadamente na gestão de feiras e inventos, na gestão da comunicação com os clientes e fornecedores e na gestão dos processos internos da InvestBraga.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

InvestBraga - Agência para a Dinamização Económica, E. M.

BALANÇO

Unidade: Euros

ACTIVO	NOTAS	DATA 31/12/2018
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis		247 420,16
Activos intangíveis		195,88
Outros ativos financeiros		5 428,83
		253 044,87
Activo corrente		
Clientes		145 452,97
Estado e outros entes públicos		41 336,61
Caixa e depósitos bancários		230 274,65
		417 064,23
Total do Activo		670 109,10

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	DATAS 31/12/2018
Capital Próprio:		
Capital subscrito		175 000,00
Prémios de emissão		219 127,47
Resultados transitados		(160 117,92)
Outras variações no capital próprio		160 706,62
Resultado líquido do período		29 956,39
Tota do capital próprio		424 672,56
Passivo		
Passivo não corrente:		
Outras dívidas a pagar		48 944,09
		48 944,09
Passivo corrente:		
Fornecedores		79 637,71
Estado e outros entes públicos		35 847,78
Financiamentos obtidos		
Outras dívidas a pagar		88 918,50
		204 403,99
Total do Passivo		253 348,08
Total do Capital Próprio e do Passivo		678 020,64

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

InvestBraga - Agência para a Dinamização Económica, E. M.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Unidade:Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2018
Vendas e serviços prestados		1 611 296,60
Subsídios á exploração		578 106,23
Fornecimentos e serviços externos		(1 111 362,86)
Gastos com o pessoal		(999 503,42)
Imparidade de dividas a receber(perdas/reversões)		(13 000,00)
Outros rendimentos		122 000,00
Outros gastos		(30 969,15)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		156 567,40
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações		(124 056,01)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		32 511,39
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados		(1 055,00)
Resultado antes de impostos		31 456,39
Imposto sobre o rendimento do periodo		(1 500,00)
Resultado líquido do periodo		29 956,39

O Conselho de Administração

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Plano Plurianual de Investimentos - Ano de 2018 e seguintes

InvestBraga - Agência para a Dinamização Económica, E. M.

(Valores em euros)

Código	Descrição	Resp..	Datas		Fase de execução	Valor realizado	Despesas de investimento (previsão)						Custo total previsto	
			Início	Fim			Ano em curso			Anos seguintes				
							Valor total	Financiam. definido	Financiam. não assegurado	2019	2020	2021		2022
4	INVESTIMENTOS													
4 3	- Activos fixos tangíveis													
4 3 4	- Equipamento básico													
4 3 4	- Maquinaria e equipamento		01/01/2018	31/12/2018	0	2 500,00	2 500,00		5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	22 500,00	
4 3 5	- Equipamento administrativo													
4 3 5	- Equipamento de informática, software, mobiliário e equipamento		01/01/2018	31/12/2018	0	7 000,00	7 000,00		20 000,00	20 000,00	20 000,00	20 000,00	87 000,00	
4 3 7	- Outros activos fixos tangíveis													
4 3 7	- Ferramentas e utensílios		01/01/2018	31/12/2018	0	500,00	500,00		1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	4 500,00	
	Total								26 000,00	26 000,00	26 000,00	26 000,00	114 000,00	

(C):

- # Não iniciada.
- ## Com projecto em elaboração.
- ## Apenas com projecto elaborado.
- ## Com concurso aberto.
- ## Adjudicada mas sem execução física.
- ## Execução física de 1% a 24%.
- ## Execução física de 25% a 49%.
- ## Execução física de 50% a 74%.
- ## Execução física de 75% a 99%.
- ## Concluída mas com acções executadas por pagar.

O Conselho de Administração

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

Plano plurianual de investimentos

As verbas previstas para o ano de 2018 destinam-se à aquisição de equipamentos de substituição dos existentes por forma a manter as funcionalidades da empresa.

Orçamento anual de exploração

Gastos

- **Fornecimentos e serviços externos**

O valor previsto para 2018 será de 1 111 362,86 euros dos quais 10 000,00 euros são relativos à área do Turismo, 821 541,00 euros são relativos à Unidade de Feiras Exposições e Eventos, 149 730,86 euros à Unidade de Dinamização Económica e Atração de Investimento e 130 091,00 euros à Startup Braga.

- **Gastos com o pessoal**

Os gastos com o pessoal vão atingir o valor 999 503,42 euros que se prevê superior ao de 2017 pelo facto de termos de incorporar o acréscimo de remunerações de pessoal contratado no 2.º semestre de 2017 e a contratar em 2018.

- **Gastos de depreciação e de amortização**

Foram simulados no programa de gestão de equipamentos e ativos os valores a amortizar em 31/12/2018, tendo em conta os ativos existentes e a adquirir em 2018.

- **Perdas por imparidade**

Foram estimados os valores das perdas por imparidade em dívidas a receber para 31/12/2018 no montante de 13 000,00 euros.

- **Outros gastos**

Foi apurado o montante de 30 969,15 euros.

- **Juros e gastos similares suportados.**

Pela utilização das contas correntes no Banco Popular e na Caixa Geral de depósitos foram calculados encargos de 1055,00 euros que correspondem à utilização daquelas contas até abril de 2018 com média mensal de encargos de 263,75 euros.

Rendimentos

- **Vendas e serviços prestados e subsídios à exploração**

As rubricas de vendas e prestações de serviços têm o valor previsto de 1 611 296,60 euros, prevendo-se para os subsídios à exploração o montante de 578 106,23 euros.

Para os subsídios à exploração prevê-se o valor do contrato programa a celebrar com o Município de Braga relativo ao ano de 2018 no montante de 339 334,00 euros e subsídios do SIAC de 238 772,23 euros.

O valor dos subsídios à exploração previsto para 2018 representa um acréscimo de 0,56% relativamente ao valor previsto para 2017.

- **Outros rendimentos**

Foi considerado o valor de 122 000,00 euros que engloba rendimento de 114 578,57 correspondente ao valor das depreciações dos elementos do Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga” retirado da rubrica de Subsídios.

- **Imposto sobre o rendimento**

Está previsto o pagamento de IRC relativo a tributação autónoma de 1 500,00 euros.

Balanço inicial

Ativo não corrente

- **Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis**

Foi considerado o ativo fixo tangível existente em 30/11/2017 e as respetivas depreciações acumuladas em 31/12/2017, simuladas no programa de Equipamentos e ativos.

Relativamente aos subsídios de investimento e ajustamento em subsídios relativos ao imposto associado foram consideradas as seguintes regularizações relativas a dezembro de 2017:

Pelo valor das depreciações dos elementos relativos ao Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga, foi retirado dos subsídios de investimento o montante de 9 548,17 euros que foi considerado como rendimento daquele mês.

Foi ainda considerada reversão do ajustamento em subsídios no montante de 2 005,12 euros.

- **Outros ativos financeiros**

Foi considerado o saldo a 30/11/2017 e o valor a capitalizar no mês de dezembro relativo ao FCT no montante de 158,51 euros.

Ativo corrente

- **Clientes**

Considerou-se que seriam mantidos os valores do balancete em 30/11/2017.

Adiantamentos a fornecedores

Considerou-se que seria regularizado até 31/12/2017 o valor do balancete em 30/11/2017.

- **Estado e outros entes públicos**

Considerou-se que seriam mantidos os valores do balancete em 30/11/2017.

- **Outras contas a receber**

Considerou-se que seriam regularizados até 30/11/2017 os valores do balancete em 30/11/2017.

- **Caixa e depósitos bancários**

Considerou-se o valor do balancete em 30/11/2017.

Capital próprio

- **Capital realizado, prémios de emissão e resultados transitados**

Considerou-se o valor do balancete em 30/11/2017.

- **Capital Próprio – outras variações de capital próprio**

Relativamente aos valores do balancete a 30/11/2017 foram consideradas as seguintes correções: considerou-se redução nos subsídios no montante de 9 548,17 euros relativo ao valor das depreciações de dezembro de 2017 dos elementos do "Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga, financiado pelo Município de Braga e pelo Programa Operacional Regional Norte. Foi ainda considerada reversão do ajustamento em subsídios no montante de 2 005,12 euros.

- **Resultado líquido do período**

Ao resultado líquido de novembro foram consideradas as seguintes correções:

- Nas vendas e serviços prestados foram considerados 46 692,94 euros faturados em dezembro nas FCE e Startup e 11 680,00 euros a faturar a comerciantes da feira semanal.

- Nos subsídios à exploração aos valores de novembro foram acrescidos 25 937,50 relativos ao Contrato Programa c/ o Município a receber em dezembro e 85 385,40 relativos ao valor a receber de pedidos de pagamento SIAC, até ao final do ano.

- Nos FSE foram considerados 21 399,00 euros relativos a faturas de fornecedores de dezembro relativas a serviços contratados e um acréscimo de gastos no montante de 5 000,00.

- Nos gastos c/ pessoal foi considerado o gasto de 60 026,78 relativo aos salários de dezembro processados na aplicação de RH.
- Foram estimadas imparidades de dívidas de dívidas de clientes de 13 000,00 euros.
- Nos outros rendimentos ao valor de novembro foi acrescido o valor de 9 548,17 relativo ao valor das depreciações de dezembro de 2017 dos elementos do "Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga, financiado pelo Município de Braga e pelo Programa Operacional Regional Norte.
- Nos outros gastos considera-se o valor de novembro não se prevendo acréscimo para dezembro.
- Nos gastos de depreciações foi simulado até dezembro na aplicação de Equipamentos e Ativos o respetivo gasto.
- No imposto sobre o rendimento foi considerado o montante de 1 500,00 euros de Tributação Autónoma.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

InvestBraga - Agência para a Dinamização Económica, E. M

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Unidade:Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017
Vendas e serviços prestados		849 178,11
Subsídios à exploração		466 345,42
Fornecimentos e serviços externos		(689 533,86)
Gastos com o pessoal		(743 973,87)
Imparidade de dividas a receber(perdas/reversões)		(13 000,00)
Outros rendimentos		120 373,84
Outros gastos		(72 397,49)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(83 007,85)
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações		(122 990,55)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(205 998,40)

- **Passivo não corrente**

Considerou-se o valor do balancete em 30/11/2017 e ainda considerada reversão do ajustamento em subsídios relativa ao mês de dezembro/2017 no montante de 2 005,12 euros.

- **Passivo corrente**

Considerou-se o valor do balancete em 30/11/2017, com uma redução das dívidas a fornecedores de 73 779,56 euros e aumento na rubrica Estado e outros entes públicos de 6 237,30 euros.

Balanço final

- **Ativos fixos tangíveis**

Foram considerados os elementos do balanço inicial e os elementos previstos no PPI para 2018 e as respetivas depreciações acumuladas em 31/12/2018, simuladas no programas de Equipamentos e ativos. Relativamente aos AFT a adquirir em 2018 foi considerada uma taxa de depreciação média de 12,5%.

- **Outros ativos financeiros**

Foi considerado o saldo do Balanço inicial e o valor a capitalizar no ano 2018 relativo ao FCT no montante de 1 902,12 euros.

- **Clientes, estado e outros entes públicos e outras contas a receber.**

Considerou-se que seriam mantidos os valores do balanço inicial.

- **Caixa e depósitos bancários**

Consideraram-se os valores do balanço inicial + variação de caixa e seus equivalentes relativa ao ano de 2018.

- **Resultado líquido do período**

Considerou-se o valor previsto na demonstração de resultados por naturezas para 2018.

- **Passivo não corrente**

É considerado o valor do balanço inicial com uma redução de 24 061,50 euros relativa ao ajustamento em subsídios.

- **Passivo corrente**

Considerou-se que seriam mantidos os valores do balanço inicial com exceção da rubrica de fornecedores onde se prevê uma redução de 250 000,00 euros.

Demonstração dos fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa das atividades operacionais

- **Recebimentos de clientes**

Considerou-se que seria recebido o valor das vendas e prestação de serviços referido na demonstração de resultados sendo considerados serviços isentos de IVA no montante de 166 500,00 euros sendo o restante tributado à taxa de 23% sendo ainda considerada a variação de valores da rubrica de clientes no Balanço inicial e Balanço final.

- **Pagamentos a fornecedores**

Considerou-se que seriam pagos os fornecimentos e serviços externos referidos na demonstração de resultados sendo ainda considerada a variação de valores da rubrica de fornecedores no Balanço inicial e Balanço final.

- **Pagamentos ao pessoal**

Considerou-se que seriam pagos os gastos com o pessoal referidos na demonstração de resultados deduzidos do montante de 140 883,14 euros relativos a encargos s/ remunerações considerados na rúbrica outros recebimentos e pagamentos.

- **Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento**

Está previsto o pagamento de IRC relativo a tributação autónoma de 1 500,00 euros.

- **Outros recebimentos/pagamentos**

Inclui o recebimento de valores de subsídios à exploração e pagamento de encargos s/ remunerações para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social.

Fluxos de Caixa das atividades de investimento

Inclui o pagamento dos investimentos referidos no PPI e respetivo IVA à taxa de 23%.

Fluxos de Caixa das atividades de financiamento

Inclui a utilização de financiamentos em conta corrente do Banco Popular e da Caixa Geral de Depósitos no montante de 225 000,00 euros e a amortização total dos montantes disponibilizados de 340 000,00 euros.



RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional de **Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.** (a Entidade) relativos a 2018, que compreendem os Objetivos Estratégicos, Plano de Atividades 2018 e Orçamento, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos nos Instrumentos de Gestão Previsional 2018-2021 (documento com quarenta e uma folhas por nós rubricadas e carimbadas).

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projeção está devidamente preparada com base nos pressupostos e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 07 de dezembro de 2017.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. (nº.153)
Registo CMVM nº 20161463

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, registo CMVM nº 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM nº 20160219)



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LDA
a Gerência



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2018 - 2021



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. LDA
a Gerência

clh
B. F.

ÍNDICE

1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	2
2. PLANO DE ATIVIDADES 2018	4
2.1. Enquadramento	4
2.2. Programação Cultural	6
2.3. Aluguer de sala e outros serviços.....	15
2.4. Comunicação e Marca	18
2.5. Recursos Humanos.....	21
2.6. Gestão Financeira.....	22
3. ORÇAMENTO	25
3.1. Conta de Exploração	25
3.2. Investimentos e Financiamentos	26
3.3. Tesouraria.....	27
3.4. Considerações Finais.....	28

ANEXOS

- Mapas Previsionais
- Parecer do Fiscal Único



1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Abertura e Renovação. Afirmção e Sustentabilidade

Como é referido no plano de atividades do Município, a cultura é uma área de primordial relevo para a afirmação da Cidade, sendo um dos seus objetivos principais o incremento da oferta cultural através da diversificação e do reforço da qualidade das atividades desenvolvidas, do estímulo à participação da população e das mais diversas organizações culturais que dela emanam.

Estes objetivos são ainda mais relevantes considerando o atual enquadramento socioeconómico, no qual o financiamento nacional à criação, afirmação e programação cultural é cada vez mais restrito e centralizado e a afluência de público aos diferentes espetáculos se vê também limitada pelas dificuldades económicas das famílias, que condicionam um acesso mais frequente às atividades culturais.

Neste contexto, é pedido pela sociedade um esforço adicional no sentido de mobilizar e convencer públicos, e de democratizar o acesso à criação artística, afirmação e fruição cultural, permitindo atravessar este período de crise económica e social sem uma rutura definitiva e desmobilizadora a longo prazo da ligação entre cidadãos e cultura. Por outro lado, e também por força deste mesmo enquadramento, é preponderante a valorização da cultura na sua função de integração social, formação e qualificação de públicos e enquanto espaço de intervenção e partilha e de reforço de identidade.

A empresa Teatro Circo de Braga EM SA, detentora do espaço do Theatro Circo, enquanto equipamento de referência da cidade e polo central da sua programação cultural, deve posicionar-se como um elemento fundamental na prossecução dos objetivos acima referidos, integrando-os na definição da sua missão e dos objetivos estratégicos e específicos que norteiam e enquadram o seu plano de atividade.

Adicionalmente, e considerando a sua natureza de empresa municipal, a definição destes objetivos deverá também considerar uma política de rigor, transparência e boa governança na gestão dos dinheiros públicos, e o consequente desenvolvimento de modelo de gestão sustentável, alicerçado no reforço das fontes de receitas internas, através da captação de novos investimentos e fomento de parcerias.



cul
B. H.

Assim, podemos sintetizar como principais objetivos estratégicos da empresa, a saber:

- A aposta numa programação eclética, de elevada qualidade, diversificada e abrangente;
- A abertura do Teatro Circo à comunidade e aos criadores locais;
- A criação e fidelização de públicos;
- O desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável;
- O reforço da notoriedade e posicionamento do Teatro Circo.

Estes objetivos estratégicos desdobram-se em objetivos específicos, que apontam os caminhos para a sua realização. A saber:

- Reforço e qualificação da oferta cultural do Teatro Circo, através da diversificação e incremento dos espetáculos que permitam o crescimento sustentado de público;
- A abertura da programação do Teatro e do seu equipamento cultural à cidade, e ao movimento associativo, artístico-cultural local e regional;
- Reforço do programa de formação de públicos e do serviço educativo no âmbito da programação do Teatro Circo;
- Aposta num modelo de comunicação integrado e efetivo, mais direcionado que intensifique e torne mais próxima a relação com os públicos;
- Reforço das receitas próprias do Teatro Circo de Braga e concretização de novas fontes de financiamento.

A operacionalização dos objetivos acima referidos reflete-se e concretiza-se no plano de atividades definido para 2018, o qual beneficia agora de um quadro de estabilidade financeira e de consolidação de parcerias de gestão, fruto do trabalho desenvolvido nos anos transatos, permitindo um maior investimento na programação interna e o desenvolvimento de projetos mais ambiciosos, quer ao nível da programação cultural propriamente dita, quer no que respeita ao serviço educativo, que estamos certos que se refletirão na captação e manutenção de novos públicos e, conseqüentemente, nos resultados da empresa.

2. PLANO DE ATIVIDADES 2018

2.1. Enquadramento

No quadriénio 2014-2017, o funcionamento da empresa Teatro Circo de Braga EM SA, doravante designada por Theatro Circo, esteve limitado por um conjunto de restrições financeiras e administrativas, que condicionaram a preparação e execução dos programas culturais, em particular na sua ambição, e obrigaram a Administração e a Direção de Gestão a centrar parte da sua atividade na resolução de problemas processuais que permitissem garantir a futura sustentabilidade da empresa. Todas essas questões foram ultrapassadas com sucesso e, não obstante este enquadramento, o Theatro Circo conseguiu implementar praticamente todas as atividades a que se tinha proposto e obteve um crescimento de público de cerca de 40% entre 2014 e 2017, trazendo novos desafios para o próximo período de programação.

Com essa estabilidade conquistada, o Plano de Atividades para 2018 foi desenhado para responder ao desafio de uma procura crescente por parte de uma cidade mais atenta e exigente, com as necessárias implicações na estruturação do programa cultural, mas também na organização e gestão interna de todos os processos que lhe estão associados e na comunicação com este público. Foram, assim, definidas as seguintes linhas de atuação:

- Aposta clara no reforço da programação própria do Theatro Circo, num programa contemporâneo que valorize e equilibre as apresentações nas diferentes áreas artísticas, promovendo a nova criação, sobretudo através de projetos de coprodução e harmonizando a promoção da produção local com a apresentação de espetáculos de dimensão internacional relevante.

Para este efeito, será necessário limitar a utilização do Theatro Circo para atividades de carácter não cultural e priorizar o espaço disponível para a programação interna em detrimento dos alugueres de espaço.

- Modernização dos equipamentos técnicos do Theatro Circo, respondendo às atuais exigências da programação cultural, nas áreas de luz, som e maquinaria



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LDA

Handwritten initials and signature in blue ink.

de palco, melhorando a qualidade de apresentação dos espetáculos e criando condições para a receção de produções mais complexas.

Esta reconversão deverá, sempre que possível, considerar uma otimização dos seus custos de utilização e manutenção, nomeadamente através da aquisição de equipamentos de um nível de eficiência energética superior.

- Otimização da estrutura, procedimentos e equipas do Theatro Circo, através da adoção de novas ferramentas de gestão e reestruturação de processos de trabalho, que permitam responder de forma integrada e célere ao significativo aumento da atividade da empresa registado ao longo destes últimos anos.

A par desta otimização terá que ser também desenvolvido um projeto de ampliação e melhoria dos espaços de trabalho das equipas, determinante para o sucesso das alterações de procedimentos acima assinaladas.

- Reforço das ferramentas de comunicação e marketing da empresa, com especial ênfase na comunicação online e numa maior utilização dos meios audiovisuais, adequando a estratégia de comunicação ao crescimento do público, numa lógica de racionalização dos recursos existentes.

Para além da divulgação do programa cultural, importa ainda desenvolver novos materiais de comunicação associados às visitas guiadas, considerando a integração do Theatro Circo na Rota Ibérica de Teatros Históricos e o facto de em 2018 se celebrar o Ano Europeu do Património Cultural.

- Gestão eficiente dos recursos, através da otimização dos gastos, da existência de um nível relevante de receitas próprias e da concretização de investimentos inteligentes e adequados, recorrendo, sempre que possível, ao financiamento comunitário e a apoios de mecenato e patrocínio, visando a manutenção de baixos níveis de endividamento e o equilíbrio financeiro da empresa, numa ótica de longo prazo.

A estas linhas de orientação internas há ainda a acrescentar dois novos desafios que resultam do forte envolvimento do Theatro Circo e da sua administração em dois



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LDA

a Gerência

projetos estratégicos para a cidade: a integração de Braga na Rede de Cidades Criativas da UNESCO e a anunciada candidatura da cidade a Capital Europeia da Cultura em 2027.

Sobre o primeiro, considerando que o Theatro Circo coordenou ao longo dos dois últimos anos o processo de candidatura de Braga a cidade de Media Arts e que irá ser responsável pela programação cultural dos equipamentos que acolherão os diversos espaços de exibição, criação e formação pensados neste contexto, entendeu o Município que esta seria a entidade mais adequada para proceder, durante o ano de 2018, à estruturação e desenvolvimento das diferentes ações previstas no respetivo plano de ação.

Relativamente à candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura, o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 reflete também o propósito do Município em contratar a coordenação desta candidatura ao Theatro Circo, face à experiência acumulada com o processo da integração na rede das Cidades Criativas, que constitui um importante ponto de partida para a definição da política estratégia para a cultura que irá nortear este projeto, associada à intenção de que a empresa assuma a gestão da maioria das infraestruturas culturais da cidade e, por isso, seja uma peça chave na construção desta candidatura. Acresce que a administração da empresa detém experiência de gestão da última Capital Europeia da Cultura que se realizou em Portugal e o seu conselho de administração é também liderado, simultaneamente, pelo Presidente do Município e pela Vereadora da Cultura, principais atores na definição da estratégia cultural para a cidade.

Estas são, assim, as principais questões, quer de âmbito interno quer externo, que enquadram a estratégia da empresa para 2018 e que se refletem nas ações definidas para as diversas áreas de atividades, que a seguir se apresentam.

2.2. Programação Cultural

Para 2018 está prevista a realização de 182 eventos no âmbito da programação própria do Theatro Circo, a qual é constituída por um vasto conjunto de atividades que vão desde os espetáculos de música, dança, teatro e outras artes do palco, ao cinema, à realização de exposições e conferências, conversas e outros pequenos eventos, e ainda um programa de serviço educativo. Esta programação é ainda complementada com a

que surge por via da residência da Companhia de Teatro de Braga e de outros alugueres de sala, estimando-se para 2018 mais de 300 eventos, com um público entre as 90 a 100 mil pessoas. A estes eventos associam-se, ainda, as visitas guiadas ao Theatro Circo, quer as regulares quer as temáticas, estimando-se que venham a realizar-se cerca de 70 ao longo deste próximo ano.

Nos pontos seguintes detalhamos alguns dos conteúdos programáticos associados a cada uma das áreas acima enunciadas, destacando as principais orientações estratégicas subjacentes à definição da programação e indicando algumas das ações já previstas neste contexto.

2.2.1. Espetáculos e outros eventos

2018 será um ano de estabilização da programação por ciclos e de recuperação de algumas ideias que não ficaram esgotadas desde a reabertura do Theatro Circo de Braga em 2006 e que tiveram um êxito tremendo junto do público e dos media.

A par disso, e tendo em conta que Braga é a Cidade Criativa da UNESCO na categoria Media Arts, o Theatro Circo terá em conta a apresentação de projetos e ideias que premeiem este importante passo e sejam demonstrativos de que as artes de palco sempre estiveram a par das novas tecnologias.

Assim, o ciclo "2055 - uma breve viagem ao futuro", pretende desmistificar o acesso ao digital, sobretudo através da música, da literatura e das novas tecnologias. O futuro não é mais que o presente em mutação e, nesse sentido, a programação de 2018 terá momentos onde "2055" será devidamente assinalado e transversal às diferentes áreas artísticas.

Por outro lado, a Dança terá um lugar alternativo, no sentido de conquistar novos públicos e fixar aqueles que gostam efetiva e afetivamente dessa área. Dado o sucesso de "A Dança dança-se com os pés" em 2015/2016, em que questionamos o que é a Dança no sentido literal e antropológico, demonstrando que a fusão entre disciplinas é absolutamente marcante na dança contemporânea e está sempre presente nas "danças do mundo", voltaremos a este ciclo, agora com a premissa de escolher espetáculos que misturem a presença das media arts.

Ainda na área da dança, será desenvolvido o ciclo Palcos Instáveis, composto por três espetáculos em diferentes momentos do ano, no sentido de dar a conhecer os novos coreógrafos nacionais. A estes eventos estará sempre associada uma componente pedagógica, promovendo o contacto entre os criadores, os alunos das escolas de dança de Braga e o público em geral.

Na música, o “RESPIRA! - O piano como pulmão”, teve um sucesso imediato em 2017 e é nossa intenção que este seja um festival de marca do Theatro Circo. Depois de Douglas Dare, Wim Mertens, Dakota Suite & Quentin Sirjacq e Rufus Wainwright, na primeira edição, o ‘RESPIRA!’ contará, no mínimo, com quatro presenças internacionais e que darão uma importância nobre ao piano num festival ímpar a nível nacional, desta vez num registo mais próximo do género “sound waves”.

Neste âmbito, será dada, em contraponto, a devida ampliação da atenção à música clássica e erudita, mas que se pretende venha a desenvolver-se para outros instrumentos além do piano, com novas composições e formações, entre propostas inovadoras e de cruzamento de disciplinas e a presença regular de orquestras ou formações de renome mundial, como o Kronos Quartet, por exemplo.

Por isso mesmo, no âmbito dos projetos especiais - como aconteceu com o Projeto Memória e com o concerto dos Mão Morta e do Remix Ensemble Casa da Música -, com produção do Theatro Circo, onde certamente entrarão outros coprodutores, e com a participação criativa de alguns dos seus técnicos de palco, valorizando a criatividade interna e seus recursos, foi feito um convite a Joana Gama, pianista; e juntando a dança e a literatura, sob o prisma das media arts, criaremos um espetáculo que parte das “Cartas a Nora”, de James Joyce.

Durante 2018, e sempre que possível, dependendo da oferta, teremos a apresentação de oito bandas de música moderna portuguesa, revelando também uma parte menos conhecida dos músicos e criadores de Braga. Marcar e dar a conhecer os criadores do pop-rock de Braga, cuja a oferta é cada vez melhor, é o objetivo principal. E assim, por exemplo, logo a 6 de janeiro de 2018, subirão ao palco os Mão Morta e os 25 anos de um álbum que fez história a partir desta cidade, o “Mutantes S. 21”, ou ainda Cavalheiro, que terá disco novo no primeiro trimestre do ano e que fará aqui o seu



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. LDA

a Gerência

lançamento. Num outro sentido, mais interno e menos visível, continuaremos a dar dimensão e a acrescentar valor às estruturas artísticas que têm vindo a trabalhar com o Theatro Circo ou outras mais recentes, como sejam a Arte Total e a Fundação Calouste Gulbenkian de Braga, que pretende aliar a boa e exemplar execução técnica do Theatro Circo com alunos e escolas em formação, sem esquecer a densidade pedagógica e educativa inerentes.

No Teatro, considerando a continuidade, inequívoca, das ligações históricas do Theatro Circo com este domínio artístico, e em complemento à produção da Companhia de Teatro de Braga aqui residente, iremos focar a programação nas novas dramaturgias e nos projetos em coprodução, promovendo espetáculos de elevada qualidade e valorizando, sobretudo, a criação nacional. Paralelamente, será mantida a aposta na apresentação de alguns eventos de grande público, nomeadamente os que resultam de algumas parcerias com produções brasileiras, como aconteceu em 2017 com os "Guardas do TAJ", que estimulam o crescimento das audiências nesta área.

O Cinema manter-se-á, tal como nos outros anos, com uma presença constante na programação do Theatro Circo, preenchendo as noites de segunda-feira. Associada a esta programação, procuraremos manter as palestras com atores e realizadores convidados e, se possível, complementá-la com a apresentação de um cine-concerto.

Transversalmente, em agosto, antes da Noite Branca, as sextas-feiras vão continuar a pertencer à "Máquina de Gelados" pelo quarto ano consecutivo. Em 2014, este "minifestival" foi capaz de provar que há público em pleno pico de agosto, refrescando ideias, e que se tem traduzido em muito público e em concertos lotados. Em 2018, os projetos escolhidos passam, sobretudo, pelas "músicas do mundo", vulgo "world music", no sentido de montra das raízes mais populares de países como Brasil, Turquia, Cuba e Cabo Verde, aliando a fusão com as novas tecnologias e a eletrónica.

Retomaremos também uma das experiências mais gratificantes do Theatro Circo de Braga enquanto estrutura de programação e de desafios artísticos, que foi o ciclo "BURLA - Festival do Burlesco", criado em 2007, apresentando talentos que se desmultiplicam entre as artes circenses e o mundo dos cabarets, procurando também a comédia de excelência, conjugada com momentos de palhaços, contorcionistas,



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. LDA
a Gerência

trapezistas, engolidores de espadas, performers de fogo a par das bailarinas de dança-
do-ventre e de estilo burlesco, dos anões, “disc-jockeys”, percussionistas ao vivo e
banda, entre muitos outros artistas.

Por último, a fechar 2018 e com expansão em 2019, voltaremos ao ciclo temático “O
Diabo é polimorfo”, que ligará a reflexão, o pensamento, a religião, a filosofia e a
história, além de cinema, música e teatro. É um dos temas clássicos mais
contemporâneos e um tema capaz de atrair outro tipo de públicos, do popular ao
erudito, criando aqui uma potencial ligação a Universidade e seus estudantes, por
exemplo, além da Igreja, que em Braga tem uma presença histórica e aberta ao
pensamento e ao mundo.

Por fim, ainda a destacar o acolhimento, em parceria com as respetivas estruturas
organizadoras, de alguns dos principais festivais do Theatro Circo, como é o caso do
Semibreve, no contexto das Media Arts e do Festival Para Gente Sentada, que promove
os cantautores. Tratam-se de festivais que têm apresentado um crescimento
sustentado ao longo dos últimos anos, tornando-se em acontecimentos cada vez mais
marcantes na vida do Theatro Circo e da cidade de Braga e, mesmo, numa referência a
nível nacional e internacional, em cada uma das suas áreas.

2.2.2. Serviço Educativo

A programação de 2017 considerou uma primeira abordagem a um serviço educativo
estruturado, rentabilizando recursos existentes na estrutura e o projeto artístico da
programação. A estratégia de delinear um serviço educativo assistiu a passos
importantes dados nesse sentido, com a implementação de novos projetos e
consolidação de atividades já existentes.

Contudo, não foi possível testar todas as atividades inicialmente previstas, pelo que
2018 ainda apresenta o desafio de continuidade, de sistematização e de consolidação
de algumas destas ideias. Assim, será marcado pela manutenção dos projetos já
assumidos como regulares, como a Música para uma plateia de palmo e meio, Dormir é
um espetáculo, Oficinas nas férias e Conversas fora de Palco, entre outros, mas também
pela introdução de novas valências no contexto dos workshops de teatro, cinema e



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM SROC. LDA

a Gerência

dança, associados diretamente à programação cultural deste espaço. Abaixo detalhamos informação para cada um destes projetos:

Música para uma Plateia de Palmo e Meio

Com o objetivo de permitir a expressão musical dos bebês, em contacto direto com os seus pais, este projeto existe no Theatro Circo desde 2008, mas até este ano não tinha conseguido ser apresentado com regularidade. Em 2017, houve uma aposta substancial nos recursos afetos ao mesmo, cujos resultados foram visíveis desde cedo: uma oficina com um maior impacto plástico, com maior atratividade, e com uma regularidade cumprida. Em 2018, pretende-se manter este formato, reforçando ligeiramente o investimento na aquisição de alguns materiais que deem resposta ao crescimento do projeto e à sua procura crescente por parte do nosso público.

Dormir é um espetáculo

A primeira edição ocorreu no verão de 2016. Tendo sido bem-recebida, o Theatro Circo pretende repetir uma atividade cujo maior propósito é esbater a distância entre as crianças e o Theatro, fomentando a ideia de apropriação do espaço. São propostas 2 edições em 2018: uma nas férias da Páscoa e outra nas férias de verão. Para além de dormirem no Theatro Circo, as crianças têm igualmente acesso a propostas artísticas ligadas à música, à poesia e ao teatro, fomentando o contacto com estas artes através de uma atividade claramente mais lúdica.

Oficinas nas férias

Após um período experimental realizado em anos anteriores, testando alguns modelos de oficinas nos períodos de férias escolares, em 2017 o TC estabilizou um programa de oficinas cuja base são as artes plásticas, dando às crianças oportunidade de explorar a sua criatividade e adquirir competências técnicas, usando como ponto de partida detalhes da arquitetura do Theatro Circo.

Em 2018, o Theatro quer manter as mesmas oficinas, com características semelhantes, adaptando o seu programa para disponibilizar uma ou duas sessões ao público adulto e explorando depois esta vertente, caso se venha a mostrar bem-sucedida.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LDA

a Gerência

O orçamento para 2018 implica igualmente um investimento em recursos materiais para estas ações, com a aquisição de mobiliário dedicado e mais adaptado às necessidades dos ateliês.

Fazer e ver – workshops associados à programação

Fazendo já parte do projeto para 2017, mas não tendo sido executado, o TC pretende, em 2018, avançar com estas oficinas, para várias faixas etárias e vários enquadramentos, que trabalham sobre as áreas artísticas da nossa programação e, por isso, são centrais no contexto do serviço educativo. Desde oficinas de dança criativa, dança associada à proposta de programação a ser executada em 2018, cinema, escrita dramática e criativa associada ao teatro, entre outros, pretende-se criar um programa de formação com regularidade bimestral. Pretende-se ainda trazer as pessoas ao Theatro, mas igualmente levar o Theatro aos contextos das pessoas, pelo que algumas destas formações ocorrerão também nas escolas do Município e em espaços não convencionais, se tal contribuir para uma maior proximidade ao público-alvo das mesmas.

Cultura e Comunidade Surda

Desde 2015 que o Theatro Circo tem trabalhado com esta comunidade bracarense, primeiro através da tradução dos espetáculos para língua gestual portuguesa, e depois, após a identificação dos potenciais parceiros, com o desenvolvimento de algumas atividades pensadas especificamente para este público. O objetivo é potenciar o seu envolvimento e fruição do programa cultural, mas também ajudar a um melhor conhecimento e integração desta comunidade. As ações previstas para 2018 são as seguintes:

a) Oficina de percussão (apresentação)

A música é uma arte privilegiada para construir pontes de comunicação entre as comunidades surda e ouvinte. Partindo especificamente da percussão, o TC desenvolveu em 2017 uma oficina de longa duração, num contacto direto entre jovens surdos e ouvintes, aos quais foi dada a oportunidade de se expressarem criativamente e de contactarem com mecanismos que valorizam a diferença e a identidade. Neste sentido, e porque o Theatro Circo entende que este projeto



merece ter uma maior visibilidade, em 2018 será preparada um espetáculo com os participantes nesta oficina, por forma a apresentar publicamente o resultado da mesma.

b) Dia da cultura surda

A cultura surda foi encontrando formas de se expressar artisticamente intrínsecas à condição de se ser surdo. Todas as propostas do Theatro Circo têm sido desenvolvidas no sentido de adaptar as artes para que a comunidade surda usufrua delas. Esta ideia surge no sentido inverso: apresentar propostas criadas dentro da cultura surda, valorizando-a e expondo a sua identidade. Este foi um projeto que estava já agendado para 2017 e não foi concretizado por dificuldades de agenda, mas que se entende prioritário na concretização do serviço educativo de 2018.

Outras atividades

a) Conversas fora do palco

Fazendo parte das atividades do Theatro desde 2015, este projeto tem evoluído todos os anos, fruto do investimento da equipa de programação, permitindo criar um ciclo mais estruturado, interessante e com maior dinamismo. Estas conversas com os criadores, sobre e a partir do espetáculo, criam momentos de reflexão conjunta com o público que permitem uma melhor fruição do mesmo e um maior entendimento sobre as temáticas abordadas. Por outro lado, o seu registo audiovisual que, tal como as conversas, acontece sempre antes do evento, possibilita uma melhor comunicação do mesmo e permite, igualmente, criar um registo de memória para possível utilização futura.

b) Programação direcionada a escolas e outros

Quer por iniciativa própria, quer pelo acolhimento de projetos e parcerias, o Theatro Circo continua a incluir na sua programação espetáculos que solidificam a relação direta com as escolas, as associações e outros grupos relevantes na comunidade. Estes cumprem um papel vital no sucesso da proposta de um serviço educativo, quer a nível humano, quer a nível institucional. Em 2018, o trabalho



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LDA
a Gerência

desenvolvido pretende ter a mesma dimensão e na continuidade do que tem sido feito nos últimos anos.

c) Crianças ao poder

Associada à atividade proposta pela Direção Artística para a programação de 2018, o serviço educativo irá desenvolver projetos complementares, de menor dimensão, que permitam potenciar os resultados e objetivos delineados para a primeira.

2.2.3. Visitas Guiadas

Às atividades da programação cultural acima apresentadas juntam-se as visitas guiadas ao Theatro Circo, as quais têm registado uma procura crescente ao longo dos últimos anos, resultado de uma maior aposta nesta área.

No que concerne às visitas regulares, realizadas em português, espanhol, francês e inglês, e pós um reforço a sua componente histórica e cultural, cada vez mais vincada nas suas apresentações, em 2018 será lançado um vídeo de apresentação do Theatro Circo e disponibilizados novos suportes de informação para o visitante, que enriquecerão a experiência de quem visita este equipamento cultural, agora integrado na Rota Ibérica da Rede Europeia de Teatros Históricos.

Adicionalmente, será também dada continuidade às visitas guiadas encenadas, com muito sucesso junto do público mais jovem, permitindo de forma lúdica levar o Theatro e a sua história a um maior número de pessoas, e desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento de uma real e afetiva ligação a esta instituição, ao aproximá-la do seu público potencial.

Pretende-se ainda, através das visitas guiadas, incentivar a frequências dos eventos promovidos pelo Theatro, quer pela divulgação do programa cultural junto dos participantes nestas visitas, quer pela adoção de uma nova medida financeira que irá permitir aos visitantes o desconto integral do valor pago pelo seu ingresso na aquisição de bilhetes dos espetáculos de programação própria.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LDA
a Gerência

F. cur
B.

2.3. Aluguer de sala e outros serviços

Em complemento à programação cultural do Theatro Circo, que é a principal atividade e missão do Teatro Circo EM, S.A., a empresa municipal realiza ainda um conjunto de outros serviços, que permitem responder à procura dirigida pela cidade, pelos agentes culturais, e entidades públicas e privadas nacionais, e constituem uma importante fonte de rendimentos da empresa.

Estes serviços são, sobretudo, o aluguer das diversas salas do Theatro Circo e do seu equipamento técnico, os serviços de assistência de sala, gestão de bilheteira, apoio técnico e logístico, entre outros. Dos mesmos resulta a apresentação de vários eventos, que na sua totalidade chegam a ocupar quase metade do calendário anual dos espaços desta empresa municipal.

Algumas destas atividades têm um carácter especial, quer pela sua dimensão, quer pela continuidade com que estão presentes no plano de atividades do Theatro Circo, e pela permanência das mesmas ao longo dos anos.

Assim, importa aqui destacar, pela sua especificidade, a residência da Companhia de Teatro de Braga (CTB), o aluguer de sala e os serviços prestados ao Município, e os acordos de fidelização celebrados com as produtoras de espetáculos.

2.3.1. Residência da Companhia de Teatro de Braga

O Theatro Circo é o espaço de residência da CTB, local de concretização dos seus ensaios e da maioria das suas apresentações públicas. Através de uma programação independente, desenhada por esta companhia, ao longo do ano serão apresentadas várias produções no palco do Theatro, sempre com novas criações e estreias. Haverá ainda lugar a reposições de espetáculos, quer de produções mais recentes, quer no contexto de apresentação a escolas complementando o respetivo programa curricular.

A CTB, que em 2015 celebrou 35 anos de existência, tem vindo a crescer e a dimensionar as suas parcerias internacionais e locais, com companhias nacionais e estrangeiras, o que permite o ampliar de sinergias e uma oferta na área do teatro muito completa. Deste modo, o Theatro Circo é ainda o espaço de acolhimento de



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LDA
a Gerência

F
B

espetáculos de algumas das companhias com quem a CTB trabalha e desenvolve um trabalho de intercâmbio de produções.

Neste âmbito, ao desenhar a sua programação própria, a empresa municipal tem em consideração estas produções, procurando conciliar a apresentação das mesmas com os eventos e as temáticas dos espetáculos que contrata ou produz, em particular os relativos à área do teatro. Em 2018 a residência da CTB irá manter-se nos mesmos moldes dos anos anteriores, sendo estimado um nível de ocupação semelhante. Para este ano estão previstas as reposições das peças “Imprudência”, “As Criadas”, “Auto da Barca do Inferno”, “Ainda o último dos Judeus” e “Justiça”; e a estreia de “Amor de Perdição”, “Humidade”, “Diários de Adão e Eva” e “Incêndios”. Está prevista igualmente uma estreia em produção conjunta com instituições da Roménia.

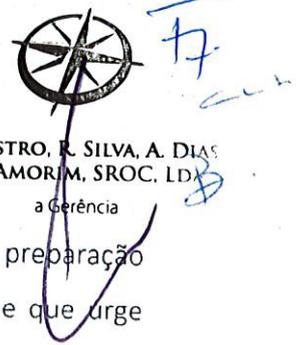
Adicionalmente, e como ocorreu também em anos anteriores, serão apresentadas peças de companhias nacionais e internacionais parceiras da CTB, num programa de intercâmbio entre os respetivos teatros e locais de exibição.

2.3.2. Aluguer de sala pelo Município de Braga e parceiros

Para além da programação cultural que o Theatro Circo define e concretiza, cumprindo a sua missão pública, as instalações do Theatro recebem anualmente várias atividades promovidas diretamente pela Câmara Municipal ou pelas instituições suas parceiras.

Estas atividades, objeto de um contrato de prestação de serviços que todos os anos é celebrado com o Theatro Circo, incluem sobretudo a disponibilização de espaço e apoio técnico para apresentações de carácter cultural, como o Teatro Escolar, o Mimarte, as apresentações das escolas de dança e música da cidade e outros eventos e espetáculos de produção criativa local apoiados pelo Município. Para além destes espetáculos, o contrato inclui ainda a apresentação de um conjunto de outros eventos, desde conferências a apresentações institucionais e espetáculos com fins sociais, embora estes sejam menos representativos no conjunto dos serviços prestados.

Dado que são vários os dias de apresentação no Theatro Circo e que a maioria dos eventos é organizada por estruturas não profissionais, a sua concretização obriga a uma ocupação de recursos significativa, exigindo uma articulação permanente com a



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. LDA
a Gerência

programação própria do Theatro Circo, que condiciona nos seus tempos de preparação e exibição. Este é um problema que foi já detetado em anos anteriores e que urge tratar, dada a necessidade de aumento do espaço da programação cultural própria desta instituição. Trata-se de uma questão fundamental para dar resposta a uma maior procura do público local, fruto de um investimento continuado que o Theatro tem levado a cabo nos últimos anos e ao qual a sua oferta tem que se adaptar, sob pena de perder os resultados de todo o trabalho desenvolvido.

Assim, e considerando também que em 2018 a cidade terá também ao seu dispor um Parque de Exposições remodelado e com valências complementares, aumentando a sua oferta de equipamentos disponíveis, prevê-se para este ano um decréscimo das atividades realizadas pelo Município nos espaços do Theatro Circo, por contrapartida ao reforço necessário na programação própria desta instituição.

2.3.3. Serviços de coordenação e consultoria técnica

Com uma experiência acumulada de vários anos na gestão e programação artística e sendo a principal estrutura cultural da cidade, o Theatro Circo tem vindo a ocupar um papel relevante no planeamento e implementação de alguns projetos estratégicos da cidade. Neste contexto, o seu conselho de administração, por solicitação do Município de Braga, coordenou, nos dois últimos anos, o processo de candidatura de Braga à Rede de Cidades Criativas da UNESCO na área das Media Arts, orientando todo o trabalho realizado pela equipa de consultores contratada neste âmbito, acompanhando e gerindo todos os passos necessários à estruturação da proposta de Braga e à sua discussão com os diversos agentes locais, nacionais e internacionais, e definindo as linhas gerais do plano de ação que acompanha e norteia esta candidatura.

Nesta sequência, a proposta de Braga foi submetida à UNESCO a 6 de junho de 2017 e a 31 de outubro deste ano, a UNESCO aprovou a candidatura da Braga e atribuiu-lhe o título de Cidade de Media Arts, ao qual está associado um compromisso de cumprimento, na íntegra, das ações apresentadas nessa mesma proposta e ao envolvimento da cidade nas diversas atividades já agendadas para os diferentes parceiros desta Rede. Para o efeito, torna-se agora necessário proceder à constituição de um ponto de contacto local para a comunicação e interligação com a Rede de



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. Lda

a Gerência

Cidades Criativas, garantindo a participação ativa nesta estrutura, bem como é premente o desenvolvimento de todos os trabalhos necessários para preparar a implementação do plano de ação, o que irá obrigar, desde logo, à definição de todos os projetos e consequentes tarefas, calendários, parcerias e fontes de financiamento.

Considerando estas obrigações e o envolvimento anterior do Theatro Circo neste processo, o Município de Braga entendeu que deveria ser esta a estrutura de contacto local com a UNESCO e irá contratualizar com esta empresa municipal a coordenação deste projeto e a estruturação do plano de ação acima referido, o qual deverá ser devidamente detalhado até final de 2018.

Paralelamente à coordenação do projeto de Braga Media Arts, em 2018 será também atribuída ao Theatro Circo a coordenação dos trabalhos preparatórios para a candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura 2027 que, numa primeira fase, passarão pela definição, em conjunto com os diferentes agentes locais, de uma estratégia cultural integrada para a cidade.

Ambos estes projetos serão objeto de uma prestação de serviços a contratualizar pelo Município de Braga, dotando a empresa dos recursos financeiros necessários para a realização das tarefas que lhe serão atribuídas.

2.4. Comunicação e Marca

2.4.1. Contexto e linhas gerais

Do contexto de celebração do centenário que marcou um passado ainda recente, resultou um nível de notoriedade que importa agora manter e que se assume como objetivo primeiro, tanto da estratégia de comunicação adotada ao longo do último ano, como da estratégia em desenvolvimento para 2018. A par da manutenção da notoriedade alcançada, será igualmente imperativo que continuem a ser dados passos sólidos para garantir que ao longo do próximo ano o Theatro Circo prossegue a sua trajetória de afirmação enquanto estrutura central da programação cultural da cidade e referência de uma oferta cultural diversificada e de qualidade, tão capaz de preservar uma forte ligação com a comunidade local quanto de cimentar a visibilidade e notoriedade nacional que tem vindo a conquistar.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. LDA

a Gerência

2.4.2. Estratégia

Face a este enquadramento, para 2018 impõe-se uma estratégia capaz de dar resposta à constante otimização de suportes, meios, recursos e relações que uma comunicação eficaz implica, ao mesmo tempo que dá continuidade ao processo de consolidação dos resultados alcançados nos últimos anos, respeitando a política de crescente sustentabilidade que norteia a atividade do Theatro Circo em geral.

Deste modo, a estratégia passa por uma conciliação entre eficácia e gestão rigorosa e otimizada dos recursos necessariamente escassos alocados à comunicação, potenciando o património de visibilidade e de reconhecimento já conquistados, fidelizando os públicos contactados e ativando a marca para chegar a novos públicos que apresentam maior capacidade de crescimento.

2.4.3. Canais de comunicação

Alvo de uma renovação de imagem gradual ao longo dos últimos anos, a agenda e site oficial do Theatro Circo continuam a assumir um papel privilegiado enquanto principais suportes de comunicação. Neste sentido, estes canais são também alvo de um constante olhar crítico e de um esforço para que sejam veículo de conteúdos sempre atualizados e para que disponham de funcionalidades que os tornem mais aptos a dar resposta a novos desafios.

A otimização e racionalização da atual rede de distribuição de cartazes em formato mupi, num esforço motivado pela cada vez maior escassez de espaços públicos de afixação, promoveu uma necessária análise da atual rede de forma a tornar a distribuição mais eficaz. Os resultados desta análise levaram à reformulação de quantidades produzidas para este formato, canalizando alguns dos recursos para formatos alternativos com grande visibilidade e dos quais são exemplo as telas destinadas a afixação periódica na fachada do Theatro Circo e o formato outdoor com distribuição em pontos estratégicos da cidade.

Para 2018, pretende-se uma intensificação e periodização das campanhas em formato outdoor o que permitirá dar grande visibilidade à programação do Theatro Circo junto dos milhares de pessoas que todos os dias circulam pelos principais acessos da cidade.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LISA

a Gerência

Em termos de canais de comunicação, o próximo ano deverá ficar também marcado por uma redefinição na distribuição do formato flyer que se assumirá como maioritariamente destinado ao público presente nos espetáculos, oferecendo informação sobre a próxima programação que pode ser de potencial interesse para aquele público em concreto.

2.4.4. Conteúdos Vídeo

Em 2017, o vídeo juntou-se ao leque de conteúdos produzidos pelo Theatro Circo e veiculados nos meios digitais oficiais, tanto sob a forma de antecipação da programação como registo dos espetáculos. Para 2018, pretende-se dar continuidade à produção regular deste conteúdo que, pela sua versatilidade, permite que o Theatro Circo disponha de canais próprios de Youtube e Vimeo com conteúdos atuais e de qualidade, potencia a criação de posts ou campanhas publicitárias diversificadas e atrativas nas redes sociais e é gerador de notoriedade institucional através das partilhas nos próprios canais dos artistas cujos concertos no Theatro Circo foram registados em vídeo.

2.4.5. Publicidade

À semelhança da estratégia adotada em 2017, com o objetivo de chegar a um maior número de pessoas relevantes para a procura comercial do Theatro e tendo em conta o custo por contacto e a eficácia da sua aplicação, no plano de comunicação para 2018 voltará a ser dada ênfase à publicidade online em detrimento do papel.

Desta forma, no que ao digital diz respeito, pretende-se dar continuidade à presença dos espetáculos do Theatro Circo não apenas nos sites de alguns dos principais meios nacionais e locais, mas também no Facebook, rede social onde o crescimento de notoriedade continua a ser assinalável (cerca de 200 novos seguidores por semana). Por outro lado, esta rede apresenta ainda a vantagem de facilmente permitir readaptações das campanhas (conteúdos, público-alvo, orçamento, etc.) à medida do seu desenvolvimento, garantindo maior eficácia ao menor custo possível.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. LDA
a Gerência

F. Silva
B.

2.4.6. Imprensa

O trabalho de assessoria mediática realizado em torno do início das celebrações do centenário permitiu alcançar uma presença e visibilidade mediática – local e nacional – que tem sido alvo de um esforço de consolidação. Ao longo do último ano, o desafio residiu na conquista de maior visibilidade junto da imprensa especializada através da maior antecipação noticiosa e consequente proposição de trabalhos de reportagem temáticos ou autorais sobre os artistas nacionais e internacionais com maior relevo mediático.

Neste contexto, para 2018, transpõe-se a generalidade da estratégia que se tem vindo a desenvolver com a imprensa, apostando num reforço das relações de proximidade com a imprensa local e nacional.

2.5. Recursos Humanos

Para o sucesso da implementação de todo o plano de atividades é fundamental a permanente adaptação dos meios humanos às funcionalidades das áreas de atuação da empresa, pelo que a aposta na formação dos colaboradores tem sido um ponto prioritário ao longo dos últimos anos. Deste modo, e após uma primeira fase em que a estratégia passou pelo reforço de aptidões de carácter transversal, nomeadamente na formação de âmbito comportamental (trabalho em equipa, gestão de tempo, gestão de crises, etc.) e na otimização da utilização de ferramentas informáticas, em 2018 o plano de formação foca-se sobretudo no desenvolvimento de novas competências técnicas associadas a cada uma das áreas de atividade do Theatro Circo: gestão, comunicação, produção e técnica. Associadas a estas ações de formação estão ainda algumas atividades de benchmarking internacional e intercâmbio com outras instituições culturais, fomentando a troca de experiências e um maior conhecimento das melhores práticas adotadas neste contexto.

Paralelamente, irá concluir-se o trabalho iniciado em 2017 no sentido da reestruturação de processos e procedimentos internos, essencial para a sua simplificação e obtenção de ganhos de eficiência. Este processo deu já origem à implementação de um novo software de gestão, constituindo-se como a principal ferramenta de planeamento e monitorização dos eventos programados pelo Theatro Circo, atividade central da

organização, e será acompanhado, em 2018, pela criação de um Manual de Funções e de Procedimentos, que clarificará a utilização desta mesma ferramenta e o desenvolvimento de todas as restantes tarefas da organização.

Ainda em 2018 entrará também em funcionamento um novo sistema de gestão de assiduidade, que permitirá um melhor controlo dos processos/horários de trabalho da equipa do Theatro Circo, bem como a redução de um conjunto de tarefas administrativas associadas a este instrumento, e a sua integração com o sistema contabilístico da empresa.

Por último, e porque a produtividade e bem-estar da equipa é também reflexo da qualidade dos seus espaços de trabalho, em 2018 serão desenvolvidos os projetos de especialidade para a ampliação e isolamento térmico e acústico dos escritórios do Theatro Circo, para que, no mais breve espaço de tempo, seja possível proceder à sua contratação e execução.

2.6. Gestão Financeira

Conforme enunciado no âmbito da apresentação dos objetivos estratégicos e específicos que enquadram e orientam o plano de ação para 2018, o modelo de gestão tem como premissa um trabalho contínuo ao nível da captação de receitas próprias e financiamentos externos, necessários para o desenvolvimento de novos projetos culturais e para a sustentabilidade a médio/longo prazo da empresa.

Para a prossecução desta missão foi importante ao longo dos últimos anos a introdução de novas fontes de financiamento, como o patrocínio e o mecenato, o crescimento das receitas de bilheteira e a aposta na diversificação das prestações de serviços efetuadas, bem como a otimização das condições subjacentes aos alugueres e cedências de salas e espaços do Theatro.

É nesta senda que, de seguida, se apresenta uma breve descrição das ações delineadas para 2018 e que se irão refletir nos dados financeiros constantes dos mapas previsionais, como parte integrante do presente documento.

2.6.1. Receitas Próprias

No contexto do desenvolvimento de uma política de crescente sustentabilidade da atividade do Teatro Circo de Braga EM, S.A., em 2018 estima-se que seja mantido o nível de receitas próprias dos últimos anos, conseguido pela captação de novos públicos através de uma programação mais abrangente e diferenciada, e ainda pelo maior dinamismo dos programas de fidelização. Assim, estima-se que as receitas de bilheteira aumentem na sequência de um maior investimento nas atividades de programação própria, assim como se espera um reforço das receitas obtidas com a venda de Cartões Quadrilátero, mantendo a tendência observada nos anos anteriores.

Já no que concerne aos alugueres de camarotes por temporada, prevê-se que se mantenham os contratos celebrados em 2017, não obstante a maior procura que se tem vindo a sentir deste produto por parte das empresas da região. Optou-se aqui por uma posição conservadora, adotada também no que concerne à previsão para os apoios de Mecenato e Patrocínio.

No que respeita aos alugueres de sala e respetivos serviços conexos, há uma redução do valor proveniente dos alugueres efetuados pelo Município de Braga, em virtude da diminuição do período de ocupação previsto para 2018, por forma a dar prioridade à programação própria do Theatro Circo, refletindo-se no crescimento dos rendimentos provenientes da bilheteira acima assinalados.

Em virtude da contratualização da coordenação do projeto Braga Media Arts e dos trabalhos preparatórios da candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura 2027, em 2018 o orçamento do Theatro Circo prevê, neste contexto, duas prestações de serviço que totalizam 147.764 euros.

Por último, em 2018 prevêem-se mais 12 mil euros de receitas de rendas, na sequência do aluguer do espaço do Theatro Circo Café, objeto de obras de requalificação em 2017 e que estará a funcionar em pleno no início desse ano.

2.6.2. Financiamentos Públicos

Em 2018, ao nível do financiamento público, o Theatro Circo conta sobretudo com o apoio decorrente do Contrato-Programa com a Câmara Municipal de Braga, no



Handwritten initials 'F' and a signature.

G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. L^{DA}
a Gerência

montante de 853.126€, exclusivamente para suporte das atividades de programação interna e dos custos que lhe estão inerentes, dada a política de preços reduzidos e diferenciados levada a cabo pela empresa, no contexto de prestação de um serviço público, acessível à população em geral. Esta verba é reforçada face ao previsto no ano anterior, em virtude de um aumento do investimento nas atividades de programação própria e por forma a responder ao acréscimo de custos que as mesmas representam.

Adicionalmente ao financiamento obtido em sede de contrato-programa, o orçamento prevê ainda uma verba proveniente de financiamentos comunitários, mas que respeita apenas a investimentos aprovados em candidaturas já realizadas.

Dadas as dificuldades na obtenção de um apoio para a implementação de um projeto de melhoria da eficiência energética do Theatro Circo, previsto em 2017 no contexto das candidaturas ao Norte 2020 mas não concretizado face às restrições do atual quadro comunitário, a administração optou por considerá-lo no plano de investimentos da empresa, assumindo o seu financiamento integral. Procedeu-se, assim, ao faseamento do mesmo pelo quadriénio 2018-2021, razão pela qual não se reflete também numa redução imediata dos custos com energia previstos para o próximo ano.

Por outro lado, foi estimada uma verba de cerca de 4.700€ proveniente de Incentivos ao Emprego, na sequência de uma candidatura efetuada para a realização de um estágio profissional.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, S.R.O.C. LDA
a Gerência

3. ORÇAMENTO

3.1. Conta de Exploração

O orçamento é um processo complexo e minucioso que pretende traduzir, o mais fielmente possível, o plano de atividades da empresa em termos financeiros. É aferido, numa primeira fase, na estimativa de gastos e rendimentos da contabilidade analítica, através de um plano de contas ajustado à realidade da empresa. Os valores são previstos de acordo com o seu propósito e utilização funcional num orçamento de tipo *base zero*, onde cada montante é justificado individualmente e não automaticamente calculado através de uma variação relativamente ao ano anterior. Só depois são reclassificados de acordo sua natureza contabilística e transpostos para SNC. Este exercício, apesar de mais complexo e trabalhoso, tem-nos permitido orçar de uma forma prudente e com bastante rigor em termos globais.

Neste pressuposto, foi previsto para 2018 um total de 1.906.110€ de gastos e 1.920.568€ de rendimentos, para um resultado líquido de 12.022€, conforme mapas anexos. Este resultado respeita os critérios definidos no âmbito da Lei n.º 50/2012 aplicáveis à empresa, garantia da sua manutenção e sustentabilidade.

Por forma a permitir um acompanhamento mais efetivo do seu cumprimento, no Mapa do Orçamento de Exploração em SNC foi incluído um quadro com a previsão da distribuição percentual da execução orçamental por trimestres, uma vez que ela não é linear, para que possa ser utilizada como indicador para efeito das execuções trimestrais. Assim, em sede de execução, não só damos nota da percentagem de realização mas também do desvio em relação à percentagem prevista.

De ressaltar ainda que esta estimativa orçamental foi preparada em SNC mas a empresa terá de adotar em 2018 o novo sistema contabilístico para as administrações públicas, o SNC-AP. Esta exigência legal vai introduzir módulos adicionais, nomeadamente a contabilidade orçamental, assumindo-se como uma nova abordagem no tratamento da informação financeira. Quando o processo estiver devidamente implementado este orçamento será então transposto para SNC-AP para que possa ser executado no mesmo sistema contabilístico.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SRO, LDA
a Gerência

3.2. Investimentos e Financiamentos

Cabe à empresa a gestão e manutenção do edifício, do qual é legítima proprietária, bem como dos respetivos equipamentos instalados, o que exige um investimento contínuo. Referimo-nos não apenas à manutenção dos espaços, a qual, por si só é já significativa, não fosse o Theatro Circo um Teatro histórico, com uma necessidade permanente de manutenção da sua estrutura, fachada, pinturas, etc..., mas também à manutenção do equipamento técnico.

Este equipamento (de iluminação, sonoplastia e maquinaria de palco) tem uma temporalidade de funcionamento muito dependente das constantes inovações tecnológicas. Isto implica um esforço financeiro considerável, uma vez que uma estrutura como a do Theatro Circo de Braga necessita de se manter atualizada em termos de investimentos nestas áreas, de modo a responder em qualidade às solicitações da sua programação.

Como é sabido alguns equipamentos considerados fundamentais para o desenvolvimento da atividade da empresa não foram instalados no âmbito do projeto de requalificação, tendo a administração cessante, em tempo oportuno, efetuado algumas dessas aquisições (caso do equipamento de som e piano de cauda). Quanto ao investimento que ficou por realizar, e dados os elevados valores em causa, foi então decidido criar um quadro de necessidades na perspetiva de se procurarem fontes de financiamento, quer no âmbito do QREN quer do próprio Ministério da Cultura. Um deles, o equipamento de cinema digital e de vídeo, foi já executado em 2010, tendo garantido um financiamento a fundo perdido de 85% no âmbito do QREN.

Contudo, e volvidos 10 anos sobre a reabertura desta sala de espetáculos, começa a ser evidente a necessidade de substituição de alguns dos equipamentos técnicos, sobretudo na área da iluminação e maquinaria, que se encontram já ultrapassados e sem capacidade de responder a todas as exigências dos projetos que hoje recebemos, obrigando, por vezes, a recorrer ao aluguer de material. Por outro lado, com o passar do tempo, a própria manutenção dos equipamentos começa a ser mais frequente e onerosa, facto que se terá que refletir quer no orçamento deste ano, quer no plano de investimento delineado para os anos vindouros.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROG, LDA
a Gerência

Handwritten initials in blue ink, possibly "FJ".

Para além destas questões, o plano de investimentos reflete ainda a necessidade de melhoria da eficiência energética da empresa, cujo consumo provém sobretudo da apresentação dos espetáculos e cuja fatura mensal poderá ser substancialmente reduzida pela introdução de um conjunto de medidas, entre as quais, a substituição de toda a iluminação por um sistema LED. Esta será, aliás, uma questão com que o Theatro Circo será confrontado inevitavelmente, dado que inclusivamente já é sabido que algumas das lâmpadas utilizadas no nosso equipamento e instalações deixarão de ser vendidas no formato tradicional e apenas estarão disponíveis na versão LED.

Assim, para o ano que se avizinha prevemos um investimento de 134.950€, nível que esperamos poder manter nos próximos anos. Esta administração procurará, dentro do possível, enquadrar o seu financiamento no quadro comunitário em vigor, embora atualmente não existam muitas verbas disponíveis para o efeito.

3.3. Tesouraria

O Orçamento de Tesouraria prevê um saldo final positivo de 206.437€, pressupondo que a atividade se desenvolve como previsto e, em particular, que a atribuição do visto ao contrato-programa para 2018 decorre sem atrasos e dentro dos prazos legais, permitindo a sua plena execução desde o início do ano.

Salienta-se que em 2016 todo o atraso verificado neste processo obrigou a empresa a recorrer a crédito bancário para garantir o normal funcionamento dos seus serviços e o cumprimento das suas obrigações perante terceiros, o que já havia acontecido nos dois anos anteriores. Também em 2017, apesar de bem mais célere, o visto só foi atribuído no final de março, o que obrigou a recorrer a financiamento até essa data.

Assim, espera-se que em 2018 seja possível manter o passivo bancário próximo de zero, situação com que a empresa encerrará o ano de 2017. A Administração entende que criar uma maior autonomia face à banca é fundamental para a saúde financeira da empresa, em especial numa conjuntura económica de alguma incerteza e turbulência do sistema financeiro. Visa-se, neste âmbito, manter os encargos de financiamentos em valores mínimos, recorrendo ao crédito apenas pontualmente para aquisição de equipamentos mais dispendiosos, redirecionando assim os recursos de uma forma mais eficaz para áreas onde acrescentarão, a longo prazo, maior valor.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LDA

Para além disso a empresa mantém uma política de rigoroso acompanhamento da execução do seu orçamento e da sua tesouraria, pretendendo em 2018 estabilizar os prazos médios de pagamento nos 30 dias. Neste âmbito é de salientar a ausência de pagamentos em atraso desde 2012, e que em 2017, apesar de algumas dificuldades de tesouraria nos primeiros meses, a empresa conseguiu manter esta situação, não onerando os seus fornecedores de serviços, bem como os artistas e produtores que trabalharam com a empresa. Ainda neste contexto, é de registar a adesão em 2016 ao *Compromisso de Pagamento Pontual a Fornecedores*, iniciativa subscrita e apoiada pelo Município de Braga.

3.4. Considerações Finais

O Orçamento é o espelho, em termos contabilísticos, da execução do Plano de Atividades da empresa e, neste sentido, traduz também ele a futura concretização dos objetivos estratégicos e operacionais que o norteiam, em particular os de natureza económico-financeira.

Neste sentido, o orçamento definido para 2018 traduz, em primeiro lugar, a concretização da programação do Theatro Circo que, apostando num reforço contínuo do seu nível de exigência e qualidade, reflete agora uma aposta em novas coproduções e na afirmação de um serviço educativo estruturado. Assim, mantendo-se um nível um montante de gastos e rendimentos semelhantes aos definidos para os anos anteriores, há uma alteração na estrutura dos mesmos que reflete um maior nível de programação própria e em detrimento de uma diminuição dos alugueres de sala. Deste modo, prevê-se um crescimento das receitas próprias por via das receitas de bilheteira, programas de fidelização e do aumento da verba associada ao contrato-programa, e uma redução das receitas com alugueres de sala, em particular as provenientes de prestação de serviços realizados ao Município de Braga.

Adicionalmente, e na linha do previsto já no ano anterior, este orçamento reflete ainda um reforço financeiro no processo de modernização dos equipamentos do Theatro Circo, considerada a necessidade de adequação dos mesmos às exigências atuais, obrigatória para a concretização da programação de referência que se pretende para esta instituição. Apesar da necessidade de um maior investimento no curto prazo, estes



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LDA

ajustamentos irão refletir-se também numa poupança futura, não só porque permitirão reduzir os custos de manutenção do equipamento, como também a fatura com o aluguer de material, necessário quando o existente não respondia às necessidades dos eventos. Nesta senda está também prevista a efetivação de um conjunto de investimentos para a melhoria da eficiência energética do Theatro, dado que o consumo energético representa ainda um peso significativo nos custos de estrutura da empresa, com vista à redução futura dos encargos que lhe estão associados.

Este percurso é ainda acompanhado por um trabalho em curso de racionalização dos gastos da empresa, otimização de processos e procedimentos, e por uma gestão de tesouraria que permita o cumprimento regular dos compromissos e se reflita na crescente confiança de fornecedores, clientes e investidores, permitindo ao Theatro Circo a concretização de um modelo de gestão sustentável, tal como definido nos seus objetivos estratégicos.

É com este modelo de sustentabilidade e responsabilidade que respondemos aos desafios que hoje se colocam a todas as instituições culturais, e com que cremos construir bases sólidas para um próximo período de programação, ao serviço da cultura da cidade de Braga e dos seus cidadãos.

Braga, 10 de novembro de 2017

O Conselho de Administração,

Cláudio F. Amorim, Lda
Cláudio F. Amorim, Lda

Anexos: Mapas Previsionais; Parecer do Fiscal Único



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. LDA
a Gerência

Handwritten blue ink marks, including a signature and the number '57'.

MAPAS PREVISIONAIS

- 1) Orçamento de Exploração 2018
 - A. Segundo a Contabilidade Analítica
 - B. Segundo a Contabilidade Geral
- 2) Planos de Investimento e Financiamento Anual e Plurianual
- 3) Demonstração de Resultados 2018
- 4) Orçamento de Tesouraria Previsional 2018
- 5) Balanço Previsional em 31/12/2018



Teatro Circo de Braga, EM, S.A.

1A) ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO 2018
Segundo a Contabilidade Analítica

G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LDA

a Gerência

Conta	Descrição	ORÇAMENTO 2018	comparativos	
			Orçamento 2017	Execução 30/09/2017

GASTOS**961 ESTRUTURA**

9611	Gastos com Pessoal	910.939	729.936	498.444
96111	Remunerações	721.528	562.356	393.189
961111	Regulares	714.328	556.356	388.852
961112	Indemnizações	0	0	0
961119	Outras	7.200	6.000	4.337
96112	Proteção Social Obrigatória	162.702	127.622	86.687
961121	Segurança Social	150.874	115.799	78.545
961122	Caixa Geral de Aposentações	9.177	9.172	6.797
961123	ADSE/Outros	2.651	2.651	1.345
96113	Seguro de acidentes de trabalho	4.827	4.046	3.271
96114	Higiene e segurança no trabalho	1.082	1.091	1.262
96115	Formação	6.800	10.400	4.580
96116	Seguro de saúde	14.000	10.920	9.454
96119	Não Especificados (candidaturas)	0	13.500	0
9612	Instalações e Equipamentos	132.377	97.167	89.373
96121	Energia	54.000	38.338	41.006
96122	Água	4.640	6.180	3.316
96123	Limpeza e conforto	4.200	2.400	3.442
96124	Assistência técnica e manutenção	35.333	26.624	30.199
96125	Seguros	10.324	10.126	3.350
96126	Segurança e vigilância	13.500	13.500	7.060
96127	Rendas	10.380	0	1.000
96129	Não especificados (candidaturas)	0	0	0
9613	Encargos Correntes	82.311	102.114	79.004
96131	Material de escritório	4.800	4.800	3.893
96132	Comunicações	4.658	4.543	3.027
96133	Consultoria	31.200	37.200	28.516
961331	Contabilidade e auditoria	18.000	22.800	16.380
961332	Juristas	2.400	8.400	1.600
961333	Outros consultores	10.800	6.000	10.536
96134	Software & SI	21.073	16.542	32.037
96135	Taxas e obrigações legais	3.600	1.800	3.350
96136	Deslocações e representação	8.000	5.750	4.834
96137	Apoio operacional	4.300	3.300	3.347
96138	Custo das mercadorias vendidas	4.680	4.680	0
96139	Não especificados (candidaturas)	0	23.500	0
9614	Encargos Financeiros	4.293	4.370	2.364
96141	Leasings	0	0	0
96142	Crédito de médio e longo prazo	0	0	0
96143	Crédito de curto prazo	2.793	2.570	1.167
96144	TPA	600	600	423
96149	Outros	900	1.200	774
9615	Amortizações, Provisões e Correções	55.142	60.966	28.732
96151	Amortizações	55.142	50.966	28.732
96152	Provisões	0	10.000	0
96153	Reversões e imparidades	0	0	0
Total ESTRUTURA		1.185.061	994.553	697.917



Teatro Circo de Braga, EM, S.A.

1A) ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO 2018

Segundo a Contabilidade Analítica

G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC, LDA
a Gerência

Handwritten initials and numbers: "B", "7", and "47".

Conta	Descrição	ORÇAMENTO 2018	comparativos	
			Orçamento 2017	Execução 30/09/2017
962 PROGRAMAÇÃO				
9621	Cachês	476.000	432.000	335.775
96211	Fixos	410.000	360.000	278.741
96212	À bilheteira	30.000	30.000	16.771
96213	Protocolo/outros	36.000	42.000	40.263
9622	Hospitalidade	31.120	36.000	23.164
9623	Produção Local	28.500	25.875	22.565
96231	Backline	14.375	11.500	13.316
96232	Técnicos	11.500	11.500	8.305
96239	Outros	2.625	2.875	944
9624	Licenças	17.011	13.942	13.948
96241	Direitos de autor	16.461	13.392	13.558
96242	Vistos	550	550	390
9625	Filmes	6.778	7.488	6.356
9626	Assistentes de sala	31.050	32.200	20.664
9629	Outros gastos de programação	2.000	35.636	5.393
Total PROGRAMAÇÃO		592.459	583.141	427.865
963 PROMOÇÃO & COMUNICAÇÃO				
9631	Materiais	70.680	61.010	46.056
96311	Produção de materiais	48.720	43.250	32.521
96312	Distribuição/envio de materiais	21.960	17.760	13.535
96313	Ofertas de merchandising	0	0	0
9632	Anúncios/Media	35.110	42.620	23.667
96321	Imprensa	24.130	25.640	16.911
96322	Rádio	5.880	5.880	5.174
96323	Meios Online	5.100	11.100	1.583
9633	Serviços de Marketing	22.800	26.400	18.344
96331	Design de comunicação	13.200	13.200	9.900
96332	Fotografia	9.600	9.600	8.444
96333	Website	0	0	0
96334	Outros	0	3.600	0
9639	<i>Não especificados (candidaturas)</i>	0	17.149	0
Total PROMOÇÃO E COMUNICAÇÃO		128.590	147.179	88.067
GASTOS TOTAIS		1.906.110	1.724.873	1.213.849



Teatro Circo de Braga, EM, S.A.

1A) ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO 2018

Segundo a Contabilidade Analítica

G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SRCC. Lda
a Gerência

B. F.

Conta	Descrição	ORÇAMENTO 2018	comparativos	
			Orçamento 2017	Execução 30/09/2017

RENDIMENTOS**971 RECEITAS PRÓPRIAS**

9711	Bilheteira	312.019	272.140	221.896
97111	Espectáculos	293.158	262.000	211.119
971111	Cachê fixo	217.158	180.000	147.111
971112	À Bilheteira	40.000	40.000	24.810
971113	Protocolos/Cedências	36.000	42.000	39.198
97112-4	Outros Eventos e Atividades	18.861	10.140	10.777
97119	<i>Não Especificados (candidaturas)</i>	0	-	-
9712	Programas de Fidelização	44.677	39.227	44.519
97121	Camarotes	22.000	22.000	23.333
97122	Cartões Quadrilátero	22.677	17.227	21.186
97123	Protocolos Empresa	0	0	0
9713	Patrocínios e Mecenato	26.000	41.000	23.083
97131	Patrocínio	6.000	12.000	0
97132	Mecenato	20.000	29.000	23.083
9714	Cedências de Espaço	488.833	532.119	337.443
97141	Município	197.645	240.931	187.299
97142	CTB	241.688	241.688	121.951
97143	Alugueres privados	49.500	49.500	28.193
9715	Rendas	12.000	0	1.000
9716	Venda de Produtos	7.800	7.800	2.250
9717	Serviços Acessórios	14.800	14.800	10.991
9718	Consultoria técnica	147.764	0	0
9719	Outras	0	0	11.968
Total RECEITAS PRÓPRIAS		1.053.893	907.085	653.151

972 SUBSÍDIOS

9721	Município de Braga	853.126	747.854	562.500
97211	Contrato-Programa	853.126	747.854	562.500
97212	Outros	0	0	0
9722	Quadros Comunitários	8.850	99.896	10.683
97221	Subsídios à Exploração	0	90.600	10.157
97222	Subsídios ao Investimento	8.850	9.296	527
9723	Incentivos ao Emprego	4.699	0	1.398
9729	Outros	0	0	0
Total SUBSÍDIOS		866.675	847.750	574.581

RENDIMENTOS TOTAIS	1.920.568	1.754.835	1.227.731
---------------------------	------------------	------------------	------------------

Resultado antes de Amortizações	69.599	90.928	42.615
Resultado Antes de Encargos Financeiros	18.750	34.332	16.246

Resultado Antes de Impostos	14.458	29.962	13.882
Imposto sobre o Rendimento	2.436	5.692	
RESULTADO LÍQUIDO	12.022	24.270	13.882



Teatro Circo de Braga, EM, S.A.

G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. LD.
a Gerência**1B) ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO 2018**
Segundo a Contabilidade Geral (SNC)

ORÇAMENTO 2018	comparativos			
	Orçamento 2017	Execução a 30.09.2017	Estimado 31.12.2017	
61 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	4.680	4.680	0	1.606
62 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	929.707	922.471	679.334	905.779
622 Serviços Especializados	743.029	763.741	551.888	735.851
6221 Trabalhos especializados	489.714	503.414	375.346	500.461
6222 Publicidade e propaganda	86.530	103.019	60.946	81.261
6223 Vigilância e segurança	13.500	13.500	7.060	9.414
6224 Honorários	122.935	121.849	80.466	107.288
6225 Comissões	8.367	7.234	7.517	10.023
6226 Conservação e reparação	21.383	14.124	20.281	27.042
6227 Serviços bancários	600	600	263	351
6228 Outros	0	0	9	11
623 Materiais	18.250	20.864	14.318	19.090
6231 Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	13.450	14.282	10.562	14.083
6232 Livros e documentação técnica	1.200	250	758	1.010
6233 Material de escritório	3.600	6.332	2.663	3.550
6234 Artigos para oferta	0	0	0	0
6238 Outros	0	0	335	447
624 Energia e Fluidos	59.140	44.878	44.684	59.579
6241 Eletricidade	54.000	38.338	41.006	54.674
6242 Combustíveis	500	360	363	484
6243 Água	4.640	6.180	3.316	4.421
6248 Outros	0	0	0	0
625 Deslocações, Estadas e Transportes	38.965	41.390	29.757	39.676
6251 Deslocações e estadas	34.730	40.890	27.495	36.660
6252 Transportes de pessoal	0	0	0	0
6253 Transportes de mercadorias	0	0	10	13
6254 Transportes de material	4.235	500	2.252	3.002
626 Serviços Diversos	70.323	51.599	38.687	51.583
6261 Rendas e alugueres	18.430	6.900	10.432	13.909
6262 Comunicação	16.058	15.199	9.222	12.296
6263 Seguros	11.474	10.126	2.037	2.717
6264 Royalties	16.461	15.174	13.324	17.765
6265 Contencioso e notariado	1.200	1.800	179	238
6266 Despesas de representação	0	0	0	0
6267 Limpeza, higiene e conforto	4.700	2.400	3.493	4.657
6268 Outros serviços	2.000	0	0	0
63 GASTOS COM PESSOAL	909.939	729.936	497.165	662.887
631 Remuneração de órgãos sociais	51.518	50.883	37.501	50.001
632 Remunerações do pessoal	662.810	511.473	355.688	474.251
634 Indemnizações	0	0	0	0
635 Encargos sobre remunerações	162.702	127.622	86.766	115.688
636 Seguros do pessoal	18.827	14.966	12.509	16.678
638 Outros gastos com pessoal	14.082	24.992	4.702	6.269
64 GASTOS DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO	55.142	50.966	28.732	40.310
65 PERDAS POR IMPARIDADE	0	0	0	0
66 PERDAS P/ REDUÇÃO JUSTO VALOR	0	0	0	0
67 PROVISÕES DO PERÍODO	0	10.000	0	0
68 OUTROS GASTOS E PERDAS	4.548	4.550	5.389	7.186
681 Impostos	2.950	2.050	2.723	3.630
688 Outros	1.598	2.500	2.667	3.556
69 GASTOS DE FINANCIAMENTO	2.094	2.270	1.958	2.136
TOTAL DAS PERDAS E GASTOS	1.906.110	1.724.873	1.212.579	1.649.904



Teatro Circo de Braga, EM, S.A.

1B) ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO 2018
Segundo a Contabilidade Geral (SNC)

G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. LDA
a Gerência

Handwritten notes: "B" and "7" in blue ink.

ORÇAMENTO 2018	comparativos			
	Orçamento 2017	Execução a 30.09.2017	Estimado 31.12.2017	
71 VENDAS	7.800	7.800		
72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1.026.093	870.285	2.454	2.677
721 Bilheteira	312.019	272.140	645.139	921.360
7211 Espetáculos	293.158	262.000	239.770	319.694
7212 Workshops	8.442	650	227.727	303.636
7213 Visitas guiadas	1.229	883	2.585	3.447
7214 Cinema	9.190	8.607	501	668
			8.958	11.944
722 Outras Receitas Programação (pré-vendas)	44.677	39.227	44.586	50.337
7221 Venda de camarotes	22.000	22.000	23.333	22.000
7222 Cartões e assinaturas	22.677	17.227	21.252	28.337
723 Aluguer de Espaço	488.833	532.119	336.824	519.384
7231 Município	197.645	240.931	187.299	240.931
7232 CTB	241.688	241.688	121.951	241.688
7233 Outras entidades	49.500	49.500	27.574	36.765
725 Serviços Secundários	180.564	26.800	23.959	31.945
7251 Rendas e concessões	12.000	0	1.000	1.333
7252 Aluguer de equipamento	2.300	2.300	0	0
7253 Patrocínios e publicidade	6.000	12.000	0	0
7254 Outros	160.264	12.500	22.959	30.612
75 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	857.825	838.454	567.944	755.112
751 Estado e Outros Entes Públicos	857.825	838.454	567.944	755.112
7511 Município	853.126	747.854	562.500	747.854
7512 Ministério da Cultura	0	0	0	0
7513 Fundos comunitários	0	90.600	4.046	5.395
7514 Instituto do Emprego	4.699	0	1.398	1.863
752 Outras Entidades	0	0	0	0
76 REVERSÕES	0	0	0	0
78 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	28.850	38.296	29.721	31.933
787 Em investimentos não financeiros	0	0	0	0
788 Outros	28.850	38.296	29.721	31.933
7881 Correções de períodos anteriores	0	0	0	0
7883 Imputação de subsídios ao investimento	8.850	9.296	6.637	8.850
7886 Donativos	20.000	29.000	23.083	23.083
7888 Outros n.e.	0	0	0	0
79 JUROS, DIVIDENDOS E ORS	0	0	0	0
TOTAL DOS RENDIMENTOS	1.920.568	1.754.835	1.245.258	1.711.082
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	14.458	29.962	32.679	61.178
Imposto sobre o rendimento	2.436	5.692		12.247
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	12.022	24.270	32.679	48.931

Distribuição percentual trimestral prevista

Gastos	1º T	2º T	3º T	4º T
	25,88%	25,44%	22,46%	26,22%
Acumulada	51,3%	73,8%	100,0%	
Rendimentos	23,82%	24,50%	23,36%	28,32%
Acumulada	48,3%	71,7%	100,0%	



Teatro Circo de Braga, EM, S.A.

G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. LUS

2) PLANOS DE INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO 2018-2021

ANOS	Investimento total previsto 2018/2021	Taxa de amortização	2018					Amortização 2018
			Investimento Anual Previsto	Auto-financiamento		Financiamento		
				%	Valor	%	Valor	
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS								
I- EDIFÍCIO								
Obras:								
Obras de ampliação dos pisos 2, 3 e 4	150.000	2,50%					0	
Isolamento dourados SN, SP e Foyer	8.000	2,50%	4.000	100%	4.000		100	
Pinturas e benfeitorias:								
Controlo acessos + inst. fechos magneticos	14.000	6,25%	14.000	100%	14.000		0	
Pintura da Fachada	6.000	6,50%	0				875	
Pinturas diversas	2.000	6,25%	2.000	100%	2.000		0	
TOTAL EDIFÍCIO	180.000		20.000		20.000		125	
II- EQUIPAMENTOS								
1. Equipamento Técnico								
1.1 Equipamento de Som								
Processador de efeitos	2.000	12,50%	2.000	100%	2.000		250	
Sub-box	2.000	12,50%	2.000	100%	2.000		250	
Microfones	15.000	12,50%					0	
1.2 Equipamento de Iluminação e Efeitos								
Par Wash Led Motorizado 120w (36)	28.800	12,50%	14.400	100%	14.400		0	
Ciclorama Led zoom 300w (20)	38.000	12,50%	38.000	100%	38.000		1.800	
Dimmer portátil 12 canais (2)	1.800	12,50%	1.800	100%	1.800		4.750	
Spot Led Motorizado 440w	30.000	12,50%					225	
Motor Led 300w p/ profile e pc	60.000	12,50%					0	
Lente Recorte (16)	6.000	12,50%					0	
Lente Fresnel (16)	7.000	12,50%					0	
Recorte Led Motorizado 440w	50.000	12,50%					0	
Efeitos Stobe Led 450w	6.000	12,50%					0	
Consola Pcing/Backup	3.500	12,50%					0	
1.3 Equipamento de Cinema e Audiovisuais								
1.4 Equipamento de Vídeo								
4k Ultra HD Blu-ray player	550	12,50%	550	100%	550		0	
Projektor 20000 lumens 2K 3DLP	55.000	12,50%					69	
Lente 2.71-3.89:1	6.000	12,50%					0	
Compact HD/SD Live switcher	5.500	12,50%					0	
Link 4K HDMI	200	12,50%					0	
HDMI over Ethernet converter	380	12,50%					0	
4k 1:2 HDMI distributor and amplifier	280	12,50%					0	
Passagem de sinal óptico/vídeo	6.000	12,50%					0	
1.5 Maquinaria de Cena:								
Ciclorama	2.750	12,50%					0	
Mecânica de cena (otimização sistema varas)	10.000	12,50%	10.000	100%	10.000		0	
Plataforma fosso orquestra (manutenção)	5.600	12,50%	5.600	100%	5.600		1.250	
Pintura de palco SP+PA	1.500	6,50%	1.500	100%	1.500		700	
Monitores direção de cena (3)	600	12,50%	600	100%	600		98	
Sistema Intercom Wireless	4.800	12,50%					75	
Cadeiras de orquestra (30)	3.600	12,50%					0	
Eletrificação de varas SP e PA	18.000	12,50%					0	
1.6 Material Eléctrico								
Iluminação LED - todos os espaços	34.820	12,50%	6.000	100%	6.000		750	
1.9 Outros equipamentos técnicos								
Duplicação monitores vigilância (Bilheteira)	27.000	12,50%	27.000	100%	27.000		0	
Substituição monitores camarins (led)	2.400	12,50%					3.375	
Subtotal	435.080		109.450		109.450		0	
2. Administrativo								
Parque informático (inclui comput para palco)	4.000	16,67%	4.000	100%	4.000		667	
Outros equipamentos administrativos	0	16,67%					0	
Subtotal	4.000		4.000		4.000		0	
3. Outros Equipamentos								
Diversos	6.000	12,50%	1.500	100%	1.500		188	
Subtotal	6.000		1.500		1.500		0	
TOTAL EQUIPAMENTOS	445.080		114.950		114.950		188	
TOTAL ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	625.080		134.950		134.950		15.546	



Teatro Circo de Braga, EM, S.A.

G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. LDA

a Gerência

2) PLANOS DE INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO 2018-2021

ANOS	Investimento total previsto 2018/2021	Taxa de amortização	2019-2021				
			Investimento Anual Previsto	Financiamento			
				Auto-financiamento		Fundos Comunitários	
			%	Valor	%	Valor	Operação
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS							
I- EDIFÍCIO							
Obras:							
Obras de ampliação dos pisos 2, 3 e 4	150.000	2,50%	150.000	100%	150.000		
Isolamento dourados SN, SP e Foyer	8.000	2,50%	4.000	100%	4.000		
Pinturas e benfeitorias:							
Controlo acessos + inst. fechados magneticos	14.000	6,25%					
Pintura da Fachada	6.000	6,50%	6.000	100%	6.000		
Pinturas diversas	2.000	6,25%					
TOTAL EDIFÍCIO	180.000		160.000		160.000		0
II- EQUIPAMENTOS							
1. Equipamento Técnico							
1.1 Equipamento de Som							
Processador de efeitos	2.000	12,50%					
Sub-box	2.000	12,50%					
Microfones	15.000	12,50%	15.000	100%	15.000		
1.2 Equipamento de Iluminação e Efeitos							
Par Wash Led Motorizado 120w (36)	28.800	12,50%	14.400	100%	14.400		
Ciclorama Led zoom 300w (20)	38.000	12,50%					
Dimmer portátil 12 canais (2)	1.800	12,50%					
Spot Led Motorizado 440w	30.000	12,50%	30.000	100%	30.000		
Motor Led 300w p/ profile e pc	60.000	12,50%	60.000	100%	60.000		
Lente Recorte (16)	6.000	12,50%	6.000	100%	6.000		
Lente Fresnel (16)	7.000	12,50%	7.000	100%	7.000		
Recorte Led Motorizado 440w	50.000	12,50%	50.000	100%	50.000		
Efeitos Stobe Led 450w	6.000	12,50%	6.000	100%	6.000		
Consola Pcwing/Backup	3.500	12,50%	3.500	100%	3.500		
1.3 Equipamento de Cinema e Audiovisuais							
1.4 Equipamento de Vídeo							
4k Ultra HD Blu-ray player	550	12,50%					
Projetor 20000 lumens 2K 3DLP	55.000	12,50%	55.000	100%	55.000		
Lente 2.71-3.89:1	6.000	12,50%	6.000	100%	6.000		
Compact HD/SD Live switcher	5.500	12,50%	5.500	100%	5.500		
Link 4K HDMI	200	12,50%	200	100%	200		
HDMI over Ethernet converter	380	12,50%	380	100%	380		
4k 1:2 HDMI distributor and amplifier	280	12,50%	280	100%	280		
Passagem de sinal óptico/vídeo	6.000	12,50%	6.000	100%	6.000		
1.5 Maquinaria de Cena:							
Ciclorama	2.750	12,50%	2.750	100%	2.750		
Mecânica de cena (otimização sistema varas)	10.000	12,50%					
Plataforma fosso orquestra (manutenção)	5.600	12,50%					
Pintura de palco SP+PA	1.500	6,50%					
Monitores direção de cena (3)	600	12,50%					
Sistema Intecom Wireless	4.800	12,50%	4.800	100%	4.800		
Cadeiras de orquestra (30)	3.600	12,50%	3.600	100%	3.600		
Eletrificação de varas SP e PA	18.000	12,50%	18.000	100%	18.000		
1.6 Material Eléctrico							
Iluminação LED - todos os espaços	34.820	12,50%	28.820	100%	28.820		
1.9 Outros equipamentos técnicos							
Duplicação monitores vigilância (Bilheteira)	27.000	12,50%					
Substituição monitores camarins (led)	2.400	12,50%	2.400	100%	2.400		
Subtotal	435.080		325.630		325.630		0
2. Administrativo							
Parque informático (inclui comput para palco)	4.000	16,67%					
Outros equipamentos administrativos	0	16,67%					
Subtotal	4.000		0		0		0
3. Outros Equipamentos							
Diversos	6.000	12,50%	4.500	100%	4.500		
Subtotal	6.000		4.500		4.500		0
TOTAL EQUIPAMENTOS	445.080		330.130		330.130		0
TOTAL ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	625.080		490.130		490.130		0



Teatro Circo de Braga, EM, S.A.

G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. LDA

a Gerência

3) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	Períodos		
	31-12-2018	31-12-2017 (projeção)	
Vendas e serviços prestados	+	1.033.893	924.037
Subsídios à exploração	+	857.825	755.112
Ganhos/Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-	0	0
Variação nos inventários de produção	+/-	0	0
Trabalhos para a própria entidade	+	0	0
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	-4.680	-1.606
Fornecimentos e serviços externos	-	-929.707	-905.779
Gastos com o pessoal	-	-909.939	-662.887
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-/+	0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	0	0
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	0	-30.000
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	0	0
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-	0	0
Outros rendimentos e ganhos	+	28.850	31.933
Outros gastos e perdas operacionais	-	-4.548	-7.186
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	=	71.694	103.624
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	-/+	-55.142	-40.310
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	0	0
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	16.552	63.314
Juros e rendimentos similares obtidos	+	0	0
Juros e gastos similares suportados	-	-2.094	-2.136
Resultado Antes de Imposto	=	14.458	61.178
Imposto sobre o rendimento do período	-/+	-2.436	-12.247
Resultado Líquido do Período	=	12.022	48.931

CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS INSCRITOS NO ARTº 62º DA LEI Nº 50/2012
Aplicáveis à empresa

c) Resultado Operacional + Amortizações e Depreciações >= 0

Resultado Operacional	16.552	63.314
Amortizações e Depreciações	55.142	40.310
RO + Amort	71.694	103.624

d) Resultado Líquido >= 0

12.022 48.931



Teatro Circo de Braga, EM, S.A.

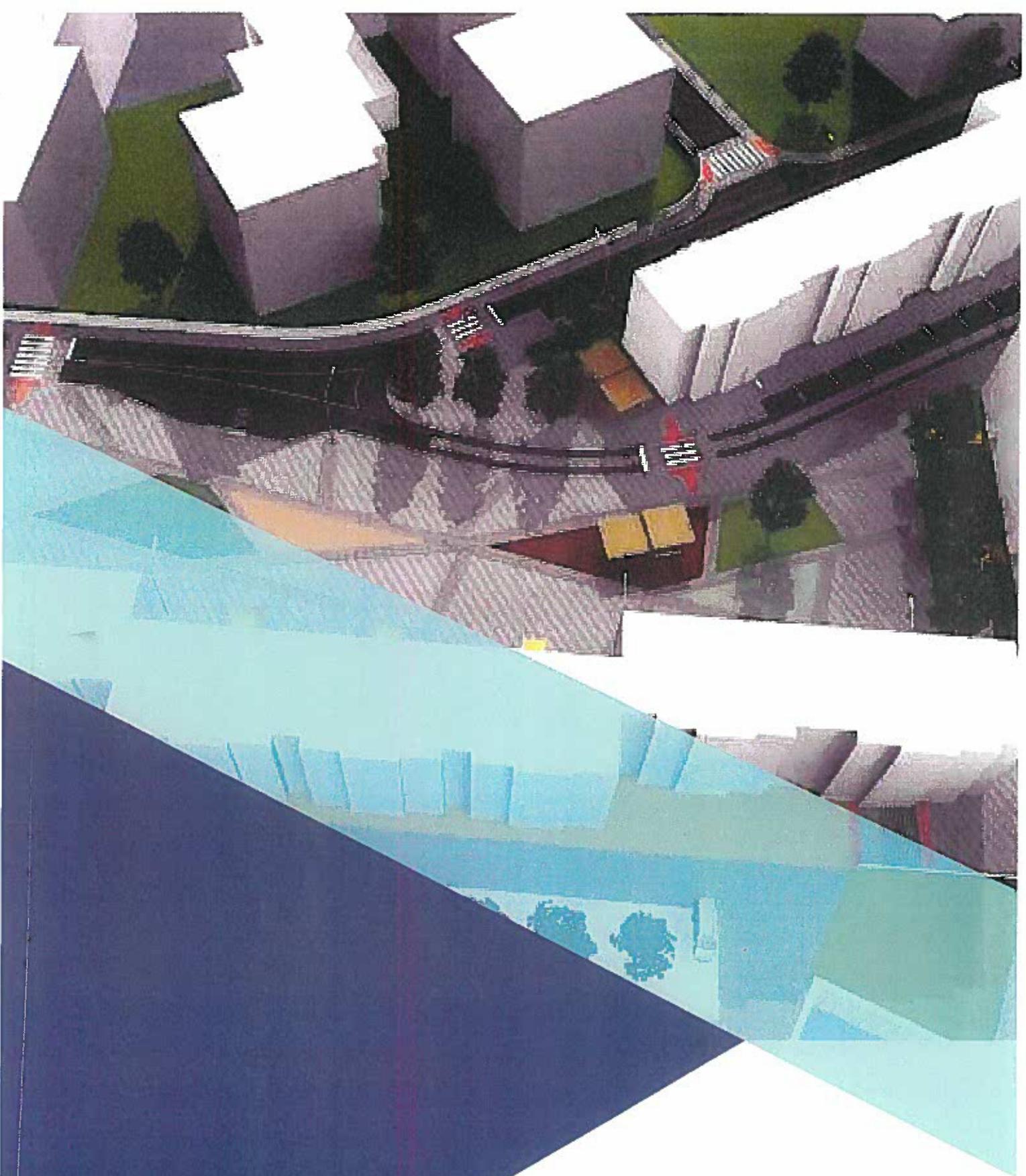
G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM PROC. LDA

4) ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL 2018

Caixa e seus equivalentes: saldo inicial		264.511
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	1.219.196	
(-) Pagamentos a Fornecedores	-1.116.712	
(-) Pagamentos ao Pessoal e serviços conexos	-911.488	
Caixa gerada pelas operações		-809.004
Outros Recebimentos		
Subsídios à Exploração:		
Município	853.126	
Fundos Comunitários	0	
Outros	4.699	
IVA operacional - Reembolsos	-14.945	
Donativos	20.000	
Outros Devedores	38.514	901.394
Outros Pagamentos		
Outros Credores	-529	
Imposto sobre o Rendimento	-22.045	
Outros (imp. selo e outros gastos)	-5.675	-28.249
Saldo Operacional		64.141
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos		
Ativos Fixos Tangíveis	14.829	
Subsídios ao Investimento	0	
Juros e Rendimentos Similares	0	14.829
Pagamentos		
Ativos Fixos Tangíveis	-134.950	-134.950
Saldo de Investimento		-120.121
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos		
Realizações de Capital	0	
Financiamentos Obtidos	0	
Outras Operações de Financiamento	0	0
Pagamentos		
Financiamentos Obtidos m.l.p.	0	
Financiamentos Obtidos c.p.	0	
Amortização de Contratos de Leasing	0	
Gastos de Financiamento	2.094	
Outros	0	2.094
Saldo de Financiamento		-2.094
Caixa e seus equivalentes: saldo final		206.437

5) BALANÇO PREVISIONAL EM 31/12/2018

	Datas		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Datas	
	31-12-2018	31-12-2017 (projeção)		31-12-2018	31-12-2017 (projeção)
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis					
Propriedades de investimento	1.186.353	1.106.545			500.000
Goodwill					
Ativos intangíveis	3.213	3.778			3.776
Ativos biológicos					
Participações financeiras - método equiv. patrimonial					
Participações financeiras - outros métodos	3.900	2.949			
Acionistas/Sócios	1.944	2.044			
Outros investimentos financeiros					
Ativos por impostos diferidos	1.195.409	1.115.315			479.631
					26.578
					12.022
					1.232.589
Ativo corrente					
Inventários	2.952	2.829			
Ativos biológicos					
Clientes	81.879	82.644			
Adiantamento a fornecedores					
Estado e outros entes públicos	16.763	15.556			50.000
Acionistas/Sócios					0
Outros créditos a receber	54.605	49.030			
Diferimentos	3.537	2.174			18.863
Ativos financeiros detidos para negociação					
Outros ativos financeiros					
Ativos não correntes detidos para venda					
Caixa e depósitos bancários	206.437	264.511			
	366.171	416.744			68.863
					46.174
					33.602
					88
					152.096
					26.260
					109
					124.723
					26.000
					257.261
					325.820
Total do ATIVO	1.561.580	1.532.059	Total do PASSIVO		1.561.580
			Total do CAPITAL PRÓPRIO e do PASSIVO		1.532.059





I - PLANO DE ATIVIDADES

1 - INTRODUÇÃO

A Bragahabit, E.M. no cumprimento da Lei n.º50/2012 de 31 de agosto e dos seus estatutos, apresenta o documento previsional para o próximo quadriénio, de acordo com as competências delegadas pela Câmara Municipal de Braga e na prossecução da concretização do seu objeto social.

CONJUNTURA ECONÓMICA e SOCIAL

Apesar de Portugal ter deixado de ter as limitações económicas e financeiras impostas pelos constrangimentos associados aos Estados sob "Resgate" e de serem otimistas as expectativas de crescimento económico na Europa e em Portugal, com o aumento da produção e a diminuição do desemprego, não deixa de continuar a persistir e mesmo a aumentarem as necessidades da população de mais baixos rendimentos.

O aumento do trabalho e o crescimento dos rendimentos exige pessoal melhor habilitado, com as capacitações que um novo mundo digital pede.

Continua muito elevado o peso de uma sociedade menos capaz do ponto de vista profissional e envelhecida, gerações estas que não beneficiam de empregos bem remunerados, ou de reformas substanciais.

Juntam-se a geração de jovens sem emprego e muitos sem formação profissional adequada.

Aumentam as famílias monoparentais com dependes, fazem subir as dificuldades da sua sustentabilidade económica e financeira.

As necessidades sociais das famílias de mais baixos rendimentos continuarão a existir e mesmo a aumentar em 2018.

Os apoios sociais do Município de Braga ajudarão certamente a minimizar dificuldades dos seus cidadãos.

2 - OBJETIVOS

2.1 - Apoio Social à Habitação

Queremos uma Política Social de Apoio à Habitação em vez de Apoios à Habitação Social.

A transparência dos processos, o estabelecimento de procedimentos claros, a equidade no tratamento das candidaturas e a eficiência nas respostas, traduziram-se no aumento dos apoios dados à habitação.

A Redução do valor médio das rendas cobradas e aumento dos apoios dados no Regime de Apoio Direto ao Arrendamento (RADA), são bons exemplos das políticas sociais bem-sucedidas, que queremos manter e aumentar.

A informatização geral da empresa permite a melhoria contínua dos serviços que prestamos.

2.2 - Reabilitação e regeneração

O ano de 2018 será fortemente marcado pela execução dos projetos de reabilitação dos bairros sociais de St.^a Tecla e Enguardas.

Em St.^a Tecla o objetivo vai muito mais além que a reabilitação física dos edifícios do bairro. Faremos a regeneração de todo o espaço e participaremos em projetos imateriais que promovam a inclusão social.

A reabilitação urbana promovida e incentivada pela Bragahabit terá prioridade na reabilitação do edificado para a habitação.

A CMB decidirá a seu tempo as responsabilidades que quer delegar nesta empresa municipal no âmbito da reabilitação urbana, sempre no sentido da melhoria da eficiência e da eficácia da gestão que se entende muito específica e prioritária.

2.3 - Medidas de Eficiência Energética.

Queremos melhorar e aumentar os apoios à habitação independentemente da propriedade dos edifícios, ajudando a melhorar a qualidade dos edifícios destinados à habitação, predominantemente localizadas em bairro social.

2.4 - Projeto Braga-Sol

O projeto "Braga Sol" será gerido pela Bragahabit já em 2018.

É um projeto que visa dar apoio diretos à reabilitação das habitações de famílias de muitos baixos rendimentos que apresentem condições graves de inabitabilidade.

Iremos certamente melhorar a vida de muitas famílias do Concelho, onde pequenas ajudas podem fazer grande diferença, sobretudo quando a qualidade de vida advém de situação de grave carência nas condições de habitabilidade.

2.5 - Serviços de Apoio Socio Educativo

Por delegação de competências do Município, A Bragahabit assume desde o ano letivo de 2015/2016 responsabilidades na prestação de serviços educativos, como são exemplos os serviço de refeições, as Componentes de Apoio à Família e as Atividades de Animação e Apoio à Família, exercidos no pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico.

É objetivo Municipal para o mandato iniciado em 2017 alargar o serviço generalizado de refeições gratuitas a todos os alunos destes graus de ensino

A Bragahabit acompanhará esse objetivo, que naturalmente será sustentado por recursos provenientes do Orçamento Camarário.

As atividades de animação e complementares de apoio á família continuarão a ser prestadas de acordo com as necessidades e solicitações dos pais e escolas.

2.6 - Informatização

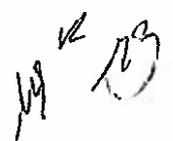
Concluída a primeira fase da informatização geral da Bragahabit, encontramos na fase de implementação e desenvolvimento dos processos e procedimentos, digitalizando toda a informação histórica existente criando fluxos de informação diretos entre os diferentes responsáveis pela gestão (work-Flow), com o objetivo de abandonar progressivamente a circulação dos processos em formato papel.

A criação de mapas de gestão e de controlo automático de informação, incluindo as de natureza estatística permitirá a monitorização de todos os serviços que a Bragahabit vem prestando, com conseqüente melhoria contínua da sua eficácia e eficiência.

2.7 - Recursos Humanos.

A criação de novas responsabilidades funcionais na empresa, designadamente em consequência dos projetos de reabilitação e conclusão dos trabalhos da criação do Manual de Funções será refletido no novo Organograma da empresa.

Iremos concluir os trabalhos de criação do Sistema de Avaliação de Funções, que refletirá as responsabilidades de cada colaborador da empresa, com a indicação de objetivos e metas a atingir.



3- Apoio Social à Habitação

Com a entrada em vigor do Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga, passaram as candidaturas apresentadas pelos cidadãos a ter tratamento similar no que diz respeito à entrega da documentação necessária para a elaboração do respetivo diagnóstico social, avaliação das necessidades, classificação e hierarquização do correspondente enquadramento na listas de espera para os diferentes regimes de apoio social à habitação.

De acordo com o Regulamento, encontram-se disponíveis na página oficial da Bragahabit na internet www.bragahabit.pt as listas de espera para cada regime de apoio á habitação.

A reduzida quantidade de fogos que anualmente são entregues à Bragahabit para novas atribuições e o elevado grau de degradação de alguns deles, tem vindo a levar à diminuição dos apoios dados no regime de arrendamento apoiado e conseqüente aumento da lista de espera.

A diminuição daqueles apoios tem sido compensada pelo aumento dos apoios dados no Regime de Apoio Direto ao Arrendamento, consubstanciada no aumento do orçamento municipal para meio milhão de euros.

É nosso objetivo manter e possivelmente aumentar o orçamento municipal para este regime de apoio.

Tem sido também possível aumentar a integração de cidadãos no Regime de Residência Partilhadas, nomeadamente as que envolvem entidades que gerem apoios sociais especiais a cidadãos com outras fragilidades.

Também aqui é nosso objetivo continuar a dar seguimento a estes protocolos.

3.1 - Revisão do Regulamento

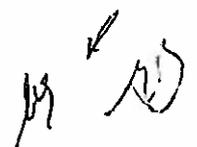
Vamos rever o Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga, para alargar e melhorar os apoios e os serviços sociais à habitação, nomeadamente no apoio direto ao arrendamento.

Iremos melhorar a informação descritas em algumas cláusulas, de forma que ninguém deixe de saber objetivamente dos seus direitos e obrigações, sempre no respeito da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, alterada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto

3.2 - Alterações Na Política Nacional de Habitação

Recentemente tem vindo a público a intensão do Governo de lançar um programa Os apoios sociais à habitação passaram a ser, que designa como "Nova Geração de Políticas de Habitação", e que tem por missão:

- *"Garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, ... "*



- *“Criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado como urbana passem de execução a regra e ...”*

Conforme os documentos apresentados a consulta pública, ocorrerá uma mudança no financiamento da habitação que passará de *“uma política de habitação centrada nas “casas” para uma política que coloca no seu centro as “pessoas”, com o objetivo de facilitar o acesso à habitação, através de “instrumentos mais flexíveis e adaptáveis às diferentes necessidades, públicos-alvo e territórios”.*

É com grande expectativa que aguardamos o desenvolvimento destes programas que tudo faremos para aproveitar no nosso Concelho, seja para diminuir o número de lista de espera atualmente existentes, seja para realojar famílias que se encontram a residir em habitações sem condições de habitabilidade.

3.3 - Outros Apoios Sociais

A Bragahabit pra além do trabalho do tratamento e preparação das respostas às candidaturas de apoio à habitação, procede também à avaliação da situação social e económica das famílias que conosco se relacionam, procedendo a diagnósticos de intervenção social, reencaminhando e acompanhando as diferentes cidadãos para outras soluções e respostas sociais, junta das instituições da Rede Social Municipal, a exemplo dos que a seguir se descreve:

- Psiquiatria/Pedopsiquiatria ;
- Serviços de Apoio Psicológico (ACANJA/ACES);
- Centro de Emprego, GIPs, GIS, Escolas de Formação Profissional, CEI Bragahabit;
- Serviços de Apoio Alimentar (banco Local, Caritas, Fundo Social, Vicentinas);
- Serviços de Apoio Domiciliário (CCD, CVP, Fundação Bomfim, outros);
- Serviços de Apoio em Cuidados Continuados;
- Serviços de Apoio na Toxicodependência Serviços de Apoio na Proteção a menores (CPCJ, Seg. Social);
- Serviços de Apoio Financeiro (Caritas e Segurança Social);
- Serviços de Acolhimento (CAT da CVP; lares 3ª Idade, Saúde Mental, Deficiência, famílias de acolhimento);
- Apoio médico - "Braga a Sorrir" e apoio a terapêuticas;
- Apoio à reintegração escolar de menores;
- Outro apoio Institucional (CAFAP, CAO);
- Apoio Vítimas de Violência Doméstica.

Continuaremos a participar em projetos que envolvem a comunidade que recebem apoios à habitação da Bragahabit, designadamente em projetos como:

Participação e representação na CPCJ;

- Participação e representação no Núcleo Local de Inserção do RSI;
 - Integração nos projetos de intervenção comunitária, voltados maioritariamente para públicos beneficiários de apoio habitacional da bragahabit, "T3tris" e Geração Tecla";
 - Desenvolvimento de atividades lúdico pedagógicas e de apoio ao estudo com as crianças do bairro de Stª Tecla, através da unidade itinerante brag@brinca;
- O serviço social complementar que a Bragahabit tem vindo a desenvolver é financiado por rendimentos próprios, receitas que são claramente insuficientes para poder melhorar os serviços que vimos prestando, pelo que estudaremos no futuro soluções alternativas à sustentabilidade dos apoios sociais prestados por esta empresa municipal.

✓

4 - Reabilitação e regeneração

A reabilitação e regeneração dos bairros sociais, de St.^a Tecla e Enguardas, que se encontram enquadrados pelo financiamento Comunitário (PEDU / PAICD) decorrerá nos próximos dois anos.

Os edifícios de propriedade pública municipal serão integralmente reabilitados com intervenções no interior a sere feitas na substituição das cozinhas, das louças sanitárias, dos pisos, revestimentos interiores de paredes, rede de águas e saneamento e eletricidade, e no exterior com a substituição das coberturas, caixilharias com corte térmico e vidro duplo, revestimento exterior e melhoria das partes comuns, como o são as caixas de escadas.

Em St.^a Tecla, para além da reabilitação dos edifícios, vamos regenerar a zona exterior criando no bairro de uma ampla zona pedonal onde todos possam passear e as crianças brincar.

Construiremos um novo edifício destinado a apoiar a participação ativa dos moradores designadamente através de ações culturais, desportivas e de formação.

Convidaremos a cidade a visitar o bairro, com a criação de uma zona pedonal e clicável, que acompanhará a via de circulação automóvel de baixa velocidade (zonas 30).

No Bairro social das Enguardas o objeto de intervenção física abrange apenas os edifícios de propriedade pública e a sua envolvente de proximidade, não estando prevista nesta fase a intervenção noutras zonas do bairro, que serão no futuro tratado por projetos municipais.

O Bairro do Picoto ficou afastado dos apoios comunitários incluídos no PAICD, por razões técnicas de propriedade dos fogos ali edificados, iremos estudar um projeto de intervenção que, não abrangendo intervenções de reabilitação como os referidos anteriormente, passarão pela melhoria das condições de habitabilidade mais graves existentes naquele bairro, quer ao nível dos edifícios quer na dos espaços exteriores, sendo também aqui a responsabilidade de intervenção municipal necessária.

É objetivo municipal a médio / longo prazo é acabar com um gueto social reconhecido por todos. Os eventuais apoios financeiros do Estado, ou da União Europeia, que se direcionem para o realojamento das famílias, ditará a maior ou menor celeridade na concretização deste objetivo.

4.1 - Medidas de Eficiência Energética.

Queremos alargar aos restantes edifícios dos bairros sociais das Enguardas, Andorinhas e Praceta Sena de Freitas a reabilitação dos edifícios, cuja propriedade é maioritariamente privada.

Aproveitando as oportunidades que os Programas de Eficiência Energética proporcionou, a Bragahabit desenvolveu os projetos técnicos necessários à reabilitação exterior dos edifícios localizados nestas áreas urbanas e apresentou a sua candidatura ao financiamento do Norte 2020, que apenas contempla os edifícios públicos mas abre grandes possibilidades de abertura a outros projetos de apoio financeiro, uma vez que os estudos técnicos já feitos se aplicam aos edifícios de propriedade privada.

A resposta à candidatura, os apoios financeiros públicos anunciados através do IFRRU (Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbanas) gerido pelo IHRU (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana) e o futuro desenvolvimento de propostas de obra promovidos pelos Condomínios de cada prédio, condicionarão o sucesso futuro deste nosso objetivo.

Este é um objetivo para os próximos anos e não apenas para 2018.

4.2 - Gestão de Património

Cabe responsabilidade Institucional da Bragahabit cuidar do património que está sob sua gestão o que significa que a empresa continuará a dar continuidade ao levantamento das condições do parque habitacional que gere e a estudar soluções de conservação e manutenção.

Não sendo economicamente possível proceder a obras de conservação e manutenção de todo o património, continuaremos a atender às situações mais urgentes, normalmente associada a questão de águas, seja por roturas internas nas canalizações, ou por entradas de humidade por fissuração ou outra anomalia que provenha da falência normal de materiais.

4.3 - Condomínios

Dentro da preocupação com a manutenção, cabe especial relevo a gestão de Condomínios

A Bragahabit detém muito do seu património localizado em edifícios fora de bairro, cuja responsabilidade de conservação e manutenção cabe aos respetivos proprietários, com coordenação e gestão dos correspondentes Condomínios

Para além do cumprimento das nossas responsabilidades de condómino, procuraremos intervir ativamente nas reuniões de Condomínios onde as avaliações e decisões sobre as obras de conservação e manutenção são tomadas, ajudando a encontrar soluções que permitam minorar as dificuldades financeiras que muitos dos proprietários apresentam.

5 - Serviços de Apoio Socio Educativo

O ano letivo 2017/2018 não surgirão mudanças significativas no que diz respeito ao número de escolas e jardins de Infância, mas há alguns aspetos que afetarão diretamente a atividades do DASE em 2018, nomeadamente:

- Redução do número de alunos a frequentar todas as nossas escolas do 1ºCiclo;
- Redução do número de alunos a frequentar os Jardins de Infância impulsionada nomeadamente pelo encerramento de uma sala de aula no JI do Centro Escolar de Ponte Pedrinha;
- Alteração dos tarifários das AAAF e da EB1 Sé, devido às novas regras impostas pelo Município e que dizem respeito à vigilância alunos no período da refeição.

A esta tendência de descida do número de alunos alia-se ainda uma nova atribuição de competências por parte do Município. Assim desde Setembro de 2017 passou a ser da responsabilidade da Bragahabit a vigilância dos alunos antes/após o almoço (entre as 12:00h e as 14:00h). Esta situação implicou:

- Reforço do pessoal em algumas escolas, logo um aumento dos gastos;



- Redução dos tarifários, nomeadamente da EB1 da Sé e de todos os Jardins de Infância dado que deixamos de cobrar aos pais o “serviço de apoio à refeição”.

Apesar do Município entregar 5€/aluno/mês à Bragahabit para o efeito, o valor em apreço não compensa as necessidades de mais recursos nem o decréscimo do tarifário, nem substitui o valor anteriormente cobrado aos pais, o que aumenta a debilidade económica dos serviços que a Bragahabit presta em nome do Município.

5.1 - Serviços de refeições

Estima-se que no ano 2018 o DASE forneça 181 800 refeições mantendo a tendência de descida registada nos últimos anos.

DASE		Total refeições 2015	Total refeições 2016	Total refeições 2017 *	Previsão Total refeições 2018
			194,192	184,043	182,494
Refeições	AGERE	4494	4241	3448	3400
	1º Ciclo	158,535	150,897	150,592	150,000
	Pré-escolar	31163	28905	28454	28400

* valores até Setembro de 2017 + estimativa restantes meses

De acordo com as inscrições dos alunos e a média de refeições servidas observadas em anos anteriores, a diminuição do número de alunos registada no

pré-escolar também é comum aos alunos do 1º Ciclo, sendo que anualmente há cada vez menos alunos inscritos nas escolas.

Escolas	2015/2016		2016/2017		2017/2018		2018/2019	
	Nº alunos total escola	Nº médio de refeições servidas	Nº alunos total escola	Nº médio de refeições servidas	Nº alunos total escola	Nº médio de refeições servidas	Nº alunos total escola	Previsão Nº médio de refeições servidas
EB1 Bairro Nogueira da Silva	17	6						
EB1 Bairro da Alegria	115	89	116	89	121	88	120	80
EB1 Bairro Económico	102	78	96	70	98	68	95	65
EB1 S. Vitor	142	98	141	105	144	113	150	110
EB1 Enguardas	119	85	114	75	97	72	95	70
EB1 S. João do Souto	100	59	86	55	89	65	85	62
EB1 Centro Escolar de Lamações	182	130	156	125	152	107	145	100
EB1 Centro Escolar de Maxilinos	99	65	98	75	97	76	95	75
EB1 Ponte Pedrinha	173	110	167	110	156	109	150	100
EB1 Centro Escolar da Naia	99	78	112	80	91	89	90	85
EB1 Sé	201	117	195	115	213	118	210	115
TOTAL	1349	915	1281	899	1258	905	1235	862

5.2 - Atividades de Animação e Apoio à Família para a Educação Pré-escolar – Vertente de Prolongamento de horário

Estas atividades funcionam de 1 de Setembro a 31 de Julho todos os anos e asseguram todo o tempo extra letivo (pontas) e interrupções letivas.

Como temos vindo a referir por varias vezes neste relatório, nos últimos anos temos assistido à diminuição do número de alunos que frequentam os Jardins-de-infância e escolas do 1º Ciclo e, tal como aconteceu com o serviço de refeição, também no serviço de prolongamento de horário, esta situação se faz sentir.

Para o ano de 2018, estima-se que possa ocorrer um ligeiro aumento do número de alunos a frequentar os jardins-de-infância, podendo originar um aumento do

número de alunos inscritos no prolongamento de horário.

5.3 - Componente de Apoio à Família - 1º Ciclo

Contrariamente à tendência registada nas inscrições nas escolas e nos serviços de refeição e prolongamento de horário do jardins-de-infância, as Componentes de Apoio à Família para alunos do 1º Ciclo, tem registado um aumento do número de alunos inscritos.

Acreditamos que esta situação se deva, por um lado ao horário escolar do 1º Ciclo (9:00h-17:30h), dificilmente compatível com os horários de trabalho das famílias.

Estas atividades permitem não só a "guarda" das crianças enquanto os pais trabalham, mas também um conjunto de atividades, como seja o apoio aos trabalhos de casa, que libertam o tempo aos pais para algum convívio familiar ao final do dia.

Nos períodos de Interrupção letiva continuaremos a apostar em atividades lúdico-culturais que permitam às crianças inscritas nas CAF conhecerem o património cultural da cidade através de visitas a museus, mas também momentos de diversão como sejam os jogos organizados nos parques da cidade (ex. Parque da Ponte) ou as idas à piscina.

✓

5.4 - Modernização do atendimento

A Bragahabit está a estudar formas de facilitar a vida dos pais dos alunos a quem serve, nomeadamente nas questões de aquisição de acesso ao serviço de refeições e a outros serviços de apoio complementares à família, permitindo-lhe a marcação e compra dos mesmos sem ser necessário o contato com técnicos da Bragahabit, seja nas escolas seja na sede da empresa.

6- INFORMATIZAÇÃO COMUNICAÇÃO E GESTÃO

6.1 – Informatização e Comunicação

Contínua em curso o processo de informatização geral da empresa, como a grande reforma organizacional da Bragahabit.

Nos próximos dois anos a Bragahabit irá acabar com os processos em papel, procedendo a digitalização de toda a informação relevante constituída em documento e que hoje se encontram agrupadas por processo.

A digitalização organizada de cada documento permitira o acesso à informação mais direta e orientada. O fluxo de informação segue diretamente para cada um dos postos de trabalho, sem que seja necessário o envio do processo em papel, uma vez que cada um tem acesso, quando quiser, a toda a informação necessária.

Todo o trabalho segue os procedimentos administrativos em vigor, com registo dos intervenientes e datas correspondentes, o que permite o acompanhamento controlado do processo e a rastreabilidade do seu percurso e resultado final.

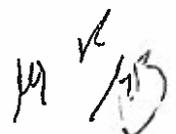
Os processos que hoje são iniciados na Bragahabit, segue já a nova organização digital.

A possibilidade de contato externo com a Bragahabit é também já hoje possível, desde as candidaturas a apoio, a qualquer outro pedido de informação, reclamação, marcação de audiência e entrega de documentos, pode ser feita via NET.

O aumento da utilização dos meios informáticos em todos os procedimentos na Bragahabit permitira maior rapidez e evita a necessidade dos cidadãos terem que se deslocar à sede da empresa em horas de trabalho, para tratar dos seus assuntos.

Iremos com as Uniões e Juntas de Freguesia, Associações de Moradores e outra entidades criar hábitos de utilização dos sistemas de informação a todos os cidadãos, mesmo aqueles que por razões de idade, literacia ou reduzidos meios económicos parecem distantes destas novas formas de trabalho, pedindo a estas entidades a disponibilidade dos seus meios técnicos.

Será no próximo ano criado um *Dashbord* para a Administração que resume os principais indicadores e objetivos de gestão da empresa e permite à Administração o acompanhamento permanente da atividade da empresa.



A segurança da informação da Bragahabit terá sempre prioridade, cabendo ao Serviço de Informação e Comunicação da empresa garantir total segurança da informação através de *backups* e resolução de problemas técnicos nos equipamentos usados.

Iremos ainda criar um novo *site* para a Bragahabit totalmente gerido por nós.

6.2 Gestão

O desenvolvimento da utilização da informática e as diversas obrigações que veem sendo aplicadas às empresas municipais, designadamente as da Contabilidade Pública, tem motivado a readaptação de procedimentos de gestão e controlo de documentos

O Regulamento de Apoios à Habitação do Município de Braga, a Lei n.º 50/2012 e as Leis do Arrendamento Apoiado (n.º 81/2014 e n.º 32/2016) tem-nos obrigado a uma serie de melhorias na gestão documental e ao estabelecimento de novos procedimentos administrativos, de que relevamos a alteração do formato obrigatório dos contratos de arrendamento e a redução do incumprimento contratual de muitos dos nossos inquilinos, entre outros.

A tudo isto se junta o aumento da eficiência nos processos e a celeridade nas respostas e soluções que os cidadãos de Braga nos pedem, nomeadamente em processos de renovação sistemática de apoios com o RADA.

O aumento do número de pedidos a celeridade nas respostas dadas a que juntamos a eliminação das listas de espera enquanto houver disponibilidades é disso bom exemplo. Queremos continuar a melhorar.

O cumprimento das obrigações contabilísticas ao nível do controlo orçamental, com especial enfoque na obrigação da aplicação da Lei dos Compromissos, bem com o relato das atividades e resultados alcançados, tem sido medidas progressivamente implementadas na empresa, habituada a procedimentos processuais simples.

6.2.1 - Cobranças

Em termos do serviço de cobranças, temos estado a trabalhar com o gabinete social e o serviço jurídico, no intuito de incutir o hábito do pagamento das obrigações aos nossos inquilinos.

Depois de termos diminuído para cerca de 20% o rácio de incumprimento nas cobranças, com a aplicação de novas medidas de controlo e incentivo à regularização das situações de atraso, temos verificado que continua a persistir um elevado número de famílias que ignora as notificações da empresa. A reabilitação das habitações será aproveitada para acabar com estas situações, pois não poderemos continuar a aceitar incumprimentos por opção, quando temos uma lista de pedidos à habitação tão elevada e disponibilizamos



residência condigna.

✓

7 - RECURSOS HUMANOS

A melhoria das capacidades do pessoal ao serviço na Bragahabit com vista a um melhor desempenho das suas funções na organização é uma preocupação para a administração, pelo que serão fomentadas as ações de formação entendidas como necessárias.

A progressiva implementação dos processos de gestão em ERP e gestão documental está a ser acompanhada por formação específica em cada posto de trabalho e função.

Encontra-se atualmente em curso a criação de um sistema de Avaliação de Desempenho que vem completar o trabalho iniciado com a criação do Manual de Funções já existente na empresa.

A criação de objetivos específicos individuais que respeitem as funções definidas para cada colaborador e o estabelecimento de metas que se ajustem aos principais objetivos da Bragahabit e ao cumprimento da sua missão será implementado em 2018.

A Bragahabit tem que estar preparada para quaisquer ajustamentos de funções e tarefas, onde se privilegie o trabalho em equipa, a melhoria dos serviços prestados e o sucesso dos objetivos previstos.

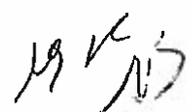
Formação, motivação e acompanhamento permanente de cada um dos colaboradores da empresa deverá ser uma preocupação permanente do departamento de Recursos Humanos.

8- PLANO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAIS

A Bragahabit tem previsto para os próximos 4 anos investir perto de 6,8 milhões de euros, sendo a quase totalidade desse valor destinado à reabilitação do parque habitacional da Bragahabit, incluindo uma série de ações imateriais nos bairros sociais com objetivos sociais de inclusão, com apoio de parceiros estratégicos e com o envolvimento dos moradores.

Este investimento não contempla os gastos feitos em obras correntes de manutenção e conservação.

A Bragahabit prevê também realizar O investimento em informática em 2018 destina-se a criar nas escolas e jardins de Infância um sistema informático de gestão e controlo de entradas e dos serviços que ali prestamos, substituindo o tradicional uso de senhas, permitindo ainda a gestão direta da Contabilidade da empresa para a emissão das respetivas faturas e recibos. Neste investimento não está previsto os gastos de operação com o sistema de pagamento via multibanco ou sistema equivalente, que também queremos introduzir, para facilitar a aquisição dos nossos serviços pelos pais, sem necessidade de se deslocarem à sede da Bragahabit.



Inclui-se neste investimento o valor necessário à atualização técnica do equipamento informático existente, designadamente o "servidor" que tem tempo estimado de obsolescência para 2020.

7.1 - Plano Plurianual de Investimentos 2018 – 2021

Em euros €

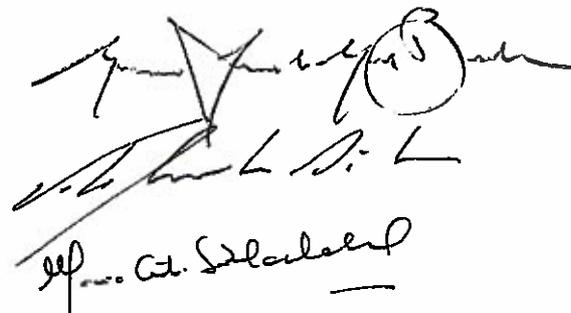
INVESTIMENTO OPERAÇÃO	DESPESAS				TOTAL
	2018	2019	2020	2021	
PEDU- PAICD					
Reabilitação Integral do Bairro Social de St.ª Tecla	1.754.958	1.272.021			3.026.979
Reabilitação Integral do Bairro Social das Enguardas	902.655	129.745			1.032.400
Total	2.657.613	1.401.766	0	0	4.059.379
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA					
Bairro das Andorinhas	1.185.941	604.618			1.790.559
Bairro das Enguardas	247.777	84.215			331.991
Praceta Sena de Freitas	231.929				231.929
Total	1.665.646	688.833	0	0	2.354.479
OBRAS SEDE	24.600	0	0	0	24.600
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	25.000				25.000
REABILITAÇÃO HABITAÇÕES	36.900	36.900	30.750	30.750	135.300
AÇÕES IMATERIAIS	47.861	55.880	57.825	20.000	181.566
INFORMÁTICA	21.525	7.380	18.450	3.075	50.430
TOTAL	4.479.145	2.190.759	107.025	53.825	6.830.755

O grosso do investimento está previsto para o ano de 2018 e 2019, por imposição do calendário de financiamento comunitário previsto nas medidas de apoio dos programas do Norte 2020.

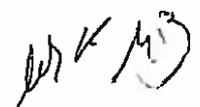
60% do investimento será feito na reabilitação integral dos bairros de St.^a Tecla e Enguardas, ao abrigo do PEDU / PAICD, já previamente aprovados.

35% do investimento será canalizado através do programa de apoio às medidas de eficiência energética, cuja candidatura foi já apresentada, mas que, nesta data, não sabemos o resultado.

A Bragahabit continuará a proceder à reabilitação progressiva do seu parque habitacional fora de bairro, à medida da entrega da entrega das habitações para novas atribuições, prevendo-se a média destas ocorrências continue a ser baixa, entre 5 a 7 ano.



G. Castro



PLANO DE CONTAS E ORÇAMENTO

1 - ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

A economia portuguesa parece estar a estabilizar num crescimento que ronda os 2%, com expetativas que o desemprego tenda a baixar ligeiramente.

O crescimento da produção ao nível das empresas exportadoras, o aumento das atividades ligadas à construção e as boas expetativas para o turismo e a manutenção das baixas taxas de juro, sustentam as previsões avançadas.

O investimento público continua a não ser uma aposta do Governo em funções, que direciona o aumento dos públicos para o crescimento dos gastos com pessoal.

O modelo de crescimento sustentado no consumo comporta riscos que não devemos ignorar, nomeadamente quando o crescimento das atividades produtivas dependem muito de fatores externos que não podem ter garantia de estabilidade.

Apesar das previsões e do aumento prometido dos rendimentos dos portugueses, continuamos a verificar que a situação económica da classe social de mais baixos rendimentos se mantenha muito debilitada, por falta de ajustamentos estruturais necessários.

2 - PERSPETIVAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

Em conformidade com os procedimentos adotados nos anos anteriores, as previsões para o próximo ano de 2018, são feitas com base nos registos históricos da empresa, incluindo os registos de 2017 até agosto, ajustadas à evolução das diferentes atividades programadas para o próximo ano.

Os objetivos que se pretendem atingir nos próximos anos, designadamente os investimentos que pretendemos vir a fazer na reabilitação do parque habitacional do Município, na melhoria das condições de trabalho, a exemplo das obras que pretendemos fazer na zona de atendimento ao público e consequente adaptação do edifício ao nível do rés-do-chão, bem como a reorganização funcional da Bragahabit que temos que fazer para ajustarmos a organograma às alterações processuais que o programa de gestão da informação integrado da Bragahabit, são tidas em conta nas estimativas que aqui apresentamos.

O orçamento que a seguir se analisa segue o novo quadro modelo de apresentação das contas, dando assim resposta às alterações indicadas nas medidas nacionais para a Contabilização Pública, (SNC-AP), o que faz com que sejam apresentadas as contas que respondam à análise económica do SNC (Sistema Nacional de Contabilidade), com a mensuração dos fluxos financeiros correspondentes, que seguem a "ótica de caixa" utilizada nas contas e

orçamentos da Administração Pública. Daqui resulta um quadro duplo, onde essas duas perspetivas são respeitadas.

2.2. RENDIMENTOS

2. 2. 1. ARRENDAMENTO SOCIAL

Após as regularizações feitas no valor das rendas em consequência das alterações de cálculo impostas pela Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, alterada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, e da alteração da periodicidade de atualização das rendas sociais, referida no Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga, não prevemos grandes alterações nos montantes anuais referentes ao valor das rendas do arrendamento e subarrendamento social, pelo que os valores estimados estejam próximos dos valores registados nos últimos dois anos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS RENDIMENTOS E RECEITAS	CONTAS		Orçamento		Orçamento	
	Económico 2016		Económico 2017	Financeiro 2017	Económico 2018	Financeiro 2018
Prestação de serviços						
Arrendamento	311.403,56		310.000,00	310.000,00	310.000,00	310.000,00
Subarrendamento	260.419,80		260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00
Residências partilhadas	17.438,00		5.000,00	5.000,00	10.000,00	10.000,00
Total Arrendamento apoiado	589.261,36		575.000,00	575.000,00	580.000,00	580.000,00

O valor estimado para o ano de 2018 será de 580 mil euros.



2. 2. 2. SERVIÇOS APOIOS SOCIOEDUCATIVOS

O número de alunos a frequentar o ensino em que prestamos serviços, tem mantido alguma estabilidade, com a diminuição em algumas escolas e subida noutras. Prevemos um pequeno crescimento no volume de faturação nos apoios socioeducativos, que se deverão aproximar dos 760 mil euros, quando comprada com as previsões para o ano de 2017.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS RENDIMENTOS E RECEITAS	CONTAS		Orçamento		Orçamento	
	Económico 2016		Económico 2017	Financeiro 2017	Económico 2018	Financeiro 2018
Prestação de serviços	522.740,68		619.285,48	619.285,48	760.000,00	760.000,00
Apoios socioeducativos	0,00		30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00
Outros serviços prestados	0,00		12.500,00	12.500,00	15.000,00	15.000,00
Outros						
Total Serviços	522.740,68		661.785,48	661.785,48	815.000,00	815.000,00

Os restantes serviços também aumentam, fruto da prestação de serviços de gestão que a Bragahabit faz em programas da responsabilidade da CMB.

Note-se que o montante destes serviços supera o valor dos rendimentos provenientes do arrendamento apoiado, razão primeira do objeto social desta empresa municipal.

2. 2. 3. SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO

A Bragahabit, E.M. é uma empresa municipal com carácter marcadamente social, o que dificulta a sua sustentabilidade através de rendimentos próprios.

Esta característica social decorre da delegação de competências do Município de



Braga, sobretudo na gestão do arrendamento e subarrendamento apoiado, uma vez que o valor das rendas praticado é imposto por legislação própria, nada tendo a ver com as características da habitação e do mercado.

Consequentemente os rendimentos próprios da empresa são manifestamente insuficientes para cobrir os gastos da empresa. Para que se tenha uma noção o valor total estimado para os rendimentos provenientes do arrendamento apoiado cobrem apenas cerca de 43% dos gastos com pessoal afeto a esta empresa municipal.

O valor do subsídio à exploração que se solicita à Câmara Municipal decorre diretamente da diferença do cálculo do esforço financeiro que a Bragahabit tem que suportar pela prática desta renda social, por comparação com aquelas que poderia praticar no local, conforme rendas médias do mercado.

Esta compensação financeira à Bragahabit, não supera a totalidade do esforço feito pela empresa municipal, mas permite manter o equilíbrio económico e financeiro da empresa, exigida pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS RENDIMENTOS & RECEITAS	CONTAS		Orçamento		Orçamento	
	Económico	Económico	Financeiro	Económico	Financeiro	
	2016	2017	2017	2018	2018	
Subsídio à Exploração	1 000 000,00	1 020 223,36	1 020 223,36	1 137 000,00	1 137 000,00	
Indemnização Compensatória	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 100 000,00	1 100 000,00	
Comparticipação IEFP - CEI+	0,00	20 223,36	20 223,36	37 000,00	37 000,00	

O valor do subsídio anual previsto para o ano de 2018 será ligeiramente superior ao valor pedido em 2017, que ajusta as diminuições das rendas praticadas nos últimos anos.

O valor dos apoios do IEFP foram estimados em conformidade com os contratos e protocolos já celebrados.

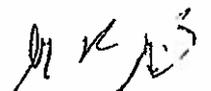
2. 2. 4. RENDIMENTOS E RECEITAS

Conforme referido na introdução o quadro modelo apresenta simultaneamente as contas económicas e os valores financeiros.

Nas contas anteriores, o movimento económico previsto dá origem a um fluxo financeiro semelhante, mas nas contas relacionadas com ativos tangíveis da empresa, os fluxos financeiros são registados na contabilidade como alienações ou investimentos, cujos rendimentos e gastos não correspondem diretamente ao montante dos fluxos financeiros correspondentes.

No quadro que se segue apenas conta para a contabilização do valor económica as mais ou menos valias resultantes das opções de aquisição ou alienação de património.

Por sua vez, todo o esforço financeiro a fazer na reabilitação do património será capitalizado, como acréscimo de valor dos respetivos ativos.





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. LDA

BRAGA HABIT Gerência
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS RENDIMENTOS E RECEITAS	CONTAS		Orçamento		Orçamento	
	Económico 2016	Económico 2017	Financeiro 2017	Económico 2018	Financeiro 2018	
Vendas Património	0,00	-850.130,64	361.411,68	30.000,00	75.000,00	
Venda de património	0,00	0,00	135.651,09	0,00	75.000,00	
Mais e menos valias	0,00	87.492,70	0,00	30.000,00	0,00	
Venda de terreno	0,00	0,00	225.760,59	0,00	0,00	
Mais e menos valias	0,00	-494.245,34	0,00	0,00	0,00	
Cedencia de património à CMB	0,00	-413.378,00	0,00	0,00	0,00	
Mais e menos valias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comparticipação Norte 2020	0,00	0,00	510.727,12	0,00	3.382.322,90	
Informática	0,00	0,00	7.965,40	0,00	0,00	
S.T.ª Tecla	0,00	0,00	355.401,84	0,00	1.491.714,30	
Enguardas	0,00	0,00	147.359,88	0,00	767.256,75	
Eficiência Energética	0,00	0,00	60.000,00	0,00	1.082.670,00	
Ações Imateriais	0,00	0,00	13.235,79	0,00	40.681,85	

As receitas previstas dos apoios comunitários no âmbito do Programa Norte 2020, seja nas programas relacionados com os apoios no âmbito do PEDU – PAICD, seja no programa de medidas de Eficiência Energética, correspondem aos valores estimados para uma participação de cerca de 85% no primeiro programa e de 65% no segundo.

2. 2. 5. FINANCIAMENTO

Cerca de 49% do esforço financeiro exigido à Bragahabit para completar o valor total do investimento a efetuar em 2018, provem de receitas próprias, advindas da alienação de património feito em 2017.

As medidas de apoio aos investimentos de eficiência energética não estão garantidas e não tem o mesmo grau de cobertura dos que dizem respeito aos investimentos previstos no PEDU-PAICD, estimando-se que esta apenas cubram cerca de 65% do investimento.

A Bragahabit não tem forma de se posicionar nesta oportunidade de reabilitação sem recorrer a financiamento externo. As necessidades estimadas face aos investimentos previstos, obrigar-nos-á a recorrer a um empréstimo de cerca de 450 mil euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS RENDIMENTOS E RECEITAS	CONTAS Económico 2016	Orçamento		Orçamento	
		Económico 2017	Financeiro 2017	Económico 2018	Financeiro 2018
Autofinanciamento			107.533,69		424.110,00
Financiamento Externo			0,00		450.000,00
Imparidades	74.368,32	-20.000,00	0,00	0,00	0,00



2. 2. 6. RENDIMENTOS e RECEITAS TOTAIS

Do acima exposto, resulta um valor total de Rendimentos para 2018 de 2.577.000,00 euros e uma Receita de 6.878.432,90 euros, conforme se resume no quadro seguinte.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	CONTAS		Orçamento		Orçamento	
	Económico	Económico	Financeiro	Económico	Financeiro	
RENDIMENTOS & RECEITAS	2016	2017	2017	2018	2018	
Prestação de serviços						
Total do Arrendamento Apoiado	589 261,36	575 000,00	575 000,00	580 000,00	580 000,00	
Total de serviços	522 740,68	661 785,48	661 785,48	815 000,00	815 000,00	
Subsídio à exploração	1 000 000,00	1 020 223,36	1 020 223,36	1 137 000,00	1 137 000,00	
Outros Rendimentos e Ganhos	20 953,65	15 000,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	
Vendas Património	0,00	-850 130,64	361 411,68	30 000,00	75 000,00	
Comparticipação Norte 2020	0,00	0,00	510 727,12	0,00	3 382 322,90	
Autofinanciamento	0,00	0,00	107 533,69	0,00	424 110,00	
Financiamento Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	450 000,00	
Imparidades	74 368,32	-20 000,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RENDIMENTOS	2 207 324,01	1 401 878,20		2 577 000,00		
TOTAL RECEITAS			3 157 292,85		6 878 432,90	



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. L.D.A

a Gerência

BRAGA-HABIT
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA

2. 3. GASTOS DESPESAS E INVESTIMENTOS

2. 3.1. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O valor de compras registado em CMVMC diz respeito às refeições escolares, cujos serviços se encontram no quadro de SFE seguinte, juntamente com os restantes gastos correntes, que analisaremos as variações mais importantes.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS GASTOS, DESPESAS E INVESTIMENTOS	CONTAS		Orçamento		Orçamento	
	Económico 2016	Económico 2017	Financeiro 2017	Económico 2018	Financeiro 2018	
CMVMC	131 409,20	159 884,00	159 884,00	260 000,00	260 000,00	
Refeições Escolares	131 409,20	159 884,00	159 884,00	260 000,00	260 000,00	
Fornecimentos e serviços externos:	1 017 962,60	1 128 707,00	1 128 707,00	1 218 500,00	1 218 500,00	
Subcontratos	137 852,37	173 207,00	173 207,00	270 000,00	270 000,00	
Refeições Escolares	137 852,37	173 207,00	173 207,00	270 000,00	270 000,00	
Serviços especializados	171 846,22	190 000,00	190 000,00	220 000,00	220 000,00	
Trabalhos especializados	67 247,41	75 000,00	75 000,00	120 000,00	120 000,00	
Honorários	57 752,19	40 000,00	40 000,00	45 000,00	45 000,00	
Conservação e Reparação	46 846,62	75 000,00	75 000,00	50 000,00	50 000,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	5 000,00	5 000,00	
Materiais	6 467,29	10 000,00	10 000,00	10 500,00	10 500,00	
Material de escritório, livros e	6 467,29	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	
Energia e Fluidos	23 352,60	25 500,00	25 500,00	25 000,00	25 000,00	
Electricidade e água	19 068,83	20 500,00	20 500,00	20 000,00	20 000,00	
Combustíveis	4 283,77	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	
Rendas e alugueres	597 217,41	617 000,00	617 000,00	600 000,00	600 000,00	
Rendas pagas aos proprietários	597 217,41	617 000,00	617 000,00	600 000,00	600 000,00	
Locação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Serviços	81 226,71	113 000,00	113 000,00	92 500,00	92 500,00	
Despesas de condomínio	45 232,36	70 000,00	70 000,00	50 000,00	50 000,00	
Comunicações	9 172,96	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	
Contencioso e Notariado	3 288,08	0,00	0,00	5 000,00	5 000,00	
Seguros	10 195,78	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	
Limpeza	9 001,16	9 000,00	9 000,00	7 500,00	7 500,00	
Outros	4 336,37	14 000,00	14 000,00	10 000,00	10 000,00	

M K
17/3

2. 3. 2. SUBCONTRATOS

O valor destes gastos dizem respeito aos serviços adquiridos a terceiros para o a confeção e serviço de refeições escolares. Conforme já referido anteriormente, prevemos um crescimento nos gastos, que acompanham o crescimento dos rendimentos.

2. 3. 3. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Os valores orçados serão maioritariamente destinados aos gastos com os protocolos de apoio ao serviço de refeições e nas atividades complementares de apoio à família, incluindo os realizados com as Associações de Pais.

Também se encontram aqui previstos os gastos com licenças de utilização de *software* do programa geral de informação da empresa.

2. 3. 4. HONORÁRIOS

O valor estimado diz respeito aos contratos com os serviços jurídicos e consultoria financeira à contratação pública e implementação do SNC-AP.

2. 3. 5. MANUTENÇÃO E REABILITAÇÃO

O montante estimado para 2018, volta aos valores dos anos anteriores às estimativas de 2017, em consequência da menor intervenção deste tipo de serviços nos fogos que irão ser objeto de reabilitação total.

2. 3. 6. RENDAS AOS PROPRIETÁRIOS /SUBARRENDAMENTO

O regime de Subarrendamento continua a ter um impacto muito grande nos gastos da empresa.

A substituição deste regime de apoio só será aceitável pela atribuição de fogos de propriedade pública, que o Município não tem.

2. 3. 7. OUTROS SERVIÇOS

Os gastos com condomínios tem crescido acentuadamente na empresa, devido à regularização de muitas contas do passado e devido ao aumento das decisões de conservação e manutenção decididas pelas assembleias de condóminos.

Para os restantes gastos incluídos nos Fornecimentos e Serviços Externos, como aquisição de material de escritório, combustíveis, locação, comunicação, seguros e limpeza, não prevemos alterações significativas de valor, face aos registos dos valores já verificados em anos anteriores.

2. 3.8. GASTOS COM PESSOAL

As previsões feitas para o ano de 2018 levam em conta as reposições das condições remuneratórias anteriormente condicionadas é aos ajustamentos salariais que terão que ser feitos na sequência da reorganização funcional da

empresa, incluindo a entrada de dois quadros para serviços especializados, para as obras e serviços educativos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS GASTOS DESPESAS E INVESTIMENTOS	CONTAS		Orçamento		Orçamento	
	Económico 2016		Económico 2017	Financeiro 2017	Económico 2018	Financeiro 2018
Gastos com o pessoal:	838.865,09		858.627,78	858.627,78	907.800,00	907.800,00
Remunerações órgãos sociais	44.113,68		47.860,85	47.860,85	50.000,00	50.000,00
Remunerações do pessoal	648.459,36		666.734,10	666.734,10	690.000,00	690.000,00
Encargos sobre remunerações	138.388,43		134.032,83	134.032,83	161.000,00	161.000,00
Seguro acd. Trabalho	5.690,62		0,00	0,00	5.300,00	5.300,00
Outros gastos c/ pessal	2.213,00		10.000,00	10.000,00	1.500,00	1.500,00
Outros gastos:	27.421,01		0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
Outros gastos e perdas	27.421,01		0,00	0,00	5.000,00	5.000,00

2. 3. 9. INVESTIMENTOS

De acordo com o quadro em baixo, prevemos investir em 2018 cerca de 4,5 milhões de euros.

A reabilitação dos bairros sociais de St.ª Tecla e Enguardas e a reabilitação de outros fogos da empresa através das medidas de eficiência energética, representam 97% do montante total do investimento previsto.

O investimento previsto nas medidas de eficiência energética estão dependentes da aprovação da candidatura que já submetemos e da decisão dos condomínios dos prédios onde a prevalência de propriedade privada é decisiva.

A estes investimentos juntamos os que iremos realizara através de ações



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMOIM, SROC, LDA

BRAGA HABIT
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA

Handwritten signature/initials

imateriais de formação e inclusão social, bem com o da reabilitação de algum do nosso património não abrangido pelas anteriores obras, e ainda as obras de melhoria das condições de atendimento na sede da Bragahabit.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS GASTOS DESPESAS E INVESTIMENTOS	CONTAS		Orçamento		Orçamento	
	Económico 2016		Económico 2017	Financeiro 2017	Económico 2018	Financeiro 2018
Investimentos	0,00		0,00	851.469,35	0,00	4.479.145,00
Aquisição de bens móveis e imóveis	0,00		0,00	104.930,00	0,00	25.000,00
Informática	0,00		0,00	18.947,21	0,00	21.525,00
S.T.ª Tecla	0,00		0,00	418.119,82	0,00	1.754.958,00
Enguardas	0,00		0,00	173.364,57	0,00	902.655,00
Eficiência Energética	0,00		0,00	120.536,23	0,00	1.665.646,00
Ações Imateriais	0,00		0,00	15.571,52	0,00	47.861,00
Reabilitação de fogos	0,00		0,00	0,00	0,00	36.900,00
Reabilitação sede	0,00		0,00	0,00	0,00	24.600,00

2. 3. 10. TOTAL DOS GASTOS

Em resumo dos quadros acima expostos e analisados, prevemos que em 2018 sejam gastos 2.391.300 euros, correspondente a um crescimento de 11% face ao orçamento de 2017 e de 19% face aos gastos de 2016.

O crescimento deve-se à subida dos gastos que se relacionam com a gestão dos investimentos previstos na reabilitação dos bairros incluindo a de pessoal.

Handwritten signature/initials

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	CONTAS	Orçamento		Orçamento	
		Económico 2016	Económico 2017	Financeiro 2017	Económico 2018
GASTOS, DESPESAS E INVESTIMENTOS					
CMVMC	131 409,20	159 884,00	159 884,00	260 000,00	260 000,00
Fornecimentos e serviços externos	1 017 962,60	1 128 707,00	1 128 707,00	1 218 500,00	1 218 500,00
Subcontratos	137 852,37	173 207,00	173 207,00	270 000,00	270 000,00
Serviços especializados	171 846,22	190 000,00	190 000,00	220 000,00	220 000,00
Materiais	6 467,29	10 000,00	10 000,00	10 500,00	10 500,00
Energia e Flúidos	23 352,60	25 500,00	25 500,00	25 000,00	25 000,00
Deslocações , estadas e transportes	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00
Rendas e alugueres	597 217,41	617 000,00	617 000,00	600 000,00	600 000,00
Outros Serviços	81 226,71	113 000,00	113 000,00	92 500,00	92 500,00
Gastos com o pessoal	838 865,09	858 627,78	858 627,78	907 800,00	907 800,00
Outros Gastos	27 421,01	0,00	0,00	5 000,00	5 000,00
TOTAL DE GASTOS	2 015 657,90	2 147 218,78		2 391 300,00	

2. 3. 11. TOTAL DOS INVESTIMENTOS

Conforme já salientado, a apresentação do orçamento de acordo com as normas aplicáveis ao SNC-AP contemplam a previsão de todos os movimentos financeiros, não só os que anteriormente tratamos e que contam para o resultado económico, como os que serão aplicados em investimento.

De acordo com o quadro de investimentos, prevemos investir quase 4,5 milhões de euros em 2018.

Relembramos que o investimento em eficiência Energética está dependente não só da aprovação das candidaturas que já submetemos às mediadas de apoio do Norte 2020, como da adesão dos proprietários nos prédios de propriedade mista (pública e privada).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INVESTIMENTOS	CONTAS		Orçamento		Orçamento	
	Económico 2016		Económico 2017	Financeiro 2017	Económico 2018	Financeiro 2018
Investimentos	0,00		0,00	851.469,35	0,00	4.479.145,00
Aquisição de bens móveis e imóveis	0,00		0,00	104.930,00	0,00	25.000,00
Informática	0,00		0,00	18.947,21	0,00	21.525,00
S.T.ª Tecla	0,00		0,00	418.119,82	0,00	1.754.958,00
Enguardas	0,00		0,00	173.384,57	0,00	902.655,00
Eficiência Energética	0,00		0,00	120.536,23	0,00	1.665.646,00
Ações Imateriais	0,00		0,00	15.571,52	0,00	47.861,00
Reabilitação de fogos	0,00		0,00	0,00	0,00	36.900,00
Reabilitação sede	0,00		0,00	0,00	0,00	24.600,00

M^{ve} AM

2.4. RESULTADOS

Pelo acima exposto a Administração da Bragahabit, E.M. estima para o ano de 2018 um EBITDA positivo de 185,7 mil euros, montante este que é quase totalmente absorvido pelas depreciações referentes ao nosso património.

Prevemos assim que o Resultado do Exercício para o ano de 2018 supere ligeiramente os 16 mil euros.

Relativamente ao resultado financeiro e contando com a realização do empréstimo o saldo positivo aproximar-se-á dos 3 mil euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS RESULTADOS	CONTAS		Orçamento		Orçamento	
	Económico 2016	Económico 2017	Financeiro 2017	Económico 2018	Financeiro 2018	
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	191.666,11	-745.340,58	158.604,72	185.700,00	7.987,90	
Depreciações	146.334,46	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	45.331,65	-895.340,58	158.604,72	25.700,00	7.987,90	
Juros e gastos similares suportados	1.027,40	1.200,00	1.200,00	5.000,00	5.000,00	
Gastos e perdas de financiamento	1.027,40	1.200,00	1.200,00	5.000,00	5.000,00	
Resultados antes de impostos	44.304,25	-896.540,58	157.404,72	20.700,00	2.987,90	
IRC	-4.319,78	0,00	0,00	-4.412,20	0,00	
Resultados líquido do exercício	39.984,47	-896.540,58		16.287,80		
Resultado Financeiro			157.404,72		2.987,90	

3. ORÇAMENTO PREVISIONAL

3.1 – RENDIMENTOS E RECEITAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Orçamento	
	Económico 2018	Financeiro 2018
RENDIMENTOS E RECEITAS		
Prestação de serviços		
Arrendamento	310.000,00	310.000,00
Suarrrendamento	260.000,00	260.000,00
Residências partilhadas	10.000,00	10.000,00
Total Arrendamento apoiado	580.000,00	580.000,00
Apoios socioeducativos	760.000,00	760.000,00
Outros serviços prestados	40.000,00	40.000,00
Outros	15.000,00	15.000,00
Total Serviços	815.000,00	815.000,00
Subsídios à Exploração		
Indemnização.Compensatória	1.100.000,00	1.100.000,00
Comparticipação IEFP - CEI +	37.000,00	37.000,00
Outros Rendimentos e Ganhos	15.000,00	15.000,00
	30.000,00	75.000,00
Vendas Património		
Venda de património	0,00	75.000,00
Mais e menos valias	30.000,00	0,00
Venda de terreno	0,00	0,00
Mais e menos valias	0,00	0,00
Cedência de património à CMB	0,00	0,00
Mais e menos valias	0,00	0,00
Comparticipação Norte 2020	0,00	3.382.322,90
Informática	0,00	0,00
S.T.ª Tecla	0,00	1.491.714,30
Enguardas	0,00	767.256,75
Eficiência Energética	0,00	1.082.670,00
Ações imateriais	0,00	40.681,85
Autofinanciamento		424.110,00
Financiamento Externo		450.000,00
Imparidades	0,00	0,00
TOTAL RENDIMENTOS	2.577.000,00	
TOTAL RECEITAS		6.878.432,90

3. 2. – GASTOS DESPESAS E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Orçamento	
	Económico 2018	Financeiro 2018
GASTOS DESPESAS E INVESTIMENTOS		
GASTOS DESPESAS E INVESTIMENTOS		
CMVMC	260.000,00	260.000,00
Refeições Escolares	260.000,00	260.000,00
Fornecimentos e Serviços Externos	1.218.500,00	1.218.500,00
Subcontratos	270.000,00	270.000,00
Refeições Escolares	270.000,00	270.000,00
Serviços especializados	220.000,00	220.000,00
Trabalhos especializados	120.000,00	120.000,00
Honorários	45.000,00	45.000,00
Conservação e Reparação	50.000,00	50.000,00
Outros	5.000,00	5.000,00
Materiais	10.500,00	10.500,00
Material de escritório, livros e	10.000,00	10.000,00
Outros	500,00	500,00
Energia e Fluídos	25.500,00	25.500,00
Eletricidade e água	20.000,00	20.000,00
Combustíveis	5.000,00	5.000,00
Deslocações, estadas e transportes	500,00	500,00
Rendas e alugueres	600.000,00	600.000,00
Arrendamento / Subarrendamento		
habitações	600.000,00	600.000,00
Locação financeira	0,00	8.000,00
Outros Serviços	92.500,00	92.500,00
Despesas de condomínio	50.000,00	50.000,00
Comunicações	10.000,00	10.000,00
Seguros	10.000,00	10.000,00
Contencioso e Notariado	5.000,00	5.000,00
Limpeza	7.500,00	7.500,00
Outros	10.000,00	10.000,00
Gastos com o pessoal:	907.800,00	907.800,00
Remunerações órgãos sociais	50.000,00	50.000,00
Remunerações do pessoal	690.000,00	690.000,00
Encargos sobre remunerações	161.000,00	161.000,00
Seguros acd. Trabalho	5.300,00	5.300,00
Outros gastos c/ pessoal	1.500,00	1.500,00
Outros gastos:	5.000,00	5.000,00
Outros gastos e perdas	5.000,00	5.000,00
Investimentos	0,00	4.479.145,00
Aquisição de bens móveis e imóveis	0,00	25.000,00
Informática	0,00	21.525,00
S.T.ª Tecla	0,00	1.754.958,00

Enguardas	0,00	902.655,00
Eficiência Energética	0,00	1.665.646,00
Ações Imateriais	0,00	47.861,00
Reabilitação de fogos	0,00	36.900,00
Reabilitação sede	0,00	24.600,00
TOTAL GASTOS	2.391.300,00	
TOTAL DESPESAS		6.870.445,00

3.3. – RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Orçamento	
	Económico 2018	Financeiro 2018
RESULTADOS		
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	185.700,00	7.987,90
Depreciações	150.000,00	0,00
Perdas por imparidade	10.000,00	0,00
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	25.700,00	7.987,90
Juros e gastos similares suportados	5.000,00	5.000,00
Gastos e perdas de financiamento	5.000,00	5.000,00
Resultados antes de impostos	20.700,00	2.987,90
IRC	-4.412,20	0,00
Resultados líquido do exercício	16.287,80	
Resultado Financeiro		2.987,90



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS
& F. AMORIM, SROC. LDA

BRAGA-HABIT
a Gerência
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA

ANEXOS FINANCEIROS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PREVISIONAL PERÍODO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PREVISIONAL 2018
Vendas e serviços prestados		1.395.000,00
Subsídios à exploração		1.137.000,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-260.000,00
Fornecimentos e serviços externos		-1.218.500,00
Gastos com o pessoal		-907.800,00
Imparidade das dívidas a receber (perdas/reversões)		-10.000,00
Outros rendimentos		45.000,00
Outros gastos		-5.000,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		175.700,00
Gastos/reversões de depreciações e de amortização		-150.000,00
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		25.700,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados		-5.000,00
Resultado antes de impostos		20.700,00
Imposto sobre o rendimento do período		-4.412,20
Resultado líquido do período		16.287,80

(*) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA.

Entidade: BRAGAHABIT - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA, EM
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA - PREVISIONAL
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	Previsional 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes		1.395.000,00
Pagamentos a fornecedores		-1.478.500,00
Pagamentos ao pessoal		-907.800,00
Caixa gerada pelas operações		-991.300,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos		1.147.000,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		155.700,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		-4.479.145,00
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		75.000,00
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Subsídios ao investimento		3.382.322,90
Juros e rendimentos similares		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1.021.822,10
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		450.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		-5.000,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		445.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-421.122,10
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período		424.110,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.987,90

(1) - O valor admitido não se em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão dos valores em milhares de Euros.



RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional de **Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.** (a Entidade) relativos a 2018, que compreendem os Plano de Atividades, Plano de Investimentos Plurianuais, Plano de Contas e Orçamento e Anexos Financeiros, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no Plano de Atividades Anual e Plurianual 2018-2021 (documento com cinquenta e duas folhas por nós rubricadas e carimbadas).

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projeção está devidamente preparada com base nos pressupostos e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 07 de dezembro de 2017.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. (nº.153)
Registo CMVM nº 20161463

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, registo CMVM nº 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM nº 20160219)